

O COMBOIO EM PORTUGAL

<http://ocomboio.net>

053 A LINHA DO CORGO - REVISTA DE IMPRENSA



BIBLIOTECA DIGITAL FERROVIÁRIA

CHAVES E A LINHA DO CORGO NA IMPRENSA REGIONAL

RECOLHA E ORGANIZAÇÃO:BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES.

VERSÃO ONLINE: RENATO GUEDES E DANIEL NOGUEIRA

DOCUMENTO CEDIDO PARA PUBLICAÇÃO ELECTRÓNICA PELA
BIBLIOTECA MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES.

PUBLICADO ONLINE EM AGOSTO DE 2008.

O NORTE

CAMINHO DE FERRO DO CORGO

São mais animadoras do que as de Lisboa as notícias que do caminho de ferro do Corgo nos dão os de Villa Real.

Voltam aos nossos compatriotas da capital do distrito as esperanças de alcançarem o tão anhelado melhoramento.

Insinuam olhos, segundo parece, inferir-se das palavras d'um nosso obsequioso informador, que o sr. ministro da justiça se demitirá caso o seu colégio João Franco reincidente querer beneficiar os de Guimarães em detrimento do Villa Real.

Fallaz ilusão tem os de Villa Real se acreditarem à calva patranha. O sr. Azevedo não se demitirá senão quando o ministerio sólicitar a demissão colectiva.

E muito felizes se podem reputar os de Villa Real se no testamento a cidade de Guimarães, berço político do ministro do reino e glorioso berço da monarquia, não fôr contemplada com a conclusão do caminho de ferro até Chaves.

E' preciso, para evitar mal entendidos, que tanto nos dão a nós que o caminho de ferro venha de Villa Real como de Guimarães. Para Chaves é isso inteiramente indiferente.

Alheios à intriga que entre as duas povoações se debate, o nosso fim ao ocuparmo-nos d'este assunto é trazer os nossos leitores ao corrente dos sucessos que tão de perto se prendem com o desenvolvimento material e económico de Chaves.

Lamentamos profundamente estes sucessos por que elles retardam, infelizmente para nós, a realização d'un molhamento tão importante para a nossa terra.

Decida-se a questão a favor de Guimarães, ou em benefício dos de Villa Real; mas decidase quanto antes. E' isso o que interessa a Chaves, e isso o que nós, podímos, o que absolutamente requeremos.

CAMINHO DE FERRO DO CORGO

Os nossos vizinhos de Villa Real tiveram consigo uma feroz inacção. Como se sabe, devido aos trabalhos d'um nosso ilustre e intelligente concierrano, e do director das obras públicas, conseguiu a gente da capital do distrito obter um projecto de caminho de ferro a preços excessivamente baratos, e tão baixos como até hoje alguma nação obtivera.

Por causa do barateamento do projecto e das suas maravilhosas condições de viabilidade um grupo de capitalistas se apresentou pedindo a concessão do caminho de ferro do Corgo sem mais encargos para o Estado do que isenção dos direitos de importação do material e uma pequena compensação de tarifas; quando o acréscimo de receitas na linha do Douro viesse provar que com o novo affluent verroviário aquela linha do Estado tinha lucrado.

A petição estava pendente do Conselho Superior d'Obras Públicas para dar a respectiva

informação, que, segundo se dizia, era favorável aos petitionários. Era nra coisa certa e, a ser verdade-o que nos diz um cavalheiro residente em Lisboa, chegou a ser comunicada a notícia para Villa Real pelo sr. ministro da justiça, recommendando-lhes o máximo sigilo. Mas, e ahí é que começa a macaça dos de Villa Real, como pela língua perde o peixe, os da capital do distrito não sabendo calar a sua alegria deixaram náis illa voz confirmado o adágio.

Sabiam-se com a notícia para o Primeiro do Juncal, dando como certa obterem a concessão do melhoramento. Ha tanto anhelado e pelo qual tem fluctuado desde muito tempo.

Mais alarmante do que a notícia da morte de Maceo foi para a gente de Guimarães a nova de que o caminho de ferro do Corgo se ia construir. Eis que todos os influentes políticos da manufactureira cida de minhotas se põem em campo; se atiram ao ministro das obras públicas, se concentram em volta do João Franco, assedião os dois ministros e empregam todos os meios ao seu alcance para que mais uma vez Villa Real fique sem caminho de ferro.

Os da companhia de Guimarães comprometem-se, diz o informador a que acima alludimos, a construir o caminho de ferro a Chaves, se a concessão do Val do Corgo não fôr feita, de forma que on por Guimarães ou por Villa Real, Chaves não deixará de ser dotada com os benefícios da viação acelerada, e isso é o que nos interessa, isso é que urge se faça em breve prazo, para não vêrmos a nossa terra continuar no progressivo desinhamento em que ella vai a cair.

O amigo que de Lisboa nos informa d'estos sucessos diz que os influentes de Villa Real para desculpar a sua imprudência atraíram sobre o correspondente telegraphico do Juncal a responsabilidade de mais este insucesso da sua anhelada aspiração. Dizem que elle, que é empregado telegrapho-postal, fizera uso d'um segredo que lhe não pertencia e d'ahi viara para o público e portanto para os da Guimarães a notícia. Não sabemos o que de positivo ha n'isto. Parecemos, contudo, inversimil que um empregado do telegrapho abusasse por tal maneira da confiança que o Estado e os particulares n'ella depositam, confiando-lhe segredos que jamais devem ser revelados.

Pedimos informações para a capital do distrito e que até à hora do nosso jornal entrar no prédio nos não chegaram.

O NORTE

- Domingo, 25. d'Abri de 1897

27 de Julho de 1897

7 de Março de 1897

CAMINHO DE FERRO

Jornais da capital do distrito deixam-nos a convicção de que o caminho de ferro do valle do Corgo se fará em breve prazo.

Os concessionários entendem-se já com o engenheiro o governo nomeou para ultimar as negociações, e tudo nos leva a crer que o governo aprovará o projecto.

Quando a Villa Real chegou a notícia de que tudo estava concluído e sómente restava a assinatura do governo, que também está assegurada, subiram ao ar inúmeros foguetes e soltaram-se entusiasticos vivas aos ex-m^{as} srs. Conde de Villa Real, director das obras públicas, engenheiro Sarmiento e engenheiro Andrade.

É claro que ninguém lembrou o nome do sr. António d'Azevedo, pois o público estava informado de que este senhor não quis saber de caminho de ferro, e até fugiu, em Lisboa, de encontrar-se com um dos membros dessa comissão, que o procurava insistenteamente.

E tanto os regeneradores ficaram arrolados com o triunfo alcançado pelos progressistas que se abstiveram de engrossar a manifestação de vila-realenses que foi cumprimentar o chefe do distrito, agraciando-lhe o interesse que ele mostrava pelo engrandecimento da sua terra.

Notou-se que só o sr. dr. Augusto Guilherme de Souza, dos membros da enorme comissão d'la um anno, foi cororrente e sincero.

O resto, provou-se agora, entrava por exploração política,

CAMINHO DE FERRO

O caminho de ferro do Valle do Corgo tem de ser ainda aprovado no parlamento. Ele o será porque a esse grandioso emprehendimento está ligada a palavra do governo. Muito lucramos nós com essa via férrea, que de bem longe tem sido reclamada aos poderes públicos.

E já que abordamos este assunto não queremos deixar esquecida a maior tolice, das últimas semanas, que a camara praticou.

Lembrou o digno administrador d'este concelho e nosso amigo Domingos Sarmiento, que se louvasse o honrado ministro das Obras Públicas que conseguiu tão almejado melhoramento para o distrito.

Pois os doutos patrícios torceram-se nas cadeiras e prozzeram também um louvor ao sr. Campos Henriques!

Esta é admirável!

Ninguem ignora que esse tipo foi o que mais se opôz à aprovação do caminho de ferro.

E bem teria feito o sr. António d'Azevedo se nessa ocasião tivesse abandonado a pasta da justiça. Mas não, o humor é pasta levou este indolente a submeter-se àquela irrequieza. O sr. Campos Henriques fez tudo quanto pôde para o projecto não ser aprovado e o sr. António d'Azevedo trocou o bem da sua terra pela pasta da justiça.

E querem louval-o!

Só a câmara de Chaves praticou tal tolice, mas nenhum quiz dar provas de tão grande servilismo e descaro.

Ainda que peze aos regeneradores o caminho de ferro ha-de fazer-se e Chaves, em poucos annos, terá o prazer de o ver colellar-lhe as suas montanhas e romper triunfador pelo valle fôra.

Ainda que peze a esta câmara e a muito regenerador amudo.

Caminho de ferro da Regua a Chaves

A cerca d'este importante melhoramento, que em breve se converterá em verdadeira realidade, escreve o nosso colega da capital do distrito 'O Echo':

«Levantou-se um escarco modesto na imprensa local por o governo introduzir no projecto do arrendamento das linhas ferreas do estado a condição de garantia ou subvenção de juro normal de Braga a Chaves que um dia veio a construir ou explorar a companhia que tomar esse arrendamento. Concluem as folhas oposicionistas que semelhante condição falsificaria as promessas do governo feitas a este distrito, vendo já protorida, mais uma vez, a justa e dogitima pretenção d'estes povos, na realização d'um melhamento que constitui por assim dizer a única esperança no resurgimento d'uma nova era de prosperidade.

Desnorteia-á a ideia de que o governo quiser trair os seus compromissos, procedendo exactamente como os governos regeneradores, do quem o nosso distrito nunca recebeu o menor favor, enquanto de longos annos esteja envolvido n'uma luta atrevento e asmagadora, o de que sobreiro a crise agrícola que o tem reduzido ao ponto mais culminante da miséria!

O governo, porém, impassível aos ataques violentos dos mesmos PATRIOTAS, vai honrando as suas promessas, pedindo ao parlamento a aprovação da proposta do lei apresentada no assento de quinta-feira ultima pelo nobre presidente do conselho, afim de tornar definitiva a concessão provisionária feita a Alberto da Cunha Leão e António Júlio Pimenta Cabral, de construção e exploração de um caminho de ferro da Regua a Chaves e à fronteira, nos termos do decreto do 1º d'abril do corrente anno.

E' pois, correcta o digno e procedimento do governo, restringindo assim o maior empeño em corresponder às justas aspirações do nosso distrito, se bem que peze a muitos dos nossos compatriotas justas valências, aquellas que tem promovido incessantemente uma guerra séria à concessão do caminho de ferro do Corgo, para que esse melhamento, que em Braga ha-de realizar-se, não fosse concedido pelo governo progressista.

O INTRANSIGENTE

2 de abril de 1890

Caminho de ferro da Regua a Chaves

O illustre estalista Souza lembrou-se agora de meter bico em novas empresas flavienses.

Deseja quô sob a sua inspiração e influência seja construído o caminho de ferro da Regua a Chaves, pondo todos obstáculos possíveis à realização do contracto que a casa alemã Wirth e o sr. Cachapuz andam negociações com os sys. Cabral e Leão.

Os sectários do illustre Souza vêm n'istó mais um risco de patriotismo do seu patrão, mas afinal não passa tudo d'um jogo para impedir que o caminho de ferro se construa, sén o sr. Teixeira lá poder rilhar alguma coisa, de que bem precisa, coitado.

16 de abril de 1890

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Sr. redactor.

Ser-lhe-ei summamente grato se v. me conceder a inserção do artigo que incluso remetto no apropriadíssimo periódico que tão dignamente dirige.

Na esperança de ser atendido desde já me confesso

De v.
mt.º obrg.º e att.º
Leopoldo Cachapuz.

Nos últimos números dos jornais Voz de Chaves e Correio de Chaves, que se publicam n'esta villa, vêm insortas, muito interessantes notícias acerca do caminho de ferro da Regua à fronteira hispanoholga, melhoramento tão necessário e necessário para os povos d'esta região; mas os sobraditos jornais, que até há poucos dias nada tinham dito a tal respeito, mostraram agora um grande interesse por este assunto e defendem-no parcial e quasi desesperadamente nos seus artigos, procurando inspirar no espírito público a desconfiança na sociedade alemã que eu represento.

E' esta uma ingratidão que muito me apraz desrespar... Dizem os referidos periódicos que a respeitável casa bancária Fonseca Santos & Viana, organizará um syndicato (?) helga que se propunha construir o caminho de ferro em questão em dois anos (!!) e que os concessionários Leão e Cabral, por motivos partidários, não quizeram aceitar

esta proposta.

Tal acusação é absolutamente falsa, pois os srs. Cabral e Leão são cavaleiros em toda a extensão da palavra e jamais sacrificariam o progresso e o bem estar da sua província, que com tanto denodo têm promovido, a questões partidárias.

Em virtude da compromissos, muito anteriores a todas as notícias de Correio e da Voz, não podem romper-se as combinações entabularas com o syndicato alemão; e, se se trata de gente honesta e séria, deva aguardar-se antes de tudo a solução d'esta questão.

E em face d'isto, com que direito ou razão se fazem correr notícias tão levianamente escróticas e prejudiciais para os interesses de respeitáveis cidadãos?

Estas combinações não são facetas de concluir-se, tratando-se de um capital importante como é o necessário para construir esta linha, ferrea, pois, apesar de seis meses de trabalho aturado e conscientioso não se rouneem facilmente dez milhões de francos, sobretudo não dando o governo algum interesse kilometrico aos capitalistas que se propõem empregar o seu capital na construção da linha ferrea.

Qual será o fim de tais jornais n'este assumpto? Destruir o que se tem feito, com muito amor pelos interesses de seu paiz? Com palavras encobertas pretendem espalhar a idéia de que o syndicato alemão não é sério e dizem:

«Nós temos um syndicato

vem escrever-se insinuações maliciosas contra um syndicato estrangeiro que não tem partido algum político, sendo apenas seu fim construir a linha ferrea, logo que esteja assegurado o juro do capital empregado.

Este é um facto de principal importância e sem que elle se dé, sociedade alguma, belga, francesa, allomã, inglesa ou turca, construirá a linha ferrea em questão.

Julgarei bem feliz no dia em que esta terra, tão fértil e tão bella, que foi pátria querida de meu sádoso e amado paiz, obtiver a realização d'este son justo e santo desejo.

Leopoldo Cachapuz.

- Domingo, 30 de abril de 1890

CAMINHO DE FERRO

Por motivos de um artigo publicado em um jornal d'esta villa acerca do caminho de ferro até à fronteira, e a quem em outro lugar o nosso jornal se refere largamente, esteve há dias para haver um duello entre o sr. Cachapuz e o editor do referido jornal.

Por fim tudo ficou como estava, menos o estanho alvar da cara do tal editor que só este facto o podia emporcalhar mais um pouco.

A cerca d'este assumpto trasladamos ainda para aqui o que vinha inserto na telegraphia do Primeiro de Janeiro e d'outros jornais de há dias:

«É inexacto que estejam interrompidas as negociações dos concessionários do caminho de ferro da Regua à fronteira com os agentes alemães; também não é exacto estarem os mesmos concessionários em negociações com a casa Fonseca Santos & Viana.»

Por cartas dirigidas para esta villa pelo ex.º sr. Cabral, sabemos que foram os próprios concessionários que pediram se fizessem tais desmentidos. Ficam assim destruidas as phantasias de muita pobre gente que por ahi anda sem saber o que ha de dizer.

balga, e este tava origem entre nós, formando-se sob a nossa imediata influencia a ha de construir em dois annos o caminho de ferro.»

O' santa ingenuidade!

Onde haverá pessoa critica e ilustrada que acredite em tamanha stulticia? Será isto possível...?

Do dizer no fazer ha uma distância enorme. Auguro porém a esta província de Trás-os-Montes que os seus desejos serão realizados dentro de seis annos.

Convençam-se os redactores d'estes dois jornais que, se o syndicato alemão não construir esta linha ferrea, estô de modo algum se oponha a que outro syndicato a construa, e persuadam-se que sociedade alguma disporá de dez milhões sem estar corta de que o rendimento do seu capital está seguro.

Não se escrevam mentiras e ingenuidades parvas com tanta levianidade, por que quando se ama o proprio paiz, é dever dos cidadãos o unirem-se quanto possível e não procurar destruir o que está feito. Não devem escrever-se insinuações

O INTRANSIGENTE

CHAVES - Domingo, 7 de maio de 1899

concessão para si é, sem escrupulos, sem pudor, fazia todo aquele motim.

A pedra andava-lhe no sapato. Continuou o trabalho de sapo, confiado na amizade que tem com o actual ministro das obras públicas.

Ha dias no parlamento foi vista a amostra do pano, e seguidamente veio para o balcão da imprensa a peça toda para admiração do publico. Quer-se, e isto em poucas palavras, obrigar os actunes concessionários a largarem a linha do Corgo para a todo o comprido n'ella engordar o tal empregado da companhia dos tabacos que ha dias fez uma pergunta ao sr. ministro dos Obras Públicas, e a quem este respondeu com a promessa de obrigar os concessionários que têm mais direito ás nossas benfícios que aos couces de qualquer deputado ou de qualquer banqueiro esfomendo.

O segredo da guerra é, porém de mais conhecido e não somos nós caixas encoiradas de negociantes sem patria, de politicos invejosos e inconscientes.

Quando aos actuaes concessionários foi feita a concessão, um empregado dos tabacos gritou contra no parlamento, em perigo do apanhar uma palmueira, e de desfazer a sola das mãos nas arestas das carteiras. Averiguado o caso soube-se que o aventureiro queria a

Não nos animam intuições políticas, por quanto os concessionários são regeneradores, o que não deixaremos passar em silêncio e o que se premedita para beneficiar um adversário político em prejuízo de quem tem andado com lealdade e honradez.

Não era melhor que o ministerio das Obras Públicas se desprendesse da réde regeneradora e tratasse de fazer alguma coisa de bom e útil para este concelho?

Mas nem n'isso é bom pensar... não o consente a política regeneradora.

CHAVES - Domingo, 30 de julho de 1899

CAMINHO DE FERRO

Os maus encontrados boatos, acerca do nosso caminho de ferro, se chocam e entrecruzam.

Manda, porém, a boa justiça equitativa dizer, que acima de tudo, em unisono concerto, o nome do concessionário Geral, se ergue na symbolização honrosa d'uma energia tenaz, na ferro voltada d'água, que ha de vencer por fim todos os obstáculos, todos os atritos, todas as dificuldades, que se tem erguido á realização do mais belo melhoramento da nossa querida terra.

E todavia o persistente concessionário, não oferece logros, empregos, accomodações!

Esse grande trabalho tomou-o á sua conta, segundo dizem, o sr. Telixira de Souto, sendo certo que alguma nos não fez constar, pelos seus apanhados, quando serão iniciados os trabalhos do caminho de ferro.

Vamos. Pois não nos achamos já no período eleitoral? E se, com a promessa d'umas accomodações, podermos ganhar os uns votos, possivelmente, se não muito provável, que uns oportunistas farão declaração do começo das obras errasta à urna, em grandes consultamentos alegrões, a multidão aplaudindo.

Vamos, sr. Telixira de Souto! Respondid-nos. Quando começam os trabalhos de construção do caminho de ferro da Rega a Chaves?

A propósito: Quantos são os administradores?

Onze! Belas!

O INTRANSIGENTE

CHAVES - Domingo, 16 de julho de 1899.

Caminho de ferro da Regua a Chaves

1000

Parece, por informações que temos por seguras, que os negócios do caminho de ferro da Regua a Chaves, infelizmente não estão em caminho tão seguro, como seria para desejar.

Por forma que, o sr. Teixeira de Souza que tem andado levianíssimamente, oferecendo logáres e fazendo promessas, etc., contando com o ovo que ainda ha-de aparecer, está furióssimo com o caso que é deveras para meditar.

Mas quem autorisou o sr. Teixeira de Souza a oferecer logáres e a prometer empregos n'uma empreza que ainda está por formar, é que deviamos muito, seja levada a bom caminho pela influencia do sr. Teixeira de Souza, junto da casa F. Santos & Vianna?

Pois afirmamos-lhe, que se o caminho de ferro da Regua a Chaves não for por diante, como, aliás, o sr. Teixeira de Souza asseverava pelas diferentes sectarias de que se rodeia, strictas contas lhe serão, n'este logar, pédidas, e desde já, o reparamos a que praticamente justifique toda a influencia de que se dizia dispor para levar a final solução, a mais querida obra, o mais util melhoramento, que os povos d'esta nossa querida província desejam e anhelam.

Sr. Teixeira de Souza! se é um homem correcto, se é um homem digno, só quizer provar com toda a evidencia de que não falsaça o mandato que os povos de Alijó e Murça lhe conferiram, e se d'um modo efectivo quer demonstrar que tem pulso para empunhar o bastão da chesfa, manda dizer nos jornais que inspira, quando se iniciam os trabalhos do caminho de ferro d'esta província!

Sr. Teixeira de Souza! aqui o emprazamos uma formal e sincera declaração para tranquilidade dos povos do distrito e nomeadamente dos concelhos de Villa Real e Chaves.

Sr. Teixeira de Souza! shica o rosto. Sem embages, sem filhaúla e sobretudo sem intruções de mau gosto, declare peremptoriamente em que estado se acham as negociações do caminho de ferro d'esta província.

Aguardamos o resultado.

23 de julho de 1899

O caminho de ferro da Regua

Chega-nos aos ouvidos o boato que com insistência corre acerca da pretensão do sr. Teixeira de Souza, para ser um dos administradores da linha ferrea d'esta província.

Diz-se que envida os maiores esforços n'este sentido assim de poder manter as promessas feitas (mas nunca resolvidas) de logáres e empregos a diversos eleitores.

E mais nos consta que o homensinho está verdadeiramente no rubro, pelo monumental fiasco que fará, por occasião de se iniciarem os trabalhos, visto como, devendo a abertura dos trabalhos, constituir uma festa — a maior que se deva fuzer na nossa querida província — elle o **caixote** dos tabacos, não comparecerá por lhe falecerem todos os requisitos, todas as qualidades, que o tornem **synpatizable** à esta província. Que fazer, pois?

Na previsão d'este absolutíssimo desprezo pela sua pessoa e prendas concômiantes, diz-se, que exorou em humilhante posição desprezadora, da casa Foaseca Santos & Vianna, todo o apoio, toda a protecção para administrador da compa-
nhia — *sem remuneração!*

Pyramidal!

Só é certo o que se diz, vêjam a que estreitas proporções se vai reduzindo o homensinho!

27 de agosto de 1899

Caminho de ferro do Corgo

Diz o nosso presado collega O Lobo:

«Não é agora ocasião opportuna para impugnar as asserções biliosas lançadas no esterquilício de certa imprensa de Chaves, a propósito da questão do caminho de ferro do Corgo.

Pedemos no entanto, assegurar ao dr. Teixeira de Sousa, que logo em seguida à conclusão do contrato estabelecido pelos concessionários com a companhia belga representada no país pelo engenheiro Thys, o que terá lugar no proximo mês de novembro, responderemos cabalmente ao arancel, na certeza de que ficará esmagado como o mais robusto sapo-debaixo da rocha.

Aguarde, pois.»

Embora seja bem conhecido de todos o papel desgraçado que o sr. Teixeira de Souza tem desempenhado em tão importante questão, aguardamos com verdadeira ansiedade a historia completa por quem tem toda a competencia para fazê-la.

3 de dezembro de 1899

Caminho de ferro da Regua a Chaves

No Sábado dia 30 de novembro vem uma notícia que confirma o que há dias dissolvemos a respeito de novas negociações entabuladas pelos concessionários do Caminho de Ferro da Villa do Corgo. A notícia é a seguinte:

«Consta que um poderoso syndicato italiano vai pedir ao governo concessão para construir alguns caminhos de ferro no norte do paiz, entrando n'esse numero o da Regua a Chaves, cuja concessão está já pendente da consulta do conselho superior de obras publicas e minas.»

Linha férrea da Regoa a Chaves

Do *Primeiro de Janeiro*, diário progressista do Porto, transcrevemos, com a devida vena, a seguinte notícia:

"Na camara dos deputados, o sr. conselheiro Villaça foi muito felicitado pelo seu discurso, defendendo o caminho de ferro da Regoa a Chaves e apresentando uma proposta assinada pelos deputados srs. conselheiros Alpoim, Nogueira e Medeiros, que fizeram declarações, apoiando o projecto do governo. Quando o sr. conselheiro Villaça acabou de falar, o sr. ministro da marinha levantou-se e foi abraçá-lo; e quando o sr. ministro da marinha saiu em defesa do projecto, o sr. Villaça fez o mesmo.

05/01/1881. O

O INTRANSIGENTE

CHAVES-Domingo, 22 de outubro de 1899

Caminho de ferro e deputações

Conhecidas as qualidades negativas que exovnam Soisa, o ex-grande, muito de arrepiar nos parece, a afirmação por elle esplaiada adroga, do que se ultimam as derradeiras coisas, para se fechar o contracto, que passa a concessão do caminho de ferro d'esta província para uma companhia belga.

Hm... aqui anda bichol
Ou se anda!

A insistencia com que elle o fez associar aos quatro ventos, revelou-se desde já, senão traidor pelo menos muito má fe.

Oh! é mister tel-o d'olho... Porque é preciso que os srs. saibam, que n'estes desletras e incorretas caricaturas, a logra está no ilogico, e individualizando em Soisa—o casinorro—sempre que elle—sob palavraria—formular uma afiliação, a contraria é que é a verdadeira.

Sobejamente temos, n'este lugar, demonstrado, com o inicio e detalha d'un theorema geometrico, que o Caudilho, o Homem, o Bifronte, o Nullidate dr. Companhia, o Felizardo, o Dr. Coisa sobre ser um nullo, um medíocre, personifica a deslealdade e a incorreção. Isto está provéddissimo. E porque o está, não se admirem os nossos contornacos, se qualquer dia recobrirmos a infeliz noticia do malogrado das negociações, á cerca do nosso caminho de ferro, com tanto custo empunhadadas pelo astivissimo patriota e laborioso cidadão Antonio Julio Góis.

Praça aos céus que nos enganemos, mas o Bifronte que o mandou efusivamente apregoar, é porque... quem sabel tenha já a certeza de que o enyoneheiro Thys, representante da companhia briga, roza a corda por efecto de reiterações investidas novas combinações de Soisa junto da casa Fonseca Santos & Vianna. E, para que nem de leve, se possa entrometer e entreprender a nefastissima argoia que sempre teve mantido, desde o seu inicio, sobre o mesmo caminho de ferro,—suprema aspiração de nós todos, os que sinceramente amamos a nossa querida província, o futuro deputado por Alijó-julgue arrancar de sobre ci a menor sombra de suspeita, fazendo agora constar, que da sua propria boca sahiram boas palavras de esperança, e convéddissimo estava de que se ultimavam as negociações. E, por v'ntura, na mesma rebatilha houve judeu de m'loras, para que o nosso grande ideal seja descompadadamente portuga.

Tal é o homem; tal é o futuro deputado por Alijó, Murça e Sabrosa.

Que estes povos rejuvilem por entregarem a sua confiança cívica ao hom'essi, no triste, no patetico, dia, presidente d'um dos piores ministros que o povo transmontano, em plena

câmara, covardissimamente, engoliu a declaração da renuncia do seu lugar de deputado, se o que afirmava não fosse verdadeiro.

Lembrem-se! O conselheiro Arroyo imediatamente declarou em seu nome, e no do seu partido, que só tinha por verdadeiro o que o precedente orador afirmara.

E a esta formalissima declaração cathegorica, o representante dos timbrosos povos de Alijó e Murça encolheu-se e rasguejou quasi que para debaixo da cadeira, que acabava de deshonrar, por não manter a sua palavra enviando para a marxa, acto continuo, a renuncia do seu lugar de deputado, como minutos antes declarara, como o bom zom.

Que Sabrosa se mire n'este espelho, e depois que leve a sua confiança política a quem tão gloriosamente sabe honrar um inaudito!

Por isso o corpo legislativo chegou ao abatimento em que o vénios. Dezenas de vezes este Soisa tem demonstrado, sobretudo na glória sessão, a sua incapacidade manifesta para discutir, para pensar, para criar, para dirigir, para resolver e tal a mais rudimentar questão de administração. Todos sabem que a deputação para este homera tem sido uma espécie de funcionalismo, por isso mesmo que é incapaz de qualquer função séria.

Essa que exerce de caixeteiro, todos sabem as tropelias que representa.

Pois senhores: ha um partido a que fazemos justa invita dizezão que é formado por alguns homens sérios e de valor, que não escorreriam a bigante, um medíocre, um nullo como Soisa—o bifronte.

Por isso o paiz a pouco e pouco se vai divorciando da scena politica. Pois como ha-de um transmontano olhar para a representação nacional, se aquilatar os seus membros por este Caudilho, este Soisa?

A cravar por este, será capaz de confundir os dignos, que os ha estimamente, com os da laia do Soisa e por tanto achal-os todos impuros e nulos. D'ahi o desinteresse completo, absoluto, pelo parlamento que vai coincidindo a olhar como se fôra um palco, onde as senas se lhes antolha sendo limoneras, pelo menos limpas.

Tal é o resultado dos partidos constituiram procuradores do povo quem n'um capacidade dispõe para ser procurador do si proprio.

Estes patetas dos Soisas são a perversão do sentimento político, que os chefes dos partidos deveriam affinar pelo dia passão da honra, do brio, da honestidade, sobretudo d'esta, e do saber.

Infelizmente, para os brios d'este bom povo altivo, Sabrosa, Murça e Alijó irão procurar a sua vitalidade política, o seu alto dever cívico em Soisa—o mediocre—in Soisa o caixeiro dos tabacos!!!

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

Havendo-nos chegado aos ouvidos, que o sr. Teixeira de Souza propalava o bom andamento, que levava o negocio do caminho de ferro, d'este distrito, arrecelamo-nos de tanta *virtude* em tal *cidadão*, e exclamamos — «Hum... aqui anda bicho! oh se anita!»

Os nossos leitores decerto se recordam, de que no numero anterior do *Intransigente*, sob a epígrafe — *Caminho de ferro e deputalize*, — manifestamos bem altamente esse reacão e frisámos que, «—a insistência com que elle o fazia assonhar, aos quatro ventos, nos revelava para logo, sendo traição, pelo menos muita má fe.

Temos a pequenina valdade de conhecer o carácter do *homem*, e por isso estremecemos *jump'au bout des engles* com a notícia...

Pois bem! Ouçam agora os nossos conterrâneos, e sobre-tudo que o salbam os povos de Sabroza, Murça e Alijó, que bravamente irão procurar no sr. Teixeira de Souza a sua confiança política. Ouçam todos.

Confirma-se o **malogro das negociações**, entre os concessionários do caminho de ferro da Regua a Chaves, e o engenheiro Thys, amigo e intimamente relacionado com Fonseca Santos & Vianna e, por intermédio d'esta casa, relacionado também com Antonio Teixeira de Souza, cai-xeiro da Companhia dos Tabucos no distrito de Villa Real, e proposto deputado!!! pelo círculo, constituído pelos povos de Sabroza, Murça e Alijó.

Este engenheiro Thys, amigo do sr. Souza, dizia-se representante d'uma companhia belga.

Nesta qualidade, trataram os concessionários com o referido Thys, cedendo a todas as imposições por este apresentadas, e ainda a de uns tantos mozes da di-mora para as negociações, com a mesma companhia.

«Não sei se vêem bem... Porque se não vissem, dir-lhes-íamos que o sr. Souza tem, desde o inicio, enviado os maximum esforços para tolher, por todas as fórmulas e fletios, em primeiro lugar, que fosse dada a concessão — é publico e notorio — e posteriormente tem feito todo esse trabalho de sapo, que se não vê, mas que se presente nas mil e umas resistências passivas, que a infatigável e benemerito Antonio

Júlio Cabral encontrava sempre... Era o labor na sombra... cuja resultante final é o **completo malogro** das negociações. E' o que acaba de nos comunicar pessoa fidalgina.

Viram bem? Invirram melhor? A suprema aspiração d'este distrito, o nosso anciado caminho de ferro, que traduz para nós riqueza e valor, actividade e vida, comodidade e bem estar, tudo isto, toda esta risonha perspectiva, vilmente aniquilada por um fatuo, um medocre, um nuto, que a própria fonte vital que lhe uniu os braços para se elevar, foi hervar os dentes, que davaria covardemente disparar mais tarde, contra os mais elevados interesses d'este povo,

ingenuo e bom, que ainda o consente no seu seio.

Ah! os senhores acalentaram a vibra sobre o coração? Sofram-lhe agora a envenenada ferroada. E coroem a sua obra generosa, não se esqueçam; engrinaldem-lhe a fronte com o carvalho e louro dos benemeritos; que Sabroza, Murça e Alijó, não hesitem um instante em o enviar já, já, proclamador às cortes.

Sim, que o façam. Mas que um stygma infamante marquem para todo o sempre aquelles, que com o seu voto, contribuem para levantar nos escudos este nome, Antonio Teixeira de Souza, já agora transformado em nefasto symbolo para todo o distrito da Villa Real.

Um verdadeiro symbolo... de maldição.

Depois de haver entrado em composição o precedente artigo, chega-nos a notícia de que os benemeritos concessionários, Júlio Cabral à frente — entabularam negociações com outra casa estrangeira. O representante d'essa casa, que temporariamente se acha em Lisboa, reputa o nosso caminho de ferro uma optima empreza.

Não avançarmos mais; que não vá o sr. Teixeira de Souza rebentar para ali com alguma apoplexia.

Caminho de ferro

Segundo nos informam, o sr. Henri Thys, representante do syndicato belga, que com os concessionários tinha estipulado e assinado as bases para a construção e exploração do caminho de ferro da Regua a Chaves, a fim de organizar a respectiva companhia até meado de novembro proximo, acaba de desligar-se d'esse compromisso a titulo do estado actual dos meroadores financeiros.

Como os nossos leitores devem recordar-se, essas bases foram discutidas e aceitas pelo sr. Thys, por intermédio da casa Fonseca Santos & Vianna, tendo os concessionários perdido n'esse novo

instante mais de cinco mezes!

Devem tambem lembrar-se dos foguetes louvores tecidos ao dr. Teixeira de Souza pelas proprias gazetas d'esse sr., affirmando que só elle e mais ninguém é que tinha concorrido para que finalmente tivessem o caminho de ferro; que só o crédito da casa Fonseca Santos & Vianna poderia conseguir um syndicato para a construir, e muitas coisas mais que não importa pormenorizar.

Pois toda essa gritaria dos louvaminhos assalariados para armar no effeito de falsa popularidade, empregos e trabalhos eleitoraes ruia por terra, sepultando nos escombros fôtidos as justanças e validades balofas do dr. Teixeira de Souza que, ainda dias antes, affirmava aos seus íntimos que o caminho de ferro era causa decidida e ia ser feito!

E' mais um esquife que passa para o cemiterio dos intruções. Paz aos mortos.

Informam-nos ainda que os concessionários, não desanimando perante tantos obstáculos que teem encontrado para realização d'um melhoramento capital para o nosso distrito, estão já tratando, por outra via, de vêr se conseguem formar companhia no país ou no estrangeiro para o que trabalham ha muito com uma tenacidade digna de melhor sorte, mas que tem jus á gratidão dos povos a quem o caminho de ferro deve beneficiar.

Oxalá para bem d'ellas e nosso os seus esforços sejam curvados de bom exito.

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

CHAVES-Domingo, 14 de Janeiro de 1900

Lêmba no Jornal de Notícias, do Porto, do 6 do corrente, um longo aranzel remetido da Villa Real, em forma de correspondência, donde os leuores ao dr. Teixeira de Souza, a propósito do nosso caminho de ferro, saliram da pena do escritor, como o caso: que elle está roendo, ou partindo roer, sobre da Companhia dos Tabacos; para o grande caudilho ter as ordens quem lhe guarde as costas e sobre as folhas da falso popularidade.

Pouco nos importaria ver, mais uma vez, quererem ensinar a gralha com as penas alheias, habituados como estamos a que os candidatos do homem de Alijó, presos pela barriga, não trépidam em fizer de finta zebra: nefasta uni rasto de lama e do entejo de algas do Douro a espadá de justiça.

O distrito conhece bem essa horda de assalariados, que áunahl não hesitariam em vender ao proprio amo, se outro mais generoso lhes satisfizesse melhor as necessidades ou a ganância.

O que, porém, nos revoltou é terá re-

voltado todos os homens do bem, os espíritos rectos e esclarecidos é o modo brutal e império do dom, nô tal aranzel, são tratados os concessionários da linha ferrea da Regua a Chaves, por estes malandros, que tanto nome não infocem.

Tratando de deprimi-los sob pretextos futeis e injúios, podem para que o dr. Teixeira de Souza (elle que pede a si proprio) que tanto tom pugado pelos interesses da nossa região, (digam quando e como) tire o contesto do boicote dos concessionários e faça "marcar" um prazo fatal para a linha ser construída.

O fim do tal aranzel é transparente: dar motivo a que o rancoroso inimigo dos concessionários, — pelo simples facto de o não bajularem, ou dar-lhe algum quinhão — possa de novo afirmar-se, sob a capa do interesse público, só o ministro das obras públicas, para o forçar a ser cumplicio das suas artimanhas, levando-o a praticar qualquer acto, mesmo justo ou conveniente.

Aluda ha poucos dias ouvimos da própria boca do ex-^{mo} conde de Villa Real, e no fundo, do circumspecto conselheiro António d'Ávreda, as melhores referencias aos concessionários da linha, pela persistência e actividade para conseguirem organizar companhia para a construção e exploração, sem que tchahin desanimado diante das dificuldades e obstáculos previstos.

Sabemos também que o governo não tem, actualmente, recursos para a construção; que não se apresenta companhia alguma e que dô garantia para tal fim; e que os concessionários antepuseram, sempre, o interesse do distrito ao d'elles em particular, não pondo embargos a que se apresente, mais diligente, do "falso", mesmo com prejuizo do seu longo trabalho e dispêndio.

Perguntando, pois, aos ministros do dr. Teixeira de Souza:

Que lucrava o distrito em ser recusada a concessão, se tal medida podesse, de alguidilho, ser tomada?

Quem ia fazer já o caminho de ferro?

Os sr. Fonseca, Santos & Viana? Não, que a tiveram há pouco de sua ordem o d'ella desistiram.

Outro banqueiro português?

O sr. Burnay também foi consultado, logo em seguida à concessão, e davam-lhe os concessionários carta branca, e elle allegava grandes dificuldades, não aceitando por esse motivo. Os concessionários nos afflanguaram isto, e não são elles intrujões que mintam.

Onde poia ir buscar os recursos preciso? No estrangeiro? Não tem já os concessionários tentado arranjar syndicatos em mais de uma praça?

Podemos assentir, que sim, e não será para surpreender que de um momento para outro as diligências d'elles sejam coroadas de bom exito, continuando, como costumam, a envidar todos os esforços para bem se desempenharem com o distrito do ansejo honroso, mas pérnidino, que contrariaram.

Ora, para honestos que assim procedem, é que a má vontade dos ambiciosos se revolta, sem atenderem às circunstâncias da occasião, nem ao proprio interesse do distrito.

Seria isso digno de magna para o coração, se não fosse simplicemente nojento...;

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

A inveja insidiosa e o ódio rotado nos concessionários da linha da Regoa a Chaves, por unhas certas individualidades, que comem na escudella dos tabacos, servida e alimentada pelo porta-bandeira da companhia em Villa Real, mais uma vez os levou, alucinados, a investir contra a razão e a verdade, no intuito único o sabido de prepararem terreno para o seu patrício representar de novo um papel que, se podesse dar-lhe o resultado que almejaria, teria seguidores na arte do padre Vieira.

A máscara do bem público tem servido a muito fargante para encobrir pensamentos reservados e até intenções criminosas; porém, nunca, como no caso do caminho de ferro, para disfarçar, de um modo tão impudente, a mentira lórga, o despeito e a ambição de um homem, que todo o mundo conhece gloriosamente, para que os independentes da sua elocada tabaqueira e os reflectidos o tomem a sério.

Não ha ningnem em Villa Real e Chaves, que ignore a constância, boa vontade e energia com que os concessionários tem tratado de promover a construção da nossa linha ferroviária, dedicando se de corpo e alma, em praça estrangeira, à realização do tão importante melhoramento para o nosso distrito. Nesse labor incessante não tem passado dinheiros, trabalho, tempo, ausências prolongadas de suas famílias, incomodados e sacrifícios derivados da concentração da sua espirito, quasi que sómente na organização de uma empresa para fazer o caminho de ferro.

Não ha também quem desconheça as dificuldades que se torn levantado; os casos imprevistos, a falta de confiança no rendimento da linha, o estalo financeiro do paiz e de outros, que não tem permitido, nem as proprias casas bancarias, organizar companhia para a construção e exploração da linea.

Pois, apesar de toda a persistência, actividade e bondade dos concessionários, a inveja e a malquerença de algumas manus filios d'esta terra, maxilha de alguma adventícios, verdadeiros parásitas, incapazes do bem, mas que entendem pôr impunemente impôr a seu fulgante a opinião, a deprimir tudo e a todos, consuanto as ordens de quem lhes sustenta a malandrice; — apesar do esforço dos concessionários, repetimos, e da justica que lhes é feita por os homens honestos de Villa Real e d'outras partes, — os alugados e subservientes escribas não duvidaram voltar a engaçar, para maltratar e expor à desconsideração publica os concessionários.

Estão perfeitamente no papel que tomaram, nessa farcada que o bono senso repreva e a moral condena. Fingem sentir como proprios os arrabatamentos do patrício para fazer jás a construção dos queixos na escudella.

Se, porém, pensam illudir alguém com as suas refusadas manifestações pelo bem publico, estão completamente enganados. O povo consciente sabe, e até por instinto conhece, quem trabalha a favor do bem commun. Não confunde os egoistas com quem reparte o coração e o tempo.

E' fácil a tarefa de deprimir e censurar as intenções e trabalho dos que se põem à frente de qualquer emprendimento. Imitá-los é mais difícil e nem tuio é para todos.

Se ha entre os Aristarchos da phalange tuboquelleira algum prestigioso e poderoso capitalista que queira ou tebar elementos para construir com mais brevidade o caminho de ferro, estamos certos que os concessionários lhe entregarião a præbenda; mas, dando antes garantia real e efectiva de que realizarão a construcção.

Sem isto, não. Os concessionários já sabem, por uma dolorosa experiência, quanto valem as promessas, informações e garantias moraes dos banqueiros em contratos firmados com engenheiros representantes de syndicatos para organizar companhias, principalmente para a construção e exploração do caminho de ferro da Regoa a Chaves!

Pois alguns desses mesmos banqueiros, como por toda a parte apregoavam os assalariados da Companhia dos Tabacos, eram no dizer destes, os únicos que podiam organizar no estrangeiro, ou no paiz, um syndicato para construir...

Não o sabem os intrujões e os invejosos que querem desvirtuar a verdade? Será preciso nós pedirmos aos concessionários que publiquem as bases assinaladas para o contracto definitivo, do qual, à ultima hora, desistiram esses banqueiros, do seu modo tão brusco quanto injustificável?

Melhor é, pois, que os pseudos arautos da opinião publica se remetam ao silêncio, se é que a sua má vontade aos concessionários lho pôde permitir, porque nem o capital se conseguiu com gritarias ou esparrallas, nem os concessionários se alienorizam com os furoricos do homem, que mais os tem deprimido, sem duvida por não tem, perante o ídolo, pedir permissão para promover um melhoramento importunitissimo para o distrito de Villa Real.

Que diferença entre o procedimento de tal personalidade, com os deuses, condé de Villa Real e conselheiro António d'Azevedo!

Estão unidos o fôrum a tenacidade dos concessionários; aquelle procura, por todos os modos, manter-lhes a descrença e deprimi-los!

Não o conseguirá. Actua de seu ódio ou ambição está a justica e a verdade que rompem altul por todas as intrujões, como o sol pelas sombras mais densas.

O caminho de ferro não pôde ser feito com a rapidez que os intrujos exigem; sei-o-lu quando puder ser.

Tudo mais será prôgar aos poixinhos o atirar sem alvo; por que, nem o governo o pôde fazer, por em quanto, nem os concessionários vêem diante de si quem melhor possa pugnar por tão desejado melhoramento.

Os próprios chefes politicos do distrito, o nobre conde de Villa Real e conselheiro António d'Azevedo, que tanto conhecimento de todos os passos no caminho de ferro, não consentiram que a sua construcção se demorasse, se ella pudesse ser feita mais rapidamente por outra qualquer forma, e nesse empenho não encontraram a menor dificuldade da parte dos concessionários, a quem o ódio da Inveja tão injustamente infiltrata.

Mais justiça e menos ambições de falsas glórias e réclames.

A VOZ DE CHAVES

Quinta-feira 1 de Fevereiro de 1900

CAMINHO DE FERRO

O Intransigente, orgão dos interesses do brasileiro, veiu, há quinze dias, publicando artigos pezados e massados para demonstrar que o caminho de ferro da Regoa a Chaves se não faz por motivo... do sr. dr. Teixeira de Souza!

O ilustre deputado e honrado chefe do partido regenerador de Chaves não tem folga em dizer numerosas alegações ao orgão.

Que mal faria o sr. dr. Teixeira de Souza aos interesses do brasileiro?

Até admira que o não dessem como causador do fracasso das promessas panacriás... com telegramas e tudo.

Mas adiante.

Em tempo opportuno traímos desenvolvimentamente do assunto - caminho de ferro - e só deixámos de fazê-lo quando nos informáramos do propósito explorador e das imposições que os concessionários fizeram a quem franca e lealmente desejou tratar com elas.

Depois de publicadas na Voz de Chaves, em o número 277 de 10 de agosto do ano passado, e recapitulando em artigo especial as diferentes pluscas porque esse suspirado melhoramento passou depõla, disso, entendemos que não podíamos nem devíamos, decorrentemente tratar mala tal assumpto.

Estamos absolutamente convencidos que se os primeiros trabalhos da construção do caminho de ferro se não realizaram foi por culpa exclusiva dos concessionários.

Presentemente, assalta-nos o proposito de que, na obstinada recusa ou propostas exigências feitas, não foi estranho o dedo do intrujo...

E senão, porque dão tanto ao orgão que o ilustre titular das obras públicas, e corregedor, estabeleça um prazo para começo dessas obras sine qua é certa a resolução da concessão?

Toda completa conhecimento dos nossos leitores lhes transcrevemos as condições impostas ao grupo de cavaleiros que desejava adquirir o privilegio que fora concedido aos concessionários.

Vejam essas condições leoninas e digam-nos sinceramente se não era certo, arguir, o retrahimento do capitau para aquelle fim.

Ex-18.

- a) Fixar o sr. Boreira Cabral na administração;
- b) 15 contos em dinheiros;
- c) Percentagem fixa e determinada nos lucros da exploração;
- d) O direito dos concessionários e os seus sucessores e representantes de chefe da exploração;
- e) Não poder a companhia que se formasse passar a concessão fundindo com outra companhia ou empregando sem prévia anuência dos actuais concessionários ou previa indemnização.

Em face d'essa exposição deixemos esbravejar o intrujo e em fúria a honrada casa bancaria Fonseca, Santos & Vianna, de Lisboa, embora ella seja dirigida por um cavaleiro de toda a res-

peitabilidade e autoridade moral, pública e particular, que o referido intrujo não tem nem terá, e não frizando também o facto de esse representante pertencer a ser um dos vultos mais preponderantes e sympatheticos da politica... progressista!

Vamos, porém, sendo convencidos que a origem do fracasso da não construção do caminho de ferro foi tudo obra do brasileiro.

CAMINHO DE FERRO

A camara fez constar que havia representado ao governo para que se estabelecesse mais um comboio diário entre Tua e Mirandela, em correspondencia com o que ás 4 e meia da tarde parte do Porto para a Barca d'Alva.

Quer a camara com isto aumentar o tranzito de passageiros por esta villa.

Em representações nenhuma leva a palma à nossa vereação.

E de tudo quanto faz, o menos inofensivo, sendo na maioria das vezes assimatico, são as representações, com que até hoje nada conseguiu, nem mesmo lançar poeira aos olhos dos munícipes. Passam-se semanas e semanas, meses e meses em que a camara só dá signal de vida com uma representação, das quaes nenhuma viu bons fructos para o concelho!

Isto da vereação querer aumentar o transito de passageiros por esta villa, estando as ruas immundas, a iluminação (?) vergonhosa, a polícia indisciplinada, e, enfim,

o desleixo camarário a ser atestado em todos os serviços municipais, se não é de velhacos, é pelo menos de querer não possuir um miligramma de molição.

F. deixando estas considerações que cremos bem pôde ser não entrarem na clarabóia cerebral dos edis d'esta infeliz torra, o que por simples intuição se impunha era que os anr. vereadores, a gastarem o tempo em representações por causa do caminho de ferro, fazessem para que os concessionários da linha da Regoa a esta villa fosse marcado prazo para o começo dos trabalhos da construção. JÁ está visto, e mais que visto, que não é por falta de tempo que elles conseguem captaes mas talvez, sim, pelas suas inaceitáveis exigências.

Mas seja pelo que for, a verdade é que marcado o prazo e não começando a construir-se, caducaria a concessão, entrando a linha na rede do estado aprovada na ultima sessão legislativa, conforme a proposta do anr. dr. Teixeira de Souza. Nada havia, pois, a perder e, antes pelo contrario, tudo a lucrar.

Porque não representar e se sentir à vereação?

Ura, pelo que hão de ser? Porque nem mesmo as suas representações são inspiradas no bem publico, mas unicamente em interesses particulares, nem o presidente da camara tem ordem do brasileiro anr. Sotto Maior para mexer na questão da linha ferrea da Regoa a Chaves, porque isso contraria certos negócios...

Que importa que para lucratem meia duzia de individuos, sofria um districto ou uma província?...

Demos tempo ao tempo e que a historia fale... Tudo se saberá...

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

Acaba de ser concedida, pelo governo hispanhol, em virtude de lei passada em outubro, a construção e exploração da linha ferrovia de Orense à fronteira portuguesa, em Verin, ao sr. D. João Ortoneda, que elaborou o respectivo projecto.

A importância que esta concessão tem para a linha da Regua à fronteira é indiscutível, pois que, tendo o prolongamento d'ella, transforma em linha internacional o nosso caminho de ferro, que terá a ligação da duas redes importantes:—a hispaniola e a portuguesa.

Nos estabelecimentos hidrográficos das Pedras Salgadas e do Vidago a construção da linha hispanola ha-de trazer um considerável acréscimo de movimento, contribuindo assim para aumentar a riqueza do nosso distrito; tão digno da atenção que não tem mercido até hoje, apesar das inúmeras fontes de riqueza exploradas que possua.

A linha hispanola mede 110 quilómetros d'extensão, estando erguida em 13 milhas de pezetas, ou 2.600 contos de reis, o seu custo.

Calculam-se em um milhão e duzentas mil pezetas, ou 240 contos de reis a rendita, o que garante um juro, de 6 p. c. nos capitais que se empregarem na construção.

A região atravessada pela linha é muito rica em produtos agrícolas e gados e, estabeleceu-se por ella ligação fácil com as minas de carvão das Asturias, daí a construção deve resultar vantagem considerável para a nossa indústria, que está lucrando com grandes dificuldades que lhe causa o elevado preço do carvão, que quasi exclusivamente importa da Inglaterra.

Muito para sentir é que as más condições em que se encontram os mercados monetários, por causa das perturbações ocorridas pelas guerras em que nações poderosas se temem empenhado, obstruem a realização do melhoramento que tão util nos seria.

Não são, porém, motivo para desanimar estas contrariedades casuísticas, pois que o custo da nossa linha e o resultado que a sua exploração promete dão a garantia de

que será construída desde que as coisas entrem no seu estado normal.

Não afrouxam os concessionários no seu empenho em realizarem a construção, mas quando o governo, cuja influência é superior, não pode conseguir o acordo com os seus credores, para o qual ha tanto tempo trabalha, como exigir que elles fagam o milagre de reunir capitais para a construção da linha da Regua à fronteira, que não têm do estado o mais pequeno auxílio?

E contudo talvez em breve tenham conseguido o seu intento para o que muito contribuirá a concessão ultimamente dada a que scimus nos referimos.

Nós, que temos sempre estado na bracha, pugnando por tudo quanto interessa ao desenvolvimento do distrito e à sua riqueza não podemos deixar de dar aos nossos leitores tão grata notícia com verdadeiro entusiasmo.

A importância que tem uma linha internacional chama as atenções mais do que as attrahe uma linha de simples interesse local e, estando o sr. Ortoneda d'accordo com os concessionários da linha da Regua à fronteira, para que a mesma empresa realize a construção dos dois caminhos de ferro, sem dúvida que esta circunstância é favorável à realização do nosso ideal.

Ozalá que o nosso ardente desejo tenha em breve a consagração dos factos e que o silvo da locomotiva veleja romper o silêncio das quebradas d'essas montanhas que ainda não conhecem este sinal do progresso que desperta os povos e os incita a novas emprezas e a compromissos de elevado alcance.

(Do Villarcense).

Domingo, 18 de março de 1900

Caminho de ferro da Mirandella

A nossa câmara resolvou na última sessão representar ao governo de Sua Majestade, pedindo se estabeleça mais um comboio diário entre Tua e Mirandella, em correspondência com um expresso que no verão parte do Porto f. 4 e meia horas da tarde em direção à Barca d'Alva.

A realizar-se isto, aumentará muito a influência de passageiros em trânsito, que se destinam a Vila e Pelras Salgadas, durante a época balnear e lucraria o público em geral.

Ozalá que seja coroada do melhor exito a justa petição, e tanto mais que em lugar de originar uma despesa para o Estado, trará receita.

A VOZ DE CHAVES

Quinta-feira, 26 de Abril de 1900

Quinta-feira, 31 de Maio de 1900.

Caminho de Ferro

El Miño, de Orense, noticia que *La Gaceta*, órgão oficial do governo espanhol, publicou a lei autorizando a construção d'um caminho de ferro de via reduzida desde aquella cidade a Tamaguelos, povoação proxima da nossa fronteira, onde devia ligar com o que da Regoa se dirigisse por esta villa para ali.

Outro tanto já cá está feito ha annos e é como se não estivesse.

Se os nossos vizinhos forem tão felizes como nós não conseguindo que se olhe mais pelo beneficio geral do que pelo dos concessionarios, como ça está acontecendo, terão de resignar-se a viajar em tipola por largos annos.

Para os srs. concessionarios podrem negociar á vontade não está ainda marcado o prazo para o começo dos trabalhos, tendo os povos d'esta importante região os seus interesses ameaçadas exageradas exigências d'aquelles — a que já nos referimos oportunamente — que *ndo faram nem deixam faze-*

Nada tendo elles a perder, é infelizmente muito provável que este estado de coisas se prolongue eternamente, se não modificarem as suas pretensões, ou lhes obriguem a modificar.

São as unicas esperanças que nos restam, e bem fracas esperanças.

Caminho de ferro

El Eco de Orense dit-nos a grata notícia de que é esperado, naquella cidade, o sr. Monrós, ex-director geral das comunicações, acompanhado de dois engenheiros, assim de se dar começo aos trabalhos do caminho de ferro d'ali, à fronteira portuguesa.

Parece que os nossos vizinhos espanhóis são mais felizes do que nós.

Os estudos d'aquela linha foram feitos muito posteriormente aos da Regoa e também a fronteira, e já sabem quando a construção começará.

Da nossa está tudo como há 3 annos, e assim continuará se não houver quem, interessando-se por esta região, conseguir que seja marcado aos concessionarios um prazo:

para o início dos trabalhos, sob a pena de lhes enduzir a concessão, ou que por qualquer forma elles modifiquem as suas propostas de trespassá-las, exageradamente lucrativas, visto não possuirem capitais próprios.

Enquanto não esperemos

Quinta-feira, 27 de Dezembro de 1900

Caminho de ferro

Podemos informar os nossos leitores que são prometedoras as negociações feitas entre uma empresa estrangeira e os concessionarios da linha ferrea da Regoa à fronteira passando por Chaves.

Mais nos informam que essas negociações, na parte relativa ao troço da linha que nos convém, estão liquidadas, faltando apenas a sancção do governo — que supomos lisonjeira — para ser entregue à referida empresa a construção das demais linhas ao norte do Mondego.

Temos inteira fé que, ocupando as cadeiras do governo o illustre ministro da marinha snr. conselheiro Teixeira de Souza, dedicado e prestigioso chefe do partido regenerador de Chaves, pouco tempo viverá quem não possa ver realizadas as aspirações do nosso concelho e distrito.

Quinta-feira, 12 de Julho de 1900

Caminho de ferro

Chega-nos uma scintelha de esperança que, em todo o caso, não é motivo para precipitações... As influencias manejadas ao sabor da política podem entorpecer esta nova tentativa de realização do caminho de ferro da Regoa a esta villa.

E verdade que os concessionarios já não tem direto a pedir a continuação d'este estado de coisas, mas é também verdade que hão-de querer o ultimo cartucho para não perderem a concessão. Deve, porém, vencer o interesse d'esta região tão prejudicada pela exagerada ganância dos concessionarios, ou, talvez antes queiram, pela sua demonstrada incapacidade para organização da companhia, visto não possuirem capitais próprios.

Vencerão os interesses gerais ou os dos concessionarios? Esperemos e esperaremos sempre com o espírito na incerteza.

A história não é para agota, mas deve fazer-se quando as esperanças se traduzam em factos, ou se percebam de todo.

Foi no consulado progressista decretada a concessão, mas está provado que se decretou para beneficio dos concessionarios e não para o d'este distrito. Senão tels-fam compellido a construir-lhe ou a largarem a concessão.

Ouvimos que se trata agora d'issso. Parece que se espera a consulta da Procuradoria Geral da Coroa para lhes ser fixado um prazo dentro do qual terão que começar os trabalhos, sob pena de perderem os seus direitos.

Será d'esta vez? Devia ser a todos quantos, acima de tudo, se interessam pelo bem estar d'estes povos, estimam e se esforçam para que tal solução vá por deante.

Oxalá não tenhamos nova desillusão.

O INTRANSIGENTE

Caminhos de ferro coloniaes

A camara dos deputados apegou o sorriso trotskista, tomou a atitude das grandes occasões para se ocupar da importante questão dos caminhos de ferro coloniaes. Para que a camara voltasse a essa grave compostura influiu mais a consideração merecida no ilustre ministro da marinha que aquela in que os deputados costumam dar aos mais elevados projectos submetidos à sua apreciação.

Iniciou o debate o sr. João Franco, produzindo um notável discurso, riscado da paixão partidária, mas de levantados louvores ao distinto titular da pasta da marinha. Disse que era velho amigo do sr. Eduardo Villaca, que tinha pelo seu talento e pelo seu honestíssimo carácter uma verdadeira admiração, e que agora admirava mais no notável estadista que geria os negócios do ultramar uma firmeza da opinião e vontade própria que não julgava fuisse de predileção dominante do espírito de seu ex^a. Com este projecto, fazendo-o discutir, empurrando todas as dificuldades, vencendo, o ilustre ministro assoprou a lenda de que era uma bela alma engastada em corpo sem vida.

O sr. Eduardo Villaca saheteu-vontaria quando é preciso, sem reclamações no parlamento e na imprensa. E lembra que é como as donas de casa que ralham poucos vezas e vencem sempre, ao passo que outras ralham constantemente, mas transigem sempre.

A este discurso respondeu o nosso querido amigo e chefe político. Foi um discurso notabilíssimo, profundamente patriótico, d'uma extraordinária elevação de conceitos como só os tem os oradores de iah; e os estúdiçosos da profissão.

Entraram ainda no debate os srs. João Arribóia, José d'Azevedo e o nosso inteligente amigo e deputado porto-riquense, sr. Rodrigues Nogueira. E ainda outra vez tocou a palavra o sr. ministro da marinha.

Damos a palavra no Correio da Noite:

*Em resposta ao sr. José d'Azevedo, o nobre ministro da marinha proferiu um discurso notabilíssimo, das mais formosas da sua carreira parlamentar, tudo por em bilhante evidência a sinceridade da sua palavra, o patriotismo das suas intenções. O governo estava representado pela sua pessoa. Assim para si toda a responsabilidade do projecto é revindica para si a honra de o ter apresentado.

Se o sr. ministro das estrangeiros tivesse de entrar no debate, estaria na camara, porque elle é das que não foge nunca ao cumprimento dos seus deveres... O que o governo não fará, o que nunca será capaz de fazer seria convegar a beldade dos Tigres, como o queria o sr. José d'Azevedo, de preferencia ao projecto. O que o governo fará é manter integral o património nacional, de que fazem parte tanto o continente negro, como as mais remotas regiões do nosso domínio colonial.

Em períodos formosíssimos faz a apologia do sentimento do patriotismo, que não é exclusivo de nenhum partido, mas

de todos os que se chamam cidadãos portugueses. Sobre política internacional, os ministros nem sempre podem dizer tudo o que desejariam dizer, nem entrar em discussões abertas sobre os seus actos. Nunca o sente mais do que elle. Pela sua parte espera tranquilo que tudo se possa saber sobre o procedimento do actual governo.

Registrei um facto: é que através de todas as dificuldades d'uma época tão acidentada, co o a decorrida nos últimos anos, o nome de Portugal é considerado e respeitado nas chancelarias mais poderosas e a visita das esquadras, que o anno passado recebemos no nosso Tejo, é a melhor prova da cordialidade das relações entre o nosso país e as grandes potências da Europa.

Como se vê este discurso foi notabilíssimo por varias razões. Por em evidência o patriotismo do governo, provou a excellência do projecto, disse sem ser desmentido que o ministro tenha governado com honra, economia e intelligencia.

Para nós, que somos amigos dos mais antigos, que temos pelo notável estadista uma affiliação e um entusiasmo que nos orgulha, este discurso revelou um segredo—o homem de estudo, de trabalho e de honra é uma vontade que não force. O sr. João Franco revelou uma grande verdade, que nós há muito já sabímos para que ella fosse tão evidente que não pudesse ficar num só instante a dúvida.

Quem assim se afirma tem o caminho do futuro desimpedido.

Quinta-feira, 3 de Janeiro de 1901

CAMINHO DE FERRO

Do nosso distinto collega de Villa Real pedimos venia para transcrever o artigo seguinte:

Informam-nos de que vão em caminho de obterem lisonjeiro exito as negociações entaboadas entre os concessionários do caminho de ferro do Corgo, e uma empreza estrangeira para a cedencia d'essa concessão.

Oxalá que as nossas esperanças não sejam frustradas, mais uma vez, e possa emfim haver a certeza de que o importantíssimo melhoramento de que se trata venha finalmente a ser uma realidade para esta região, tão abandonada ao poder central e bem mais digna da consideração dos dirigentes.

Ha muito que o nosso distrito, carece, para o integral desenvolvimento das sua faculdades productoras, d'este melhóramento, com que outras regiões menos consideraveis ha muito foram dotadas largamente.

Não corresponde esta nossa aspiração a um capricho futil, a uma reclamação que não tenha por fundamento a justiça, a tazão e reaes e urgentes necessidades. Não é para satisfazer vaidades mal entendidas, ou interesses ilegítimos que nós reclamamos este benefício da civilização, mas como exigência indispensável ao desenvolvimento gradual e necessário da nossa riqueza agrícola, base e alicerço fundamental e origem de todo o verdadeiro e sólido progresso das nações.

Contribuir para a felicidade geral, é um dever de todo o homem, de todo o cidadão. Mas para que se cumpra esse designio superior, esse dever imprescriptível, impende à collectividade facilitar a todo cidadão os meios de cumprir e levar à prática essa obrigação.

A agricultura d'este distrito carece, para a sua natural expansão, para o seu desafogado desenvolvimento, para o seu progresso legítimo, d'esse benefício que se por um lado facultará exportação dos seus productos, por outro lado contribuirá para o bem geral, proporcionando aos centros de consumo os generos que abundam no nosso meio e escassejam n'aquellos mercados.

A braços com uma longa e dolorosíssima crise, esta parte do distrito de Villa Real tem luctado ferrenhamente, heroicamente pelo seu restabelecimento, à semelhança do naufrago que, abandonado de todo o socorro, tenta no alto mar essa tragica luta de que espera a sua ultima e definitiva salvação.

Destruidos, e secos os seus vinhedos, tornados aridos e estérveis, esses terrenos que a força de ingentes trabalhos haviam sido arrancados a pedregos e inclinadíssim os montes, o nosso lavrador votou-se de novo a replantá-los, pondo n'esse esforço homérico as ultimas forças, a derradeira parcella da sua energia.

Concluído esse trabalho—

que bem se pode comparar à dolorosa ficção mythologica d'aquele gigante condenado a carregar um penedo para o cimo d'um monte, d'onde, mal chegado, rolava de novo para a base da precipitada ladeira, ou como o trabalho das Danaïdas, perpetuamente condenadas a encher um tonel sem fundo,—eis que nova condenação pesa sobre o seu arduo destino. Os seus vinhos, não obstante possuirem todos aqueles predicos que os tornam estimados em todos os centros de consumo, não obtem saída por preço remunerador dos sacrifícios postos na sua cultura, por causa da carestia e morosidade dos transportes. Situação afflictiva, situação desoladora!

O fruto de tanto trabalho, de dolorosos sacrifícios, se não utilizados, prestes talvez a perder-se e em risco de naufragar!

N'estas circunstâncias o melhoramento de que nos ocupamos não só é uma necessidade urgentíssima, mas inadiável remedio para uma crise gravíssima que põe em cheque a mais fecunda, a mais importante fonte de receita d'esta região.

A notícia, pois, de que negociações serias entaboadas entre os concessionários e uma casa bancaria de Lisboa, representando um comité estrangeiro, estão em via de lisonjeiro exito, sobremaneira nos alegria o espírito e como a nós a todos os individuos que desejam o bem estar, a riqueza e a felicidade d'esta villa e distrito.

Oxalá as nossas esperanças não sejam goradas.

17 de Janeiro de 1901

Caminho de ferro

A Junta Consultiva de Obras Públicas apreciando a proposta do sr. Leopoldo Cachapuz, engenheiro italiano, e representante de um importantíssimo comité de capitalistas estrangeiros e nacionais, e relativa à concessão da rede ferrea ao norte do Mondego incluindo Regon à fronteira passando por Chaves), foi de parecer que a referida concessão fosse posta a concurso.

Estamos ainda autorizados a informar os nossos leitores, e todos aquelles que se interessam pelo progresso do nosso concelho, que a boa nova se não fará demorar muito, caso, é claro, não surja qualquer complicação irredutivel.

Quinta-feira, 24 de Janeiro de 1901

CAMINHO DE FERRO

De um nosso distinto collega de Villa Real, *O Povo do Norte*, transcrevemos a seguinte local:

A Junta Consultiva de Obras Públicas foi já submetida a proposta feita pelo engenheiro italiano sr. Leopoldo Cachapuz, como representante de um importantíssimo grupo de capitalistas estrangeiros e nacionais, relativa à concessão da rede ferro-viaria do norte do Mondego.

Nessa rede acha-se incluído o caminho de ferro da Regoa à fronteira, passando por esta villa e pelas estações aquistas de Pedras Salgadas, Vila do Conde e Chaves.

A Junta, sem dar parecer contrário à concessão, opinou por que se abrisse concurso público sobre ela, como aconselham os mais elementares princípios de justiça.

Affangam-nos que o governo se acha disposto a conformar-se com o parecer d'aquele corpo consultivo. E n'essas circunstâncias o concurso referido será aberto em breve prazo, se supervenientes absolutamente atendíveis a isso não obstarem.

Da parte do ministerio, ao que nos dizem, ha toda a boa vontade em que o troço da rede que nós interessam seja construído no mais breve prazo, satisfazendo-se por tal maneira às imperiosas necessidades d'esta região e aos valiosos interesses das emprezas aquistas acima mencionadas. Pelo menos assim nos informam pessoas de toda a probidade e que tem lampada accessa na Meca governativa.

Mas tão habituados estamos a ver preterido, por motivos futeis, este assumpto de tão capital interesse para nós, que nos assalta sempre o receio de que as nossas esperanças sejam mais uma vez frustradas.

Assim, dissemos acima, que o governo, conformando-se com o parecer da Junta Consultiva, fa pôr a concurso a rede ferro-viaria referida, a não impedirem supervenientes attendíveis.

Ora no numero d'essas supervenientes podem figurar as reclamações do poderoso syndicato ou casa bancaria com quem a concessão do caminho de ferro foi negociada, se é que no syndicato representado pelo engenheiro Cachapuz essa mesma casa não figura já, como nos parece. Na peior das hypotheses para nós, essa casa pode pôr sérios embarracos ao concurso que vai abrir-se, o que será para o nosso distrito motivo de graves prejuizos.

Obstará quaesquer empecilhos d'esta natureza seria poi um acto do governo, que mereceria os aplausos de todos os habitantes da região favorecida e valorizada pelo importante melhóramento.

E' claro que este nosso receio não se funda em informações claras e directas que hajamos recebido sobre o assumpto, de qualquer individuo ou collectividade. Ele deriva d'um espirito de pessimismo muito arrraigado no nosso espírito em tudo o que se refere a esta questão, ha tanto e por tantas vezes tão intensamente debatida e sempre sem imediata solução.

Temos razões especiais para informar o collega que o consumo a que foi sujeita a concessão da rede de caminhos de ferro ao norte do Mondego obedece, exclusivamente, a tornar bem patente a todos a forma de que não há, de qualquer maneira, o propósito de prolongar indefinidamente um estado de coisas insuportavel.

Além d'isso, e nas condições citadas, será preferido, e com justiça, aquelle dos concorrentes que melhores garantias apresentar em todos os sentidos que interessam á necessidade urgente do começo dos trabalhos de construção.

Assim como é certo que, da parte do governo, há toda a boa vontade em que o nosso distrito seja beneficiado com tanto util e importante melhora-

to. Podemos, pois, testemunhar ao collega que, correndo as coisas no pé em que vão, tudo se encaminhará para a melhor solução, que é ardente e desejada pelos povos do distrito.

Quinta-feira, 21 de Março de 1901

Caminho de ferro

Somos informados de que o sr. Leopoldo Cachapuz, engenheiro italiano que por algum tempo residira n'esta villa, pediu a concessão da rede ferro-viaria ao norte do Mondego, com exclusão (1) do ramal da Regoa à fronteira passando por Chaves.

30 de Maio de 1901

Caminhos de ferro

Segundo nos consta está em vias de favorável solução a construção do caminho de ferro que liga Mirandela a Bragança, para o que foi já entregue ao governo o respectivo projeto e condições.

Relativamente à construção da Regoa à Chaves informam-nos que lavra grande desânimo em Villa Real e consideram como completamente desfeita a legítima aspiração de todo o nosso distrito.

Pois com as condições que em tempos publicamos não admira que houvesse poucos gulosos da concessão e construção.

Caminho de ferro

Porque o assumpto não deve descarar-se e porque nunca é demasiado insistir nos compromissos, ainda que n'elles tenhamos inteira fé, de novo transcrevemos os telegrammas trocados entre o sr. presidente da Associação Commercial,—cujo telegramma foi subscripto portrinta e seis assinaturas de individuos representantes das primeiras casas comerciais, e independentemente de princípios políticos —e o illustre ministro da marinha sr. conselheiro Teixeira de Souza, prestigioso chefe do partido regenerador do conselho de Chaves.

E porque no numero anterior da Voz de Chaves não pudemos por carencia absoluta de espaço e por a copia do telegramma enviado pelo illustre ministro nos ser obsquisiosamente facultada quando o nosso semanário estava no prélo, por esse motivo só, não frisámos então o nobre desprendimento do sr. conselheiro Teixeira de Souza colocando-se modestamente em um plano inferior de destaque, quando é certo, absolutamente comprovado pelo honrado estadista que preside ao governo que só, exclusivamente, ao interesse e dedicação do titular da pasta da marinha se deve a saída do beco que era a concessão sem prazo para o deposito.

Nós não estranhemos que o illustre estadista não quizesse salientar a sua provada interferencia na realização da grande aspiração do nosso conselho, mas devemos frisá-la para confusão d'esses detrac-

tores de pechisbequé que por si exalteiam, verdade seja, irrisoriamente, encarrapitados n'umas embofias de metter... nojo.

Eis os telegrammas:

Ex.mo Cons. Teixeira de Souza
Ministro da Marinha

Lisboa

O Commercial de Chaves reuniu hoje na casa da sua Associação para o expresso fim de agradecer a V. Ex.º os tão assinalados serviços prestados para a realização do caminho de ferro até esta villa, tem por honra e dever manifestar a V. Ex.º o seu reconhecimento e confia na alta cooperação do V. Ex.º para o engrandecimento e prosperidade de Chaves.
Associação Commercial de Chaves, 12 de junho de 1901.

*

Presidente Associação Commercial.
Chaves

Agradeço telegramma V. Ex.º em nome da Associação Commercial por cujas prosperidades fago votos. A V. Ex.º asseguro que continuarei empregando todo o meu esforço para conseguir a realização do vital melhoramento para o nosso distrito, cuja justiça é reconhecida pelo governo e especialmente pelo Ex.mo presidente do conselho e ministro das Obras Públicas.

Teixeira de Souza.

Quinta-feira, 28 de Novembro de 1901

CAMINHO DE FERRO

Cá voltamos, por dever d'ofício, á triste função de desfazer prematuras alegrias.

Sobre o assumpto que tanto interessa ao distrito só sabemos, positivamente, o seguinte que nos informa pessoa competentissima.

Em Villa Real toda a imprensa verbégra encorajantemente o procedimento do pseudo-benemerito concessionário da construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

E em vista de tal atitude, que se generalizou á população d'aquella villa, o referido concessionário abalou até á capital para ver se pôde ser reembolsado do deposito e se lhe garantem a importância das despezas feitas.

Conseguido isto o governo poria em concurso a concessão e sabemos, que já há empreza para imediatamente tomar o compromisso —e cumpril.

No caso, porém, do concessionário voltar a Villa Real e continuar no mesmo protelamento do assumpto, é de recuar qualquer manifestação que desagrade ao referido aspirante a benemerito assim como aos que lhe ajudam a fazer o jogo inconveniente.

Dizem-nos que estivéram n'esta villa os srs. Cachapuz e um marquez, também de nacionalidade italiana.

Informam-nos que nada ficou assente sobre o caminho de ferro do Vale do Corgo e que tudo quanto se avênte não passa de presunções que muito desejariam tivessem favorável desfecho, mas que ponho em dúvida por virtude da local, que transcrevemos, do nosso distinto collega de Villa Real *O Povo do Norte*, que tão brilhante papel tem desempenhado na luta por este importantíssimo melhoria-

mento.

*Pelias relações estabelecidas entre o sr. Cachapuz e o concessionário do caminho de ferro do Corgo, sr. Pereira Cabral, houve almas ingenuas que supõezem a vindas dos referidos señores como um bom indicio para a realização do nosso almejado melhoria.

Chegou até a afirmar-se que o sr. Cachapuz vinha proceder a um reconhecimento do terreno para o fim de se habilitar o concessionário a apresentar ao governo o projecto do traçado definitivo do referido melhoria. Assegurava-se ainda que o marquez de Seixal, representante d'uma importante casa italiana, vinha colher de viva elementos que o habilitasse a fazer do negocio um relatório sucinto, a um sindicato em via de formar-se na Itália, e a quem a concessão seria trazida lá.

Afinal o marquez de Seixal, que os optimistas supunham representante d'uma casa financeira, é o simples agente d'uma importante fábrica de material de tração eléctrica. Não tem ligações com qualquer grupo de capitalistas e a casa que elle representa promiscua-se sólamente, a fornecer aos concessionários ou à empresa que os substituir, o material necessário —se o caminho de ferro, em vez de ser movido por meio de tração a vapor, for deslocado pelo processamento tração eléctrica. Com tal fim aqui veio. Percorreu estrada real e não pisou o terreno por onde deverá vir a passar a estrada de ferro, o que nós leva a supor que se lhe fallou d'um caminho de ferro eléctrico montado n'uma estrada ordinária e não n'aquele que é objecto da concessão.

Quinta-feira, 25 de Julho de 1901

Caminho de ferro do Corgo

Pelo ministerio das Obras Públicas foi mandado passar o alvará concedendo, definitivamente a concessão do caminho de ferro da Regoa a Chaves e à fronteira, feita por decreto de 1 de abril de 1897, a Alberto da Cunha Leão e Antonio Julio Pereira Cabral.

Quinta-feira, 27 de Junho de 1901

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

Emfim!
Contamos como certa a realização proxima e justa da grande aspiração do nosso concelho.

Segundo as informações dos jornais da capital o conselho de ministros aprovou a proposta feita pelo representante de uma companhia estrangeira para a construção do caminho de ferro de Mirandela a Bragança.

Aproveitando essa oportunidade o sr. conselheiro Teixeira de Souza, ilustre ministro da marinha e prestigioso, dedicado e querido chefe dos regeneradores do concelho de Chaves, sustentou a necessidade, a justiça e o direito que assistia à capital do distrito e a todo o distrito de Villa Real de lhe ser garantida igual regalia.

De há muito sabemos do nobre ministro da marinha o entrinhanado empenho que tanta vez manifestou para que tal aspiração se tornasse um facto.

Ninguem, decerto, esqueceu alguns artigos aqui mesmo publicados e em que se advogava, com calor e com toda a razão, o melhoramento importantíssimo que tanto influiria no progresso e na economia do nosso concelho.

Por essa época o então ministro das obras públicas, sr. conselheiro Elvino de Brito, apresentou ao parlamento um projecto sobre caminhos de ferro e pelo parlamento foi aprovado um additamento do sr. conselheiro Teixeira de Souza para que nesse diploma fosse incluída a linha do valle do Corgo, da Regoa a Chaves.

E' certo que determinados individuos, muitos progressistas de Villa Real e até o proprio que se diz do orgão do partido regenerador,—com salumaleques e sabujices ao benemerito da terra,—classificou de traidor o procedimento do deputado Teixeira de Souza.

O odio pessoal e a nulidade de insensatez que encobria os seus deveres de partidário levaram-o, então, a essa infamia.

Mas ahi têm agora esses diffamadores de occasião, e de sempre, a lealdade do nobilissimo carácter, a agudeza de vistos, a clareza de entendimento do actual ministro da marinha.

Sem aquelle providencial additamento, que o governo progressista—honra lhe seja—sancionou e fez incluir no corpo de medidas relativas aos caminhos de ferro do Estado, ainda hoje estariamos na expectativa, vivendo dos trabalhos, dos assans e das diligencias do concessionario.

E todavia a questão era simples.

A concessão fez-se há quatro ou cinco annos, e como não se obrigaram os concessionarios a fazer depósito em prazo fixo, resultava d'ahi, d'esse imbrogllo, que a construção se faria para os... calendas greas!

O governo regenerador em face, pois, de um pedido de concessão para Bragança fez aplicar aos concessionarios da linha de Regoa a Chaves as prescrições da lei especial votada em cortes.

Sem dúvida, e sem favor, podemos todos nós, os filhos do concelho de Chaves, agradecer ao ilustre ministro da marinha sr. conselheiro Teixeira de Souza a sua dedicação e o seu interesse pelo nosso futuro, pelo progresso, pela civilização do nosso concelho.

Todos os jornais da capital, sem distinção de cón politico, são unanimes em pôr em evidencia o relevan-tíssimo serviço que o talentoso ministro da marinha prestou ao nosso distrito.

E neita outra coisa era de esperar quando se conheça, como nós as conhecemos e admiramos, as nobilíssimas qualidades do seu

carácter, os leaes e captivantes primóres da sua alma.

Amigo dedicado, chefe valioso e solícito, mais do que correligionario lealíssimo amigo de todos aqueles que o acompanham, o nome do conselheiro Teixeira de Souza deve merecer a todos quantos se preзам de ser amantes da sua terra um culto fervoroso e ardente de dedicação, de amizade e de lealdade.

A Voz de Chaves expressa ao illustre ministro e prestigioso chefe do partido regenerador do concelho de Chaves as suas felicitações e supõe interpretar assim os sentimentos que animam todos os que d'elles são amigos dedicados e leaes.

O nosso prezado amigo sr. dr. Philippe de Moura, digno presidente do Centro regenerador, logo que pelos jornais se soube da boa nova que tanto interessava ao nosso concelho, enviou ao sr. conselheiro Teixeira de Souza o seguinte telegramma:

Exmo Ministro da Marinha

Lisboa
Centro regenerador encarrega-me de agradecer valiosamente a intercessão de V. Ex. para a construção do caminho ferro valle do Corgo e, como sempre, confia de V. Ex. o bom exito da nossa comunha aspiração.

Filippe Moura

Do nosso distinto collega Villarealense *O Povo do Norte* o que tão desinteressada e nobremente testi-lu-ciado pela realização do melhoramento de que vímos tratando, pedimos ve-nia para recortar do seu magnifico artigo *Ganhos de ferro*, o seguinte periodo:

Azevedistas e Soutistas cada um pertende engrinaldar com a coroa da victoria, o seu ídolo, levando-o ao Capitólio da consagração popular.

Acompanhámos o colle-

ga no seu modo de ver e se não pedimos o silêncio intpenetravel—que só favoreceria interesses interesteiros—podemos assegurar-lhe que já não há silêncio possível que faça esquecer o assumpto.

E, a propósito, gafantimos-lhe, sob nossa palavra d'honra, e com documentos, que sempre, sempre, o deputado oppositionista sr. Teixeira de Souza, e ministro d'hoje, trabalhou dedicada e lealmente a favor da construção do caminho de ferro do valle do Gorgo.

Os factos são eloquentes e valem mais do que... todas as campanhas de silencio!

Pódem testemunhar os srs. conselheiro Elvino de Brito, então ministro das Obras Públicas, e engenheiro Alvaro Possolo, relator do projecto dos caminhos de ferro do Estado.

Conto-vos fallamos tendo jogo de todos os napes..

O mesmo collega refere-se também à constituição do syndicato a quem será traspassada a concessão e do qual faz parte a respeitabilissima casa bancaria de Lisboa, Fonseca, Santos & Viana.

Podemos também dizer-lhe que é intenção d'aquele casa, era pelo menos há muito pouco tempo, explorar as magnificas águas das Galas e Villarelho do nosso concelho.

Estes e outros elementos de informação, muito justificadamente nos radicam a convicção de que a construção do caminho de ferro do valle do Corgo será, brevemente, um facto.

Ainda que pese aos do silencio...

A VOZ DE CHAVES

Caminho de ferro

Supomos ser caso, raro o facto de toda a província estar alegre e consolante no seu futuro.

A bôa nova de que o governo regenerador procura tornar viável a construção dos caminhos de ferro transmontanos — Mirandella a Bragança e Regoa a Chaves — provocou a os habitantes da sempre tão descurada província uma fervorosa alegria em que a gratidão transluz também.

Relativamente à linha que directamente nos interessa — e não quer isto dizer que nos desinteressemos da de Bragança — subtemos que o primeiro acto do governo foi obrigar a fazer depósito a firma concessionaria do caminho de ferro do valle do Corgo.

Destravou-se a roda dos protelamentos, das negociações, dos desanimos, das cobiças, dos enlevos e das chimeras.

Feito o depósito, como se faz já, subsistem duas hipóteses, qualquer delas mais conveniente, mais lógica e mais pronettedora do que o addiamento, *sine die*, da almejada construção.

No fim de seis meses, a contar da data em que elle foi feito, os concessionarios começam os primeiros trabalhos de construção.

Se elles prosseguem regularmente, a linha será, n'um prazo relativamente curto, um facto.

No caso alias improvável, de os concessionarios não darem começo aos trabalhos, além de perderem a importancia do depósito, o governo abre novo concurso ou manda construir por conta do Estado a linha projectada.

Como os nossos leitores vêem, devido à iniciativa do illustre ministro da marinha, sr. conselheiro Teixeira de Souza, a construção do caminho de ferro affigura-se-nos completamente livre e certa.

E porque o assumpto interessa a todos os povos do nosso concelho e distrito achamos justissimas as calorosas demonstrações feitas em honra de quem, valendo-se da sua importancia pesssoal e política, e em obediencia a antigos compromissos espontaneamente tomados e que serão cumpridos, fez renascer a esperança de melhores dias.

E fiadores d'esse cumprimento não queremos outros senão o carácter nobilissimo, franco e leal do sr. conselheiro Teixeira de Souza, prestigioso chefe do partido regenerador do concelho de Chaves, e o entranhado amor que elle vota a este nosso canto do distrito.

E, certamente, de tanta effusiva manifestação de que elle foi alvo nenhuma lhe callaria mais na alma do que a mensagem telegraphica que o benemerito Associoção Commercial de Chaves lhe enviou.

A distincta collectividade interpretando o sentir do commercio da nossa praça apressou-se, espontaneamente, a convocar os elementos que a constituem e, sem seção partidaria, expidiu ao illustre ministro da marinha a mensagem que abaixo transcrevemos, e que, se constitue um título honorissimo para o estadista a quem foi endereçada também honra a collectividade de que a promoveu e assinou.

Ell-a:

Exmo Cons. Teixeira de Souza
Ministro da Marinha
Lisboa

O commercio de Chaves reunido hoje na casa da sua Associoção para o expresso fim de agradecer a V. Ex.º o esforço assinalados serviços prestados para a realização do caminho de ferro ató esta villa, tem por honra e dever mani-

festara V. Ex.º o seu reconhecimento e confiança alta cooperacão de V. Ex.º para o engrandecimento e prosperidade de Chaves.

Associoção Commercial de Chaves, 12 de junho de 1901.

(Seguem as assignaturas)

José da Rocha Carvalho
Manoel da Rocha e Silva
Alexandre Luiz Pereira
Francisco Gonçalves Serra
Germano Luiz Salgado Pereira
Albano Bragança
Luiz de Figueiredo
Manoel Salvador Fernandes
Agostinho Diniz Alves Pereira
Julio Baptista Xavier
Manuel Gonçalves Patao
Antonio Julio Baltelhas
Avelino José Cardozo
Manoel Augusto Pinheiro
Americo Justiniano Villela
Elias Pereira Carreira
Francisco da Cunha
Antonio Joaquim Gonçalves
Manoel da Silva Pereira
Benjamin Eugénio Leite
Jose Manoel Tavares
Antonio Alves Carneiro
Antonio Pereira de Faria
Anibal Jose Fidalgo
Antonio Ribeiro Pésqueira
Antonio Pereira de Souza
Guimarães
Anibal Dias Monteçinho
Antonio Jose Dias & Filhos
Jose Augusto Correia
Domingos Alves da Cunha
Jose Manoel Rodrigues
Antonio Gonçalves Pereira
Carreira
Domingos Jose Alves da Sil
José Maria da Silva Júnior
Jose Alves Adão
Augusto Cesar Medeiros
Barreira

Caminho de ferro

O *Intransigente*, semanario progressista e não orgão do partido progressista — não sei se vêm bem! — faz várias insinuações e inventa calumnias sobre o papel que o illustre ministro da marinha, sr. conselheiro Teixeira de Souza, prestigioso chefe do partido regenerador do concelho de Chaves, desempenhou na resolução do governo sobre a construção dos caminhos de ferro de Mirandella a Bragança e da Regoa a Chaves.

O *Intransigente* bem sabe que é falso tudo quanto diz sobre o assumpto.

Mas se isso aptaz á sua politica continue na mesma senda que nada lucra com isso — nem mesmo o sr. conselheiro Teixeira de Souza desiste de que a construção seja levada a cabo, ou que os principaes trabalhos da linha sejam feitos antes da sua saída do governo.

Fique-se com esta e o futuro lhe mostrará a quem se deve a saída da insuportável situação em que nos encontravamos todos em face da questão do caminho de ferro.

O tempo se encarregará de lhe desvendar a que obdeciam as torpissimas mentiras mandadas de... Lisbon!

Caminho de ferro

O nosso amigo sr. José da Rocha Carvalho, digno presidente da Associoção Commercial recebeu do illustre ministro da marinha o telegramma que segue e em resposta ao que anteriormente lhe tinha sido enviado pelo commercio da nossa praça.

Presidente Associoção Commercial.

Chaves.

Agiladeço telegramma V. Ex.º em nome da Associoção Commercial por cujas prosperidades faço votos A V. Ex.º asseguro que continuarei empregando todo o meu esforço para conseguir a realização do vital melhoramento para o nosso distrito, cuja justica é reconhecida pelo governo e especialmente pelo Exmo presidente do Consello e ministro das Obras Públicas.

Teixeira de Souza.

A VOZ DE CHAVES

Quinta-feira, 18 de Julho de 1901

CAMINHO DE FERRO

Em resposta aos agradecimentos que a Associação Commercial d'esta villa enviou ao illustre ministro das obras publicas e relativamente á attitude que o mesmo titular tomou na resolução do assumpto importantíssimo que prende com o futuro progresso do nosso concelho, recebeu aquella Associação um officio do snr. conselheiro Vargas que diz: *foi feito deposito pelos concessionarios e será presente a El-Rei, na primeira assignatura, concessão definitiva da construção, o que demonstra a boa vontade e sollicitude que ao governo merece a construção do caminho de ferro do Valle do Corgo.*

Estamos, portanto, inteiramente convencidos que a construção do caminho de ferro será um facto e que mui brevemente deverão iniciar-se os primeiros trabalhos.

Da mesma opinião não communga um nosso distinto collega de Villa Real e que na campanha, que a todos nós interessa, tem tomado um papel sympathico, intrinsigente e honrosissimo.

Por isso, por nos parecer conveniente apreciar o modo de vêr de cada um, pedimos-lhe venia para transcrever o importante artigo que se relaciona com o caminho de ferro.

Temos dito mais de uma vez que a persistência dos concessionários do caminho de ferro da Regoa à fronteira passando por esta villa, em sustentarem o compromisso de dotar esta região com um caminho de ferro, em lugar de ser beneficiosa para nós, ameaça de nos ser nociva e prejudicialíssima.

O governo diz-se habilitado e resolvido a conceder a qualquer empreza que tome a seu cargo a construção e exploração da linha de Bragança a garantia de juro, ou subvenção.

Nestas condições é claro que, posta a concessão em pratica, não lhe faltarão adjudicatários, e quando faltem o Estado suprirá essa falta to-

mando para si a construção e exploração referidas.

Affirma-se que igual resolução tomaria o governo quanto á linha de Villa Real e Chaves, se a concessão d'essa linha não fosse já propriedade privada, e portanto uma coisa que o governo não pode adjudicar.

Perde-se, pois, no actual momento, uma occasião preciosíssima, e como nunca se apresentará, de alcançarmos um melhoramento pelo qual anhelamos ha muitíssimo tempo.

Passado este ensejo nunca mais o governo pensará no caminho de ferro de Villa Real, senão, quando solicitado, prologar o prazo da construção aos concessionários, ou lhes restituir o deposito.

Ocasião semelhante a esta surgiu já sem que fosse possível aproveita-la convenientemente.

Foi quando um grupo de capitalistas estrangeiros pretendeu comprar a concessão e por ella oferecera uma quantia, que, segundo nos dizem, orçava por 30 contos em moeda de contado ou em acções da Empreza.

Esse ensejo era quasi semelhante ao actual. Então o caminho de ferro podia construir-se, podiam satisfazer-se as antigas e ultra-legítimas aspirações dos habitantes d'esta região. Mas, tal qual como agora, os concessionários não quizeram abdicar da glória de serem elles quem hão de dotar esta terra com tão importante melhoramento. Porque o seu intento não é enriquecerem, não é negociarem com a concessão,—senão não desprezariam tão apropriado ensejo. Os seus desejos—o que nos custa crer em tal?—os seus desejos são que a elles e a mais ninguém deva o distrito de Villa Real esse melhoramento. E assim não podiam consentir que a uma companhia estrangeira viesse a caber tal glória, e que o Estado lh'a quizesse roubar agora, seja pondo em praça a concessão, seja fazendo a construção por sua conta.

Louvamos a sua nobre persistência em sustentarem um compromisso que muito os honra. E se, como exemplo, a sua conducta muito deve contribuir para o levantamento moral dos habitantes da região, pena é que não possa vir a cooperar para o seu progresso económico, contrariando-o até seriamente.

O povo que não anda habituado a essas acções de abnegação patriótica, e que no campo philosophico ankylosou no adagio: «A occasião é calva e

é necessário agarra-la pelos cabellos»—o povo, dizíamos, ao ver fugir duas ocasiões propícias do caminho de ferro se construir, perdeu a esperança de vir a gozar o melhoramento.

Se entretanto aos concessionários lhes apparecer um tesouro, que lhes permitta fazerem a construção á sua custa, ou se a sorte grande de Hamburgo os vier a contemplar com um dos consagrados ponta-pés da inesperada fortuna, o caminho de ferro construir-se-ha, e o silvo da locomotiva virá emfim acordar a suave paz dos nossos vinhedos, emergindo do solo que fôr calcinado pela phylloxera e a que o arduo trabalho e incalculáveis despezas do cultívador conseguiram restituir as qualidades de fertilisagaõ.

No estado em que a questão se encontra não lhe vemos mais apressada solução, a não ser que os villarealenses se impozessem ao ministerio fazendo-lhe perceber, emfim, que a salvação pública é a suprema lei, ou então—e talvez os interessados procurem fazê-lo—pedindo ao governo que conceda aos actuais concessionários vantagens eguaes ás da linha de Bragança.

Isso, porém, exigiria um processo demorado, por que o governo não poderia conceder aquelles essas vantagens, a não ser sob a forma de opção, e para isso seria mister que a concessão fosse previamente praeceada.

Este assumpto presta-se ainda a demorâs considerações que não deixaremos de fazer para elucidação do publico.

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO.

Tendo havido n'um dos dias da semana finda no ministerio das obras publicas entre o respectivo ministro, o sr. conselheiro Teixeira de Souza e o engenheiro sr. Antonio Sarmento uma conferencia em que foram tratados alguns assumtos relativos a obras publicas neste districto, o sr. conselheiro Teixeira de Souza por saber que aquele engenheiro devia ter interesse especial no nosso caminho de ferro, visto havel-o estudado, significou o deseo de que o sr. ministro das obras publicas lhe dissesse a sua resolução, e resolução do governo, Acerca do caminho de ferro da Regoa a Chaves. O sr. Antonio Sarmento ouviu então a affirmatione peremptoria feita pelo sr. conselheiro Vargas de que era resolução já tomada pelo governo de pôr a concurso, com garantia de juro, a construccion do caminho de ferro logo que se desembaba-

raçasse do concessionario sr. Antonio Julio Pereira Cabral, que se este no prazo de 8 dias não regularisasse o processo, satisfazendo algumas formalidades que faltam, annularia a concessão e abriria imediatamente o concurso.

Tambem sabemos que, por combinação entre o sr. conselheiro Teixeira de Souza e Antonio d'Azevedo este se incumbiu de dizer ao concessionario que, se não tem a segurança de constituir companhia, devia desistir da concessão, recebendo o deposito, para não se perder a occasião de aproveitar a resolução do actual governo; de mostrar-lhe, emfim, que teimando elle concessionario grandes seriam as responsabilidades que o sr. Cabral fica tendo.

Não devia o sr. Pereira Cabral querer avolumar as grandes responsabilidades que já tem, protegendo por mais tempo a

realisação de tão importante melhoramento para esta região, nem podia esperar que lhe fizessem mais.

que o sr. concessionario, sabendo já que lhe não é concedida nova prorrogação de prazo, iniciará os trabalhos com o fim de ganhar tempo sem perder a concessão, e isto, a fazer-se, é pouco serio. Não classificaremos, por enquanto, visto não termos a certeza disso, tal procedimento.

Appellamos mais uma vez para o patriotismo de todos os que podem concorrer para modificar o actual estado de coisas afim de que ponham de parte quaisquer interesses, por demais provado que são irrealisaveis, e cooperem nos trabalhos patrioticos em que vem empenhado sem desonra quem deseja que esta nossa região seja dotada com o melhoramento que justamente mais ambiciona.

A VOZ DE CHAVES

Quinta-feira, 17 de Abril de 1902

CAMINHO DE FERRO

Causou funda impressão a simples nota, que em *última hora* demos no número passado do nosso semanário e referente à construção do caminho de ferro da Regoa à fronteira passando por Chaves.

E essa impressão, justa é dizer-l-o, foi mais de desconfiança do que alegria, pois de todos são sabidas as alternativas no prosseguimento das negociações feitas ou tentadas entre o concessionário e qualquer grupo de capitalistas em rega renitentes.

O nosso colega lisboense, *O Século* veio no domingo trázer à público aquilo que em bôra o não ignorassemos: «davia-nos, nôs, era dado divulgal-o».

E facto terem os concessionários Cabral e Leão apresentado um requerimento pondo a rescisão da concessão feita em 1897 para a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves e também que lhes fosse permitido levantar o depósito feito e receber os sellos e emolumentos que já pagaram.

Consta-nos também que o conselho de ministros resolreu rescindir-a concessão, acatar ao pedido dos concessionários e anunciar a arrematação para a construção da linha com garantia de juros.

E nestas circunstâncias a ninguém é lícito duvidar que, com aquela garantia, não salarião capitais que, certamente, levarão a nova empresa a acelerar a construção da linha ferrea.

Está, portanto, cumprida a promessa feita pelo ilustre estadista sr. conselheiro Teixeira de Sousa, prestigioso e dedicado chefe do partido regenerador do conselho de Chaves.

Havia de ser como ministro da Coroa que a célebre, e já tristemente célebre, questão do caminho de ferro da Regoa a Chaves entraria n'um campo prático.

E a dedicação do notável homem de Estado de há muito vindo instinutando para que tal facto não fosse uma chimera ou uma mystificação.

Devem todos lembrar-se que quando o sr. conselheiro Elvino de Brito, então ministro das obras públicas, apresentou em 1898 o seu importantíssimo projeto sobre a rede ferroviária do paiz, foi o então deputado sr. Teixeira de Souza que, com uma emenda, ressalvou, e assegurou até a constituição do nosso suspirado caminho de ferro.

Essa emenda, que se não estamos em erro foi aceite por toda a câmara, foi a segura origem de certo para, hoje, estar desbravado o caminho para a construção.

E todavia nos conselhos da Coroa alguém tinha lugar, e a quem o prendiam fortes laços políticos com a nossa terra...

Mas havia um seriíssimo entrave, o qual — não sabemos porque, misteriosas combinações! — nenhum ministro foi capaz de remover.

A concessão estava feita mas sem prazo para apresentar o respectivo depósito.

E também aos bons ofícios do ilustre ministro sr. conselheiro Teixeira de Souza que se deve a resolução ministerial de obrigar o concessionário a fazer o depósito e passá-lo seis meses a começar as obras de construção.

No sábado da preterita semana terminou o prazo e como havia, também a promessa formal de não ser prorrogado nem mais um dia, entendeu, e muito bem, o concessionário que a sua missão estava cumprida e que nada mais haveria a fazer do que conseguir as boas disposições do governo para lhe ser permitido levantar o depósito e a importância dos sellos e emolumentos pagos.

Em tempo, não há muitos meses, referimo-nos a uma importantíssima conferência já folheada os ministros das obras públicas — sr. conselheiro Vargas, e marquês, sr. conselheiro Teixeira de Souza, e o sr. Teixeira de Souza que, de resto, é justamente interessante ao nosso distrito.

Assistiu à conferência o sr. Antônio Sármiento, engenheiro-director das obras públicas do distrito, e para o seu carácter apelamos para que elle nos contradiga n'esta assertão: é ao sr. conselheiro Teixeira de Souza que devemos o caminho de ferro da Regoa a Chaves, porque só elle conseguiu remover as dificuldades e estorvos constantemente apresentados!

Todos nós devemos o carácter e a honestidade provadíssima do distinto engenheiro, e embora nôsso adversário político, estamos absolutamente persuadidos que elle é incapaz de testemunhar uma coisa por outra.

Então, o caminho apresenta-se rasgado e sem solavancos.

O governo fez tudo quanto humanamente poderia fazer dadas as circunstâncias do tesouro.

Estamos certos que não deixará de haver empresa que aceite com a vantagem da garantia de juro e com as que adiçâo da exploração da mais fértil e ubírrima região de toda a província transmontana — a construção da linha ferrea da Regoa à fronteira passando por Chaves.

E ao governo regenerador, ao nobre ministro das obras públicas e em especial ao ilustre estadista sr. conselheiro Teixeira de Souza, o distrito de Vila Real ficará devendo o importantsíssimo melhoriaamento porque há meia duzia de annos vem ardenteamente suspirando, possivelmente.

Viva o governo regenerador!

Viva o sr. conselheiro Teixeira de Souza!

2.º Suplemento ao n.º 409 do jornal

TOR
na DUTY

TYP. CENTRAL.
Livraria da Imprensa de Chaves

A VOZ DE CHAVES

Chaves, 28 de Abril de 1902

Caminho de ferro da Regoa a Chaves

TELEGRAMMAS

Do snr. Conselheiro Teixeira de Sousa, o incansável propugnador do caminho de ferro da Re-
Chaves, acabamos de receber o seguinte telegramma:

Lisboa, 28 ás 3^h 2^m

"Voz de Chaves," (Urgente)

Chaves

Camara deputados votou hoje nosso cami-
nhão de ferro.

Teixeira de Souza

Lisbon, 28 ás 2^h 52^m
Presidente camara—Chaves

O projecto do caminho de ferro foi aprovado hoje na cam-
ara dos deputados. Conselheiro Villaça apoiou calorosamente o pro-
jecto e com elle a oposição sendo apenas impugnado por Oliveira
Mattos ao qual respondeu com extraordinário brilho e vigor defendendo o projecto o ministro da marinha.

Filipe de Moura

Está cumprida a promessa do nosso illustre chefe político!

O caminho de ferro é um facto e toda a gloria de tal se conseguir recahe por inteiro sobre a dis-
tinta individualidade do nosso querido chefe snr. Conselheiro Teixeira de Sousa.

Kurrah! pelo concelho de Chaves!

Kurrah! pelo Conselheiro Teixeira de Sousa!

Suplemento ao nº 409 do jornal

A VOZ DE CHAVES

EDITOR
Maria Denis

TYP. CENTRAL
Largo da Igreja-Chaves

Chaves, 27 de Abril de 1902

O GRANDE MELHORAMENTO CAMINHO DE FERRO DA REGOA A CHAVES

Foi apresentada pelo sr. ministro das obras públicas na sessão de 24 do corrente na câmara dos deputados uma proposta para a construção do caminho de ferro da Regoa à fronteira passando por Chaves, e com garantia de juros.

E' pois certíssimo o grande e importantíssimo melhoramento por que há tanto tempo vem suspirando o nosso concelho.

E sem dúvida alguma é ao ilustre estadista sr. conselheiro Teixeira de Souza, chefe do partido regenerador do concelho de Chaves, que se deve o conseguimento da tão ardente aspiração.

De há muito, quer particularmente quer na tribuna parlamentar ou na imprensa, que o nobre ministro vem lutando com uma tenacidade rara e inquebrantável porque seja feita justiça ao nosso desprezado concelho.

Conseguiu, em sí, ver realizados e como ministro da Coroa os seus íntimos desejos, que são o engrandecimento e progresso da nossa terra.

E, pois, a él, no sr. conselheiro Teixeira de Souza, que o distrito de Villa Real, e particularmente a villa de Chaves, fica devendo o mais assignalado serviço que o governo regenerador poderia propor para os interesses comerciais e agrícolas do concelho.

Por isso bem sincero foi o entusiasmo que em todos causou a boa nova e bem interpretados foram pelo câmara municipal esses sentimentos de gratidão e alegria junto de quem mais directa e afincadamente olhou pelos nossos interesses e pelo nosso futuro!

Viva o governo regenerador!

Viva o conselheiro Teixeira de Souza.

Viva o partido regenerador de Chaves.

Lisboa, 24 às 6^h 10^m.

Presidente Camara Municipal—Chaves

Ministro Obras Públicas apresentou hoje parlamento proposta lei para construção caminho ferro Regoa a Chaves com garantia de juro.

Teixeira de Souza

Lisboa, 24 às 6^h 35^m.

Presidente Camara—Chaves

Foi hoje apresentada parlamento proposta lei construção caminho ferro Regoa Chaves com garantia juros. E' a Ex." ministra marinha quo principalmente é devido tão grande serviço.

Filipe de Montra

Conselheiro Teixeira de Souza—Lisboa

Interprete dos sentimentos do entusiástico e sincero reconhecimento dos habitantes desta circunscrição municipal pelo energico e admirável impulso que V. Ex.", em tão curto espaço de tempo, se tem dignado dar a vital aspiração destes povos - a via-ferrea da Regoa a Chaves - digno-se V. Ex." de receber d'elles por medeção minha, sinceros e profundos agradecimentos.

O presidente da câmara,

Cunha Monteiro

Ministro das Obras Públicas—Lisboa

Os habitantes da circunscrição municipal de Chaves, profundamente reconhecidos, agradecem a V. Ex." o ter apresentado no parlamento proposta para a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves com garantia de juro.

O presidente da câmara,
Cunha Monteiro

Presidente conselho Ministras—Lisboa

Em nome dos habitantes do concelho de Chaves agradeço a V. Ex." sinceramente os esforços que V. Ex." se tem dignado de empregar em favor da via-ferrea da Regoa a Chaves.

O presidente da câmara,
Cunha Monteiro

Dr. Filippo de Montra, Deputado da Nação—Lisboa

Interprete dos sentimentos de gratidão dos habitantes desta circunscrição municipal agradecendo profundamente a V. Ex." os esforços que tem empregado em favor da via-ferrea da Regoa a Chaves.

O presidente da câmara,
Cunha Monteiro

Quinta-feira, 1 de Maio de 1902

Publicações

Anunciados, por cada li-
nhagem an. re-
sponsável An. re-
sponsável an. re-
sponsável an. re-

Toda a corresponden-
cia deve ser dirigida à
administração.

ADMINISTRAÇÃO
Rua da Taipa, 3 D
CHAVES

Assinatura

Sem estampilha
Trimestre Junho
Com estampilha
Trimestre Junho
Africa Junho
Brasil Junho
meados Junho Junho

Editor José Maria Dinis
Supervisor António
TRESCADA FERREIRA
C. M. CHAVES

A VOZ DE CHAVES

SEMANARIO



O GRANDE MELHORAMENTO

CAMINHO DE FERRO DA REGOA A CHAVES

Foi apresentada pelo snt. ministro das obras públicas na sessão do 24 do corrente na camara dos deputados uma proposta para a construção do caminho de ferro da Regoa à fronteira passando por Chaves, e com garantia de juros.

E' pois certíssimo o grande e importantíssimo melhoramento por que ha tanto tempo vem suspirando o nosso concelho.

E sem dúvida alguma é ao illustre estadista snt. conselheiro Teixeira de Souza, chefe do partido regenerador do concelho de Chaves, que se deve o conseguimento da tão ardente aspiração.

De há muito, quer particularmente quer na tribuna parlamentar ou na imprensa, que o nobre ministro vem luctando com uma tenacidade rara e inquebrantável porque seja feita justiça ao nosso desrespeitado concelho.

Conseguiu, enfim, viver realizados e como ministro da Coroa os seus íntimos desejos, que são o engrandecimento e progresso da nossa terra.

E', pois, a este, ao snt. conselheiro Teixeira de Souza, que o distrito de Vila Real, e particularmente a villa de Chaves, fica devendo o mais assinalado serviço que o governo regenerador poderia propôr para os interesses commerciais e agrícolas do concelho.

Por isso bem sincero foi o entusiasmo que em todos causou a boa nova e bem interpretados foram pela camara municipal esses sentimentos de gratidão e alegria junto de quem mais directa e afincadamente olhou pelos nossos interesses e pelo nosso futuro!

Viva o governo regenerador!

Viva o conselheiro Teixeira de Souza.

Viva o partido regenerador de Chaves.

Lisboa, 24, às 6^h 10^m

Presidente Camara Municipal—Chaves

Ministro Obras Públicas apresentou hoje parlamento proposta lei para construção caminho ferro Regoa a Chaves com garantia de juro.

Lisboa, 24, às 6^h 35^m

Presidente Camara—Chaves

Foi hoje apresentada parlamento proposta lei construção caminho ferro Regoa Chaves com garantia juros. E' a Ex.^a ministro marinha que principalmente é devido tão grande serviço.

Teixeira de Souza

Filipe de Moura

Conselheiro Teixeira de Souza—Lisboa

Interprete dos sentimentos de entusiasmico e sincero reconhecimento dos habitantes d'esta circunscrição municipal pelo energico e admirado impulso quo V. Ex.^a, em tão curto espaço de tempo, se tem dignado dar à vital aspiração d'estes povos—a via-férrea da Regoa a Chaves—digne-se V. Ex.^a de receber d'elles por medeirito minha, sinceros e profundos agradecimentos.

O presidente da camara,

Cunha Monteiro

Ministro das Obras Públicas—Lisboa

Os habitantes da circunscrição municipal de Chaves, profundamente reconhecidos, agradecem a V. Ex.^a o ter apresentado no parlamento proposta para a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves com garantia de juro.

O presidente da camara,

Cunha Monteiro

Presidente conselho Ministros—Lisboa

Em nome dos habitantes do concelho de Chaves agradeço a V. Ex.^a sinceramente os esforços quo V. Ex.^a se tem dignado de empregar em favor da via-férrea da Regoa a Chaves.

O presidente da camara,

Cunha Monteiro

Dr. Filipe de Moura, Deputado da Nação—Lisboa

Interprete dos sentimentos de gratidão dos habitantes d'esta circunscrição municipal agradecendo profundamente a V. Ex.^a os esforços que tem empregado em favor da via-férrea da Regoa a Chaves.

O presidente da camara,

Cunha Monteiro

Caminho de ferro da Regoa a Chaves

TELEGRAMMAS

Do snr. Conselheiro Teixeira de Souza, o incansável propugnador do caminho de ferro da Regoa a Chaves, acabamos de receber o seguinte telegramma:

Lisboa, 28, às 3^h 2^{mt}

"Voz de Chaves," (Urgente)

Chaves

Camara deputados votou hoje nosso caminho de ferro.

Lisboa, 28, às 2^h 52^{mt}
Presidente camara—Chaves

O projecto do caminho de ferro foi aprovado hoje na camara dos deputados. Conselheiro Villaça apoiou calorosamente o projecto e com elle a oposição sendo apenas impugnado por Oliveira Mattos ao qual respondeu com extraordinário brilho e vigor defendendo o projecto o ministro da marinha.

Está cumprida a promessa do nosso illustre chefe político!

O caminho de ferro é um facto e toda a gloria de tal se conseguir recahe por inteiro sobre a distinção individualidade do nosso querido chefe snr. Conselheiro Teixeira de Souza.

Hurrah! pelo concelho de Chaves!

Hurrah! pelo Conselheiro Teixeira de Souza!

CAMINHO DE FERRO

Estampamos na Voz de Chaves d'hoje os dois suplementos que há dias fizemos distribuir pelos habitantes da villa e também nas povoações do concelho.

Era um dever por mais de um motivo imposto à nossa consciencia, á nossa gratidão.

Consciencia de bem servir os interesses do município de Chaves luctando por todas as formas pelo seu engrandecimento e progresso.

Gratidão por esse homem de limpidíssimo carácter, de talento brilhante, de alma devotada e sã que impõe como um dos seus deveres essenciais como homem e como político o de propugnar pelo grande melhoramento que poderosamente influe nos destinos do nosso districto e do nosso concelho.

E esse homem de legalidade inegualável e de intelecto fé é o conselheiro Teixeira de Souza, illustre ministro da marinha e prestigioso e dedicado chefe do partido regenerador de Chaves.

Pôde a inveja malsinhar as mais nobres intenções,

pôde a paixão política empanar o juizo recto de julgadores, mas a consciencia, essa, desafrontada dos prejuízos da paixão fúcsia, hâde conhecer que é ao conselheiro Teixeira de Souza que se deve, indiscutivelmente, só a elle, a sanção parlamentar para a usurpada justíssima aspiração, de todos nós.

E' hoje um facto.

Foi votado o projecto na camara dos deputados e estamos certos que a camara alta não negará o seu voto favorável à proposta governamental.

E como se não houvesse tanta prova, evidentíssima, da cooperação exclusiva, disvelhada do illustre estadista sr. conselheiro Teixeira de Souza, basta o soberbalto dos nossos provincianos de Bragança que só do estorvo, da oposição,—que não havia—do nobre ministro julgavam o malogrado ambicionado melhoramento para o seu districto.

Mas, felizmente, que tudo se resolveu em bem: as duas capitais do districto transmontano, os povos da província de histórica tradição bizarra e cavalheiro-

isa, serão brevemente dotados dos benefícios da viação acelerada.

Portanto todos nós, livres de paixões partidárias que presentemente maculariam a grande obra em que pômos o resurgimento e progresso do nosso querido torrão, sem preocupações e na convicção de traduzirmos um preito de justiça, bradamos do fundo de alma:

Hurrah! pelo conselheiro Teixeira de Souza! Hurrah! pelas prosperidades do nosso concelho!

TELEGRAMMAS

Depois de conhecida a boa nova da aprovação do caminho de ferro da Regoa a Chaves, foram trocados os seguintes telegrammas:

Conselheiro Teixeira de Souza

Lisboa

Voz de Chaves! sauda seu querido e prestigioso chefe e dedicado amigo como tenaz propugnado do maior assinalado serviço prestado ao nosso concelho.

A Redacção

Exmo Conselheiro Teixeira de Souza

Lisboa

Em nome dos povos

este concelho congratula-se com V. Ex.º pela aprovação do nosso caminho de ferro, agradece

este concelho congratula-se com V. Ex.º pela aprovação do nosso caminho de ferro, agradece

este concelho os serviços de V. Ex.º para a satisfação da maior aspiração transmontana.

Presidente da Camara Cunha Monteiro

Exmo Dr. Filipe de Moraes Deputado da Nação

Lisboa

Congratulo-me com V. Ex.º pela aprovação do caminho de ferro e agradeço em meu nome e do

este concelho os serviços de V. Ex.º para a satisfação da maior aspiração transmontana.

Presidente da Camara Cunha Monteiro

Presidente da Camara Municipal

Chaves

Agradeço telegramma de V. Ex.º O meu concurso tem justa paga na satisfação da minha consciencia.

Dêvo informar a V. Ex.º que conselheiros Villaça, Alpoim e deputado Medeiros facilitaram

kontem a aprovação projeto.

Também ao Exmo con-

Concurso

Como se verá do anuncio adiante publicado está aberto concurso na secretaria da camara municipal de Chaves por espaço de trinta dias contados depois da publicação do mesmo no Diário do Governo o lugar de secretario da mesma camara.

A VOZ DE CHAVES

Chaves, 2 de Maio de 1902

O GRANDE MELHORAMENTO CAMINHO DE FERRO DA REGOA A CHAVES

TELEGRAMMAS

Lisboa, 2, ás 4^h 44 ::

Redacção "Voz de Chaves," (Urgente)

Projecto caminho ferro acaba de ser aprovado camara dos pares.

Teixeira de Sousa

Lisboa, 2, ás 4^h 43 ::

Presidente camara municipal (Urgente)

Chaves

Projecto acaba ser aprovado camara dos pares.

Teixeira de Sousa

Lisboa, 2, ás 4^h 56 ::

Ex.^o Presidente camara municipal

Chaves

Camara dos pares acaba de votar proposta de lei do governo para construção
caminho de ferro Regoa a Chaves por Villa Real. Felicito povos d'esse concelho.

Huntze Ribeiro

Hurrah! pelo conselheiro Teixeira de Sousa!

Hurrah! pelas prosperidades do concelho de Chaves!

Hurrah! por todos que se interessaram pelo importante melhoramento!

E' bem da alma, como transmontanos acima de tudo, que levantamos esses brados!

Está vencida a grande campanha á qual se prende o nosso resurgimento, todo o nosso futuro!

Não há palavras que possam manifestar o nosso entusiasmo que, estamos certos, representa os sentimentos de gratidão de todos os homens amantes da sua terra para com esse homem de grande, authentica envergadura que se chama Teixeira de Sousa!

Quando a elle nos não prendesse, pessoal e politicamente, os indossuluveis laços da mais vehemente dedicação, bastava o facto de elle conseguir o grande melhoramento que hão de marcar brilhantemente o nosso futuro, a nossa grandeza commercial e agrícola!

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Na sexta-feira foi aprovado pela Câmara dos Pares o projecto do caminho de ferro da Regua a Chaves.

Logo que foi conhecida n'esta villa tão boa nova, subiram ao ar inumeros foguetes e uma grande multidão de povo, acompanhada de musica, percorreu as ruas soltando frenéticos vivas a todos os que se empenharam em que fosse votado um melhoramento, há tanto tempo reclamado.

Até que em si foram satisfeitas as justas aspirações d'este povo trabalhador, que de longos anos vinha reclamando dos altos poderes não fosse tratado como basardo.

O desprezo a que teimido votada a nossa bella província fez-nos descontentes e foi com tristeza que recebemos as primeiras notícias, relativas á apresentação do projecto.

Felizmente que as nossas previsões falharam, sendo o projecto aprovado em condições que dão a quasi certeza de ser levado a efecto, pela garantia do juro do capital a emplegar em tal empreendimento.

Hora a todos aquelles que, sem distinção de política, concorreram para a realização das nossas justas aspirações económicas, que a ninguem prejudicam!

Transcrevemos em seguida os discursos proferidos nas duas câmaras, respeitantes a este importantissimo melhoramento:

O sr. conselheiro Eduardo Villalva: — Concorda em absoluto com o projecto em discussão. Ninguem mais do que elle reconhece a necessidade de se proceder à construção das linhas ferreas de Traz-os-Montes, as quais irão servir regiões feracíssimas e promover o desenvolvimento económico d'uma das mais nobres e formosas províncias de Portugal. Villa Real e Bragança, são as duas únicas capitais de distrito indústria ligadas pelo caminho-de-ferro o resto do país. Todavia, apesar do itíssimo interesse que tem pelo meioramento em questão e da justiga contestável que reconhece n'ele, das circunstâncias actuais do país, io hesitaria em discutir a oportunidade do projecto se elle por ventura

trouxesse algum encargo para o país. Sucedeu, porém, que a sombra necessária para o pagamento da garantia de juro é retirada do fundo especial de caminhos de ferro collocando indenamente do orçamento por intermédio de iniciativa do ultimo ministro progressista, e que, por isso mesmo, o tesouro nenhum gravame sofre com a aprovação da utilissima medida. N'estas circunstâncias, em seu nome e em nome da minoria progressista, tem verdadeira satisfação o profundo prazer em dar o seu voto ao projecto. (Applausos de ambos os lados da câmara).

Seguidamente o ilustríssimo parlamentar mandou para meia-luma proposta limitando o prazo em que deve ser posta em execução a autorização a que se refere o artigo. Esse prazo está de sessenta dias a contar da publicação do respectivo decreto no Diário do Governo. O sr. Villalva, o propósito do projecto, que se dirige campeando esseja para acentuar, adequadamente os valiosos serviços prestados à província de Traz-os-Montes pelo cargo que ricidó director, seu director, unico, em 1 de Junho de 1888, Emygdio Navarro apresentava ao parlamento a sua proposta de lei relativa à rede ferroviária do norte do Mondego em que estavam compreendidas as linhas de Bragança e da Regua por Villa Real a Chaves à fronteira. E termina o saudoso discurso com as proprias palavras: «scriptis petra penha subfere de Emygdio Navarro no final do brilliantíssimo relatório d'essa proposta de lei: «Côoperando todos, fôr de preocupações partidárias, na realização destes melhoramentos, trabalharemos pelo grande desenvolvimento e pela emancipação económica da nossa querida pátria que em todos nos tem por filhos».

O ministro das Obras Públicas: — Sardinflo breve porque ninguém impugna o projecto. A circulação dos caminhos de ferro é indispensável à vida económica do país como a circulação do sangue é indispensável ao organismo humano. Lembra o sr. Vargas o impossível sistema das concessões das linhas ferreas, antes das providências que tomou sobre o assumpto, obrigando os concessionários a entrar com os depósitos respectivos para garantia dos seus contratos e marcando-lhes prazo para o começo execução d'esses mesmos contratos. Quanto ao sistema da garantia de juro, a qual o sr. Villalva se referiu, é perfeitamente defensável, sobretudo quando, como agora se trata de caminhos de ferro, que vão ser tributários de linhas do estado em que, por isso mesmo, dirão a estas linhas um notável desenvolvimento económico. O sr. Vargas espalha-se ainda em outras considerações de carácter geral sobre o assumpto.

O ministro da Marinha: — Contraria-se com a província de Traz-os-Montes pelo projecto de lei em discussão. Alguém podia dizer-se que foi iniciada por uma intervenção a favor da construção das linhas ferreas transmontanas. Tem sido sempre seu parecer que o caminho de ferro Valle do Corgo e o caminho de ferro de Mirandela a Bragança deviam ser construídos directamente pelo estado, e não por meio de garantia de juro.

Tendo sido aprovado o grande serviço ao ministerio das Obras Públicas, o qual é aprovado recente do convívio. O sr. Oliveira Matos foi imediatamente indicado a insuflar suas observações. Nem o governo apresentou o caminho de ferro, mas o sr. Oliveira Matos, prevendo fazer acreditar um encargo anual de 100.000.000 reis, a garantia de 400.000 das duas linhas ferreas transmontanas era do fundo especial dos caminhos de ferro que não fosse aplicado a essas finanças, só a outras quaisquer. O projeto não atingiu em coisa alguma o que é devido ao país, porque a lei de 1892 separou os caminhos de ferro do circuito e tal do estado. Ele consideraria o dia mais feliz da sua vida a política que ele em que referendasse, quando ministro, o decreto da construção dos caminhos de ferro de Traz-os-Montes.

O deputado sr. Francisco José Matos: — Declara-se francamente a favor do projecto. Vai elle dotar a província de que é natural que é muito rica, com todos os resultados imperfumados e que não resulta agradável na de paz pública. A garantia de juro salva o fundo especial dos caminhos de ferro; que, se não for aplicado aos caminhos de ferro transmontanos, só o ha em outros. Da mesma forma teria sido importante recorrer a outro tesouro. O sr. conselheiro José Maria de Almeida — Da Vida do seu apólo ao projecto que não satisfaz as legítimas aspirações d'uma província a que o ligam os impulsos do seu cérebro e do coração d'el e que é o centro d'aqueles merecidos opares. O sr. Bandeira Coelho elogia o relatório do sr. ministro das obras públicas que apresenta o projecto de lei que se discute, e os relatórios das comissões d'uma e outra casa do parlamento.

Assim, esse relatório, foi grande a satisfação que experimentou, por ter sido a honra da relatar o parecer que inclui na proposta de lei que creia o decreto do ministro da administração dos caminhos de ferro do estado.

Tendo sido essa lei combatida pelo actual sr. presidente do conselho, e combatida, permanecendo a sua satisfação por ver que assim se faz a aplauso do que foi tão vivamente criticado.

Não veio a este momento encarregar os banqueiros que resultam da aplicação do sistema d'viação acelerada, porque elles estão perfeitamente resignados ao relatório do sr. ministro.

Daí o seu voto ao projecto, mas desejando que o caminho de ferro fosse construído directamente pelo estado, e não por meio de garantia de juro.

Também se lhe figura exagerado o cálculo de 28 contos para base de licitação com garantia de 4 1/2 p. c. Limita por aquelas suas considerações.

O sr. conselheiro Edmundo Coelho: — Ve que sou a favor da justiça, e que, emfin, são attendidas as reclamações h' tanto tempo formuladas.

Dava dizer, por amor à verdade, que o sr. conselheiro Menezes Ribeiro disse e sustentou que d'Uma de Miranda e Bragança se impunha decretar a qualquer outra.

O sr. presidente do conselho: — Diz h' certo que combatem à lei de 1892, não sob o ponto de vista da construção, mas sob o aspecto do regulamento administrativo dos caminhos de ferro.

..... por cada libro
..... 100 rs.
..... 500 rs.
..... 1000 rs.
..... 2000 rs.
..... 5000 rs.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Administração.

ADMINISTRAÇÃO
Rua da Talha, 313
CHAVES

A VOZ DE CHAVES

SEMANARIO

Sem estampilha: Trimestre... 300 rs.
Com estampilha: Africano... 400 rs.
Anual... 1200 rs.
Moeda forte, 2500 rs.
Editor: José Maria Díaz
C. Imprensa à direita
TYPGRAPHIA CENTRAL
CHAVES

Caminho de ferro da Regoa a Chaves

Pela segunda vez se honra *A Voz de Chaves* com a publicação do retrato do eminentemente estadista e ilustre ministro da marinha sr. Conselheiro António Teixeira de Souza, prestigioso chefe do partido regenerador do concelho de Chaves.

Foi a primeira quando, por El-Rei, foi chamado aos conselhos da Coroa.

E então, como soldados desveliosos e dedicados do seu partido, quizémos assim, prestar-lhe a manifestação da nossa alegria e do nosso orgulho em o termos por chefe incontestado e querido, porque as suas qualidades, tão nossas conhecidas, foram dignamente apreciadas por quem, pairando muito alto da mesquinhez da política, sabe com segurança apreciar os homens e as coisas.

Era um preito sincero a quem como o conselheiro Teixeira de Souza é nobilitado por generosas e limpidíssimas qualidades de carácter e tem a aureolar-lhe toda a sua vida, quer pública quer privada, a seguir satisfação de ser um homem de bem.

Hoje *A Voz de Chaves* sublimando, se mais é possível, na absoluta dedicação que lhe tributa, apresenta aos seus amigos o retrato desse homem que consumou em subidíssimo grau todas as altas qualidades de estadista, de patriota, de amigo e de desvelado protector da província de que é filho, e dos mais ilustres.

Foi votado em ambas as casas do parlamento o projeto do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

E sem querermos amesquitar o valor de todos os colaboradores em tal resolução não nos calha a consciência, assim como a de todos os homens de bem, que é, indubitablemente, an-



CONSELHEIRO ANTONIO TEIXEIRA DE SOUZA

Efficaz propugnador do nosso caminho de ferro

conselheiro Teixeira de Souza que cabe a glória de decisivamente influir para que aquella obra — inicio do resurgimento e progresso do nosso concelho — seja hoje um facto.

Na historia dos povos, como na das famílias, há épocas que se classificam pelo nome de um homem.

E o homem n'este caso subentende-se ou pelo valor, pela bravura, pelo talento, sempre pelo carácter, em que as suas qualidades predominam e se perpetuam.

Assim podemos dizer da época feliz em que na his-

tória do concelho de Chaves é inscrito o nome de Teixeira de Souza, pois que a elle ficam indissoluvelmente ligados os primeiros traços que marcarão ao nosso futuro económico, comercial e agrícola, um largo caminho de brilhantes aspirações e sucessos.

Se em nosso meio estivesse estabelecido o uso da liberal Inglaterra para com os seus filhos dilectos bem poderia o concelho de Chaves inscrever o nome de Antonio Teixeira de Souza como seu cidadão, pois se a consideração tocava a sua alma tão prodiga de gene-

rosidades como desprendida de galardões oficiais, é bem certo que o maior galardão sobre nós recarharia, pois nenhum filho, como este, adoptivo, tanto fez em bem de todos nós, da nossa grandeza e do nosso futuro.

Não é de feito a lisonjarias o seu animo, como não sabemos mentir aquelles a quem devemos consideração e estima.

Mas é certo que a ninguém, como a elle, a nossa terra é credora de maior e mais assinalado serviço.

Bem podemos, pois, ensinar a nossos filhos, aquê-

les a quem mais hade sorrido o progresso da nossa terra, que o nome de Teixeira de Souza deverá insculpir-se-lhes nos corações e nos espíritos como sendo o precursor de todas as nossas prosperidades.

Por isso *A Voz de Chaves* orgulhando-se mais uma vez de gravar na suas páginas o retrato e o nome de Teixeira de Souza, considera que interpetra o sentir de todos os homens bons que sabem ser gratos e justos.

OS PRECEDENTES

Vão muito sumariamente e porque de todos são conhecidos os esforços feitos em diversas épocas por muitos individuos de diferentes parcialidades e todos animados dos melhores desejos.

E' certo que quando Antunes Guerreiro foi deputado se pensou no assumpto, o que parecia mais viável sabendo-se que as condições de protecção do thesouro eram certamente mais desafogadas do que hoje.

O sr. António Sarmento, distinto engenheiro, director das obras públicas do distrito, também como deputado muito se interessou e tanto que no chamado *narelo do ferro*, ao norte do Mondego, da iniciativa d'esse brilliantíssimo talento do então ministro Emygdio Navarro, era ele o relator da commissão respectiva.

Mas o que é certo, todavia, é que de addiamento em addiamento, de esperança em esperança, e, em geral, desânimo em desânimo, quem conservou sempre a tenaz precepção de que o nosso caminho de ferro seria um facto, foi o illustre estadista sr. conselheiro Teixeira de Souza.

Remontando ao passado vemos que no Distrito de Villa Real, órgão regenerador, em 16 de abril de 1881 — há precisamente dezassete anos da approvação na cámara dos deputados — escrevia o sr. dr. Teixeira de Souza, num longo artigo, a propósito do caminho de ferro.

«É tempo de se acabar por uma vez com os malfundos políticos, opo-

A VOZ DE CHAVES

8 - 5 - 1902

tin nelasste proferão ser aos interesses de Villa Real.

Esses insultos políticos são uma injúria cuspi-la na face dos que da melhor hora se sacrificaram o seu tempo e os seus interesses aos interesses d'esta terra».

E nesse mesmo anno, diz o actual *Districto de Villa Real*:

«Tinha-se mais vehementemente para os nossos conterrâneos, a ambição legítima do caminho de ferro de Vale do Corgo.

Todos os partidos se congregaram para o triunfo d'um direito sagrado.

Já nesse tempo, representando o párólo regenerador, o actual ministro da marinha, era o porta ban leira da nossa caminho de ferro, quer sendo membro de comissões, quer faltando em reuniões públicas, já exercendo influentes artigos de críteriosa propaganda, como tudo se vê das cíleções d'este jornal, desde 1885 a 1888.

Já nesse tempo, se proclamava, como na previsão das acontecimentos, a necessidade de seguir, firme e obstinadamente, um caminho direito e dissimilado.

Por este aserto sór incontestável, é que o sr. Conselheiro Teixeira de Souza, quando em 1888, depois de muitas instâncias suas, o ministro das obras Públicas, sr. Augusto José de Cunha, trouxe à discussão da câmara dos deputados o respetivo projecto, quis apresentar uma proposta, tornando obrigatória a construção do nosso caminho de ferro, dando o caso de, dentro de terminado prazo, a não realizarem os concessionários, e sendo estes indemnizados.

Por não podermos contar com o futuro como coisa nossa, é que o sr. Conselheiro Teixeira de Souza, na sessão parlamentar de 1899, quando se discutiu o projecto d'este caminho de ferro, conseguiu, além d'uma providência fixidora do prazo da concessão, a aprovação do seguinte additamento:

«Que nas linhas do Estado a construir sejam incluídas aquelas que hajam sido concedidas e cuja concessão caducasse ou venha a caducar.»

Este alímento destinou-se efficazmente salvar o caminho de ferro de Vale do Corgo, e mo está plenamente justificado, pois, se a respetiva concessão, não caducou, pelas diferenças de algumas dias, por haver prescrição, caducou por anomalia, dadas as insuperáveis dificuldades dos concessionários, alias, em hora tardia, signamente confessadas em documento público.

Chegamos agora ao zenith da questão.

O sr. Conselheiro Teixeira de Souza, como membro do governo, e membro reconhecidamente preponderante, convenceu-se, como é conveniente de toda a gente sensata, que se o caminho de ferro não se convertesse agora em realidade visível, palpável, não se converteria nunca; não quebrou a cadeia dos seus desejos manifestos, direi seus serviços reerantes, em prol da consequimento d'essa granilho factor do nosso progresso, da nossa riqueza; não se esqueceu de que era do distrito de Villa Real: abalhorraria o seu lugar no ministerio, se o projecto do caminho de ferro da Regua a Chaves não fosse apresentado conjuntamente com o do caminho de ferro de Bragança.

E que, se assim não acontecesse, não estaria em perigo!

Uma vez reconhecid-o todos quantos deixam o exame superficial dos factos, para se dedicarem à profunda investigação das suas causas e das suas consequências.

Nesta circunstância essencial se explica a campanha do partido progressista de Bragança contra o sr. Conselheiro Teixeira de Souza; n'esta circunstância se explica a atitude do sr. Euardo Coelho, n'apoiar dos partes, pugnando pela desilição dos dois projectos, e extrapolando a reunião, n'um só diploma, da autorização para abrir concurso e a adjudicação caminho de ferro da Regua a Chaves, com a aprovação do contracto feito relativamente ao de Bragança; n'esta circunstância se explicam ainda os artigos das *Novidades* escritos na mesma sentido.

O sr. Conselheiro Teixeira de Souza, ao contrário do que o acusam os d'ellos de Bragança, não obteve nunca o caminho de ferro d'aquela districto, mas sómente quis

que este se conjugasse com o nosso.

Declarou-n' S. Ex.º no parlamento, sem deixar dúvida.

E teremos o caminho de ferro, devido à intervenção decisiva do sr. Conselheiro Teixeira de Souza, que pôs a sua pasta de ministro sobre a realização do nosso desejo antigo e supremo, sobre o progressamento e a felicidade do districto de Villa Real.

Já não pôde e nem deve haver dúvida, descolonializis.

O caminho de ferro vai fazer-se;

O INTRANSIGENTE

11 de maio de 1902

CAMINHO DE FERRO

Que a historia fique enriquecida com mais o nosso depoimento. Tem-se escripto tanto diatribes, calumnias, elogios, — tem-se com tanto jantares e libado à locomotiva, que ha de talhar os campos transmontanos, que a confusão fez-se no espírito esclarecido do leitor e a historia ficaria nebulosa sem alguns raios de luz, que vamos fornecer-lho.

A camara dos deputados e depois a camara dos pares aprovaram a construcção das linhas ferreas de Mirandela a Bragança e da Regua a Chaves.

Quem conseguiu essa aprovação com garantia de juros?

Ninguém?

Todos?

Expliquemo-nos, porque o leitor está a julgar das nossas palavras um contrasenso. Vamos à historia, como é justo que se faça, sem paixões partidárias, cortando frio, imparcialmente. E o que vamos dizer ninguém cusa já de mentir sem que a consciencia (os que a tiverem) proteste.

Coincemos pelos vizinhos.

São sabidas as rivalidades entre o sr. Abilio Beça, governador civil de Bragança, e o sr. Teixeira de Souza, ministro da marinha. Ambos pretendem o pennacho da chefia política d'aquele districto.

Pra bem o firmar no seu clípeu de governador civil o sr. Abilio Beça pediu ao governo que fizesse aprovar, com garantia de juros, o caminho de ferro de Mirandela a Bragança. O sr. Teixeira de Souza contrariou vivamente os desejos do odiado rival, e o governo quedou-se silencioso, nem que sim, nem que não. E o sr. Abilio Beça estava vencido. Repentinamente *O Jornal* comprehendeu uma viva campanha em favor dos caminhos de ferro transmontanos, em artigos escriptos por um ministro de estado progressista, acusando o governo de não querer

apresentar ao parlamento o projecto de lei, que não seria impugnado por ninguém.

Era pessima a situação do governo em face d'essa declaração auferida pelo nobre chefe do partido progressista. O sr. Abilio Beça voltou a carga. Se o partido progressista defendia na sua imprensa a aprovação das linhas ferreas, que obstáculos havia nisso? Um só: o sr. Teixeira de Souza. Entrou na campanha as *Notícias*, e o seu illustre redactor declarou que ou o governo apresentava as contas do projecto das linhas ferreas transmontanas ou abatia rá descaradamente. O sr. Teixeira de Souza, abandonado pelo brillante jornalista ficou só com os seus odios. Muitos dos odios, mas pouco o valor.

Era preciso obrar, com rapidez e energia, aproveitam as boas vontades de todos.

Os concelhos do districto de Bragança ameaçam com uma insurreição, mandam para Lisboa telegrammas fumegantes de ira. Em Lisboa o nosso querido amigo sr. conselheiro Eduardo Coelho e o sr. Abilio Beça, queimam os beradeiros cartuchos. O governo está disposto já à construção da linha de Bragança, mas há de ser aprovada conjuntamente a da Regua a Chaves. Era ainda a intriga, era o propósito de anular as duas. Desejava isso o sr. Teixeira de Souza. Servia-se da de Villa Real para inutilizar a de Bragança.

Mas como os planos mais habilmente arrebitados tem um desfecho diverso, do que se espera e premedita! A imprensa redobra de energia o districto de Bragança ergue-se justamente indignado, e o governo é compellido a levar ao parlamento o projecto das duas linhas ferreas.

O momento não podia ser melhor, discutia-se o convenio e proclamavam-se economias.

Viesse a voz d'un grande carácter, d'un superior homem de bem dizer ao governo que devia ser aprovado o projecto, para que o paiz não protestasse, para que a

opinião pública se convencesse das altas necessidades d'esta despródigo província.

Então que o nosso illustre amigo, o conselheiro Eduardo Vilalba pediu a palavra em defesa do projecto. A batalha estava ganha. Falou aquelle que tão querido é de todos, que tem uma vida honestíssima, que só advoga economias. E por que era justo o que se fazia. Uma voz só protestou, ainda mas não podia atalar o discurso do sr. conselheiro Eduardo Vilalba, que folha perdida na corrente rodando pelo rochedo fortemente encravado na margem. Se este nosso prezado amigo não falhou o projecto tinha fuligados odyne.

Tal é a historia. Tudo mais que diz sucedeu nas páginas dos reportórios em secção de anedotas.

A quem devemos, pois, a aprovação das linhas ferreas transmontanas?

Os seguintes: sr. Abilio Beça, Eduardo Coelho, Eduardo Vilalba, as *Notícias*, no *Jornal*, e no sr. Teixeira de Souza.

Não esqueçam os que nos leem que o districto de Villa Real ficou devendo ao de Bragança a linha ferrea... se se fizer.

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Proposta de lei

Artigo 1.º O governo poderá aplicar parte do fundo especial dos caminhos de ferro do estado existente, nos termos da lei de 14 de julho de 1893, efecciar os encargos da construção e exploração dos caminhos de ferro de Mirandela a Bragança e da Regua por Villa Real e Chaves, à fronteira, contrahidos sob a forma de garantia de juro, nos termos da presente lei.

Art. 2.º É aprovado e confirmado, na parte que depende da sanção legislativa, o contrato de 19 de abril do corrente anno, que vai junta á presente lei, a d'el, la faz parte, celebrado entre o governo e João Lopes da Cruz, para a construção e exploração do caminho de ferro de Mirandela a Bragança.

§ único. Fica o governo autorizado a prescrever as regras que devam ser seguidas nos processos arbitrais a que se refere o art. 75º do mesmo contrato.

Art. 3.º É autorizado o governo:

- A acordar a desistência requerida por Alberto da Cunha Lobo e António Júlio Pereira Cabral da concessão do caminho de ferro da Regua por Chaves e Villa Real à fronteira, que lhe foi feita nos termos da carta de 7 de julho de 1896, por alvará de 10 de outubro de 1901, e a restituir aos mesmos concessionários o depósito de 10.000.000. Reito nos termos da clausula 54.º do mesmo alvará.

- 2.º Ajudar em hasta pública a precedendo concurso aberto na conformidade das bases anexas, que fazem parte integrante d'esta lei, a construção e exploração do referido caminho de ferro.

Art. 4.º As diferenças das garantias de juro, saídas do fundo especial dos caminhos de ferro do Estado, que em virtude do aumento da receita líquida das linhas

a que se refere o artigo 4.º da presente lei, forem reembolsadas pelas empresas concessionárias, revertem a favor do mesmo fundo especial, como restituição do empréstimo feito.

BASES DA AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELA GOVERNO PARA AJUDAMENTO DA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DA REGUA POR VILLA REAL E CHAVES À FRONTEIRA

1.º A exploração será concedida pelo espaço de noventa e nove anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato.

2.º O prazo de concessão será dezoito anos, dia 19 de maio de 1901, provisório.

3.º Os licitantes serão obrigados ao depósito prédio de 10.000.000 de réis que será elevado para 10.000.000 de réis (polo existente) no qual será adjudicado a concessão.

4.º As clausulas e condições da concessão serão as do contrato provisório de 19 de abril do corrente anno, para a construção e exploração do caminho de ferro de Mirandela a Bragança, modificadas em harmonia com as prescrições das presentes bases.

5.º A linha será dividida nas seguintes secções:

5.1. De Regua a Villa Real;

5.2. De Villa Real a Villa Pouca de Aguiar;

5.3. Da Villa Pouca de Aguiar a Vila do Conde;

5.4. Da Vila do Conde a Chaves;

5.5. De Chaves à fronteira;

5.6. os prazos para apresentação dos projectos serão, a contar da data do contrato:

5.6.1. Seis meses para a 5.1. secção;

5.6.2. Um anno para 2.º e 3.º secções;

5.6.3. Dessesmes para a 4.º secção;

5.6.4. O prazo relativo à 5.º secção será de seis meses, contados da data da comunicação da concessão ao ponto de passagem, na fronteira, escolhido por acordo entre os governos português e espanhol.

5.6.5. Os trabalhos de construção da cada secção deverão começar no prazo de noventa dias, a contar da data da publicação, no Diário do Governo, da portaria que apprová o respectivo projecto, devendo estar concluídos no final de tres annos os de 1.º e 2.º secções, e da quinto os da 3.º e 4.º secções, a contar das mesmas datas.

5.7. A constituição da 5.º secção poderá ser ainda até que em Hispaniola se proceda à construção da linha que deve ligar-se com este caminho de ferro.

5.8. Linha de base aos vintidos de setenta e cinco mil metros nos projectos de 1888 e de 1897.

O governo poderá autorizar que em troco da excepcional dificuldade da configuração o traço tenha suas curvas de curva a 100 metros e o limite máximo das pendentes se eleve a 25 mil metros.

6.º O governo garante à empresa adjudicataria o comprimento do rendimento líquido anual de 4% mais por cento em relação ao custo kilometrico da linha, da estipulado no contrato, com exclusão do material circulante, y sucesos.

7.º A discussão versará sobre a quantia em que é computada para os effitos da garantia o custo kilometrico da linha, que não poderá exceder o de 28.000.000 de réis, somando para lucro da licitação.

8.º A linha será dividida para os efectos da liquidação provisória da garantia de juro, em laços de extensão não inferior a 20 quilometros na 1.º secção e as 10 nas seguintes, que poderão ser sucessivamente abertas à exploração a partir de

A VOZ DE CHAVES

Caminho de ferro.

O *Progresso do Norte*, órgão do centro progressista de Villa Real, descreve no seu último número, e por tal forma, que vamos reproduzir essa descrição:

Na sexta-feira da semana finda, foi aprovada na Câmara das Pares a proposta de lei, que autoriza o governo a abrir concurso, mediante garantia de juro pelo Estado, para a construção e exploração do caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves.

Esta boa notícia, que o telegrafo nos trouxe na tarde do mesmo dia, produziu o maior entusiasmo e indescritível regozijo, salvo poucos depois para a rua a fanfarra do Azylo Escoli e queimando-se grande número de foguetes.

No domingo, porém, é que tiveram lugar importantes manifestações do povo de Villa Real. Das quatro para às cinco horas da tarde d'esse dia entraram n'esta villa tres bandas de musica, que a breve trecho eram acompanhadas por uma extraordinaria multidão, composta de individuos de todas as classes sociais e de todas as cores politicas, parando em frente das casas de todos os politicos em evidencia, regeneradores e progressistas, e de todos aqueles que, afastados das fileiras politicas, prestaram valiosos e incontestaveis serviços em beneficio da causa justa e santa, que, segundo cremos, entrou agora n'uma phase satisfatória, decisiva, e pela qual ha longos annos trabalhavam os vilarenses e os seus amigos e protectores.

Como era de esperar, essas manifestações nata, absolutamente nata, tiveram de política, send-nos deveres agradável conregnar este facto como prova irrefragavel de que não ha n'esta villa, quem a sério rege-se louvóres não só a todos quantos progressistas e regeneradores, concorreram para que na presente sessão legislativa fosse aprovada a referida proposta de lei, como também aos que anteriormente trabalhavam para que os poderes publicos nos attendesssem e fizessem justica, decretando a construção do caminho de ferro da Regoa a Villa Real e Chaves.

Entre essa numerosa multidão que no domingo percorreu as ruas de Villa Real viam-se, como já dissemos, individuos de todas as cores politicas e, não devemos occultá-lo, loi com intimo jubilo que lhes ouviríamos acclamar indistintamente o Ministro das Obras Publicas, Teixeira de Souza, António d'Azevedo, Conde de Villa Real, deputados Vilalva, Alpoim, Medeiros e Nogueira, e mistura com os mais calorosos vivas ao povo de Villa Real e aos seus verdadeiros amigos.

Na travessa de S. Paulo e à porta da typographia da «Imprensa Moderna», onde este jornal se imprime, foi igualmente saudada a Redacção do «O Progresso do Norte», o que nos sempre agradece com muito reconhecimento.

CAMINHO DE FERRO

Ao nosso distinto collega *La Opinion*, de Vélez (Espanha) pedimos venia para transcrever o seguinte artigo que insere no seu ultimo numero.

Fazendo votos por as aspirações do collega e da região que tão dedicadamente defende agradecemos também as palavras de boa e amigavel vizinhança que dirige aos nossos compatriotas e cooperadores no grande melhoramento que em breve começará os seus trabalhos.

Um dos assumptos que hoje mais preocupa toda esta região é, sem dúvida, a construção da linha terrea da Regoa à fronteira portuguesa; passando por Villa Real, Villa Pouca d'Aguia, Vilaig e Chaves.

Enão pode estranhitar-se que, como os povos vizinhos, nós, os que vivemos n'este desprotégido fâlho da Hespânia, nos entusiasmemos também com a realização d'este formoso projecto por isso que uns e outros seremos mais ou menos beneficiados.

Os jornais do reino vizinho celebraram esse facto e dedicam entusiasticos artigos aos srs. Teixeira de Souza, Eduardo Villaça, Eduardo Coelho, José Beça que consideram como verdadeiros campeões da concessão aos quais se deve, indubitablemente, o chegar-se a realizar o caminho de ferro transmontano, há tanto ambicionado e que resolvê um importantissimo problema para toda aquella região.

Se Portugal celebra entusiasticamente tão fausto acontecimento não deve a nós sermos indiferente pois que a elle está ligado o grande desenvolvimento do nosso valle, e devemos considerar o triunfo dos flavienses como nosso próprio triunfo, porque é indescritivel que chegada a linha terrea a Villa Verde da Raja o nosso commercio adquire um mais amplo desenvolvimento, aumentando os seus rendimentos que, devido ao assustamento em que nos encontramos desde que está em exploração a linha do Norte, têm diminuido consideravelmente com grande prejuizo da nossa produçao vinicula e da riqueza da nossa região.

Quinta-feira, 22 de Maio de 1902

Perdida a esperança da nossa linha de Orense à fronteira, tantas vezes estudada, de novo renasce em nós a esperança de podermos entrar no concerto dos demais povos, pondo-nos em perfeita e rápida comunicação com elles, pois é sabido que chegada ás nossas portas a linha ferrea portuguesa é manifestamente mais accessivel a realização do nosso projecto, porque será mais evidente a necessidade, olhando o assumpto pelo prisma racional de que a companhia exploradora dos caminhos ferros do Norte hinde ver a conveniencia de construir a linha de Orense e Fezes, para entroncar com o caminho de ferro do Douro.

O primeiro passo está dado e com garantias de exito; talvez d'elle dependa a realização das nossas aspirações.

Não terminaremos este modesto artigo sem antes dedicar o nosso aplauso a todos os

individuos que contribuirão com seus esforços para a realização de tão grandes benefícios, pondo ao serviço dos povos toda a sua influencia e abandonando a jidéia partidaria para consagral-a inteiramente, ao bem comum.

Tão altos objectivos, bem merecem ser coroados pelo agradecimento dos seus concidadãos e das pessoas que consideram com desinteresse o progresso da região em que vivem.

Sabbado 31 de Maio de 1902

Caminho de ferro

Já foi decretado que do fundo especial dos caminhos de ferro do Estado seja retirada, annualmente, a parte necessaria para ocorrer aos encargos da construção e exploração do caminho de ferro da Regua a Chaves.

Quinta-feira, 12 de Junho de 1902

Caminho de ferro

O «Díario» publica hoje as cartas de lei, mandando abrir concurso para a construção do caminho de ferro da Regua a Chaves e aprovando o contrato da linha de Mirandela a Bragança, constando que o anuncio do concurso sera publicado em breve.

O INTRAMIGENTE

CHAVES - Quinta-feira, 28 de maio de 1903

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Na sexta-feira foi aprovado
pela Câmara dos Pares o projecto
do caminho de ferro da Ilha a
Chaves.

Logo, que foi conhecida n'esta villa tão boa noiva, subiram ao ar inumeros foguetes e uma grande multidão de povo, acompanhada de musicas, percorreu as ruas soltando freneticos vivas a todos os que se empenharam em que fosse evitado um malhamento, hia tanto tempo reclamado.

Até que enfim foram satisfeitas as justas aspirações d'ente povo trabalhador, que de longos e árduos vinha reclamando dos altos poderes não fosse tratado como bárbaro.

O desprezo à que tem sido votada a nossa bella província fez-nos descrentes e foi com friezas que recebemos as primeiras notícias, relativas à apresentação do projeto.

Felizmente que as nossas previsões falharam, sórdo o projecto aprovado em condições, que dão a quasi certeza de ser levado a efeito, pela gurantia do juro do capital a empregar em tal emprendimento.

Hora a todos aquelles que, sem distinção de política, concorrerem para a realização das nossas justas aspirações económicas, que n'ninguem prejudicam.

Transcreveremos em seguida os discursos proferidos nas duas en-
maras, respeitantes a este importan-
tissimo melhoramento:

O sr. conselheiro *Eduardo Vilalva*:— Concorda em absoluto com o projecto em discussão. Ninguém mais do que ella reconhece a necessidade de se proceder à construção das linhas ferreas de Triz-los-Montes, as quais irão servir régios feracíssimos e promover a prosperidade daquela vila.

o desenvolvimento económico das cidades mais nobres e formosas províncias de Portugal. Villa Real e Bragança são as duas únicas capitais de distrito ainda não ligadas pelo cercaninho de ferro no resto do país. Todavia, apesar do altíssimo interesse que tem sido manifestamente em questão e da justiça incontestável que reconhece n'elles, dadas as circunstâncias actualas do país, não hesitaria em discutir a oportunidade do projecto se oles por ventura

... que se realizasse alguma encargos para o país. Socou-se, porém, que a sombra necessária para o progresso era a grandeza de juro e rateio, do qual nasce o custo dos caminhos de ferro, collocado indirecamente do orçamento por meio da iniciativa do setorismo, impenitente progressista, e aquela puxa, isso é, o custo das obras nacionais gravadas sobre com a aprovação da maioria parlamentar. Só que, circunstâncias, um edifício não é em nome da iniciativa progressista, tem verdadeira utilidade o profundo prazer em si o seu visor no perfeição. (Applausos de ambos os lados da Câmara).

Seguidamente o ilustríssimo parlamentar, mandou para a mesa uma proposta limitando o prazo em que deve ser posto em execução a autorização e que referiu: «... O Sr. Presidente. — Esta proposta é da sessão das 10 horas, a contar da publicação do respectivo decreto no *Diário do Governo*. O sr. Villas-Boas propôs ao projeto que, se adiante, se convolte o ensaio para apresentar, eloquientemente os vinhos e serviços prestados à província de Trás-os-Montes pelo nosso querido director, seu diretor unico. Entendido (de Junho de 1888, Emery). Na Várzea apresentava no parlamento a sua

proposta de lei relativa à rede ferroviária do norte do Mondego, em que estávam compreendidas as fábricas da Bragança e da Regoa por Villa Real, Chaves e fronteira. E terminava o seu primoroso discurso com as próprias palavras escritas: «pela oração superior de Emigdio Navarro no final do brilliantíssimo relatório d'essa proposta de lei». «Cumpre esperando todos, hora da procedência das partidarias, ou a realização destes melhoramentos, trabalharemos pelo engrandecimento e pela emancipação económica da nossa querida pátria, que se todos nos tem por filhos».

O ministro das Obras Públicas.—Sá é muito breve porque nenhuma informação o projecto. A circulação dos caminhos de ferro é indispensável à vida económica do país como a circulação do sangue é indispensável ao organismo humano. Isto é o que V. o presidente sistema das concessões das linhas ferreas, antes das providências que tomou

sobre o assumpto, obrigando os condéstanos a extrair com os seus depósitos respectivos para garantia dos seus construtos e interesses, práticas para o cumprimento das mesmas construções. Quando ao sistema de garantia de Juro, a que o sr. Villagra se referiu, é perfeitamente desfavorável, sobre tudo quando, como rigorosamente tratado os címbulos de ferro, que vão ser tributários de linhas de estrada e que, por isso mesmo, dão a estes limites um notável desequilíbrio econômico? O sr. Vargas expõe-se ainda em outras considerações do caráter geral sobre o assunto.

O ministro da Marinha.—Continha-se com a província da Trazos-Montes pelo projecto de lei em discussão. Nada vêde pôr-lhe se que foi introduzido por uma interva longa a favor da construção das linhas ferroviárias anteriores. Tanto é que se opõe seu parecer que o caminho de ferro Valdés da Cangas ao caminho de Ferro do Alcântara à Braga não devia ser construído, sem que quizesse dizer as previdências económicas e os

segundo o folha, não só o governo
de São Paulo, que é a província de Iracema, vai
dar um grande serviço ao Brasil, ministrando
o que é de direito a todos os caminhos
e ainda mais oposição pro-
cessista pela sua atitude
de hoje. De modo a levantar a recu-
dação do governo federal, o
vereador Vítor do Prado, o primo
do ex-ministro da Fazenda, o
deputado Osmar

o Dr. VILHÉM LUTZ o seu
filho o Dr. HENRIK LUTZ que tiveram a
felicidade de serem os fundadores do
estudo, como o Sr. OLIVEIRA
SILVA pretendem fazer acreditar, um
encargo anual de 100.000\$000 reais
a garantia de juro das suas linhas
terrestres CHAMONIX-LANCIAS e o trânsito
especial dos caminhos da FERROVIAS
sendo logo aplicado a essas linhas,
se o Dr. LUTZ quisesse. O Dr. LUTZ
não tem ali em causa alguma o que
é lei do país, porque a lei de 1843
separou o fundo dos caminhos
de terra do concerto geral do estudo.
Ela só deu considerância o dia mais
fazia de 11. VIII. 1843 quando instituiu em
que se permitisse, quanto ministraria, o
desenvolvimento das estradas e dos caminhos

O administrador Francisco José Mello, declarava francamente a autoridade do projecto. Vou elle dotar a província de que é natural e que sólito trânsito dum dos meios mais importantes daqui para o interior, que não resulta um gasto na despesa pública. A guarda da estrada sônhara do fundo, espalhando confusões de ferro, que se não multiplicam de dia em dia, os caminhos de ferro transmontanos, selaram, em outros, o trânsito. Nossa ferreia virá importunando recordações para o ultramar.

O sr. administrador José Maria d'Alpoim — De todo o seu apoio ao projecto que vaa satisfazer as ligeitimas aspirações d'uma província a que o ligeiro os impediu do seu crescimento e do colapso.

Nazaremar dos pares disse: Benedito Costa elogia o relatório do ministro das obras públicas que precede o projecto. Dá-lhe que se discute, e os relatórios das comissões d'um

Leendo esses relatórios, foi grande a satisfação que experimentava, porque não havia honra de relatar o parecer que incidiu na proposta de lei que criou o conselho da administração.

descalinhos de ferro do estalo.
Tendo sido essa lei combatida pelo
actual sr. presidente do conselho, é
como disse, enorume a sua satisfação
por ver que assim se faz a apologia do
que foi feito vivamente criticado.

Não vem haja momento encarar os benefícios, que, resultam da aplicação do sistema da viação acelerada, porque ellos estão perfeitamente consignados no relatório do seu ministro. Digo, em voto ao projecto, não desejando, que o caminho de ferro fique subordinado directamente pelo estado, e não por meio de garantia dele.

Também se lha assignou exagerado o cômputo do 25%onto para base de licitação com garantia de 4.113 p. c. Lembra por aqui as suas considerações,

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

O Diário do Governo de quinta-feira última publicou o projecto que se refere ao caminho de ferro da Regoa a Chaves, o mais justo e importante melhoramento por que ha muito aspiram e se julgam credores os povos d'esta região.

O projecto é do teor seguinte:

Artigo 1.º Do fundo especial dos caminhos de ferro do Estado, existente nos termos da lei de 14 de julho de 1899, poderá ser retirada anualmente a parte necessária para ocorrer aos encargos da construção e exploração dos caminhos de ferro de Mirandela a Bragança e da Regoa por Villa Real e Chaves, à fronteira, contráhibidos sob a forma de garantia de juro, nos termos da presente lei.

Art. 3.º É autorizado o governo:

1.º A aceitar a desistência requerida por Alberto da Cunha Leão e António Julio Pereira Cabral da concessão do caminho de ferro da Regoa por Chaves e Villa Real à fronteira, que lhe foi feita nos termos da carta de lei de 7 de julho de 1898, por alvará de 10 de outubro de 1901, é a restituir aos mesmos concessionários o depósito de reis 10:000:000, feito nos termos da clausula 54.º do mesmo alvará, sem direito a indemnização alguma por despesas de qualquer natureza que hajam feitos.

2.º A adjudicar em hasta pública e precedendo concurso aberto na conformidade das bases annexas, que fazem parte integrante d'esta lei, a construção e exploração do referido caminho de ferro.

§ unico. O concurso a que se refere o n.º 2.º d'este artigo abrir-se-há dentro do prazo de sessenta dias, contado da data da publicação da presente lei.

Art. 4.º As importâncias das garantias de juro, saídas do fundo especial de Caminhos de Ferro do Estado, que em virtude do augmento da receita líquida das linhas a que se refere o artigo 1.º da presente lei, forem reembolsadas pelas empresas concessionárias, reverterão a favor do mesmo fundo especial, como restituição do adeantamento feito.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução

da presente lei pertender, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, e os Ministros e Secretários de Estado dos Negócios Ecclesiásticos e de justiça; de Fazenda e interior dos Estrangeiros, e das Obras Públicas, Commercio e Industria, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço, aos 24 de maio de 1902.

—EL-REL, com rubrica e guardada.—Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro—Arthur Alberto de Campos Henriques—Fernando Mattozo dos Santos—Manoel Francisco de Vargas.—(Logar do sello grande das armas reais.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Cortes Gerais de 2 de maio de 1902, que autoriza o Governo a retirar anualmente do fundo especial dos Caminhos de Ferro do Estado, existente nos termos da lei de 14 de julho de 1899, a parte necessária para ocorrer aos encargos da construção e exploração dos Caminhos de Ferro de Mirandela a Bragança e da Regoa, por Villa Real e Chaves, à fronteira, contráhibidos sob a forma de garantia de juro, e a tomar outras providências para a execução do mesmo decreto, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver.—Carlos Augusto Elbling, a fez.

Bases da autorização concedida ao Governo para a adjudicação e exploração do caminho de ferro da Regoa por Villa Real e Chaves à fronteira.

1.º A concessão para a construção e exploração será feita pelo espaço de noventa e nove anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato.

2.º O prazo do concurso será de noventa dias.

3.º Os licitantes serão obrigados ao depósito prévio de 5:000:000 reis que será elevado a 10:000:000 reis pelo licitante ao qual for adjudicada a concessão.

4.º As clausulas e condições da concessão serão as do contrato provisório de 19 de abril do corrente anno, para a construção e exploração do caminho de ferro de Mirandela a Bragança, modificadas em harmonia com as prescrições das presentes bases.

5.º A linha será dividida nas seguintes secções:

1.º Da estação da Regoa, na linha do Douro, Villa Real,

2.º De Villa Real a Villa Pouca d'Aguiar;

3.º De Villa Pouca d'Aguiar a Vidago;

4.º De Vidago a Chaves;

5.º De Chaves à fronteira.

a) Os prazos para a apresentação dos projectos serão a contar da data do contracto:

Seis meses para a 1.ª secção;

Um anno para a 2.ª e 3.ª secções;

Desoito meses para a 4.ª secção.

O prazo relativo à 5.ª secção será de seis meses, contados da data da comunicação ao concessionário do porto de passagem na fronteira, escolhido por acordo entre os Governos Portuguez e Hespanhol.

b) Os trabalhos de construção de cada secção deverão começar no prazo de noventa dias, a contar da data da publicação no Diário do Governo, da portaria que aprovar o respectivo projecto, devendo estar concluídos no fim de três annos da 1.ª e 2.ª secções, e de quatro os da 3.ª e 4.ª secções, a contar das mesmas datas.

c) A construção da 5.ª secção poderá ser adiada até que em Hespanhol se proceda à construção da linha que deve ligar-se com este caminho de ferro.

Servirão de base aos estudos as directrizes seguidas nos projectos de 1888 e de 1897.

O Governo poderá autorizar que em trocos de excepcional dificuldade de construção o raio mínimo das curvas desça a 100 metros e o limite máximo das pendentes se eleve a 25 milímetros.

6.º O Governo garante à empresa adjudicataria o complemento do rendimento líquido anual até 4 1/4 por cento em relação ao custo kilométrico da linha, estipulado no contracto, com exclusão do material circulante.

7.º A licitação versará sobre a quantia em que é comitado para os efeitos da garantia e custo kilométrico da linha, que não poderá exceder o de 26:000:000, tomado para base de licitação.

8.º A linha será dividida, para os efeitos da liquidação provisória da garantia do juro, em lanços de extensão não inferior a 20 quilometros na 1.ª secção e a 10 nas seguintes, que poderão ser sucessivamente abertos à exploração a partir da Regoa, mediante previa approvação do Governo.

Paço, aos 24 de maio de 1902.—Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro—Arthur Alberto de Campos Henriques—Fernando Mattozo Santos—Manoel Francisco de Vargas.

A VOZ DE CHAVES

DE 11 DE SETEMBRO DE 1902

Caminho de ferro

Segundo informações que reputamos, da melhor fonte podemos informar os nossos leitores que o concurso para a construção da linha férrea Regoa à Chaves será muito concorrido e que embora haja alguma alteração em um ou outro ponto das condições não há receio de que os capitais desertenham do grande melhoramento projectado.

DE 16 DE OUTUBRO DE 1902

Caminho de ferro

Do nosso distinto collega *Povo do Norte* transcrevemos os seguintes trechos de uma local:

«Termina a 5 de novembro o prazo do concurso aberto no ministerio das obras públicas para adjudicação da construção e exploração do nosso caminho de ferro.

Como temos dito, não é crível que apareçam adjudicatários para a linha, a não ser que algum grupo de capitalistas venha a contar com a boa-vontade do governo no sentido de lhe ser deferido o pedido de poder restringir os raios das curvas abaixo dos 150 metros estipulados como base do traçado.

Sabemos que efectivamente houve um lapso de redacção quando foram publicadas no *Diário do Governo* as condições para a adjudicação.

Mas também podemos informar o nosso distinto collega, que tão brillantemente tem defendido e lutado pelo grande melhoramento, que há mais de um concorrente, resolvendo todavia a condição relativa aos raios das curvas, e sabemos, por sinal, que será adjudicada e concessão ficando dependente do parlamento, com cuja aprovação se conta, sendo este um dos primeiros projectos a discutir, as alterações a fazer nas bases já publicadas, alterações que estavam na mente dos ministros interessados.

Por nossa parte temos plena confiança no grande melhoramento, confiança que um futuro próximo confirmará.

DE 30 DE OUTUBRO DE 1902

Caminho de ferro

Informam jornais da capital que no concurso para adjudicação do caminho de ferro da Regoa à Chaves no proximo dia 5. de novembro apresenta proposta para a construção a respeitissima casa bancaria de Lisboa, Fonseca, Santos & Vianna, de sociedade com um grupo belga.

Além das fidedignas informações que várias vezes temos juntado, nada mais podemos avançar sobre o importantíssimo assunto.

O INTRANSIGENTE

9 de novembro de 1902

Caminho de ferro

No dia 5 do corrente realizou-se a praça para a adjudicação da construção do caminho de ferro da Régua a Chaves.

De todas as propostas apresentadas, que foram quatro, a mais vantajosa foi a do sr. João Lopes da Cruz, que foi o único que aceitou todas as condições do concurso.

O sr. João Lopes da Cruz é também o adjudicatário do caminho de ferro de Mirandela a Bragança. Afirma-se que o sr. João Lopes da Cruz tem o apoio financeiro de um importante grupo estrangeiro.

Oxalá assim seja. Que em breve começem os trabalhos, são essas as nossas maiores aspirações.

14 de dezembro de 1902

Caminho de ferro

A «Voz de Chaves» tem-se enchildo de levar aos quatro cantos do mundo, se é que lá chega, os mais incansados elogios ao procedimento do governo, o qual foi de ter reduzido o prazo autorizado para o 2.º concurso do caminho de ferro da Régua a Chaves.

Isto está-lhe na massa do sangue e por isso julgamos muito desculpável tais elogios.

Cita opiniões individuais, spontâneas ou outro jornal em defesa do governo, mas nada disto representa a expressão sincera, o sentir verdadeiro da opinião geral.

Espanhola da moralidade e correias suspeitas, é a phrase com que começa um dos seus artigos.

Esta phrase, porém, caracteriza, e parcialmente, quem a profere.

Mimosaria igualmente os progressistas com outros epithetos de igual força.

Nem menos era de esperar.

O escritor (1) moralista chama-lhes puritanos; praxistas da última hora; mesquinhos da paixão partidária, cega e truculenta; e várias outras coisas feias, transparecendo por entre estas phrases, aqui e ocolá, o nome do sr. Teixeira de Souza, que deseja impôr-nos como o «esforçado e tenaz propagador do grande melhoramento», sem se lembrar já do que se passou no parlamento, o que ali fez o partido progressista, nem se recordando, também do que disse n'um telegramma no seu n.º 410.

Lisboa, 25, às 2 h. e 59 m. L. C. P.

Presidente camara

CHAVES

O projecto do caminho de ferro foi aprovado hoje na camara dos deputados. Conselheiro Vilasq. apoiou calorosamente o projecto e com elle a oposição, sendo apenas impugnado por Oliveira Matos, apesar de responder com extraordinário brilho e vigor defendendo o projecto o ministro da marinha.

Agora, porém, muito usanamente desejou para convencer os que, a despeito de que só aos regeneradores, unicamente e exclusivamente, se deve esse grande e utilíssimo melhoramento da região transmontana.

E tam razão. Não só esse mas todos os que, Chaves principalmente, hoje usufrui, deve-os por certo e incontestavelmente a esse prestimosíssimo grupo político.

Luz; limpeza; ruas; avenidas; canalização; escolas; lycée; jardim; ergo o caminho de ferro, tudo isto se deve unico e exclusivamente ao grande grupo político de que aquelle jornal é o tributariorio orgão.

Para nos livrarmos, «comodamente» cahir em discussões fastidiosas sobre este assunto, limitamo-nos a apresentar aos lógicos o seguinte dilemma:

O governo ou procedeu bem quando marcou o primeiro prazo para o 2.º concurso, ou andou bem depois, quando o elevou a 90 dias.

Se andou bem «e como devia» no primeiro caso, porque não insistiu que recolou?

Isso seria mais uma demonstração de «necessaria» mas «evidente» despotismo e ditatorial modus operandi.

Parece que reconheceu ter procedido mal.

Errare humanum est.

Se só procedeu «correcta e legalmente» da 2.ª vez, então bom resultado trouxe o partido progressista da oposição, que promovem, contendendo que deve ter sido graça ao governo que ter livrado de persistir num tanto errado passo; e tal o povo podendo pouca sympathetic versão, que insistentemente

te correu, de um escandaloso favorecimento com que se pretendeu justificar, embora encobrindo o seu primeiro procedimento.

Diz mais a «Voz»: «Ficou assento mais um desgraçado princípio da mesquinha politiquice: se o ramalho de ferro fosse conseguido por Fulano era bom; como foi por Beltrano é péssimo e os trunfites illegaes.»

Com franqueza crêmos que com relação a Beltrano e Fulano tanto conseguiram um como o outro, pois trabalharam ambos o que é certo é que um tem a faca na mão e não admira que parte o queijo como melhor entenda e o tempo opportuno.

Esse princípio devidamente modificado deveria antes ser:

Se o caminho de ferro tem por forma de ser dado a Fulano, basta um pequenissimo prazo e as condições que elle quer; se tem de ser dado ao verdadeiro concessionário, no que cumprir à rica as clausulas do contrato, então dê se lhe o verdadeiro prazo, e o caminho de ferro que se construa, feito seja por quem for. A questão é que se faz.

Isto é que nós também desejamos.

CAMINHO DE FERRO

Realizou-se no dia 5 do corrente mês o concurso para a adjudicação da construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Conhecem os nossos leitores pelas informações circunstâncias dos jornais de Lisboa qual o numero, os concorrentes e as importâncias propostas por cada quilometro.

Deveremos confessar que foi inesperado o resultado porquanto tudo parecia disposto a tornar realidade a antiga e desideríssima aspiração dos povos do distrito.

E' de todos sabida a actividade do nosso querido chefe sr. conselheiro Teixeira de Souza não só junto do governo mas especialmente do illustre ministro das Obras Públicas sr. conselheiro Vargas e depois nas duas casas do parlamento, para que o assumpto se liquidasse com exito.

Dizia-se que todos os trabalhos se encaninhavam para que o concurso não ficasse deserto.

Efectivamente houve quatro propostas apresentadas e que prova que a empreza é lucrativa.

Além disso não se ignorava que um dos proponentes interessaria na execução uma importânte casa estrangeira de que resultaria um encurtamento nos prazos concedidos para a exploração da projectada tinha um anno até Villa Real é o maximo de 3 annos até a nossa terra.

Como se sabe aí, é portanto o plano do concurso estabelecera principalmente o seguinte:

1º—directriz—a do traçado de 1898.

2º—garantia de 4,5% sobre 20 contos de reis por cada quilometro.

3º—Nos casos de excepcional dificuldade de construção o governo poderia concordar em que as curvas viesssem até 100 metros de raio.

A garantia de 4,5% para 20 contos corresponde a 5,5% sobre 20 contos e d'esta garantia foi que todos partiram para levantar capital com uma certa margem para o agio do ouro na hypothese muito provável de que no paiz se não levantaria um real.

Ora as curvas de 100 metros elevam o custo da constituição entre a Regoa e o Ameijo a cerca de 100 contos de reis.

Isto é um contrassenso visto que o traçado de 1898 foi aprovado e louvado e as curvas vêm a 60 metros.

Foram apresentadas quatro propostas, como se sabe.

1º—Fonseca, Santos & Viana aceitando as bases modificadas da seguinte forma:

a) o traçado entre a Regoa e

Villa Real seria o de 1898.

b) nos casos de excepcional

dificuldade de constituição o go-

verno poderia permitir que as

curvas viesssem a 60 metros.

Em compensação os concorren-

tários ofereciam:

1º—carris de 23 kilogrammas

em lugar de 20 kilogrammas,

2º—empregar o material cir-

culante sistema «Bogie», que é

o que no estrangeiro está ad-

aptado para garantir a velocida-

de e a segurança em curvas de

60 metros.

3º—garantiam a velocidade

comercial media da linha do

Douro nos ultimos 3 annos,

4º—offereciam-se para refot-

car o deposito com 50 contos

em lugar de 5 contos como exi-

ge a lei.

2º—Do engenheiro Cohen:

pedia também a redução das

curvas, mas pede mais dinheiro

do que a 1º e não oferece com-

penças.

3º—Alfredo Menéres: além

da garantia da construção au-

torizada pela lei pedia que o es-

tado lhe garantisse o rendimen-

to bruto kilodistrico de 700.000

reis.

Como se vê pede duas garan-

tias o que não é provável nem

nunca se fez.

4º—é ultima de João da Cruz:

este ofereceu-se para tudo e fe-

cetou tudo, mas no cadero dos

encargos riscou tudo.

Aí têm os nossos leitores o

estado em que se encontra a vi-

talissima questão que tanto nos

interessa.

Das tres primeiros propostos

sabia-se que seriam apresenta-

das.

Da ultima é inesperada só nos

assombra a perspectiva do ca-

mimho de ferro de Mirandela a

Bragança que há um anno foi

rejudicado pelo mesmo Cruz e

que está como estava antes do

concurso,—em cifra.

Como os nossos leitores vêm

todos os concorrentes estão fora

dos termos do concurso; uns

porque apresentaram modifica-

ções, aliás razoaveis, o ultimo,

que tudo aceitou, riscou no ca-

derno de encargos, de sorte que

também está fora.

O que nos resta, pois?

O momento é gravissimo pa-

ra o nosso futuro e de tudo o

distrito.

Em nome dos sacratissimos

interesses da nossa malfadada

região, em nome dos nossos sa-

cricios, em nome do desprezo

a que tem sido votado o nosso

progresso, nós, interpretando os

sentimentos de todos, impetra-

mos ao illustre ministro das

Obras Públicas, engenheiro dis-

tinguissimo, estadista de secun-

dissimo trabalho, que resolva o as-

sumpto de forma a serem garan-

tidos os interesses do nosso dis-

tricto e por isso que contracte sua

ex.º com quem melhores garan-

tias ofereça para a imediata

constuição.

São proponentes respeitabilis-

símos aquelles que profundamente estudaram o projecto e que decreto não pertendem que não se repita a malfadada concessão de 1897.

Teve o nobre ministro ensejo de, como sempre e em todos os assumptos que interessam ao bem estar dos povos, mostrar o seu firme propósito de bem querer o nosso progresso e o nosso resurgimento.

Para elle, para todo o governo, para o nosso querido chefe e desveladíssimo propagador do importante melhoramento, «apelamos n'este momento solenísimo para a nossa terra».

O INTRANSIGENTE

16 de novembro de 1902

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Proposta de lei

Artigo 1º. O governo poderá aplicar parte do fundo especial dos caminhos de ferro do estado existente, nos termos da lei de 14 de julho de 1890, ocorrer nos encargos da construção e exploração dos caminhos de ferro de Mirandela a Bragança e da Regua, por Villa Real, a Chaves, à fronteira, contrahidos sob a forma de garantia de juro, nos termos da presente lei.

Art. 2º. É aprovado e confirmado, na parte que depende de sanção legislativa, o contrato de 19 de abril do corrente ano, que vai junto à presente lei, e d'elha faz parte, celebrado entre o governo e João Lopes da Cruz, para a construção e exploração do caminho de ferro de Mirandela a Bragança.

§ único. Fica o governo autorizado a prescrever as regras que devam ser seguidas nos processos arbitrais a que se refere o art. 78º do mesmo contrato.

Art. 3º. É autorizado o governo:

1º A aceitar a distinção requerida por Alberto da Cunha Leão e António Júlio Pereira Cabral da concessão do caminho de ferro da Regua por Chaves e Villa Real à fronteira, que lhe foi feita nos termos da carta de 7 de julho de 1898, por alvará de 10 de outubro de 1901, e a restituir aos mesmos concessionários o depósito de 10:8000\$000, feito nos termos da clausula 54º, do mesmo alvará.

2º A adjudicar em hasta pública e precedendo concurso aberto na conformidade das bases anexas, que fazem parte integrante desta lei, a construção e exploração do referido caminho de ferro.

Art. 4º. As hipóteses das garantias de juro, saídas do fundo especial de caminhos de ferro do Estado, que em virtude do aumento da receita líquida das libras

a que se refere o artigo 1º da presente lei, forem reembolsadas pelas empresas concessionárias, reverterão a favor do mesmo fundo especial, como restituição do adiantamento feito.

Bases da autorização concedida ao governo para adjudicação da construção e exploração do caminho de ferro da Regua por Villa Real e Chaves à fronteira

1º A exploração será concedida pelo espaço de noventa e nove anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato.

2º O prazo do concurso será de noventa dias.

3º os licitantes serão obrigados ao depósito prévio de 5:000\$000 reis que será elevado a 10:000\$000 reis pelo licitante ao qual for adjudicado a concessão.

4º As clausulas e condições da concessão serão as do contrato provisório de 19 de abril do corrente ano, para a construção e exploração do caminho de ferro de Mirandela a Bragança, modificadas em harmonia com as prescrições das presentes bases.

5º A linha será dividida nas seguintes secções:

1º Da estação da Regua na linha do Douro a Villa Real;

2º De Villa Real a Villa Pouca de Aguiar;

3º De Villa Pouca de Aguiar a Vila Real;
4º De Vila Real a Chaves;

5º De Chaves à fronteira.

a) os prazos para apresentação dos projectos serão, a contar da data do contrato:

1º Seis meses para a 1ª secção;

2º Um anno para 2.º e 3.º secções;

3º Duzito meses para a 4.º secção.

O prazo relativo a 4.º secção será de seis meses, contados da data da comunicação, ao concessionário, do ponto de passagem na fronteira, escolhido por acordo entre os governos português e espanhol;

b) Os trabalhos de construção de cada secção deverão começar no prazo de noventa dias, a contar da data da publicação, no Diário do Governo, da prioraria que aprovar o respectivo projecto, devendo estar concluídos, no fim de tres annos os da 1.º e 2.º secções, e de quatro os da 3.º e 4.º secções, a contar das mesmas datas;

c) A construção da 5.º secção poderá ser ainda até que em Espanha se proceda à construção da linha que deve ligar-se com este caminho de ferro.

Servirão de base nos estudos as direcções, seguidas, nos projectos de 1883 e de 1897.

O governo poderá autorizar, que em trocas de excepcional dificuldade de construção o raio mínimo das curvas desça a 100 metros e o limite máximo das pendentes se eleve a 25 milímetros.

6º O governo garante à empresa adjudicataria o comprimento do rendimento líquido anualizável a 4 e meio por cento em relação ao custo kilometrício da linha, da estipulado no contrato, com exclusão do material circundante;

7º A licitação versará sobre a quantia em que é computada para os efeitos da garantia o custo kilometrício da linha, que não poderá exceder o de 28:000\$000 de reis, tornando para base de licitação;

8º A linha será dividida, para os efeitos da liquidação provisória da garantia do juro, em lanços de extensão não inferior a 20 quilometros, na 1.º secção e as 10 nas seguintes, que poderão ser sucessivamente abertos à exploração, a partir da Regua, mediante, prévia, aprovação do governo.

Do Porto, acompanhado de sua ex.º esposa e da ex.º sr. D. Emilia Pergo, regressou a esta villa o sr. dr. Pereira da Silva.

Partiu para o Porto o 2.º aspirante da Alfândega d'áquelle cidade, sr. José Soares.

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Consta que será annullado o concurso, ultimamente realizado, para a construção d'este importantíssimo melhoramento tão insistentemente reclamado pelos povos do nosso mal-sucedido distrito.

O motivo d'esta resolução é, segundo se diz, não terem os proponentes satisfeitos as condições técnicas do projecto.

Diz-se que vê-se abrir-se novo concurso, em que serão modificadas as condições técnicas, e que terá lugar no dia 30 de novembro corrente.

A inesperada proposta do sr. João da Cruz, concessionário do caminho de ferro de Mirandela a Bragança, desconcertou o plano do governo em adjudicar a construção à casa Fonseca Santos & Viana.

Seria um escandaloso favoritismo, uma mystificação, aceitar propostas que não se cingissem às condições do concurso, porque outras se teriam podido apresentar em condições, que já mais vantajosas para o Estado, uma vez que se estabelece esse claramente a liberdade de cada um propor o que julgasse conveniente.

A abertura do novo concurso é, pois, um acto de justiça, embora venha protelar por mais algum tempo as nossas justas aspirações, mas torna-se necessário que se estabeleça com toda a clareza as condições a que tem de sujeitarse os proponentes.

Proceder d'outro modo é dar razão aos que dizem querer o governo a viva força dar a concessão à casa Fonseca Santos & Viana, patrocinada pelo sr. Teixeira de Souza.

—As ruas da villa, sujas, como nunca estiveram;

—os candeeiros sem luz;

—muitas «aranhas» sem candeeiros;

—os pagamentos em atraso de meses.

Não havendo construção de jardins, o que fazem os intrusos aos «trinta contos» de rendimento do município?

conhecendo como inadiável a execução do melhoramento, fizesse a adjudicação áquelle dos concorrentes que nhas condições de imediata execução oferecesse.

Todo o adiamento traria um prejuízo imediato e importantíssimo para o nosso distrito. Podia o ministro das obras públicas fazer a adjudicação áquelle dos concorrentes que mais garantias oferecesse de imediata realização do melhoramento. As câmaras confirmariam ou annullariam essa adjudicação.

Não quiz, porém, o snr. ministro proceder assim, no que, a nosso juízo, operou com inteira e absoluta justiça e sob as indicações da mais absoluta equidade.

A anulação do actual concurso impunha-se como uma necessidade, visto que os concorrentes se afastaram das bases estabelecidas. Mas ao mesmo tempo que a anulação se impunha como um acto de justiça, a abertura de novo concurso tornava-se por sua vez necessária, urgente.

Felizmente assim se procedeu. O novo concurso será aberto no dia 30 do corrente mês, sob as bases indicadas pelos 3 primeiros concorrentes.

E posta a questão n'estes termos, parece-nos certa a adjudicação.

Oxalá, porém, a concessão não volte a mãos que protraíram a execução do melhoramento por mais largo espaço!

A todos nos cumpre vigiar escrupulosamente pelo assumpto, no qual se acha interessado o progresso e o desenvolvimento agrícola e económico d'este distrito, o seu comércio, a exportação dos seus produtos, a circulação da sua riqueza.

Pela nossa parte cumprimos escrupulosamente os nossos deveres, dando ao serviço d'esta causa toda a nossa boa vontade e toda a energia do nosso espírito, aplaudindo os que o merecerem, censurando os que por qualquer motivo menos legítimo pretendem addiar por mais largo prazo a consecução do nosso caminho de ferro.

Do nosso distinto e prezado colega *A Cruzada*, órgão nacionalista, as seguintes palavras:

Não sabemos o que o governo projecta fazer, mas o que sabemos, é bem, é a necessidade imperiosa que a nossa região tem da via acelerada, desenvolvida e explorada em todo o país, excepto neste malfadada província,

Sendo assim, achamos justas as demoras havidas na adjudicação porque, ao que nos consta, o snr. Cruz não está habilitado com o capital para trabalho tão dispendioso como é a construção d'um caminho de ferro de sul a norte da nossa província. Demais, acrece a circunstância de aquelle cavalheiro ter conseguido a concessão da via férrea de Mirandela a Bragança, há quasi dois annos, e não ter ainda dado começo aos trabalhos.

Necessário se torna que o governo, empenhado como está em nos dotar com aquelle importante melhoramento que ha muitos annos nos vem fazendo negociações, tome todas as precauções, use de todas as reservas e exija todas as garantias para que não sejamos ladrados uma vez mais.

Uma região inteira, tão importante como a nossa, não pode nem deve estar à mercê de ludibriadores, nem sujeita à ganância de interesseiros.

Urge que o nosso caminho de ferro se construa, o mais breve possível, e por isso dê o governo a concessão aos que tiverem todas as probabilidades de começarem e terminarem os trabalhos.

Não fazemos política, não defendemos os interesses de ninguém, mas apoiaremos o governo se fizer a adjudicação, seja a quem for, salvando todos os nossos interesses e com garantias de exito final.

Eis o resumo das bases para o novo concurso para adjudicação da construção do caminho de ferro:

Foi anulado o concurso efectuado em 5 do corrente mês para a construção e exploração do caminho de ferro

da estação da Regoa por Villa Real a Chaves à fronteira e ordenando que, por prazo não inferior a quinze dias, se abra novo concurso, regulado pelo programma do anterior e em harmonia com as respectivas clausulas e condições, nas quais se introduziram, porém, as modificações que fazem parte integrante d'este decreto.

O concurso realizar-se-há em 5 de dezembro proximo futuro, perante a comissão nomeada para presidir ao anterior concurso por portaria de 28 de outubro findo. O deposito provisório que os concorrentes devem efectuar será de 5000000 reis, que se-rá elevado a reis 10000000 em dinheiro ou títulos da dívida pública portuguesa, segundo o seu valor no mercado logo que, nos termos abaixo indicados, seja aprovado o contrato provisório. E autorizado o limite mínimo de sessenta metros, para os raios das curvas em traços de excepcional dificuldade de execução, mediante prévia aprovação do governo, devendo ser empregado na exploração material circulante do tipo mais aperfeiçoado e especialmente adaptado a passagem nas curvas d'este raio. A velocidade comercial dos comboios não será inferior á velocidade actual dos comboios congêneres na Linha do Douro. O limite mínimo do peso dos carros será de 23 kilogrammas. A construção da 5.^a secção será feita até um ponto próximo da fronteira, quanto o governo julgue suficiente para não prejudicar a escolha do ponto de passagem na mesma fronteira. O projecto d'esta secção será apresentado conjuntamente com o da 4.^a secção e o prazo para a sua construção será o mesmo d'esta última. A adjudicação que houver de ser feita terá o carácter provisório, carecendo o respectivo contrato de aprovação das cortes para se tornar definitivo.

Ao concorrente a quem for feita a adjudicação será facultado desistir d'essa adjudicação e levantar o respectivo deposito provisório se na proxima sessão legislativa não for aprovado para se tornar definitivo o contrato provisório, nos termos da condição anterior.

O INTRANSIGENTE

CAMINHO DE FERRO

O concurso do caminho de ferro do Valle do Corgo foi uma descarada burla. Consentiu n'ella o governo, como era de esperar de quem valha com soberano desprezo a lei e não tem em estima a propria dignidade. Choram-se com razão os tempos passados! Isto vai muito para o fundo. O ministro, que nos saudosos tempos de moralidade ouzisse praticar a façanha, quo vem de commetter o barbado das obras publicas, era para sempre abandonoado, não encontrava uma palavra de desculpa, não tinha uma milho quo se lhe estendesse. Hoje é o que estamos vendo. O ministro rasga as deliberações das cortes, annulla um concurso, porque a casa bancaria a quem se deseja dar o caminho de ferro foi vencida por outro concorrente, levanta o valor do deposito e marca um pequeno prazo para nova praça, afim de afastar desejos.

As bases do novo concurso foram redigidas de maneira, que só a *casa amiga* possa concorrer, porque ninguém mais tem tempo de estudar o projecto, e ella estava para elle, caladamente, preparada.

Isto é serio? Isto é honesto?

Não se querem concorrentes, mas só um, e despresam-se as bases aprovadas em cortes, para se fazer uma dictadura no sentido de favorecer um collega, ambicioso e bulhento!

Quem vir o ministro das obras publicas, de grandes barbas, esguio como um cypreste, physionomia crestada e docente, não dirá quanta audacia está reprimindo n'aquelle fraco corpo. De tempos a tempos atira-nos ás faces com uma manifestação do seu ousio, um repelão da sua coragem e é então que elle entrega a construção de caminhos de ferro aos amigos e manda passar cartas de agronomos a quem ainda não completou o curso. E mais, e muito mais ainda digno de ser contado a envergonhar o baixo imperio. A lei é o terror do governo,

que asfugenta o medo espesinhan-do a lei.

E pôde isto continuar assim?

Grandes são as responsabilidades de todos os que podem acabar com esta anarchia, e a deixam à solta, do primeiro ao ultimo dos portugueses, todos sentirão um dia o seu erro, que é filho do feroz egoísmo a que se abraçou a actual sociedade.

Paes ou filhos pagarião as faltas do presente. Sómos monarchicos, mas aborrece-nos isto. Quando as instituições não são firmadas no respeito pela lei, caliginosamente é o horizonte que vislumbram. E por que sómos monarchicos queremos que a monarquia seja impunha pela ordem, pela honestidade, pela economia, e sobretudo pelo amor à lei.

E' preciso isto, se é preciso que a monarquia viva.

O grande bispo de Vizeu

Consentiria esse grande patriota, que se gastasse milhares de contos de reis em passeios e embaiques? Pois sómos agora mais pobres, estamos muitissimo mais individualizados, e gastamos loucamente, morgadiamente. Pague o povo as contribuições, que o governo precisa de gastar o dinheiro em sumo. Dão se lugares a todos os galopins eleitorais e os menos honestos são os mais queridos, contentam-se os descontentes, que podem arriscar a vida ministerial, e dão-se caminhos de ferro nos collegas, aos amigos, nos banqueiros, exigentes e insensíveis. A terra portugueza, que a leve o diabo.

, 23 de novembro de 1902

Caminho de ferro

São do theor seguinte o decreto quo annullou o concurso ha pouco realizado, as modificações introduzidas no anterior e o anuncio respectivo.

DECRETO

Atendendo ao que me representou o Ministro e Secretario do Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Indústria, há por bem, em nome do rei, annullar o concurso efectuado em 5.º do Setembro mês para a construção e exploração do caminho de ferro da estação da Regua por Villa Real e Chaves à fronteira e ordenar que, por prazo não inferior a quinze dias, se abra novo concurso, regulado pelo programma do anterior e em harmonia com as respectivas clausulas e condições, nas quais se introduziram porém as modificações que fazem parte integrante d'este decreto e baixam assignadas pelo mesmo Ministro e Secretario de Estado.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado assim o tenha entendido e faça cumprir.

Modificações a introduzir no programma do concurso, efectuado em 5.º de no-

vembro de 1902, e nas respectivas clausulas e condições para a construção e exploração do caminho de ferro da estação da Regua por Villa Real e Chaves à fronteira

1.º—O concurso realizar-se-ha em 5 de dezembro proximo futuro, perante a comissão nomeada para presidir ao anterior concurso por portaria do 23 de outubro findo.

2.º—O deposito provisório que os concorrentes devem effectuar será de reis 50:000\$000, que será elevado a reis 100:000\$000, em dinheiro ou títulos da dívida publica portuguesa, segundo o seu valor no mercado logo que, nos termos abaixo indicados, seja aprovado o contrato provisório.

3.º—É autorizado o limite mínimo de sessenta metros, para os raios das curvas em troços de excepcional dificuldade de exploração, mediante previa aprovação do Governo, devendo ser empregado na exploração material circulante do tipo mais aperfeiçoado e especialmente adaptado á passagem nas curvas d'esse raio.

4.º—A velocidade commercial dos comboios não será inferior á velocidade actual dos comboios congêneres na linha do Douro.

5.º—O limite mínimo do peso dos carros será de 25 kilogrammas.

6.º—A construção da 5.ª seção será feita até um ponto proximo da fronteira quando o Governo julgue suficiente para não prejudicar a escolha do ponto de passagem na mesma fronteira.

O projecto d'esta seção será apresentado juntamente com o da 4.ª seção e o prazo para a sua construção será o mesmo d'esta ultima.

7.º—A adjudicação que houver de ser feita terá o character provisório, carecendo o respectivo contrato de aprovação das Cortes para se tornar definitivo.

8.— Ao concorrente a quem for feita a adjudicação será facultado desistir d'essa adjudicação e levantar o respectivo depósito provisório só na próxima sessão legislativa (não for aprovado para se tornar definitivo o contrato provisório, nos termos da condição anterior).

9.— Fica de nenhum efeito a base de licitação fixada no artigo 2.º do programa do concurso realizado em 5 do corrente mês.

Poco, em 15 de novembro de 1902.
—Manuel Francisco de Vargas.

ANNUNCIO

“Pelo presente anuncio se faz público que no dia 5 de dezembro de 1902 se realizará no Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria o concurso público para a construção e exploração, por noventa e nove annos, de um caminho de ferro que, partindo da estação da Regua, na linha do Douro, e, passando por Vila Real e Chaves, termina na fronteira.

As propostas, em carta fechada, devem ser entregues até à uma hora da tarde do referido dia 5 de dezembro.

O programa do concurso, e bem assim as clausulas e condições para a construção e exploração d'esta linha estarão patenteados em todos os dias úteis, das onze horas da manhã às quatro da tarde, na repartição de caminhos de ferro na Direcção Geral de Obras Públicas e Minas.

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, em 15 de novembro de 1902.
—O conselheiro director geral, Silvrio Augusto Pereira da Silva.

A VOZ DE CHAVES

DE 27 DE NOVEMBRO DE 1902

CAMINHO DE FERRO

Ahi temos já o espantalho da moralidade e das correlativas suspeções no caso do nosso caminho de ferro, da Regoa-a Chaves!

E' do domínio público que o governo regenerador foi o único que mostrou decidida bôa vontade em que a grande aspiração, alias justíssima, do nosso distrito fosse tornada uma realidade.

Tantas vezes, foi a bôa fé dos transmontanos torpemente illudida, tantas fermentadas promessas se fizeram, tantos salvadores e tantos beneméritos apareceram, e de todos os calibres, que na opinião pública nasceu uma pronunciada manifestação de descrença, que só o procedimento francamente ostenterivamente declarado, pôr parte do governo Hintze Ribeiro em favor do nosso distrito, é que conseguiu animar os espíritos e incutir-lhes a confiança, já perdida, no futuro e no resurgimento da agricultura e do commercio d'esta tão malfadada e desprotegida região transmontana.

E porque assim sucedeu, porque nenhum governo teve a energia e o desassombro de encarar o assumpto como o actual governo o fez, é que estamos vendô esse espetáculo de uma pequenissima parte da imprensa, e que se diz tão prompta em lutar pelo progresso dos povos, que, todavia lhes não deram nunca procuração para fazel-o, mas que tudo esquece, cegando-a sómente a preocupação de entravar o conseguimento d'uma medida justíssima, inaudável e necessaria.

Se fosse em período eleitoral agitado, certamente, essa imprensa acariciaria o amor proprio dos povos d'esta desprotegida região fazendo sobresair as injustiças d'que tem sido vítima, isto para angariar um d'esses papelinhos que representam o voto amigo.

Como, porém, não precisam de rojar-se aos pés do povo, então desprezam-o, porque outra coisa não é a guerra accintosa, deslealíssima contra o mais importante me-

dia construção da linha ferrea?

Ahi tem um exemplo e dado e expresso bem claramente no ultimo e anulado concurso.

Um dos concorrentes, aceitou tudo: preço inferior aos tres restantes, todas as condições, émissim, que os outros concorrentes não aceitaram por onerosas.

Pois no caderno de encargos, o tal generoso concorrente que tinha "aceitado tudo", não se conformou com os orçamentos feitos no caderno e tudo riscou, ficando por esse motivo fora do concurso, como os demais.

Pois os opositionistas ao nosso caminho de ferro, que não ignoram de certo este estranho e significativo facto, vêm deturpar o ocorrido e atrevem-se a dizer que o governo "cometeu" um acto arbitrário e até de favotismo anulando o concurso, porque havia um concorrente que oferecera o minimo preço e se sujeitava a todas as condições do concurso.

Offeredeu esse menor preço e aceitou as condições do concurso... mas riscou tudo no caderno de encargos, que é a tábua real de todas as construções.

Ahi tem os povos do concelho de Chaves a sinceridade, a justiça e o patriotismo que anima esses detractores de caracteres austeros e encarniçados, inimigos dos nossos interesses, dos interesses d'esta até hoje tão desprezada região.

Outro ponto que merece as patrióticas, inflamadas e soberanas censuras dos taes opositionistas é o aumento da importância dos depósitos provisório e definitivo.

Pelas bases da adjudicação essas importâncias eram respectivamente: 5 contos e 10 contos de reis.

Eram mesquinhos de mais para evitar que qualquer ludibriador de má morte pudesse arranjar a vidinha transaccional a concessão.

Voltavam então à antigas.

Hóje aquellas importâncias cresceram: cincoenta contos de reis e cem contos de reis, em dinheiro ou papéis de crédito e à cotação do dia, no hierácado.

A VOZ DE CHAVES

DE 27 DE NOVEMBRO DE 1902

Já não é tão fácil arranjar capital... nem a vidinha! D'áhi a berraria dos tais opositores que accusam o governo de commetter uma ilegalidade!

Mas não explicam qual a razão porque a qualquer corrente, que hude contar com capitais no valor de milhares de dois mil contos de reis para a construcção da linha, seja difícil fazer o deposito definitivo de cem contos de reis? Alhos misterios que só item explicação na mesquinhez da paixão partidária céga e truculenta, mas que demonstram os bons desejos de serem agradáveis a um distrito que é portuguez como os testantes do paiz, que tem direitos, como elles, e que é o único que ainda não tem a viação accelerada à valorizar-lhe o solo e os productos em que é riquíssimo!

Mesquinhez de paixão, céga e truculenta, que assim exhorta e se desacredita, e que tanto alarde faz por ser um governo fegenerador que meteu homens à empreza nobilissima e patriótica de se pagar uma dívida sacratissima para com os povos de lealdade inquebrantável e de morigerados e honestos costumes como estes bons e dedicados povos transmontanos!

E ainda outro engulho os atormenta, enraivece e desmente: é ser Teixeira de Souza o esforçado e tenaz propugnador do grande melhoramento para o nosso distrito de que o nobre estadista é um dos mais dedicados filhos!

Eis no que se cifra essa forcada campanha de... moralidade e de suspeções!

Notas

Sobre o importante assunto que tanto agita os espíritos do nosso concelho transcrevemos de alguns colegas, insuspeitos nas suas apreciações, os seguintes trechos:

Do nosso illustre collega lisbonense *Novidades o caso do dia* referente ao caminho de ferro em discussão.

Está aí levantada uma polémica, por motivo da anulação do primitivo concurso para o caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves e da abertura dum segundo concurso, em condições diferentes das do primeiro.

O ponto de vista superior, em que

sempre nos temos collocado a respeito dos caminhos de ferro transmontanos, impede-nos de tomar parte nessa discussão. Para nós, o que é essencial, é que prevalece acima de quaisquer outras razões, é que esses caminhos de ferro se construam, real e efectivamente, e o mais brevemente possível. De antemão, damos a nossa aprovação plena às combinações, e ate aos expedientes, que, mais eficazmente, assegurem esse duplo resultado.

Duplo escrevemos, porque, não queremos só um caminho de ferro. Queremos os dois: o de Villa Real e também o de Bragança. Nem podemos admitir um sem o outro.

Se, pois, o governo tiver de entrar em quaisquer combinações para esse efeito, ou de promover o que lhe não妨碍 mal, ou de as sustentar, devendo firmar, por qualquer modo, devendo inspirar-se nesse duplo e conjunto objectivo que é das conveniências públicas e também da justiça para os povos transmontanos, sem distinção de distritos, porque tal distinção seria odiosa.

Conseguido esse objectivo, não se arreça o governo de críticas e acusações por ter preferido quaisquer formalidades administrativas, ou por ter envolvido por caminhos de atalho, que sendo os mais curtos são tambem muitas vezes os mais seguros. O essencial é que os dois caminhos de ferro se façam. Isto terá o aplauso clamoroso dos povos transmontanos, e abafará, por completo perante a opinião pública as apreciações discordantes.

Mãos á obra, sr. ministro das obras públicas. Com alguma firmeza e diplomacia, talvez tudo se consiga.

O Povo do Norte, semanário republicano e nosso prezado collega de Villa Real diz, entre outras coisas:

Dentro da lei, e dentro dos principios da mais louvável equidade, procedeu o ministro das obras públicas abrindo novo concurso. E procedeu tanto mais louvavelmente — o que parecerá estranho afirmado por nós, seus adversários políticos — por que, no mesmo tempo que procurou garantir os interesses do Estado determinando que a adjudicação se fizesse por meio de concurso, não esqueceu os direitos do distrito de Villa Real ao usufruto do almejado melhoramento, fixando o prazo do concurso para antes da abertura do parlamento, a cuja aprovação o contrato tem ainda de ser subscrito.

Este facto é para nós um justificado motivo de esperança de ver construído o caminho de ferro, porque venham mais uma vez, a boa vontade das regiões superiores para que finalmente nos seja feita inteira justiça.

O caminho de ferro parece que dessa vez será adjudicado e construído. Além do governo, interessa-se na realização das nossas aspirações uma importante casa de Lisboa, cujos interesses conjugam com os nossos. A nossa causa acha-se, portanto, bem apadrinhada em caminho de levar bom rumo.

Parece que alguns dos concorrentes se queixam de que o prazo para o novo concurso é demasiado estreito, não lhes dando margem à conveniente preparação das suas propostas. Não nos parecem fundados semelhantes reparos. O concurso de 5 de dezembro próximo realiza-se exactamente nas condições apontadas pela quasi unanimidade dos concorrentes, e as bases da praça foram também moldadas nas condições, por elas indicadas. Essas clausulas correspondem ás suas indicações, foram talhadas, segundo as suas propostas. O estudo da linha está feito no projecto de 1888. É adoptada a direcção d'esse projecto. Que mais poderiam desejear os que pretendem habilitar-se a alcançarem a adjudicação?

Aliás, o deposito provisório é que não é o mesmo. Aos concorrentes exige-se agora um deposito de 50 contos, quantia que depois da adjudicação subirá a 100 contos de reis. Com tal disposição pretendeu o ministro assegurar a construção da linha por parte d'aquel-

les que pretendessem a adjudicação. Desviar da praça os especuladores, arredar do concurso os entusiastas que só procuram assegurar os seus interesses, em detrimento do Estado e dos povos que o melhoramento ha de beneficiar; tal se nos assegura o intuito que dictou aquella disposição.

E' natural que interesses illegítimos, directamente visados por esta clausula, no concurso se insiram contra ella, mas o público sensato e justiciero saberá apreciar no que elas valem essas reclamações, e desmarcar-lhes os fins gananciosos.

As clausulas e condições do novo concurso são assim concebidas.

Do nosso distinto e prezado collega *A Cruzada*, órgão nacionalista, as seguintes palavras:

Sabendo-se que nenhuma das propostas abertas satisfazia as condições do concurso, das quais umas se desviavam em parte e outras na totalidade, natural era que o governo, não querendo commeter qualquer ilegalidade embora justificada por necessidades urgentes, fizesse a anulação.

Por isso aplicou o governo toda a sua attenção a este negocio e, depois de sério estudo e de ser adquirida a certeza de que a praça não haveria de deserta, seguiu o caminho mais seguro e legítimo, para garantir individual de qualquer licitante, para cumprimento da lei e para salvaguarda dos nossos interesses. Annullou o concurso, e ao mesmo tempo estipulou novo prazo reduzidissimo, para que os trabalhos possam começar breve. Claro é que a adjudicação, feita provisoriamente, tem de ser aprovada em cortes para poder tornar-se definitiva, e que o seja nenhuma dúvida temos.

A solução governamental foi bem aceita, como não podia deixar de ser, aparecendo agora algumas reclamações por causa do prazo terminar em 5 de dezembro.

Reclamações de quem? A hora em que escrevemos, ainda o ignoramos. De supôr é, porém, que sejam dos primícios concorrentes, olhando egoisticamente aos seus interesses, não se lembrando que o bem particular deve pôr-se ao geral.

Nem mesmo se comprehende o motivo d'essas reclamações, que só podem derivar da falta de habilitação monetaria, da carencia de capital para a construção projectada, o que é inadmissível desde que se supõe que dispunham dos recursos pecuniarios suficientes na occasião do ultimo concurso.

Mas seja qual for o motivo, nunca o governo deve aceita-las, nunca nenhuma deve apoiar, aliás veremos demoradamente talvez indefinidamente a realização do nosso ideal.

Do nosso collega português *Primeiro de Janeiro* transcrevemos parte da carta de Lisboa do seu correspondente na capital sr. conselheiro José d'Alpoim:

Oferecemos esse guarda-napo aos desinteressados amigos do nosso concelho.

Nos jornais, agora, o grande assunto de discussão é o que se diz ter acontecido com o caminho de ferro da Regoa a Chaves. Não conhecemos bem por quanto os incidentes d'esta questão, que foi versada especialmente no Jornal, importante folha progressista, a qual ataca muito o sr. ministro das obras públicas pela maneira como se abriu o concurso, que dizem ter condições ilegais e inconvenientes. Querem ver que, por causa do barulho feito em volta d'isto, ainda mais uma vez se erga um melhoramento que é dos de maior necessidade para o norte?

Quando este anno se tratou, nas camas-

ras, d'um caminho de ferro em que, por parte do governo, especialmente se interessou o sr. Teixeira de Sousa, na cámara dos pares pelos regeneradores o sr. António de Azevedo, e, no parlamento pelos progressistas o sr. Villaça, Medeiros, Nogueira, Eduardio Coelho, Alpoim e outros, quando se tratou d'ele, viu-se bem de que enorme utilidade era para Villa Real e Chaves — para todo o Trat-o-Montes, enfim. Oxalá que não provenha, d'aqueilo que está ocorrendo, mais uma enorme demora, ou quasi até a paralisação d'uma obra tão reclamada por aquella província do orte, a qual, em melhoramentos materiais, pouquíssimo ou nada tem devido aos governos! ..

O governo mandou pro-

rogar o prazo para o novo concurso da adjudicação do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Por esse motivo o novo concurso deveria realizar-se no dia 16 do mes de Fevereiro do proximo anno.

Ex.º Presidente Conselho de Ministros

Lisboa

Camara de minha presidencia deliberou hoje por aclamação congratular-se com V. Ex.º, reiterando protestos de agradecimento pelo especial patrocínio de V. Ex.º para a realização do capital melhoramento d'esta região, que no consultado do governo de S. Ex.º vai ser um facto — Caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Presidente camara.

(a) *Miguel Maximino da Cunha Monteiro*

Lisboa

Ex.º Ministro Obras Públicas

Lisboa

A camara municipal de Chaves na sua sessão de hoje inspirada pelos seus justos e profundos sentimentos de gratidão, deliberou por fervorosa e entusiastica aclamação agradecer a V. Ex.º os relevantíssimos e excepcionaes serviços que se tem dignado prestar a esta província, fazendo que o caminho de ferro da Regoa a Chaves seja um facto.

O presidente,

(a) *Miguel Maximino da Cunha Monteiro*

Lisboa

Ex.º Ministro da Marinha

Lisboa

Camara de minha presidencia reunida hoje sessão, deliberou por entusiastica aclamação, consignar na acta voto de louvor e congratular-se com V. Ex.º pela sua relevante e excepcional dedicação por este distrito, traduzida pela valiosa cooperacione de V. Ex.º em reinovar embargos á realização caminho de ferro da Regoa a Chaves.

O presidente,

(a) *Miguel Maximino da Cunha Monteiro*

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

DE 20 DE NOVEMBRO DE 1902

Annulação do concurso—Abertura de nova arrematação em 5 de dezembro de 1902.

Produziu funda impressão o artigo que sob a nossa epígrafe publicou *A Voz de Chaves* no seu último numero.

Foi commentadíssimo, e justamente, o relato que fizemos das diferentes propostas apresentadas e por isso o *censo* assumiu fôros de notável acontecimento.

Era legítima e justificada a sensação produzida pois é bem certo que a questão *caminho de ferro* é sem dúvida alguma o mais importante, e também mais inadiável, dos melhoramentos de que carece a nossa villa, e o nosso concelho.

O distrito de Villa Real, desolo fertilíssimo, de população densíssima e trabalhadora, com excepcionais recursos, tanto sob o ponto de vista agrícola como commercial, procura há longos annos, com a mais ardente, radicada e persistente aspiração, o desideratum d'esse riquíssimo emprehendimento que a viação accelerada pôde alcançar, para assim resurgir do marasmo, do atrofiamiento em que jazem as suas forças vivas.

A campanha foi mais de vez tentada, com promessas hoje, com quebrantos amanhã, protellamentos sempre.

Há cinco annos houve nos espíritos de todos nós como um raio de esperança que os annos seguidos sem trabalho mais profícuo reduziram à completa descrença.

De addiamento em addiamento, de promessa em promessa, com projectos, com phantasiás, todo esse castello de cartas e de mentiras caiu finalmente no corrente anno sob o firmíssimo golpe que pelo governo regenerador lhe vibrado.

Conjungados todos os elementos,—e sabe Deus com que tenacidade e ardor por parte de quem no governo tem evidente e justa preponderância, e que nunca d'este nosso distrito se esqueceu o governo do sr. conselheiro Hintze Ribeiro definitivamente.

os campos com uma energica medida de rasgada iniciativa.

A concessão que estava feita caducou e o governo fez discutir em cortes, e estas aprovaram, as bases para nova adjudicação da construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Anunciou-se o concurso para o dia 5 do corrente mês mediante condições que não eram precisamente concordes com uma das bases—a da directriz do projecto de 1898.

E assim, por essa diferença, as propostas viáveis apresentadas, que eram três—Fonseca, Santos & Vianna, Cohen e Menéres—apontavam modificações que, se divergiam das condições do concurso, não se afastavam das bases do projecto de 1898.

A última, do propONENTE Cruz—que tudo aceitou, tanto em preço menor como sem alterações—essa mesma foi prejudicada pois que no cadero de encargos tudo riscou, não se conformando com elas.

D'esta sorte todos os concorrentes ficaram fóra do concurso.

Sob a impressão dolorosa de maior protellamento nós, interpretando o sentir dos povos do concelho, aventámos a solução de que o nobre ministro das Obras Públicas contractasse com qualquer dos concorrentes que melhores garantias oferecesse e cujas modificações apresentadas fossem mais consonas com as considerações técnicas e mais probabilidades de que n'um proximo futuro o importaníssimo melhoramento fosse deveras um facto para o nosso desprotegido distrito.

Não nos desamparou a fôrno fervoroso empenho patriótico e elevado que no governo merece o progresso do nosso terrão.

Fosse como fosse, ouvidos os quiixumes d'estes povos transmontanos, de rara dedicação e inquebrantável amor ao trabalho, que tanto os distinguem e notabilizam, o governo,

dentro do qual se destaca nobremente um dos seus filhos mais energicos, de mais puro carácter, de mais solida inteligencia e de maior e mais generosa alma—Teixeira de Souza,—não deixaria de providenciar para que uma medida formulada e de tão prometedores auspícios ficasse abandonada, e, peior do que isso, irremissivelmente condenada a um protellamento estagnante e duradouro.

Supunha-se que o governo podia contratar provisoriamente a adjudicação do nosso caminho de ferro.

Não é assim.

O regulamento da contabilidade pública proíbe esses contratos provisórios que não sejam sobre propostas proferidas em concurso.

A annulação do concurso era uma necessidade em visitados concorrentes se afastarem das bases.

Mas isso era insuficiente; era urgente, necessária a abertura de novo concurso.

E assim o ilustre estadista, sra. conselheiro Vargas, nobre titular da pasta das Obras Públicas resolveu que no dia 5 do próximo mês fosse aberto novo concurso e sob as bases indicadas e propostas pelos concorrentes Fonseca, Santos & Vianna, engenheiro Cohen e Alfredo Menéres.

A seguir publicamos também os topicos do proximo concurso anunciado no *Diário do Governo* do dia 17 do corrente.

Por elles verão que o depósito provisório a fazer é de 50 (cincoenta) contos de reis e o depósito definitivo de 100 (cem) contos de reis.

E' evidente que o sim é afastar os especuladores que não tendo um real para fazer a construção, contrariam e embarçam a grande aspiração do nosso distrito.

Assim, quem fôr ao concurso construirá o caminho de ferro e, pelo menos, haverá o concorrente cuja proposta serve de base no concurso do dia 5 de dezembro.

Mais concorrentes que haja, e oxalá isso suceda, quem tem tudo a lucrar é o paiz, pois a construção será assim feita pelo mais baixo preço oferecido.

Em todo o caso o depósito

definitivo de cem contos de reis dá garantias de que a concorrência ninguém vai ser para construir o caminho de ferro.

E' boa a nova transmitida e tanto melhor quanto é certo que um triste alvoroço se manifestou nos povos da nossa província com o temor de que seria indefinidamente adiada a consecussão do grande melhoramento que há tantos annos é o seu grande; o seu maior sonho de progresso e de ressurgimento.

Estamos, por isso, firmemente convencidos que o governo de Hintze Ribeiro haverá de dotar o nosso distrito com essa rasgada medida de fomento e de civilização.

Notas

Dos nossos prezados collegas de Villa Real publicamos alguns trechos de artigos tratando do assunto palpitante para o nosso distrito.

Por elles se verá que é unanimi o desejo de vêr liquidada a questão do caminho de ferro e todos sollicitam do governo medidas tendentes a evitar o addiamento da construção e a garantir-se contra a ganancia de interesses.

O *Distrito de Villa Real*, orgão do partido regenerador, publica um substancial e notável artigo sob a forma de carta dirigida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sra. Ministro das Obras Públicas e historiando a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

D'elles destacamos os seguintes períodos:

Resumindo: o que nós e todo o distrito desejamos e pedimos é que, se as propostas apresentadas estão fora das bases do concurso principalmente por os proponentes entenderem que necessitam da redução do ráo das curvas de 60 metros, V. Ex.^{mo} façade já um contrato provisório com aquelle que mais garantias de servidão de uso apresentar ao parlamento na proxima sessão, logo em Janeiro, para ser discutido.

D'esta forma a construção do caminho de ferro será um facto e as esperanças que a lei de 24 de maio último fôr reviver em nós não serão ilusórias.

O *Povo do Norte*, orgão democrático e estimado collega, tenaz propagandista do grande melhoramento:

To los os concorrentes saíram para fira das chauspas do concurso, todos elles se arredaram das coxilhas, mataram os pelo governo para a adjudicação da licita.

A nenhum d'elles, portanto, podia, em direito, ser conferida a adjudicação, a não ser que o sra. ministro das obras públicas, compreendendo as necessidades deste distrito, e re-

O INTRANSIGENTE

CHAVES-Domingo, 30 de novembro de 1902

Caminho de ferro

A notícia de que o prazo do concurso tinha sido elevado a 90 dias, como a imprensa tinha reclamado, produziu um verdadeiro desespero nos regeneradores locais. Não é uma questão de legítimos interesses feridos, que determina os seus falsos pruridos de patriotice, é, propriamente falando, uma questão de barriga, que lhes determina calunias.

Todo o paiz sabe que o partido progressista cooperou com fervor na realização imediata do nosso caminho de ferro, sendo até o nosso chefe político, sr. conselheiro Eduardo Villaça, quem no parlamento pediu fosse reduzido a sessenta dias o prazo para o anúncio do concurso respectivo.

É um facto tão recente, que não é preciso senão recordá-lo aos desmemoriados da nossa terra.

Mas, se o partido progressista foi leal e fervoroso cooperador do governo n'esta questão, não importava esse facto, que o acompanhasse nos seus desvarios, aparentemente cohonestados pela imediata realização do caminho de ferro, mas realmente motivados n'um favoritismo ardilosamente posto em prática. A redução do prazo do concurso era um acto tão ilegal, que o governo, reunido em conselho, resolvem imediatamente fosse de 90 dias e não 18, como arbitrariamente fora estabelecido e mantido anteriormente pelo sr. ministro das obras públicas.

Os partidários do sr. Teixeira de Souza, mais papistas que o sr. ministro da marinha, não aceitaram como boa a anunciada resolução do governo, burlastaram, invectivaram os seus adversários tanto na praça pública, como no seu órgão «A Voz de Chaves», acusando-os de menos patriotas e dizendo-se os únicos campeões, com o sr. Teixeira de Souza à frente, do nosso almejado caminho de ferro.

Não contentes com isso ainda

foram mais longe, requerendo ao ex.º sr. presidente da Associação Commercial convocasse uma assembleia extraordinária para, dizia o requerimento, se ver qual os meios a empregar, para não ser addinda por mais tempo a realização do caminho de ferro.

Em face do que determinam os estatutos o ex.º sr. presidente convocou a assembleia requerida e a que assistiram, além do presidente, 14 sócios, todos elles partidários do sr. Teixeira de Souza e alguns, empregados dos tabacos.

Resolveram mandar telegrammas a diferentes entidades políticas e alguns jornais.

, 16 de novembro de 1902

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Consta vao ser annullado o concurso, ultimamente realizado, para a construção d'este importantíssimo melhoramento tão insistentemente reclamado pelos povos do nosso malfadado distrito.

O motivo d'esta resolução é, segundo se diz, não terem os proponentes satisfeito as condições técnicas do projecto.

Diz-se que vao abrir-se novo concurso, em que serão modificadas as condições técnicas, o que terá lugar no dia 30 de novembro corrente.

A inesperada proposta do sr. João da Cruz, concessionário do caminho de ferro de Mirandela a Bragança, desconcertou o plenário do governo em adjudicar a construção à casa Fonseca Santos & Vianna.

Seria um escandaloso favoritismo, uma mystificação, aceitar propostas que não se cingissem às condições do concurso, porque outras se teriam podido apresentar em condições, quicá mais vantajosas para o Estado, uma vez que se estabelece assé claramente a liberdade de cada um propor o que julgasse conveniente.

A abertura do novo concurso é, pois, um acto de justiça, embora venha protelar por mais algum tempo as nossas justas aspirações, mas torna-se necessário que se estableçam com toda a clareza as condições a que tem de sujeitarse os proponentes.

Proceder d'outro modo é dar razão nos que dizem querer o governo à viva força dar a concessão à casa Fonseca Santos & Vianna, patrocinada pelo sr. Teixeira de Souza.

A VOZ DE CHAVES

DE 4 DE DEZEMBRO DE 1902

CAMINHO DE FERRO

Como dissemos no ultimo numero do nosso semanario foi prorrogado para o dia 16 de fevereiro o novo concurso para adjudicação da construção do caminho de ferro da Região a Chaves.

E' claro que não vimos acirrar contendas, nem isso é preciso.

O nosso temor de que se gerasse tão importante melhoramento provinha das terminantes palavras do illustre correspondente do *Primeiro de Janeiro*, sr. conselheiro José d'Alpoim, em uma das suas cartas:

Eram estas:

Querem ver que, por causa do barulho feito, ainda mais uma vez se gora um melhoramento que é dos de maior necessidade para o norte?

Oxalá que não provenha, d'aquillo que está ocorrendo, mais uma enorme demora, ou quasi até a paralisação d'uma obra tão reclamada por aquella província do norte, a qual, em melhoramentos materiais, pouquissimo ou nada tem devido aos governos!...

Essas palavras são de um dos mais preponderantes e prestigiosos estadistas e jornalistas do partido progressista.

São escritas pelo valoroso condestável do partido e por isso está plenamente justificado o nosso receio de que se gerasse um melhoramento capitalíssimo para o nosso futuro commercial e económico.

Para fechar, por nossa parte, as considerações sobre o assunto só nos resta rebater algumas injustas afirmações que estão sendo feitas em certa imprensa.

Não nos referimos às suspeções; as essas nem se responde porque se devolvem intactas áquelas que acusam de favoritismo e defeza de interesses ilégitimos os que combatem pelo caminho de ferro, o mais breve possível e feito seja por quem for.

São suspeções de que não spontam um facto cathegorico, uma prova, e como tais desprezam-se.

Dizem os amigos do nosso distrito, —em época eleitoral? — que só concorrente Cruz não foi entregue a concessão.

Não podia ser o porque se colocou fura do concurso visto que não aceitou o cálculo de encargos.

Dizem também que a elevação do deposito de 5 a 10 contos — provisório e definitivo — a 50 e 100 contos, arredou concorrentes.

As proprias notícias de origem progressista provam o contrario, porque têm aparecido mais concorrentes sérios e capazes da construção, — que é o que se pretende com a elevação das importâncias.

Exemplos: engenheiro Raul Mesnier, Paulo de Barros, Cohen e outros.

Portanto fica outra columna desfeita.

Também afirmavam que o concurso aberto em novas bases como as do dia 16 de fevereiro eram condenadas pelos técnicos.

Então como se comprehende que os engenheiros venham estudar a linha? e que o projecto feito pelo sr. Antonio Sarmento, e exactamente nos termos das no-

vas bases, fosse aprovado e homologado pelo conselho superior de obras públicas?

Quais, são os técnicos? os engenheiros ou os que propalam essas desconfiadas suspeções?

Finalmente, o governo conseguiu um grande serviço para o nosso futuro: interessar no caminho de ferro projectado o maior numero de concorrentes.

Quem tem a lucrar com isso?

Certamente o paiz que verá barateada uma construção caro e importantíssima.

Dentro da boa fé e desapalhadamente oferece-se-nos discutir e aclearar estes pontos combatidos.

Relativamente à campanha de suspeções e mesquinhias; retaliações não desceremos a esgrimir com tais combatentes.

Dizem-nos que os progressistas estão contentes com o protocolamento da adjudicação.

Sinceramente não acreditamos, e só o acreditariam se elas nos apresentassem uma nota dos nomes dos negociantes, agricultores e industriais de convicções progressistas, e amantes da sua terra, que defendessem esse protocolamento.

Do contrario estamos certos que elles, como nós, querem o caminho de ferro o mais brevemente possível e feito seja por quem for.

Tudo o mais é desprezível e mesquinho.

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

Estão extremados os campos d'onde foram tratados os incidentes do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Foi mais um protestamento que os praxistas e os puristas das leis conseguiram.

As intenções ficam com elas.

Por nossa parte cumprimos, como transmontanos, o nosso dever, desprezando as mais pequenas suspeções com que pretendem enlamear-nos e aos nossos amigos.

Ficou assente um desgraçado princípio de mesquinha politiquice: se o caminho de ferro fosse conseguido por Fulano era bom; como foi por Beltrano é péssimo e os tramites illegais.

Que lhes preste a doutrina: a nós não.

Faciosos e puritanos!

Resta-nos como ultima edificante e, para nós, consoladora consagração dos nossos propósitos transcrever de um collega villarealense a seguinte carta.

E' ella devida à pena do illustre engenheiro sr. Kopke de Carvalho, antigo e consideríssimo director das Obras Públicas no distrito de Villa Real.

Tem ella dupla importância e abrange na sua exposição a, decreto, opinião do sr. Antonio Sarmento, actual director das Obras Públicas, e que no tempo dos estudos do caminho de ferro que tanto nos interessava collaborou dedicada e intelligentemente com o sr. Kopke de Carvalho na consecução d'esses estudos que foram approvados e por motivo dos quais mereceram especial louvor.

Ahi fica a ultima enxada da que um homem de alto saber, isento de paixões partidárias e de carácter honestíssimo, o sr. Kopke de Carvalho, acaba de vibrar nos castelinhos de cartas, e de baixas suspeções, que architetaram os puritanos da ultima hora.

Ao abrigo da competência como a do illustre engenheiro ficam bem todos aqueles que comnoso attribuiram a ruins intuições de partidarismo a campanha preparada para protegêr, desnecessaria-

mente, — e sabe Deus até quando! — a mais ardente e justa aspiração do nosso distrito.

Eis a carta e o que ella directamente interessa ao assunto em questão.

Mais vale tarde que nunca, diz o antigo risão, e é certo.

Não venho bater à sua porta desde largo tempo já, não porque deixasse de ser alguma vez acohido com a boa vontade e estima com que sempre me distinguia, mas porque circunstâncias que conheço e avalia, por experiência própria, me tiraram o animo para tudo, e me tornaram indiferente até equilíbrio: que, afinal, me entusiasmava e me prendia a atenção.

O tempo, balsamo salutár para todas as feridas d'alma, se não cicatrissou, porque não tem cura, a que me dói tanto, ao menos mitigou o sofrimento e fez com que possa, novamente, ocupar-me d'assuntos que tanto me preocuparam e que, ainda hoje, apesar da grande distancia que me separa da sua boateira, a qual devo inolvidavelmente provar de estima e afecto, me prendem a atenção e me interessam verdadeiramente.

Refiro-me ao caminho de ferro da Regoa à fronteira, cuja construção desejava ver, não só começada, mas concluída, para poder saborear o prazer da realização d'uma ideia, que tem sido a minha preocupação e o meu enlevo n'el.

Realizado o concurso, para a construção e exploração da linha, em 5 do corrente mês, sucede o que eu sempre esperei, desde que, nas condições, se fixava como limite para raios de curvas 150 metros.

Appareceram quatro proposetas, trez d'ellas reduzindo o raio, duas a 60,"0 uma a 100,"0 e outra pedindo acclaracões á garantia de juro, de modo que nenhuma estava em condições de ser aceite, pelo que, muito avisadamente, o governo annullou o concurso.

Anunciou-se novo concurso, para 5 dezembro, e modificaram-se, muito acertadamente, as condições do primeiro, visto que estava demonstrado, pelo anterior o raio de 150,"0 era um obstáculo à realização do melhoramento que esse distrito, tão justamente reclama; fixou-se em 50 contos o deposito provisório, em 100 contos o deposito definitivo, e annullou-se, como não podia deixar de ser, a base de licitação, primeiramente establecida, de 20 contos por kilometer.

Tudo isto parece que devia ser aceite e apoiado pelos primeiros, concorrentes, pois que,

no seu interesse, estava que não viessem outros "ao novo" concurso.

Tal não sucedeu; porém, provocaram, alguns d'elles, uma campanha na imprensa, em favor da ampliação do prazo de 90 dias, de tal modo que o governo cedeu e o novo concurso terá de realizar-se a 16 de fevereiro do anho próximo.

E' realmente para lamentar que tal resolução fosse tomada, quando nenhuma vantagem traz aquelas que provocaram, podendo trazer a esse distrito graves inconvenientes.

O capitalista não quer o seu dinheiro parado, deseja para os portuguezes, o tempo, não tem valor, para a gente de negócios é um factor importante de riqueza.

Combinações financeiras, feitas para uma certa época, podem substituir em dadas ocasiões, por alguns dias, mas o que só em casos especiais sucede, é manterem-se por alguns meses. Assim a ampliação de prazo para 90 dias podia muito bem servir a quem tivesse querido, simplesmente, especular com a concessão, mas, por modo algum a quem, com animo de construir e explorar a linha, tivesse vindo ao concurso.

E' pôs a meu ver perigosa a ampliação do prazo concedido pelo governo, salvo porém ser o novo concurso ficando deserto, a sua resolução forçando a linha por administração.

Alegava-se falta de tempo para estudos, por parte, dos concorrentes que pretendiam o alargamento do prazo. Tal alegação prova apenas incompetência para empresas d'esta natureza, des de que no ministerio está patente o projecto da linha, na parte mais difícil do seu trânsito, desenvolvendo-se a direcção, com curvas de 60,"0 do ráio.

Algumas horas bastariam para o exame do projecto, para a analyse do orçamento e para se formar opinião segura sobre o preço kilometrónico a propor.

Gritam contra a elevação do deposito de garantia, a 50 contos o provisório e a 100 o definitivo.

Se as propostas eram sérias, se "realmente" cada proponente tinha atraç de si o capital, preciso para construir a linha, ou gente capaz de reunir esse capital, se lhe fosse feita a adjudicação, 2,5 % é uma parcela insignificante da totalidade, e a tanto correspondem os 50 contos do deposito provisório.

O que seguramente ninguém faz é arriscar 50 contos n'uma aventura, não duvidando arriscar 5, para tentar uma negociação. Aqui é que bate o ponto. A nullificação da base da licitação cousou também estranheza. A base da licitação, sendo 25 contos e 4,5 % o juro, era de reis 1.170.000, por kilometer o rendimento que o Estado garante. Ora esta quantia, a juro de 6 %, corresponde a um capital de 19.500.000 reis.

Se a linha da Regoa à Villa Real está orçada, com raios de 60,"0, minimo, a 18.000.000 rs. o kilometer, erro, seria manter como base de licitação a que se referia a uma linha com raios de 150,"0, minimos. O alongamento do prazo pode, ainda por outra razão, trazer a inutilização de todos os esforços feitos, para a consecução de tão util melhoria, visto que o contrato provisório que for celebrado com o adjudicatário, tem de ser sancionado pelas Camaras e, tendo o concurso logo em fevereiro, pode, muito bem, não haver tempo na proxima sessão, para ser convertido em lei, hypótese já prevista nas novas condições do concurso, quando permitisse a desistência e levantamento do deposito.

Quero crer que a imprensa da capital levantasse, de boa fé, a questão, que foi convencida de que a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Belgica, e, até a América, mandariam os seus engenheiros, pressurosos, estudar a linha da Regoa à fronteira, para que os grossos da finança podessem apresentar-se ao novo concurso, que ella, em altos brados, pediu que o prazo se alongasse a 90 dias, (yendo, infelizmente, coroados de bom exito os seus esforços).

Eu vejo o contrario: disso, vejo a possibilidade d'um concurso deserto, precisamente em resultado da ampliação do prazo; e, em todo o caso, uma situação muito menos favorável para os primitivos licitantes, aos quais pelo prazo curto ficava limitado o concurso.

Mas, como dizem os nossos vizinhos, com paus e las comam.

O que eu sinto, do fundo d'alma, é que possa deixar de realisar-se a construção da linha que tão util é a esse distrito, e tão vantajosa a todo o paiz.

Creia-me com estima, etc.

11. DE DEZEMBRO DE 1902

O INTRANSIGENTE

, 14 de dezembro de 1902

Caminho de ferro

A notícia de que o prazo do concurso tinha sido elevado a 90 dias, como a imprensa tinha reclamado, produziu um verdadeiro desespero nos regeneradores locais. Não é uma questão de legítimos interesses feridos, que determina os seus falsos pruridos de patriotice, é, propriamente fallando, uma questão de barriga, que lhes determina caiimbres.

Todo o paiz sabe que o partido progressista cooperou com fervor na realização immediata do nosso caminho de ferro, sendo até o nosso chefe político, sr. conselheiro Eduardo Villaça, quem no parlamento pediu fosse reduzido a sessenta dias o prazo para o anuncio do concurso respectivo.

É um facto tão recente, que não é preciso senão recordá-lo aos desmemoriados da nossa terra.

Mas, se o partido progressista foi, leal e fervoroso cooperador do governo n'esta questão, não importava esse facto, que o acompanhasse nos seus desvarios, aparentemente cohonestados pela immediata realização do caminho de ferro; mas, realmente motivados num favoritismo audaciosamente posto em prática. A redução do prazo do concurso era um acto tão illegal, que o governo, reunido em conselho, resolveu immediatamente fosse de 90 dias e não 18, como arbitrariamente fora estabelecido e mandado anunciar pelo sr. ministro das obras públicas.

Os partidários do sr. Teixeira de Souza, mais papistas, que o sr. ministro da marinha, não aceitaram como boa a anunciada resolução do governo, barafustaram, invectivaram, os seus adversários tanto na praça publica, como no seu órgão, «A Voz de Chaves», acusando-os de menos patriotas e dizendo-se os únicos campeões, com o sr. Teixeira de Souza à frente, do nosso almejado caminho de ferro.

Não contentes com isso ainda foram, mais longe, requerendo no ex.^{mo} sr. presidente da Associação Commercial convocasse uma assembleia extraordinária para dizer qual os meios a empregar, para não ser adiada por mais tempo a realização do caminho de ferro.

Em face do que determinam os estatutos o ex.^{mo} sr. presidente convocou a assembleia requerida e a que assistiram, além do presidente, 14 sócios, todos ellos partidários do sr. Teixeira de Souza e alguns, empregados dos tabacos. Resolveram mandar telegrammas a diferentes entidades políticas e alguns jornais.

Sendo os telegrammas assignados pelo presidente da Associação, que por dever do seu cargo teve de assistir ás reuniões, foram tomados a sério quando não representavam senão o despeito dos que tinham o maximo interesse em que a adjudicação do caminho de ferro fosse feita á casa bancaria, Fonsêca Santos & Viana.

Lembraram-se ainda de promover o encerramento de todos os estabelecimentos commerciaes, mas bem depressa desistiram do seu intento.

Para inutilizar moralmente a campanha de difamação levantada pelos regeneradores locais, o proprio sr. ministro da marinha se encarregou de fornecer elementos esmagadores, telegraphando ao ex.^{mo} sr. presidente da Associação Commercial dizendo ter o governo resolvido prolongar o concurso por 90 dias, por causa da reclamação legal d'un dos interessados.

30 de novembro de 1902

Caminho de ferro

A «Voz de Chaves» tem-se enchildo de levar aos quatro cantos do mundo, se é que lá chega, os mais incensados elogios ao procedimento do governo, o qual foi de ter reduzido o prazo autorizado para o 2.^o concurso do caminho de ferro da Regua a Chaves.

Isto está-lhe na massa do sangue e por isso julgamos muito desculpável tais elogios.

Cita opiniões individuais, aponta um ou outro jornal em defesa do governo, mas nada disto representa a expressão sincera, o sentir verdadeiro da opinião geral.

Espantalho da moralidade e corretivias suspeções, é a phrase com que começo um dos seus artigos.

Esta phrase, porém, caracteriza, e perfeitamente, quem a profere.

Mimosa igualmente os progressistas com outros epithets de igual força.

Nem menos era de esperar.

O escriptor (1) moralista chama-lhes puritanos, práticos da última hora, mesquinhos da paixão partidária, cega e trágil, e várias outras coisas feias, transparecendo por entre estas phrases, aqui e acolá, o nome do sr. Teixeira de Souza, que deseja impôr-nos como o esforçado e tenaz propagandista do grande melhoramento, sem se lembrar já do que se passou no parlamento, o que ahi fez o partido progressista, nem se recordando também do que disse num telegramma no seu n.^o 410.

Esse telegramma dizia:

«Lisboa, 28, ds 2 h. e 52 m. t.

A VOZ DE CHAVES

DE 19 DE FEVEREIRO 1903

CAMINHO DE FERRO DA REGOA A CHAVES

Ao nosso distinto collega lisbonense *O Popular* pedimos licença para transcrever o notabilíssimo discurso do nobre estadista sr. conselheiro Manoel Vargas, ilustre ministro das Obras Públicas.

Por elle se verá a inanidade da argumentação dos progressistas que fizeram do caminho de ferro da Regoa a Chaves um dos seus cavallos de batalha e um dos pontos vulneráveis do governo.

Enganaram-se redondamente como se prova pela eloquente e notável oração proferida pelo sr. conselheiro Vargas.

Será bem que os povos do distrito vejam a quem devem agradecer os bons desejos e firmeza de vontade para se conseguir o melhoramento pelo qual ardentemente a nossa província luta há 26 anos.

Também é conveniente que se conheçam os patriotas e amigos do nosso concelho que fizeram de uma questão vitalíssima para o nosso futuro, o pretexto para a manifestação dos seus sentimentos contrários aos interesses do distrito derivando a importância da medida decreta para um campo de suspeções injustas e de mesquinhos horizontes da politiquice.

Pela transcrição do notável discurso do ilustre ministro das Obras Públicas se verá a sem razão e o despropósito de tanto barulho e de tanta perfida insinuação.

O sr. ministro das obras públicas produziu uma verdadeira oração de homem de Estado iluminada por argumentos eloquentes e evidentes e revestida de profundíssimos conhecimentos técnicos e financeiros da questão, desfazendo nitida e cábala todas as acusações. O discurso dos sr. Vargas produziu profunda, sim e justa impressão em toda a câmara, incomodando muito a oposição, que se não cancou de o interromper no intuito manifesto de empalidecer o brilhante efeito de tão elevada e conceituosa defesa, que a maioria aplaudiu vehementemente.

Começou sua ex.º por accentuar que estavam cumpridas as promessas do sr. Beirão, quando a propósito do discurso da coroa anunciou em interpelações sucessivas discutir a oposição os actos do governo. Este não tem a discussão, antes a estimar para elucidação do seu proceder. Não tem gravidade o assumpto em questão, e antes assim, pois nem o paiz nem a oposição ganhariam com um erro de administração pública.

Começou o sr. Cabral, por dizer que foram infrutíferos desde 1879 todos os esforços empregados no intuito da construção da linha da Regoa à fronteira por villa Real e Chaves; é certo. Elle, orador, resolveu a questão da forma mais consentânea com o seu ardente desejo de não protelar o melhoramento e de desaggravar os povos transmontanos, procedendo sempre dentro da lei, da maneira mais própria para tornar uma realidade o pensamento tão desejado; pois é a elle, ministro, que o orador antecedente vem arguir acríticamente!

A primeira acusação consistiu em que no programa do 1.º concurso publicado no *Diário do Governo* de 5 de agosto de 1902, já no artigo 1.º § 3.º se alterava o que no artigo 1.º e § 3.º do contrato da linha de Mirandella publicado no *Diário do Governo* de 12 de junho do mesmo anno, se estabelecia, quando nos termos da auctorização legal havia, a imposição de perfeita harmonia de clausulas. Mas qual foi a alteração? No contrato da linha de Mirandella havia fiscalização de trabalhos, porque já estavam feitos os estudos; no concurso da de Chaves, como nem estudos

havia, era indispensável a fiscalização d'esses estudos, a respectiva construcção ficava também fiscalizada visto a empresa ter de se sujeitar às condições gerais de empreitadas. A seguir fez-se a acusação, grave na opinião da oposição, de que nesse programa do concurso da linha de Chaves houve modificação no § 1.º do artigo 43.º do contrato, que lhe devia servir de modelo, porque se introduziu que na modificação das tarifas se adoptariam como máximos os preços das linhas *similares* exploradas pelo Estado, enquanto que a palavra *similares* não estava nas clausulas da auctorização.

Ora como se podem aplicar tarifas comparadas senão a caminhos de ferro *similares*? *Similar* não é qualificação que importe que as linhas ferreas tenham a mesma largura, mas sim que os caminhos de ferro atravessem as mesmas regiões e tenham a mesma natureza de tráfego. Se não fosse introduzida a palavra *similar* iriam comparar-se tarifas de linhas ferreas heterogêneas. Nesta ordem de ideias, procedeu o sr. Augusto José da Cunha em 1887, estabelecendo que as tarifas da projectada linha de Chaves fossem comparadas com as do Minho e Douro e não com as do Sul e Sueste.

O orador, sempre em phrase elevada e conceituosa, muito methodicamente, passou à segunda parte da interpelação.

E certo que houve quatro propostas findo o prazo do primeiro concurso, cujas leves modificações ficaram absolutamente justificadas. Dessa houve duas muito semelhantes, outras duas bastante diferentes.

Das últimas, uma pedia que se garantisse o rendimento kilométrico de exploração em 700 mil reis, o que é a menor subvenção que um Estado pode conceder Deu-a em 1865 Fontes, mas errou reconhecidamente, embora fossem outras as circunstâncias. Na opinião pessoal do orador o rendimento de exploração é sem dúvida superior a 700 mil reis por quilômetro, mas o seu voto de homem de Estado não o permitia aceitar um pedido absolutamente rejeitado nos tempos modernos entre os subsídios possíveis. Outra, a de Lopes da Cruz, pedia redução do tâo da curva em todos os pontos que o concessionário apontasse como difíceis, além de não declarar que se sujeitava a todas as condições de empreitada.

Esta imposição da proposta Cruz tornava-a inaceitável, pois o governo é que deve ser o juiz,

e não concessionário, das alterações a fazer nas condições do programma. As outras duas propostas estavam em absoluto desacordo com o programma. O que devia fazer o governo? No decidido empenho de realizar este melhoramento, abriu novo concurso. Nas condições do 1.º? Não tinha a experiência do resultado. Então usando da auctorização legal, só na parte que o auctorizava a promover a construção, e não nas cláusulas que de forma nenhuma tinham o carácter imperativo, abriu nos termos das leis geraes e dentro d'ellas, novo concurso com novas bases, tornando sempre dentro da lei, a adjudicação de carácter provisório e dependente de sancção parlamentar. Não houve a mais leve ilegalidade. Assim procedeu esse ministro nô anno, findo com o caminho de ferro de Mirandella, e a mesma oposição o aplaudiu.

Como devia organizar as novas cláusulas? Pondo de parte a ilação, que o seu carácter de homem de bem imediatamente repelle, de ter querido servir interesses particulares de determinados concorrentes, tornou as duas propostas semelhantes; já apresentadas, e certo de ter já, pelo menos, dois concorrentes bascou n'ellas o novo programa.

Alterou as condições técnicas do 1.º concurso, mas sempre salvaguardando os interesses das pessoas e coisas a transportar e os do Estado. Reduziu o mínimo dos raios de curvas a 60m, mas lá impôz a condição de que o material fosse do de melhor qualidade, a fim da velocidade commercial não ser menor que a das linhas similares (Minho e Douro).

Augentou os depósitos provisórios e definitivo: é certo.

Mas leia a oposição à lei de 1883 para a construção do ramal de Vizeu, linha de 60 kilómetros; lá verá depósitos provisório e definitivo de 30 e 60 contos, ora esta linha tem quasi o duplo da extensão kilometrica.

Estabeleceu só 18 dias para o prazo do concurso, porque, como nas secretarias de Estado havia já estudos feitos nas condições técnicas do segundo concurso, não era necessário fazer novos projectos, o que sucedeu para o primeiro concurso, mas só copiar os já formulados, e antigos, para o raio mínimo de 60m. Mas como um concorrente lhe comunicou que sem o alargamento do prazo, não poderia apresentar a sua proposta, num intuito liberal, modificou esse prazo e passou-o para 30 dias. Suprimiu a base de licitação, porque no primeiro concurso havia estudos com orçamentos aprovados, no segundo concurso nada disso existe. Estabelecer

incalculadamente uma base, era criar estorvos à sua aceitação; de resto, o governo pode ou não concordar com a licitação que for proposta. Mas a primeira vez que o orador, como ministro, pôz em concurso o caminho de ferro de Mirandella, foi sem base de licitação e muitos aplausos recebeu da minoria da câmara. O que fez, pois, Harmóniou os interesses do Estado com a eficácia do desejo de bem servir a causa, que o anno passado tanto interesse merecia ao partido progressista e sempre dentro das leis geraes do paiz.

O efeito d'este discurso foi esmagador para a oposição, por bem mostrar como ella accusa por sistema toda a obra do actual gabinete, sem conhecimento completo do assumpto que discute. Apoiadíssimo e muito solicitado pela maioria terminou o seu lucido discurso o snr. ministro das obras públicas.

Até á hora em que escrevemos não temos notícia definida sobre o resultado do concurso realizado no dia 16 do corrente.

A's tres e meia d'aquelle dia foi-nos enviado o seguinte telegramma:

Única proposta apresentada foi casa Vianna.

Duas horas depois também o telegrapho trouxe o seguinte despacho:

Não foi adjudicada.

Como os correspondentes eram diferentes não sabemos o que dizer sobre o assumpto.

Todavia parece-nos que uma notícia completa a outra.

Suppomos portanto que mais um protellamento sofrerá a maior e mais legítima aspiração do nosso concelho.

Por culpa de quem?

Em tempos fomos obrigados pelo nosso distinto colega, *O Povo do Norte*, de Villa Real, a rectificar umas afirmações que elle fizera relativamente ao caminho de ferro Regoa—Villa Real—Chaves.

Dizia elle que nós disputávamos com um colega local sobre quem deveria merecer os agradecimentos do distrito pela sua dedicação, tenacidade e boa vontade de que se realizasse o grande empreendimento.

Repomos então, como sempre, o nosso íntimo modo de ver: desejamos o caminho de ferro, seja quem for que o consiga.

Pois agóra, e por suppor que está afastado o grande dia de satisfação para os nossos concelho e distrito, agora que o collega referindo-se à extraordinaria, inconveniente, anti-patriótica e im-politica attitude do snr. Rodrigues Nogueira, que já representou o círculo de Chaves em mais de uma legislatura, que actualmente representa o distrito de Villa Real em cortes, agora, também aprovéitamo o amargo comentário da sua local e perguntemos-lhe, com a mão na consciencia, sobre sua palavra, que nos diga:

Quem são os amigos do distrito de Villa Real?

E' certo que o collega acrescenta: *aquellos a quem tem conferido os seus votos eleitoraes!*

Tem razão e nem por isso, e apesar da grande e sincera dor, que nos punge por vêrmos perdida a esperança da realisaçao do caminho de ferro, nem por isso nós vangloriamos da razão que sempre nos assistiu porque os nossos votos eram sinceramente honrados e patrióticos.

Mas, porventura, admite-se

que o snr. Rodrigues Nogueira, tendo sido oputado por Chaves, tendo visitado a nossa terra, seião actualmente deputado pelo distrito, admite-se que elle tomisse tal attitude combatendo, ruidosamente e vehementemente o novo concurso?

Qual a razão porque os snrs. Villaça, Béria, Alpín, e outros marechais da oposição progressista, não protestaram contra essa medida governativa?

Pois quem é com mais autoridade, poderia fuzel-o?

Foi o partido progressista a Chaves que obrigou o snr. Nogueira a tal procedimento?

— Não, acreditamos, porque assim fosse todo o concelho de Chaves devia expulsar do seu convívio político

o grupo de homens que tão
criminosamente o traballasse
contra um imortal mérito, o
maior, o mais importante pa-
ra o nosso futuro.

O partido progressista de
Chaves sancionha, aprova o
procedimento do sr. Nogueira.

Vém talvez dizer-nos que
a consciência de cada um é
liberrima.

De acordo, mas porque
não protestou o sr. conse-
lheiro Villaca?

Como chefe político dos
nosso adversários não co-
nheceria elle, melhor que ou-
trem, o que convinha aos
nosso interesses aos intere-
ses da agricultura e do com-
ércio da nossa tão despre-
zada província?

Não havia outros deputa-
dos da minoria que comba-
tessem o concurso?

Não falam os srs. Ale-
xandre Cabral e Tavares Festas?

Não havia mais deputados
oppositionistas sem ser o sr.
Nogueira?

Pela sua estranha e inusita
atitude para com o concelho
de Chaves devemos inferir
que o partido progressista de
Chaves é solidario com o
procedimento a que elle re-
presentante do círculo de Vila
Real.

Mas se assim é que o politis-
mo é o dos nossos enycto-
suros! Que razão tem ellos
dos legítimos interesses do
nosso concelho que confian-
ça podem elles merecer dos
seus concidadãos?

Não é isso uma traição?

Porque não se impozaram
assim de evitar-se inclinante pro-
cedimento que se por um lado
levara os interesses do
povo do concelho de Chaves
por outro leva a grande viril-
tude de patentear aos olhos
de todos que os seus ami-
gos, os seus homens de sim-
cridade, de energia e de tra-
balho desinteressado e insen-
so?

Agradeço o povo de Cha-
ves ao seu antigo represen-
tante sr. Nogueira o grande
bem que que acabou de pres-

er. O partido progressista
local é solidario com o seu
correligionario, o que du-
damos, que o povo o conhe-
ça e cuide de precaver-se
contra futuros procedimentos

Por nossa parte ficamos
interados e nunca supposé-
mos que a política pudesse
servir para incorreções e des-
lealdades como a que o par-
tido progressista de Chaves
aprovou.

NOTAS

A VOZ DE CHAVES

A ultima hora

Hontem foi recebido o
seguinte telegramma que
jubilosamente transcre-
vemos:

Presidente Camara

Chaves

1.º Governo em conselho
ministros acaba resol-
ver mandar construir
caminho ferro por admi-
nistração. Respectivo
decreto é submetido a
signatura real proxima
sexta feira.

Ministro obras publi-
cas conta começar tra-
balhos construcção an-
tes 1.º maio.

Teixeira de Souza

Hurrah pelo partido
regenerador!

Hurrah pelo ministro
das obras publicas

Hurrah pelo conselhei-
lheiro Teixeira Souza

Hurrah pelos amigos
sinceros do concelho de
Chaves!

DE 19 DE FEVEREIRO 1903

Missão do 7.º dia

No dia 10 do corrente foi re-
zada na igreja da Misericórdia
desta villa uma missa do 7.º dia
por alma do que foi nos-
querido e amado amigo António José Pereira Coelho.

Para a rezai ofereceu-se o
nosso amigo sr. padre Elias José
Alves, também amigo do finado,
o que fez às 9 horas da manhã
daquella dia.

Além da missa de funeral
também assistiram amigos do fi-
nado.

Cartões de visita

A Typografia Central e
Papelaria, ao largo do Anjo,
chegou uma Linda coleccão de
tipos próprios para cartões de
visita e outras aplicações.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Domingo, 22 de fevereiro de 1903

Caminho de ferro da Regua a Chaves

O governo resolveu, que a construção do nosso caminho de ferro seja feita por conta do Estado.

No *Diário do Governo* de 19 do corrente veem publicados vários diplomas, que vamos transcrever, e que asseguram a prompta execução de tão justo melhoramento, com grande economia e benefício do tesouro.

Ao mesmo tempo que aplaudimos semelhante resolução, não podemos deixar de felicitar-nos por ella ter sido a consequência da brillante e patriótica oposição parlamentar em que se salientou energica e proficientemente o nosso preimoso correligionário, sr. dr. António Rodrigues Nogueira.

A immoralidade administrativa, planeada em favor d'uma casa bancaaria, e que era um acto de revoltante e escandaloso protecçãoismo, foi evitada pelos deputados, que, no correr do debate, puseram bem a nô a ilegalidade e immoraliade do concurso.

As ministro das Obras Públicas, tão mal servido da discussão, só restavam dois caminhos: demittir-se, ou exigir a construção por conta do Estado.

Querem os nossos adversários, fazendo política, deturpar a verdadeira significação da campanha travada no parlamento e na imprensa contra o governo pelo seu procedimento n'esta questão, apontando os progressistas como inimigos dos interesses do distrito de Villa Real, que sacrificaram aos seus interesses políticos.

Nada disso assim foi.

O partido progressista cooperou entusiasticamente na realização de tão justo e necessário melhoramento para o distrito de Villa Real, mas combatendo com o mesmo ardor o negocio; que pretendia fazer-se à sombra d'uma causa tão justa.

Os fins não justificam os meios, desde que elles não são legítimos.

A resolução de construir o caminho de ferro por conta do Esta-

do vem demonstrar, que não eram precisas a ilegalidade e immoraliade para a realização d'uma necessidade publica, urgentemente reclamada.

*
Os documentos publicados pelo *Diário do Governo* são:

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que pela direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro se proceda sem perda de tempo ao restabelecimento do tracção da 1.^a secção da linha da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, compreendida entre a Regoa e Villa Real, conforme o projecto com data do 18 de junho de 1897, procurando-se ao mesmo tempo onde seja possível aumentar os raios das curvas, sem agravamento importante do custo da linha, devendo os necessários trabalhos do campo e do gabinete estar concluidos até 31 de março próximo.

Sua Magestade El-Rei determina que, para a rápida execução dos trabalhos de campo e gabinete relativos ao projecto da 1.^a secção do caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, incumbido por portaria d'esta data à direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, a mesma direcção requisite o pessoal, técnico e auxiliar que, além dos engenheiros e condutores que n'ella se acham em serviço, foram necessários para a elaboração dos referidos trabalhos.

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que uma comissão composta do engenheiro chefe da 2.^a classe José Fernandes da Sousa, vogal secretário do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, do engenheiro subalterno de 1.^a classe Luiz de Albuquerque de Orey, chefe do serviço da tração da direcção dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, o do engenheiro subalterno de 2.^a classe; José Victor Duro Sequeira, chefe do serviço da tração da direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, proceda sem perda de tempo no estudo de tipos de material circulante de tracção e transporte, que mais convém adoptar na linha da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, de modo que nas condições técnicas de limites de inclinações e de raios das curvas a que fui subordinado o projecto da 1.^a secção da Regoa a Villa Real, datado de 18 de junho de 1897, da mesma linha, o referido material satisfaga a todos os requisitos de segurança e comodidade, e permita a realização de velocidades commerciais não inferiores às dos combóios conguêres da linha do Douro.

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que uma comissão composta do inspector geral supranumerário, vogal do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, conselheiro Augusto Cesar Justino Teixeira, do engenheiro chefe de 2.^a classe, chefe do serviço da via e obras da direcção do Minho e Douro, Basílio Alberto de Souza Pinto, e do engenheiro subalterno da 1.^a classe, chefe do serviço da via e obras da direcção do Sul

e Sueste, Augusto Victor da Costa S. queira proceder ao estudo dos tipos de material via que convém adoptar na construção do caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, tendo em atenção as condições técnicas da linha, adoptadas no projecto da 1.^a secção da Regoa a Villa Real, datado de 18 de junho de 1897.

A VOZ DE CHAVES

DE 26 DE FEVEREIRO 1903

ORGÃO DO PARTIDO REGENERADOR

Caminho de ferro da Regoa a Chaves



Conselheiro Ernesto Ródolfo Hintze Ribeiro

Presidente do Conselho

Conselheiro Manuel Francisco de Vargas

Ministro das Obras Públicas

A Voz de Chaves julga interessar os sentimentos de todos os povos do concelho quando esta homenagem aos três ilustres estadistas é tão valiosa e efficazmente conseguiram que o maior anseio ardenteamente desejado melhoramento—o caminho de ferro—fosse um facto.

Entar esses três nomes na sua consagração estamos certamente certos que é acto de justiça e o testemunho vivissimo da nossa amizade.

Hintze Ribeiro, o grande orador, o grande estadista, grande e prestigioso e chefe do partido regenerador e presidente do gabinete de ministros, pôz a energia do seu espírito d'áureo, toda a sua alma ardida ao bem público, a sua fé de estadia de vidas vistas, para que o governo a construir o caminho de ferro comece a ser executada ainda no proximo mês de Maio.

Manuel Vargas, o ilustre ministro das obras públicas, tão superior, respeitado engenheiro português dos mais formosos e espíritos e carácter de máxima alegria, foi elle o operador tenaz, perseveran-

te, dedicadíssimo e por si, pela sua pasta, conseguiu que a província de Traz-os-Montes fosse, em sí, dotada do melhoramento importante, que houve fez-a resurgir do marrasmo em que jazia sem esperanças.

Teixeira de Souza, em sí, o grande amigo do nosso concelho, o ministro, de audaz e rasgadíssimas iniciativas, lutador de lealdade e dedicação nunca desmentido, alma formada de todas as qualidades que enobrecem um homem, político preponderante, sans peur et sans reproche, Teixeira de Souza que vê, finalmente, realizado o seu grande, ardente, inressante sonho do progresso, de prosperidade, de futuro amplo para a nossa província, para este concelho de Chaves que lhe merecia todos os incessantes cuidados mesmo dentro da sua extraordinária labuta de ministro da Coroa.

Não houve intriga, não houve malícia que não fosse adrede preparada por alguns que aquilatam os traços dos caracteres dos outros pelos próprios.

Mas tão firme, tão sincera protecção devotaram à carinhosa província os tres grandes ministros, que todos nós po-

mos, bendizer-lhes os nomes e bendizer esta alvorada do anno de 1903 que com o seu ridentíssimo sol, arrancou definitivamente das brumosas nuvens das promessas, dos protelamentos, dos desánimos e das intígas, do coração de todos nós, leal como os dos outros portugueses, mas abatidos pelo desprazer a que nós votávamos os poderes superiores.

Foi preciso, porém, que Teixeira de Souza, Hintze Ribeiro e Manuel Vargas, ocupassem as cadeiras do governo para que essa aspiração há longos annos suspirada fosse uma realidade!

Por isso bem merecem do concelho de Chaves, de todo o distrito, as suas effusivas provas de gratidão e de sincero entusiástico agradecimento.

A Voz de Chaves publica hoje os retratos dos eminentes homens de estado e fala-nos da consciência de que praticou, em nome do concelho, um acto de justiça, de respeito e devoção pelos seus serviços.

Queremos também que nos páginas d'este semanário, e no mesmo numero que lhes estampa os retratos, se inscrevam os decretos que vêm

marcar nova época para os destinos do nosso concelho.

Hurrah! pelo governo regenerador!

Hurrah! pelo conselheiro Teixeira de Souza!

Hurrah! pelo concelho de Chaves!

Hurrah! por todos os seus amigos sinceros.

No dia 18 recebeu-se do sr. conselheiro Teixeira de Souza o telegramma que ainda em d'ultima hora publicámos na *Voz de Chaves*.

Immediatamente ao ter-se conhecimento do seu conteúdo organizou-se uma espontânea manifestação que percorreu as ruas da villa, em marcha aux flambeaux e precedida da banda dos Voluntários e seguida de centenas de populares que aclamavam ruidosamente o governo, os amigos do concelho de Chaves, etc. manifestação que durou até altas horas da noite.

No dia 19 também o sr. conselheiro Teixeira de Souza enviou o seguinte telegramma ao nosso ilustre amigo sr. dr. Guiné Monteiro.

Presidente câmara municipal
Chaves

O Diário Governo publicou hoje decreto hontem mesmo assinado por El-Rei mandando construir comitê de ferro des de 12. E' de justiça agradecer o presidente conselheiro e ministro das Obras Públicas tâkam de atender as nossas justificativas e fundentes reclamações.

Do nobre presidente do conselho de ministros:

Ex-m.º Miguel Maximo Cunha Monteiro

Chaves

A V. Ex.º e nos nossos amigos d'esse concelho agradeço o seu pesarorante telegramma e com todos vivamente me congratulo pelo largo benefício que o caminho de ferro traz ás esas povos.

Hintze Ribeiro

Presidente câmara municipal
Chaves

Também eu me congratulo com V. Ex.º e com a maioria que distinguidamente representa feta definitiva realização desse embaixado de ferro que fará transformação económica nossa distrito e que se me da vida e inescedível satisfação traduz a mina dedicada e firme vontade que os senhores Presidente do conselho e ministro das Obras Públicas tâkam de atender as nossas justificativas e fundentes reclamações.

Teixeira de Souza

Dr. Miguel Maximo Cunha Monteiro

Chaves

Agradeço telegramma que me foi dirigido, tachó-viva classificação em que de vez fe-

sem offastadas todas as dificuldades & realização d'um melhoramento que hade fazer a transformação económica do novo distrito. V. Ex.^a e eu encontramos no sur. presidente do conselho e no sur. ministro das Obras Públicas a mais decidida vœu de prestarem esse relevante serviço ao distrito de Villa Real.

Teixeira Souza

A benemerita e sympathica Sociedade de Socorros Mutuos Artística e Commercial de Chaves enviou os seguintes telegrammas que bem demonstram a satisfação com que, em todas as classes que aquella phylanthropica associação representa, foi recebida a boa notícia da construção do caminho de ferro.

Ex.^{mo} Presidente conselho ministros

Lisboa

A direcção da Sociedade de Socorros Mutuos d'esta villa agradece a V. Ex.^a e ao governo resolução fazer construir caminho ferro da Regoa a Chaves por administração directa do estado.

Ex.^{mo} ministro Obras públicas

Lisboa

Em nome da Sociedade de Socorros Mutuos d'esta villa agradeceus V. Ex.^a o empenho em fazer construir caminho ferro para esta villa.

Ex.^{mo} Ministro da Marinha

Lisboa

A direcção da Sociedade de Socorros Mutuos Artística e Commercial de Chaves interpretando sentimento de grandeza d'esta Associação para com V. Ex.^a agradece a V. Ex.^a os seus esforços para a realização do nosso maior desejo — a construção do caminho de ferro da Regoa a esta villa.

Todos estes telegrammas eram assinados pelos ars: João Bravio, José Felisbino, António Monteiro, Ayres Aguiar, Correia Melo e Manuel Filipe.

Também um numeroso grupo constituído por cavalheiros de todas as classes sociaes da nossa terra enviou aos ilustres pre-sidente do conselho, ministro das obras Públicas e ministro da Marinha os significativos telegrammas que seguem:

Conselheiro Teixeira de Sousa

Lisboa

Chaves, 29.—Os abaixo assinados, representando todas as classes de Chaves, vœam manifestar á v. ex.^a entusiasticamente e sincero agradecimento

pela valiosa, patriótica e eficaz intercessão de v. ex.^a para a realização do nosso caminho de ferro, o mais importante beneficio que podemos receber, e a que o nome da v. ex.^a fica indissoluvelmente ligado, para justa gratidão de todos nós.

Miguel Maximino Cunha Monteiro, António Rockas Carvalho, Francisco José Chaves, Avelino José Carlos, João José Gonçalves, João Baptista Moraes, Alexandre Luiz Pereira, António Carreira, Bernardo Magalhães Junior, Juca Xavier, Francisco José Silva, Francisco Alves Costa, José Manuel Rodrigues, Manuel José Gomes, José Manuel Tavares, Manuel Augusto Pinheiro, António Sousa Barreiros, Francisco Silva, João Duarte Mesquita, Joaquim Castanheira, Domingos Alves da Silva, Annibal Pereira da Silva, João Moura, António Ribeiro, Joaquim Alves, Arthur Annibal Bretelo, Julio Augusto Reis, Augusto de Sousa Dias, António Joaquim Gonçalves, José Maria Diniz, Carlos Pires, João Barbosa, Francisco Castello, Domingos José Silva, Accacio Campos, José Rodrigues Teixeira, pela redacção do «Aqua Flavia» Pedro Branco, José Mesquita, António Monteizinho, Aníbal Monteizinho, padre António Serrimónios, Julio Gouveia, João Figueiredo, Eduardo Freitas, Aurelio Soares, José Afonso Silva, Manuel Cunha Fajardo, Manuel de Sousa Moraes, Annibal Simões Silva, José Pereira de Moraes, Julio Teixeira Pinto, Abilio Bragança, Bernardo Magalhães, João Bravio, João Filipe Sousa, Adolpho Magalhães, Luiz Gunha, João Dias, António Sousa Sáevedra, Manuel Rodrigues Silva, Manuel António Ribeiro, José Manuel Ramos, José Ribeiro, António Bragança, João Maria Magalhães, Feliciano Castello Branco, Adriano Reis, João Silva, José Joaquim Fontes, padre Rodrigo Campos Sanches, Domingos Alves Cunha, Scaphini de Castro, João Elias Barroso, António Padua Corlho, António José Rodrigues, José Durão Branco, padre Silvino Miranda, José Augusto Correia, Patrício Ribeiro, Manuel Pavão, Alfredo Alves Nobrega, José Moutinho, Juiz Sarmiento, Américo Villela, Ignacio Pizarro, Albano Bragança, Arnaldo Torres, Francisco Luiz Alves, Manuel Salvador Fernandes, Agostinho Diniz Pereira, abade Manoel Barroso, Ignacio Moraes Carmona, Germano Solgado Pereira, António Alves Carneiro, Luiz Figueiredo, Benjamim Eugenio Leite, António Motta Campos, António Teixeira Barroso, Manuel António Rodrigues Junior, José Augusto Curson, José Bento Ferreira, Elias Pereira Carneiro, José Pereira Soares, António Queiroz, António Sarmiento Junior, Alfredo Falcão, Adriano Baptista, Alfredo Cunha, António Mendes Castro, Joaquim Monteiro, José António Dias, Joaquim Coelho, António José Dias, José Lopes da Costa, Joaquim Pereira da Silva, Francisco Barroso, Sebastião Guedes, Luiz Lima Barreto, Firmino Soares, Antonio Pereira Faria, Annibal Fidalgo, padre Adelino Pereira, Manuel Rocha Silva, Virgilio Silva, José Velisbino, José da Rosa Carvalho, Ernesto Silva Pereira, Annibal Santos Teixeira, Modesto Barreto Francisco Faria, João Miguel Silva, Nicolau Mesquita.

Ex.^{mo} Presidente conselho ministros

Lisboa

Habitantes Chaves possuidos sincero jubilo felicitam e agradecem V. Ex.^a e governo iniciativa construção caminho ferro Regoa a Chaves e falam ardentes votos realização incoar aspiração este conceito.

Ex.^{mo} Ministro Obras Públicas

Lisboa

Habitantes Chaves vœam agradecer V. Ex.^a ter ligado seu nome à obra de maior empreendimento e reconhecido valor nosso concelho.

Seguem os decretos:

Atendendo a que por decreto de 1º de abril de 1897, foi concedida provisoriamente a Alberto da Cunha Leão e António Julio Pereira Cabral, ou à comunidade que elles representarem, a construção e exploração por noventa e nove anos do caminho de ferro de Regoa à fronteira, seguindo-lhe por Villa Real, Villa Pouca de Aguiar, concelhos das Pedras Salgadas, Vilago e Chaves;

Atendendo a que pela carta de lei de 7 de julho de 1898, foi o governo autorizado a tornar definitiva, nos termos da mesma lei, a concessão prover-

ria feita pelo citado decreto de 1º de abril de 1897, concedendo-lhes ainda o direito de opção na construção e exploração de todas as linhas convergentes a pontos situados dentro de zonas laterais de 30 quilómetros, a que se refere a base 48^a da concessão provisória;

Atendendo a que, no uso da autorização referida, foi feita a mencionada concessão por alvará, de 10 de outubro de 1901;

Atendendo a que, pela carta de lei de 24 de maio do ano findo, foi autorizado o governo a aceitar a desistência requerida pelos concessionários e a adjudicar «em hasta pública» e procedendo concurso, «à construção e exploração do referido caminho de ferro, nos termos da mesma lei;

Atendendo a que, aberto o concurso, nos termos do decreto de 2 de agosto de 1901 e no uso da autorização especial concedida pela citada lei de 24 de maio de 1901, foram apresentadas quatro propostas, que todas pela comissão especial que presidiu ao concurso foram julgadas nulas, nos termos do artigo 7.^a do respectivo programma;

Atendendo a que por este motivo foi anulado o concurso por decreto de 15 de novembro ultimo, é que, ficando caducada ipso facto a autorização especial concedida ao governo pela carta de lei de 24 de maio ultimo, foi, pelo mesmo decreto, e nos termos do decreto de 31 de dezembro de 1894, mandado abrir «novº» concurso por prazo não inferior a «quinte» dias em condições diferentes do anterior;

Atendendo a que, a pedido d'um dos concorrentes ao concurso anterior, foi prorrogado em 15 de novembro ultimo o prazo do concurso, o qual se efectuou em 16 do corrente;

Atendendo a que a única proposta apresentada não foi aceita por não convir aos interesses do Estado;

Hei pôr bem, no uso da autorização conferida na alínea «e» do n.º 1.º da base 4.^a da lei de 14 de julho de 1899, determinar que se proceda desde já à construção da linha da Regoa à fronteira por conta do Estado e nos termos da referida lei.

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que pela direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro se proceda sem perda de tempo ao restauro e reequipamento do traçado da 1.^a secção da linha da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, compreendida entre a Regoa e Villa Real, conforme o projecto com data de 18 de junho de 1897, procurando-se ao mesmo tempo onde seja possível aumentar os raios das curvas, sem agravamento importante do custo da linha, devendo os necessários trabalhos de campo e de gabinete estar concluídos até 31 de março proximo;

Sua Magestade El-Rei determina que, para a rápida execução dos trabalhos de campo, gabinete relativos ao projecto da 1.^a secção do caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, incumbida por portaria d'esta data da direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, a mesma direcção requisite o pessoal técnico e auxiliar que, além dos engenheiros e conductores que, nela se acham em serviço, forem necessários para a elaboração dos referidos trabalhos.

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que uma comissão composta de engenheiro chefe de 2.^a classe José Fernandes de Sousa, vogal secretário do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, do engenheiro subalterno da 1.^a classe Luís de Albuquerque de Orey, chefe do serviço de gráficas da direcção dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, e do engenheiro subalterno da 2.^a classe, José Victor Duro Sequeira, chefe do serviço de traçado da direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, proceda sem perda de tempo no estudo de tipos de material circundante de traçado e transporte que mais conveniente seja para a linha da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, de modo que nas condições tecnicas de limites de inclinações de raios de curvas a que foi subordinado o projecto da 1.^a secção da Regoa a Villa Real, datado de 18 de junho de 1897, da mesma linha, o referido material satisfaça a todos os requisitos de segurança e comodidade, e permita a realização de velocidades comerciais não inferiores às das embuadas congêneres da linha do Douro.

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que uma comissão composta do inspector-geral supranumerário, vogal do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, conselheiro Augusto César Justino Teixeira, do engenheiro chefe de 2.^a classe, chefe do serviço de via e horas da direcção do Minho e Douro, Basílio Alberto de Sousa Pinto, e do engenheiro subalterno

de 1.^a classe, chefe do serviço de via e obras da direcção do Sul e Sueste, Augusto Victor da Costa Sequeira, proceda ao estudo dos tipos de material de via que convenha adoptar na construção do caminho de ferro da Regoa por Villa Real a Chaves e à fronteira, tendo em atenção as condições tecnicas da linha, adoptadas no projecto da 1.^a secção da Regoa a Villa Real, datado de 18 de junho de 1897.

Caminho de ferro

Quizeram interesses perdidos malcriar o partido progressista com a opinião pública, acusando-o de protelar a construção do caminho de ferro da Regoa à fronteira.

Não é longa a história para que deixemos de contá-la. Quando no anno passado foi submetido às círculas o projecto do partido progressista pela palavra sympathetic e eloquente do sr. Eduardo Vilaça deu-lhe o seu voto a propoz que o tempo de começo dos trabalhos fosse tanto quanto possível encurtado. Veio depois o concurso a que foram quatro proponentes, e o governo anulou-o com o falso fundamento de que nenhum se submetia às condições impostas. Na última discussão parlamentar a verdade ficou evidente e o ministro chegou a concordar que tinha andado mal. Particularmente, nos corredores da câmara, afirmou que fora levado à anulação por instigações do sr. Teixeira de Sousa. Porque não aceitou o governo a proposta mais barata? Também se viu no parlamento porque a casa Fonseca Santos & Vianna, de que é sócio o sr. Teixeira de Sousa, havia apresentado a proposta mais cara, e não podendo ser-lho adjudicada a concessão recorreu-se ao expediente de a não dar a ninguém.

Protestou contra o favoritismo descarado do partido progressista, mas os interesses regeneradores eram tão lucrativos que o protesto não lhes mudou o propósito. E para mais desonrada ficar a negociação, o governo ditatorialmente decretou outras bases e mandou abrir novo concurso. As novíssimas bases eram na que a casa Fonseca Santos & Vianna indicava na proposta e ameaçava não aceitar outras! O ministro entrou sozinho e praticou o escândalo. Mas chegou o momento de se apurarem responsabilidades e o ministro das obras públicas opôs uma defesa miserável às acusações violentíssimas que lhe fizeram. O ataque foi "rude", mas o escândalo foi "elegante". Dessa pugna parlamentar saiu glorificado o ministro, que logo resolvou demitir-se. Dois dias depois efectuava-se o concurso e vozes regeneradoras explodiram que ficaria deserto, que os Fonsecas, Santos & Vianna não queriam perder muito dinheiro concorrendo! Pois no concurso só ellos fizeram a sua proposta tão elevada que o governo a não aceitou! Em conselho de ministros foi, por imposição do sr. Hintze Ribeiro, deliberado que se fizesse a construção por conta do estado.

Qual é a responsabilidade do partido progressista n'esta questão? Ello que só trabalhou desinteressadamente para que o melhoramento não fosse demorado? Affirmaram depois os engenheiros, que o ministro das obras públicas chamou para concorrerem-nos, que a construção custaria à razão de quinze contos por quilómetro, e como os Viannas pediam vinte e quatro, ganhavam estas sanitissimas pessoas o melhor do novecentos contos de reis.

Se não havia pano pra' mangas! Se não merecia a pena encobrir por tão querido amigo de Traz-os-Montes! Que desejava o partido progressista? A construção por um preço razoável ou a construção por conta do Estado. Do preço razoável fugiram os amigos d'este concelho, restava a construção por conta do Estado que o governo foi compelido a aceitar.

Perdeu-se a sorte grande. Mas não convinha perder tudo e por todo o distrito cahiram telegrammas recomendando feliçitações antiqüistas na que faz isto tudo!

Foram os telegrammas, mas apurou-se que só ao fim de tres annos estaria construída a linha até Villa Real, e que só até ali foi ordenada a construção.

Viu-se mais, o governo ordenou trabalhos mas seu saber onde buscar dinheiro, confessando não o ter.

Esta é toda a verdade. Os pagos de Traz-os-Montes devem saber por larga experiência que é loucura ferver em pouca agua e que não deixam gurgumar-se foguetes antes da festa. Os exploradores do manifesto pagos com bons logares ou pingues ordenados, quizeram mas não podiam glorificar o seu protector endeuulado.

Caminho de ferro

Mascaras abaixo!

Os polichinellos, os industriais, os ludibriadores do concelho de Chaves, ficaram apontados n'uma das ultimas sessões do parlamento pelo vigoroso orador e nosso querido amigo sr. Rodrigues Nogueira. Ha muitos annos que este povo trabalha pelo caminho de ferro e é de toda a justiça a sua pretensão.

Agora, a realização d'esse ardentesíssimo desejo esteve eminentemente interesses particulares, se interesses d'uma casa bancária não vissem prejudicá-lo.

Se o governo faz a concessão a quem de direito pertence, e não vem com habilidades transparentes, oppôr entraves, as nossas canceiras encontrariam um termo e os nossos sonhos à realidade. Mas o governo queria a concessão para a causa bancária que favorece com gravame para os interesses do estado, sem cuidar do nosso futuro e dos nossos desejos. A história parlamentar é bastante eloquente, diz claramente onde ficaram os homens de honra e os atrevidos intrujões.

Foi ordenada a construção por conta do estado. Pois basta-se que o estado não tem vontem para a construção. As bandeirolas que no sul do distrito estão suscinandos os ingenuos, não illudem os que conhecem o propósito com que esta comédia se desenrola. O sr. Rodrigues Nogueira arrancou no parlamento a máscara aos comicos: Um breve resumo da sessão:

"Na dia anunçou-se, merece da discussão parlamentar, o concurso para o caminho de ferro de Chaves.

Affirmo isto, porque a falta de um sello não é razão jurídica para se anular um concurso.

O sr. Vargas—O que fez anular o concurso foi o preço que se pedia.

O orador—V. ex.^a sabe que a imprensa oficial declarou que a proposta não chegara a ser aberta, e muito antes de elle se conhecer telegrafava-se em nome do governo, para Traz-os-Montes, dizendu-se que o caminho de ferro se faria por conta do Estado. Affirma o seu autor por realização do caminho de ferro de Chaves, e insurge-se contra a solução que se tomou, solução que é uma mystificação, porque os fundos que se distinguiam a esse caminho de ferro, já estão quasi totalmente absorvidos por outras obras.

Pede ao sr. ministro das obras públicas que apresente um projecto autorizando a realização de um empréstimo, garantido por aquello fundo, para se construir a linha. Se o governo o não apresentar, apresente-o ha elle, porque não quer poeira nos olhos de ninguém, nem bandeirolas para se illudir os eletores.

Disse mais o illustre parlamentar.

Provou que o fundo dos caminhos

que se escoou para outros caminhos de ferro, que não ha vinte para a linha da Regoa a esta villa. Onde vai o governo buscando dinheiro? Ninguém lhe respondeu. Então convidiu o governo a apresentar um projecto, e se este não souber resolver a dificuldade apresenta-lo ha elle. Ficaram assim desmascarados os intrigistas e os comediantes. Foi nobre e patriótica a attitude do nosso querido amigo e o povo transmontano não a esquecerá nunca.

E os factos justificam inteiramente as nossas afirmações.

15 de março de 1903

O Intransigente

Caminho de ferro

Quizeram interessos perdidos malsinado o partido progressista com a opinião pública, acusando-o de protelar a construção do caminho de ferro da Regoa à fronteira.

Não é longa a história para que deixemos de contá-la. Quando no anno passado foi submetido ás cortes o projeto, o partido progressista, pela palavra sympathetic e eloquente do sr. Eduardo Vargas, deu-lhe o seu voto e propôz que o tempo de concurso dos trabalhos fosse tanto quanto possível encurtado. Veio depois o concurso a que foram quatro preponentes, e o governo anulou-o com o falso fundamento de que os lombins se submetiam às condições impostas. Na última discussão parlamentar a verdade ficou evidente e o ministro chegou a concordar que tinha andado mal. Particularmente, nos corredores da câmara, afirmou que fôrava levado à anulação por instigações do sr. Teixeira de Sousa. Porque não aceitou o governo a proposta mais barata? Também se viu no parlamento porque a casa Fonseca Santos & Vianni, de que é sócio o sr. Teixeira de Sousa, havia apresentado a proposta mais caro, e não podendo ser-lhe adjudicada a concessão recorreu-se ao expediente de a não dar a ninguém.

Protestou contra o favoritismo descarado o partido progressista; mas os interesses regeneradores eram tão lucrativos que o protesto não lhes mudou o propósito. E para mais desacreditá-la ficar a negociação, o governo dictatorialmente decretou outras bases e mandou abrir novo concurso. As novíssimas bases eram as que a casa Fonseca Santos & Vianni indicava na proposta e ameaçava não aceitar outras! O ministro curvou-se e praticou o escândalo. Mas chegou o momento de se apurarem responsabilidades e o ministro das obras públicas oppôz uma defesa miserável às acusações violentíssimas que lhe fixaram. O ataque foi rude, mas o escândalo foi enorme. Dessa pugna parlamentar saiu ganhador o ministro; que logo resolviu demitir-se. Dois dias depois efectuava-se o concurso e vozes regeneradoras espalharam que ficaria deserto, que os Fonsecas, Santos & Vianna não queriam perder muito dinheiro concorrendo! Pois no concurso só ellos fôrâm e com proposta tão elevada que o governo a não aceitou! Em conselho de ministros foi, por imposição do sr. Ilídio Ribeiro, deliberado que se fizesse a construção por conta do estado.

Qual é a responsabilidade do partido progressista n'esta questão? Elle que só trabalhou e desinteressadamente para que o melhoramento não fosse demorado? Affirmaram depois os engenheiros, que o ministro das obras públicas changeou para aconselharem-no, que a construção custaria à razão de quinze contos por quilometro, e como os Viannas, pediam vinte o quarto, ganhavam estas satisfeitas pessoas o melhor do novo contos contos de reis.

Se não havia pano para mangas! Se não ingressa a pena enrubescer por tão generoso amigo do Traz-os-Montes! Que desejava o partido progressista? A construção por um preço razoável ou a construção por conta do Estado. Do preço razoável fugiram os amigos d'este conceito; restava a construção por conta do Estado que o governo foi compelido a aceitar.

Perdeu-se a sorte grande. Mas não convinha perder tudo e por todo o distrito calharam telegrammas recomendando felicitações entusiastas ao que faz isto tudo!

Foram es telegrammas, mas apurou-se que só ao fim de tres annos estaria construída a linha até Villa Real, e que só até ali foi ordenada a construção.

Viu-se mais, o governo ordenou trabalhos mas sem saber onde buscar dinheiro, e confessando não o ter.

Esta é toda a verdade. Os pagos de Traz-os-Montes devem saber por larga experiência que é loucura ferver em paixão e que não deyem queimarse foguetes antes da festa. Os exploradores de manifestações pagam com bons logaros ou pingos prêmios, quizeram mas não puderam glorificar o seu protector, endeuçado.

Caminho de ferro

Mascaras abaixo!

Os polichinellos, os industriais, os ludibriadores do concelho de Chaves, ficaram apontados numa das ultimas sessões do parlamento pelo vigoroso orador nosso querido amigo sr. Rodrigues Nogueira. Ha muitos annos que este povo trabalha pelo caminho de ferro e é de toda a justiça a sua pretensão.

Agora, a realização d'esse ardentesíssimo desejo esteve eminentemente interesses particulares, se interesses d'uma casa bancária não vissem prejudical-o.

Se o governo faz a concessão a quem de direito pertencia, e não veio com habilidades transparentes oppôr entraves, as nossas candeiras encontrariam um termo e os nossos sonhos a realidade. Mas o governo queria a concessão para a casa bancária que favorece com gravame para os interesses do estado, sem cuidar do nosso futuro e dos nossos desejos. A história parlamentar é bastante eloquente, diz claramente onde ficaram os homens de honra e os atrevidos intrujões.

Foi ordenada a construção por conta do estado. Pois sabe-se que o estado não tem viante para a construção. As bandeirolas que no sul do distrito estão fascinando os ingenuos, não iludem os que conhecem o propósito com que esta comédia se desenrola. O sr. Rodrigues Nogueira arrancou no parlamento a máscara aos comícios. Um breve resumo da sessão:

«Ha dias anulou-se, inerente à discussão parlamentar, o concurso para o caminho de ferro de Chaves.

Affirma isto, porque a falta de um sólido não é razão jurídica para se anular um concurso.

O sr. Vargas—O que fez anular o concurso, foi o preço que se pedia.

O orador—V. ex.º sabe que a imprensa oficiosa declarou que a proposta não chegaria a ser aberta, e muito antes de ella se conhecer telegrafar-se em nome do governo, para Traz-os-Montes, dizendo-se que o caminho de ferro se faria por conta do Estado. Affirma o seu autor por realização do caminho de ferro de Chaves, e insurge-se contra a solução que se tomou, solução que é uma mystificação, porque os fundos que se distinguem a esse caminho de ferro, já estão quasi totalmente absorvidos por outras obras.

Peda ao sr. ministro das obras públicas que apresente um projeto auctorizando a realização de um empréstimo, garantido por aquella fundo, para se construir a linha. Se o governo o não apresentar, apresente-o-ha elle, porque não quer poca nos olhos de ninguém, nem bandeirolas para se illudir os eletores.

Disse mais o illustre parlamentar.

Provou que o fundo dos caminhos

que se escoou para outros caminhos de ferro, que não ha viante para a linha da Regoa à esta villa. Onde vai o governo buscar dinheiro? Ninguem lhe respondeu. Então convindou o governo a apresentar um projecto, e se este não souber resolver a dificuldade apresenta-lo-ha elle. Ficaram assim desmascarados os intrigistas e os convidantes. Foi nobre e patriótica a attitude do nosso querido amigo e o povo transmontano não a esquecerá nunca.

E os factos justificam inteiramente as nossas afirmações.

15 de março de 1903

O Intransigente

A VOZ DE CHAVES

DE 12 DE MARÇO 1903

CAMINHO DE FERRO

O *Diário do Governo* publicou a seguinte portaria:

“Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar que, para cabal cumprimento das prescrições do decreto de 18 de maio findo, a Administração dos Caminhos de ferro do Estado dê começo nos trabalhos de construção da 1.ª secção da linha da Regoa por Villa Real a Chaves e á fronteira, comprehendida entre a Regoa e Villa Real, logo que tiverem sido concluidos e aprovados os respectivos trabalhos preparatórios incumbidos pela portaria da mesma data à Direcção do Minho e Douro, ficando assegurados á mesma administração nos termos dos artigos 19.º, 38.º e 39.º do regulamento da 1.ª de novembro de 1899 e por forma igual á que foi prescrita para a construção dos prolongamentos de Pias a Moura e de Faro á Villa Real de Santo António, os recursos necessários para a construção da referida secção.

Há por bem outrosim o mesmo Augusto Senhor determinar que a referida administração mande proceder pela Direcção do Minho e Douro, logo que estejam terminados os trabalhos preparatórios de construção da 1.^a secção à elaboração do projecto das secções seguintes nas condições técnicas iguais as prescritas para aquella.

— Pagoarem 15 de fevereiro de 1903 —
Manuel Francisco de Vargas.

E' conveniente, para elucidação dos nossos leitores, o transcrevermos do regulamento de 2 de novembro de 1899 os artigos a que a mesma portaria se refere.

Por elles se verá—e só o não
vêm já os amigos devotados ao
bem do nosso concelho—que o
governo demonstra em actos pu-
blicos o seu proposito de asse-
gurar aos povos do districto um
melhoramento—o maior—por-
que há tantos annos elles bal-
dadiamente reclamam.

Art. 19. — As receitas pertencentes ao fundo especial serão depositadas, à ordem do ministerio das obras publicas, comércio e indústria, na caixa geral dos depósitos.

Ora como os amigos do concelho não podem duvidar de que haja um fundo especial de caminhos de ferro, fica sem base conscientiosa a atoarda de que não havia dinheiro para a construção.

Mas ramos jão artigo 57.^o, a que se não allude na portaria, mas que tem significação importante para o assunto.

Art. 57. — No princípio de cada ano-económico logo que estejam fechadas as contas do anterior, o conselho de administração, tendo em vista a importância atingida pelo fundo especial e os encargos de operações de crédito que sobre elle pesem, calculando com tudo o rigor a parte que possa com segurança reputar-se disponível, proporá ao governo a sua aplicação em harmonia com a direcção da actividade

Também é de presumir que os amigos do nosso concelho não duvidem da seriedade dos membros que constituem o conselho de administração dos caminhos de ferro.

E querem saber a doutrina do art.º 55.º?

Diz isto: o fundo especial será destinado à aquisição de material circulante, às obras novas das linhas em exploração e ao custeio de estudo e construção das linhas complementares e tributárias das redes do estado.

E' também muito crível que os amigos do concelho não neguem que a nova linha, que nos interessa, seja tributaria e complementar da linha Minho e Douro, que é do Estado.

Mas vá lá o artigo 59.^o, que definiu claramente as applicações do dinheiro.

Artigo 5º.—Pelos encargos das operações mencionadas no art.º responde-se o fundo especial, que não poderá ter, sob pretexto algum, outra applicação além das previstas no mesmo artigo.

Julgamos que em face d'essa
remonstracão tão positiva da
arte do governo, os taes amigos dedicados do concelho—e
que tão galhardamente se pro-
unham impedir a realização do
grande melhoramento—afinal se
apacitarão que o nosso chefe
conselheiro Teixeira de Sou-
á nunca promette aquillo que
não possa ou consiga satisfazer
que quando não pode ou não
consegue, não o promette a nin-
hum.

E ali têm, além de exemplos centíssimos e pessoas que ele manifestou, o trabalho, a tecnicidade verdadeiramente extraordinárias que elle dispendeu para que o caminho de ferro fosse um facto.

Mas os tais amigos são capazes de chamar Teixeira de Souza a inimiga...

Ecciosismo a quanto ob-
si...
~~ggi...
ggi...
ggi...~~

*De nossos distintos colégios
Povo do Norte, transcrevemos
a seguinte nota:*

"Poucas obras d'arte" se acham proprietas, sendo rara minar uma ponte megalica sobre o Tâmega que terá uma extensão de 50 metros, e uma outra de pedra na ribeira da Ermida e cuja extensão não excede a 10 metros.

As estações e apeadeiros projectados são: estação de Villa Real; paragem de Folhadella; apeadeiro das Aveledas; estação do Carmeiro; apeadeiro da Povoação; estação de Alyscas do Corgo; apeadeiro Fanha; paragem da Vacaria e estação da Regoa; na linha do Douro.

Felizmente que assim sucedeu e de todo o coração nos associamos aos aplausos que os propagadores da execução do caminho de ferro fizeram triunfantes. (APPLAUSOS)

Ali conseguiu também que para assistir
abertura dos trabalhos viesse a este
lugar o ministro das Obras Públicas e
os conselheiros Teixeira de Sousa e

Já reuniu em Lisboa a compissão de engenheiros, e sobre residência do sr. o conselheiro Manuel Vargas, e que tem por fim apresentar os seus trabalhos, sobre a escolha de typo de material fixo e circulante" para a linha ferroviária do Rezor a Chaves.

A VOZ DE CHAVES

DE 21 DE MARÇO 1903

Caminho de ferro

Terminaram já os trabalhos de rectificação do traçado da linha férrea do Vale do Corgo, na secção de Regua a Villa Real, recolhendo a direcção dos caminhos de ferro Minho e Douro o pessoal encarregado d'aquela serviço.

E a propósito.

Lembram-se os nossos leitores que os amigos dedicados do nosso concelho inventaram ruidosa, violenta e injustamente o governo regenerador por não adjudicar a construção da linha ao snr. Lopes da Cruz?

Lembram-se d'aquela inferneira com insinuações infames à mistura?

Recordam-se das vociferações dos dedicados amigos do nosso concelho?

Pois ao mesmo tão caritado snr. Lopes da Cruz, e por instâncias do snr. Beça, governador civil de Bragança, concedeu o governo nova, e crêmos que terceira, prorrogação por mais 3 meses para se iniciarem os trabalhos de construção do caminho de ferro de Mirandela a Bragança!

E já lá vão dois anos!

Que dirão agora os amigos do nosso concelho?

Naturalmente renovam a mesma inferneira de protestos, e legalidades e mais miudezas, e insinuações à mistura, porque sem esse tempore não arranjam um pratilho ao paladar do faccionismo.

DE 12 DE ABRIL DE 1903

Caminho de ferro

Segundo consta foi ordenado que simultaneamente se dé princípio na Regoa e em Villa Real aos trabalhos do primeiro troço do caminho de ferro da Regoa a Chaves, trabalhos que, como se disse, serão inaugurados no próximo mês de maio, com a assistência do sr. ministro das Obras Públicas, conselheiroconde de Paço Vieira.

Ainda não está definitivamente resolvido quem é dia da inauguração.

Parece que será depois de encerradas as curas esperando-se que assistam, além do titular da pasta das Obras Públicas, os sns. conselheiros Teixeira de Souza, ilustre ministro da Fazenda; António d'Azevedo; José d'Alpoim, além dos deputados do círculo.

Diz-se também que as câmaras municipais dos povos interessados na construção do caminho de ferro concorrerão ao acto solene que deve realizar-se na Regoa.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Domingo, 29 de março de 1903

Caminho de ferro.

O tempo malbaratado em habilidades lucrativas, mas improícias pela ação dos homens honestos, soaria de sobejó bastante para desbravar as dificuldades que ainda se opõem à realização d'este melhoramento urgente e necessário. Como honra e proveito não cabem no mesmo saco, os obstáculos, que no anno de 1902 se julgaram ceifados com a apresentação do projecto pelo governo e o appoio esforçado do partido progressista, subsistem quicá aggravados. Perdeu-se mais um anno!

Essa responsabilidade é toda do sr. Teixeira de Sousa, entrega-lhe a integra historia imparcial dos factos, e ha de castigá-lo duramente a critica dos homens. Quem procura a gloria, não pesquisa o lucro. A historia do caminho de ferro é uma edição luxuosa da historia das águas de Vidago. O mesmo desejo de enriquecer, a mesma comédia do patriotismo avariado, a mesma investida contra as leis para protecção dos banqueiros insaciáveis. Para pleitear com o município o sr. Teixeira de Sousa encabeçou-se no partido regenerador local, que dobrava servile e vergonhosamente ao tacão do seu sapato tachado; para derivar os lucros da linha ferrea do valle do Corgo nos cofres dos seus associados, o sr. Teixeira de Sousa fez anular um concurso, fez torcer a lei, baralhou, confundiu, originou o pandemonio que ha um anno se desenrola perante a avidez e ingenuidade do povo transmontano. Das agoas de Vidago saiu vencido, da linha ferrea saiu aniquilado na prosapia e no lucro. Se o sr. Teixeira de Sousa luctasse em favor dos povos de Traz-os-Montes desinteressadamente e lealmente não embarraria a construção do caminho de ferro e o futuro do município de Chaves. Aquelle que ali está no mi-

nisterio da fazenda e que uma revolução popular saudou de cluços em punho, arvorou-se em chefe do partido regenerador de Chaves para disputar ao município as agoas de Vidago! Aquelle que o paiz afasta com justo sentimento de revolta, quiz que os seus associados na Empresa de Vidago fossem os concorrentes do caminho de ferro, e nesse trabalho inutilizado perden um anno e poz em risco o melhoramento!

Nem lucros, nem glorias. E agora? Agora, um batallão de engenheiros e conductores estendem bandeirolas da Regoa a Chaves, alvorocou as aldeias, telegraphou para os jornais, banqueteou-se e partiu. Mais nada! E' que para construir um caminho de ferro é necessário dinheiro, e os rendimentos publicos escoaram-se para viajatas faustosas, para luminarias, para as guelas fúnebres da multidão innumerable de empregados do fisco e comissários do governo. Murmura-se que as viagens enguliram mais de tres mil contos de reis! Construiam-se os caminhos de ferro do valle do Corgo, de Arganil e outros que estão apalavrados. O governo esgotou os inanancies e por isso o povo se ergue terrível clamor, preferindo a revolução que lhe garante o castigo de tantos esbanjamentos, á paz que lhe arranca o pão e lhe saqueia o lar.

E' ao fundo do caminho de ferro do estado que os transmontanos esperam irá o governo abastecer-se para a construção da linha da Regoa a esta villa?! Lá não existe vintem. As outras linhas em construção sorveram até o pé dos cofres. Não é uma comédia a promessa do governo?

Quando ha dias o brillante parlamentar e amigo dedicado d'esta terra, o distinto engenheiro sr. Rodrigues Nogueira, interpelou o governo sobre este assumpto, teve uma resposta dubia e falsa. Então, ameaçou-o com a apresentação d'un plano que realizará em curíssimo prazo o desejo do districto de Villa Real. E ha de ser agora que o governo é compelli-lo a cumprir a sua palavra, abandonando subterfugi-

os que nem o honram nem o acreditam. Mas se o não fizer, chegará o momento do sr. Rodrigues Nogueira cumprir a sua palavra, descida da tribuna parlamentar e entusiasticamente acolhida em Traz-os-Montes. Confiémos nas suas linhas geraes esse plano, e sabel-o-hão brevemente todos os que no caminho de ferro tem interesse justo e ardente.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Domingo, 19 de abril de 1903

CAMINHO DE FERRO

O ministro da fazenda é o sr. conselheiro Antonio d'Azevedo Castello Branco, honrado chefe do partido regenerador do distrito, estará na Regoa, no dia 1.^o de maio, para inaugurar o caminho de ferro do Valle do Corgo.

E' só na Regoa que os trabalhos começam, e não em Villa Real, como erradamente se tem escrito. O ministro da fazenda não comparecerá porque lá há muita gente para queimar os foguetes.

Uma duzia de operários escavarião a montanha que vai da Regoa a Villa Real! E' isto serio? Não veem todos uma comédia n'esta inauguração apressadamente mandada fazer?

E' que o ministerio vai cahir, já não vence o mez de maio; por isso se iniciam os trabalhos no fim d'abril.

Como não ha dinheiro nem o governo sabe onde busca-lo, chiamam-se alguns operários, quiçam-se foguetes, soltam-se vivas e quem vier que faça o resto. Mas o caminho de ferro ha de fazer-se e calherá essa honra ao partido progressista. Não só até Villa Real, mas até Chaves, até esta terra, que os regeneradores só cuidam explorar em beneficio dos seus próprios bolsos. Até lá vá vendendo o povo a comédia regeneradora.

CAMINHO DE FERRO

Referimo-nos no ultimo numero d'*A Voz de Chaves* ao discurso proferido na camara electiva pelo nosso querido amigo snr. dr. Philippe de Moura, illustre deputado da Nação.

Hoje transcrevemos do *Dia-*
rio da Camara dos Senhores Deputados o sumario, alias bastante completo, do discurso pronunciado pelo nosso amigo.

Certamente elle será lido com prazer por todos quantos admiram as altas qualidades de carácter e de inteligencia de Philippe de Moura e por todos aqueles que, embóra não communhando no mesmo credo politico, apreciam o esforço e a dedicação de quem, como o nosso amigo, pugna pelos interesses do concelho de Chaves.

Tambem transcrevemos a resposta dada em nome do governo pelo illustre ministro das Obras Publicas snr. conselheiro Conde de Paçô Vieira.

O Snr. Philippe de Moura:—Diz que, depois de circunstancias varias largamente apreciadas já nesta Camara, o governo resolveu com superior criterio mandar proceder á construção do caminho de ferro da Regua a Chaves e á fronteira, por conta do Estado, obedecendo ao principio hoje incontrovertido de que o Estado deve possuir o maior numero de linhas ferreas, quando as não possa possuir todas como sucede na Alemanha.

Esta providencia traduziu-se pelo decreto de 17 de fevereiro de 1903, ao qual se seguiram tres portarias com data de 18 de fevereiro, todas tendentes a dar execução ao texto d'aquele decreto.

Pela primeira destas portarias foi ordenado o restabelecimento do traçado da 1.^a secção do caminho de ferro, comprehendida entre a Regua e Villa Real, devendo os trabalhos de campo e gabinete estar concluidos até 31 de março do corrente anno.

A portaria de 25 de fevereiro de 1903 mandou proceder à elaboração do projecto das secções seguintes, logo que fossem terminados os trabalhos preparatórios da construção de 1.^a secção, que nos termos da precedente portaria devesssem terminar em 31 de março; mas apesar d'isto os trabalhos de elaboração do projecto para construção das 2.^a e 3.^a secções ainda não principiaram.

E' para este facto que chama a atenção do nobre Ministro das Obras Publicas, confiando em que S. Ex.^a com as suas altas faculdades, comprehendendo bem que a construção do caminho de ferro da Regua a Chaves representa alem do mais o maior acto de justiça a realizar em terras portuguesas, por certo providenciará para que os estudos da 2.^a e 3.^a secções do caminho de ferro da Regua a Chaves e á fronteira, começem sem demora e prosigam ininterruptamente.

Continuando diz que a aplicação directa do fundo especial dos caminhos de ferro, criado por carta de lei de 19 de julho de 1899, apesar dos progressivos aumentos d'este fundo, não é por certo suficiente para a rapida construc-

ção do caminho de ferro da Regua a Chaves e á fronteira.

No Orcamento Geral do Estado vem computada a receita d'este fundo em 400.000.000 reis, dos quais 150.000.000 reis são destinados á aquisição de material circulante e obras complementares, ficando assim disponivel para a construção de linhas a verba de reis 250.000.000, quanto verdadeiramente insignificante para a construção das linhas secundarias, entre as quais figura a da Regua a Chaves, que deverá custar quanta aproximada de 9.000.000.000 reis.

Outra talvez deveria ser, por isso, a orientação do Governo, realizando com lhe faculta a lei de 19 de julho de 1899, uma operação financeira que lhe permitta a construção da linha da Regua a Chaves nos mesmos prazos que, conforme o artigo 60.^a das clausulas e condições elaboradas quando se tentou a construção da linha por adjudicação em concurso, com garantia de juro, eram impostas á empresa que tomasse a construção.

Para uma outra circunstancia, que lhe parece de subido interesse, pretende chamar a atenção do nobre Ministro das Obras Publicas.

Entre Chaves e a fronteira existem as aguas mineralomedicinais de Villarelho da Raia, de rica mineralização e preciosas virtudes therapeuticas. Será, portanto, um acto de boa administração, bem conforme com os interesses economicos que a linha da Regua a Chaves e á fronteira se propõe fomentar e desenvolver, que o estudo da 1.^a secção d'esta linha obedeça ao fim de servir directamente a estância de águas de Villarelho da Raia.

De grande vantagem seria, para delinear as más condições economicas em que se encontram os povos do norte do distrito de Villa Real, que a construção da linha se iniciasse á medida que os estudos definitivos das diferentes secções fossem sendo concluidos.

Podia isto encarecer talvez um pouco o preço da linha, pelo acrescimo no custo do transporte de materiais, mas era esta uma das clausulas impostas á empresa pelo artigo 60.^a do programma do concurso para a construção da linha, e não ha motivo justo para que agora assim se não pratique.

A província de Trás-os-Montes tem plena confiança em que o nobre Ministro das Obras Publicas não descurará este importante assunto, synthese das suas mais legítimas e justas aspirações; e sabe bem quanto tem a esperar do nobre Ministro da Fazenda, inclito filho da província transmontana, e sempre extremo defensor e propagador do seu engrandecimento material e moral, sendo incontestável que a S. Ex.^a se deve o muito que se tem caminhado para a realização do desejado caminho de ferro, em que se condensa o futuro económico da bella província, tão olvidada sempre dos benefícios materiais de iniciativa do Estado, mas partilhando largamente dos impostos que este distribue.

Aproveita a occasião de estar com a palavra para, a exemplo de muitos outros seus illustres collegas, pedir a atenção do Governo para as legítimas e justas reclamações formuladas pelos empregados do commercio, para que o descanso dominical seja sancionado por uma lei.

Certamente que este pedido dos empregados do commercio se não harmoniza com o regime individualista; mas este regime está decadente, e a tendência é para o socialismo do Estado, que, como na Alemanha, vae até ao ponto de dizer aos operarios quanto devem economizar, assistindo-lhes quando as enfermidades e os incidentes os inutilizam para o trabalho.

A causa dos empregados do commercio é d' aquellas que tem de triunfar, porque ha muito está já decretada pela consciencia universal, e apenas carece da sancção do Parlamento.

O Snr. Ministro das Obras Publicas (Conde de Paçô-Vieira):—Agradece ao Snr. Deputado Philippe de Moura as suas perguntas por lhe darem ensejo de dizer no Parlamento que a província de Trás-os-Montes vae ter em breve o seu caminho de ferro, que ha tanto tempo reclama. E ninguem mais do que

ele, orador, folga com esse melhoriaamento que vae facilitar e ajudar o desenvolvimento d'aquella tão rica quanto abandonada província.

Faz em seguida a historia de tudo que se tem passado desde 1897, em que foi feita a Alberto Leão e Julio Cabral a concessão d'este caminho de ferro, até ao decreto que, baseado na base 4.^a da lei de 14 de julho de 1899, mandou fazer a construção por conta do Estado.

A construção deve ser por lanços successivos, como se impunha á companhia concessionaria.

Quanto aos recursos responde o artigo 55.^a da lei de 14 de julho de 1899, que permite a applicação directa do fundo especial ou a sua consignação no todo, em parte, ao serviço de quaisquer empréstimos realizados pelo Governo para esse fim.

Faz o mais rascgado elogio á lei de 1899 que criou o fundo especial dos caminhos de ferro do Estado e enumera os serviços por ella prestados tributa a sua homenagem ás pessoas que constituem o conselho, as quais tem administrado estes enormes rendimentos de uma forma superior a todo o elogio.

Por ultimo allude aos serviços prestados á província de Trás-os-Montes pelo Sr. Ministro da Fazenda, que na discussão da lei de 1899, introduziu a emenda que mais tarde permitiu ao Governo decretar a construção por conta do Estado do caminho de ferro de Chaves, e quanto aos prazos de construção serão os mesmos da lei de 24 de maio de 1902, que são os seguintes:

1.^a secção.—Regua a Villa Real, estudos em seis meses, construção tres meses depois da aprovação do projeto, prazo tres annos.

2.^a Secção.—Villa Real a Villa Pouca, estudos num anno, construção tres meses depois, prazo tres annos.

3.^a secção.—Villa Pouca a Vila Real, estudos um anno, construção tres annos depois, prazo quatro annos.

4.^a secção.—Vila Real a Chaves, estudos dezoito meses, construção tres meses depois da aprovação, prazo quatro annos.

A VOZ DE CHAVES

DE 30 DE ABRIL DE 1903

A VOZ DE CHAVES

DE 23 DE ABRIL DE 1903

DE 5 DE MARÇO 1903

Caminho de ferro

Ainda a propósito do caminho de ferro da Regoa a Chaves sabemos que prosseguem activamente os trabalhos para o estabelecimento da linha férrea de harmonia com o projecto de 1897.

Assim, o serviço está distribuído por 5 brigadas do estudo correspondente cada uma a cinco quilómetros devendo estar concluídas as tarefas ainda antes de decorrido o presente mês.

O ilustre engenheiro sr. João Gualberto Povas, zeloso director dos caminhos férreos do Minho e Douro escolheu já, em Villa Real, o local para a estação do caminho de ferro n'aquela villa.

O sítio escolhido foi proximamente a 200 metros, no prolongamento do tabuleiro da ponte do Corgo, cujo assentamento está completo, ficando a fachada da estação servida por uma ampla avenida enfiando com a ponte, e que não terá menor largura do que 14 metros.

Também é opinião geral dos distintos engenheiros que efectivamente em princípios de maio poderão começar os trabalhos de construção.

Sobre o assunto, que tão alta importância e interesse despertou no nosso concelho, transcrevemos hoje o telegramma que o nobre presidente do conselho sr. conselheiro Hintze Ribeiro enviou ao sr. João Bravo, presidente da direcção da benemérita e sympathetic Associação de Socorros Mutuos Artística e Commercial, em resposta a ouro que a mesma direcção lhe enviaria.

Ex.º João Bravo
Chaves

Agradeço a V. Ex.º e seus colegas seu telegramma, com todos me congratulando pelo grande melhoramento que tanto aproveita aos povos d'esse concelho.

Hintze Ribeiro

Caminho de ferro

O nosso querido amigo sr. dr. Filipe de Moura, ilustre deputado da Nação, enviou hontem ao digno presidente da camara sr. dr. Cunha Monteiro o seguinte telegramma, por onde se vê as firmes intenções do governo relativamente à construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Ex.º presidente camara

Chaves

Perguntei hontem à câmara dos deputados recursos conque o governo contava para construção caminho ferro Chaves.

Ex.º ministro obras públicas respondeu que consignaria a uma operação financeira parte fundo especial de caminhos de ferro e que trabalhos logo que fossem inaugurados seguiriam ininterruptamente.

Filipe de Moura.

DE 20 DE AGOSTO DE 1903

Caminho de ferro

Segundo informações recebidas de Villa Real estava destinado o dia d'hoje para a inauguração dos trabalhos do caminho de ferro da Regoa a Chaves, passando por aquella villa.

Resolvida amigavelmente a maneira de expropriar diferentes zonas de terreno que interessavam a linha férrea, houve efectivamente ideia de inaugurar hoje os trabalhos.

Mas os villarealenses pensaram, e muito bem, que tal facto não deveria passar sem maior realce, e assim organizaram uma grande comissão composta de membros de todos os partidos políticos para levar a efeito os festos condignos do grande melhoramento que vai ser inaugurado.

DE 23 DE JULHO DE 1903

Caminho de ferro

Segundo informações recebidas devem inaugurar-se os trabalhos do caminho de ferro da Regoa a Chaves, no outono do corrente anno.

O acto realizar-se-há em Villa Real e procura dar-se-lhe todo o brilhantismo.

São esperados na capital do distrito os ilustres ministros das obras Públicas e Fazenda e os srs. conselheiros António de Azevedo e José de Alpoim.

O FLAVIENSE

CHAVES—TERÇA-FEIRA 25 DE AGOSTO DE 1903

Caminho de ferro

Celebrôu-se hontem na capital do distrito, com grande lúzimento e geral entusiasmo, a inauguração solenne dos trabalhos da construção da linha ferrea do valle do Corgo.

Perante um acontecimento de tão prometedor alcance para o futuro desenvolvimento da nossa província, os partidos políticos de Villa Real ensaiaram as armas e todos, confraternisaram, em momentâneas treguas, nas demonstrações de um regosijo, que não é o regosijo oficial, frio e postiço das manifestações encomendadas, mas sim o exportâneo grito d'alma de um povo sofredor, a quem afinal concedem o melhoramento mais ardenteamente desejado, tantas vezes prometido, tantas vezes adiado.

Achamos altamente Jovayel e sympathetic este procedimento dos villarcalenses e, assim, que nós entendemos a política das pequenas localidades, extremados, embora os campos na luta de princípio, mas unidos todos na defesa de interesses communs ou nas demonstrações de regosijo pelos melhoramentos que a todos beneficiam.

Os políticos de Villa Real deram um grande exemplo aos de Chaves, que, valha a verdade, tecem tido sempre mais acanhadas vistas.

Saudando a capital do distrito pelo inicio do seu caminho de ferro, que afinal é o princípio do nosso, também muito prometido, mas de mais afastada realização, fazemos os mais sinceros votos para que os políticos de Chaves saibam conjugar os seus esforços, sem despeitos, sem odios, sem malquerenças, no sentido de apressar a posse de um benefício igual ao que agora determinou o legitimo julgamento dos villarcalenses.

CHAVES—TERÇA-FEIRA 15 DE MARÇO DE 1904

Caminho de ferro

No relatório que o snr. ministro das obras públicas acaba de apresentar à câmara dos deputados ácerca dos caminhos de ferro do Estado, diz o illustre estadista que dentro de pouco mais de um anno deverá ser aberta à exploração a parte da linha ferrea de Chaves, compreendida entre a Régua e Villa Real, e que vão começar os estudos na parte compreendida entre Villa Real e Chaves.

Para as obras da 1.^a secção e estudos das secções imediatas foi destinada no actual anno a verba de 240 contos.

CHAVES—TERÇA-FEIRA 12 DE ABRIL DE 1904

Caminho de ferro

Dizem-nos de Villa Real que chegou alli no dia 9 do corrente o engenheiro sr. Ferreira, da direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, acompanhado de pessoal operário, afim de proceder ao traçado da linha ferrea desde a capital do distrito até Chaves.

Este serviço deve ter começado hontem e nós celebramos o facto com muito jubilo, por ser mais uma esperança de chegarmos a ser dotados com um melhoramento que tem para a nossa terra a mais alta importância.

Oxalá o traçado se siga em breve o inicio da construção e nós não ténhamos de ver mais uma vez desfeitas em pô as nossas más caras e legítimas aspirações.

A VOZ DE CHAVES

DE 14 DE ABRIL DE 1904

DE 17 DE MARÇO DE 1904

DE 14 DE JANEIRO DE 1904

Caminho de ferro

O snr. ministro das obras públicas apresentou na câmara dos deputados o relatório sobre o uso feito pelo governo da autorização que lhe foi concedida para emissão d'um empréstimo destinado à construção de diversas linhas complementares e tributárias do Estado e de ligações de estradas de acesso das estações.

Com respeito à informação dos trabalhos de construção de novas linhas, o relatório apresenta os seguintes elementos e dados cujo conhecimento interessa ao nosso concelho.

Regoa a Chaves e à fronteira —Estão adjudicadas e em construção as terraplanagens e obras de arte, da Regoa a Villa Real, na extensão de 24 quilómetros, somando a importância das seis empreitadas em que foram divididas 175:910:000 reis.

Vão ser adquiridos os carros e o material circulante indispensável e estão já contratadas as travessas, podendo-se esperar que dentro de pouco mais de um ano possa ser aberta a linha à exploração. O custo total do troço, incluindo o material circulante, não deverá exceder a 400:000:000 reis.

Vão começar os estudos para além de Villa Real.

Temos informações de que se espera que a data da inauguração da exploração do caminho de ferro da Regoa a Villa Real será no mês de junho de 1905, por ocasião da feira anual de Santo António, em Villa Real.

Constatamos, como sempre, que bem depressa os pessimistas sofrerão a desillusão de verem acelerar o restante estudo do caminho de ferro da capital do distrito para a nossa terra.

E lembram-nos que poderia estar toda a linha em exploração no período de *tres annos* se não houvesse, como houve, amigos tão dedicados ao nosso concelho...

Mas os nossos inquietos adversários que lhes agradecem, a cada dia...

Caminho de ferro

Andavam os alvareiros, os grandes amigos do nosso concelho, a propagar que os estudos do traçado do caminho de ferro de Villa Real a Chaves ficariam para se realizarem... nas calendas gregas.

Atinal—e a nossa Sé não afrouxou nunca—esta já em Villa Real o pessoal técnico competente, de que faz parte o engenheiro snr. Ferreira, para se proceder sem demora aquelles estudos, e assim, ou posso que o grande melhoramento vai seguindo seus trâmites com desusada actividade, ficaram os alvareiros, os grandes amigos do concelho, de cara a bôda.

Caminho de ferro

Os trabalhos para a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves continuam activamente entre aquella villa e a capital do distrito.

Como dissemos, foram arrematadas todas as empreitadas da linha e informam-nos que se procura, dando o maximo impulso às obras complementares, inaugurar a linha, n'aquelle percurso, no proximo anno de 1905.

Consta-nos que muito brevemente o distinto engenheiro director dos trabalhos do caminho de ferro iniciará os trabalhos de campo no resto da linha—de Villa Real a Chaves.

Como sabem os nossos leitores, as directrizes da construção foram indicadas nas condições aprovadas superiormente e o que falta ainda é, nos projectos anteriores, assentar a adaptação do novo traçado conforme a redução de via, que n'aquelles era de via larga e na actual tem de ser de via reduzida.

CAMINHO DE FERRO

Foram brilhantes e entusiásticos os festejos promovidos pela população de Villa Real para commemorar a inauguração dos trabalhos do caminho de ferro da Regoa a Villa Real.

Recortamos de um jornal progressista a notícia telegráfica relativa a esses festejos.

E' bôa e eloquente lição para certos patriotas e amigos do concelho de Chaves que promoveram o compasso de espera que haveremos de sofrer.

Mas essa hora e gloria fica só com elles e os seus processos de política...

Terminou agora o cortejo; no local da inauguração juntaram-se para cima de 20:000 pessoas. O espetáculo era magestoso à passagem da ponte metálica que conduz ao local dos trabalhos; encorpararam-se no cortejo que saiu ás 3 e meia da tarde dos paços do concelho duas corporações de bombeiros uniformizados de gala e respectivas bandas de música em número superior a cem homens; seguia-se o azulo escola com a sua fanfarra, bandeira e respectivo pesssoal. Immediatamente a este ia a academia do nosso lyceu com o seu luxuoso estandarte. Depois via-se o governador civil que levava á sua direita o conde de Villa Real e á esquerda o snr. Antonio d'Azevedo, chefes políticos do distrito; na fila imediata marchava o general da sexta divisão com o seu estado maior e oficialidade de infanteria 13. Seguiam-se a magistratura judicial, funcionalismo de todas as repartições publicas, agentes de bancos, representantes de companhias, industriaes, comerciantes, grandes proprietários comerciantes e industriaes, a camara com o seu estandarte e todos os seus empregados e por fim a grande comissão dos festejos na qual se viam os mais considerados membros dos partidos políticos. Acompanhavam a comitiva 11 bandas de música que no local dos trabalhos e durante o trajecto não cessaram de tocar o hymno nacional.

Tem-se queimado durante o dia d'hoje e a noite d'hontem imensa quantidade de foguetes. O cortejo saiu dos paços do concelho ás 3 da tarde chegado ao local dos trabalhos ás 4 e meia. Durante o trajecto foi-lhe lançado de todas as janellas,

adornadas de lindas e ricas coladuras, grande profusão de flores e em alguns pontos, á passagem, ouviam-se prolongadas salvas de palmas. As ruas mais profusamente embandeiradas oferecem um aspecto de inconfundível alegria; pelas ruas tem hoje transitado imensa multidão; no local dos trabalhos era o cortejo esperado por imensa mole de povo que vitoriaava, com entusiasmo, os promotores do caminho de ferro, engenheiros, encarregados da construção, ministro das obras públicas, srs. conselheiros Vargas, Villaça, Teixeira de Souza e Eduardo Coelho, Antonio d'Azevedo, Conde de Villa Real e Antonio Sarmiento.

Grande numero de senhoras

das mais distintas famílias da localidade ocupavam duas extensas galerias levantadas junto a um estrado, destinado á presidencia da cerimónia e convividos. Numa d'essas galerias estava a condessa de Villa Real.

Foi benzido o terreno pelo vigario geral. Foram incumbidos da cerimónia oficial da inauguração dos trabalhos o governador civil, snr. conselheiro Antonio d'Azevedo, conde de Villa Real e presidente da camara. O primeiro munido de uma picareta, levantou a terra que os segundos baldearam para uma cava por meio de pás, levando-a o presidente em seguida para proximo do local da estação; n'esse momento e enquanto se procedia ao acto, a multidão esteve em religioso silêncio, mas concluída a cerimónia prolongadas salvas de palmas se fizeram ouvir, enquanto as musicas tocavam o hymno nacional, o dynamite reboava pelas alcatiladas margens do Corgo e das galerias as senhoras assenavam com os seus lenços; do estrado o snr. dr. Antonio Lobato, presidente da comissão dos festejos, em breve allocução, disse que vinha de praticar-se um grande acto de justiça para com essa região, que ha muito deveria ter sido feita pois que Villa Real se extremara sempre pela observância rigorosa dos seus deveres para com o estado como os demais distritos do paiz.

Saudava tres transmontanos illustres dois dos quais Antonio d'Azevedo e conde de Villa Real alli presentes e Teixeira de Souza.

Recordou o conselheiro Vargas, o ministro que attendeu a justiça da causa e não esqueceu o sr. conde de Paço Vieira, uma nascente esperança para o bom exito das nossas aspirações, que deixará o seu nome ligado à causa da maior justiça, por que Villa Real tem pugnado.

Terminou levantando vivas á familia real, ao chefe do estado, aos ministros das obras públicas e fazenda. Antonio d'Azevedo, Conde de Villa Real, Villaça, conselheiro Povoas, Affonso Cabral, José Sarmiento, Antonio Sarmiento, imprensa local e a justiça e liberdade.

De novo se pôz em marcha o cortejo para os paços do concelho, onde novas e vibrantes aclamações foram feitas aos conselheiros Povoas, Antonio d'Azevedo e Conde de Villa Real; ali se dissolveu a comitiva, desfilando as corporações e convidados. A comissão dos festejos acompanhou até o hotel os engenheiros. No cortejo, incorporou-se sr. conselheiro José de Azevedo.

Villa Real tem a fachada dos seus predios, á hora a que telegrapho, todas illuminadas; a Ponte do Corgo tem arcos voltaicos; o extenso jardim publico regogita de povo admirando as deslumbrantes illuminações, está-se queimando muito fogo d'artificio.

Os engenheiros tem sido muitos vitoriosos.

A onze horas o chefe do club de Villa Real e a grande comissão ofereceu uma "taca" de champagne ás autoridades, e engenheiros pronunciando-se entusiasticos brindes.

Agora para perto da estação muito povo das aldeias em descontos populares.

Hontem os membros da comissão, em trens, esperavam na Cumieira os conselheiros Povoas

e Cabral que foram recebidos na volta com bandas de musica e aclamações. A porta do hotel estacionava grande massa de povo, sendo necessaria a intervenção da auctoridade para dar passagem áquellos funcionários.

Hoje era tal a quantidade de povo que precedia o cortejo, que 50 praças d'infanteria foram insuficientes para conter a multidão que invadiu a ponte do Congo em risco de a fazer desabar.

A VOZ DE CHAVES

DE 27 DE AGOSTO DE 1903

CAMINHO DE FERRO

As notícias recebidas da capital sabemos que o ilustre ministro das Obras Públicas ant. sr. conselheiro Conde de Paço Vieira informou o nosso prestigioso chefe sr. conselheiro Teixeira de Souza, nobre ministro da Fazenda, de que dera ordens para que a maxima urgencia comecassem os estudos do caminho de ferro de Villa Real à Chaves.

Como se sabe superintende os trabalhos o distinto eneiro snt. José Sarmento.

O sr. ministro da fazenda foi hontem procurado no seu gabinete pelo sr. conde de Paço Vieira, para o informar de que hontem mesmo tinha mandado pôr em praça toda a construção do caminho de ferro entre Villa Real e Regua e proceder com a maior actividade aos estudos entre Villa Real e Chaves.

Da Comissão do Porto de 12 de outubro.

Com este telegramma quizemos abrir as ligeiras considerações que, sem cunho de polemica -não ha motivo para tal- nos suggeriu um artigo do nosso prezado collega do *Povo do Norte*, da capital do districto.

O telegramma que, nos dá a notícia de mais um largo passo avançado na construção do caminho de ferro, dà-nos tambem a prova do cuidado que o mais importante melhoramento, para esta região tem merecido ao sr. conselheiro Teixeira de Souza, a quem, seja-nos permitido repetir visto que nos estamos ocupando do caminho de ferro e embora isto esteja no espírito de todos, exclusivamente se deve ter entrado na phase de realização em que o vemos.

Appareceu o telegramma, que é mais um motivo de jubilo para os povos do districto e mais um motivo de reconhecimento d'estes povos para o nobre titular da pasta da fazenda, na occasião em que impelidos por um sentimento de protesto apreciamos, como entendeu, as manifestações realisadas em Villa Real a propósito da abertura dos trabalhos.

Vinha essa notícia em boa occasião se alguém cedendo a impulsos tão sinceros como os que dictaram aquelles brindes do club ou os discursos nos Tres Logares, se lembrava — não era de esperar duração longa a esse ridículo de atribuir-se, de parceria com outrem, os serviços efficazes sómente devidos ao sr. conselheiro Teixeira de Souza para a construção do nosso caminho de ferro.

Não foi precisa essa notícia porque as afirmações a tal respeito são uma redundância: não tinham nem podem ter contestação.

D'accordo connosco sobre a efficacia, valor e desvello dos serviços do sr. conselheiro Tei-

xeira de Souza para a construção do caminho de ferro da Regua a Chaves, discorda today, na apreciação que fizemos da festa de inauguração. *O Povo do Norte*.

A parte a muita consideração e o conceito que nos merece porque embora militando n'uma politica avançada todas as causas e assumptos tratados nas suas colunas o são com ponderação notável que lhe dá direito à auctoridade de que goza n'este districto, permitta-nos o collega que sem intuito de polemica, a qual, repetimos, não queremos e já seria desnecessaria extemporanea, e sem remoques de especie alguma, lhe declararmos que não conseguiu desfazer em nós a impressão de ridiculo que nos deram as festas e que traduzimos no nosso artigo. Antes, pelo contrario.

O nome do snt. conselheiro Teixeira de Souza, como o prezado collega diz, foi aclamado por milhares de pessoas no sitio dos Tres Logares mas foi de cambulhada, da mesma forma e feitio que outros nomes que ahi não deviam apparecer visto que em tais manifestações não é proprio o desagrado para ninguem, alem do que possa dinamar das mesmas para enaltecer quaesquer actos contrarios... Concorda o collega que o nobre ministro da fazenda sobreleva todos na realização do caminho de ferro.

Não destacar o seu nome, pois, foi, pelo menos, uma injustiça. E, n'este ponto, deixamos o snt. Antonio Lopato.

Mas peior do que isso foi a fal paparóca do club!

Se, como o collega pretende, só com ella se teve em vista cumprimentar os engenheiros que tem de intervir na construção da linha, não era necessário, não vinha a propósito, nem se devia ir mais longe...

Ficassem por ahi os palradores e embora não estivessem bem porque já vinham mal do antecedente, ficavam melhor do que se collocaram.

Tratava-se de cumprimentos, faziam os cumprimentos.

Desde que fallassem em pessoas que contribuiram para a construção do caminho de ferro nada se podia levar a serio esquecendo o snt. conselheiro Teixeira de Souza, ou não pondo o seu nome acima de todos, como o unico a quem se devia esse melhoramento.

A VOZ DE CHAVES

A não fazerem mais, ao menos, dissessem do valor dos serviços do nobre ministro a favor da causa d'este districto o equivalente ao que *O Povo do Norte* disse referindo-se à nossa apreciação das festas. Nós que a fizemos para aquillo não passar em julgado sem oposição expressa pois que explicita tinha a condenação em todos os espíritos, seguiríamos o caminho de os deixar armar à popularidade, livremente...

No fundo, na essencia, pois, *O Povo do Norte* está connosco o que, com prazer, registamos, como fazemos justiça às suas intenções patrióticas mostrando divergir de nós n'estes dois pontos especializados. Mais por consideração para com o collega do que pelo que valem é que a elles nos referimos com tanta larguezza...

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

Proseguem activamente os primeiros trabalhos para a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves, passando por Villa Real.

E certo que ainda esses trabalham só tomaram extraordinário desenvolvimento no primeiro troço da Regoa a Villa Real, mas nós confiamos, absolutamente, que quem fez chegar o caminho de ferro a Villa Real também o trará a Chaves.

Sempre que se trata de tão importante melhoramento para o nosso distrito, é para nós de intima satisfação esse facto, pois lembrado elle acode naturalmente o nome do seu maior e mais tenaz propugnador—Teixeira de Souza.

A história vai-se fazendo dia a dia e embora as festanças da capital do distrito, os fumos da *champagniada* e o vivorio, cuidassem de pôr em plano secundário a Teixeira de Souza, o que no íntimo de todos os vilarejenses se traduz é que sem a energia, e tenacidade—através de tudo, com *calunias*, *insinuações*—de Teixeira de Souza, o caminho de ferro continuaria sendo uma linda cantata para adorar meninos.

Estimamos, do coração, que os trabalhos prosigam activamente porque cada dia que passa é como um facto que radica nos espíritos a certeza de que o caminho de ferro será feito.

Nem o governo regenerador, nem Teixeira de Souza, são de carácter a brincar com factos que prendem com a prosperidade o futuro dos concelhos interessados na construção há trinta anos almejada e só agora—with Teixeira de Souza no governo—realmente, efectivamente levada a cabo.

Passou da aspiração, do sonho ao facto.

><

Ora vem isto para nos felicitarmos por sabermos que toda a linha desde Regoa a Villa Real está arrematada.

E embora os amigos do nosso concelho—que são os nossos adoráveis adversários do partido progressista—clamarem que o caminho de ferro ficaria em Villa Real—nem que o de Mirandela não ficasse mais próximo, para economia do público e das transações agrícolas e comerciais!—nós sabemos, temos *absoluta confiança*, que haverá vir a Chaves... se também os progressistas auxiliarem,—mesmo não como até agora.

Segundo vemos no nosso ca-

tulado collega *Povo do Norte*, de Villa Real,—o qual com o mais patriótico interesse e desassombro, tem lutado e feito a história do agora desencantado caminho de ferro—verificou-se no dia 10 do corrente, na direcção do Minho e Douro, a arrematação das duas empreitadas que faltam para a arrematação total da linha comprehensiva entre a Regoa e Villa Real.

Foram admitidas quatro propostas sendo a mais favorável de Cannas Affonso que se propõe construir as duas empreitadas pela quantia de 79.650.000 reis.

Acrecenta o nosso distinto collega:

Lavrado o competente auto de abertura de propostas, o processo foi remetido ao Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que mandará proceder à adjudicação em favor do empreiteiro que mais vantagens ofereceu na praça realizada.

Pouco tempo todavia se pode inverter nessa formalidade, empenhadas como estão as estâncias oficiais em que a construção se realize no mais curto prazo.

Mais alguns dias passados, e todos os empreiteiros haverão entrado em coligação com os depósitos definitivos das empreitadas que tomaram a seu cargo, e assinado os respectivos contratos de obrigação.

Parece-nos ficar assim inteiramente assegurada a construção da linha pela qual tanto tem trabalhado esta localidade, e os seus filhos ou amigos, aqueles que, solidários com as nossas alegrias e tristezas, consideram esta villa, como a própria naturalidade.

As nossas previsões, quanto à construção e inauguração da linha, confirmar-se-hão, portanto, em toda a sua realidade, as circunstâncias muito imperiosas e absolutamente imprevistas, que não se nos afiguraram possíveis, a isso não viérem a opôr-se.

Segundo a promessa do conselheiro Povoa, o denodado amigo e acerrimo defensor da linha do Corgo, após a conclusão destas arrematações tratar-se-há do procedimento das empreitadas necessárias para a construção das estações e mais obras complementares, de modo a poder concluir-se a linha e pol-a em exploração no mais curto prazo de tempo.

Em meados de fevereiro, o mais tardar, deve toda a infraestrutura da linha estar-se em construção.

E, pois, de esperançosa alegria para todos a notícia que hoje damos aos nossos leitores de que se acha já arrematada toda a linha comprehensiva entre a Regoa e Villa Real.

Mas os progressistas de rá dizem que tudo isso é... poeira!

A VOZ DE CHAVES

DE 9 DE JUNHO DE 1904

Caminho de ferro de Mirandella

Já por mais de uma vez tivemos enejo de frisar o mau serviço que a Companhia Nacional tem prestando ao publico.

Têm sido muitas as queixas que recebemos relativamente à morosidade como é feito o serviço de mercadorias, a forma porque as bagagens são recolhidas nos vagões e bem assim da desculpável demora do caminho, raramente chegando á tabuada nos dias em que transporta... peixe.

Essas faltas são do conhecimento de todos quantos por dever ou necessidade têm de transitar por aquella linha.

Mas essa consideração não pode ir mais longe e por isso encorremos á illustre direcção da Companhia Nacional uma queixa que sabemos ter sido feita por um nosso illustre e prezoado amigo, distinto cavaleiro conhecido e respeitadíssimo, na nossa terra.

Há talvez dois annos viajava aquelle nosso amigo do Porto para Chaves aproveitando o caminho de ferro de Mirandella.

Em uma estação, não nos ocorre agora qual o nome, da linha Tua-Mirandella, foi visto por muitos passageiros que do vagão destinado ás bagagens era tirado a toda a pressa pelo pessoal do camião um caixote de madeira que produzia grande fumaça.

Averiguado o facto soube-se que aquelle caixão, junto com as bagagens dos passageiros, conduzia apenas... acido sulfúrico!

E' claro que ninguém deixou de reprevar a forma como se conseguia assim no transporte de matérias tão perigosas sem o devido resguardo e em comunidade com as bagagens dos passageiros.

Teve conhecimento o pessoal da linha e o chefe de serviços.

O nosso amigo vigiou extensivamente as suas bagagens e nada viu de estranho.

Mas, já em Chaves e no mandar abrir os malas notou que, de alto abrigo, toda a ruiva n'ellas contida estava deteriorada pelo acido sulfúrico.

Fez imediatamente a sua queixa, que o chefe de serviços recitou e secundou superiormente, acrescentando que outros tinham também sido prejudicados—um passageiro em porto de trezentos mil reis de tripas que conduzia do Porto—e que a Direcção indemnaria brevemente.

Passam-se dois annos e ainda a Direcção da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro não cumpriu a sua obrigação, qual é a de satisfazer aos interessados os prejuízos que lhes causou a condescendência da mesma companhia permitindo que fosse transportado juntamente com as bagagens dos passageiros o acido sulfúrico, sem ser devidamente condicionado.

Ora perante os prejudicados, quem é o responsável?

Certamente a Companhia.

Pois querem saber a desculpa—se pode admitir-se semelhante nome—que a companhia da de ainda não ter indemnizado os prejuízos que causou?

E' fantástica e nada abona em favor da mesma; é que esqueria que os tribunais se pronunciem para, depois de receber do droguista a quem pertencia o

acido sulfúrico a importância dos prejuízos, entao reembolsar os prejudicados!

E' unico e, com franqueza, mal parece que uma companhia privilegiada, e de capitais, regateie assim uma indemnização justa, pois os passageiros nadam com as acções judiciais da companhia.

Se a illustre direcção quizer atender-nos n'esta queixa, e outras que ficam enumeradas, que fazemos muito tinha a lucrar com isso—pois, não o fazendo, certamente ninguém se sujeita a viajar nas linhas da companhia quando demais a mais pode aproveitar-se da do Douro, pela Regoa.

DE 1 DE SETEMBRO DE 1904

Caminho de ferro

O nosso distinto collega de Villa Real *O Povo do Norte* publica no seu ultimo numero um interessante e patriótico artigo referente á construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Affirma o nosso collega que foram dadas ordens para que prosigam os estudos do caminho de ferro de Villa Real á nossa terra, e esse facto demonstra que o governo, e demais entidades oficiais que intervêm na sua consecução trabalham porque se realize no menor prazo esse grande melhoramento para o nosso concelho.

Sabemos que na proxima feira anual de Santo Antonio há todas as esperanças de que seja inaugurada por El-Rei a linha de Villa Real á Regoa, e, em face do que o nosso collega vilarealense adianta, não deixar-nos de, em curto prazo, gozar dos benefícios de viagem acelerada.

Também *O Povo do Norte* advoga com inteira justiça e segurança a independência e necessidade imperável do rápido prolongamento da linha ferrea até á nossa terra.

E' que o nosso collega encara as questões de interesse geral sob um largo ponto de vista que bem define a justiça e independência como trata esses importantes assumtos.

Da nossa terra diz elle:

* A villa de Chaves, pela importância commercial da sua situação, pelo uberrimo solo de que dispõe, pelas regiões que commercialmente elle são tributárias, e pela abundância e riqueza das suas águas minerais, ha de necessariamente ser objecto da directriz dum caminho de ferro que a ligue á linha do Douro.

Se essa ligação se não fizer na estação da Regoa, e tendo como ponto intermediário Villa Real, far-se-ha por Guimarães, por Braga ou pelo leito do Tamega, o que nos isolaria da parte mais importante do districto e tornaria a linha do Corgo n'um caminho de ferro de percurso, movimento e tráfego insuficientes para a manutenção d'um intenso movimento de comboios.

A enunciação d'estes factos basta a demonstrar a assenção de que para Villa Real seja motivo de sincero jubilo a notícia de que pela administração dos caminhos de ferro do Estado foram dadas ordens para se prossiguir nos estudos do prolongamento da linha com toda a actividade.

Isso dá-nos a esperança de que a nossa linha se completerá em curto prazo, e que na sua exploração disporremos de comboios tão frequentes como as necessidades locais e regionaes exigem.

U INTRASIGENTE

1-FEIRA 27 DE SETEMBRO DE 1904

Caminho de ferro

Informa um nosso distinto collega de Villa Real que já deram entrada na repartição competente os projectos para as estações do caminho de ferro da Regua a Chaves.

As estações são de 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a classe, pertencendo ao primeiro grupo sómente as de Villa Real e Chaves.

Estas estações de 1.^a classe, com 30 metros de fachada e 12 metros de fundo, constam de um corpo central e dois corpos laterais. No rez do chão tem nove portas e o corpo central tem um primeiro andar, com três janelas, destinado a habitação do chefe.

O aspecto do edifício é elegante e de bastante novidade, fazendo lembrar os modernos *chalets*.

Folgamos imenso com esta notícia e oxalá a nossa terra venha em breve a gozar as vantagens de um melhoramento de que, por tantos motivos, dependem os seus progressos materiais e o desenvolvimento da riqueza pública d'esta desventurada região.

-TERÇA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1904

Caminho de ferro

Dizem-nos que tendo sido terminado o levantamento e reconhecimento do terreno entre Villa Real e Villa Pouca d'Aguilar, se procede agora com toda a actividade aos estudos de gabinete para o traçado d'aquella secção da linha ferrea da Regoa a Chaves.

Quanto à 1.^a secção (Regoa a Villa Real) continua a afirmar-se que a exploração da linha começará no proximo mês de junho.

-TERÇA-FEIRA 22 DE NOVEMBRO DE 1904

Caminho de ferro

O nosso illustre conterraneo, snr. conselheiro Eduardo José Coelho, ministro das obras públicas, ordenou que sejam activados os estudos, tanto de gabinete como de campo, da segunda secção do caminho de ferro da Regoa a Chaves. Esta secção, que primitivamente comprehendia a parte da linha entre Villa Real e Villa Pouca d'Aguilar, passou agora, por determinação do mesmo ex.^{mo} ministro a ter o seu termo nas Pedras Salgadas.

Sempre esperámos que o snr. conselheiro Eduardo Coelho se interessaria pela rápida construção do nosso caminho de ferro, pois que o illustre ministro, melhor do que ninguém, conhece as necessidades d'esta região tão desprotegida. Fazemos, pois, os mais ardentes votos para que sua ex.^a, durante a sua estada nos conselhos da corôa, possa, em sím, dotar a nossa terra com tão apreciável e necessário benefício.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Quarta-feira, 28 de dezembro de 1904

Caminho de ferro

Parece estar plenamente assegurada a rápida construção do caminho de ferro da Regua a Villa Real e Chaves.

O actual ministro das Obras Públicas, o ex.º sr. conselheiro Eduardo José Coelho, natural do nosso concelho e conhecedor das suas mais instantes necessidades, entre as quais figurava em primeira plana uma via acelerada, que nos possesse em comunicação com a rede ferro-viaria do país, procura, não só assegurar-nos a realização dessa justa aspiração, mas dar-lhe uma execução rápida, tanto quanto o permittam as circunstâncias do tesouro.

Uma prova evidentíssima do que acabamos de afirmar está na dotação, que o nobre ministro acaba de fazer ao nosso caminho de ferro e que ascende à importantíssima somma de QUATRO CENTOS CONTOS DE REIS.

Para nos dar mais uma prova d'affeção, quiz o nobre ministro ser o primeiro a comunicar-nos tão grata notícia, por cuja gentileza muito lhe ficamos reconhecidos.

No dia 25, à noite, foi recebido, n'esta villa o telegrama seguinte:

Calhariz, 25, às 12 h. e 26 m.

CENTRO PROGRESSISTA—CHAVES

Assignei decreto dotando largamente a construção do lanço caminho de ferro da Villa Real até Villa Pouca d'Aguilar.

O ministro das obras públicas,

E. J. Coelho.

Sobre o mesmo assunto acaba

de ser recebido, polo sr. administrador do concelho um telegrama do sr. Conde de Villa Real, governador civil do distrito, que é assim concebido:

ADMINISTRADOR DO CONCELHO—
CHAVES

Ex.º Ministro das Obras Públicas: atába de prestar um relevante serviço a este distrito, concedendo quatrocentos contos de reis para continuação obras caminho de ferro Regua a Chaves.

Governador civil.

Por tão gratas notícias exultam todos os povos d'este concelho, sem distinção de cores políticas.

O nome, do nobre ministro das Obras públicas, tão querido já no nosso concelho, onde conta numerosíssimos amigos, ficará d'ora Avante, venerado também, pelos adversários, a quem a cegueira política não impedirá de vêr n'ella um devotado amigo da prosperidade de Chaves.

Em nome de todos agradecemos a sua ex.º o grande impulso, que acaba de dar no prosseguimento do nosso caminho de ferro.

Caminho de ferro

Foram mandados activar os serviços da linha de caminho de ferro da Vila Real a Pedras Salgadas. O governo vai contratar, segundo o que o novo empréstimo de 1.200 contos para dar comissionamento a caminhos de ferro em construção. Os técnicos continuam a afirmar que o troço da Regua a Villa Real será inaugurado no proximo mês de junho. Assim seja, e temos a maior esperança, que assim será, pois a frente das obras públicas está o ex.º sr. conselheiro Eduardo Coelho, nosso ilustre patrício que de sobrejo conhecê as instâncias de todas as cidades d'esta região, que tão desrespeitado tem sido dos poderes principais.

Apoiamos com o maior entusiasmo o alvitre apresentado pelo nosso collega Aquas Flavas e encorajamos esse pedido ao concelho de Chaves para a frente do qual d'este concelho solicitar do nobre ministro das Obras Públicas o sumo auxílio dos trabalhos em Villa Real, Pedras Salgadas e Chaves.

Foi aberto, ontem, dia 26, a rematação da construção dos edifícios da "linha ferrea" da Regua a Villa Real, e logo se espalhou aí entre as populações que a obra está em pleno andamento.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Quarta-feira, 21 de Janeiro de 1905

O caminho de ferro

Quando todos exultam polo devido impulso, que o ex-ministro das obras públicas concedeu a Eduardo José Coelho, deu ao seu caminho de ferro, não nos mereces cocainha nem escolhida para recompensas, mas à A Voz de Chaves, orgão da regeneração liberal não entende assim, aproveitando, como sempre, todas as ocasiões de maliciar os actos dos seus adversários políticos, procurando enaltecer supostas virtudes dos seus.

Ao passo que insinua ter sido incorrecto o procedimento do partido progressista para com o seu chefe, conselheiro Teixeira de Souza, quando, em suposta identidade de circunstâncias, se negou a associar-se no partido regenerador, quanto procurou levar a effeito uma manifestação pública de reconhecimento pelos serviços prestados no caminho de ferro de Reguia a Chaves, procura salientar a sua correção e reivindicar um e seu partido e, em especial para o seu chefe local a glória da iniciativa de tão grandioso melhoriaamento público.

Como essa iniciativa não partiu da regeneração, nem o nosso procedimento foi incorrecto, cumprimos o dever de levantar a luta, que nos foi arremessada, e restabelecer a verdade dos factos, que, apesar de recentes, tão distorpidos estão já, até pôr inquieto que se dizem estribos ás latas políticas e portanto podem ser veneno, sem preocupações especiais alguma, narrá-las e apresentá-las.

Não nos pertence portanto a responsabilidade de trazer para discussão um assumpto, que para os nossos adversários melhor seria estar esquecido, passando-se uma sombra sobre a história do cam-

inho de ferro; em que o partido regenerador saiu muito mal herido da luta, em que se empobreceu no parlamento e na imprensa.

A história do nosso caminho de ferro pode dividir-se em tres períodos bem distintos. O primeiro vai desde a concessão feita a António Júlio Pereira Cabral e Lobo, que essa concessão conduziu a segundo período essa época ate que o governo resolreu fazer a construção por conta do Estado, e o terceiro d'ali ate ao presente.

No anterior período progressista teve lugar a concessão sem garantia de juro, para a construção do caminho de ferro do Rio do Corgo desde a Reguia a Chaves e à fronteira, feita a nós contribuidores que militavam na política regeneradora, ou seja, António Júlio Pereira Oriveira e Ifeld. O governo progressista, inicialmente, as suas reclamações dos povos de Vila do Concelho de Vila Real fez a concessão nos termos, em que lhe foi solicitada e que pelos solicitantes eram julgadas bastante para se levar a effeito uma obra tão grande e tão ardente quanto essa. Fez tudo o que humanamente era possível em posse, beneficiando.

Assim o entenderam todos, sem distinção de partidos, e um único sono de ouro de louváveis, foi entendido no governo progressista, que teve a glória de dar o primeiro passo para a realização da vinhacorrada, que agora está prestes a concluir-se. As dificuldades, que surgiram para impedir a realização, tanto dos projectos formulados por funcionários distinguidíssimos, da Sra. Kopke de Carvalho e António Sampaio, não partiram do partido progressista, que praticamente manifestou a sua boa vontade, ordenando a execução rápida dos estudos necessários e facultando os os meios no seu alcance para a sua consecução, mas foram consequência de multiplicas circunstâncias, que contra nós todos se amontoaram.

Da parte dos concessionários também não partiram os entraves, pois fizeram exforços extraordinários

de sacrifícios, bem dignos do melhor sorte.

A concessão embora não tivesse o realismo prático, que a todos se afigurava facilíssima, teve a grande vantagem de mostrar, que, apesar dos inauditos exforços, não era possível reunir capitais para a construção da linha, sem garantia de juro e assim preparar bonitoreno para n'elle germinar a ideia d'uma garantia aos capitais destinados ou para a construção por conta do Estado.

Foi ainda devido ao fundo de bição dos caminhos de ferro, criado pelo ministro das obras públicas, Sr. conselheiro Elvino de Brito, progressista, que a construção se tornou viável, permitindo a realização desse empréstimo.

Sendo isto assim, não podia o partido progressista local aderir a uma preleza manifestação pública d'agradecimento ao sr. conselheiro Teixeira de Souza, que manifestamente era um acto político,

pois se considerava sua "ex" como aquelle a quem devíamos a caminho de ferro, quando era certo que outras entidades, do nosso partido tinham, pelo menos, o mesmo quinhão de glória na consecução de tão grande melhoramento.

O nosso procedimento foi uma consequência necessária do procedimento incorrecto dos regeneradores, que desvaludos pela paixão política, não quiseram fazer justiça aquelles, que cooperaram com vontade na realização da nossa maior aspiração.

A incorreção não partiu dos nossos arraiaos.

Fica pois averiguado, que a iniciativa do caminho de ferro não partiu do partido regenerador e que a insinuação da «A Voz de Chaves» não tem cabimento.

lheiro Teixeira de Souza. E' igualmente devido à intervenção do partido progressista, pela voz do seu talentoso e energico membro, deputado sr. António Rodrigues Nogueira, que o ministro das obras públicas, conselheiro Vargas, depois de várias hesitações, se resolve a contrair um empréstimo para dotação da construção da linha do Valo do Corgo, que, semissolo ficaria ainda adiada, não se sabe para quando.

Foi ainda devido ao fundo de bição dos caminhos de ferro, criado pelo ministro das obras públicas, Sr. conselheiro Elvino de Brito, progressista, que a construção se tornou viável, permitindo a realização desse empréstimo.

Sendo isto assim, não podia o partido progressista local aderir a uma preleza manifestação pública d'agradecimento ao sr. conselheiro Teixeira de Souza, que manifestamente era um acto político, pois se considerava sua "ex" como aquelle a quem devíamos a caminho de ferro, quando era certo que outras entidades, do nosso partido tinham, pelo menos, o mesmo quinhão de glória na consecução de tão grande melhoramento.

O nosso procedimento foi uma consequência necessária do procedimento incorrecto dos regeneradores, que desvaludos pela paixão política, não quiseram fazer justiça aquelles, que cooperaram com vontade na realização da nossa maior aspiração.

A incorreção não partiu dos nossos arraiaos.

Fica pois averiguado, que a iniciativa do caminho de ferro não partiu do partido regenerador e que a insinuação da «A Voz de Chaves» não tem cabimento.

A VOZ DE CHAVES

Caminho de ferro

O partido regenerador, n'um campo neutro e sem abdicar dos seus princípios, e dentro dos justos limites da correção e do dever cívico, colaborou sem dificuldades no agradecimento ao ministro que auxiliou o prosseguimento da construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

D'esta attitude de absoluta isenção e do mais escrupuloso respeito pelos melhoramentos que interessam á nossa terra, são testemunhas os membros do partido progressista que procuraram o nosso partido para aquelle fim.

Falando do caminho de ferro, não regateámos agradecimentos a quem de direito mas também reponzemos a iniciativa do grande benefício ao seu legitimo propugnador que foi, incontestavelmente, o sr. conselheiro Teixeira de Sousa.

E' nosso princípio fazer justiça e nunca máslinâos intenções, quando estas são sinceras.

Opportunamente desenvolveu-se já, os trâmites das nuances que o caminho de ferro de Chaves à Regoa tem apresentado.

E porque se trata do mesmo importantíssimo e vital assunto, muito ligeiramente, vamos demonstrar que a Teixeira de Sousa, sobretudo, somos devedores de o caminho de ferro ser um facto e não uma utopia e não uma simples promessa.

* * *

O falecido conselheiro Elvino de Brito, então ministro das obras públicas, resolveu crear o fundo especial dos caminhos de ferro para que d'ele proviesse a garantia da conservação das linhas ferreas em exploração e da construção e exploração das já existentes.

No projecto pelo mesmo ministro apresentado em cortes e do qual constava os ramaos e linhas a construir, não era incluída a linha ferrea da Regoa a Chaves, para efeitos da construção por conta do Estado,

nem da garantia de juros quando exploradas por particulares.

Foi n'essa occasião que Teixeira de Sousa, então deputado oposicionista, apresentou um additamento, de acordo com o ministro e com o relator que era, salvo o erro, o illustre engenheiro Alvaro de Castelões, e pelo qual também no projecto se incluia a linha da Regoa a Chaves.

Apesar d'esse esforço, — porque o foi, e d'ali nasceu a in-

terferência efectiva do Estado na construção que tanto nos interessava, — nada mais se conseguiu, porque os então concessionários não apresentavam nenhuma garantia segura nem tão pouco foram obrigados a fazer o depósito definitivo.

Enquanto isto se não fizesse, a construção não sairia nunca dos sonhos e todas as promessas e *démarches* dos concessionários não passavam de cantigas para empalhar crianças.

Durou essa indefinida situação até que subiu aos cônclhos da Coroa o ministerio Hintze Ribeiro, do qual fazia parte o nosso illustre chefe sr. conselheiro Teixeira de Sousa, e a elle se deve a primeira esperança, mas com todos os visos de realidade.

Os concessionários foram obrigados a fazer o depósito definitivo, e como não contassem com capitais correspondentes ao encargo porque se responsabilisaram, pediram a desistência da concessão, concedendo-se-lhes levantassem o depósito provisório.

Avançou-se muito porque tal facto constituiu a remoção de um torpeço, que era um pézinho para todos quantos sinceramente lutaram pelo grande melhoramento do nosso distrito.

Baseado no projecto de lei, anteriormente aprovado conjuntamente com o additamento do deputado Teixeira de Sousa, resolvem o governo regenerador abrir concurso para a concessão da construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Todos se lembram das peripécias que então saíram a lume, e bem assim da oposição inconveniente tomada por um deputado — triste figura, — fazendo insinuações que elle não ti-

nha, nem tem auctoridade para fazer e é incapaz de sustentar no campo leal em que todas as questões sérias se derimem.

Essa destrambelhada oposição, que os dirigentes do partido progressista não sancionaram, deu em resultado o protestamento da construção do nosso caminho de ferro.

Houve nova praça que ficou deserta e foi então que Teixeira de Sousa conseguiu que o governo, de que fazia parte, construisse por conta própria a linha que tanto nos interessa.

E tão longe foi o seu patriótico empenho, que sendo ministro da fazenda conseguiu o empréstimo de 3.000 contos de réis, pelo menor juro que se conhece em operações de igual natureza feitas pelo Estado.

Das duas séries em que o empréstimo se dividiu, da primeira foi, logo, largamente dotado o nosso caminho de ferro e da segunda prestação a série de 1.500 contos de réis do mesmo empréstimo, destinou o actual

titular das obras públicas uma dotação importante para a continuação do mesmo até Villa Ponca.

Poderá essa doação ser absorvida ainda dentro do actual anno económico, que termina em junho?

E' essa uma dúvida que salta o espírito e que só o tempo se encarregará de desfazer.

Eis a traços, muitos largos, mas verdadeiros, à história do caminho de ferro e por ella verão os imparciais os homens de bem, se o verdadeiro impulsor do melhoramento não é o nosso querido chefe sr. conselheiro Teixeira de Sousa.

15 DE JANEIRO DE 1905

O INTRANSIGENTE

CHAVES - Quarta-feira, 15 de Janeiro de 1905

O caminho de ferro

Continua a *A Voz de Chaves* a querer para os seus a glória da iniciativa do caminho de ferro da Regua a Chaves e a fronteira, quando é certo que ella partiu do partido progressista, como já demonstrado anteriormente.

Não negamos o concurso do partido regenerador e em especial do sr. conselheiro Teixeira de Souza, apenas protestámos contra a pretensão de a *A Voz de Chaves*, em querer as honras da iniciativa para o chefe da política regeneradora local.

Ambos os partidos cooperaram para o estado actual, em que se encontram os trabalhos para a consecução de tão grande melhoramento, mas é fórmida duvida, que a maior parte cabe ao partido progressista.

Muito propositalmente não quizemos azedar a questão, recordando peripécias, que se deram no periodo decorrido desde a caducação da primitiva concessão, até à resolução parlamentar da construção por conta do Estado, mas não podemos continuar na mesma disposição d'ideias, em consequência das insinuações, feitas ao nosso partido e em especial ao illustre deputado de então, sr. Antonio Rodrigues Nogueira, um dos novos de mais talento, entre os que infleiram no partido progressista.

Cooperou o partido progressista com a maior boa vontade e lealdade na realização das justas aspirações do districto de Villa Real, e tanto assim, que, quando os cortes foi apresentado á discussão o projecto, garantindo os juros do capital a empregar, o partido progressista, pela palavra eloquente do sr. conselheiro Eduardo Villaça, deu-lhe todo o seu apoio e provou que o tempo de começo dos

trabalhos fosse tanto quanto possível encurtado, como efectivamente foi.

Veio depois o primeiro concurso a que se apresentaram vários concorrentes e entre elles a casa bancaria Fonseca, Santos & Vianna, cuja proposta foi a mais barata.

O concurso foi anulado e aberto um outro, a que concorreu apenas a casa Fonseca, Santos & Vianna. Foi n'esta altura que o partido progressista, pela palavra auctorizada dum dos seus mais illustres membros, o sr. Antonio Rodrigues Nogueira, opôz uma vigorissima campanha contra a negociação, que se tramava e que daria o melhor de nove centos contos de lucros, pois o custo provável de cada kilometro estava fixado em quinze contos, e essas linhas pediam vinte e quatro.

Produziu-se um escândalo parlamentar enorme, de que saiu muito mal ferido o sr. ministro das obras publicas. Em conselho de ministros subsequente foi resolvido, por imposição do sr. Hintze Ribeiro, que o concurso fosse anulado e o caminho de ferro fosse feito por conta do Estado.

E a elle e a mais ninguém que se deve tal resolução, que foi consequencia da vigorissima e moralizadora campanha parlamentar que muito honrou o partido progressista e o seu denodado campeão.

E ainda ao partido progressista, pela voz do mesmo illustre membro, que se deve a resolução de contrair o empréstimo, para assegurar o começo dos trabalhos da Regua a Villa Real.

Foi ordenada a construção do caminho de ferro, por conta do Estado, mas não havia um real para cumprir essa determinação, e fazebe Deus, quando ella torria lúgubre.

Foi n'esta altura que a intervenção do partido progressista deu resultados beneficos, imediatos, determinando o governo a contrair um empréstimo que não era da iniciativa do sr. Teixeira de Souza, nisso a considerar o obdado.

Vamos em seguida lembrar uma

parte da sessão em que se debatê esse assumpto.

No dia 27 de Novembro, dia das eleições, veio o sr. Rodrigues Nogueira, com o seu grupo de concorrentes, para o caminho de ferro de Chaves.

Isto, porto, a falta de

certo acto, havia feito a funda pa-

ra se anular o concurso.

Naquela noite o concurso foi

pedido, e o resultado foi

o sr. Rodrigues Nogueira.

Sabe que a imprensa officiosa de-

clarou que a proposta não chegou

a ser aberta, e muito antes de

ella se concretizar, telefonaram-se

em nome do governo, partidos

Momos, dizendo se que o ca-

mínho de ferro se faria por conta

do Estado. Afirma o sr. amar-

por a realização do caminho de

ferro de Chaves, e insulta-se con-

tra a sua stada que só tomou, soz-

o que os fundos que se destinaram

para a construção do caminho de ferro

foram totalmente absorvidos por

outras obras. Pede ao sr. minis-

tro das obras públicas que apre-

sentasse um projecto autorizando a

realização de um emprestimo ga-

randido, por aquelle fundo, para

se construir a linha. Se o gover-

no o não apresentar, apresenta-o

na elle, porque não quer posse

nos bilhões de ninguém, nem de

Caminhos de ferros de Chaves

Pelo decreto de 15 de fevereiro de 1900 que aprovou o plano geral das vias férreas a construir ao norte do Mondego, teem Chaves por objectivo as seguintes linhas férreas com a largura de 1 metro:

- 1.-Guimarães a Cavez - por Fafe, Moreira de Rei e Refoios;
- 2.-Vale do Tamega - da Livrâo, por Amarante, Cavez (margem direita do Tamega) e Chaves, à fronteira;
- 3.-Vale do Corgo - da Regoa, por Villa Real, Villa Pouca de Aguiar a um ponto terminus da linha do Vale do Tamega, junto a Vida-ga.

Pelo projeto da comissão, a 1.ª linha, prolongamento do caminho de ferro de Guimarães até à linha do Vale do Tamega, é destinada a servir o movimento de Chaves para o Minho, e mede 58 quilómetros, os quais, juntos aos 34 quilómetros que ha feitos entre Trofa e Guimarães, dão ao caminho

Pelo projeto da comissão, a 1.ª linha, prolongamento do caminho de ferro de Guimarães até à linha do Vale do Tamega, é destinada a servir o movimento de Chaves para o Minho, e mede 58 quilómetros, os quais, juntos aos 34 quilómetros que ha feitos entre Trofa e Guimarães, dão ao caminho

de ferro de Guimarães, entre Trofa e Cavez, a extensão de 92 quilómetros.

A 2.ª linha serve o movimento de Chaves para o Porto, medindo 125 quilómetros entre Livrâo e a fronteira, ou 113 desde Chaves ao encontroamento da linha do Douro, fixado há pouco na Livrâo.

E a 3.ª linha que serve o movimento para o Minho e para a cabeceira do distrito, mede 80 quilómetros entre a Regoa e Vida-ga ou 100 entre Chaves e a Regoa.

O traço comum das duas ultimas linhas tem 60 quilómetros, de sorte que

a linha de Guimarães mede 153 quilómetros entre Chaves e Trofa.

Com estes elementos, com os que fornece o plano oficial dos caminhos de ferro de Portugal e com os preços de transporte nas estradas de Mirandela, Villa Real e Guimarães pode organizar-se um quadro em que se approximam ordenadamente as principais circunstâncias do movimento, das linhas mencionadas, para avaliar-as só o ponto de vista do serviço que prestam a Chaves.

Com estes elementos organizámos os dois quadros que se seguem, pelos quais se pode fazer o estudo das linhas, quando construídas.

Quadro n.º 1—Movimento para o Porto.

| VIAS | Extensão | | Passagem em 2.ª classe | | Custo de transpor 1 kilo de mercadorias de 2.ª classe | | Importações arrecadadas pelo Estado | | Observações |
|----------------------------|------------|---------|------------------------|---------|---|---------|-------------------------------------|-------------|--------------------------------|
| | Via férrea | Estrada | Custo | Tempo | Custo | Tempo | Entrada | Total | |
| | Via férrea | Estrada | Via férrea | Estrada | Via férrea | Estrada | Passagens | Mercadorias | |
| Chaves-Trofa-Porto | 92 | 170 | 2.600 | 5.600 | 0.517 | 0.517 | 1.200 | 2.670 | Dúas manobras, 3 reis manobras |
| Chaves-Livrâo-Porto | 175 | 175 | 2.600 | 2.500 | 0.517 | 0.517 | 2.870 | 2.870 | |
| Chaves-Vida-ga-Porto | 200 | 200 | 3.600 | 3.600 | 0.517 | 0.517 | 3.600 | 3.600 | |
| Chaves-Mirandela-Tua-Porto | 129 | 50 | 5.600 | 1.200 | 0.517 | 3.700 | 0.743 | 1.150 | 1.150 |

Quadro n.º 2—Movimento para o Minho.

| VIAS | Extensão | | Passagem em 2.ª classe | | Custo de transportar 1 kilo de mercadorias de 2.ª classe | | Importações arrecadadas pelo Estado | | Observações |
|----------------------------|------------|---------|------------------------|---------|--|---------|-------------------------------------|-------------|--------------------------------|
| | Via férrea | Estrada | Custo | Tempo | Custo | Tempo | Entrada | Total | |
| | Via férrea | Estrada | Via férrea | Estrada | Via férrea | Estrada | Passagens | Mercadorias | |
| Chaves-Trofa-Porto | 60 | 170 | 2.600 | 9.600 | 0.517 | 0.517 | 1.200 | 2.670 | Dúas manobras, 3 reis manobras |
| Chaves-Tua-Porto | 175 | 175 | 2.600 | 2.500 | 0.517 | 0.517 | 2.870 | 2.870 | |
| Chaves-Vida-ga-Porto | 200 | 200 | 3.600 | 3.600 | 0.517 | 0.517 | 3.600 | 3.600 | |
| Chaves-Mirandela-Tua-Porto | 129 | 50 | 5.600 | 1.200 | 0.517 | 3.700 | 0.743 | 1.150 | 1.150 |

Por estes quadros se vê que a linha do Corgo satisfaz ao seu fim exclusivamente e que, quando se aplique ao serviço do Porto ou ao do Minho, aumenta a distância destes pontos a servir, o que importa prejuízo de tempo, muito atendível nas passagens, e onera os preços destas e das mercadorias.

E que o serviço do Porto pode ser feito indiferentemente pela linha do Vale do Tamega e pelo caminho de ferro de Guimarães, de sorte que uns destes caminhos de ferro tornam-se desnecessários a Chaves para as suas relações com o Porto e sul do reino.

Qual se deva dispensar dizem os mesmos quadros que é o do Tamega, visto satisfazer melhor ao serviço do Minho.

Ora, como na linha do Tamega só ha a pavimentação importante de Amarante, além da de Chaves, e que nem tanto relações tem com esta, deve concluir-se a quasi inutilidade desta linha, mesmo independente, bastando servir Amarante pelo ramal da Livrâo.

A tal condição ficou reduzida com o estreitamento de largura que lhe deu o decreto e a comissão auctora do respectivo projecto, porque, se a dita linha fosse de via larga, como a do Douro, poderiam circular nela os comboios com maior velocidade e sem trasbordo entre Chaves e o Porto, o que equivaleria a tornar-a mais curta que a de Guimarães, para o serviço do Porto, principalmente, e portanto preferível.

Naturalmente, o estreitamento de via não levaria à consideração da despesa importante exigida pelo estabelecimento da via larga; e de tal modo parece um facto inevitável.

Talvez porém o futuro mostre, na época, pouco remota, em que se tratará de substituir onde for possível o vapor pela electricidade na exploração dos caminhos de ferro, para barateá-los, crendo a linha do Tamega an Largo d'um risco de inclinação favorável para o aproveitamento da força da sua corrente, por meio da electricidade, na exploração da linha, tal exploração compensaria o excesso de despesa que exige a bitola larga.

Com a bitola reduzida só se disser-se

que, para servir as relações de Chaves com o Porto e Minho, é necessário e hasta o caminho de ferro de Guimarães; que para servir as relações com o Douro é necessário o caminho de ferro do Corgo; e que não podem uns destes caminhos de ferro servir bem todas elas.

Ora o movimento de Chaves para o Minho e Porto é incomparavelmente mais importante que o de Chaves para o Douro, sendo óbvio demonstrado, por isso a verdadeira linha de Chaves é o caminho de ferro de Guimarães prolongado até à fronteira.

E assim deveria ser esta a primeira a concluir-se, com a citada comissão e o decreto indicavam.

Econometricamente não é admissível que se pretenda servir com o caminho de ferro do Corgo as relações de Chaves com o Porto e Minho.

Convidaria pois activar o prolongamento do caminho de ferro de Guimarães, ajudando a respectiva companhia com uma garantia de juro, como tem sido feito a outras e para caminhos de ferro bem menos necessários, a fim de que ella pudesse cumprir rapidamente a missão que se impôs de prolongá-lo, e que está cumprido humanamente mas lentamente, sem ajuda do Estado e com a contrariedade de interesses adversos.

Esteve para fazer-se isto, há 23 anos, a outra companhia, o que permitiu que fossem já os benefícios do nosso caminho de ferro.

Não se faz por via da luta de companhias rivais, que se consumiram nella, e da má vontade do Estado que ficou e continua, como muitos fáceis indicam.

Percebe esta má vontade, tam contra os bons princípios e nos interesses de Chaves?

Será devida a influência de Villa Real?

Não pode ser.

Villa Real é inteligente e ilustra a e, tendo presente o exemplo do recente desastre de Braga com o seu ramal,

não pôde querer ser testa de rumal.

Antes aplaudiu-o, prolongamento d'ele, porque, aproximando Chaves de Villa Real, beneficiaria os vilarejais

ses em geral e só prejudica a esperança que muita delas pôde ainda ter de recuperar interesse, fornidas pela mudanças para Mirandela do movimento entre Chaves e o Porto, que tem sucedido por via do novo estada da estrada real n.º 5.

E não lhe interessaria estar na linha do dito movimento, pouco lhe importaria decretar que este passe longe ou perto de Villa Real.

Todavia há quem recue o prolongamento do caminho de ferro de Guimarães e se defenda dele, sacrificando os interesses de Chaves.

Talvez o exame dos quadros revele este íntimo desconhecido.

Nota-se nesses com efeito que do produtor do movimento de Chaves para o Porto que se faça pelo caminho de ferro de Guimarães, se separa para recorrer aos caminhos de ferro do Douro e Minho 400 reis por passageiro e 1,05 reis por kilo de mercadoria, de modo que o rendimento das duas caminhos de ferro diminuirá 1200 por passageiro e 2,120 reis por kilo de mercadoria, o que desfalcara consideravelmente o actual rendimento.

O inimigo de Chaves só tem ser purista o conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado no emprego de não deixar baixar este rendimento.

Mas os processos que terá de empregar para obrigar-nos ao caminho de ferro do Douro não poderão dizer-se humanos e liberais, constrangendo-nos a perver no trajecto hora e meia de vida e 400 reis por passageiro, assim como 0,75 reis por kilo de mercadoria.

Aos flavienses podem importar a para o Porto por Guimarães ou por Villa Real em igualdade de sacrifícios: até pelo habito, ainá não esquecido, preferência mais ir por Villa Real.

Mas, para irem sem sacrifício que no caso significa violencia, será necessário que os caminhos do Douro tenham velocidades maiores que compensem o alongamento do trajecto, e se baixem as tarifas das transportes para que não parem diñeiro; ou comutar qualquer transacção com a Companhia de Guimarães, que a ilherte e anima, e garanta ao caminho de ferro do Douro o seu rendimento.

O contrario disto será violencia filha do ódio monopolio, porque custa perder tempo e dinheiro e deve também pensar que tal sacrifício irá reverter em proveito de outros caminhos de ferro, ficando a conclusão do nosso indefidamente adiada.

V.

O FLAVIENSE

-TERÇA-FEIRA 31 DE JANEIRO DE 1895

Caminho de ferro de Chaves

II

As relações sociais e também a unidade nacional são altamente contrariadas pela *distância*.

A influência nociva d'esta resulta do tempo gasto em percorrer-a, de encontro a prejuízos dos transportes, e de despesas que estas ocasionam.

Já não é certamente a que foi outrora; e por isso a felicidade do nosso país mudou muito.

Comtudo ainda lembram as estradas velhas, encaladas e perigosas, viajadas em caravanas para evitar acidentes que alguns mais prudentes evitavam, fazeendo testamento; as bagagens e as mercadorias transportadas em cargas a dorso; dos imprecisões viagens feitas em machos de alinhoreira com as pernas penduradas nos alberções a batalhar dias inteiros ao sol covo e enfadonho dos chocórios, e sob a ação do sol, da chuva ou do vento; as noites dormidas nas estrebarias em camas improvisadas, todavia preferíveis aos leitos das negras e mal vedadas estalagens onde os paroxilas esprelavam o pobre viajante para suar-lhe o sangue.

Mais aior que o produzido pelo clássico arrivo de frangos das dinas estragadas, mal cozinhado e pior servido, em pratos de barro grotesco, sobre toalhas avinhadadas.

E' claro que tanta dificuldade predispõe muito as relações sociais e os benefícios da sociedade que só os mais ricos e descendentes podiam aproveitar; os cidadãos isolavam-se por si mesmas suas casas, povoações ou províncias, diferenciando-se por classes e costumes contrários à unidade nacional.

E' exemplo notável disto a organização do antigo Batroso, feita para isolar o do mundo.

Para atenuar tais graves inconvenientes da *distância*, imaginou-se o sistema de descentralizar os meios de civilização, reunidos na capital e noutras grandes cidades, para aproximar os dos cidadãos, creando-se para tal fin pequenos centros de civilização espalhados no país e por isso mais ao alcance de todos; mas estes centros tinham de ser cada vez mais rudimentares com a distância, de sorte que a ação do Estado, diluíndo-se neste, ia apagar-se nos confins do país.

Por isso se dizia com razão que é di-

da se ouve dizer — para c'do Março governam os que c'do estão.

Tal desamparo explica a influência do padre na educação da família e a ingérvia do comerciante e do agiotá na sua economia, os quais, se prestam serviços, suprindo a ação do Estado, também perturbam o progresso social com os seus abusos.

Ainda n'este caminho se anda, todavia com mais facilidade, por terem vindo em auxílio do progresso os correios e as estradas, os caminhos de ferro, o telegrapho e o telephone, proporcionando ao Estado maiores velocidades para vencer a distância.

As jornadas são já relativamente breves e comodas, e as despesas d'elas vão diminuindo sucessivamente; os depósitos commerciais de primeira linha desapareceram e os de segunda linha, também, substituídos pelo caixearia viúzante que, servindo muitas praças, pode servir-as mais barato; o crédito aumentou, e os costumes adeparam-se.

Assim, com a redução já obtida na influência da *distância* a physionomia do país melhorou muito; mas quanto falta ainda para annullar-a!

Poderá ser annullada ou, ao menos, resultar-a assim e igualar-a para todos os cidadãos?

X

Concebe-se esta possibilidade, generalizando a todos os transportes o modo como se faz o serviço do correio no transporte das cartas, jornais, valores e encomendas, e o do telegrapho.

Restará atacar o tempo com grandes velocidades, já aplicadas na correspondência, servindo com comboios expressos os pontos mais distantes e empregando meios de transporte mais velocias a descobrir.

Assim o concebo e penso que será esta a obra civilizadora deste século no qual a ação do sol que anula perdida será mais utilmente aproveitada por meio da electricidade; em que se estabelecerão corridas de carros eléctricos para as aldeias em cuja vizinhança passem correntes de águas capazes de mover as, e de carros automóveis para outras, completando-se assim a obra civilizadora dos comboios, também devida à ação do sol convertida em bühne; em que se dominará a direcção dos baldes, applicando-as aos transportes; em que o homem deixará de ser máquina para apprender-se de Deus, como director das forças naturais domésticas pelo seu genio, em que se apprenderá também mais do seu semelhante pela suave colaboração no progresso social, que gera o amor do próximo; e em que as classes da sociedade só se diferenciarão pelo valor bem aceite do merecimento de cada uma.

Será necessário então modificar a base da tarifa austral, porque, sendo proporcional à distância, origina todos os males notáveis, separando em vez de unir, empobrecendo em vez de enriquecer, pensando o progresso em vez de auxiliá-lo.

(Continua)

A VOZ DE CHAVES

5 DE FEVEREIRO DE 1905

CAMINHO DE FERRO

O sr. general Zephyrino d'Arrachella Maia a quem, embora militando num campo oposto ao nosso, temos sempre satisfação em prestar homenagem pela sua ilustração e qualidades de carácter, porque sem preocupações partidárias sempre costumamos fazer justiça aos adversários, teve a gentileza de pessoalmente nos procurar na redacção d'A VOZ DE CHAVES para nos dar conhecimento do seguinte telegramma, que gostosamente publicamos:

General Arrachella.
Chaves.

Pego que manifesto à comissão encarregada de enviar-me a mensagem o meu eterno reconhecimento e gratidão.

Espero ser digno de tamanha estima:

Pelo correio renovo os meus protestos de reconhecimento.

O ministro das obras públicas
E. J. Coelho.

Da leitura d'este telegramma desprende-se que o nobre ministro está bem disposto e dará o maior desenvolvimento ao nosso caminho de ferro.

E nós imensamente grato, com toda a sinceridade o dizemos, que na realização de tão importante melhoramento cujo inicio não devemos esquecer é devido ao valor, aos esforços perseverantes empregados energeticamente, quando ministro da coroa, do nosso respeitável e querido chefe sr. conselheiro Teixeira de Sousa, vonha tornar uma parte tão importante n'mo nosso conterrâneo illustre, embora seja membro d'um governo que não é do nosso partido. Isso nada significa para nós — já o demonstramos — para prestarmos homenagem e fazermos justiça a quem nol'a mereça.

Foi-nos, pois, agradável, a leitura do telegramma e muito especialmente porque nos trouxe a esperança de que o nobre ministro satisfará ao pedido que os seus conterrâneos lha faziam, para providenciar afim dos trabalhos serem iniciados simultaneamente em Villa Pouca e Chaves o que, além de encantar o prazo para usufruirmos o benefício da viação acelerada, viria também minorar a miséria dos trabalhadores de campo d'esta extensa região.

E ao espírito do s. ex.^o a cujas intenções faremos justiça, e, repetimos, já o provámos, certamente ha de ser lisonjeiro que se accentua de maneira inconfundível que quiz prestar um serviço à sua terra. O prolongamento da linha até Villa Pouca, melhor que nós o sabe s. ex.^o, impunha-o e aproveitamento, para a linha do Douro, que é do Estado, do trafego que dà esta re-

das estatísticas provou ser talvez superior aos cálculos feitos, depois que a linha de Mirandela ao Tua passou a ser utilizada por esta zona.

Antes que a linha de Guimarães se approximasse de Chaves, certamente ponderou o conselho de administração dos caminhos de ferro que era indispensável tomar-lhe o passo — permitta-se-nos o termo — para a corrente de Chaves não ir aprofundar-se d'ella, visto que nos oferece maiores vantagens pelo encurtamento da distância com os grandes centros. Com a linha de Guimarães prolongada até Cavez e a da Regoa até Villa Pouca é ainda caso muito para ponderar qual das linhas

Estas considerações que são uma divagação após a leitura do telegramma do sr. ministro, não tem outra pretensão senão a de que Chaves seja realmente beneficiada.

Foram escritas a fugir, quando o nosso intento era apenas manifestarmos o agradecimento pela boa hora vontade que se deprehende do telegramma de s. ex.^o o sr. ministro.

Todavia, ahi ficam, fazendo votos para que o pedido formulado na representação seja atendido assim como ponderados os interesses de Chaves, sob os diversos aspectos, para se accentuar a intenção do sr. ministro em ser útil à nossa terra, que é também a sua.

Villa Pouca à Regoa, Cavez a Guimarães e, já agora diremos também, de Mirandela ao Tua — nos convém utilizar para as nossas relações com o Porto que são os principais para nós. Com tarifas criticamente estabelecidas pela direção do caminho de ferro da Guimarães, não nos parece que haja dúvida em que nos utilisarmos de essa linha. É a opinião de pessoas autorizadas. Mas assim desapareceria o importante trafego com que contribuímos para a Linha do Douro, isto é, diminuiria o trafego n'uma grande extensão em linhas do Estado pois que passariam a servir-nos d'ellas só na Trofa, e consequentemente diminuiria o fundo dos caminhos de ferro, que é o mesmo que dizer que seria prejudicada a construção d'outras linhas que esperam que a nossa a vá auxiliar...

E d'essa luta da que presentemente é alvo a companhia de Guimarães, informamos nós uma orientação com que bem pode acontecer que sejamos prejudicados porque nos pode privar de comunicação rápida com o Minho, que é sem contestação a que mais convinha a Chaves, como já expuzemos.

No nosso espírito não ha dúvida de que s. ex.^o o sr. ministro das obras públicas desejará que a sua passagem pela segunda vez pelos conselhos da coroa fique assinalada por um serviço importante à sua terra, e por isso submetemos estas ligeiras considerações, feitas muito ao correr da pena porque a falta de tempo nos não dá para mais, mas que são dictadas pelo sentimento do patriotismo, à sua apreciação e solução.

As vantagens para Chaves do caminho de ferro em Villa Pouca são, relativamente e na ordem de ideias expostas, pequenas, e se nos difílcil a comunicação com o Minho agora e no futuro, são talvez negativas...

O que nos convém é o prolongamento imediato e mais rapidamente, e que de Vila do Conde se ataque a construção da linha da Livrada. Seria o completo, na opinião de entendidos e a nosso ver.

O FLAVIENSE

Caminhos de ferro de Chaves

III

Os caminhos de ferro pertencem ao patrimônio da nação e tem a natureza de monopólio semelhante ao das escolas; porque são também instrumentos de civilização e progresso, e é inconveniente em entregar os à livre exploração, como o das estradas, a dos rios etc.

A posse d'este monopólio compete evidentemente ao Estado.

Mas o Estado não deve esquecer na exploração dos caminhos de ferro, quer a sua conta, quer a que entrene a companhias, que os ditos caminhos não foram feitos para serviço dos particulares, mas sim, para realizar um grande bem público vinculado a elas; e que por isso na sua paga deverá atender-se, e principalmente, à utilidade que do referido serviço resulta para a colectividade.

Ora esta utilidade é incomparavelmente superior ao benefício feito aos particulares, e cresce progressivamente com a concorrência ferro-viaria; por isso é de boa regra reduzir, senão anular, a tarifa, e proporcionar a à importância d'aquele benefício a fim de promover a concorrência.

Em princípio, a paga dos serviços do caminho de ferro, comparamo-la a uma troca, que deve surpor-se feita entre o Estado e a colectividade e não entre o Estado e os particulares, como admitem a tarifa actual.

Será este o modo de respeitar a fidelade que todos tem, por direito, de utilizar os caminhos de ferro; e só assim se compreenderá que estes caminhos são bens públicos, e como tais, susceptíveis de ser gozados por todos, como as pontes, os rios, as ruas, os jardins públicos etc.

Mas, ainda, que a troca fosse entre o Estado e os particulares, a paga deveria ser avaliada pela utilidade do serviço feito; e não pelo tempo gasto em fazê-lo ou pela distância a que se faz.

Porque, se fôr ao contrário, claramente que o caminho de ferro só presta, em cada localidade, serviços cuja utilidade, valha a pena corresponde à distância que se conta na tarifa para essa localidade; e que ficarão os de utilidade menor naturalmente excluídos.

Ora os serviços excluídos crescem em número com as distâncias, o que dará em resultado -desiguindade- do benefício ferro-viário, com prejuízo para as povoações mais distantes da origem do movimento; perda de receita para o Estado; e perda de utilidade para a colectividade.

Pode comparar-se o efeito da tarifa actual ao de um dique lançado através de uma corrente.

Assim como na represa formada pelo dique, a água reúne e alaga as margens até nivelar-se com elas para dar passagem à água de cota superior, extingue até essa altura, sujeita a sumir-se, a evaporar-se e a corromper-se; também a riqueza é gasta e se deprecia ao longo da linha ferrea, reúna pela tarifa; e só entra na circulação ferroviária a que pode suportar-a. Como se aceita e mesmo defende tal tarifa?

Tudo se explica pela tradição.

Nós vamos saindo da região da treva para a região da luz; e a meia luz da

CHAVES—TERÇA-FEIRA 7 DE FEVEREIRO DE 1905

é que a já nos satisfaz, desgraça econtra.

Se chegassemos a possuir a plenitude da luz deste sol que nos atraíhe e não tem necessidade imediata seria a revolta contra toda a tentativa tendente a impedi-la, com a imposição de semelhante tarifa.

— Parece á primeira vista que o Estado fará uma administração recta e zelosa, cobrando o transporte conforme à distância, e procurando custear com o resultado desta tarifa a exploração dos caminhos de ferro e a amortização do capital invertido na sua construção; e, não só zelosa, mas até excelente, porque poderá receber, líquido, o imposto lançado sobre o aumento da riqueza devido à ação dos caminhos de ferro.

Parece ainda que o Estado poderá arruinar-se, privando-se do rendimento da tarifa actual.

E' ilusão.

O aumento da riqueza pública produzido pela ação dos caminhos de ferro varia com a concorrência, e esta é prejudicada pela tarifa actual; pode então conceher-se que a riqueza excluída da circulação ferroviária, por uma tarifa inconveniente, importe tal prejuízo no dito aumento, que o respectivo "imposto" excede o rendimento dessa tarifa aplicada à riqueza circulante; ou que haja uma combinação mais fula que permita arrecadar a importância da dita tarifa sem prejudicar a circulação da riqueza.

Exemplifiquemos para tornar a ideia mais clara e pitida; e para patentear a todos a origem do mal imenso da nossa terra devido á sua muita distância dos grandes mercados.

A e B são 2 regiões muito distantes mas ligadas pelo caminho de ferro.

Em A faltam braços para executar certo serviço agrícola inadiável -a vinha, p. ex. exemplo.

— Ao contrário, em B, onde não ha vinha e onde as colheitas aliás muito escassas, estão recolhidas solitários braços que desejam trabalho para fugir á fome.

I procura braços em B com os salários nas raças.

— A e B fôssem contíguas, ou proximas, tudo se combinaria logo.

Mas, em consequência da grande distância entre A e B, os salários são quasi insuficientes para, no todo, pagar o inflexível imposto de transporte no caminho de ferro.

E' só o acontecer:

1.º — "B" recusa a oferta.

Então A perde a colheita, e o vinho encarece ali; B perde o trabalho, e não melhorá a situação; e o Estado perde o transporte e também o imposto relativo à riqueza perdida em A e em B. O transporte gratuito seria melhor para todos.

2.º — "B" aceita a oferta; e serve se do caminho de ferro ou dispensa-o.

O Estado, para receber o transporte, esgotou os forças reprodutivas de B; ou perdeu-o, convertendo o caminho de ferro n'um triste inutil para o bem público.

3.º — "B" conseguiu impor a A a paga do transporte.

A, prejudicada, onerou com esta o preço do vinho, que se vende mais caro no concurso; ou não se vende.

No primeiro caso, em ultima análise, o imposto recaiu sobre quem menos podia pagá-lo, e trouxe apenas uma ansiedade á de nisso, de B para A.

No segundo caso, o prejuízo pôde ainda ser maior e alcançar o Estado. Em todos as hipóteses o Estado representa um papel pouco sympathico e contrario á sua missão.

Lembra o salteador de estrada que emburgo o transito, ao qual é necessário pagar resgate para poder passar e valor a maiores males.

E tudo isto sucede por um erro de fórmula da tarifa; pois: sendo a utilidade do serviço prestado pelo Estado a mesma, quer A e B estejam próximos, quer distantes, não tem outra explicação que o caminho de ferro facilite a solução da crise de trabalho no primeiro caso, e a agrave no segundo.

Se o Estado não recebesse outros rendimentos do movimento ferro-viário mais que a tarifa, justificava-se: é até a regra dos transportes particulares. Mas, recebendo-o e mais importantes, não se comprehende que sacrifique estes àqueles; a não ser pela circunstância de serem menos visíveis, o que é pueril.

Exemplifiquemos mais, com o mesmo propósito, de expôr ainda outros males.

Regressa o brasileiro das terras de Santa Cruz ao paiz natal com a bolsa aterrada de dinheiro, fruto do labore de muitos anos.

Vem acriuciando pelo caminho a suave ideia de fazer uma cura em que

possa passar o resto dos dias, e com a e-pacatamente.

Tratajo de fixar a residencia na vila, aponta-lhe a aldeia, em que pasceu, para lá com a sua riqueza, a lembrar os patrios; mas a experiência da vida e dos caminhos de ferro obriga a reflectir.

E discorre:

— Fazendo a casa em Lisboa, não prejudica à fortuna dos filhos, porque ella sempre terá o valor do custo; e tenho para meu recreio os cafés, jardins, theatros, festas etc; que não são possíveis na província; a propriedade mais segura, a vida mais fácil, e a sociedade mais polida.

Se a fizer na villa mais proxima da minha aldeia, a construção será mais cara por via dos transportes de materiais (50%), sendo em Chaves); ficará tolhida por causa da inaptidão dos operarios; e valerá menos que o custo.

Dar-me hei com gente mais rude; e a vida será menos tranquila e mais cara.

Alguns generos terei baratos — as batatas, o vinho e talvez a carne; mas pagaria mais caro o pão, os generos coloniais, as viagens etc.

Nu minha aldeia, a casa ainda custará mais e não terá valor; faltar-me-hão muitos recursos de vida; e terei de viver entre feras.

Decididamente, fico em Lisboa.

E' por isto que os «brazileiros» Roressem á beira mar, proximo de qualquer teste de linhas marítimas.

Fogem á tarifa, ao... saltador!

E tem rasão.

Se o caminho de ferro transportasse de graça, ou por preço equitativo, as coisas de que precisa o brasileiro para fazer a casa na aldea e para viver nela, o Estado não perderia, mas, que aquillo que perde com a residencia d'elle em Lisboa, e tiraria maior utilidade da fortuna d'elle, porque seria aplicada no fomento da riqueza da província.

Muitos provincianos pôdem raciocinar e proceder com a mesma lógica, e alguns tem raciocinado e procedido assim de sorte que a capital absorve a província.

O que é um grande mal, não só porque a província se deprecia e esvai, tornando-se erra ou foreira da capital; mas também porque as capitais se convertem em Babylonias — cidades do prazer, por falta de objecto para a ocupação d'aqueles emigrados.

Fica pois demonstrado que a tarifa actual é a origem primaria dos nossos grandes males, e também se indica que, pretendendo elu enriquecer a nação, a empobrece a final.

A seguinte analogia confirmará ainda mais este asserto.

A Inglaterra tinha, em 1826, na pauta, cujo efeito é comparável ao da tarifa 128 artigos.

Mudando de ideias, reduziu o numero destes e as taxas, de modo prodigioso, de sorte que em 1870 só tinha 7 artigos com taxas relativamente baixas.

Pois, com tal redução nos artigos e nas taxas, o rendimento das alfandegas que era de 500.000 libras passou á 22.670.000!

O que representa um aumento assombroso de riqueza e bem estar.

X.

O INTRANSGENTE

CHAVES - Quarta-Feira - 8 de Fevereiro de 1905

JAMINHO DE FERRO

Causou a mais agradável impressão o telegramma, que o ex.º Br. ministro das Obras Públicas, conselheiro Eduardo José Coelho, enviou ao presidente da comissão encarregada de lhe enviar a mensagem do povo do nosso concelho. Cada vez se arreiga mais no espírito de todos, que sua ex.º dará uma satisfação completa às nossas justas aspirações, traduzindo em medidas reais a petição, que, há dias, foi feita conjuntamente com a mensagem de agradecimento.

Não tem outra explicação o sentido do seu telegramma, que nos, em quanto o sensibilisou a exposição manifestação de que foi feito por parte dos seus patrícios o que?

Bem dizemos à hora, em que suavemente tomou a gerência da pasta das Obras Públicas, que qual é desse bin, certamente, coberto de glorias, que é muito mais o que é muito mais para o seu coração de verubrício transmontano, saudado com fulgurante entusiasmo, e com veredito de afecto por todo este bom novo que o guardará nô, seu coração, e calpirá o seu nome, em lembrete, nas páginas da sua história, com o comitê organizador, o que é visto no telegramma adjudicado à «Société des Alpes Germain», o fornecimento de 8 carriagens-salões, 4 mistas de 1.º e 2.º classes, 6 de 2.º classe e 4 fourgons, por 157.200 milhos, para a linha da Hegoa à Villa Real, passando pelo Rio Sêq. A «Compagnie Centrale de Construction de Haute Saint-Pierre», fortalecido adjudicando o fornecimento de 20 vagões de bogies, sendo 6 fechados, 8 de borda alta, 6 de borda baixa e 6 vagões sobre dois eixos.

Este material deve estar pronto a entrar em serviço no fim de Junho próximo.

Logo que o respectivo projecto estiver concluído, começará a construção entre Villa Real e Pedras Sugadas, ficando desde já a linha testada com o material circulante suficiente para a exploração até aquella estação de águas.

Numa terceira etapa, será a linha prolongada até Chaves, sendo de presumir que em Espanha se construa a de Orense a Verin, que com ella deve ligar.

Notícias militares

— A 1.ª de fevereiro, o sr. coronel Francisco de la Fuente, chefe da 1.ª comissão auxiliar da autoridade administrativa da manutenção das obras públicas, marchou em diligência a São João de Corrente, e fizese daquela 10.º sr. Guilherme Correia de Araújo, levando sob o seu comando 20 homens, e, nessa vila, realizou-se o almoço de apresentação conjunta hospitalar, d'inspeção, que deve reunir o hospital militar permanente de Póvoa de Varzim, em diligência para aquela localidade da capitânia d'infanteria 10, sr. Clappa Augusto Vitoria da Fonseca, e o 1.º de junta, obreiro.

— Apresentou-se de doença no seu quartel o tenente d'infanteria 19, sr. Fernandes Janior.

— Apresentou-se de doença o sargento auxiliante d'infanteria 19, sr. Carlos de Figueiredo Sá Couto, e, embora realizando no regimento d'infanteria 19 o concurso para o posto de 2.º sargento, vago no mesmo regimento, e, tendo sido aprovado, foi transferido para Infanteria 19, para o posto d'infanteria 18, sr. João d'Almeida Carvalho.

O FLAVIENSE

-TERÇA-FEIRA 14 DE FEVEREIRO DE 1905
caminhos de ferro de Chaves

IV

caminhos de ferro devem ser
administrados como os agentes principais
do progresso.

Os seus serviços facilitam a rota,
melhorando a riqueza pública e tornando
a condição do seu rendimento
mais vantajosa.
Assim, podendo fornecer-lhes com
facilidade, materiais de laboração
e instrumentos de qualquer ponto servido
pela via férrea, dilatam o campo da
ação dos ditos agentes, que também
é mais intensa; e depois, em
sentido inverso, distribuem com a
maior regularidade, a todas as distâncias,
os produtos de organização, a
que se assimilam onde convier.
A sua função assimilhá-se à da circulação
animal.

E, como para o éxito desta há, além
de uma impulsion que anima, a
que regulariza a circulação, apro-
veita e conserva invariável a composição
do sangue, escolhe neste os ele-
mentos assimiláveis em cada ponto do
organismo ou denuncia a falta d'elles
que fomece eliminar os nocivos, — tam-
bém para o éxito d'aquele será indis-
pensável um director que regule a cir-
culação ferroviária, coñegendo as neces-
sidades do progresso e as satisfações com
instrumentos próprios chamados à circula-
ção, e repelia os elementos nocivos.
Este director que tem como norte
bem público, como bússola os indi-
cadores do progresso e como leme a tarifa
precisa ser, ao mesmo tempo,
político, economista, financeiro, mora-
lista, etc., e sobretudo, patriota.

Tem de ser então o Estado.
Portanto os caminhos de ferro devem
ser unificados sob a acção dire-
cta ou livre do Estado.

efectivamente, não é admissível que
abandone a outrem o gosto de tam-

bém instrumento do progresso, e
com a liberdade explorar a
riqueza nacional como se fosse
estrangeiros.

que, se Moysés pôde dizer — que

“é a alma da carne”, também
dizer se que a circulação ferro-
viária é a alma da nação.

“é a alma do progresso” e a

“é a alma do

O FLAVIENSE

TERÇA-FEIRA 21 DE FEVEREIRO DE 1905

Caminhos de ferro de Chaves

Dá pena morrer sem ter visto esta maravilha que está para vir e parece um sonho.

A atração do sol, origem do trabalho, sabiamente aproveitada para benefício da humanidade; especialmente, a manifestação hui imenso trabalho que nos dão perdido, em ciclos incessante e fatal, nas aguas dos rios—que vão para o mar e deste sobem ás nuvens; para cairem sobre a terra e voltarem aos rios.

A força destas correntes que hoje escalam a terra, recebida em turbilhas e transmitida á distância, sob a forma eléctrica, para irrigar a terra, para iluminar, para alimentar fábricas, para aquecer a casa, para fazer a cozinha, e para mover as máquinas, poupano a humilha.

Rápidos de eléctricos e automóveis que, aproveitando as estradas, completando as relés dos caminhos de ferro, para espalhar a vida, a riqueza e os benefícios da sociedade por toda a parte, em transportes gratuitos, custeados pela nação, ou igualmente custosos para todos.

A população abandonará as cidades, em que se aglomeram com prejuízo duvida, é espalhar-se pelos vales, subindo até aos últimos que são mais sadios; trepar as encostas é chegar ás cumeadas, para banhar-se na pureza, dos seus ares; e gozar por toda a parte as mesmas comodidades.

As encostas cobrirão ás outra vez de denso arvoredo que amadriará o clima e que, tornado inútil para o aquecimento, também permitirá a adubação barata da terra, ao modo da África e da América, o que gerará a abundância e barateará a vida.

O desabrochar da sociedade na primavera desta era nova e feliz, em que o homem conquistará o logar que lhe pertence na terra e na sociedade pelo seu trabalho e inteligência, deixando de ser máquina, deixando de ser paria; em que o genio será reconhecido e recompensado com a riqueza dos privilégios de liberdade; é em que a sociedade será repartida, em outras classes trabalhadoras, para o merecimento intelectual de cada um.

A instrução gratuita e igualmente acessível para todos nas sciencias, nas artes e nos ofícios, escolhendo-se para cada um, a profissão mais adequada á sua aptidão.

Geral concordância aos estabelecimentos de instrução, pela qual o Estado predominará na educação do cidadão e poderá formalizar a sua vontade.

A família étnica a chefes ilustrados, cidadãos assim formados, que podem dirigir a e coberto de influências estranhas, contrárias ao fim social.

A riqueza aumentará pelo maior e mais fácil rendimento do trabalho, e mais igualmente distribuída por meio

de relações mais directas entre o produtor e o consumidor, cessando as crises de carestia em um ponto e de abundância em outro, e extinguindo-se naturalmente a ação do especulador.

As trocas realizadas em feiras lojas similares aos mercados actuais, em feiras regionais e em grandes feiras nacionais ou exposições—destinadas a tornar conhecidos os novos produtos do trabalho e a relacionar o produtor com o consumidor; ou por cooperativas.

O crédito, função da riqueza, mais difundido.

Os costumes mais doces, a liberdade mais respeitada e a nação mais unida.

Em summa, uma sociedade cristã, por se terem realizado na terra os preceitos de Christo—liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade, pela grande abundância de meios; a igualdade, pela facilidade real de todos os adquirirem; e a fraternidade, como consequência das primeiras.

O genio se elevará soberano e

privilegiado.

Mas este não será odiado, nem invejado; antes será amado pelos seus benefícios.

Porque o genio é como os pinheiros das altas montanhas que primeiro veem o sol, mas se despojam da riqueza da sua fertilidade em beneficio dos valles.

TERÇA-FEIRA 28 DE FEVEREIRO DE 1905

Caminhos de ferro de Chaves

VI

Acordemos do sonho encantador e voltemos ao assumpto inicial, rematando a divagação que, se foi longa, não resultou estéril, visto ter-nos permitido estabelecer principios uteri para o melhoramento na nossa situação que é deplorável.

Efectivamente démos ideia, que saiu pallida, do prejuízo enorme que temos sofrido, pagando, há meio século, imposto para caminhos de ferro sem poderosso beneficio para que contrabuirmos.

Pela nossa teoria, inteiramente avessa ao commercio dos transportes, e cuja verdade se funda no destino do serviço ferroviário na solidariedade nacional, isto dá-nos direito a uma larga indemnização que a nação nos deve.

Nunca será paga, fiquemos certos, ainda que nos ponham o caminho de ferro á porta de casa.

E um prejuízo irremediável que veio do sistema descentralizador, em consequência da grande distância a que Chaves está da capital—a maior de todas; depois de Bragança—e também da nossa indolência.

Mas se não podemos já valer a este prejuízo, poderemos, quando não contínuemos, indolentes, prevenir que o mal subsista ainda quando servidos pelo caminho de ferro.

Referimo-nos ao que deriva da tarifa proporcional á distancia; origem de prejuízos importantíssimos por via da magnitude d'esta, os quais representam uma grande injustiça e desigualdade.

Desejamos incutir no animo nos nossos conterraneos a noção clara desta injusta desigualdade, para abalar a sua indiferença e a sua inércia, movendo-os a reclamar, e por isso repisaremos

o assumpto em synopse applicada á Chaves.

A dita tarifa não representa a paga devida pelo transporte ferroviário, quando se considere—paga; porque, nos caminhos de ferro do Estado não attende á nossa contribuição para a construção e exploração dos mesmos, nem á vantagem que do nosso serviço resulta para a collectividade, a qual vantagem representa o valor da nossa cooperação para o fim social; e nos caminhos de ferro construídos pelo sistema de subvenção ou pelo de garantia de juro, em que a nação paga por uma só vez ou anualmente o benefício que recebe do caminho de ferro, não attende à solidariedade nacional das concorrentes, reduzindo os nacionais á condição de extrangeiros.

E portanto arbitria e revela uma noção imperfeita da acção dos meios de transporte modernos.

E' além d'issso muito perniciosa para nós, porque, restringindo a liberdade de usarmos o caminho de ferro, reduz o campo da nossa acção, com prejuízo do augmento da nossa riqueza e do valor dos nossos bens.

E, porque dificulta a affluencia ao caminho de ferro, também não concorre para a prosperidade publica; nem para a da empresa que explora o caminho de ferro; e agrava as despezas de exploração.

Isto percebe-se facilmente, notando que, embora a paga creça com a distancia, d'onde resulta varcar a concorrência, a fracção da paga atribuída ao transporte do peso morto do comboio cresce mais, resultando mais cara a exploração.

E por isso que a relação entre a receita e a despesa da exploração tem diminuido nos caminhos de ferro que adoptam inflexivelmente a tarifa proporcional, apesar de ter havido grande augmento da circulação, pois esta exige maior numero de comboios para satisfazer ás sugestões do serviço que são mais numerosas.

Na Companhia Real desceu nos ultimos vinte annos de 3 para 2,5.

—Ora, francamente, não era melhor para todos que os comboios descendentes, em vez de sairem vazio das estações extremas, levassem passageiros?

Certamente que era; porque, tendo elles de marchar por outras razões, bastaria para não haver prejuízo que o passageiro, recido em terra pela tarifa da grande distancia, pagasse a despesa de exploração, que é insignificante, correspondente ao seu peso; e haveria lucro para todos se pagasse mais alguma coisa, dentro d's limites do razoval.

Que vantagem ha então em obrigar este passageiro a ficar em terra com uma tarifa que não se justifica, e a niguem é útil, e excede as posses de muitos?

Não se percebe; e não se alcança também o criterio que leva a determinar as tarifas das novas estações intercaladas nas linhas ferreas pelas tarifas das estações antigas imediatas, no sentido da marcha do comboio.

Seria melhor que a tarifa fosse mais moderada, principalmente nos transportes para pontos de grande movimento.

A Companhia de Guimaraes assim procede em relação a Vizela, o que determina, provavelmente, que seja quem explora mais barato, como a comissão que elaborou o plano dos caminhos de ferro ao norte do Mondego reconhece e admira.

— Considerada como imposto, a tarifa proporcional á distancia também não pode admitir-se.

Alem de desequilibrar, seria progressivo com a distancia, quer dizer, com a pobreza; e portanto esgotador das forças reproductivas.

Na verdade, reflectindo que para fazer uma casa em Chaves é necessário pagar um terço do custo d'ella em transportes, o que dá dois contos n'uma casa media de seis contos, sente-se que semelhante imposto é esmagador e absurdamente desigual, visto que no Porto e em Lisboa nada se paga; e não deixará de ser violento, ainda que o caminho de ferro o reduza a metade.

Portanto tal tarifa sendo injusta, desequilibrante, inconveniente, deve reformar-se; e sem demora, para evitar maior danos.

Já dissemos que a tarifa devia ser constante para lá de certa distancia do ponto de partida, e considerada como imposto de serviço, semelhante ao das propinas nos estabelecimentos de inscrição.

Esta tarifa já não é novidade entre nós, porque a Companhia Real adoptou-a, extraordinariamente, na linha de Vendas Novas, para defender-se da competição do caminho de ferro do sul e susete.

E, se a tarifa constante, apesar de racional, parece um arrojo, então avancemos mais devagar. Fique a fôr-

mula actual, já que a preferem, mas avancemos, corrigindo-a, que isso é indispensável para o nosso progresso, e adoptando a tarifa, para a unidade de distancia, progressivamente decrescente com a distancia, e por zonas, da qual também já ha tibio ensaio no tramway de Penafiel.

X.

A VOZ DE CHAVES

5 DE MARÇO DE 1905

Caminho

de ferro

Já depois de compostas as linhas ficaria e quando A VOZ DE CHAVES estava muito adeitada fomos, forçados, a preferir outros assumtos, por termos falta de tempo e de espaço; afim de darmos lugar aos telegrammas que, adiante, informámos os que nos dão conhecimento de mais um largo passo para o avanço da linha ferrea da Regoa a esta villa.

O nobre ministro das obras publicas, nosso distinto conterrâneo sr. conselheiro Eduardo Coelho, tem demonstrado um decidido empenho em que o seu nome fique vinculado a esse melhoramento, como já também está o do brillante estadista e nosso illustre chefe, sr. conselheiro Teixeira de Sousa, a quem incontestavelmente devemos o inicio dos trabalhos do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Como um acto de justiça, que com prazer sempre fazemos, seu preoccupationes de qualquer especie, aqui patenteamos o nosso jubilo pela noticia que acabamos de receber e ainda mais especialmente pela promessa de que os estudos á quem de Pedras Salgadas «concerne n'esta villa sendo necessário», porque tal necessidade, estamos certos, será recolhida não só para incremento dos trabalhos, mas ainda para com a construcção attenuar a crise porque esta região está passando.

Os telegrammas recebidos sobre este assumto e as respostas aos mesmos expedidas hontem, são os seguintes:

General Maia, presidente da comissão de mensagem

Tenho satisfação comunicar a v. ex.^o e aos seus collegas que assinei agora a portaria mandando construir já o primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Chaves. A praça será já aberta, os estudos continuaram com a maxima actividade até essa villa. N'ella começarão donde necessário.

O ministro das obras publicas,

E. J. Coelho.

Ministro das obras publicas

Lisboa.

A comissão da mensagem interpreta os verdadeiros sentimentos de dedicação e gratidão dos habitantes de Chaves, agradece com toda a efusão o magnanimo serviço prestado por v. ex.^o, mandando prosseguir activamente a construção do caminho de ferro de Villa Real a Chaves.

Todos exultam d'alegría.

Presidente Muya.

Presidente da camara municipal

Chaves.

Assignei portaria ordenando já a continuação do caminho de ferro de Villa Real a Chaves, e estou das ordens terminadas para continuação dos estudos até Chaves. O primeiro lance vai pôr-se em praça.

O ministro das obras publicas,

E. J. Coelho.

Ex.º Ministro das obras publicas,

Lisboa.

A camara municipal de Chaves, interpretando o pensar de todos os seus municipais, agradece todo o interesse tomado por v. ex.^o por este melhoramento de tão grande alcance para o desenvolvimento económico e moral do concelho de Chaves.

Presidente da camara.

Associação Commercial

Chaves.

Acabo de assignar a portaria aprovando e mandando executar imediatamente o projecto do primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Pedras Salgadas. Ordenei para abrir já praça e para activar o estudo dos lances seguintes que serão concluidos sem demora.

O ministro das obras publicas,

E. J. Coelho.

Ex.º Ministro das obras publicas

Lisboa.

A Associação Commercial para descrever os importantíssimos serviços prestados por v. ex.^o a este concelho, e espera confiadamente o seu salutável velamento e bom ventilde.

O presidente Machado.

Além do telegramma, a comissão expediu tambem hontem o seguinte officio ao ex.º ministro:

III.º e Ex.º Sr.

Com imenso jubilo recebemos n'esta villa o telegramma de v. ex.^o participando a assinatura da ultima portaria, que veio dar mais um importantíssimo impulso à realização da mais legítima aspiração de Chaves, — a construção do caminho de ferro da Regoa a Chaves.

Creia v. ex.^o que a gratidão dos povos d'esta região é profunda e será eterna, como, na verdade, o exige a manifesta dedicação de v. ex.^o por este concedido, que se honra ter v. ex.^o como o seu filho mais ilustre.

E o reconhecimento de decidido amor de v. ex.^o por Chaves, anima-nos a renovar as nossas instâncias. Fudimos a v. ex.^o que se digne mandar proceder desde já aos estudos desde esta villa até Pedras Salgadas, assim fará v. ex.^o apressar o começo dos trabalhos de construção em Chaves, o que se torna absolutamente necessário para attenuar os desgraçados efeitos da crise existente n'este regalo, onde os generos mais necessários à vida triplicaram de preço, pela escassez dos dois últimos annos.

Submettendo o nosso respeitoso pedido à deliberação de v. ex.^o, garantimos certos desbques v. ex.^o e continuará manifestando o mais decisivo boa vontade no conseguimento do mais alto melhoramento para Chaves.

Deus guarde a v. ex.^o

Chaves, 4 de marzo de 1905.

III.º e ex.º sr. conselheiro Eduardo Coelho, dig.º ministro das obras publicas.

(1) Zephyrinio id. Arrochella Vieira

da Maia.

Joaquim José Pereira Coelho

António José Machado

Nicolau Marques

Manuel José de Sousa Moreira

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Sexta-feira, 10 de março de 1905

CAMINHO DE FERRO

Um facto importantíssimo se deu, a semana passada, que, mais uma vez, voou patentejar a boa vontade do ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, ministro das obras públicas, dar inteiramente satisfação, em curto prazo, às justíssimas aspirações dos povos d'este concelho.

Foi com verdadeiro jubilo, que os flavienses tomaram conhecimento dos telegrammas enviados por sua ex.^{mo} á Câmara Municipal, Associação Commercial, Centro Progressista e Comissão de Mensagem, comunicando-lhes o prosseguimento imediato dos trabalhos do caminho de ferro no norte de Villa Real.

Todas estas entidades agradeceram telegraphicamente tão importante nova. Seguidamente damos conhecimento dos telegrammas enviados por s. ex.^{mo} o ministro e das respectivas respostas:

(Presidente da câmara municipal
Chaves.

Assignei portaria ordenando já a continuação do caminho de ferro de Villa Real a Chaves, e estão dadas as ordens terminantes para continuação dos estudos até Chaves. O primeiro lance vai pôr-se em praça.

O ministro das obras públicas,
E. J. Coelho.

Ex.^{mo} ministro das obras públicas
Lisboa.

A câmara municipal de Chaves, interpretando o pensar de todos os seus munícipes, agradece todo o interesse tomado por s. ex.^{mo} sr. em este melhoramento de tão grande alcance para o desenvolvimento económico e moral do concelho de Chaves.

(Presidente da câmara.)

Associação Commercial
Chaves.

Acabo de assinar a portaria aprobando e mandando executar imediatamente o projecto do primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Pedras Salgadas. Ordens para abrir a praça e para activar o estudo dos lances seguintes, que serão concluídos sem demora.

O ministro das obras públicas,
E. J. Coelho.

Ex.^{mo} ministro das obras públicas

Lisboa.

A Associação Commercial agradece importantíssimos serviços prestados por v. ex.^{mo} a este concelho e espera confiadamente no seu alto valimento e boa vontade.

O presidente; Machado.
Centro Progressista

Chaves.

Assignei agora portaria aprobando o projecto do primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Pedras Salgadas; dadas ordens terminantes para continuação de estudos até Pedras Salgadas, que serão concluídos sem demora e em todo o caso dentro do anno económico, prosseguindo-se sem interrupção até Chaves e a comarca de Chaves, sendo necessário.

O ministro das obras públicas,

E. J. Coelho.

Ex.^{mo} ministro obras públicas

Lisboa.

Centro progressista da Chaves agradece reconhecidíssimo telegramma de v. ex.^{mo} relativo nosso caminho de ferro e felicita o ilustre estadista filho d'esta terra, ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho.

Domingos Sarmento.

José Braga.

António Machado.

Luiz Paulino.

General Maia, presidente da comissão de mensagem

Chaves.

Tenho satisfação de comunicar a v. ex.^{mo} e aos seus colegas que assignei agora a portaria mandando construir já o primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Chaves. A praça será já aberta, os estudos continuariam com a máxima actividade até essa villa. N'ella começarão sendo necessário

O ministro das obras públicas,

E. J. Coelho.

Ex.^{mo} ministro das obras públicas

Lisboa.

A câmara municipal de Chaves, interpretando o pensar de todos os seus munícipes, agradece todo o interesse tomado por s. ex.^{mo} sr. em este melhoramento de tão grande alcance para o desenvolvimento económico e moral do concelho de Chaves.

(Presidente da câmara.)

Associação Commercial
Chaves.

Acabo de assinar a portaria aprobando e mandando executar imediatamente o projecto do primeiro lance do caminho de ferro de Villa Real a Pedras Salgadas. Ordens para abrir a praça e para activar o estudo dos lances seguintes, que serão concluídos sem demora.

O ministro das obras públicas,
E. J. Coelho.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Com imenso júbilo recebemos n'esta villa o telegramma de v. ex.^{mo} participando a assignatura da ultima portaria, que vêo dar mais um importantíssimo impulso à realização da mais legítima aspiração de Chaves, a construção do caminho de ferro da Regua a Chaves.

Creio v. ex.^{mo} que a gratidão dos povos d'esta região é profunda e será eterna, como, na verdade, o exige a manifesta dedicação de v. ex.^{mo} por este concelho, que se honra ter v. ex.^{mo} como o seu filho mais ilustrado.

O reconhecimento do decidido amor de v. ex.^{mo} por Chaves, animos, a renovar as nossas instâncias. Pedimos a v. ex.^{mo} que se digna mandar proceder desde já aos estudos desse villa até Pedras Salgadas; assim fará v. ex.^{mo} apressar o começo dos trabalhos de construção em Chaves, o que se torna absolutamente necessário para attenuar os desgraçados efeitos da crise existente n'esta região, onde os generos mais necessários à vida triplicaram de preço pelas escassez dos dois últimos annos.

Submetendo o nosso respeitoso pedido à deliberação de v. ex.^{mo}, estamos certos de que v. ex.^{mo} continuará sempre manifestando a mais decisiva boa vontade no conseguimento do mais alto melhoramento para Chaves.

Deus guarde a v. ex.^{mo}
Chaves, 4 de março de 1905.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, digníssimo ministro das obras públicas.

(aa) Zephyrine d'Arrochella Vieira da Maia.

Joaquim José Pereira Coelho.

António José Machado.

Nicolau Mesquita.

Manoel José de Souza Morato.

A este officio respondeu o ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, escrevendo ao presidente da comissão da mensagem a carta seguinte.

Lisboa, de 6 de fevereiro de 1905.

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr. é meu sempre prezado e querido amigo

Venho cumprir a promessa, feita no meu telegramma, d'agradecer, por escrito, a captivante mensagem que me dirigiram, agora renovada, porque eu, aproveitando o primeiro encontro favorável na minha curta vida ministerial, tive a boa fortuna de concorrer para que a mais legítima aspiração d'esses povos começasse a ter um inicio de realidade.

Na minha já larga e modesta vida políctica, muito alheido de que podem chamar-se deslumbramentos do testigo do poder, e talvez mais indiferente a que possa parecer incitamento a manifestações ocasionais, confesso todavia que muito me comoviam as felicitações que me faziam feitas pelos

meus conterrâneos, agora repetidas, porque elas na sua sinceridade, correspondiam ao prazer íntimo e indizível, que experimentei o experimento — todas as vezes que apresso e sanciono, no meu ministerio, resoluções tão justas e oportunas, que não ha, não pôde haver uma voz, que as contrarie.

Tive momentos de verdadeiro sóbrio, porque não estava ainda ultimados os estudos para o começo do primeiro lance a partir de Villa Real a Chaves, isso poderia dificultar a indispensável dotação, a qual não sendo aprovada no momento em que o foi, largos dias teriam de passar-se ainda, sem que o melhoramento redemptor d'essa região, podesse inclinar.

Qualquer outro ministro, sem distinção de partidos, e nas minhas circunstâncias, teria adoptado igual procedimento, talvez com melhor critério, nunca com maior devocão.

Não ha felizmente motivo para equívocos e desalentos, e as delongas de natureza inevitável em casos taes, saem, quanto possível, vencidas pelo zelo e máximo desenvolvimento, que as obras farão, sem um momento de Interrupção, e espero poder, em breve, satisfazer os desejos manifestados, e agora novamente lembrados na carta, que me dirigem.

Não podendo, agora responder pessoalmente a todos os seus colegas, espero de v. ex.^{mo} a marca de lhes dar conhecimento d'esta minha resposta porque ella a todos abrange é a todo manifesto o meu reconhecimento e gratidão.

De V. Ex.^{mo}

amigo, afectuoso e respeitador,

(a) Eduardo J. Coelho.

Associamo-nos do coração às manifestações de reconhecimento enviadas ao ilustre ministro das obras públicas, que, conhecendo perfeitamente as instantes necessidades d'este concelho, lhe procurou dar um remedio prompto.



GAZETILHA

O chefe é do santo
no arés de dama,
Dai grande rala, colado,
Com o seu famoso ténico.

E ténicos ficam sendo,
Para a vida e para a morte,
Os collégas e o revereudo,
Todos dignos de igual sorte.

Oh! rubrécias d'uma canha,
Pyramides da minh'alma:
Enbotase a voisa fama,
Outros vos lovam a palma!

O FLAVIENSE

TERÇA-FEIRA 7 DE MARÇO DE 1905.

Caminho de ferro

O sr. conselheiro Eduardo José Coelho, nobre ministro das obras públicas, telegraphou na sexta feira ultima à Câmara municipal, à Comissão da mensagem, à Associação Commercial de Chaves e ao Centro progressista, comunicando que se havia de assignar uma portaria aprovando o projecto do 1º lanço do caminho de ferro de Villa Real a Pedras Salgadas, para cuja construcção vae já ser aberta praça.

Accrescenta o nobre ministro que os restantes lanços serão também arrematados dentro do actual anno económico, continuando os estudos sem interrupção até Chaves e a começar de Chaves se for necessário.

O empenho que o sr. conselheiro Eduardo José Coelho está revelando de dotar em curto prazo a nossa terra com um melhoramento de que tanto depende o seu progresso moral e material, torna-o credor da mais sincera gratidão dos flavienses, que decerto hão de saber manifestar-lha na devida oportunidade.

Na alta posição que pelos seus talentos soube conquistar, o nobre ministro não esquece o seu sobre torrão natal, antes devotadamente procura remediar a injustiça com que esta região tem sido tratada pelos governos.

Louvores e agradecimentos são pois devidos ao conterraneo ilustre, cujos actos de beneméritencia hão ficar gravados com indeleveis caracteres nos fastos da nossa terra e concelho, como nobre exemplo de amor patrio e proveitosa ligão aos verdadeiros amigos de Chaves, que certo hão de sempre empenhar-se, como o sr. conselheiro Eduardo José Coelho, em promover o bem estar d'esta tão desprotegida região do paiz.

—TERÇA-FEIRA 21 DE MARÇO DE 1905

Caminhos de ferro de Chaves

VII

E' necessário falar alto do nosso infotunio, para sermos ouvidos nas elevadas e longínquas regiões do poder; é indispensável representar e tornar triante a nossa justiça, para sermos escutados nelas.

D'este modo, e unindo-nos todos, podermos obter brevemente o que levára muito tempo a conseguir pelo sistema descentralizador.

Por este só chegará, d'aqui a outro meio século, aos confins do paiz a acção benefica que começam a exercer os tramways em volta de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, com pequena animação nas ultimas por via da carestia dos preços; só chegará no tempo de nossos netos, e por favor, que e por via do nosso desmazel.

Flavienses, políticos ou independentes e povol No campo a que vos chamo ha logar para todos; todos nós somos obreiros do progresso; todos aspiramos a melhorar; todos temos filhos a cuja felicidade nos dedicamos.

Ora, se por estes nos afadigamos da manhã á noite em trabalho improbo, por ser isolado, com a preocupação que felicita de acrescentar-lhes o património, não devemos excusar-nos a um esforço que basta ser pequeno porque a cooperação o multiplica, para dar-lhes a imensa riqueza dos transportes baratos.

Não é um favor que se pede; é um acto de justiça que se reclama.

Movai-vos pois a adizer que—queréis. Isto basta: o efecto util da vontade de muitos é ingente.

A occasião é opportuna.

Representa o Estado um grupo de homens distintos, alguns delles vete-

ranos das campanhas do progresso, sábios que conhecem bem o mecanismo nacional e facilmente attingem a importância da reforma que se pede, da mola que se pretende substituir.

—Está no ministerio o chefe de um grupo político da localidade; o qual, se porventura não conhece bem a nossa situação por ter-nos visitado pouco, pôde conhecê-la logo que a isso se dedique, e pode resolvê-la, porque tem uma nobre ambição que o preocupa, a ambição dos homens grandes—de subir no conceito público pela distinção dos serviços ao paiz, e a rara faculdade de equilibrar-se nas alturas ainda quando o regimen nelas seja incerto ou pouco conhecido.

—Sobrava a pasta do fomento um nosso conterrâneo distinto, de carácter energico e idéias tersas que afirmou na ultima sessão legislativa, mostrando ter chegado á madureza de estadista; que conhece bem a nossa situação de cujo mal participa; e que contribui para minorar-o com dedicação.

Já a revelou no alvorço da sua comunicação respectiva ao prolongamento do caminho-de-ferro da Regua até Villa Pouca d'Aguiar, a qual, se aciso prejudicia a gravidade do estadista, melhor demonstrou a satisfação íntima, de amigo de Chaves—que sentiu ao pôr a sua assinatura num documento de justiça feita á nossa terra.

Acreditamos que com a mesma dedicação completará a sua obra e a valorizará depois de concluída, pondo-a ao alcance de todos, não só por um princípio de igualdade que muito agrada ao seu espírito de magistrado recto e distinto, mas ainda por um princípio de progresso inscrito no programa do seu partido e nas suas atribuições do ministro do fomento. E, ainda cremos que do mesmo modo se oppõr a quaisquer ideias sinistras que haja, relativamente ao nosso caminho de ferro.

—Representemos pois a favor da nossa justiça.

X

Se nada tentarmos ou se nada conseguirmos, ficaremos privados por muito tempo de concorrer aos grandes centros; e continuaremos excluidos do progresso, embora tenhamos o caminho-de-ferro á porta da casa, porque este só servirá os ricos, não os poupanos todavia.

A liberdade dos pobres contihuará sendo a que possuam—de trabalhar com a enxada nas terras, se as tiverem, ou de emigrar, não as tendo.

Não deixarão por isso de ser machinas e parias; e a injustiça social não será derrubada do seu trono feito de males.

Porque a liberdade e a igualdade inscriptas nos nossos coligos não passam de ficções em quanto não forem acompanhadas da facilidade de meios para realisá-las.

Para que serve, por exemplo, inscrever no frontispício do código civil a bella formula—que a lei civil é igual para todos—se em tabelas annexas ao respectivo processo são estabelecidas custas de tal modo pesadas que impedem muitos de chegar aos tribunais a reclamar justiça; e tiram os que lá vão valor algumas vezes superior ao direito reclamado?

Para irrião dos pobres e para exploração dos incertos que excede ás vezes a figura da interessante allegoria dos—dois gatos e o macaco.

Claro é que a tabella expliatora tolhe aqui a excellencia da formula, assim como a tarifa proporcional á distancia prejudica o fim social do serviço ferro-viário.

O mesmo acontece na representação dos direitos políticos dos cidadãos e em muitas outras circunstancias da vida nacional.

X

Impressiona esta incoherencia do legislador e do Estado que denota hesitação lamentável entre o passado e o futuro, entre o progresso e a rotina.

E revela que o progresso não tem sido ultimamente representante na governação publica; porque, se o tivesse, certamente se oporia a que fossem desvirtuadas as conquistas da liberdade,

e a que fossem falseados na prática principios bons das nossas leis.

Noutros termos: parece-nos que o grande exerceito do progresso vai marchando mal commandado, sem plano e portanto—ao acaso; e que isto sucede por via da indisciplina do seu estado maior, revelada no grúndio das leis desencontradas e que muitas vezes não chegam a experimentar-se.

Ora, como Zola pinta na «Débacle» em quadros magistrais que uma vez vistos jamais esquecem, estas ordens e contraordens teem por effeito suspender a marcha do progresso e desmoralizar o grande exerceito que por elle combate; prejudicam a confiança nos chefes, e conduzem á derrota ou á revolta para defesa d'esta.

Para prevenir-as, cumpre restabelecer a disciplina no referido estado maior, assim de elevar-o á sua missão.

E para isto parece conveniente voltar á regra antiga de constituir-o com pessoal menos jovem e mais conhecedor do mecanismo da vida nacional e das suas circunstancias; porque, para resolver bem os problemas sociais, é necessário encaralhos sempre pelo, dois lados, teórico e pratico—a fim de que a solução resulte mais duradoura.

Nós somos progressistas—no sentido de que animamos o progresso—queremos velo realizado pela evolução. E, como progressistas de ação, bem desejamos que os quadros políticos se remodem para aperfeiçoar-se e se diferenciem por uma rigorosa selecção, afim de obter que as ordens, sendas por aquelles a quem compete e por pessoas competentes, venham adequadadas ás circunstancias.

Deste modo a marcha do grande exerceito será mais veloz e segura, e as suas conquistas mais estaveis.

Caminho de ferro

O Diário do Governo de 15 do corrente inseriu o annuncio para a adjudicação da empreitada de construção do primeiro lanço da linha ferrea de Villa Pouca a Pedras Salgadas, que comprehende a infrastructura dos primeiros 15 kilometros da via, a partir de Villa Real para o norte.

O segundo lanço, comprehendendo o resto da linha até á estancia de Pedras Salgadas, será também posto em praça dentro do actual anno económico, para o que se está procedendo com toda a actividade a algumas reutilizações do respectivo projecto, que foram julgadas necessarias pelo conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado.

Quanto aos estudos da linha entre Chaves e Pedras Salgadas, o sr. conselheiro Eduardo Coelho enviou no sabbado ultimo o seguinte telegramma, que bem mostra o seu desejo de lhes dar rapido andamento:

General Maya

Chaves

Estão dadas as ordens para que os estudos do caminho-de-ferro começem quanto antes, a partir de Chaves até ao Víago.

O ministro das obras públicas

E. J. Coelho

Por esta forma vão sendo integralmente cumpridas as promessas do sr. conselheiro Eduardo José Coelho, nosso benemerito conterraneo, sendo bem fundadas as esperanças que todos os flavienses alimentam de que sua ex.^a não deixará os conselhos da coroa sem que o caminho-de-ferro de Chaves tenha atingido proporções da mais evidente realidade.

A VOZ DE CHAVES

12 DE MARÇO DE 1905

Caminho de ferro

Em resposta ao ultimo ofício que a commissão da mensagem, enviou ao nobre ministro das obras públicas, o qual A VOZ DE CHAVES publicou no numero passado, aquelle titular encarregou ao sr. General Maia, presidente da referida commissão, o seguinte, que vem afirmar os bons desejos de s. ex.^a em dar desenvolvimento à construcção do nosso caminho de ferro:

*III.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. e meu sempre pre-
zado e querido amigo*

Venho cumprir a promessa feita no meu telegramma, d'agradecer, por escrito, a captivante mensagem, que me dirigiram, agora renovada, porque eu, aproveitando o primeiro encontro favorável na minha curta vida ministerial, tive a boa fortuna de concorrer para que a mais legítima aspiração d'esses povos, começasse a ter um inicio de realidade.

Na minha já larga e modesta vida política, muito alheiado—do que podem chamar-se deslumbramentos do fastigio de poder, e talvez mais indiferente ao que possa parecer incitamento a manifestações ocasionais; confesso todavia que muito me commoveram as felicitações que me foram feitas pelos meus conterrâneos, agora repetidas, porque elas, na sua sinceridade corresponderam ao prazer íntimo e indissível que experimentei o experimento—todas as vezes que approvo e sanciono no meu ministerio, resoluções tão justas e oportunas, que não ha, não pôde haver—uma voz que as contrarie.

Tive momentos de verdadeiro sobresalto, porque, não estando ainda

ultimados os estudos para o começo do primeiro lanço, a partir de Villa Real a Chaves, isso poderia dificultar a indispensável dotação, a qual não sendo aproveitado no momento, em que o fui, largos dias teriam de passar-se ainda, sem que melhoramento redemptor d'essa região pudesse iniciar-se. Qualquer outro ministro, sem distinção do partidos e nas minhas circunstâncias, teria adoptado igual procedimento, talvez com melhor critério nunca com maior devocão.

Não ha felizmente motivos para equivocos e desalentos; e as delongas de natureza inevitáveis em cassos tais, serão, quanto possível, vencidas pelo zelo e maxímo desenvolvimento que às obras terão, sem um momento de interrupção; espero poder, em breve, satisfazer os desejos manifestados e agora lembrados na carta que me dirigem. Não podendo agora, responder pessoalmente a todos os seus colegas, espero de v. ex.^a, a meroz de lhes dar conhecimento d'esta minha resposta, porque ella a todos abrange e a todos manifesta o meu reconhecimento e gratidão.

am.^a affectuoso obgd.^{ma}
e respeitador

(1) Eduardo José Coelho

O sr. general Maia, no mesmo dia respondeu ao sr. conselheiro Eduardo Coelho, o seguinte:

*III.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. e meu prezadissí-
mo e respeitável amigo*

Tive a honra de receber a estimada carta de v. ex.^a, de 6 do corrente mês, que em todo o seu conteúdo mostra bem o altíssimo interesse de v. ex.^a pela realização do mais importante melhoramento de que Chaves carece.

Apresentei a mesma carta a todos os meus colligas na commissão encarregada da mensagem dirigida a v. ex.^a, a todos sentiram pela sua leitura verdadeiro entusiasmo, pois é bem manifesta a boa vontade de v. ex.^a em promover o engrandecimento d'esta região que só a viação acelerada pôde fazer progredir.

Todos nós, assim como todos os fluvionenses, dedicam a v. ex.^a a maior gratidão pelo muito que faz já em beneficio do nosso maior melhora-

mento, estando todos seguros de que v. ex.^a muitíssimo mais ainda ha de fazer com o mesmo fim. O nome de v. ex.^a fica para sempre gravado com caracteres d'ouro na historia da nossa terra como seu filho mais dilecto e como estadista illustre que verdadeiramente impulsionou o nosso engrandecimento.

Testemunhando a v. ex.^a a minha mais alta consideração e estima, sou com o maior respeito

De v. ex.^a
am.^a affectuoso obg.^{ma} e respeitador
*Zephyrino d'Arrochella Vieira da
Maiia.*

Chaves, 8-3-905.

A VOZ DE CHAVES

19 DE MARÇO DE 1905

Caminho de ferro

Está anunciado para 18 d'abril proximo a praça para ser arrematado o rompimento do 1.^o lanço da 2.^o secção comprehendido entre Villa Real e o Ribaire de Vargas, da linha férrea da Regoa a esta villa.

A adjudicação da referida empreitada será feita na sede da direcção do caminho de ferro do Minho e Douro, na rua da Estação n.^o 6, Porto, sendo o depósito provisório de réis 1:405.300 e o definitivo 5 por cento do preço d'aquella.

*

Em Villa Pouca d'Aguilar encontra-se o pessoal técnico para compilar os estudos do 2.^o lanço da mesma secção, que termina em Pedras Salgadas.

Caminho de ferro

Já depois de ter começado a impressão d'A VOZ DE CHAVES, foram recebidos e expedidos os telegrammas que em seguida inserimos, os quaes nos trouxeram uma noticia com que muito sinceramente nos congratulamos:

General Maia

Chaves.

Estão dadas ordens para os estudos do caminho de ferro começarem quanto antes a partir de Chaves até ao Vidago.

O ministro das obras públicas

E. J. Coelho.

Ex.^{mo} Ministro das obras públicas

Lisboa.

Todos possuidos de grande júbilo agradecemos com entranhável gratidão a v. ex.^a, disvelado protector dos interesses de Chaves, os estudos em breve, a partir d'aqui, para a via férrea.

Maia.

Associação Commercial

Chaves.

Estão dadas ordens para os estudos do caminho de ferro começarem de Chaves até Vidago, que começardo muito brevemente.

O ministro das obras públicas

E. J. Coelho.

Ex.^{mo} Ministro das obras públicas

Lisboa.

A Associação Commercial de Chaves agradece reconhecida a v. ex.^a mais este relevante serviço prestado aos povos d'esta região em favor da sua mais legítima aspiração, ordenando que os estudos do nosso caminho de ferro principiem muito breve d'aqui para Vidago.

O presidente,

Machado.

2 DE ABRIL DE 1905

Caminho de ferro

Uma comissão das pessoas mais gradas da povoação de Loivos, veiu há poucos dias solicitar o patrocínio dos dirigentes das coisas políticas do concelho em favor do traçado do caminho de ferro que se approxime d'aquella povoação, nesse sentido dirigiu ao nobre ministro das obras públicas o telegramma que segue:

Ex.^{mo} conselheiro Eduardo José Coelho

Lisboa.

A junta da parochia e uma comissão de habitantes de Loivos, reunidos em Chaves, para este fim, solicitam de v. ex.^a illustre filho d'este concelho, se digne ordenar ao engenheiro Birne que actualmente anda em trabalhos em Villa Pouca d'Aguilar, o estudo traçado á quem de Pedras Salgadas, por garganta Soutellinho, montes Agor e Calha.

tro, servindo Loivos approximadamente dois quilometros o que é melhor, mais económica e útil solução para a desida da diferença de nível entre Sabroso e Vidago do que pelo Reigaz, satisfazendo d'esta forma a parte técnica é bem assim os interesses d'aquella importante região sem afectar outras.

*

A' estação de Campanhã chegou n'um dos dias da semana ultima a primeira máquina e respectivos wagons destinados ao nosso caminho de ferro (secção de Villa Real à Regua), para a condução do material e balastragem. Esta máquina vai já entrar em serviço, em virtude de ter sido ordenado superiormente que seja imediatamente colocada uma linha entre os dois carros da linha do Douro; a partir da estação da Regua, a fim de conduzir o material preciso para a ponte do Tanha.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Sexta-feira, 24 de março de 1905

CAMINHO DE FERRO

A actividade febril, que se desenvolve, para a rápida execução do nosso caminho de ferro, faz um contraste singular, com a morosidade, que houve, para a consecução de tão necessário melhoramento, para esta região, e com a proverbial indolência dos trabalhos officiais.

E assombroso, o que se está passando, e denota, que uma vontade de ferro, uma energia extraordinária, estão decididamente do nosso lado; para, no mais curto prazo de tempo, ser satisfeita a justa aspiração do nosso concelho.

Cada dia, que passa, é assinalado por factos bem demonstrativos, de que o ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, ilustre ministro das Obras Públicas, não descança, enquanto não vir em execução os trabalhos de construção em toda a extensão da linha de Villa Real à Chaves.

Ainda, há poucos dias, demos conhecimento aos nossos leitores, de que tinha sido decretada a construção da primeira tarefa ao norte de Villa Real, compreendida entre aquella villa e a ribeira da Varzea, e, já hoje, temos a dar-lhes a gratíssima notícia de que, em breves dias, vão começar os estudos de Chaves a Vila do Conde, que, certo terão uma execução rápida, como a ultimamente realizada pelo pessoal encarregado d'esses importantes serviços, que mereceram uma portaria de louvor.

No sabbado de tarde foram recebidos n'esta villa os telegrammas, que abaixo transcrevemos, e aos quais os destinatários responderam pela mesma via, agradecendo tão grande solicitude pelos interesses dos povos do concelho de Chaves.

General Muia

Chaves.

Estão dadas ordens para os estudos do caminho de ferro come-

çarem quanto antes, a partir de Chaves até ao Vila do Conde. O ministro das obras públicas, Ex.º J. Coelho.

Ex.º ministro das obras públicas

Lisboa.

Todos possuidos de grande jubilo, agrádecem com entranhavel gratidão a v. ex.º, desvelado protector dos interesses da Chaves, os estudos em breve, a partir d'aqui, para a via ferrea.

Maia.

Associação Commercial

Chaves.

Estão dadas ordens para os estudos do caminho de ferro começarem de Chaves até Vila do Conde, que o meçardo muito brevemente.

O ministro das obras públicas, Ex.º J. Coelho.

Ex.º ministro das obras públicas

Lisboa.

A Associação Commercial de Chaves agrádecce reconhecida a v. ex.º mais, este, relevante, serviço prestado aos povos d'esta região em favor da sua mais leitura aspiração, ordenando que os estudos do nosso caminho de ferro principiem muito, breve, d'aqui para Vila do Conde.

O presidente

Machado.

Equal participação foi feita à câmara municipal, que na sua última sessão deliberou consignar na acta um voto de congratulação e agradecimento ao nobre estadista, que com tanta solicitude atende a este melhoramento.

A comissão de mensagem enviou ministério illustre ministro das obras públicas a carta seguinte:

Il.º Ex.º Sr. Ministro das obras públicas, conselheiro Eduardo José Coelho

Com a prompta execução, a partir de Chaves até Vila do Conde, dos estudos para a construção do caminho de ferro, mais uma vez se evidencia o acrisolado amor e cons-

ideração que os povos d'esta região têm a sua terra, e summa satisfação de, portados os assentos d'esta região, patentear a v. ex.º o quanto elles se sentem contentes em tributar a v. ex.º a sua perdidável gratidão pelos preciosos e constantes benefícios recebidos, sobretudo com a maior dedicação de respeito, e cordal estima.

De v. ex.

amigos muito afectuosos e criados

obrigadíssimos

Zéferino d'Arróchella Vieira

maia

Joaquim José Pereira Coelho

António José Machado

Nicolau Mesquita

Manoel José de Souza Moraes

Possuidos d'immenso jubilo, associamo-nos ás justas manifestações de agradecimento, testemunhadas ao illustre ministro, nosso patrício e desvelado protector.

Caminho de ferro

Segundo annuncio, publicado no Diário do Governo de 15^o do corrente, terá lugar no dia 18^o de abril, a praça para adjudicação da construção do primeiro lanço ao norte de Villa Real, compreendendo 15 quilômetros.

A adjudicação referida será feita na sede da direcção do caminho de ferro do Minho e Douro.

O depósito provisório é de 1:405:000 reis, e o definitivo de 5 p. c. do custo da empreitada.

O FLAVIENSE

TERÇA-FEIRA 3 DE ABRIL DE 1905

Caminho de ferro

Os habitantes de Loivos, importante povoação d'este concelho, pediram ao sr. ministro das obras públicas que o traçado do novo caminho de ferro, no lanço compreendido entre Pedras Salgadas e Vídago, se approxime a dois kilómetros d'aquela aldeia, o que, servindo uma região muito fértil do concelho de Chaves, evitaria as dificuldades da construção pela montanha da Reigaz, barateando assim a mesma linha ferrea.

E' de esperar que o nosso ilustre e benemerito conterraneo não deixará de mandar estudar a parte técnica d'este pedido dos habitantes de Loivos, afim de atender a sua pretenção se elle for reconhecida como via vel.

×

Dizem-nos que a brigada de estudos que tem andado a rectificar o traçado da linha ferrea entre a ribeira da Varzea e Pedras Salgadas já ultimou os seus trabalhos e em breves dias chegará a Chaves para começar os estudos da mesma linha entre essa villa e o Vídago.

TERÇA-FEIRA 12 DE ABRIL DE 1905

Caminho de ferro

Conforme se esperava, em vista das promessas dô nosso benemerito conterraneo, sr. conselheiro Eduardo José Coelho, encontra-se já n'esta villa, o distinto engenheiro sr. Moreira da Fonseca, afim de iniciar os estudos do nosso caminho de ferro no lanço compreendido entre Chaves e Vídago. Os trabalhos de campo começaram hontem e prosseguirão com toda a possível rapidez, conforme o desejo manifestado pelo nobre ministro das obras públicas.

A comissão que n'esta villa se constituiu, sob a presidência do sr. general Arrochella Maya, para promover a mensagem de agradecimento ao sr. conselheiro Eduardo Coelho, foi já apresentar ao ilustre engenheiro os seus cumprimentos de boas vindas.

×

Nos outros lanços do caminho de ferro trabalha-se também com actividade, pois que o nosso dedicado conterraneo e ilustre ministro das obras públicas, constantemente pede informações sobre o andamento dos trabalhos, empenhadíssimo em que Chaves seja dotada quanto antes com o grande melhoramento que tanto ambicionamos.

O engenheiro sr. Birne Pereira anda procedendo aos estudos do troço entre o ribeiro de Varge e Pedras Salgadas, os quais, segundo hontem nos informaram de Lisboa, devem ficar concluídos em breves dias.

No assentamento do traçado sobre o terreno entre Villa Real e o ribeiro de Varge está trabalhando o engenheiro sr. Alfredo Ferreira, que é o autor do respectivo projecto.

Ao mesmo tempo o conductor de obras públicas sr. Bernardino foi encarregado dos trabalhos necessários para a expropriação de terrenos compreendidos n'este ultimo lanço.

Escusado será dizer quanto estas notícias são agradáveis aos Flavienses, os quais, sem distinção de classes nem de partidos, tributam a mais sincera gratidão ao ilustre estadista que assim tomou a peito os progressos d'esta região, dando-lhes o valioso e persistente impulso que até agora tão lamentavelmente lhe tinha faltado.

TERÇA-FEIRA 25 DE ABRIL DE 1905

Caminho de ferro

No dia 18 d'este mês devia realizar-se no Porto, perante a direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, a abertura das propostas para a empreitada de construção do lanço do nosso caminho de ferro, compreendido entre Villa Real e o ribeiro das Vargas.

Infelizmente, porém, e apesar de seis proponentes haverem feito o depósito provisório, o que indica que desejavam correr, proposta alguma foi apresentada, pelo que terá de realizar-se novo concurso dentro dos prazos legaes.

Esta falta de concorrentes, por que ninguém a esperava,

causou um certo desânimo entre os nossos conterrâneos.

Crêmos, porém, que não haverá razão para isso. A repetição do concurso, representando um forçado adiamento da construção, é sem dúvida uma desagradável contrariedade. Confiamos, porém, plenamente na energica vontade do sr. conselheiro Eduardo Coelho, nosso benemerito conterraneo, que é o flaviense mais empenhado na realização do grande melhoramento d'esta região; e que há de saber vencer, com o seu firme pulso de transmontano, todos os obstáculos que se oponham ao sincero desejo que o anima de ser útil à terra em que nasceu.

De resto, o sr. conselheiro Eduardo José Coelho não deixará de investigar as causas por que os seis depositantes desistiram à ultima hora do concurso, ficando este deserto; e queremos que elas sejam, o nobre ministro haja saber removidas, afim de que não haja motivo para novo retrahimento dos concorrentes, protelando-se assim o inicio da construção que elle tanto deseja activar.

Segundo nos dizem, o orçamento está excessivamente baixo, excedendo pouco a quatro contos de reis a media kilometrica. Consta-nos também que no projecto se não attendeu convenientemente à natureza do terreno em que o traçado assenta, calculando-se o preço das escavações como se elles fossem em terra, quando na verdade será em rocha dura que terá de abrir-se uma grande parte do leito da via.

A ser assim, cumpre rectificar o orçamento, elevando os preços tanto quanto for justo e razoável para que as dificuldades e a insuficiente remuneração do trabalho não assatem mais uma vez os concorrentes.

Mas a nossa causa está bem entregue. Os interesses de Chaves teem no nobre ministro, nosso conterraneo, o mais devotado defensor.

Podem, pois, os flavienses esperar confiadamente. Pela nossa parte estamos inteiramente convencidos de que o ilustre e benemerito estadista saberá vencer todas as dificuldades e conseguirá realizar as suas promessas, levando, a cabo, em curto prazo, a plena satisfação das legítimas aspirações dos seus conterraneos, que por tão alto beneficio lhe votam a mais sincera e merecida gratidão.

Caminho de ferro

O distinto engenheiro sr. Moreira da Fonseca, incumbido dos estudos do nosso caminho de ferro, no lanço compreendido entre esta villa e a povoação do Vídago, tem andado a fazer o reconhecimento do terreno de todo o lanço, para o que provisoriamente estabeleceu a sua residência n'aquela povoação.

Logo que as chuvas cessem, o ilustre engenheiro dará o maior desenvolvimento nos trabalhos a seu cargo.

Na secção de Villa Real à Pedras Salgadas, entre esta estância e o ribeiro da Varzea, tem continuado os seus estudos o engenheiro sr. Birne, constando-nos que recebeu instruções pa-

ra os ter, concluidos no fim do actual mês.

D'este modo poderá ser arranjada dentro do actual anno económico a empreitada da construção d'aquele lanço, cumprindo-se assim os desejos do ilustre ministro das obras públicas, nosso benemerito conterraneo, à cujo alto valimento deverá este concelho o poderoso factor de progresso que até hoje lhe tem faltado.

Caminho de ferro

O engenheiro sr. Moreira da Fonseca que na penultima semana esteve n'esta villa para proceder ao reconhecimento dos terrenos de Chaves a Vidago, como inicio dos estudos d'esta parte da linha ferrea da Regua a esta villa, apôs demora de poucos dias retirou para o Porto, d'onde, segundo nos consta, voltará antes do fim do corrente mês.

Ouvimos que o mais provavel é nos actuaes estudos ser seguido o traçado projectado para a linha do Tamega desde aqui até um pouco além de Villarinho das Paranheiras.

Relativamente á estação d'esta villa, ouvimos tambem que era provavel fosse apresentado o alvitre de ser edificada no Campo da Roda, por conveniencias tecnicas e economia no custo das expropriações, pois que seriam aproveitados os terrenos publicos que ali são muito extensos.

A distancia entre esta villa e o Campo da Roda é maior, ainda que relativamente insignificante, do que a também entre a villa e o local que em S. Bento se indicava para a estação.

Sem pretenções a que a nossa opinião encontre echo, e muito menos entramos em algumas apreciações para que não temos competencia porque pertencem ao domínio dos tecnicos, sempre traremos para as columnas d'A VOZ DE CHAVES a opinião, que não é só nossa, de que mais conveniente seria para a nossa terra, sob todos os aspectos, que a estação do caminho de ferro ficasse para os lados de Santo Amaro.

Desde que seja no valle, como apesar das evidentes inconveniências nós cremos que será, pouco importa para Chaves que o local seja S. Bento ou o Campo da Roda.

O que importa é que sendo natural e é de esperar que a villa se estenda para as proximidades da estação do caminho de ferro, ficando no valle, esta parte futura da villa ficará em pessimas condições de salubridade. Pelo conhecimento do terreno que é alagadiço e sem facil escoante, como se vê, não será avançar muito formulando a presunção de que as febres palustres serão endemicas na referida parte futura da villa, e talvez peor em S. Bento do que no Campo da Roda.

Este inconveniente, difficilimo de

remediar, é muito digno de ponderação.

Não é, porém, unico. Além de se edificar uma parte importante de Chaves em más condições de salubridade que não é facil, senão impossivel, modificar com qualquer sistema de limpeza, essa parte, com as construções tomará terrenos magnificos para a agricultura e já hoje muito apreciados, aos quaes o caminho de ferro pouco poderá aumentar o valor actual.

O mesmo não aconteceria se a estação fosse para o lado opposto da villa, em que a parte que visse a fazer-se ficaria em excellentes condições hygienicas, e valorisar-se-hiam muitos terrenos hoje quasi sem cultura.

Os inconvenientes, pois, que resultam d'a estação ser situada no valle são inteira e absolutamente remedados se ella fosse para os lados de Santo Amaro.

O commercio da villa não nos parece que perdesse, porque a sua localização nos bairros do Arrabaldo e da Madgalena vem de certas circumstancias (entre estas a da situação das regiões que comerciam com Chaves em mais larga e maior importancia ser na margem direita do Tamega) circumstancias que no caso da estação ser para os lados de Santo Amaro se nos afigura não sofreriam alteração.

E talvez até se a houvesse fosse para melhor, porque o movimento na villa seria muito maior.

Os povos da margem esquerda do Tamega, que são os que aqui affluem em maior numero, para se servirem do caminho de ferro teriam de atravessar a villa, aumentando-lhe muito a concorrência, o que se não dará com a estação no valle. Resta, pois, a razão da economia na construção da linha que para passar para a margem direita do Tamega, como era necessário sendo a estação em Santo Amaro, teria de construir-se um viaducto que custaria mais alguns contos, além de para a futura ligação com a linha hespaniola tornar-se mais provavel, outro. Este, porém, não é certo, porque depende do acordo a fazer entre Portugal e Hespanha para se assentar o ponto da fronteira onde a linha ha de passar.

A mencionada razão no augmento da despesa com a construção, por causa das pontes, que é a unica aduzida contra a estação em Santo Amaro, não sobrepuja a uma só, sequer, das que ha a favor. E tanto mais que essa despesa é muito diminuida pela diferença no preço das expropriações, sem duvida mais baratas passando a linha para a margem direita do Tamega, a fim de ficar a estação em Santo Amaro.

Mas tudo isto, bem sabemos, não passa d'uma opinião sem outros efeitos do que os de ficar aqui registada. E acima da sua execução está vermos a nossa terra dotada, no mais curto espaço de tempo, com o caminho de ferro.

Pode-se, porém, conseguir-se isto e attender-se aquellas ponderosas razões, muito melhor seria.

Já retirou de Villa Pouca d'Aguiar a brigada encarregada dos estudos até as Pedras Salgadas. Desde Villa Pouca ás Pedras o estudo da linha foi feito pelo lado nascente, passando a par com a estrada real, e não pelo lado poente como primeiramente se havia dito.

A inauguração entre a Regoa e Villa Real parece certo que já não se realizará no anno corrente, por causa do atraso n'uma empreitada.

Não houve concorrentes á praça para o rompimento da primeira empreitada da secção de Villa Real ás Pedras Salgadas. Essa empreitada abrange a distancia desde aquella villa ao ribeiro da Vargem.

A causa de não haver arrematantes dizem-nos que foi por os preços do orgamento estarem calculados muito baixos.

Este contratempo dá origem a um lamentavel atraso, não inferior a dois meses.

Caminho de ferro

Já depois da composta a primeira pagina do nosso semanario tivemos conhecimento de que a commissão da mensagem resolveu, em reunião d'hontem, enviar a seguinte carta:

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo Coelho, Muito Digno Ministro do Reino.

Com intima satisfação e altamente penhorados nos dirigimos a v. ex.^o para reiterar os agradecimentos que telegraphicamente nos apressamos a enviar, como era nosso dever, que são tambem de todos os flavienses, por mais a prova que v. ex.^o acaba de dar do decidido empenho em impulsionar a construção do nosso caminho de ferro.

O telegramma que nos comunicava a energica e sabia portaria de v. ex.^o, a que imediatamente demos a maior publicidade, produziu o mais sincero rogojizo, e unanimidade, em todos os habitantes de Chaves. E podemos afoitamente dizer a v. ex.^o que a agradavel impressão foi profundissima, porque o facto do concurso para a empreitada de Villa Real á ribeira das Vargas haver ficado deserto, e a coincidencia da saída de v.-ex.^o da pasta das Obras Publicas, havia trazido aos espiritos a duvida de que as fundadas esperanças do desenvolvimento rapido da linha ferrea, se convertessem em realidade.

O telegramma de v. ex.^o vinda, pois, desanuviar-nos, deu-nos a convicção de que v. ex.^o, nem clivado á proeminencia do Poder, deixará de prestar o apoio efficaz para o melhoramento a que o nome de v. ex.^o ficará intimamente ligado, e em que esta região deposita as suas melhores esperanças para o seu progresso economico e moral.

Assim o esperamos, e mais uma vez nos confessamos immensamente gratos, subscrevendo-nos com o mais subido respeito,

Adm.^{os} muito reconhecidos, amigos, att.^{os} v.^{os}

Zephyrinus Arrochella Maia.
Joaquim José Pereira Coelho.
Antônio José Machado.
Nicolau Mesquita.
Manuel José de Sousa Morato.

O INTRANSIGENTE

, 11 de fevereiro de 1906

Caminho de ferro

Da Belgica e com destino á linha férrea da Regua a Chaves, chegaram ha dias cinco carruagens de 2.ª classe, que estão sendo montadas na Regua, para entrarem em serviço entre aquella localidade e Villa Real.

, 25 de fevereiro de 1906

Caminho de ferro

Em Villa Real principiaram, com grande entusiasmo, as preparativos para a solemnização da inauguração do caminho de ferro, no primeiro domingo de abril proximo.

, 18 de março de 1906

Caminho de ferro

Dizem de Villa Real, em data de 15 do corrente:

Em contrario do que se tem feito propagar, não é verdade, ao que nos consta, que a abertura da exploração do nosso caminho de ferro se effectue em abril e a inauguração oficial em maio. Se tal idéia appareceu nas estações officiais, creímos que foiposta de parte por motivos da maior consideração. As nossas informações são de que a abertura da exploração, como a inauguração oficial, do nosso caminho de ferro, se realizará na primeira semana de maio.

Nesta villa aumenta dia a dia o entusiasmo pelos festejos, que revestirão a maior solemnidade e cujo programma definitivo se espera com certa antecipação. É também de notar que fóra da capital do distrito não havia menor entusiasmo ou, pelo menos, havia nítida compreensão do regojo dos villarealenses.

Deve realizar-se no proximo sábado uma conferência do nobre Conde de Villa Real, digno Governador Civil do Distrito, com o illustre presidente da Grande Comissão dos Festejos, sr. dr. Antonio Lobato.

Consta nos que no domingo imediato se reunirá a sub comissão central, eleita na ultima reunião daquella Grande Comissão, a fin de resolver assuntos importantes.

Os trabalhos da construção da linha férrea entre Villa Real e Pedras Salgadas proseguem com toda a actividade.

CHAVES, 3 de abril de 1906

Caminho de ferro

Pelas 11 horas da manhã de anteontem deve ter chegado á estação de Villa Real a primeira locomotiva do caminho de ferro.

Preparavam-se grandes manifestações de regojo por aquele facto.

Por determinação superior foi resolvido, que a data da inauguração oficial da linha coincidisse com a do começo da exploração.

Dizem de Villa Real que as obras da estação estão muito adiantadas, achando-se quasi concluída a linha telegráfica.

6 de maio de 1906

Caminho de ferro

Parece que tudo se prepara para dentro de breves dias ser aberta á exploração a linha férrea da Regua a Villa Real, sendo a sua inauguração solene e oficial sómente em setembro proximo.

13 de maio de 1906

Caminho de ferro

Quando esta notícia tiver saído ao público, já a formosa capital do nosso distrito terá inaugurado, com todo o entusiasmo e a maior alegria, o seu caminho de ferro.

As festas, muito imponentes e brillantes, segundo o programma estabelecido pela respectiva comissão, são de carácter essencialmente popular: musicas, iluminações, fogos de artificio, etc.

Milhares de vozes entoarão aplausos frenéticos á vista do primeiro comboio que magestosamente dê entrada na estação de Villa Real.

O echo vibrante dessas vozes reverberando-se em toda a província transmontana, anunciando aos seus habitantes e importante melhoramento, faz os exultar d'alegría e d'esperança repetindo as exclamações jubilosas do povo villarealense.

Congratulando-nos vivamente com a satisfação que n'este momento domina os nossos estimados irmãos de Villa Real, d'aqui lhes dirigimos as nossas mais veementes saudações, os nossos parabéns mais sinceros.

O sr. presidente da camara municipal d'esta villa enviou hontem, em telegramma, ao seu collega de Villa Real, entusiasticas saudações.

Pelo commando dos bombeiros voluntários foram também enviados telegrammas de felicitação ás duas corporações de bombeiros de Villa Real.

23 de maio de 1906

Caminho de ferro

Dizem de Villa Real que já se nota um grande movimento de mercadorias pela nova linha férrea; achando-se o vasto armazém da estação d'aquela villa repleto de voluntários, que se destinam a povoações mais afastadas da localidade, pois que as consignadas a Villa Real e vizinhanças são retiradas pelos destinatários á medida que se procede à respectiva descarga.

O movimento de passageiros tem sido também bastante considerável.

Por ser de interesse geral, dâmos adiante, e reproduziremos algumas vezes mais, a tabella de preços e horário da nova linha.

, 23 de dezembro de 1906

Caminho de ferro

A folha oficial publica o aviso de que no dia 22 de janéiro proximo, pela 1 hora da tarde, se ha de proceder perante a direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro e na sua sede, na estação de Campanhã, ao concurso publico para a adjudicação de uma empreitada, designada pela letra O, do assentamento e balastragem de via do caminho de ferro da Regua a Chaves, 2.ª secção: Villa Real a Pedras Salgadas.

O deposito para ser admittido á licitação é de 485.000 reis.

*
O sr. ministro das obras públicas aprovou o projecto da modificação do ramal da estação de Villa Pouca d'Aguilar.

O INVESTIGANTE

10 de março de 1905

Caminho de ferro

Conselho d'Administração dos Caminhos de ferro do Estado foi pre-
sentado o projecto da linha comprehen-
siva entre Villa Real e a estação de
Salgadas, dizem ser um trabalho
muito conscientioso. Que muito
se sr. Alfredo Ferreira autor do
projecto.

A media "quilometra" está calculada
em centos de réis.

Admitindo à essa quantia o custo do
material circulante e o excesso do pre-
ço de construção da Regua a Villa
Real, a media do custo de cada kiló-
metro da Regua a Chaves, será de 15
milhões.

Divendo a extensão de toda a linha
por 100 quilometros, o que
deverá ser aproximadamente,
1000 contos de Réis.

Além de serio arrematadas as
linhas de construção da infra-
estrutura a associação de Villa Real a Pe-
deira Salgadas, sendo as obras divididas
em pequenas tarefas, o que encorria
que a sua realização se fizesse

10 de abril de 1905

Caminho de ferro

Negos, sexta-feira ultima, à
villa o sr. Moreira da Fonseca,
distinto engenheiro, encarre-
gou de fazer os estudos do nosso
caminho de ferro, desde esta villa
até Víago.

Os trabalhos de campo começam na segunda-feira.

Deste modo estão cumpridas as
últimas promessas, do illustre mi-
nistério das obras publicas, sr. con-
selheiro Eduardo José Coelho.
Em nome de todos os povos de
nó concelho, mais uma vez, agra-
fado a sua dedicação pelo seu bem
estar e progresso.

29 de abril de 1905

Caminho de ferro

Como já dissemos em outro lugar,
ficou deserta a praça para arremata-
ção da construção do primeiro lance
do caminho de ferro, ao norte de Villa
Real.

Causou dolorosa impressão este
acontecimento, pela demora resultan-
te de novo concurso, que não impor-
tará em menos de dois meses.

Estavam todos debaixo d'esta
pesada impressão, quando foram re-
cebidos n'este villa os telegrammas,
que abaixo transcrevemos, expedidos
pelo sr. ministro do reino, conselheiro
Eduardo José Coelho.

Ao deixar a pasta das obras pu-
blicas o sr. conselheiro Eduardo José
Coelho, quiz tranquilizar os seus con-
terraneos, naturalmente sobressaltados
pela sua saída das obras publicas e
pelo resultado da ultima arrematação,
assegurando-lhes a construção im-
ediata do caminho de ferro ao norte
de Villa Real, caso falhasse a proxima
arrematação, a que marcou um curto
prazo.

Não tem limites o reconhecimento
dos povos d'este concelho a tanta de-
dicacão.

Restabelece-se a confiança, em que
nada poderá demorar a consecução
dos nossos mais almejados e justos
desejos.

General Maia

Chaves,

Queria informar commissão, e dar
a devida publicidade, que fiz expedir
portaria, abrindo novo concurso, por
dez dias, e, quando fique deserto, or-
denai que a direcção respectiva fizes-
se executar por tarefas os trabalhos
da empreitada. Serão removidos todos
os embargos imediatamente con-
strucção.

O ministro do reino,

Eduardo J. Coelho.

Conselheiro Eduardo José Coelho —
Ministro do Reino

Lisboa.

Profundamente gratos agradecemos
a V. Ex.* a sua energica e sabia decli-
ção, salvando de naufrágio certo a
construcção rápida do caminho de fer-
ro de Villa Real para Chaves. A este
acto de V. Ex.* démos a maxima pu-
blicidade.

O regozijo de nós todos, sem ex-
cepção, é indescriptivel.

Felicitamos o nosso illustre e ma-
gnanimo conterraneo pela sua Ascen-
ção á proeminencia do Poder e roga-
mos-lhe que continue tendo-nos em
membrança, velando pelos nossos su-
grados interesses e justas aspirações.

A comissão da mensagem,

Zephyrino d'Arrachella Maia.

Joaquim José Pereira Coelho.

Antonio Machado.

Nicolau Mesquita.

Manoel de Souza Morato.

Associação Commercial

Chaves.

Assignai e fiz expedir portaria
abrindo novo concurso por dez dias, e
quando fique deserto, ordenai que a
direcção Minho e Douro executasse
por tarefas os trabalhos da empreita-
da. Não ha o menor perigo na demora
da construcção.

Ministro do reino,

Eduardo J. Coelho.

Caminho de ferro

Ficou completamente deserta a
praça, que devia ter lugar no dia
18, conforme os annuncios officiaes,
para o rompimento do lance do
nosso caminho de ferro, compre-
endido entre Villa Real e o ribei-
ro das Vargas.

Aponta-se como causal o preço
excessivamente baixo dos res-
pectivos orçamentos. Este contra-
tempo, embora não seja de natu-
reza a causar-nos sobressaltos, de-
mora, pelo menos, dois meses mais
o começo dos trabalhos; se supo-
riamente continuar a haver boa
ventade, como crêmos haverá, de-
terminar o mais breve possível a
construcção da linha ferrea.

A VOZ DE CHAVES

Caminho

de ferro

Foi ontem recebida a notícia de que a demora de dois meses que se calculava ser indispensável para começarem os trabalhos do caminho de ferro á quem de Villa Real, na secção compreendida entre aquella villa e as Pedras Salgadas, fôr reduzida em virtude d'uma portaria expedida pelo sr. conselheiro Eduardo Coelho. O nobre ministro antes de deixar a pasta das obras públicas praticou este novo acto que affirma a sua vontade de que os trabalhos continuem sem delongas. Entre a Regua e Villa Real tem continuado sempre desde que foram inaugurados, pelo que é de justiça que para cá de Villa Real aconteça o mesmo.

A seguir publicamos os telegrammas que sua ex.^a dirigiu para esta villa, tranquilizadores para os flavienses, pois que após tantas esperanças de que a construcção não sofreria interrupção, como o afirmavam as muitas comunicações aqui recebidas, começava-se a duvidar, em virtude das circunstâncias inprevistas que se deram, que as promessas viessem a realizar-se.

Porem, a construção sempre continua. As duvidas são desfeitas pelos telegrammas do nobre ministro que inscremos bem como as respostas:

General Maia

Chaves

Queira informar a comissão e dar a devida publicidade que fiz expedir a portaria abrindo novo concurso por dez dias, e quando fique deserto ordenei que a direcção respectiva fizesse executar por tarefas os trabalhos da empreitada. Serão removidos todos os embarracos na imediata construção.

O Ministro do Reino,
E. J. Coelho.

Ex.^{mo} conselheiro Eduardo José Coelho

Lisboa.

Profundamente gratos agradecemos a v. ex.^a a sua energica e sábia decisão, salvando de naufrágio certo a construcção rápida do caminho de ferro de Villa Real para Chaves. A este acto de v. ex.^a deu-nos a maxima publicidade. O regozijo de nós todos, sem excepção, é indescriptivel.

Felicitamos o nosso illustre concierto pela sua ascensão à proeminencia do poder e rogamos-lhe que continue tendo-nos em lembrança, velando pelos nossos sagrados interesses e justas aspirações.

Zephyrino Arrochilla Maia.
Muniz Moreto.

Antonio José Machado.

Joaquim José Pereira Coelho.
N. Mesquita.

30 DE ABRIL DE 1905

Associação Commercial

Chaves

Assignei e fiz expedir a portaria abrindo concurso por dez dias, e quando fique deserto ordenei que a direcção do Minho e Douro executasse por tarefas os trabalhos da empreitada, não havendo o menor perigo na demora da construcção.

O Ministro do Reino,
E. J. Coelho.

Ex.^{mo} conselheiro Ministro do Reino,
Eduardo José Coelho

Lisboa

A Associação Commercial de Chaves immensamente reconhecida vem agradecer a v. ex.^a o seu telegramma de ontem, o qual vem encher de satisfação todos os habitantes d'esta villa. Confiadamente continuamos esperando do alto valimento, rasgada dedicação e alta protecção de v. ex.^a por este nosso grande melhoramento.

O presidente,
Antonio José Machado.

*

Foram bem recebidas na nossa terra as considerações publicadas no numero passado d'A VOZ DE CHAVES, sobre os inconvenientes da estação do caminho de ferro d'esta villa ficar na veiga.

Desde que se começou a falar em viação acelerada para Chaves, há muitos annos, sem se indicar outro local que não fosse o escolhido proximo do bairro de S. Bento, nos estudos feitos para a linha do Tamega, salvo erro, não foram considerados os inconvenientes para a futura parte da villa. Na aancia de termos a nossa terra dotada, com caminho de ferro, nós, os flavienses, não havemos demorado a nossa attenção, nem por pequenos instantes, sobre a mais preferível localização para a a estação em face de outros interesses também a considerar.

Pensava-se apenas em termos caminho de ferro. Effectivamente, isso é o principal da questão. Todavia, sem que resulte protocolamento ou que resultem prejuízos para interesses criados pelo commerce de Chaves ou para quaisquer outros presentemente visíveis, parece-nos que se podia attender não só à questão de aformoseamento da villa, mas também às questões económicas e de salubridade, mais importantes do que aquelle e muito dignas de serem devidamente ponderadas.

Sendo a estação construída nas imediações de Santo Amaro, são incontestáveis, como já dissemos, as vantagens para Chaves, no que respeita a aformoseamento, economia e salubridade locais.

Falando em economia, referimos mais em particular à valorização de terrenos hoje de pequeno valor pelo seu pequeno rendimento, como

grande parte dos situados para os lados de Santo Amaro, enquanto que os da veiga estão valorizados. Pela circunstância d'estes terrem a linha ferrea um pouco mais proxima em quasi nada melhoraria, além de que uma parte relativamente importante pela sua produção e fertilidade desaparecerá para dar lugar a construções. Nenhum d'estes inconvenientes se daria em Santo Amaro. E na villa haveria mais vida, porque o numero de individuos a utilizarem-se da linha ferrea é maior da região da margem esquerda do Tamega pelas suas naturaes condições, e teriam como passagem forcada a sua travessia.

A questão de salubridade é também palpável e impõe-se à primeira vista. A parte nova da villa ficará em pessimas condições hygienicas, sem escoante, assente em terrenos pantanosos ou alagadiços, exigindo até alicerces em estacaaria. Comprende-se que n'estas condições, como tambem dissemos, as febres palustres serão endémicas.

E tudo isto difícil de remediar, se não impossível, se a estação ficar na veiga, evitá-se-ha sendo em Santo Amaro, não havendo outra razão a oppôr além do dispêndio de mais alguns contos para a linha ferrea passar d'uma para outra margem do Tamega, despesa que é attenuada pela inferioridade de preços das expropriações na margem direita em que os terrenos são em geral mais baratos.

Esboçando estas idéas e reproduzindo-as hoje, é apenas a manifes-

tação d'uma opinião, e desejo, ainda que d'isto não passe.

Parce-nos que é caso para ponderação pelo grau de importância que tem para o futuro de Chaves. E, por isso, não o é menos para o estudo dos competentes.

*

A direcção do caminho de ferro do Minho e Douro mandon já, em virtude de ordem superior, anunciar o concurso para a arrematação da empreitada compreendida entre Villa Real e o ribeiro de Vargas.

Essa praça terá lugar no dia 10 do proximo mez de maio e, se ficar deserta, a construcção será feita por administração do estalo, como consta dos telegrammas.

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

CHAVES - Quarta-feira, 17 de maio de 1905

Teve lugar, dia 10, a segunda praça para arrematação da empreitada do nosso caminho de ferro, desde Villa Real até ao ribeiro das Vargas, que, como a anterior, ficou deserta.

Em consequência d'este facto, que o ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho tinha previsto, e para o qual tinha providenciado, vindo a realizar-se, antes da sua saída da pasta das obras públicas, vão começar os trabalhos por conta do Estado, por pequenas tarefas, que, segundo se diz, dará uma economia importante para o Estado. Oxalá se não demorem.

O ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, embora já não corra pela sua pasta tão importante assunto, mas uma vez mostrou não perder de vista os nossos instantes interesses, como se vê dos telegrammas e carta, que transcrevemos:

General Maia — Presidente da comissão
Chaves

Encarregamo s. ex.^a o ministro de

Ihe dizer, que não tendo sido arrematado o troço do caminho de ferro de Villa Real ao ribeiro das Vargas, vai ser mandado construir por conta do governo. Hoje parte para o Porto o engenheiro Fernando Souza para tratar disso.

O secretário,

Antonio Bernardo Gomes.

Capitão Gomes; secretário do ex.^{mo} ministro do reino

Lisboa.

Pedimos a v. ex.^a a fineza de apresentar ao ex.^{mo} ministro os nossos agradecimentos pelo decisivo interesse na construção do caminho de ferro directamente por conta do Estado, removendo assim todos os obstáculos, o que conquistou indizível e profunda gratidão em todo o concelho.

Maya,

Coelho.

Machado.

Mesquita.

Morato.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, Muito Digno Ministro do Reino

Com muita satisfação, mais uma vez, nos dirigimos a v. ex.^a para agradecer a intervenção eficaz de v. ex.^a a fim de obstar ao protelamento para a construção da empreitada de Villa Real, ao ribeiro das Vargas, da nosso tão almejado caminho de ferro. A notícia da partida do ex.^{mo} sr. conselheiro Fernando de Souza, ilustre secretário do conselho de administração

dos caminhos de ferro do Estado, para activar a realização efectiva d'aquele melhoramento, foi por nós levada ao conhecimento dos nossos concorrentes que, por este novo serviço de v. ex.^a se mostram muito gratos.

E, como elles, nós imensamente agradecidos e com intimo júbilo nos subscrivemos, com o maior respeito e a mais subida consideração,

De v. ex.^a
Amigos devotados e crados
muito atenciosos e obrigadíssimos

Zephyrino d'Arrachella Maia,
Joaquim José Pereira Coelho,
Antonio José Machado,
Nicolau Mesquita,
Manoel de Sousa Morato.

Administrador do concelho

Fago público que é completamente destituído de fundamento o boato e quaisquer notícias propagadas no sentido de que o governo abandona a proposta de lei sobre o contracto dos tabacos.

Desminta quaisquer notícias que circulem nesse sentido.

O Governador civil,

Conde da Villa Real.

A VOZ DE CHAVES

14 DE MAIO DE 1905

CAMINHO DE FERRO

Linha do valle do Tamega

Em 4.º do corrente mês foram inaugurados em Amarante, com grandes festejos, os trabalhos de construção do caminho de ferro do Tamega.

Ao jubilo dos amarantinos nós devemos associar, porque esse inicio de construção representa um grande passo na realização d'aquele melhoramento com que esta villa tem a lucrar.

A linha do valle do Tamega é de mais alto interesse para Chaves, não só pela facil comunicação em que nos põe com o Minho, mas também porque muito nos encurta a viagem para o Porto com que em maior escala são as transacções da nossa terra. A região minhota que atravessa, com que muitão nos convém estreitar relações que garantiriam a collocação para muitos dos produtos d'aqui, é muito fértil contribuindo bastante para a incontestável importância da linha.

Já A VOZ DE CHAVES publicou considerações breves mas que evidenciavam o grande interesse que para o norte d'este distrito adviria do caminho do Tamega, sendo dos esfíduos e preferível para nós.

Tem havido, porém, obstáculos, de ordem diversa, à sua realização. Conhecendo-se alguns e anciacos pela viação acelerada que nos arrancasse do isolamento em que temos estado, do melhor grado aceitávamos e agradecemos qualquer dos projectados.

Foi o da Regoa o primeiro a começar a construção e sincera foi a alegria por vermos aproximar o caminho de ferro da nossa terra. Agora voltou a tratar-se, e com aparição de bons resultados, como se deprehende das notícias que no numero passado publicámos, do caminho de ferro do Tamega. Melhor seria que efectivamente das bons aparições passassemos à realidade.

Se a linha do Tamega é preferível, nem por isso deixam de ser bons, e desejáveis, todos. Será fortuna de mais para Chaves, mas não pôde a fôrma prolongada, suceder a fártura?

Houve quem conseguisse que o caminho de ferro do Tamega se realizasse e os concelhos a que ella interessava, àquem de Amarante, esforçaram-se também para que os trabalhos ajoassem o maior incremento. De todos, o nosso é dos que mais lutaram e por isso justo é que os esforços d'aquelle povos tenham

Ficou deserta a segunda praça para a arrematação da 1.ª empreitada da 2.ª secção do caminho de ferro da Regoa a esta villa. Como A VOZ DE CHAVES disse, devia ella realizar-se na passada quarta-feira, 10 do corrente, e não havendo concorrentes a construção começaria imediatamente, em cumprimento da portaria que o sr. conselheiro Eduardo Coelho expediu antes da saída da pasta das Obras Públicas.

A essa providencia se referem os seguintes telegrammas e carta, trocados por causa d'ella:

General Maia

Presidente da Comissão

Chaves.

Encarregue-me s. ex.^a o Ministro de lhe dizer que não tendo sido arrematado o troço do caminho de ferro da Villa Real ao ribeiro das Vargas, vai ser mandado construir por conta do governo. Hoje parte para o Porto o engenheiro Fernando Sousa para tratar d'isso.

O Secretário,
António Fernandes Gómez.

Capitão Gomes, secretario do ex.^{mo}
Ministro do Reino

Lisboa

Pedimos a v. ex.^a a finéza de apresentar ao ex.^{mo} Ministro os nossos agradecimentos pelo decisivo interesse na construção do caminho de ferro directamente por conta do Estado, removendo assim todos os obstáculos, o que conquistou indizível e profunda gratidão em todo o concelho.

*Magri.
Coelho.
Machado.
Mesquita.
Morato.*

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, Muito Digno Ministro do Reino

Com muita satisfação, mais uma vez, nos dirigimos a v. ex.^a para agradecer a intervenção efficaz de v. ex.^a a fim de obstar ao protelamento para a construção da empreitada da Villa Real ao ribeiro de Vargas, do nosso tão almejado caminho de ferro. A notícia da partida do ex.^{mo} sr. conselheiro Fernan-
da de Sousa, ilustre secretario do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, para activar a realização efectiva d'aquele melhoramento, foi por nós levada ao conhecimento dos nossos conterrâneos que por este novo serviço de v. ex.^a se mostraram muito gratos.

E, como elles, nós imensamente agradecidos e com intimo jubilo nos subscrivemos, com o maior respeito a e mais subida consideração,

De v. ex.^a

Amigos devotados e creados muito attenciosos e obrigadíssimos

*Zephyrinho d'Arrochella Maia.
Joaquim José Pereira Coelho.
António José Machado.
Nicolau Mesquita.
Manuel de Sousa Morato.*

A VOZ DE CHAVES

CAMINHO DE FERRO

Linha do valle do Tamega

Sobre o caminho de ferro do valle do Tamega de que A VOZ DE CHAVES se ocupou no numero passado e se tem ocupado varias vezes, publicava ha dias o importante e popular diario do norte, O Primeiro de Janeiro, algumas linhas que julgamos de interesse o seu conhecimento para os nossos leitores.

Por isso as transcrevemos:

Futuro de Chaves

Com razão pediram os proprietarios de Basto que a directriz da linha ferrea se aproxime de Fermil e Freixieiro, centros de cultura e regiões mais povoadas do concelho.

Eu venho lembrar á villa de Chaves, ás camaras de Ribeira de Pena, de Cabeceiras e de Celorico e ainda á de Felgueiras que há mais alguma coisa a pedir, com justica.

Desde que Chaves se liga ao Porto atravez de Basto, desde que esta linha é destinada a entroncar com a rede hespanhola, ella não pode ser de via reduzida, sem comprometer o futuro de Chaves, das estancias de Vidago, Pedras Salgadas e dos proprietarios de Basto, Ribeira de Pena, etc. Toda a gente sabe que a linha do Douro é já quasi insuficiente para o seu movimento.

Uma linha, partindo de Chaves por Cavez, aproximando-se do Arco de Baulhe, Fermil, Freixieiro e seguindo por Felgueiras ao encontro da linha do Douro, embora para isso necessitasse de um ou dois pequenos tuneis nas alturas do Castello de Moreira, teria garantido o seu rendimento desde já e sobretudo de futuro. Mas esta linha não pode ser de via reduzida! A isso se deverão oppôr tenazmente, olhando para o futuro, as Estancias servidas: que commodidade, que vantagens para elles, se os comboios rápidos podessem transportar os seus freqüentadores directamente de Lisboa ou do Porto até ali, ou muito perto?

Custa mais dinheiro, sem duvida, uma linha de via larga, mas a sua exploração é relativamente mais barata, desde que haja movimento garantido, como aqui, e o seu rendimento pode chegar onde nunca chegaria o de uma via reduzida, que jamais poderá ser transformada, ficando assim, definitivamente tolhido o futuro das regiões interessadas. Não me digam que ha falta de dinheiro; se se o governo fizer outra loteria, e der coimo garantia a linha de Chaves, arranjará no paiz dois mil contos para ella. Demais tambem as linhas de via larga se podem fazer com menor despesa do que, em geral, se tem conseguido, em Portugal.

21 DE MAIO DE 1905

Ao distinto engenheiro, sr. Fernando de Sousa, cabe muita responsabilidade n'este assumpto, e se elle se devem dirigir, assim como ao nobre ministro das obras publicas, as camaras de Chaves, Ribeira de Pena, Cabeceiras e Celorico de Basto, Felgueiras e administradores das Empresas de Vidago e Pedras Salgadas.

Z.

A publicação do que acaba de ler-se sucedeu a do seguinte, também n'O Primeiro de Janeiro, que pelas razões anteriores transcrevemos:

Por Chaves

Li o comunicado, n.º 105. O sr. Z. esqueceu-se falar na importancia militar de Chaves, que é grande. Digo mais que só Vidago

manda diariamente, cerca de quatro mil garrafas e recebe outras tantas. Quanto poderá aumentar, quanto virá a remetter Pedras Salgadas, para as colonias africanas, logo que as suas águas possam vir directamente d'ali ao acostavel de Leixões? Temos ainda a grande quantidade de vinho, batata, castanha, milho, centeio, trigo, tanto das cercanias de Chaves, como dos ferteis concelhos de Basto! Depois a gente rica das cidades já mal supporta as velocidades e as accommodações das vias reduzidas, quando a viagem é longa, como aqui. Com que enfado deixarão os expressos do Douro, para seguir na carripana horas e horas!

Nós achamos bom, agora, porque ainda estamos peor; mas d'aqui a meia duzia d'annos, havemos de reconhecer a mesquinhez da nossa exigencia, e havemos de espantar-nos do erro economico em que cahiram aquelles que assim traçaram a obra, imprevidentemente — sim, não é preciso muito talento para comprehender que esta linha vira a ser insuficiente!

14/5/1905.

Velho assignante.

A VOZ DE CHAVES

28 DE MAIO DE 1905

CAMINHO DE FERRO

Do fóssil collega *O Povo do Norte* transcrevemos as judicosas considerações, que sobre a continuação dos trabalhos do caminho de ferro àquem de Villa Real publicava no seu último número, e a propósito da impressão produzida n'aquela localidade por haver ficado deserto o concurso para a empreitada d'ali ao ribeiro da Varge:

«Ficou novamente deserta a concorrência a praça realizada dia 10 do corrente, para a arrematação da empreitada do troço do nosso caminho de ferro, compreendido entre esta villa e o ribeiro da Varge, e pertencente à secção de Villa Real ás Pedras Salgadas.

Este facto determinou entre a população d'esta villa notável contrariedade, por se acharem cinqüinhos todos os habitantes d'este concelho em verem construída no mais curto prazo de tempo não só a secção compreendida entre a Regoa e Villa Real, mas toda a linha, destinada a beneficiar este distrito e portanto à sua capital.

E' de simples intuição que uma capital de distrito carece de se achar ligada a todos os seus concelhos por meios de viação comoda, rápida e de fácil transito, mas essa necessidade, que em tese se evidencia para com todas as povoações, sobrindo importância no caso presente por ser a villa de Chaves, pela sua numerosa população, pela sua riqueza agrícola e pela sua situação junto d'a fronteira, destinada a colher os mais importantes benefícios d'este melhoramento.

Villa Real nem considerada isoladamente, nem só o ponto de vista de capital de distrito, deveria descurar que o caminho de ferro, destinado a servir a sua população, ficasse aquí estacionado por grande lapso de tempo. Mas como capital de distrito cumprilhe empregar todos os esforços para que Chaves e as demais capitais conciliariam quanto antes dos benefícios da viação acelerada, só encaminhem de nodadamente pela senda do progresso, pois que todos os melhoramentos por elas adquiridos ou conquistados, se virão reflectir na nossa povoação, engrandecendo a sua importância, a sua riqueza e desenvolvimento.

Sustentar o contrario seria não compreender as leis que regem os phantomeiros sociais, não as assimilar e não se compreender da sua evidencia. Felizmente toda a população d'esta villa se tem manifestado orientada por estes princípios, que são os rationaes e os mais adequados às modernas formulas pelas quais o progresso urbano se define e assinala; se fixa e promove.

Par isso a falta que referimos no começo d'esta notícia causou desântio gravadél impressão n'esta villa, impressão mal dissipada pela promessa de que a linha se ia construir por administração do Estado, ou parceirada em pequenas tarefas.

A construção por administração directa será sempre mais morosa do que realizada por empreiteiros, para com quem o Estado dispõe de meios coercivos energicos e próprios para lhes fazer acelerar a actividade.

Seja, porém, qual for o meio de que se lance mão, o que é necessário é que a linha se construa no mais limitado espaço de tempo, que ella se ultime e ponha á exploração no mais curto prazo, que, sejam outorgados aos povos d'este distrito os largos benefícios que de semelhante acontecimento se derivarão.

Exige-se a justiça e exigem-na os

mais elementares preceitos da equidade, que tem a população d'este distrito em manifesta inferioridade em relação aos de outras regiões mais afortunadas ou menos desprezadas pelas atenções do poder central.

Mas esse preceito será felizmente cumprido d'esta vez, dar-se-lhe-lá inteira e cabal satisfação. O nosso distrito será dotado com esse melhoramento, que há muito lhe devia ser outorgado e que, mercê de diversos factores, lhe não havia sido concedido.

O tempo de se nos fazer intona e cabal justiça sóou finalmente.

Concordamos com o collega nas linhas gerais do seu artigo. Em relação, porém, a ter soado, a hora de inteira e cabal justiça para Chaves ainda nos parece cedo para essa afirmação, pelo menos em tom tão católico.

Oxalá a pudessemos já fazer!

Linha do valle do Tamega

Em grande parte da região de Basto manifestou-se um entusiastico movimento para alcançar do governo a construção do caminho de ferro valle do Tamega, tendo nesse sentido subido já representações, em que além da necessidade d'essa linha se pondera também a maior conveniencia que resultaria de ser de via larga.

E' este um assumpto de mais alta importancia para Chaves, porque aquella caminho de ferro, pelas razões que expnemos e já conhecidas dos leitores d'A VOZ DE CHAVES, é o que mais vantagens oferece a esta região.

20 DE JUNHO DE 1905

Caminho de ferro

Foi auctorizada a terraplenagem, por contracto particular, no largo de Villa Real ao ribeiro de Varge, da 2.ª secção do caminho de ferro da Régua a esta villa.

Estes trabalhos, segundo nos informam, começarão no proximo mez de julho, mas além da demora havidia para o seu inicio não terão o desenvolvimento rapido que se esperava e attingiriam por arrematação, pelos motivos já expostos n'A VOZ DE CHAVES.

O FLAVIENSE

CHAVES—TERÇA-FEIRA 2 DE MAIO DE 1905

Caminho de ferro

O sr. conselheiro Eduardo José Coelho acaba de dar mais uma frisante prova do muito que se interessa pelos progressos de Chaves, mostrando a todos os seus conterrâneos quanto podem esperar do seu alto valimento em favor dos melhoramentos de que tanto necessitamos.

O ilustre ministro, avaliando a desagradável impressão que teria causado aos flavienses a falta de concorrentes à empreitada da construção do caminho de ferro, no lanço de Villa Real ao ribeiro das Vargas, não quis entregar a pasta das obras públicas sem que, por um acto da sua energica iniciativa, apagasse os sobresaltos resultantes do fôrçado adiamento d'aquella construção.

E assim, sua ex.^a assignou-se fez expedir uma portaria na qual se determina a abertura de novo concurso para a referida empreitada, pelo prazo de dez dias, apenas, ordenando, alem disso, à direcção dos caminhos de ferro do Minho e Dourô que, no caso de ficar novamente deserto o concurso, proceda imediatamente à construção do lanço, por administração directa, dividindo-o para isso em pequenas tarefas.

Com esta acertada providencia do nobre ministro fica assim assegurado o seguimento da linha ferrea de Villa Real para Chaves, o que em todos os habitantes da villa e concelho produziu, como era natural, a mais agradável impressão.

O nosso dedicado e benemérito conterrâneo teve a amabilidade de comunicar a sua resolução à Associação Commercial d'esta villa e ao sr. general Arrochella Maya, telegraphando-lhe na quinta feira à noite a categorica afirmação de não haver o menor perigo para os interesses de Chaves n'esta pequena demora da construção.

A esses telegrammas, que não inserimos na íntegra por já serem conhecidos de todo o público, responderam logo o sr. general Maya e o sr. Antonio Machado, presidente da Associação Commercial, manifestando o grande regosijo que em toda a população causaram os telegrammas de sua ex.^a, transmitindo os votos de reconhecimento e gratidão dos flavienses para com o seu grande protector, e affirmando a inteira confiança com que todos continuamos a esperar que o nobre ministro do reino haja persistir nos benefícios que tão notavelmente nos prestou enquanto sobreou a pasta das obras publicas.

Estes telegrammas interpretaram fielmente o sentir geral e por isso a sua leitura produziu em toda a villa a melhor impressão de agrado.

Em seguida inserimos a carta em que a commissão flaviense, presidida pelo ex.^m general Maya, ratificou os agradecimentos da população de Chaves ao nobre ministro do reino, já transmitidos nos telegrammas a que acabamos de referir-nos:

III.^m e Ex.^m Sr. conselheiro Eduardo José Coelho, muito digno Ministro do Reino.

Com intima satisfação e altamente penhorados nos dirigimos a v. ex.^a para reiterar os agradecimentos que telegraphicamente nos apresentámos a enviar, como era nosso dever, que são também de todos os flavienses, por mais a prova que v. ex.^a acaba de dar do decidido esforço em impulsionar a construção do nosso caminho de ferro.

O telegramma que inos comunica va a energia e sabia portaria de v. ex.^a, a que imediatamente demos a maior publicidade, produziu o mais sincero regosijo, e unanimemente todos os habitantes de Chaves. E podemos afoitamente dizer a v. ex.^a que a agradável impressão foi profundiamente, porque o facto do concurso para a empreitada,

de Villa Real á ribeira das Vargas haver ficado deserto, e a coincidência da saída de v. ex.^a da pasta das Obras Públicas, havia trazido aos espíritos a dúvida de que as fundadas esperanças do desenvolvimento rápido da linha ferrea, se convertessesem em realidade.

O telegramma de v. ex.^a vindo, pois, desanuviar-nos, denos a convicção de que v. ex.^a, nem elevado á preeminência do Poder, deixará de prestar apoio eficaz para o melhoramento a que o nome de v. ex.^a ficará intimamente ligado; e em que esta região deposita as suas melhores esperanças para o seu progresso económico e moral.

Assim o esperámos, e mais uma vez nos confessamos imensamente gratos, subscrivendo-nos com o mais subido respeito.

De V. Ex.^a
Adm.^m muito reconhecidos,
amigos, att.^m ven.^m
Zephyrinho Arrochella Maya.
Joaquim José Pereira Coelho.
Antônio José Machado.
Nicolau Mesquita.
Manuel José de Sousa Morato.

TERÇA-FEIRA 9 DE MAIO DE 1905

Caminho de ferro

E amanhã que, perante a Directriva dos caminhos de ferro do Minho e Douro, se realiza a nova praça para arrematação da empreitada de construção do lanço da nossa via ferrea, comprendendo entre Villa Pouca de Aguiar e o ribeiro das Vargas,

Se a falta de concorrentes à primeira praça foi originada em qualquer *complot* dos empreiteiros, movidos por gananciosos intuições, é de crer que amanhã já elles tenham modificado os seus propósitos de abstêncio, em vista da energica resolução do sr. conselheiro Eduardo José Coelho, de mandar construir o lanço por administração directa, caso o concurso fique novamente deserto.

Assim, quer de um, quer de outro modo, a construção será em breves dias iniciada e nós teremos enfim a satisfação de ver avançar e approximar-se-nos um melhoramento público de mais capital importância, que ficaremos devendo ao poderoso impulso do nosso benemerito conterraneo, pois que, mesmo fôr do ministerio das obras públicas, o illustre flaviense promete continuar a empenhar todo o seu alto valimento no sentido da mais rápida satisfação das nossas antigas e legítimas aspirações.

TERÇA-FEIRA 16 DE MAIO DE 1905

Caminho de ferro

Na passada quinta feira o sr. general Arrochella Maya recebeu um telegramma de Lisboa em que lhe foi comunicado que, tendo ficado novamente deserto o concurso que fôraberado para a empreitada de construção do nosso caminho de ferro, no lanço de Villa Pouca d'Aguiar ao ribeiro das Vargas, a direcção do Minho e Douro ia começar imediatamente os trabalhos da construção por administração directa, tendo já partido para o Porto, assim de dar as necessarias instruções para tal serviço, o sr. engenheiro Fernando de Souza, digno e distintíssimo secretario do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado.

O referido telegramma foi expedido ao sr. general Maya por ordem do sr. conselheiro Eduardo José Coelho, o que, sendo mais uma demonstração de que o illustre flaviense não desiste de impulsionar quanto possa os trabalhos do nosso caminho de ferro, nos dá segura garantia de nenhuma termos a sofrer com a extraordinaria falta de concorrentes à empreitada, já por duas vezes posta a concurso.

Fazemos os mais ardentes votos para que o distinto estadista persista no seu generoso propósito de engrandecer a nossa terra; e por que o prolongamento da linha do Corgo, de Villa Real até Chaves, muito contribuirá para o maior rendimento das linhas do Minho e Douro, temos as mais bem fundadas esperanças de que o sr. conselheiro Fernando de Souza e o conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado hão de activar os trabalhos de construção do lanço que vai iniciar-se, assim como os estados dos restantes lanços ás estadas villa, além de que o mais cedo possível possam as referidas linhas auferir os grandes lucros que d'esta região do país é lícito esperar.

E assim, em contrario das refeições que a alguns dos nossos conterrâneos temos ouvido manifestar, nós estamos convencidos de que a construção por administração directa do Estado, de modo algum será mais onerosa do que se para a empreitada tivessem aparecido concorrentes.

O INTRANSIGENTE

Caminho de ferro

Referem de Villa Real:

A linha ferrea da Regoa a Villa Real continua a constituir objecto de admiração de todos os individuos que por ella transitam, e que não cessam nem se cansam de encarregar a paisagem que ininterruptamente a acompanha, a flexibilidade das suas curvas, a facilidade com que o material se adapta ao traçado, o imprevisto panorama que a linha oferece aos viageiros, etc.

Semelhante impressão não a des�eta a linha somente no ânimo dos individuos estranhos à região e que pela primeira vez transitam pela referida estrada.

A todas as pessoas d'esta villa tem acontecido o mesmo, e identicamente está sucedendo todos os dias aos que por ella passam.

Por isso, quasi diariamente, se estão organizando passeios à Regoa e a outras estações e apeadeiros da linha, por pessoas de Villa Real, e todas elas voltam da curta digressão encarregando as circunstâncias que deixaram acima esboçadas.

Na quinta feira ultima os comboios que d'esta villa saíram às 5 e 20 da manhã e 12 e 33 da tarde partiram abarrotados de individuos, que deviam regressar no comboio ascendente das 6 e 41.

Porém ao embarcarem na estação da Regoa para regressarem a esta villa o comboio que os havia de conduzir não tinha a capacidade necessária para poder alojar os a todos, o que deu origem a reclamações, a princípio satisfeitas e depois desatendidas, e de que resultou estabelecer-se uma colisão entre os passageiros e o pessoal da estação, a qual poderia causar as mais lamentáveis consequências.

A balbúrdia produzida por uns e outros foi enorme, devido ao grande numero de passageiros que se achava na estação, e entre os quais se contavam muitas mulheres e crianças, que fizeram um alarido e uma gritaria de ensurdecer.

Dá triste refrejo parece que saíram feridos alguns individuos d'esta villa e dois ou tres empregados da estação cujos ferimentos, ao princípio, se apresentavam como perigosos, mas que felizmente careceram de gravidade.

Por isso a autoridade administrativa da Regoa e o pessoal da estação reclamaram do governador civil do distrito a captura de todos os individuos que chegassem a esta villa no comboio das 6 e 41, com exclusão das senhoras e crianças que os acompanhavam.

O sr. governador civil, — tomado conhecimento dos despachos alludidos e sendo informado de que no comboio referido, além dos individuos provenientes da estação da Regoa, deveriam vir muitos outros das estações e apeadeiros intermediários, ponderando ainda que a prisão de tantas centenas de pessoas, cuja maior parte nenhuma intervenção tivera nos lamentáveis sucessos, constitua uma violência grave, — depois de fazer evacuar a gare da estação d'esta villa, fez ocupar o recinto pela polícia civil encarregando-a de tomar nota de todas as pessoas que viesssem no comboio, de fornecer a poderem identificar se bem os autores dos acontecimentos da estação da Regoa e poderem ser chamados à responsabilidade dos seus actos.

CHAVES, 30 de maio de 1906

O secretario geral, que como se sabe, é quem está exercendo o cargo de governador civil, dirigiu em pessoa este serviço com a coadjuvação do administrador do concelho, sr. Arthur Vieira de Carvalho e o oficial do governador civil, sr. Francisco Antunes de Mesquita.

Na avenida d'acesso á estação, respectivo pateo e terrenos adjacentes achava-se innumera quantidade de pessoas d'esta villa, na maior parte

parentes dos excursionistas, que haviam sabido dos acontecimentos da Regoa e da ordem de prisão que havia contra aqueles.

No comissário da polícia d'este distrito abriu-se, na sexta feira de manhã, um rigoroso inquerito sobre aqueles sucessos, inquerito que tem prosseguido com actividade prodigiosa e no qual vêem sendo inquiridas muitas dezenas de testemunhas, algumas das quais narram os acontecimentos, suas causas e começo com toda a minuciosidade.

Esse tédioso trabalho é conduzido pelo próprio administrador do concelho servindo de escrivão o chefe da polícia civil.

* * * * * Na preterita semana chegaram a Chaves dezenas de carros carregados de mercadorias vindas já pela linha ferrea de Villa Real.

Para ali mudaram já o seu itinerario os carroceiros que d'esta villa faziam o transporte de mercadorias de Mirandela.

Já foi adjudicada a empreitada de construção das estações, casas de guaria, armazens e outros edifícios da 2.ª secção do caminho de ferro entre Villa Real e Pedras Salgadas.

O FLAVIENSE

TERÇA-FEIRA 23 DE MAIO DE 1905

Caminho de ferro

Na vila de Povos, director das obras de ferro do Minho, teve na semana passada conferencia com o sr. ministro das obras públicas assistiu o sr. conselheiro Fernando José Coelho, na qual resolvêu abrir novo concurso a empreitada da parte do nosso caminho de ferro no lanço de Villa Real ao ribeiro das Vargas, devendo construção ser feita pelo Estado se mais uma vez a praça deserta.

A notícia contraria a que muitas dias foi transmittida esta vila, por ordem do ministro do reino, segundo a qual a construção por do Estado era já resolvida, devendo os trabalhos começar sem demora. A abertura de terceiro concurso verdadeiro o informe penas de Lisboa, seria talvez divida em face de penas rosões apresentadas pelo director dos caminhos de Minho e Douro. E como esse facto seja desagrado aos flavienses, visto o ministro adiantamento da vila, a intervenção que, nesse mesmo jornal, teve o nosso illustre conselheiro Eduardo José Coelho mostra-nos que elle se aadvogar a nossa justa causa que devemos espontaneamente que consiga o seu rápido termo.

quando ainda ministro das obras públicas, para que a construção do referido lanço seja realizada por administração directa do Estado. Para providenciar nesse sentido veio ao Porto o sr. conselheiro Fernando de Souza, distinto secretário do conselho de administração dos caminhos de ferro, e na direcção do Minho e Douro já se está procedendo à divisão do lanço em pequenas tarefas, cuja construção vai em breve começar.

Se o lanço tivesse sido arrematado, sem dúvida a construção seria mais rápida; e de lamentar é por isso a repetida falta de concorrentes, que ninguém esperava e para a qual deve existir alguma causa.

D'ahi o desanimôr que alguns dos nossos conterrâneos manifestam, e' que tem explicação nas sucessivas decepções que o nosso tão desejado caminho de ferro já de longa data nos tem causado.

Não acredita facilmente em favores da fortuna quem por ella tem sido pouco beneficiado.

Todavia no caso presente, não nos parece que haja motivo para feccios pessimistas.

O sr. conselheiro Eduardo José Coelho, apesar de ter deixado a pasta das obras públicas, continua a interessar-se pela prompta realização do grande melhoramento de que tanto dependem os progressos da nossa terra. Repetidas vezes o tem afirmado e não pode duvidar-se do sincero empenho que sua ex. tem de deixar ligado o seu nome a tão importante benefício.

Com tão valioso apoio, os nossos interesses estão, pois, entre-gues a quem sabe, pode e quer defendê-los.

Confiadamente esperamos, por isso, que a construção do nosso tão desejado caminho de ferro, mesmo efectuada por administração directa, hade realizar-se com rapidez, e' que a este primeiro lanço hão de seguir-se os outros sem interrupção alguma, de modo a tornar quanto antes real e efectivo um melhoramento que até agora não tem sido mais do que fagueira esperança.

TERÇA-FEIRA 30 DE MAIO DE 1905

Caminho de ferro

As informações fidedignas eram verdadeiras nas jornais de Lisboa, passado humero, nos sobre a abertura de concurso para a construção do 1.º lanço do nosso caminho de ferro, Villa Real ao ribeiro das Vargas, contra o qual se opõe, pelo contrario, à vila dado o nosso conterrâneo, sr. conselheiro José Coelho,

CHAVES—TERÇA-FEIRA 6 DE JUNHO DE 1905

Caminho de ferro

Informam-nos de que, por carta de um nosso conterrâneo residente na capital, se sabe ter a direcção do Minho e Douro contratado já com um empreiteiro a construção da primeira tarefa do caminho de ferro de Chaves, no lanço de Villa Real, ao ribeiro das Vargas, esperando-se que muito brevemente possam ser também contractadas as restantes tarefas.

Assim seja.

CHAVES—TERÇA-FEIRA 20 DE JUNHO DE 1905

Caminho de ferro

Em portaria do ministerio das obras públicas, já publicada no Diário do Governo, foi autorizada a direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro a contratar com Aurelio Moreira, pela quantia de 61:200.000 reis, a empreitada de construção do lanço do nosso caminho de ferro, desde Villa Real ao ribeiro das Vargas, na extensão de 15 kilómetros.

Esta agradável notícia foi conhecida em Chaves na quinta-feira da semana passada, por telegramma do sr. conselheiro Eduardo José Coelho, que assim mostrou mais uma vez, quanto continua a interessar-se pela realização do importantíssimo melhoramento d'esta região.

A construção do lanço seria feita por administração, directa do Estado, como já fôra determinado. Todavia, é certo que havendo um empreiteiro, como agora ha, que contractou a construção, esta será mais rapidamente efectuada, o que é de grande vantagem para a nossa terra.

Registamos, pois, com muito regozijo este acontecimento de tão grande interesse para Chaves, e fazemos votos para que a continuação da linha até Pedras Salgadas, cujos estudos ja devem estar terminados, seja também posta em arrematação com a maior brevidade, assim de que em futuro proximo possa finalmente, esta desprotegida região do paiz, gozar o beneficio da viação acelerada, que tanto ha de contribuir para os seus progressos moraes e materiais.

No nobre ministro do reino temos felizmente um bom advogado d'esta nossa pretenção tão justa, e tanto basta para que confiadamente esperemos que ella será levada a bom termo.

O INTRANSIGENTE

CHAVES—Quarta-feira, 21 de junho de 1905

Caminho de ferro

Podemos dizer, sem receio de errar, que a construção do caminho de ferro, de Villa Real a Chaves, está inteiramente assegurada, e, em breve tempo, terá realização prática.

Muitos, devido à circunstância de terem ficado desertas as duas praças, há tanto realizadas, para arrematação da abertura do troço de Villa Real à ponte das Vargas, viram nessa contrariedade um mau preságio para a realização das nossas legítimas aspirações, que supuseram devida a influências poderosas, que se interessavam pelo estacionamento, o mais prolongado possível, na capital do distrito.

Não compartilhamos de semelhante modo de pensar, porque Villa Real nada perde com o seguimento da via férrea até Chaves e à fronteira, antes lucra, por melhores e mais económicas vias de comunicação ter com a mais importante região do distrito, de que é capital, e por termos um patrono desvelado dos nossos interesses, que, pela firmeza mais decidida, tem evidenciado não descuar um momento este melhoramento tão justamente reclamado por toda esta região, que até ao presente tem sido considerada bastarda pelo poder central.

Não nos enganámos, e os factos vieram justificar, não terem sério fundamento os receios, que assediaram os espíritos, dos quais pensavam de modo diferente.

O Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, ilustre ministro do reino, comunicou telegraphicamente à Associação Commercial a seguinte boa nova, que rapidamente se espalhou por toda a villa, e que a todos os habitantes encheu de verdadeiro jubilo.

«Associação Commercial

Chaves

Ex.^{mo} ministro das Obras Pú-

blicas acaba de me comunicar assinou portaria autorizando contrato imediatamente empreitada Villa Real a Ribeira das Vargas, com Aurelio Moreira por 61:200:000 reis.

O ministro do reino,
E. J. Coelho.

Equal comunicação foi feita ao Centro Progressista.

A sua ex.^a foram expedidos os seguintes telegrammas:

«Chaves, 16.

A Associação Commercial agradece vivamente reconhecida o telegramma de v. ex.^a, o qual demonstra mais uma vez o grande interesse que v. ex.^a tem, em tornar efectiva a maior & mais legítima aspiração dos povos d'este concelho.

O presidente,

Antonio José Machado.

«Chaves, 16.

O centro progressista de Chaves recebeu com o maior júbilo o telegramma de v. ex.^a que muito agradece. Todos os habitantes d'esta região reconhecem o decisivo interesse da v. ex.^a pelo progresso d'este concelho, e o contrato da empreitada da construção do nosso caminho de ferro até ao ribeiro das Vargas é um novo e importantíssimo impulso à realização da maior aspiração de Chaves e manifesta eloquentemente que v. ex.^a não esquece a terra que justamente se organiza em ter v. ex.^a como o seu filho mais ilustra. Espera que v. ex.^a seja sempre um dos seus mais valiosos e dedicados protetores e sempre terá profunda e eterna gratidão de todo o concelho.

A comissão executiva,

Domingos Sarmento.

José Braga.

Antonio Machado.

Luis Paulino.

Mais uma vez, fazendo-nos echo do sentir geral dos povos do concelho de Chaves, agradecemos, profundamente reconhecidos, ao ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, a sua boa vontade e alto valimento postas ao serviço da nossa causa, que, sem elas, bem podia ir fracassar.

O seu nome, que, já antes, era aqui altamente considerado, será, d'ora ávante, venerado por todos, sem distinção de partidos.

A VOZ DE CHAVES

29 DE JUNHO DE 1905

19 DE NOVEMBRO DE 1905

Caminho de ferro

Estão muito adiantados os trabalhos da construção da 1.^a secção do caminho de ferro da Regua a esta villa, que comprehende a parte da linha entre aquella localidade e Villa Real podendo já dizer-se que antes do fim do corrente anno se inaugurará a viagem até à capital deste distrito.

Nas officinas da estação de Campanhã já se acha montada a locomotiva destinada ao serviço de construção e que depois ficará ali para fazer os diversos comboios, dirigindo a montagem os srs. Duro Soqueira, engenheiro chefe de tração e officinas, e António José de Lima, habil engenheiro chefe das officinas, ambos dos caminhos de ferro do Minho e Douro.

E' uma elegante machine-tender, feita pelo sistema Stelfens, na casa Hohenzollern, em Dusseldorf (Alemanha), ficando pertencendo à serie 301 dos caminhos de ferro do Estado.

A machine-tender tem collocando sob a caldeira o respectivo tanque, o qual comporta tres metros cúbicos de agua destinada á alimentação da caldeira. Tem tres eixos conjugados, cilindros exteriores, sendo a distribuição do vapor feita também exteriormente.

A locomotiva é uma das mais completas, fazendo-se a lubrificação automaticamente. Mede 6 metros de comprimento por 2^m,50 de largo, tendo a força suficiente para rebocar 120 toneladas em todo o perfil da linha.

O sistema de engatagem é feito por meio de um pára-choque especial, tendo deus tensores laterais, apertando estes em sentido inverso. A chaminé tem a cobrila num redor, afim de evitar a saída das faias.

Nas mesmas officinas estão também já montados tres vagões abertos dos quatro lados, da série L, destinados à mesma linha. Ao centro de cada um d'esses veículos tem um pivot, a fim de se poder carregar carregue ou outra carga semelhante. Além d'estes, estão sendo ainda montados mais nove d'esses vagões, podendo levar cada um deles dez toneladas de cargo. Como a locomotiva, os referidos vagões têm na frente e na retaguarda espumas um pára-choques.

Como a linha da Regua a Villa Real é reduzida, tanto a locomotiva como os vagões estão montados sobre rodados de via larga, devendo ser rebocados assim até à Regua, onde esses rodados deverão ser substituídos pelos que lhes pertencem, isto é, pelos de via reduzida.

Caminho de ferro

Confirma-se o que A VOZ DE CHAVES ha muito disse aos seus leitores, e por mais d'uma vez, sobre a inauguração do caminho de ferro entre a Regua e Villa Real.

A inauguração da linha, segundo informações seguras, não poderá realizar-se antes de abril ou maio futuros, isto é, quasi um anno depois do que se anunciou.

Os trabalhos de assentamento dos carris tem continuado com a celeridade compatível com a natureza d'esse serviço, que demanda muito cuidado, achando-se assentes na terça parte da extensão entre Regua e Villa Real.

E' possível que, ainda que os empreiteiros desenvolvam toda a actividade, seja adiada a conclusão das secções á quem de Villa Real, as quaes, na do Ribeiro das Vargas estão trabalhando bastantes operarios, e na de Pedras ainda começam os trabalhos no proximo mês.

O INTRANSIGENTE

CHAVES, 10 de setembro de 1905

Caminho de ferro

No dia 14 foi conhecida n'esta villa a determinação ministerial, mandando pôr em execução o troço do nosso caminho de ferro compreendido entre a Ribeira das Vargas e Pedras Salgadas, e mandados activar os estudos de Pedras Salgadas a Chaves.

Foi o ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, sobre ministro do reino, que mandou telegráficamente tão boa nova, em despachos dirigidos á câmara municipal, no presidente da comissão da mensagem, à Associação Commercial e ao centro progressista.

O enviado ao centro progressista resava assim:

«Lisboa, 14, às 5 h. e 4 m.t.
Centro Progressista

Chaves.

Mandado por diploma ministerial d'hoje construir o segundo lanço do caminho de ferro até ás Pedras Salgadas e prosseguir com a maior actividade os trabalhos para a construção até essa villa.

O ministro do reino,
E. J. Coelho.»

Não pôde descrever-se a alegria, de que todos ficaram possuidos por tão grata notícia. Cada vez aumentam mais as probabilidades de, em pouco tempo, vêrmos realizadas as nossas justas aspirações.

Os trabalhos de Villa Real á Ponto das Vargas proseguem regularmente e da Regua a Villa Real com grande actividade, para, no mais curto prazo, se proceder á inauguração, que, dizem, terá lugar no princípio do futuro anno.

Na Regua já está uma locomotiva e 14 vagons e, em breves dias, vai começar o assentamento da linha ferrea.

Não ha razão para desanimos,

mas, muito pelo contrario, para regojos, pois que, em breve, estará toda a linha em construção, visto que foi superiormente ordenada á maior actividade possível nos estudos de Pedras Salgadas a esta villa, que não demorará muito, se se proceder a elles com a mesma sollicitude, que tem presidido aos dos troços anteriores e a que a topographia do terreno, que a linha tem de atravessar, não é de natureza a difficultal-o-s, e a que estudos, anteriormente feitos pelo distinto engenheiro militar, sr. Antonio Sarmento, facilitarão sobromaneira a ardua tarefa, de que foi incumbido o respectivo engenheiro, que dizem é competentissimo.

Por todos estes motivos e pela grande boa vontade do governo, tantas vezes manifestada, de construir o mais breve possível á nossa linha ferrea, todos os fluvenses exultam de contentamento e estão extremamente reconhécidos para com todos, que tecni concorrido para a rapida execução de tão almejado melhoramento, e em especial ao ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho.

27 de setembro de 1905

Caminho de ferro

Foi superiormente aprovado o projecto do 2.º lanço da 2.ª secção do caminho de ferro da Regua a Chaves, compreendido entre o Ribeiro de Vargas e Pedras Salgadas.

O orçamento divide-se pela seguinte forma: Restabelecimento do traçado, reis 1535274; expropriações, reis 35.7243355; terraplenagens, 74.0423256 reis; obras de arte, 30.33835272 reis; obras accessórias, 3.6616182 reis; via e accessórios, 88.0843600 reis; estações, 31.2380925 reis; linha telegraphica, reis 1.5170440, arredondamento, 99.700 reis.

Este lanço deve estar aberto á exploração antes de 1907.

A 1 hora e 35 minutos da tarde da 30 do corrente saiu da Campanhã a primeira máquina destinada ao serviço de construção do caminho de ferro da Regua a Villa Real.

O INTRANSIGENTE

CHAVES, 5 de outubro de 1905

Caminho de ferro

Dia 29 de setembro, á tarde, espalhou-se rapidamente a agradável notícia, de que tinha sido marcado dia para a arrematação do lance compreendido entre a

Ponte das Vargas e Pedras Salgadas.

O ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, illustre ministro do reino, que com a maior solicitude tem tratado do nosso caminho de ferro, telegraphou á camara municipal e ao presidente da comissão da mensagem o seguinte:

«Marcado para o dia 6 de novembro arrematação caminho de ferro até Pedras Salgadas da respectiva empreitada.

O ministro do reino,

E. J. Coelho.»

As duas entidades, a que s. ex.^o se dirigiu, responderam pela seguinte fórmula:

«Ex.^{mo} Ministro do Reino

Lisboa.

Em nome do município agradecemos o novo e importantíssimo impulso d'construção do nosso caminho de ferro, cuja realização ficará sendo devida aos decididos esforços de v. ex.^o, a quem os povos d'esta região sempre hão-de consagraro mais vivo reconhecimento.

Pela comissão administrativa o presidente,

(a) Annibal de Barros.»

«Ex.^{mo} Ministro do Reino,

Lisboa.

Agradecemos abertura arrematação empreitada caminho de ferro até Pedras Salgadas, novo altíssimo benefício no melhoramento que todos os flavienses desejam e em que v. ex.^o tanto tem conseguido e ha-de brevemente realizar.

General Maia.
Joaquim Coelho.
Antonio Machado.
Nicolau Mesquita.
Manoel Morato.»

Associamos-nos com o maior júbilo ao reconhecimento tributado ao illustre ministro, que tão sollicitamente trata dos interesses munícios d'esta terra, que lhe foi berço.

CHAVES, 9 de novembro de 1905

Caminho de ferro da Regua a Chaves

Foram ante hontem abertas na direcção do caminho de ferro do Minho e Douro as propostas para adjudicação da empreitada T da linha ferrea de Regua a Chaves. Concorreram oito pretendentes, dois dos quaes haviam feito o deposito em Lisboa. A proposta mais baixa era a do sr. José Agostonio Fernandes Cannas, que se propôz tomar a empreitada pela importancia de 84:330\$000 reis. As outras propostas foram as seguintes: Manoel Joaquim Pereira da Silva, 84:990\$000 reis; Domingos Malvar Rodrigues, reis 87:800\$000; Lourenço Guedes Ferreira, 90:000\$000; Joaquim Ferrreira d'Azevedo, 91:999\$000; Sebastião Oliveira Dímas, 93:500\$000; Victor Augusto Dourado, 94:880\$000; e Borges & Irmão, 97:900\$000 reis.

A adjudicação da empreitada, que depende do Conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, comprehende a linha a efectuar do Ribeiro das Vargas ás Pedras Salgadas. O empreiteiro devia começar o trabalho dentro dos primeiros trinta dias depois de assignado o contracto e concluir-o no prazo de quinze meses.

, 26 de novembro de 1905

Caminho de ferro

O nosso collega *O Flaviense*, julgando ser altamente prejudicial aos interesses da nossa terra o tratado do nosso caminho de ferro, que está em estudo, desde Pedras Salgadas até Víago, faz um appêlo á Associação Commercial, para que esta, sem perda de tempo, discuta este assunto e reclame, enquanto é tempo.

Bazeia o illustre collega as suas considerações em artigos escriptos a tal respeito por um seu colaborador, que é ao mesmo tempo um distintíssimo engenheiro.

Achamos inteiramente louvável tal procedimento e secundamos o seu appêlo, para que a respeitável associação, que conta no seu seio illustres membros, discuta e resolva o que melhor convenha aos seus interesses, que são tambem os da nossa terra.

Mais tarde não terão de que queixar-se.

A VOZ DE CHAVES

30 DE DEZEMBRO DE 1905

CAMINHO DE FERRO

Em Villa Real estiveram na ultima semana os engenheiros, srs. Povoas e Cabral, respectivamente director dos caminhos de ferro de Minho e Douro e chefe da construção do da Regua a esta villa, que na companhia do sr. conselheiro Fernando de Souza, secretario do conselho de administração dos caminhos de ferro do estado, vieram em inspecção aos trabalhos da seção entre Regua e Villa Real.

Os illustres funcionarios na parte, em que já estão assentes os carros, até Alvações do Corgo, utilizaram-se para o seu transporte da machine empregada na construção, fazendo o precurso á razão de 30 kilometros por hora, velocidade que se julgava impossivel nos caminhos de ferro de curvas apertadas como as do nosso, o primeiro que entre nós as tem de 60 metros.

Parece que da vinda de s. ex.^{III} resultou ficar assente que a inauguração da linha até Villa Real, será em 1.^º de abril do proximo anno.

Congratulamo-nos com os habitantes da capital do nosso distrito, a quem acompanhamos no seu sincero jubilo por verem, enfim, aproximar-se o dia da realização das suas aspirações, em que tambem temos o nosso quinhão.

17 DE DEZEMBRO DE 1905

CAMINHO DE FERRO

A estação da Alfandega do Porto chegaram 26 vagons «Bogi», de 9 metros de comprimento cada um e trabalhando sobre 8 rodas, os quais são destinados ao transporte de mercadorias na linha da Regua a esta villa.

Depois de concluída a descarga, foram os alludidos vagons conduzidos para as oficinas do Minho e Douro, em Campanhã, para se proceder á sua montagem, devendo, em janeiro proximo, vir para a Regua.

Tambem nas oficinas do Minho e Douro se acaba de montar, estando promptas, duas machines, sistema Compound, que trabalham em quatro cylindros, proprias para transitarem em via reduzida, e que se destinam igualmente a esta linha, devendo seguir para a Regua quando os vagons.

O INTRANSIGENTE

, 20 de fevereiro de 1907

Caminho de ferro

Progridem os trabalhos da linha ferrea de Villa Real a Pedras Salgadas.

Já se acha adjudicada a José Francisco da Silva & C.ª pela quantia de 16:147\$000 reis, a empreitada de balastragem e assentamento da via na secção de Villa Real a Pedras Salgadas, com a condição de que estes trabalhos deverão estar concluidos no dia 1 de julho proximo.

Para que o maior desenvolvimento seja possível, parece que ha a ideia de effectuar os trabalhos referidos pelos dois extremos da secção, devendo para esse fim transportar-se para Pedras Salgadas uma locomotiva.

Para ultimar os estudos do traçado pelo Reigaz, entre Vidago e Pedras, encontra-se em Oura o engenheiro sr. Themudo, chefe da construção da linha, com o pessoal sob as suas ordens.

CHAVES, 15 de julho de 1907

Linha ferrea de Villa Real ás Pedras Salgadas

O horario dos comboios a vigorar na linha da Regua ás Pedras Salgadas logo que seja aberto á exploração o troço compreendido entre Villa Real e aquella estância terminal, é o seguinte:

Ascendentes—Partida da Regoa ás 5,30 da manhã; chegada a Villa Real, ás 7,2, e ás Pedras Salgadas ás 9,29.

Partida da Regoa ás 12,20 da tarde; chegada a Villa Real, ás 7,2, e ás Pedras Salgadas ás 4,15.

Partida da Regoa ás 7,5 da tarde; chegada a Villa Real ás 8,37 e ás Pedras Salgadas ás 11 da noite.

Este comboio, ás quartas feiras e sábados, efectua se entre Villa Real e Pedras Salgadas, nos restantes dias só se efectua até Villa Real.

Descendentes—Partida das Pedras Salgadas ás 12,2 da madrugada; chegada a Villa Real ás 2,15 e á Regoa ás 3,55. Este comboio só se efectua ás quintas feiras e domingos.

Partida de Villa Real ás 4,50 da manhã; chegada á Regoa ás 6,23. Este comboio não se efectua ás quintas e domingos.

Partida das Pedras Salgadas ás 10,15 da manhã; chegada a Villa Real ás 12,28 e á Regoa ás 2,10 da tarde.

Partida das Pedras Salgadas ás 5 da tarde; chegada a Villa Real ás 7,13 e á Regoa ás 8,55.

O caminho de ferro

Em brevissimas semanas a viação accelerada deve estar na bella estância das Pedras Salgadas, ficando a nossa terra a distancia relativamente pequena da via ferrea.

Como o *Intransigente* sempre tem demonstrado, o caminho de ferro é um altissimo beneficio para Chaves e só a sua vinda até esta villa satisfará uma importantissima necessidade.

Esta terra, servida pelo caminho de ferro, deve entrar definitivamente na civilisação e no progresso; porque, na verdade, ainda estamos muito na rotina, tendo aliás direito incontroverso de ocupar um lugar distinto entre as primeiras localidades do paiz.

A fertilidade do nosso valle, por ventura unica em Portugal, a cordura e docilidade dos habitantes do concelho, como o mostra a pouca frequencia de crimes repugnantes e até a salubridade da região, pois entre nós as epidemias se parecem lá se retirar em breve pela mercê de Deus, tudo indica que Chaves pôde e deve ser uma terra de primeira ordem.

E julgamos absolutamente certo que essa categoria lhe dará o caminho de ferro.

Sempre temos pugnado pela realisaçao d'esse importantissimo melhoramento, como, é de justiça dizer, o tem feito todos os nossos collegas locaes, estes com maior brilho, é certo.

E de todos os esforços conjungados já resultou que a via ferrea avançou com relativa celeridade até Pedras Salgadas.

Seria grave injustiça esquecer o nome venerando do nosso mais illustre conterraneo, o ex.^{mo} sr. conselheiro Eduardo José Coelho, que, unicamente impulsionado pela dedicação que vota a esta terra, deu um importantissimo impulso ao nosso caminho de ferro na sua ultima passagem pela pasta das obras publicas.

Em Chaves formou-se há tempos uma comissão para tratar do nosso caminho de ferro, comissão que

nos parece ainda não estar dissolvida, e d'ella faziam parte tres dos principaes regeneradores flavien-ses, e estes cavalheiros podem comprovar a decidida boa vontade do sr. conselheiro Eduardo José Coelho de dotar a nossa terra com a viação accelerada devendo-se unicamente a sua ex.^a a rapidez com que foi construida a linha desde Villa Real ás Pedras Salgadas. Mas depois de feita a dotação para os trabalhos de construção até ás Pedras Salgadas, o poder central não tornou a mover-se pelo nosso caminho de ferro, pois nada ainda se fez desde que o ultimo ministerio progressista deixou os conselhos da corôa.

Diz-se que ultimamente andou uma brigada d'estudos pelo Vida-go, mas, segundo nos informam, retirou sem nada fazer. Parece que vinha para resolver a magna questão do traçado pelo Reigaz ou por Loivos, mas não se decidiu, segun-do se diz.

E assim estamos infelizmente! Virá pelo Reigaz ou por Loivos o caminho de ferro.

That is the question!

E, como o caso é difícil, não se resolve e d'essa dificuldade resul-ta para Chaves a privação do seu principal melhoramento.

Ora é preciso que a nossa terra dê signaes de vida, se não quer ficar por muitos annos a ter o seu caminho de ferro em Pedras Salgadas. A linha é construída pelo Es-tado o qual deve querer obter d'ela o maior rendimento; é conheci-do que só a conclusão do caminho de ferro da Regua a Chaves pôde dar um rendimento largamente compensador.

Portanto, é urgente reclamar junto dos poderes publicos a conclusão da linha ferrea. É um acto de justiça que a Chaves é legiti-mamente devido.

O *Intransigente* acompanhará de bom grado todo o movimento n'esse sentido, e está absolutamente seguro de que todos os seus collegas locaes se dedicarão, como sempre, pelo engrandecimento de Chaves.

O Intransigente

25 de Maio de 1909

CAMINHO DE FERRO

Dizem-nos da Ribeira d'Oura:
—A junta de Parochia e os principaes proprietarios d'Oura dirigiram ao Governo de S. Magestade uma representação concebida nos seguintes termos:

«Senhor:

Os abaixo assinados, habitantes da freguezia e povoação d'Oura, aldeia que fica no trajecto do Caminho de Ferro em construção de Pedras Salgadas a Vidago, veem perante V. Magestade, muito respeitosamente, pedir que seja mandado estabelecer junto a esta sua terra um **apeadeiro de carga e descarga**.

Parce aos signatários que direito lhes assiste e de justiça é que sejam attendidos n'esta sua pretensão.

Sustentam que esse **apeadeiro** poderá ser feito com insignificante dispêndio, de capital e sem prejuízo da tracção e exploração do Caminho de Ferro.

Adduzem ainda que com tal **apeadeiro** se não prejudicam interesses, antes se favorecem e se dá até commodidade a outras povoações aglomeradas. De facto, no primitivo traçado do Reigaz foi reconhecida a necessidade de que em Oura se construisse um **apeadeiro**. Depois, em consequência d'uma representação (a primeira que teve a honra de chegar até V. Magestade) assinada por os habitantes e respectivas juntas de Parochia de Oura, de Loivos, de Selhariz, de S.º Leocadia, de Povoa de Agrasões e de Valloura foi pela ex.^{ma} Direcção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro e pelo ex.^{mo} Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro determinado que em vez de **apeadeiro** se fizesse em Oura uma estação de 4.^a classe.

Pois, mais tarde, por haver sido aprovada a actual variante entre Oura e Vidago, nem sequer uma paragem se concedeu à nossa terra — a única que, n'esta linha, é de todo desatendida e abandonada! E com tudo, à povoação d'Oura assistem, tradicionalmente, direitos de supremacia entre as suas vizinhas por ser a mais antiga, uma das mais populosas, e ainda aquella que dá o nome á região dos cultíciados vinhos de meza da **Ribeira de Oura**. E, demais, se antes foi reconhecido que em Oura era precisa uma Estação, como é que hoje, ella se pode dispensar, quando a actual Estação de Vidago ainda se afastou mais de um quilometro d'aquellas outras povoações interpelladas?

— É certo que Oura fica agora a pouco mais de 2 quilometros da Estação de Vidago, mas certo é também que

n'esta linha ha apeadeiros e até Estações que, entre si, pouco mais distam e até, para tão curtas distâncias, se temem construído ramaes do Caminho de Ferro.

Oura é em todo o trajecto da linha, em construção, o ponto de mais fácil e comodo acesso para as freguezias da Ribeira de Oura, atraç enumeradas.

Além d'isso, no rio Oura, existe, junto à povoação de Oura, uma sólida ponte que dá a travessia para Loivos, um caminho público que bastaria madamizar (o que se torna muito facil e pouco dispendioso) para se converter em commoda estrada.

Loivos dista de Oura, aproximadamente 5 quilometros, enquanto que a nova Estação de Vidago lhe fica, aproximadamente, a 8 quilometros. E para mais, o **apeadeiro de Oura** poderá construir-se com insignificante despesa, apesar da linha passar n'esta povoação em pendente. Para isso bastará que, no ponto em que a variante principia, se continuasse o traçado antigo na extensão necessaria para as linhas que servissem o Apeadeiro, o qual viria a ficar justamente no mesmo local destinado á Estação de Oura pelo primitivo traçado. Assim, para a plataforma do Apeadeiro seriam aproveitadas as terras que necessariamente hão de sahir d'un grande corte proximo e que a não lhes dar esta applicação terão de ser abandonadas. Depois os combóios limitar-se-hão a fazer em Oura uma pequena manobra, semelhante, á que executam nas Estações entrando nas linhas do Apeadeiro, para deixarem e tomar em passageiros ou cargo, e sahindo logo, sem grande demora de horários e sem prejuízo de maior para a tracção. O movimento de mercadorias e passageiros que affluiriam das povoações proximas justificaria plenamente esta insignificante demora.

Finalmente creem os signatários que é esta uma solução que melhor satisfaria as povoações, acima referidas, por algumas das considerações já expostas e ainda por outras que nas representações anteriores, assignadas pelos habitantes dos mesmos povoados, foram explanaadas. Frizaremos ainda que Loivos, a mais portante das povoações vizinhas e á qual a maior parte das outras tem de convergir, fica a 5 quilometros de Oura e sensivelmente no mesmo plano.

—Com isto não querem os signatários contrariar a construção da paragem ou **apeadeiro** que é projectado ao kilometro 9, antes pelo contrario; todavia, desde já afirmam que este **apeadeiro** ao kilometro 9 não trará para Oura grandes vantagens e comodidades, visto que, apesar de lhe ficar a pouco mais de um kilometro, é tão grande a diferença de nível que só com sacrifício se torna acessível. E se para Loivos e outras povoações este **apeadeiro** ao kilometro 9 pode encurtar a distancia para passageiros, é mais que certo que só o Apeadeiro de Oura lhes daria o accesso fa-

cil a mercadorias e bagagens como os proprios interessados reconheceram e ainda reconhecem.

Pelo exposto, os signatários, conscos da justiça que lhes assiste,

Pedem a V. Magestade a Graça de serem attendidos n'esta sua pretensão.

E. R. M.^o

Seguem as assinaturas.

—Eis o que de mais sensacional ha a registar-se cá pela parvania. Como se vê claramente, a pretensão dos habitantes de Oura é justissima e a sua consecução seria indubitablemente de um grande alcance material, um melhoramento não só para esta localidade, assente graciosamente no sopé do Reigaz, mas ainda para os demais povoados quo lhe ficam próximos. Todavia, as supremas aspirações dos humildes, os seus hódios e as suas reclamações serão postas de parte, porque, desgraçadamente, hoje só nos grandes é que não são protégidos direitos, só os olympicos tem o jus in concusso à satisfação das suas ambições. Se a este mundo voltasse o romano Menenio Agrippa teria ensejo de ver desmentido na prática o seu judicioso apólogo — os membros revoltados contra o estomago, pois que, no seculo XX, vive-se bem apenas com o estomago e consideram-se os membros excessivamente desprezíveis e abjetas.

E por aqui ficamos por hoje, desejando contudo que a representação dos filhos de Oura obtenha o resultado por elles apetecido.

Desejando a melhor saúde aos leitores do «Intransigente», digo-lhes somente que

Ninguem é Zé.

O Intransigente

4 de Maio de 1909

Caminho de Ferro

Dizem-sos d'Oura:

«Encontram-se bastante adentados os trabalhos de terraplenagem, entre as localidades de Sabroso e Oura, devido à energia do empreiteiro sr. José Pereira, é ao concurso dos pobres jorhaléiros do Douro, que, arrastados pela necessidade, veem buscar o que lhes é imprescindível à vida.

— Com pouca demora, achá-se entre nós o ex.^{mo} sr. Eugenio, chefe de serviço Afonso Cabral, que, segundo nos informam veio tratar das exclusivamente do apeadeiro, já aprovado pelo Conselho Superior, que deve ser construído no Monte das Pereiras, em benefício da Villa do Conde e Loivos — povoações que, há tempos, representaram para tal fim.

— Na próxima semana vão começar as fundações da estação do Vidago.

No próximo numero traremos, com todos os promessas, da construção de este Caminho de Ferro.

N.

11 de Maio de 1909

Caminho de ferro

Dizem-nos da Ribeira d'Oura:

Continuam activamente as terraplenagens e obras d'arte, calculando-se já construída uma terça parte do lanço da linha ferro-viária de Pedras Salgadas a Vidago. Entre esta ultima povoação e Oura apenas na semana passada foram encetados os trabalhos, não principiando à mais tempo em virtude de algumas dificuldades na expropriação — dificuldades que foram debeladas pela atitude conciliadora do ex.^{mo} engenheiro sr. Freire Thiemedo, a quem nós felicitamos por tal motivo. Estamos certos de que a construção esteja ultimada na proxima futura estação balnear, conforme o estabelecido no contrato de arrematação.

As fundações da estação de 2.ª classe de Vidago não começaram na semana passada como se julgava, devido a motivos

7 de junho de 1910

Caminho de ferro

Foram superiormente aprovados os estudos do lanço de Vidiago até Moura, cujo orçamento é de 144.000.000 reis.

Quanto aos estudos de Moura a esta villa, segundo nos informam, já chegaram às estâncias competentes, dependendo a sua definitiva aprovação dos estudos de Chaves à fronteira. O local para a ligação da linha portuguesa com a espanhola será escolhido por engenheiros comissionados para esse fim por ambos os países.

13 de Julho de 1909

Linha ferrea da Regoa a Chaves

Foi declarada de utilidade pública urgente a expropriação de 5^o parcelas de terreno pertencentes a Luiz Maria Canavarro, Manuel Paulo Teixeira, Victor Teixeira, Alexandre, Joaquim e Francisco Teixeira, necessárias à construção da variante de Oura a Vidago, no caminho de ferro da Regoa a Chaves.

que desconhecemos; todavia, não podemos atribuir-lhos à falta de pessoal proletário, porque, facilmente, a media, segundo a estatística do ultimo mês, é de 600 homens.

E' incontestável que a pitoresca povoação de Vidago, d'aqui a poucos annos, virá a ser uma das melhores estâncias de verão do nosso país, e sobretudo se poder conseguir-se a construção da linha ferrea do Vale do Tamega, cujos estudos já principiaram.

Vidago, queremos dizer — Vidago n.º 2, porque, para o futuro, todo o engrandecimento e prosperidade se hão de encontrar junto das fontes da Empreza, onde uma outra localidade, dominada pelo monumental hotel, em construção, nascerá cheia de beleza e de sedutoras paisagens.

— Consta-nos que os trabalhos de gabinete da construção d'este caminho de ferro, até Chaves, já vão bastante adiantados e julgamos de toda a conveniencia que o commercio d'esta villa não descurre os seus relevantes interesses, pedindo ao governo a mais breve continuação d'este melhoriaamento.

N.

O CAMINHO DE FERRO

Já chegou ao Vidago a máquina mensageira da civilização, como alguém diria. Desde há quasi um mez que o transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias, é feito por via ferrea. Mais um passo está dado para a acquisition do por que Chaves ha tanto tempo e tão justamente suspira. Resta o ultimo a dar. Falta a construcção de Vidago a Chaves. E' precisamente a cauda do grande monstro, que pouco a pouco se tem vindo esfolando, que resta por esfolar. Ora, se é verdadeiro o dictado que nos ensina que o rabo é sempre o peor de esfolar, estamos necessariamente em face do mais custoso de esfolar. Estamos em face do rabo que por fatalidade nossa tem o predicho de ser bem comprido.

E' necessário, portanto, todo o nosso esforço para levar a cabo a empreza a que ha tanto tempo nos dedicamos. São necessarias todas as boas vontades reunidas numa só para levarmos de vencida aquillo a que muita gente ha-de pôr peas. A construcção do caminho de ferro da Regoa a Chaves tem-se feito por etapas. A primeira a realizar-se foi a da Regoa a Villa Real. Logo que ella se concluiu muitas e sérias appreliensões nos assaltaram, levando-nos a crer que Villa Real faria os esforços para que alli estacionasse, por algum tempo que fosse, o caminho de ferro. Por felicidade nossa um poder mais alto se levantou, exigindo que elle continuasse apressado até Pedras Salgadas. Esse poder, como era natural, venceu nas suas exigencias.

Chegado, porém, a Pedras Salgadas, a companhia exploradora das suas aguas, havia de exigir por certo para beneficio das mesmas aguas, uma longa permanencia nessa estancia. Uma outra, contudo, a que explora as do Vidago, não consentiria de bom humor um

tal atrazo para os seus lucros. Terrivel devia ter sido a contenta, mas felizmente para nós, mais uma vez, com a Empreza do Vidago, venciamos.

O caminho de ferro continuou e está chegado ao Vidago. Caso, porém, curioso e singular. O que hontem combatido nosso lado, fazendo esforços para que o caminho de ferro seguisse sempre para a frente, é natural que hoje, depois de satisfeito, passe a combater em campo adverso, pondo em prática toda a actividade para que elle estacione onde se encontra. Não é de estranhar que assim succeda. O homem é hoje, mais do que nunca, egoista. Não é de admirar, portanto, que os mesmos que hontem quebravam lanças para que o comboio saisse de Pedras Salgadas, hoje depois delle chegado ao Vidago, as quebrem precisamente em sentido contrario.

A mesma Empreza deve, como as outras, ter certo interesse em que o terminus da linha por alli permaneça algum tempo. Para avolumar estes nossos receios, dizem-nos que já em Vidago se mandaram construir algumas casas para alojamento de machinas. Ora isto é symptomatico. Para assim se proceder deve por certo ter-se tido o conhecimento antecipado de que não é tão cedo que a linha segue para diante. Não queremos ser pessimistas nem maus agoireiros e muito menos vis calumniadores. Costumamos sempre jogar com os factos. Em face de correr por ahí que não ha dinheiro para o prosseguimento da linha e de se dizer também e, com antecipação da **ILLE**, tra noticia, que foram **BAF** construções de casas, para abrigo de n'esta alfarão que é costume fazer **apenas** nas estações **terminos**, natural se torna o supormos que alguém de influencia, por certo, se ande moven-

do na sombra, embora ás claras o não faça, para que efectivamente não haja o dinheiro. O caminho de ferro parado no Vidago por um ou dois annos que fosse, dava-lhe sem duvida uma vida animadora e movimentada, que muito conviria á Empreza. Isto é indiscutivel. Não nos deixemos levar só por boas intenções e exijamos tambem boas accções.

Dinheiro para o prosseguimento da linha faltou sempre, mórmente depois que ella sahiu de Villa Real. Pois não obstante essa falta, elle sempre apareceu e a linha chegou ao Vidago. Será um caso curioso que só agora falte.

O REPUBLICANO

CAMINHO DE FERRO

A camara resolveu enviar novamente ao governo a representação pedindo, em nome dos povos do concelho, a conclusão do caminho de ferro. Se não fosse o caso de não ter havido sessão na quinta-feira, a representação teria já seguido ao seu destino.

O momento é oportuno. Por um lado, Chaves, havendo dado o alto exemplo de cívismo do 8 de julho, tem direito a uma prova de gratidão da República e da Nação. O governo não procederia bem se confrisse um empréstimo exclusivamente destinado à construção do caminho de ferro do Vale do Sado. Essa uberrima região precisa, como o uberrimo planalto de Chaves e o rico planalto barroso, dum caminho de ferro que a valorise e desenvolva. Mas condições há, de momento, que tornaram urgentíssima a necessidade do prolongamento do nosso caminho de ferro até Chaves.

A Espanha vai construir o seu caminho de ferro estratégico até Verin. A Galiza já pôz a concurso a sua construção. Os concorrentes não faltarão, porque atravessa a região feraz de Alhariz, as Limias e serve uma das estâncias d'água mais afamadas da Península.

Os jornais de Lisboa, sobretudo *A Capital*, têm-se referido ao assunto, clamando para ele não só as atenções do governo mas as atenções do público.

E' a hora de esquerdistas e direitistas porem completamente de banda as suas pretensões e os seus interesses, e de cada charvense se unir no propósito

único de dar a Chaves o indispensável caminho de ferro no mais curto prazo.

Seria excelente que, a reforçar a representação da Camara se organizasse uma grande comissão que fosse a Lisboa apresentar o pedido ao governo, em nome dos povos interessados, os quais sovente clamam por justiça. A camara podia tomar essa iniciativa oficializando ás camaras de Valpassos, Boticas e Montalegre e a todas as coletividades desses concelhos, e mais do nosso, no sentido falado.

Habituados a ver deixar passar todas as ocasiões sem ninguém pensar em aproveitá-las, cremos bem que o alvitre será votado por todos ao desprezo, que aliás não merece.

Pois tempo era, e mais que tempo, de todos sacrificarmos um pouco do nosso proverbial comodismo, e tratarmos a serio, e com dedicação, dos interesses do concelho.

Tempo, e mais que tempo.

11 de agosto de 1912

CAMINHO DE FERRO

Sempre parece certo que o empréstimo ultimamente contraído é só destinado ao caminho de ferro do Vale do Sado e ao prolongamento do caminho de ferro do Sul e Sueste de Barreiros a Cacilhas. Não é ainda a vez de se prolongar o nosso até Chaves.

Imaginei-nos que o 8 de Julho obrigasse os governos a deitar as suas vistas para Chaves, e imaginámos que um governo republicano se empenharia por fazer em favor de Chaves aquilo que, afinal de contas, não é mais de que um acto de administração de evidente utilidade e proveito.

Enganámo-nos. Com mágoa e com tristeza verificamos que este canto de Portugal, apesar da enorme ligação de cívismo dada ao mundo no dia 8, continua a ser pelos poderes públicos sistematicamente lançada ao desprezo.

No parlamento hemos tratado do caso, e mordemos a curiosidade de sabermos quais os motivos por que no empréstimo se não incluiram mais os 303 contos indispensáveis para a viação acelerada chegar a Chaves. Parece que alguém há, que tudo manda na República, e que impede que a Chaves se faça qualquer benefício.

Prometeram-nos fazer as obras do rio, que um engenheiro veio cá estudar e que achou absolutamente necessárias, dando inteira razão ás reclamações insistentes da Camara. O verão vai acabar, e por isso as obras não se farão.

Prometeram-nos o caminho de ferro, de que um

cozesinho critério, um caiseiro critério administrativo aconselha e impõe a conclusão imediata. Afinal, tereímos ainda de gritar no Parlamento para que justiça se faça a esta desgraçada, e sempre nobre e leal terra, e os nossos gritos acaso se perderão mais uma vez no ar.

Como é que o desalento não ha-de invadir as almas mais afeitas á luta, se as reclamações mais justas e mais justificadas são postas de parte com uma levianidade que espanta e com uma sacerimonia que revoltá?

E' preciso que os governos abram os olhos, alarguem as vistas miopes e estabicas até Chaves.

Ou será realmente uma questão de birra?

12 de agosto de 1912

O REPUBLICANO

Venha o Caminho de Ferro!

Estiveram em Chaves, na ultima semana, os engenheiros portuguezes e espanhóis encarregados de estudarem o ponto de junção, na fronteira, da linha portuguesa e da linha espanhola.

Não sabemos o que se resolreu, e tudo quanto se diga são sómente presunções mais ou menos legítimas. Ao *Oito de Julho* constou que fôrã resolvido que a estação da vila ficasse nas proximidades de S. Bento; e, em virtude dessa noticia ou por outras informações, quatro vereadores reuniram logo e deliberaram representar ao ministro do fomento para que se adote o traçado da margem direita do Tamega.

A questão está, nestas alturas, por de mais debatida e esclarecida. Entendemos que, neste momento, nos devemos todos juntar sob esta bandeira—**VENHA O CAMINHO DE FERRO!** Estarmos a resuscitar a velha luta de esquerdistas e direitistas é tudo quanto ha de mais inconveniente.

A nossa opinião é sabida: —somos pelo traçado da margem direita. Reputamos um desastre a estação na veiga, por varios e muitos motivos, que estão por de mais expandidos.

Mas—**VENHA O CAMINHO DE FERRO!** Pela margem esquerda? Pela margem direita? Hoje essa questão

já não apaixona a opinião publica. Apaixona sómente os individuos pessoal e diretamente beneficiados com um ou outro traçado.

E é verdadeiramente o caso de tres dos quatro vereadores, dois efetivos e dois substitutos, que se reuniram na quinta-feira para a camara representar no sentido de o caminho de ferro vir pela margem direita. Os quatro vereadores são os srs. Francisco Cachapuz, José Mesquita, Bernardino Jacinto de Moraes e Luiz Reis. Os tres primeiros são proprietarios na margem direita, direta e pessoalmente interessados em que se adote o traçado por essa margem. Com a agravante de que o sr. Moraes não costuma ir ás sessões, e foi agora, açoitado, a defender os seus interesses, o que não pode deixar de ser reparável, embora, no caso, os seus interesses coincidam com os interesses da vila e concelho.

Desejamos que o traçado adotado seja o da margem direita, porque é o mais conforme ás condições do desenvolvimento e progresso de Chaves e ás necessidades do concelho e dos concelhos de Boticas e Montalegre. Mas não queremos mais pugnas sobre o assunto, nem nos parece que haja qualquer conveniencia em reacendê-las.

VENHA O CAMINHO DE FERRO!

CAMINHO DE FERRO

A Administração dos Caminhos de Ferro Portuguezes mandou a esta vila uma comissão de engenheiros receber outra comissão de engenheiros hespanhóis, que aqui reuniram num dos ultimos dias, para resolverem acerca do Encronamento na Rua, das duas linhas: Orense á fronteira e Regoa á fronteira, ou seja Vidago á fronteira, ha muitos anos em projeto, construções duma instante necessidade e da maxima importancia, para Chaves, seu concelho e concelhos vizinhos.

A noticia espalhou-se rapidamente, sendo recebida com contentamento na presunção de que em breve os trabalhos serão adjudicados.

Estamos convencidos de que assim sucederá e confiados em que o nosso caminho de ferro será subordinado a um criterio digno e imparcial, como o exigem os interesses geraes a que devem sugeitar-se as linhas ferreas.

O interesse pessoal que certos influentes nos ultimos tempos da monarquia ousaram sonhar numa variante exquisita, num desvio fantastico, que obrigaría á deslocação do meio vital da nossa terra, á uma construção alongada e dispendiosa que não servia 70% da população concelhia.—Não será apoiado pela Republica.

O escândalo fungava qua o desvio era necessário em virtude de o terreno do nosso vale, numa planicie que oferece a reta mais admiravel das linhas ferreas do país, construção barata sem obras d'arte, e, todas as vantagens locais e geraes como é sabido; *ser pantanoso e sujeito a inundações*.

A fenomenal cheia de 909, inundando parte da nossa veiga, que atingiu varias cidades da Europa, que poderá não repetir-se nesse meia duzia de séculos próximos, foi o ponto de iníra dos defensores da citada variante.

Os legítimos protestos que então se levantaram, estão no mento de todos, razão suficiente para confiar em que o nosso caminho de ferro siga o rumo do velho projeto, que por todas as circunstancias, se impõe á satisfação publica como o mais util.

Embora isto custe ao nosso querido diretor—é a verdade.

INTERESSES REGIONAIS

CAMIÑHO DE FERRO

A necessidade da ligação de Vida-ga a Chaves e á fronteira.

Chaves, 29—A principal preocupação do povo de Chaves e seu concelho, é o desejo da imediata conclusão do caminho de ferro de Vida-ga a Chaves e á fronteira, melhoramento de instante conveniencia que muito contribuirá para o engrandecimento desta terra e benefício dos concelhos de Boticas, Montalegre, Valpassos e Vinhais, que o atual governo está empenhado em levar a cabo.

Boticas e Montalegre e povoados do concelho de Chaves, situados na margem direita do Tamega, já beneficiados com a estação de Vida-ga, ficam excelentemente servidos por esta e a projectada estação de Moure.

A estação de Chaves, indicada na embocadura da vila, onde bifurcam seis estradas e caminhos rurais, não só proporciona altos benefícios no centro mais vitalizado de que se acerca, como corre para o engrandecimento local e geral, servindo bem a maioria da população concelhia que se destaca na margem esquerda do Tamega, seis e sete vezes mais numerosa e rica que a população da margem direita com vantagem aos concelhos de Valpassos e Vinhais, de cujos concelhos esta terra tem muito a esperar em transações comerciais,

Temos depois os apeadeiros a estação terminus, da fronteira internacional, que também se prestam a servir uma grande área que aproveita aos povoados das duas margens facilitando com umas centenas de metros de estrada, a ligação com as Aguas de Vilaprelo da Raia, ainda por explorar mas já adjudicadas e em vias de breve exploração.

Estamos fazendo juizo pelo antigo projecto repetidas vezes estudado em situações diferentes, em várias épocas que abrangem dezenas de anos, por diferentes técnicos, que criteriosamente à porfia, enveredaram pela margem esquerda do Tamega, sem notáveis desvios, concluindo todos por ver nesta margem o traçado mais conveniente aos interesses locais e gerais que ao que se diz vai em breve ser um facto.

Sem sermos perito na matéria, o traçado pela margem esquerda do Tamega, corta por terrénos abertos que permitem o embaratecimento da construção, dispensa obras de arte, oferece uma reta admirável que será das primeiras nas linhas férreas portuguesas e uma excelente impressão.

A par das incontestáveis vantagens serve bem as populações mais densas, condição a que devem sugeitar-se os caminhos de ferro, reunindo portanto o útil ao agradável.

São provádo que afirmamos, as várias representações que câmaras e povo deste concelho tem dirigido aos altos poderes, protestando contra a variante estudada há quatro anos pela margem direita, desde Moure, que interesses pessoais pretendiam, atribuindo estar sujeitos a inundações a nossa veiga, onde o primitivo estudo encaminha a estação de Chaves, citando-se para o caso, a fenomenal cheia de 1909 que atingiu efectivamente parte da veiga, como atingiu grandes cidades por esse mundo de Cristo fóra, que poderá não repetir-se em muito secos, se bem que nessa ocasião já

existisse o caminho de ferro não teria sido impedido de circular com a referida enchente...

Com o veu das inundações, pretendia-se isolar a estação de Chaves para fóra da vila, em determinada quinta, sem atenção pelos interesses públicos, obrigando à deslocação dos centros mais vitalizados da nossa terra, a expropriação de terrenos fechados, carros e accidentados, a curvas e contra-curvas, a pontes dispendiosas e a um aumento de precurso de cerca de sete quilometros; o que revoltou a maioria da população.

A primeira representação então dirigida aos altos poderes ainda da monarquia, pela Câmara de Chaves, presidida por Aníbal de Barros antiguo republicano, que gosou das melhores simpatias, não só solicitou a preferência do caminho de ferro pela margem esquerda do Tamega, contra que ninguém havia protestado por ser o mais conveniente e vantajoso em geral, como pedia outro melhoramento deveras apreciável que nos proporcionaria, realizado, disfrutar do centro da vila, bulício na estação do caminho de ferro e vice-versa. Uma avenida de serviço que ligasse a estação com o recto prolongamento do cimo da ponte romana. Avenida que ainda as obras públicas mandaram estudar.

Os habitantes do concelho por sua vez dirigiram várias representações firmadas por milhares de assinaturas que protestavam contra a variante que conduzia a linha para a margem direita, reclamando a linha pela margem esquerda e justiça para a população dessa margem meia duzia de vezes mais numerosa que a população da margem direita.

Na imprensa local estabelecer-se uma verdadeira campanha de protesto contra a pretendida variante, assunto tratado com fundo conhecimento por abalizados da maior respeitabilidade.

No novo regimen também a Câmara aclamada no glorioso outubro de 910, dirigiu várias representações solicitando o caminho de ferro e a dotação para a aptecível avenida — um dos maiores benefícios que a república prestaria a Chaves, pouco dispendioso relativamente, mas dum valor considerável. Com esta avenida transformar-se ia o centro comercial da Madalena, onde teriam de ser expropriados alguns prédios de pequeno valor, só dum lado da rua do mesmo nome, o que daria á vila de Chaves com o conjunto do grandioso jardim público e estação do caminho de ferro, uma estrada de cidade com aspecto de foz admirável.

Na ultima representação do povo do concelho firmada também por milhares de assinaturas, foi pedida a conclusão da linha de Vida-ga á fronteira e a citada avançada pelo réto prolongamento do eixo da ponte romana. Está por denais demonstrada a conveniência do traçado que convém a Chaves, seu concelho e concelhos vizinhos, o que de resto está reconhecido, sobejamente pelos competentes incumbidos de colaborar em trabalhos de tamanha amplitude.

Ultimamente estiveram entre nós duas comissões de engenheiros portugueses e espanhois, para analisarem e resolverem a junção da nossa liinha com a linha espanhola de Orense, na fronteira.

Os tecnicos decidiram sem dúvida conforme com o seu critério justo e imparcial na adopção da construção mais vantajosa e económica.

Do resultado não se fez publico. O que se sabe é que após a retirada dos engenheiros, houve

significativas demonstrações de desagrado por parte dos esperancados na pretendida variante, tanto assim que quatro vereadores da Câmara, proprietários na margem direita, se prestaram de encontro a deliberações anteriores, a assinar uma representação dirigida ao ministro do fomento reclamando a pitoresca variante!

Não lhe mereceram confiança os engenheiros incumbidos da especial missão a Chaves que estamos convencidos procederam como o exige a boa razão e o são critério de s. ex.^{ma} a favor dos interesses gerais e do tesouro, atendendo a que os interesses dumha região estão acima do interesse de meia duzia de cidadãos. Nem outro podia ser o procedimento da ilustre comissão.

Resta agora que o ex.^{ma} ministro do fomento, providencie na rapida adjudicação e determinino para mais rapidamente termos o caminho de ferro em Chaves, a construção simultânea pelos dois extremos.—M.

(D'A Montanha).

Camiño de ferro de Vida-ga a Chaves

Foi expedido o seguinte telegrama:

«Ex.^{ma} Ministro do Fomento—Lisboa—Tendo-se comprovado ontem em assemblea geral, que presidente Associação Comercial esta vila se dirigiu em telegrama e representações, sem conhecimento dos sócios e membros da direção aos poderes constituidos, pedindo que caminho de ferro siga determinada trajectória, querendo assim, a occultas, impedir livre orientação dos tecnicos, no intuito manifesto de defender interesses pessoais, vem por isso protestar parante V. Ex.^{ma} pedindo prevenção honestidade e criterio científico da engenharia fundado no estudo e na observação.—Manuel António Rodrigues, socio da Associação Comercial e membro da Comissão Municipal Administrativa».

27 de maio de 1913

Camiño de ferro

O artigo que saiu no ultimo numero d'O Republicano, assinado R., e na 2.^a pagina, foi composto e publicado sem conhecimento nem consentimento do director deste jornal, a quem profundamente desagradou.

O REPUBLICANO

CAMINHO DE FERRO

Os sonhadores da variante pela margem direita, cujos intuições se curvavam a especulação pessoal, convencidos de que a razão é a força e de que não pode medir a corrupção escancarada, já só atrevem a reatar novas encrucilhadas.

A respeito do nosso caminho de ferro, diziam há dias no seu vício, sabe Deus com que ganas: final prevalecerá o primitivo traçado pela margem esquerda do Tamega, em virtude da conferência há tempos entre engenheiros portugueses e espanhóis que de júngua na fronteira, preferindo essa diretriz.

Mas diziam ainda:

A estação ficará situada no Campo da Roda, por ser a cota mais elevada do vale, isenta de inundações.

Bem mais sabem eles que o primitivo traçado assenta a estação de Chaves ali em S. Bento, perpendicular à ponte romana sobre o Tamega, servida por uma avenida no recto prolongamento do eixo da referida ponte a enriquecer e a embellecer a nossa terra.

Sabem que para essa avenida está indicada a arteria principal ou o braço de estrada nacional que vai á fronteira e Vinhares em que bifurcam na embocadura da vila mais sete estradas diferentes com muitas ramificações de caminhos para numerosas povoações deste e outros concelhos.

E que os maduros ainda vêm...

A saída que agora tiveram Campo da Roda e inundações, é um pequenino truc...

Felizmente já mudaram os ventos.

A conferência ponderada dos abalizados técnicos que superintenderam no julgamento da campanha levantada ao nosso caminho de ferro submetida a observações colhidas de visu, as resoluções acutadas pelo ilustre técnico a quem está afeta a linha de Vidago a Chaves e á fronteira, todos por demais previdosos do jogo de interesses pessoas que se planeavam asseguram o recto e cumprimento da missão estabelecida. A mais vantajosa aos interesses locais e geraes.

Relembrando um pouco o quanto foram ousados os inventores da variante, do que resultou entrar o prosseguimento do projectado caminho de ferro, digamos:

Toda a gente sabe que S. Bento só foi inundado por essa feno-

menal cheia de 1909 que poderá não repetir-se por muitas centenas de anos.

Que essa grande cheia não chegou a cobrir o pavimento terreo de alguns predios ali existentes nem impediria de circular o caminho de ferro se a esse tempo já estivesse construído e em exploração.

A campanha das variantes desavergonhada e falida, foi sempre baseada em falsas afirmações.

Aqueles pandegos não tinham em nenhuma consideração a logica de que os caminhos de ferro se construem para servirem as populações mais densas.

O uberrimo solo do concelho que se regista na margem esquerda do Tamega, seis a sete vezes mais numerosa em população que a margem direita e o dos importantes concelhos de Valpassos e Vinhais, não se aperceberiam dos benefícios que lhe pode prestar o grandioso melhoramento.

Eles, os variantes, só defendiam a margem direita, que o mais que produz é carqueja, já bem servida com as estações de Vidago e Moura, pelos cobres de expropriações que almejavam. Coisa nenhumha os vexava.

Assim a estação de Chaves que por todas as razões deve ficar o mais proxima do centro comercial, iria para muito longe nas traizeiras da vila.

Os lavradores que tivessem de transportar generos ao comboio ou de efectuar carregamentos, furtar-se-iam de atravessar o nosso povoado preferindo as estações de Vila Verde e Bobeda.

A variante dos variantes a nenhuma título vantajosa, obrigava a um aumento de sete quilometros desde Moura á fronteira, a grandes obras d'arte, a curvas e contra curvas por terrenos fechados e accidentados, obrigando a um aumento de dispêndio de 200 contos segundo os cálculos comparados com o dispêndio da linha pelo vale.

Esta campanha de interesses pessoas que produzia viva indignação no concelho e concelhos vizinhos, foi liquidada pela República.

Para isso foi incumbida uma comissão de profissões e competentes engenheiros que examinando com precisão os vários estudos e que se tinha procedido e atendendo aos interesses locais e geraes desta região, e aos interesses do Estado, resolveu por bem aprovar o estudo primitivo.

Embora essa ilustre comissão se mostrasse reservada em divulgar a solução, concluiu-se desde logo que assim tinha de ser a ponte.

, 22 de março de 1914

CAMINHO DE FERRO

Ha interesses publicos que por muito que se tenham discutido e analisado, nunca é de mais encarecer os e repeti-los.

Queremos referir-nos á avenida de serviço dentre o meio comercial mais vitalizado da localidade, á estação de S. Bento, objeto da maior importância local.

Se ha fortes razões para rejuiciar da diretriz pela margem esquerda do Tamega, aprovada, por ser a que melhor serve os interesses locais e geraes; a estação de Chaves ligada por uma avenida ao centro da vila, dânos motivo para infinito contentamento.

O efeito dessa avenida a partir do recto prolongamento do eixo da ponte romana, é grandioso.

Ela está quasi criada, faltando apenas a expropriação de alguns predios de pequeno valor e o levantamento de nível da rua da Madalena.

Ladeada pelo monumental jardim publico, vasto comércio da Madalena e bifurcada por sete estradas que rematam na embocadura de Chaves, proporcionando-nos admirar do coração da vila, o bulício da estação, assegura-nos um dos mais ricos melhoramentos de destaque na nossa terra.

O que falta saber é o que nos chamou ao «Republicano», imparcial defensor dos interesses publicos, é se os ex.ºs técnicos nos estudos isolados da linha e da avenida a que procederam em diferentes anos, em varios períodos, por determinação das direções: caminhos de ferro e obras publicas, tiveram ou não em vista o objetivo de conjugar a estação e a avenida perpendicularmente á ponte.

A boa estética e a boa prespetiva, exigem a estação perpendicular á ponte romana, cujo lapso não admira se tivesse dado devido ao exposto. A verdade é que ficando perpendicular a estação

com a ponte, isso não impedirá de realizar a grande reta da linha no vale, que a engenharia classifica de uma das mais extensas e lindas nas linhas ferreas do nosso país.

A linha no vale, cortando por terrenos abertos e portanto baratos, presta-se a respeitar a conjugação perpendicular a que nos vimos referindo sem prejuízo do aspecto geral que se antevê admirável.

Como o assunto está agora confiado ao ex.º engenheiro sr. Camossa Pinto, que gosa no meio tecnico e social, de respeitável conceito, ousamos solicitar a s. ex.º as devidas providencias a favor desta grande e reconhecida utilidade, caso não tenha sido prevista.

Uma outra coisa solicitamos a s. ex.º: dotar a construção da almejada avenida na construção da linha, para que essa obra que o município não pode realizar, embora de pequeno dispêndio, tenha imediata efetivação. O povo republicano de Chaves, pelo seu heroísmo de 7 e 8 de julho, bem merece da República o benefício desto engrandecimento que o governo, estamos certos, agravelmente sancionará.

Que o ex.º sr. Camossa se americe de nós concorrendo com o seu esforço e boa vontade para resolver a mais beneficia parcela que a vila de Chaves proporciona o caminho de ferro da Regoa á fronteira.

A importancia formidável d'esta obra transformará a Madalena no aformoseamento de que carece distribuindo a toda a antiga e nobre vila de Chaves, que valorizará em toda a sua latitudine, um surpreendente aspecto de beleza que o seu povo e visitantes muito se honrarão de admirar.

M.

O REPUBLICANO

Caminho de ferro de Vidago a Chaves e á fronteira

Os diarios dos últimos dias ocupando-se do nosso caminho de ferro davam a seguinte nota oficiais:

«Os governos de Espanha e de Portugal concordaram com o parecer dos delegados dos dois países sobre a escolha do ponto da fronteira mais conveniente para a passagem do caminho de ferro Orense—Verin—Chaves. Ha, porém, ainda um ponto a estudar: O local extremo da linha e da estação internacional do lado de Espanha e a ligação por dupla via, das linhas dos dois países. A resolução deste assunto não se fará esperar, atendendo à importância e urgencia daquela construção.»

Tal noticia parece ter sido feita para varrer com os variantes sobretudo na parte em que diz:

«Há, porém, ainda um ponto a estudar:»

«O local extremo da linha etc.»

Porque a verdade é que «Os governos de Espanha e de Portugal concordaram com o parecer dos delegados dos dois países sobre a escolha do ponto da fronteira mais conveniente para a passagem do caminho de ferro Orense—Verin—Chaves.»

?!

Não podem vingar novas arremetidas de especuladores que pretendiam a estação de Chaves em determinada quinta, obrigando a uma variante dispendiosíssima desnecessaria e desvantajosa, sem nenhuma considera-

ção pelo interesse público local e rural e economia do tesouro, mas ambicionando muito dinheiro que esperavam auferir das expropriações.

A Republica não se afastará do parecer apresentado pelos seus dignos delegados, que, cautelosamente e criteriosamente, com imparcialidade, se incumbiram de solucionar o escândalo que tentou levar-se a cabo nos tempos ominosos.

Impunha-se a necessidade de atender aos benefícios locaes e concelhios, interesses do Estado e conveniencias geraes, a que devem obedecer obras de vulto como são as do caminho de ferro, e outro fim não teve a especial missão de que conscientiosamente se houveram os comissionados tecnicos.

E esta reparação aos direitos desta região, tão insistentemente reclamados pela massa publica, uma das boas obras praticadas pelo atual regimen, fiquem certos.

Todas as vantagens e conveniencias do importantíssimo melhoramento em que estão de acordo os governos dos dois países irmãos, serão respeitadas e simpaticamente acatadas pelas populações que regosijam de ver fazer-se-lhes justiça.

A este propósito informam-nos os nossos leitores de que proseguem os estudos de reconhecimento do projeto de Moura á fronteira e que o governo está empenhado em proporcionar-nos o apetecido melhoramento de garantido futuro, den-

tro do mais curto prazo de tempo.

Tambem o troço em construção de Vidago a Moura, de que é empreiteiro o nosso amigo snr. Antonio Pereira de Faria, continua com grande aproveitamento.

M.

CHAVES, 25 de abril de 1914

O FLAVIENSE

CAMINHO DE FERRO

A Associação comercial desta vila, que em regra passa a sua vida num dôce sono de indiferença por todos os interesses locaes, despertou agora por um momento para pedir ao governo a urgente continuação das obras do nosso caminho de ferro. Não temos senão que felicitarnos por esse beneficio acordar.

O sr. dr. Nunes da Ponte, o velho e austero republicano que neste ministerio sobraça a pasta do fomento, respondeu imediatamente que apenas aguarda a recepção dos estudos do troço de Moure a Chaves para ordenar a continuação das obras.

Os estudos que o ilustre ministro aguarda são naturalmente os que hão-de servir para comparar as condições tecnicas e economicas dos dois traçados da linha, entre Moure e Chaves, pois que, como se sabe, longos anos se tem passado sem que as estações competentes tenham ainda querido ou podido resolver a velha questão da directriz daquele troço da via ferrea, que uns querem pela margem esquerda e outros pela margem direita do Tamega.

Não é nosso intuito reavivar agora a discussão do magno assunto que tanto tem apaixonado varios grupos da nossa terra.

Completamente esgotado pelo muito que foi debatido, com larga copia de argumetos pró e contra, a sua renovação tornar-se-hia fastidiosa. E tendo-se dito alem disso, que a questão do traçado *por baixo* ou *por cima* é a unica causa de ter sido protelada a conclusão do caminho de ferro, nós não queremos que tal acusação sobre nós se lance.

Sobre o assunto temos desde longa data opinião assente, opinião que não traduz um capricho nem

nasce de qualquer interesse bairrista, mas que pelo contrario, se funda em um estudo ponderado da questão, tendo em vista interesses geraes de natureza variá, os quaes devem sempre sobrepor-se a considerações particularistas, que em geral só um lado restricto do problema vêem e só atendem a pequenas conveniencias do presente, cerrados obstinadamente os olhos ás conveniencias mais importantes do futuro.

Chaves tem sido sempre uma terra infeliz nas suas relações com o poder central, principalmente por nunca ter havido um criterio seguro a orientar tais relações, de modo que as pretenções justas da localidade fossem apresentadas em condições de poder haver sequencia na sua realização.

Entregues os interesses da vila e do concelho ás conveniencias partidarias, o pedido de uma das facções dominantes é inviavelmente contrariado pelo da facção que no mando lhe succede.

A consequencia natural é o adiamento.

Nesta questão do caminho de ferro, o faccioso local lançou a duvida e a confusão nas estações superiores de que depende a resolução definitiva.

O remedio unico seria resolver o assunto pondo de parte os politicos locaes, visto estar já reconhecido que não são capazes de se entenderem.

Mas qual é o governo partidario que das influencias elecioeiras tem força para se libertar?

Poderá o actual governo, pela sua feição extra-partidaria, resolver em fim a questão?

A resposta do sr. ministro do fomento à Associação Comercial dá-nos essa esperança. Oxalá ela

não seja mais uma vez iludida.

Pela margem direita ou pela margem esquerda, o que urge é que o nosso caminho de ferro se conclua.

Diz-se que afinal a directriz escolhida será a da margem esquerda e apontase como principal razão a escolha já feita do ponto da fronteira em que a nossa linha hade ligar com a de Verim.

Essa combinação com o governo hespanhol, se é que já está definitivamente feita, foi, em nossa opinião, um erro, porque sómente se atenderam as conveniencias do paiz vizinho, postas de parte as da nossa região, que são com o traçado da margem esquerda altamente prejudicadas.

Mas venha a linha pela margem esquerda, já que os que podem assim o querem e nesse erro fermosamente insistem.

Não virá longe a data em que todos os flavienses, todos, incluindo mesmo os que agora com tanta aancia querem o caminho de ferro pela veiga, hão de lamentar essa irremediavel loucura.

Mas venha pela veiga, visto que os tristes fados da nossa terratem de cumprir-se.

O que é indispensavel é que esse melhoramento regional seja sem demora um facto.

De promessas e de esperanças estamos nós fartíssimos.

A Associação comercial pedindo a conclusão do caminho de ferro sem se mostrar partidaria desse ou daquele traçado, não zelou talvez convenientemente os interesses do comercio local, mas instou pela satisfação urgente de uma necessidade publica em que todos os flavienses estão interessados.

O seu acto merece elo-gioso registo e nós fazemos sinceros votos para que ela não adormeça de novo, pois que as associações comerciaes, representando a classe mais directamente interessada em

todas as medidas do fomento local, devem estar sempre vigilantes e prontos a intervir para que as conveniencias publicas não possam ser preteridas, como tem sucedido, pelos interesses de facção.

7 DE MARÇO DE 1915

Caminho de ferro

Uma brigada de trabalhadores está já procedendo ao restabllecimento do traçado do troço do caminho de ferro entre Moure e Chaves pela margem direita do Tamega, vindo já a piquetagem para cá da provação de Curalha.

Este preliminar da construção deve, pois, estar concluído dentro de poucos dias, sendo natural que desde logo edemecem as expropriações da fáxa

de terreno em que a linha ha de assentar.

Emfim! A nossa aspiração de tantos anos começa a realizar-se. Os flavienses nunca esquecerão o grande beneficio que ficam devendo ao ilustre ministro-fomento, sr. dr. Manuel Monteiro, que se tem mostrado verdadeiramente empenhado em levar a cabo sem demora a realisaçao de importante melhora-mento que esta regiao debalde pediu a todos os seus antecessores.

U F L A V I E N S E

CHAVES, DE 18 ABRIL DE 1915

VIDAGO A CHAVES

Sob este titulo dei notícia minuciosa, na *Gazeta* de 1 de abril de 1910, do projecto do primeiro lanço deste ultimo troço da linha do Corgo, compreendido entre Vidago e Moure e actualmente em construção adeantada.

Ao mesmo tempo referia-me, à questão já então candente, da escolha da margem em que devia ser colocada a estação de Chaves e por tanto da que devia seguir o traçado entre Moure e a fronteira.

Seguiu-se sempre a margem esquerda e construindo a estação na veiga em frente da ponte, evitavam-se duas pontes sobre o Tamega e serviam-se melhor as povoações da fregião que demora a nascente de Chaves. As inundações do inverno de 1909 tinham porém atingido proporções tais que cobriram o local escolhido para a estação cortando as comunicações com a vila. Passando pois a linha para a margem direita, seria levada por terrenos enxutos e de menor valor, para deixar a estação em terreno ao abrigo de inundações e propício à futura expansão de Chaves.

Em seguida a linha procuraria, próximo da fronteira, local para transpor novamente o Tamega, assim de entrar em Espanha pelo ponto que fosse determinado e que ao tempo se não achava escolhido. Promovi então, no exercício das minhas funções oficiais, que se nomeasse a comissão internacional técnica para fixar esse ponto de passagem.

Ficava pois a Administração habilitada, com o lanço de Vidago a Moure, na extensão de 9500 metros, a proseguir a construção, enquanto se assentava definitivamente na directriz entre Moure e a fronteira.

A esse tempo extremavam-se em Chaves os campos de direitistas e es-

querdistas, em pugna não menos violenta que as guerras do Alecrim e Manjerona e não sendo extrañas às preferencias as paixões políticas do tempo e a competição de influencias pessoais.

Sendo axiomática a conveniencia do estudo completo das varias soluções de um problema de traçado, determinou avisadamente a Administração que se estudasse as duas hipóteses.

Na *Gazeta* de 16 de março de 1911 reproduzi os topicos do projecto apresentado pela direcção do Minho e Douro, que escolhera a margem direita com decidida preferencia, acompanhando-o apenas de um perfil de reconhecimento pela esquerda, e enumerando as razões que haviam determinado a sua escolha:

Como aítraz referi, a cheia de 1909 mostrara que a agua atingira 1",5 de altura no local da estação, segundo o traçado da margem direita.

Haverá pois que construir-la em aterro de vasta superficie, sobre terrenos de aluvião, o que encareceria sobre modo as respectivas edificações. Era julgado por isso o local pouco asado para o futuro aumento da vila, que teria naturalmente a estação por centro da sua expansão.

O local da margem direita prestava-se ao delineamento do novo bairro em terreno excelente para construções, preferivel sob todos os pontos de vista ao do bairro da Madalena. Desfavoreciam-se as povoações da margem esquerda, mas o acréscimo do percurso não era grande e, em compensação, as relações comerciais com a vila eram favorecidas pelo movimento da estação.

O conjunto de razões apresentadas era de ponderar e impressionava mesmo os que até então estavam, como eu, convencidos de que a natural solução era o seguimento ininterrupto da margem esquerda.

Findava pois o meu artigo com a seguinte reflexão:

«É indubitable que para a vila de Chaves propriamente dita e nos termos em que o plano de comunicações está previsto, é mais conveniente a estação na margem direita..»

As considerações de salubridade, de fundações baratas, de preservação das chieias, são de capital importância, contrapesando o excesso do percurso para as relações da margem esquerda, excesso que ainda tem que ser balanceado com a economia para as da margem direita, embora menos importante:

Pôr a linha e a estação ao abrigo de inundações é objectivo que se não deve perder de vista, sendo a despesa de construção da ponte sobre o Tamega compensada pelas ávultadas economias que o traçado da margem direita permite realizar na construção:

Demais, as paixões locaes, os amores-proprios, as rivalidades pessoais, tendem a dar demasiado culto às considerações secundarias e a perturbar a serenidade com que deve ser julgada uma questão técnica.

Examinem-na atentamente, resolvam-na os competentes e proceda-se quanto antes à conclusão da linha até Chaves».

Pouco depois a Comissão técnica internacional escolheu o ponto de passagem da fronteira, na margem esquerda, entre a povoação de Feces e a foz da ribeira desse nome. Era mais um elemento, e de importancia, para a determinação da directriz.

Deixava de ter lugar a hipótese do seguimento pela margem esquerda em direcção à estância termal de Vilarelho da Raia.

O projecto já apresentado tinha por consequencia forçosa a construção de duas pontes sobre o Tamega, ambas evitadas pela outra solução.

Elaborou pois a Dire-

cção do Minho e Douro o projecto entre Moure e Chaves pela margem esquerda, e procedeu ao levantamento tacheométrico de uma zona, a montante de Chaves, suficientemente larga para abranger os dois traçados e permitir a apresentação dos respectivos perfis de reconhecimento.

Vamos dar notícia desse projecto e dos resultados da sua comparação com o da margem direita, designando-os em abreviatura, respectivamente pelas iniciais M. D. e M. E. e ocupando-nos primeiramente o traçado Moure a Chaves.

A sua extensão e custo são os seguintes:

| | | |
|----------------|----------|-------------|
| M. D..... | 8:800",0 | 180:145\$00 |
| M. E..... | 7:709",5 | 174:592\$00 |
| Diferença..... | 1:090",5 | 5:553\$00 |

Apesar do aterro da estação e do excesso do custo de alvenarias, o traçado da M. E. é mais curto e mais barato.

Todavia, nem as diferenças de extensão nem a de custo são tais que ouvessem de prevalecer sobre outras razões de preferencia ponderosas, como o exigem as conveniencias locaes.

Nem mesmo as melhores condições de planta e perfil bastariam para as contratar. Na M. E. predominam as curvas de 150,"/m, e a rampa maxima é de 13",1 e a distancia minima entre curva e contra-curva 50," contra raios de 100," rampa de 15"/m e alinhamento de 20," na M. D.

Se considerarmos a extensão total até à fronteira, temos.

| | |
|----------------|-----------|
| M. D..... | 16.509",5 |
| M. E..... | 16.694",3 |
| Diferença..... | 184",8 |

O alongamento até Chaves é compensado no troço seguinte, de modo que no conjunto, é insignificante a diferença de extensão dos dois traçados, subordinado o da M. D. a nova passagem do Tamega para vir ao ponto da fronteira escocido.

Essa ponte sobre o Tamega teria 60 metros de vão em vez de um pontão

de 20 metros que no traçado da M. E. haveria sobre um ribeiro.

Não ha pois na linha propriamente dita, razões de preferencia na extensão, condições tecnicas e custo, tão ponderosas que determinem a solução. Tem esta de ser subordinada exclusivamente ás conveniencias de Chaves e da região tributaria da sua estação. Se mais favorecidas fossem pelo traçado da M. D., pouco importaria um excesso de custo de alguns contos, que se gastam por uma vez, enquanto os encargos da má localização da estação pesarão permanentemente sobre a economia da região.

As duas estações ficam sensivelmente á mesma distancia do centro de Chaves. O local da margem direita é inegavelmente mais higienico e presta-se melhor ao engrandecimento da vila, em condições mais economicas de construção, pelo valor do terreno e pela natureza do solo. Com o movimento da estação lucra a vila. Por tanto pelo que respeita aos interesses desta, é preferivel a estação M. D. O confronto cabal das duas soluções exigiria um plano de arruamentos proximo da estação M. E. que posse em relevo as condições em que a vila se poderia expandir para esse lado.

As povoações a oeste de Chaves lucram com a estação na M. D., contra a qual militam apenas as conveniencias da M. E. e a possibilidade da interrupção de comunicações por ocasião das cheias excepcionalmente grandes do Tamega, interrupções alias raras e de pequena duração e que se podiam remediar.

Ambas as soluções são pois defensaveis, dependendo a escolha de considerações cujo valor relativo pode variar muito, conforme o modo d'encontrar os interesses locaes. Se Chaves está destinada a consideravel engrandecimento, como centro comercial dumha região po-

pulosa que se extende para leste e oeste, não podem ser indiferentes as condições higienicas e economicas dessa futura expansão, e crear um centro de atração em terreno enxuto e de construção facil não é razão para desprezar, embora o Estado haja de gastar mais alguns contos.

Se, como é possivel, esse engrandecimento seja um pouco exagerado pelas aspirações locaes, a economia realisada pelo traçado da M. E. e a melhor serventia da região oriental, podem levar a dar-lhes a preferencia.

Para findar descreverei sumariamente o projecto de Moure a Chaves, M.E.

Em planta ha 5.523^m,30 em alinhamento recto e 2.434^m em curvas, em 28 curvas de raio de 80^m a 410^m.

O raio de 80^m encontra-se apenas numa com o desenvolvimento de 60^m,80.

No traçado M. D. havia 5.761,55 em recta e 3.038,45 em 75 curvas, sendo uma de 75^m e predominando nas outras o raio de 100^m.

Em perfil ha 5.397^m,20 em patamar e 2.560^m,10 em pendente.

Os patamares representam 67,7% da extensão total contra 61,10 no traçado M. D.

A'lem de Chaves haverá rampas de 20^m I_m e 15^m I_m na M. D. contra as de 13 a 10^m I_m na M. E.

As terraplenagens representam os seguintes volumes:

| | |
|----------------------|----------------------------------|
| Terra fraca..... | 10.185 ^m ³ |
| " compacta... | 7.759 |
| Rocha branda..... | 24.172 |
| " dura..... | 22.505 |
| Totalidade do aterro | 139.292 |

O movimento é de 17^m, por metro corrente.

A expropriações importam em 22.572\$38 contra 15.673\$64 na M. D.

As obras d'arte são: um pontão de alvenaria de 10,^m.2 pontes metalicas de 12^m e alguns muros de suporte.

E' previsto um apeadeiro intermedio. A estação de Chaves fica com a rasante 1^m acima do nível da cheia de 1909. A linha fica em condições de não serem os seus aterros corroidos pelas aguas.

Eis o resumo do orçamento.

| | |
|-----------------------------------|-------------|
| Restabelecimento do traçado | 55\$70 |
| Expropriações | 22.527\$38 |
| Terraplenagens | 40.205\$25 |
| Obras de arte | 22.085\$00 |
| Estações | 31.683\$66 |
| Via e assessorios | 57.396\$70 |
| Telegrafo | 638\$11 |
| Arredondamento | \$20 |
| | 174.592\$00 |

Oxalá que em breve prazo seja levada a linha até Chaves.

O seu prolongamento á fronteira depende da construção da linha hispanhol-a até Orense, não sendo pois oportuna a sua realização sem que aquela seja construida.

I. Fernando de Souza

O FLAVIENSE

1915, 25 DE ABRIL DE 1915

Caminho de ferro

Aproveitamos a notícia, que d' hora demos no numero anterior, de haver sido aprovado o projeto do troço do caminho de ferro entre Moure e Chaves, podendo hoje acrescentar-se o traçado da margem esquerda do Tamega o preferido pelo governo de entre os dois projectos à sua decisão.

Proximamente, pois, a realização deste grande melhoramento, o que sinceramente nos gratulamos. Mas vamos falar na veiga, o que de alguma satisfação as nossas vidas.

As circunstâncias de momento que lhes foram favoráveis, eram os esquerdistas. Nós, sempre vivemos e continuaremos

a ver no traçado da margem esquerda um grande preparo para a nossa terra, absoluamente irremediável no futuro. Mais temos a fazer, pelo facto consumado, do que garantir-nos com a nossa sorte, da qual, aliás, é ponto de vista pessoal, não resulta nenhum dano.

Naturalmente, sofremos, não o tanto, por vermos mal suceder os nossos esforços, que bem intencionados. Resta-nos a consolação de não termos cedidos pela razão, mas pelo capricho e pelo ar-

gusta que, resolvido definidamente o assunto, já não podemos-nos de que com a mesma demora a construir a linha ferro, havemos de demonstrado a nossa apena para que, percepções responsabilidades daquele bem definida a nos-

so dentro de pouco tempo os três anos, quando opõe a abertura da linha ferro, todos os flavienses, incluindo mesmo os que, há de levantar-se de protesto a de lazar de prejuízos que levarão e para os quais não remedio possível. É necessário que todos saibam a quem cabe a solidade da mal escolha, e que só a hora da morte que sinceramente, necessariamente, na mais longa idéia, quizeram evitar uma tão grande mal.

A hora de falar para os que disponhamos de vagar que agu-

13 DE JULHO DE 1915

Caminho de ferro
Caminho de ferro
Chaves-Moure

Chaves-Moure
Chegámos à ultima hora a agradável notícia de ter o sr. ministro do fomento, resolvido já a velha questão do traçado do nosso caminho de ferro, aprovando a variante da margem direita, e ordenando que começem sem demora os trabalhos de rompimento.

A boa nova, que foi comunicada à câmara municipal pelo nosso amigo e conterraneo, dr.

José Barrيرا, ilustra deputado da Nazaré, causou a maior

satisfação em toda a vila, que

assim consegue ver realizada a

assunção tão antiga e tão justa asplanação.

No proximo número, nos referiremos mais detalhadamente a este grande melhoramento da

nossa terra, mas, desde já, in-

terpretando o sentir do povo

flaviense, aqui apresentamos ao

ilustre ministro do fomento o

mais vivo agradecimento pelas

grande benefício que, fazendo

justiça, acaba de dispensar-nos.

25 DE JULHO DE 1915

Caminho de ferro

Ansiosamente estávamos esperando todos os flavienses a agradável notícia do começo dos trabalhos no ultimo troço do nosso caminho de ferro, entre Moure e Chaves.

Sabemos que o ilustre ministro do fomento, sr. dr. Manuel Monteiro, já deu n'esse sentido as necessárias ordens e muito estimaremos que, não, venham agora os formalismos burocráticos protelar a realização desse importante melhoramento, a que há tantos anos aspiramos.

O troço Moure-Chaves tem apenas a extensão de 8.800 metros, dos quais 5.701,55 em alinhamentos rectos e 3.088,45 em 70 curvas, na maior parte das quais o raio é de 100 metros, havendo apenas uma curva em que o raio desce a 75 metros.

Em perfil, o troço Moure-Chaves tem 61,1 por cento da sua extensão total em patamares e 38,9 por cento em pendente.

As expropriações estão calculadas em 16.673\$64, e o custo total do troço, compreendendo expropriações, terraplenagens, obras de arte, estações, via, telegrafo, etc., está orçado em 180.145\$00.

A construção não oferece dificuldades a as terraplenagens, com um empreiteiro zeloso, po-

deriam concluir-se em poucos meses.

O que convinha era começar desde já a construção da ponte sobre o Tamega, que é a obra d'arte mais importante. Feita a ponte, se a estação que se projectará em Moure e que mais tarde constou ser construída na margem esquerda, em frente do poldrado de Curalha, fosse construída na margem direita, logo a seguir à ponte, e se, como muito convém, para que a invernia não venha a destruir as terraplenagens já feitas no troço Vila do Tamega-Moure, se procedesse sem demora ao assentamento da via n'esse troço, os habitantes e o comércio de Chaves ficariam já com a estação do caminho de ferro apenas a 8 quilómetros de distância, o que seria de uma grande vantagem enquanto esperamos a conclusão da linha.

A passagem da estação de Moure para a margem direita é de manifesta conveniência para as povoações d'esta margem, tanto do nosso concelho como de parte dos concelhos de Montalegre e de Botucás, pois que ficando a estação na margem esquerda, o rio lhes cortaria o acesso facil a ela, principalmente durante o inverno. De resto, como a estação não está sequer ainda principiada, o Estado não dispenderá mais nem menos quer ela se construa em uma quer em outra margem. E as povoações da margem esquerda em nada ficariam prejudicadas com a supressão da estação de Moure, desde que ali pelas alturas da Peneda houvesse uma estação ou apeadeiro, que bem serviria as povoações de Vilarinho, Vila do Tamega, Moure, Bobadela, etc., servindo igualmente a estação central da electricidade.

Estes alvitres parecem-nos dignos de ponderação e convenidos estamos de que o sr. dr. Manoel Monteiro, que tanto interesse tem mostrado pelo melhor traçado do nosso caminho de ferro, não deixará de ordenar que os técnicos competentes os estudem cuidadosamente, sem que contudo isso possa servir de pretexto para demorar o começo dos trabalhos no troço Moure-Chaves, pois que tais estudos bem podem fazer-se em poucos dias, durante o restabelecimento do traçado e assim que isso empeça os trabalhos de terraplenagem, independentes da localização das estações e apeadeiros.

D'este assunto, por que nos parece importante, em breve nos ocuparemos mais detalhadamente, pois devemos todos esforçar-nos para que esta região tire da construção do caminho de ferro todas as vantagens a que tem direito e a que legitimamente aspira.

O FILA VIENSE

CHAVES, 16 DE MAIO DE 1915

Caminho de ferro

O governo já decidiu que se adopte o traçado da margem esquerda do Tâmega para o troço do nosso caminho de ferro entre Moure e Chaves.

Perante o facto consumado, seria tempo perdido o que empregassemos em duzir argumentos para demonstrar que era mais vantajosa a variante da margem direita.

Chaves tem de aceitar o que lhe querem dar, visto que ninguém lhe perguntou o que mais lhe convinha.

E que o que lhe dão está longe de satisfazer as suas aspirações, mostra-o bem o nenhum entusiasmo, a quasi indiferença com que a notícia da resolução do governo foi recebida pela população, não obstante ser a conclusão da linha ferrea até Chaves um dos melhoramentos mais desejados por todos os flavienses.

Mas a todos os desgraçados é permitido como desabafo o lamentarem a sua desdita e por isso se não estranhará que nós traduzamos os lamentos da nossa terra, perante a pouca consideração que pelos seus interesses o governo mostrou.

Que motivos ponderosos levaram o sr. ministro do fomento a adoptar a variante da margem esquerda?

Por que razão, em assunto de tanta importância, que uma vez resolvido não tem remedio possível, se não procurou averiguar conscientemente qual a solução que mais convinha aos interesses de Chaves, sem prejuízo dos interesses do Estado?

O sr. engenheiro J. Fernando de Souza, que em assuntos de caminhos de ferro é talvez a primeira autoridade do nosso paiz, escreveu as seguintes concludentes palavras

no artigo que há tempos aqui reproduzimos:

«Não ha pois, na linha propriamente dita, razões de preferencia, na extensão, condições tecnicas e custo, tão ponderosas que determinem a solução. Tem esta de ser subordinada às conveniências de Chaves e da região tributaria da sua estação.»

Porque não atendeu o sr. ministro do fomento às conveniências de Chaves, que no dizer do ilustrado engenheiro eram a única condição a atender na escolha do traçado? A quem pediu sua ex.ª informações sobre tão importante assunto? E se alguém lhe deu essas informações, como é que o sr. ministro as aceitou, de animo leve, a quem não tinha competência para lhas dar, indo elas de encontro às de quem, pela profissão e pelo cargo oficial que ocupa, era para isso absolutamente auctorizado?

Porquê, é bom que recordemos aos nossos leitores, o sr. engenheiro Fernando de Souza, também a esse respeito manifestou opinião claríssima.

«O local da margem direita é inegavelmente mais higienico e presta-se melhor ao engrandecimento da vila, em condições mais económicas de construção, pelo valor do terreno e pela natureza do solo. Com o movimento da estação lucra a vila. Portanto, pelo que respeita aos interesses desta, é preferível a estação na margem direita.»

Não ha, pois, a menor dúvida de que, adotando-se o traçado da margem esquerda, cruelmente se desatenderam os interesses de Chaves.

Mas procurou ao menos o sr. ministro do fomento averiguar as condições, boas ou más, em que vai crear-se um bairro da vila nos terrenos da veiga, junto à estação da margem esquerda?

Pois essa averiguação era indispensável para uma resolução judiciosa.

Também neste ponto

nos socorramos da opinião competentíssima do sr. Fernando de Souza:

«O confronto cabal das duas soluções exigirá um plano de arruamentos próximo da estação da margem esquerda, que possesse em relevo as condições em que a vila se poderia expandir para esse lado.»

Onde está esse plano de arruamentos? Como pode o sr. ministro dispensar tão importante base para a sua resolução?

Esse plano ninguém fez ainda. Sabe-se que a vila fatalmente se expandirá para os lados da estação do caminho de ferro, porque é isso o que sucede em todas as ferrovias, e deixam-se completamente ao acaso as condições em que se realizará essa expansão.

E que tipo de estudo se se fizesse, seria a absoluta condenação do traçado da margem esquerda, o que de modo algum convinha a quem possa infeliz solução se empenhava.

Com efeito, segundo o projecto aprovado, a estação de Chaves, na veiga, fica com a razante de 1 metro acima do nível da cheia de 1909.

Sabe-se que nessa cheia as águas atingiram mais de um metro de altura nos terrenos em que se projecta a estação. Esta ficará portanto construída sobre um aterro de, pelo menos, 2 metros sobre o nível actual dos terrenos da veiga. E consequentemente, a avenida de acesso à estação, porque o terreno desce sensivelmente para o lado da vila, não poderá deixar de ser, também, na maior parte, da sua extensão, construída em aterro de, pelo menos, dois metros, o que fará com que as casas que a marginem, dada a natureza pouco consistente do solo, tenham de construir alicerces de uns 4 metros de altura para poderem asentar o pavimento do rez-de-chão!

Já pensaram no edilício que custará uma tal avenida?

E haverá alguém que possa alimentar a esperan-

ça de a vila ser construída nestes anos mais chegados?

Mas tudo isto é nada em comparação dos prejuizos que a nossa terra com a estação na veiga vai sofrer.

E nós havémos de metelos pelos olhos dentro dos habitantes de Chaves, que tanto os seus interesses descuraram; mas isso será pouco a pouco, quando o espaço e a paciência nos não saltarem, porque perante o facto consumado o assunto não é de urgência, sendo sempre tempo de soltarmos os nossos lamentos pela triste sorte desta terra tão digna de melhor sinal.

O FLAVIENSE

CAMINHO DE FERRO

O sr. engenheiro J. Fernando de Souza, no notável artigo que ha tempos aqui reproduzimos, depois de dizer que a escolha do traçado do nosso caminho de ferro, pela margem esquerda ou pela margem direita do Tamega, depende de considerações cujo valor relativo pode variar muito, conforme o modo de encetar os interesses locais, estabeleceu as seguintes categoricas conclusões, que numeramos para facilidade das referencias:

— Se Chaves está destinada a considerável engrandecimento, como centro comercial de uma região populosa que se estende para leste e oeste, não podem ser indiferentes as condições higienicas e economicas dessa futura expansão; e criar um centro de atracção em terreno enxuto e de construção fácil não é razão para desprezar, embora o Estado, haja de gastar mais alguns contos.

Se esse engrandecimento for um pouco exagerado, pelas aspirações locais, a economia realisada pelo traçado da margem esquerda e a melhor serventia da região oriental podem levar a dar-lhes a preferencia.

A questão está assim posta com a maior clareza.

Realisa-se a hipótese da 1.ª conclusão? Nesse caso o traçado adoptado deve-ria ter sido o da margem direita.

Não é a 1.ª hipótese, mas sim a segunda, à que se realiza? Nesse caso Nesse caso a solução adoptada pelo sr. ministro do fomento também não foi a mais justificada, pois que não está provado que o traçado da margem esquerda, considerado na

extensão do sr. Fernando de Souza.)

O sr. ministro não conhece Chaves. Quem lhe deu essa informação? Foi um flaviense? Nesse caso esse flaviense foi um traidor à sua terra, mentindo escandalosamente para servir interesses pessoais inconscientes à custa dos interesses da população interna da vila.

Não foi um flaviense o informador, mas sim um indivíduo qualquer, estranho à terra e desconhecido das suas condições? Nesse caso o sr. ministro não devia resolver de animo leve sem ouvir a opinião de quem para isso fosse competente. Essa opinião, quando conscientiosa, não poderia deixar de confirmar a 1.ª conclusão do sr. Fernando de Souza.

Pois haverá alguém, que bem conheça Chaves, a quem se apresentem duvidas sobre a possibilidade, a certeza, mesmo, do engrandecimento da nossa terra depois desta região ser servida pela viação acelerada?

Então não temos ali fontes de riqueza pouco ou mal exploradas, por motivo do isolamento a que temos sido condenados?

A exploração das Caldas não será origem de um engrandecimento material certíssimo, visto que ele é uma condição de exíto da propria exploração? E aíásse esse engrandecimento, pode realizar-se na margem esquerda, sendo as Caldas na margem direita?

E não temos a feracíssima veiga, em que a cultura é ainda verdadeiramente primitiva, a prometer-nos um engrandecimento comercial muito importante, quando a fa-

cilidade das comunicações trouxe o apreserçoamento da horticultura e da pomicultura, com o consequente aumento de produção e de exportação?

Quem foi o traidor ou o ignorante que assim depreciou a nossa terra, apontando-a ao sr. ministro como uma aldeola sem importância, cujo engrandecimento não é mais do que um exagero das aspirações dos seus habitantes?

CHAVES, 23 DE MAIO DE 1915

O FLAVIENSE

Caminho de ferro

Na grande maioria dos flavienses produziu a mesma impressão a notícia, que todos os jornais publicaram de haver o actual ministro do Fomento, sr. dr. Manuel Monteiro, chamado a si o processo do caminho de ferro, no troço Moita-Chaves, a fim de estudar e resolver a eterna questão das variantes margem direita e margem esquerda, que talvez tem apaixonado a opinião na nossa terra, é obvio.

Esta boa impressão do público perante o acto expontâneo do ilustre ministro logo que assumiu o poder, traduz a esperança que renasceu quando já estava inteiramente perdida, de que não vá por diante a escolha da diretriz pela margem esquerda, com todas as suas nefastas consequências para o futuro desta pobre terra, que tão merecedora se tem tornado da consideração da Republica, e que tão cruelmente pelos governos da Republica tem sido desatendida nas suas mais legítimas aspirações.

A determinação do sr. dr. Manuel Monteiro mostrou agora que sua ex.ª está resolvida a reparar essa grande injustiça. O ilustre ministro estudando detalhadamente a questão, que já resumidamente conhecia, irá certamente decidir-se pelo traçado da margem direita e ordenar que o respectivo projecto se ponha imediatamente em execução, assim de que tão importante assunto, dada a instabilidade ministerial que ha no nosso paiz, não vá ainda de novo cair em mãos que à vontade caprichosa de caciques eleitos o entreguem, sacrificando assim a interesses pessoais o que só ás conveniências geraes deve subordinar-se.

Na localização da esta-

ção do caminho de ferro, na margem esquerda, ou na margem direita, o principal interessado é o comércio.

Causa lastima que o comércio o não tenha compreendido, e que ele não tenha sido o mais intrinsigente defensor do traçado da margem direita, nem mesmo o seu animador.

A verdade, porém, é que o comércio resignadamente estava aceitando a escolha do traçado da margem esquerda, parecendo não ver os grandes prejuízos que dahi lhe adviriam.

A estação na Veiga isolaria a vila. Toda a gente veria que não hizera fechar os olhos a evidencia que as populações rurais da parte oriental do concelho, desde que tivessem na veiga, junto da estação do caminho de ferro, duas ou três barracas em que pudessem comprar as habitas, os panos crus, o arroz, o bacalhau, o azeite e poucos mais artigos de que absolutamente necessitam, não se dariam ao trabalho de vir ao interior da vila, onde, em regra, a gente das aldeias não vem por passear, senão por absoluto exigência do seu viver, pouco desafogado, quer para vender os produtos da terra, quer para adquirir em terra aqueles artigos que a terra não produz e de que, na sua geral miseria, não pode absolutamente prescindir.

Os produtos da terra têm facil saída pelo caminho de ferro, qualquer que seja o traçado, e construído ele ninguém já duvida de que será por isso mais escasso e mais caro o mercado local.

Mas se a estação fosse na veiga, os artigos de uso imprescindível entorpeceriam os caminhos junto da estação, hastas barracas que

flamitariafiam em áhi se estabelecer.

Para que venham, pois, à vila evidentemente não viriam mais, porque Pelo contrário, se ficasse a estação na margem direita, a população oriental do concelho, que é a mais numerosa, seria forcada a passar pela vila para levar os seus produtos ao caminho de ferro.

E passando pela vila, é claro que a gente das aldeias não teria motivo algum para abandonar os estabelecimentos comerciais, em que está albergue-zada, os quais, por isso, se não teriam no caminho de ferro uma fonte de maiores lucros, por que a viação acelerada, quasi sempre prejudicaria o pequeno comércio local, não só teriam contudo os enormes prejuízos que, para grande número de comerciantes seriam, fatalmente uma completa ruína.

Porque é preciso que todos abram os olhos e todos vejam claramente que, ficando a estação na veiga, a grande maioria dos negociantes actualmente estabelecidos na vila (apenas os excluiam que tecem grande capital ou os que vivem de freguesia certa dentro da propria vila) ou teriam de mudar os seus estabelecimentos para a vizinhança da estação, ou dentro de muito pouco tempo, um anno, quando muito, teriam fechado as portas por falta de fregueses, se não fossem os credores, que em processos de falencia lhas mandaram selar.

Portanto será que o comércio, mesmo o comércio do bairro da Madalena, não abre os olhos para ver este desastre certo e tem deixado corretamente uma questão que para ele é de vida ou de morte?

Simples imprudencia, sem dúvida, mas tanto grave para o qual nós chamamos a sua atenção, bem certos de que seja qual for o traçado escolhido, o

futuro dará falso aos nossos esforços a favor da margem direita, esforços que poderão ser improlixos, mas que deixam a nossa consciência tranquila.

CHAVES, 29 DE MAIO DE 1915.

O FLAVIENSE

CAMINHO DE FERRO

Terminado o periodo eleitoral e consolidada pelo sufragio a situação predominante do partido democrático, é de esperar que o sr. dr. Manuel Monteiro, ilustre ministro do fomento, mantendo-se no poder, quer nessa, quer em outra pasta, empregará todos os esforços para que não se demore a solução do importante assunto do nosso caminho de ferro, que sua ex.^a, com um grande espírito de justiça quiz pessoalmente estudar, assim de o resolver pela forma mais harmónica com os interesses desta região.

Não temos a menor dúvida de que, qualquer que seja o titular da pasta do fomento, ele optará pelo traçado da margem direita do Tamega, pois que é essa solução a mais justa e a mais conveniente.

Pelo testemunho competentíssimo e absolutamente insuspeito do distinto engenheiro sr. José Fernando de Souza já vimos que não havendo razões, de ordem técnica ou de ordem económica, que obriguem o governo a dar preferência a qualquer das duas variantes estudadas, a escolha tem de subordinar-se unicamente à consideração das conveniências locais, assim de evitar prejuízos que seriam extremamente graves visto que de sua natureza seriam absolutamente irremediables.

Já demonstrado ficou também, com argumentos irrespondíveis, que localizando-se na veiga a estação do caminho de ferro, inteiramente se desatenderiam as conveniências de Chaves e as da região confinante, pois que

1.—A expansão da população da vila se encantaria para um local reconhecidamente insalu-

bre e em que as construções são difíceis e muito dispendiosas.

2.—O acesso à estação seria muitas vezes difícil e até impossível, por ocasião das inundações dos terrenos da veiga e do bairro da Madalena, que são frequentes na quadra inverno-sa.

3.—A deslocação do movimento comercial para as proximidades da estação fatalmente arruinaria a maior parte dos negociantes actualmente estabelecidos no interior da vila, sem exceptuar os do bairro da Madalena, que com uma errada visão do futuro são partidários dessa desgraçada solução.

5.—Deixariam de ser servidas pelo caminho de ferro importantes povoações da margem direita, não só do concelho de Chaves, mas também dos concelhos de Boticas e Montalegre, perdendo portanto o Estado os rendimentos provenientes de um considerável aumento de tráfego.

6.—Tornar-se-ia impossível a valorização da nascente minero-médical de Vilarelho da Raia, que é propriedade do município e que servida pelo caminho de ferro daria, sem dúvida, um apreciável aumento às receitas do concelho.

7.—Não permitiria que, no futuro, quando se fixar devidamente a exploração das nossas Caldas, as pessoas que freqüentarem esta estância (que virá a ser uma das melhores do país) tivessem comoda e próxima serventia entre a estação e os hoteis, casinos, balnearios e parques, que nas vizinhanças das nascentes tem de ser situados.

8.—Não facultaria aos viajantes o explendido panorama da nossa veiga, prejudicando assim as sas que a maravilharam.

condições estéticas da linha, a que em todos os países civilizados muito se atende no traçado dos caminhos de ferro, procurando-se assim desenvolver a indústria do turismo, que entre nós está quasi inexplorada e de que poderíamos auferir agradáveis lucros.

9.—Finalmente contrariaria os desejos da maioria da população da vila, que sempre se tem mostrado partidária da variante da margem direita, como se demonstrou com as representações por várias vezes enviadas ao governo, não só assinadas por muitas dezenas de particulares, mas também pelas entidades que mais legitimamente representam a população: a câmara municipal e a associação comercial.

A compensar tanta e tão considerável prejuízo, o que nos oferece o reduzido grupo partidário da variante da margem esquerda, que apenas se torna notável pela teimosia com que persiste no erro?

Em primeiro lugar, a famosa recta da veiga. Ora é sabido que quem viaja nos comboios não pode ver as rectas que eles percorrem. Se ver uma recta muito extensa é coisa agradável, os esquerdistas combatem apenas pelo gosto dos maquinistas e dos fogueiros. Mas uma longa recta nunca foi agradável, porque se torna monótona e aborrecida. Hoje até nas estradas ordinárias esses longos alinhamentos se evitam.

Vêm depois uma imaginária avenida para a estação seguindo o eixo da ponte romana. Toda a gente sabe que tal avenida nunca passaria de simples aspiração, pois que a realidade custaria rios de dinheiro, pelas caríssimas expropriações que exigiria e pelos enormes aterros que se tornavam necessários, dificultando depois a construção das casas que a maravilharam.

Coloque-se qualquer pessoa no eixo da ponte, olhe para o bairro da Madalena e figure-se o prolongamento desse eixo e logo verá o que seria preciso deitar abaixo.

Vem ainda uns fantasiosos prejuízos para as povoações da margem esquerda. Ora tais prejuízos consistem apenas, no fim de contas, em a gente dessas povoações ter de atravessar a vila para ir à estação, andando assim mais umas centenas de metros do que se ela ficasse na veiga. Mas esses passos a mais, insignificante incomodo, valorizariam a sede do concelho, o que a essas povoações não pode ser indiferente, a não ser que se deixassem arrastar por um estreito egoísmo, absolutamente inadmissível.

E aí está tudo o que os teimosos esquerdistas costumam aduzir a favor da estação na veiga.

Poderá algum ministro do fomento, seja quem for, ter alguma hesitação na definitiva resolução desta prolongada contenda? De certo que não.

E por isso nós pedimos ao governo em nome da estação pobre terra, sempre tão pouco considerada pelo poder central, que não se demore mais a solução do assunto, assim de que não seja por mais tempo protelada a conclusão da linha ferrea até Chaves, que é a nossa aspiração de tantos anos e o factor indispensável e mais valioso dos progressos da infeliz região.

O FLAVIENSE

CHAVES, 18 DE JULHO DE 1915

CAMINHO DE FERRO

Como já dissemos, no numero passado, o sr. ministro do fomento, dr. Manuel Monteiro, resolveu a longuissima demanda em que andava empenhada a nossa terra, deliberando que o traçado do caminho de ferro entre Moure e Chaves siga a variante da margem direita do Tâmega.

Não temos motivo algum para ocultar à grande satisfação que esta solução nos causa, não por que ela sirva quaisquer interesses pessoas nossos, por que nunca qualquer interesse nos moveu; nem mesmo por orgulho de havermos vencido uma campanha em que durante tantos anos nos empenhamos e em que com tão valorosos contendores tivemos de defrontar-nos, mas tão somente por termos contribuido com o nosso pobre mas sincero esforço para livrar a terra em que nascemos de um prejuízo grande, que por vezes esteve a pique de lhe ser imposto, em satisfação a simples caprichos de mandões, ou a interesses pequenos de uma reduzida minoria, com menosprezo dos interesses gerais da colectividade.

Esfim! Depois de tão trabalhosa jornada, em que por vezes o desanimo nos assoberbou, eis-nos chegados ao porto que demandavamos.

Temos todo o direito a congratular-nos com a grande maioria dos flavienses que por esta solução anciavam.

O ilustre ministro do

justiça, depois de estudar o assunto e de ponderar cuidadosamente os argumentos que pró e contra se apresentavam.

Sua ex.^a quiz mesmo fundamentar a sua resolução na opinião das autoridades competentes que sobre a questão ouviu. Só uma declarada má fé poderia malsinar uma resolução em que o nobre ministro, com o maior empenho, apenas procurou fazer justiça a uma região desprotégida, rodeando-se de todas as precauções para que essa justiça fosse recta e imparcial.

O nome do sr. dr. Manuel Monteiro tem de ficar nos anães da nossa terra, ali inscrito pela gratidão de um povo que, cansado de pedir em vão justiça, encontrou enfim quem sem nenhum interesse lha dispensasse.

Não reeditaremos agora a exposição das vantagens que para Chaves vão resultar da localização da estação do caminho de ferro na margem direita do Tâmega. Muitas vezes o fizemos já e inteiramente conhecem essas vantagens todos os nossos leitores.

Não conhecemos ainda ao certo o local em que a estação será construída, por que sempre esse ponto consideramos de importância secundária.

Queremos crer que a localização da estação se atenderá devidamente à comodidade do público, às facilidades da expansão da vila e às conve-

nícias do melhor seguimento da linha ferrea até à fronteira. E desde que a estes pontos se atenda, o que nós parece facilíssimo, isso deve bastar-nos.

O que hoje, apenas queremos registar, sem mais largos considerandos que a seu tempo fizemos, é que o ponto de ligação do nosso caminho de ferro com o que os espanhóis vengam a construir no seu território não pode ser, não será com certeza, o que por ahi se diz, nas proximidades de Feces de Abajo.

Sempre tivemos a opinião de que a escolha desse ponto era um erro gravíssimo, além de um sacrifício deprimente que nós fazímos dos nossos interesses, ao simples desejo, vago e mal justificado, dos engenheiros do paiz vizinho.

Ficámos satisfeitos quando soubermos que o ilustre ministro do fomento, fundando-se em razões de pezo, é também da nossa opinião.

Havemos de tratar este ponto com o devido desenvolvimento, para completa elucidação dos nossos leitores. Por agora bastará dizer que, desde que a entrada da nossa linha em Hespanha se não fará nas proximidades de Feces, fica desde já anulado o grande argumento de que se serviam os partidários da margem esquerda, aquela dispendiosíssima ponte sobre o Tâmega, perto de Vila Verde da Raia, que

eles supunham motivo bastante para a rejeição da variante da margem direita.

Soceguem o seu espírito. Tal ponte não se fará, por que tal ponte não é necessária.

Mas isto é assunto para larga palestra e que pela demora não perde.

Tratemos agora do troço Moure-Chaves, que é o que mais nos interessa.

O que nós aqui pedimos ao sr. dr. Manuel Monteiro é que, já que tanto nós tornou gratos com a sua acertada resolução de uma demanda que parecia não ter fim, complete a sua boa obra determinando que os trabalhos se iniciem sem maior demora.

O beneficio que sua ex.^a fez a Chaves foi muito grande, mas este pobre povo, duramente habituado a benefícios que ficam no papel e a promessas que nunca se cumprem, só verdadeiramente acreditará que vai ter caminho de ferro, quando os alviões começarem a rasgar a terra em que os carris vão de assentar.

CAMINHO DE FERRO

Desde ha muitos anos, sempre que temos tratado o assunto do caminho de ferro de Chaves, foi nossa opinião e constantemente o afirmámos, que não só o traçado a adoptar deveria ser o da margem direita, por melhor servir os interesses da vila e da região, mas que, também, em caso algum a ligação da nossa linha com a da Galiza deveria fazer-se no ribeiro de Feces, pois que, adoptado esse ponto de junção, o troço Chaves-fronteira teria um tráfego insignificante e deixaria de servir importantes povoações que com outro traçado poderiam gozar o grande benefício da viação acelerada.

Agora que a solução da margem direita é já coisa assente e definitiva, é útil recordar esse outro traçado de Chaves á fronteira que nós temos sempre defendido, não por que acreditemos n'um proximó seguimento da linha a partir de Chaves, mas porque julgamos conveniente mostrar aos nossos leitores o pouco valor do argumento que os esquerdistas apresentavam, quando, para assustarem a gente simples, falavam em acordos com o paiz vizinho a que não poderíamos faltar.

No troço Chaves-fronteira, o traçado mais conveniente seria o que, seguindo pelo sopé da serra de Bustelo e passando entre as povoações da Torre e Vilela Seca, atingisse a raia hespaniola nas proximidades das Aguas de Vilarelho.

Quem conhece a região, ou quem quizer estudá-la sobre uma carta, verá logo que, com um apeadeiro nas proximidades de Bustelo, outro nas proximidades da Torre e uma estação junto á fronteira, não só o caminho de ferro valorisaria as

Aguas de Vilarelho, que pertencem ao município e que então facilmente poderiam ser exploradas, mas também serviria um grande numero de povoações do nosso concelho e ainda dos concelhos de Boticas e Montalegre, as quais com o traçado da margem esquerda, ou mesmo com o da margem direita quando se tivesse na ligação em Feces, ficariam para sempre privadas de tão grande melhoramento.

E' claro que levando a linha ás Aguas de Vilarelho, ela entraria em Hespanha sem necessidade de construir aquela segunda ponte sobre o Tamega, com 86 metros de vão, terrível espantalho que os esquerdistas sempre agitavam como obstáculo insuperável á adopção do traçado da margem direita.

Foi sempre esta a nossa opinião e por isso ninguém estranhará que sentissemo-nos uma grande alegria quando ha dias lemos no *Seculo* uma entrevista com o sr. dr. Manuel Monteiro, em que o ilustre ministro do fomento manifesta a opinião de que o «proseguimento do traçado pela margem direita, se fosse um pouco modificado, poderia servir á maravilha a região de Barroso, circunscrita aos dois concelhos de Boticas e Montalegre, isto é, o planalto barroso».

Vê-se que o sr. dr. Manuel Monteiro, quando resolveu adoptar o traçado da margem direita, tinha já estudado o assunto com inteligente ponderação, tornando-se perfeito conhecedor de todas as vantagens que dessa sua resolução dimanavam para uma vasta região, importante mas eternamente abandonada.

Mas os nossos compromissos com a Hespanha?

Em primeiro lugar diremos aos nossos leitores que entre os dois países não existe tratado algum sobre a ligação do nosso caminho de ferro com o da Galiza. Houve, apenas, há muitos anos, uma simples conferencia de engenheiros hespanhóis e portugueses, na qual se concordou em que as linhas fizessem junção no ribeiro de Feces.

Mas sobre este ponto também o ilustre ministro do fomento falou, na entrevista do *Seculo*, não só com a clareza de quem bem conhece a questão, mas ainda com a autoridade que a nós nos falta e que da sua situação dimana.

Eis as palavras do sr. dr. Manuel Monteiro:

—«A Hespanha até hoje não deu um único passo no sentido de prolongar o seu caminho de ferro de Orense até Verin.

De resto, quem conhece a riqueza da região, sabe quais são as disposições da Hespanha a este respeito; não deu ainda um passo para o prolongamento do caminho de ferro, nem dá, nem dará, porque não lhe convém a construção de semelhante linha. O que ela pensa é em construir uma linha estratégica, porque se conhecem estudos já feitos nesse sentido.

A tal ponte só poderia vir a construir-se quando o caminho de ferro hespanhol chegassem a Verin, que é um caso muitíssimo pouco provável.

Ficam os leitores ilucidados sobre o que são e o que valem os nossos compromissos com a Hespanha a respeito da ligação das linhas ferreas no ribeiro de Feces.

E por aqui se vê, de um modo claríssimo:

1.º — Que se tivesse sido adoptado o traçado da margem esquerda, o troço Chaves-fronteira nunca se construiria, ficando por isso reduzida a muito pouco a celebre

recta de dez quilometros que tanto entusiasmava os esquerdistas.

2.º — Que adoptado o traçado da margem direita, nós não ficamos de modo algum obrigados a levar o prolongamento da linha ao ribeiro de Feces, onde a linha hespanhola nunca chegaria.

3.º — Que independentemente da construção da linha hespanhola, a adoção do traçado da margem direita tem o seu natural seguimento desde Chaves até ás Aguas de Vilarelho, seguimento que deve pedir-se e que estamos convencidos de que virá a realizar-se, para servir interesses portugueses e não para servir os interesses do paiz vizinho, que só em reciprocidade seriam para nós atendíveis.

E assim se vão mostrando todas as vantagens do traçado da margem direita que ainda há teimosos que não querem reconhecer.

CAMINHO DE FERRO

Quando o snr. ministro do fomento resolveu, a contento da grande maioria dos flavienses, a eterna demanda do traçado do nosso caminho de ferro, deveria a câmara, interpretando o sentir do município, agradecer logo ao snr. dr. Manuel Monteiro o grande benefício que nos dispensou, pois que nem por ser a resolução de sua ex.^a um acto de justiça deixou de ser um benefício para este concelho, há tantos anos anciando pelo caminho de ferro e vendo sempre os seus pedidos desatendidos e as suas esperanças sempre iludidas.

A câmara limitou-se, porém, nessa ocasião a enviar um telegrama de agradecimento ao nosso ilustre conterraneo, snr. dr. João Barreira, que pela solução do assunto zelosamente se interessou e que se apressou a comunicar ao snr. presidente da câmara a deliberação do sr. ministro do fomento...

Essa falta, que de modo algum traduziu menos gratidão dos flavienses, foi agora remediada. Mais vale tarde do que nunca.

O snr. presidente da câmara dirigiu-ho dias um telegrama ao snr. dr. Manuel Monteiro, também assinado pelos representantes do comércio, corporações e imprensa local, em que a sua ex.^a se testemunhou a gratidão do povo flaviense e ao mesmo tempo se lhe pediu que ordenasse sem demora o inicio dos trabalhos no troço Moura-Chaves e a conclusão do troço Vidaço-Moure, em que as terraplenagens já ha muito terminaram.

Oxalá o ilustre ministro se dignou atender estes pedidos, assim de que bem cedo possa esta terra, e toda a região de que ela é centro, colher as vantagens da viação acelerada, a que ha tanto tempo temos aspirado em vão.

O FLAVIENSE

CHAVES, 3 DE OUTUBRO DE 1915

CAMINHO DE FERRO

A construção do troço do caminho de ferro entre Moure e Chaves, pela margem direita do Tamega é uma coisa absolutamente decidida e certa. O srr. ministro do fomento aprovou e mandou executar o respectivo projecto; foi já feito o restabelecimento do traçado; estão correndo os seus termos os processos das expropriações de terrenos, as quaes, com quasi todos os proprietarios, foram feitas amigavelmente; está agora sendo estudada a avenida que, pelo Terreiro de cavalaria, hade ligar a estação ao centro da vila em condições da maior comodidade para o publico; e finalmente vae em breves dias ser posta em arrematação a empreitada das terraplenagens e obras de arte, cuja construção, ao que nos dizem, começará simultaneamente em Chaves e Curalha.

A variante da margem esquerda, cuja adopção seria a ruina de Chaves, está, pois, absolutamente arrumada e posta de parte.

Apezar d'isso, porem, ha ainda uma meia duzia de esquerdistas ferrenhos que singem alimentar a esperança de ver realizados os seus nefastos intentos, e em jornaes de Lisboa e Porto tem ultimamente conseguido a publicação de correspondencias tendenciosas, que aqueles nossos colegas de certo não aceitariam se soubessem a série de tolices, de calunias e de mentiras que taes escritos encerram.

Quanto ás tolices, nem nos admiram nem nos incomodam. Elas são naturaes em quem se mete a escrever sobre assuntos

de que não faz a mais leve ideia.

Mas as calunias e as mentiras convem rebatel-as, quando mais não seja, para que os jornaes do Porto e de Lisboa que lhes teem dado guarida fiquem sabendo que estão sendo iludidos na sua boa fé.

Ha sobretudo um facto que merece o mais vivo protesto e a mais indigna repulsa, que é o de os esquerdistas procurarem, á ultima hora, envolver a politica de regimen n'uma questão que é simplesmente de interesses locaes. A acreditar os escrevinhadores, a adopção do traçado da margem direita seria um favor feito aos monarquicos, assim como a não adopção do traçado da margem esquerda seria um agravio feito áos bons republicanos.

Ora isto é uma mentira revoltante. A verdade é que sempre houve bons republicanos entre os defensores quer de um, quer de outro dos dois traçados estudados, e toda a gente sabe que o traçado da margem direita foi sempre insistentemente pedido pelo nosso jornal, o qual, ninguem o ignora, foi fundado e se tem mantido unicamente para a defesa intransigente da Republica, n'este meio em que muitos inimigos, mais ou menos abertamente, contra o regimen conspiram sem cessar.

Sucede até que, se os traçados pudesssem classificar-se de monarquico ou republicano, conforme as pessoas que os defendem (o que seria um completo disparate) nós teríamos de considerar monarquico o traçado da margem es-

querda, que durante a ditadura pimentista esteve para ser adoptado, a pedido instantâneo do presidente do centro monarquico de Chaves, e que, felizmente, foi rejeitado pelo actual governo, a pedido dos deputados por este círculo que no partido democratico estão filiados.

Mas a verdade é que a politica nada tem que ver com a escolha do traçado do nosso caminho de ferro...

O ilustre ministro do fomento, srr. dr. Manuel Monteiro, conhecia pessoalmente o assunto e resolveu-o com toda a inteligencia e com todo o criterio, tendo unicamente em vista os interesses de Chaves e da região confinante, comprehendendo uma grande parte dos concelhos de Boticas e de Montalegre.

E' tambem caluniosa a accusação que os esquerdistas fazem aos defensores da variante adoptada, apresentando-os como cuidando apenas dos seus interesses pessoais. A calunia cae miseravelmente por terra em face dos processos das expropriações, nos quaes pode vér-se que não ha proprietario algum que deva considerar-se beneficiado, antes, pelo contrario, todo o beneficio tem sido para o Estado, pela facilidade com que aqueles se tem conformado com as avaliações, feitas pelos engenheiros, em regra bastante baixas e, por vezes, com errada classificação do valor agricola das terras. Isto é um facto de que os proprios engenheiros se teem admitido e só pode negá-lo quem, nos ultimos arrancos da sua

furia contra a margem direita, tem de recorrer á mentira para substituir argumentos de peso, que completamente lhe faltam.

Mentira é tambem, e mentira consciente, o dizer-se que o traçado da margem direita custa ao Estado mais 300 contos do que o da margem esquerda. Já aqui publicamos os dois orçamentos, cuja diferença é apenas, numeros exactos, de 5:553\$00 a favor da margem esquerda, largamente compensada pelos beneficios resultantes da variante adoptada.

Quanto ás duas grandes pontes que, segundo os esquerdistas, terão de fazer-se sobre o Tamega, eles bem sabem que apenas se fará a pequena ponte de Curalha, com oito metros de vão, pois que a ligação com o caminho de ferro espanhol ninguem sabe quando se fará e, se algum dia se fizer, não haverá necessidade de qualquer ponte em territorio portuguez.

Eles bem o sabem, mas convem-lhes mentir descaradamente, ao menos para deixar a duvida no espírito de quem a verdade não conhece.

Maus processos que não honram quem os emprega.

O que vale é que o assunto está resolvido e por isso pode a meia duzia de esquerdistas ferrenhos estrebar á vontade em impropios e mentiras, que nem por isso conseguiram dar vida á variante que eles queriam e que, bem o sabem, passou definitivamente á historia.

O FLAVIENSE

CHAVES, 15 DE AGOSTO DE 1915

Caminho de ferro

Está já concluído o restabelecimento do traçado do troço do caminho de ferro entre Moure e Chaves e vai imediatamente proceder-se à expropriação dos terranos, para o que é esperado nesta vila o sr. engenheiro Alvaro de Castelões.

Segundo as ordens do ilustre ministro do fomento, sr. dr. Manuel Monteiro, o trabalho das expropriações começará nesta vila e continuará sem interrupções até Moure.

A construção também, segundo nos consta, começará em Chaves e é provável que ao mesmo tempo se faça a construção da ponte sobre o Tamega, nas proximidades de Curalha, em que a linha passa à margem direita.

12 DE SETEMBRO DE 1915

Caminho de ferro

Concluidos já os processos das expropriações dos terrenos que são atravessados pelo caminho de ferro, no lanço de Moure a Chaves, devem começar brevemente os trabalhos da construção, constando-nos que à inauguração d'elles virá assistir o ilustre ministro do fomento.

O sr. dr. Manuel Monteiro, resolvendo com a sua grande e ponderada inteligencia a longa demanda que a nossa terra sustentou a favor do traçado da margem direita, tornou-se um amigo de Chaves e por isso a sua visita, assinalada pelo inicio dos trabalhos para a realização do grande melhoramento a que há tanto tempo aspiravamo, será muito agradável a todos os flavienses, que de certo saberão testemunhar ao ilustre ministro todo o reconhecimento da que lhe são devedores.

7 DE NOVEMBRO DE 1915

Caminho de ferro

Está já resolvido que a estação primitivamente projectada em Moure, margem esquerda do rio, será construída na margem direita, para que foi já feita a expropriação do terreno necessário na quinta do sr. capitão Rodrigues, próximo de Curalha.

Esta estação fica muito bem situada, por servir grande número de povoações do nosso concelho e das de Boticas e Montalegre.

Se, como é de esperar, o ilustre ministro do fomento mandar desde já proceder à construção da ponte e ao assentamento da linha desde Víago à estação de Curalha; Chaves ficará tendo o caminho de ferro apenas a cinco quilómetros, o que já será uma grande comodidade, em quanto esperamos que ele chegue ao seu terminus.

Neste sentido deveriam a câmara e a associação comercial dirigir os seus pedidos ao sr. dr. Manuel Monteiro, que de certo não deixaria de atendê-los, dada a boa vontade que sempre tem mostrado em beneficiar a nossa terra.

Caminho de ferro

Pelo ministerio do fomento foram já enviadas à direcção dos caminhos de ferro de Minho e Douro os conhecimentos relativos ao pagamento dos terrenos expropriados para a construção do nosso caminho de ferro, no lanço de Moure a Chaves pela margem direita do Tamega.

Os referidos conhecimentos vão agora ser remetidos por aquela direcção ao sr. juiz de direito d'esta comarca, que, a requerimento dos interessados, mandará passar os precatórios para o levantamento das respectivas importâncias da Caixa geral dos depósitos.

Depois d'isto ainda continuará os esquerdistas na sua tarefa?

31 DE OUTUBRO DE 1915



Caminhos de Ferro do Estado

DIRECÇÃO DO MINHO E DOUR

SERVIÇO DE VIA E OBRAS

SECÇÃO DE CONSTRUÇÃO

Caminho de ferro de Regoa a Chaves

Lanço de Víago a Chaves

2.ª parte Moure a Chaves

Empreitada S

Extensão 8.800,00

Construção de terraplenagens, obras d'arte correntes, obras de pedreiro das obras d'arte especiais, Avenidas de acesso e serventias entre perfis 26 do quilometro X e 15 do quilometro XIX

ANUNCIO

Pelo presente se faz publico que no dia 15 de Novembro de 1915, pelas 13 horas, se haverá proceder, perante a Direcção d'estes Caminhos de Ferro e na sua sede n'esta cidade, ao concurso público para a adjudicação da empreitada de construção acima referida.

O deposito provisório, para sér admitido como licitante, será de 1.644\$00 escudos e poderá ser feito, até às 15 horas da véspera do concurso, nas tesourarias de qualquer das Direcções dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro ou Sul e Sueste.

O definitivo, que deverá ser feito na mesma tesouraria, onde o houver sido o primeiro, será de 5 % do preço da adjudicação.

As propostas serão apresentadas durante o tempo em que a praça estiver aberta, podendo os concorrentes enviar a esta Direcção, em carta fechada, as suas propostas acompanhadas do recibo do deposito provisório e do atestado de capacidade do individuo que se propõe dirigir os trabalhos; entendendo-se por este facto que desistem de tornar parte na licitação verbal, se a houver, e do direito de reclamação áccera dos actos do concurso.

As condições de arrematação, caderno de encargos, bem como as restantes peças anexas, podem ser examinadas todos os dias úteis, desde as 11 horas ás 15 horas, na Secção de Construção d'esta Direcção, e, em Lisboa, na Direcção do Caminho de Ferro do Sul e Sueste.

Porto, 20 de outubro de 1915.

O Engenheiro Chefe do Serviço de Via e Obras,

Alfredo Ferreira

A QUESTÃO DO CAMINHO DE FERRO

A ELOQUENCIA DOS NUMEROS

Com uma fúria de verdadeiro desespero, como de quem, sentindo-se perdido, se agarra a todas as taboas de salvação, tem os esquerdistas, nos últimos dias, feito trabalhar os arames e gerar os prelos, à custa de qualquer generosa carteira vermelha, pretendendo convencer o mundo e... o snr. ministro do fomento de que o traçado da margem direita é uma ruina para o paiz, ad passo que a estação na veiga faria a felicidade das gentes de Valpassos e Vinhaes e... dos bairristas da Madalena.

Chegam a ser pitorescos os esquerdistas, não valendo a pena reeditar rasões, já largamente expostas, para rebater os seus argumentos, com que só quem foste chapadíssimo tolo se deixaria enganar:

Debalde se mantêm os esquerdistas na sua trabalhosa e fúglia campanha. A construção do troço Moure-Chaves pela margem direita pode desde já considerar-se um fact. Os bairristas da Madalena que com um egoísmo de todo o ponto reproável, obcecados pela convicção erronea de que defendem os seus interesses, ainda pelo traçado da margem esquerda trabalham, já não conseguirão prejudicar em seu proveito a vila inteira.

A tal respeito podem estar absolutamente tranquilos todos os bons flavienses que pelo traçado da margem direita se empenham.

Nós tínhamos até resolvido não escrever nem mais uma palavra sobre o assunto, que consideramos inteira e definitivamente liquidado.

Mas perante a celebre representação das juntas de paroquia (?) truc grosseiro de que os esquerdistas ultimamente se serviram e em que os caciques monárquicos com tantas esperanças de éxito trabalharam, não resistimos ao desejo de demonstrar com a irrespondível eloquencia dos numeros que a maior parte das juntas de paroquia que contra a margem direita representaram, mesmo que em termos legaes o fizessem (o que não sucede) não tinham a menor autoridade para protestar contra qualquer dos traçados, visto que, quer por um, quer por outro, em nada os seus interesses são afetados.

De facto, é indispensável considerar que, sendo muito grande a área do nosso concelho, a população das diferentes freguesias que o compõem ha de servir-se, não só da estação de Chaves, mas também das outras estações da linha ferrea que mais proximas lhe ficarem.

Queriram os nossos leitores lançar os olhos para a carta cōografica da região e hão de ver facilmente:

1.º—Que as freguesias de Arcosso, Oura, Loivos, Moreiras, Santa Leocadia, Povoa de Agracões, Selhariz e Vilas Boas se servirão sempre, como já agora se servem, da estação de Vida-ga e do apeadeiro de Loivos.

2.º—Que as freguesias de Aneihe, Vilarinho das Paranheiras e Vilela do Tamega não é a estação de Chaves que interessa, mas sim o apeadeiro que se construir em Vilarinho ou na Peneda.

3.º—Que as freguesias de Curalha e Redondelo também se não servirão da estação de Chaves, mas sim do apeadeiro do Tamega, que vai construir-se junto a Curalha.

4.º—Que as freguesias de Santo Estevão, Lamadarcos, Mairos, Paradela de Monforte, Roriz, Travancas e S. Vicente, situadas na margem esquerda, e as de Calvão, Bustelo, Ervededo, Soutelo, Soutelinho, Sanjurje, Vilela Séca, Seara Velha e Vilarelho, da margem direita, em nada interessarão no futuro a estação de Chaves, porque a estação ou estações de que hão de servir-se são as que se construirão no troço da linha entre Chaves e a fronteira hespanhola.

5.º—Finalmente, que só são interessadas na estação de Chaves as freguesias de S. Pedro, Nogueira, Samaiões, Eiras, Cela, S. Julião, Oucidres, Bobadela, Aguas Frias, Tronco, Cimo de Vila, Sanfins e Vilar de Nantes na margem esquerda, e as de Chaves, Outeiro Seco e Valdanfa situadas na margem direita.

criticassem à comodidade das três da margem direita, que tem maior população e mais importância.

De tudo o que deixamos dito pode logicamente concluir-se que o traçado da linha por uma ou por outra margem só é verdadeiramente interessante para as freguesias que no futuro hão de servir-se das estações situadas no troço entre Chaves e a fronteira.

Se a linha seguissse a margem esquerda, esse troço teria, quando muito, um apeadeiro na altura de Faldeas e a estação em Vila Verde da Raia, os quaes serviriam muito bem as 7 freguesias da margem esquerda a que já nos referimos, mas não poderiam de modo algum aproveitar ás 9 da margem direita, por se interpor o obstáculo do rio, que no inverno seria insuperável e no verão só a vau poderia transpor-se.

Com o traçado da margem direita haverá apeadeiros na altura de Soutelo e da Torre e estação em Vilarelho, que aproveitando ás 9 freguesias d'essa margem, seriam inuteis, por causa do mesmo obstáculo, para as 7 da margem esquerda.

Ora, aplicando á escolha da estação só o critério da comodidade dos povos, como os esquerdistas querem, e procurando averiguar quaes os que justamente devem sacrificarse diz-nos o censo da população que as 7 freguesias da margem esquerda (Santo Estevam, Lamadarcos, Mairos, Paradela, Roriz, Travancas e S. Vicente) tem 5:107 habitantes, enquanto que as 9 da margem direita (Calvão, Bustelo, Ervededo, Soutelo, Soutelinho, Sanjurje, Vilela Séca, Seara Velha e Vila relho) tem 6:190 habitantes. Diferença a favor da direita, 1:083 habitantes.

E quanto á importância relativa, diz-nos a matriz predial que as 7 freguesias da margem esquerda tem o rendimento coleccional de 22:268\$71, e que o das 9 freguesias da margem direita é de 30:411\$07. Diferença a favor da direita 8:143\$36.

Portanto na margem direita maior população e maior importância, d'onde se segue que as sacrificadas sejam as da esquerda e não as da direita.

Perante a eloquencia destes numeros, os leitores inteligentes que decidam quem tem razão. Mas crêmos bem que não haverá quem não julgue a tal representação das juntas de paroquia, uma simples leria, que não merece a menor sombra de consideração.

Caminho de ferro

Foram já pagas na recebedoria do concelho as expropriações das primeiras 11 parcelas de terreno para a construção da linha, cuja importancia era de 5:780.500.

Chegaram já, há dias, ao juiz de direito da comarca os co-

nhecimentos para o pagamento de mais 50 parcelas na importancia total de 8:927.600.

O meretíssimo juiz deu já a sentença adjudicando ao Estado a posse d'essas parcelas de terreno e estão agora correndo os editos de 20 dias, findos os quais serão logo passados os proprietários para o levantamento da Caixa Geral dos Depósitos das quantias a que os proprietários d'esses terrenos tem direito.

Ao juizo da comarca vão ser remetidos brevemente os processos relativos ás restantes cincas parcelas, cujos proprietários se não conformaram com a avaliação orçamental.

A posse d'esses terrenos será também desde logo adjudicada ao Estado, independentemente da avaliação judicial, cujo processo irá correndo os trâmites legais sem prejuízo dos trabalhos da construção.

Na semana passada abandonou o pessoal técnico da codestrutura da linha a marcar no terreno o edifício da estação d'esta vila e respectivos cais, armazens, etc., constando-nos que ali e em Curalha serão simultaneamente iniciados os trabalhos da construção.

Dizem-nos que se projecta assinalar festivamente a inauguração d'esses trabalhos, à qual se espera que venha assistir o ilustre ministro do fomento.

Alguém tem aqui feito corre-o boato de que o empreiteiro a quem foi feita a adjudicação das terraplenagens e obras de arte correntes do troço Moure-Chaves estava disposto a perder o deposito provisório, desistindo de executar a empreitada. Pessoa competente nos diz, porém, que tal boato não tem fundamento. Ainda não terminou o prazo legal para a assinatura do contracto definitivo, e na direcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro não ha notícia alguma, nem oficial nem particular, de que o adjudicatário tenha manifestado a intenção de o não assinar.

Sempre nos quis parecer que o boato seria malevolamente espalhado pelos esquerdistas, pois que, segundo nos informem, o adjudicatário tem larga prática de trabalhos d'esta natureza, tendo sido empreiteiro de varios

O FLAVIENSE

A QUESTÃO DO CAMINHO DE FERRO

DESFAZENDO MENTIRAS

Os esquerdistas, na sua ingloria campanha a favor de uma causa perdida, têm sido ferteis na adopção de trucos que, não estando grande capacidade intelectual, revelam contudo uma tenacidade bem digna, como qualidade aptecável que é, de mais honestos propósitos e de emprego melhor orientado.

Agora lembraram-se de inventar um ilustre desconhecido, que sae à estacada, em defesa da sua teima, armado de conhecimentos técnicos e de imparcialidade critica que lhe dão autoridade para formar opinião e para esclarecer quem sobre o assunto deve dizer a ultima palavra, isto é, o ilustre engenheiro que actualmente sobraça a pasta do fomento!

Como audacia é tudo o que ha de mais espantoso; o que vale é que nem sempre a fortuna ajuda os audazes, e este será um dos casos em que o prologo ficará por confirmar.

Mas vejamos o que nos diz o técnico e o critico em longa prosa nas colunas da Luta:

— O traçado pela margem direita não oferece vantagens alguma, antes é prejudicial e dispendioso. Sob o ponto de vista económico vai agravar extraordinariamente o orçamento, como passo a demonstrar lhe: Em primeiro lugar, obriga à construção de uma ponte sobre o Tamega, para ligação do estudo da esquerda com a variante que se pretende fazer vingar, e essa ponte, na melhor das hipóteses, deve custar aproximadamente setenta contos; em segundo lugar, produz um aumento considerável no movimento da terra, obrigando a numerosas obras de arte, tais como muros de suporte, aquedutos, etc; em terceiro e ultimo lugar, acresce extraordinariamente o custo das expropriações, pois vai justamente atingir algumas quintas em que o valor estimativo, mais que o valor real, tem de ter-se em conta.

Isto diz o técnico e o critico imparcial que os esquerdistas agora engendraram.

Pois vai responder-lhe também um técnico, mas este de verdade, o sr. engenheiro J. Fernando de Souza, de cuja competência e imparcialidade nem os esquerdistas terão o atrevimento de duvidar.

Basta-nos transcrever alguns trechos do artigo que aquele ilustre profissional, gloria da engenharia portugueza, publicou sobre o nosso caminho de ferro no n.º 655 da *Gazeta dos Caninhos de Ferro*, de 1 de abril ultimo, ou extractar alguns esclarecimentos que os leitores podem ver no dito artigo.

1.º—Sobre o grande dispendio do traçado da margem direita, basta publicar o total dos dois orçamentos:

| | |
|------------|-------------|
| M. D. | 190.145\$00 |
| M. E. | 174.592\$00 |
| Diferença. | 15.553\$00 |

Ora como a arrematação das terraplenagens hapucco realizada ficou 8 contos mais barata do que o orçamento, vê-se que aquela pequena diferença orçamental entre os dois traçados está já largamente coberta, e fica-se já avaliando qual é a competência do técnico e a imparcialidade do critico.

2.º—Quanto à ponte de Curalha, muros de suporte e obras de arte, etc, diz-nos o artigo do sr. Fernando de Souza que na margem esquerda havia duas pontes metálicas de 12 metros, alem de um pontão de alvenaria de 10 metros, alguns muros de suporte e as obras de arte necessarias para que os aterros (que na veiga eram de 1 metro acima do nível da cheia de 1909) não fossem corroidos pelas aguas.

Na margem direita, alem da ponte de Curalha não ha senão pequenos pontões sem importância.

As terraplenagens e obras de arte, na margem esquerda, estavam orçadas em 62.290\$25.

Não possuímos deta-

lhes do orçamento da margem direita, mas sendo o custo total d'este traçado inferior ao da margem esquerda, logicamente se conclue que também estas verbas são inferiores.

3.º—Pelo que respeita às expropriações, também o técnico é pouco imparcial!

Do traçado da margem esquerda dá-nos o artigo do sr. Fernando de Souza a importancia de cada um dos capítulos do respectivo orçamento, ao passo que do da margem direita só nos fornece a importancia total.

Mas a respeito das expropriações na margem direita nós temos já dados certos e positivos, cuja veracidade qualquer pessoa pode facilmente investigar.

Assim, nós sabemos que são em numero de 66 os proprietarios a quem se expropriaram parcelas de terreno para a construção da linha e que, d'esses, 66 proprietarios se conformaram 61 com a avaliação orçamental, havendo apenas cinco sobre cujos predios terá de proceder-se a avaliação judicial.

A importancia total das expropriações das 61 parcelas em que não houve contestação é de 9.637\$00.

A importancia orçada das cinco parcelas em que a expropriação será litigiosa é de 1.610\$00.

Admitamos que em resultado da avaliação judicial os proprietarios que se não conformaram com a avaliação do orçamento venham a receber o dobro d'aquela importancia, embora isso não seja muito provavel em vista dos valores que os predios tem na matriz.

Pois mesmo assim, a importancia total das expropriações na margem direita seria de apenas 12.897\$00, e como as expropriações da margem esquerda estavam orçadas em 22.527\$38, uma simples operação aritmética mostra que as expropriações da margem direita ficam 9.630\$38 mais ba-

ras do que ficariam as da margem esquerda.

Estão vendo a imparcialidade do critico e a competencia do tecnico?

4.º—Sobre os prejuizos do traçado da margem direita, diz o sr. engenheiro Fernando de Souza, no citado artigo:

— Não ha na linha propriamente dita, razões de preferencia na extensão, condições tecnicas e custo, tão ponderosas que determinem a solução. Tem esta de ser subordinada exclusivamente ás conveniencias de Chaves e da regiao tributaria da sua estação.

No numero passado mostramos com numeros exactos que as maiores conveniencias a atender são as da regiao da margem direita.

Quanto á vila fala o artigo:

— Com o movimento da estação lucra a vila.

Portanto, pelo que respeita aos interesses d'esta, é preferivel a estação da margem direita.

— O local da margem direita é inegavelmente mais higienico e presta-se melhor ao engrandecimento da vila.

Para que apresentar mais argumentos em assunto já tão debatido e agora definitivamente liquidado?

A nossa vontade é fazer ponto final.

Mas se os esquerdistas teimarem ainda nos dislates e nas mentiras, não nos faltarão rasões de peso para convencer os mais incrédulos e abrir os olhos aos que mais cegos propostadamente se mostram.

O FLAVIENSE

A QUESTÃO DO CAMINHO DE FERRO

CALUNIOSA

A farsão e a justiça triunfaram. A construção da linha ferrea pela margem direita do Tamega, no troço Moreira-Chaves, é já uma coisa definitivamente assente, um facto que teve começo de realização no pagamento das expropriações e que, em breve se continuará na solemníssima inauguração dos trabalhos de rompimento, a cujos festos vão associar-se cheios de júbilo todos os bons flavienses que pelos progressos de Chaves se interessam.

Nem já os esquerdistas mais "ferreiros" tem a menor dúvida de que a sua má causa está absolutamente perdida.

Mas cheios de raiva e de desespero, não esfriecem na sua campanha de insídias, de dislates e de falsidades, em que, apesar de completamente refutados os seus argumentos sem valor, audaciosamente repizam estafadas alegações, como se elas não tivessem já sido pulverisadas pela força invencível da razão e pelo poder dominador da verdade.

E agora, n'uma triste lamenaria de vencidos, não são só erros crassos que cometem e mentiras conscientes que reeditam.

Agora veem também as inconveniências mais grosseiras entretercer a coroa funebre com que a sua velha demanda desce ao tumulo do esquecimento.

Haja vista a correspondência de Chaves há dias publicada na *Lilica*, em que um desconhecido rabiscador, o mesmo talvez que nos apresentou aquele celebre técnico e critico a quem no numero passado respondemos, vem dizer ao público que o sr. Cândido Soto Maior, se julga confrariado e hostilizado pelos que, em legítima defesa de Chaves, trabalharam pelo traçado da margem direita, insultando malevolamente à

INSINUAÇÃO

possibilidade de o grande capitalista (peresse facto, por parte a iniciativa da exploração das Caldas).

E espantoso, não acham? Pois não vão os nossos leitores supor que estamos inventando. Bastaria dizer que alguém trechos desse desabafo esquerdistas, para que todos conheciam a que extraordinárias inovações eles se deixam arrastar pelo seu desespero. Vejam esta amostra:

— Se o caminho de ferro é um grande complemento, um outro há de maior importância e de muito maior riqueza para Chaves. Essa grande transformação seria a constituição dos estabelecimentos termais e o aproveitamento das abundantes águas de Chaves, que são unicamente esse gênero: ad. nosso paiz. O sr. Cândido Soto Maior tinha projecção esse aproveitamento para transformar aquela vila no primeiro estabelecimento termal do paiz, administrando-o, trazendo-lhe riqueza e engrandecimento para asturianos e outros a todo abrigo.

Com as contrariedades e habilidades que lhe tem movido, estando o sr. Soto Maior resolvendo realizar esse grande projecto? Não sabemos. Ora simbolo de ferro pela margem direita prejudicou a realização dessa obra, que seria benéfica para Chaves e para o paiz. Vitim? E n'ho! Ihe parece que se o correspondente é amigo do sr. Soto Maior, pode bem incluir-se por essa grandiosa inconveniência na categoria dos amigos dos diabos?

O que vale é que essas pessoas honestas não podem ligar a menor importância a essa grosseria insinuante, c. a. reputação, como nós a reputamos, anteriormente, caluniosa e até ofensiva para o carácter do sr. Soto Maior.

Toda a gente sabe, por que os seus amigos o alimatam, que o grande capitalista, mesmo no tempo da ditadura, usando do seu valinete junto do governo para a rápida conclusão do caminho de

ferro, sempre se mostrou desinteressado da questão da fábrante a adoptar.

Toda a gente sabe que o sr. Soto Maior tomou a iniciativa de organizar uma grande empreza para a exploração das Caldas, teve unicamente em vista a satisfação do generoso e nobre desejo, que tinham o sr. Chaves de ligar o seu nome à obra grandiosa da valorização desta terra que já nota-veis benefícios que deve.

Não há um único flaviense que faça ao benemerito capitalista afronta de o supor capaz de desistir do seu generoso propósito, unicamente porque foi adoptado o traçado do caminho de ferro pela margem direita, quando esse traçado é exactamente o mais vantajoso para o futuro da terra. Que ele tanto deseja engrandecer, mal afronta.

Ninguém pode acreditar que o sr. Soto Maior, depois de verificado o glorioso que o seu carregador generoso empreendimente recebeu de toda a imprensa do paiz, e da imprensa estrangeira de que por isso se tornou credor para com todos os amigos de Chaves, quisesse agora comprometer a honra do seu nome, pondo de parte os seus projectos com um pretexto futil, o que se fazia a grande desafeição para o seu honesto carácter.

Não ha pessoa inteligente que não veja que para a realização do aproveitamento das Caldas, em condições de transformar a nossa terra, é um precioso auxiliar, visto que n'essa margem existem as nascentes e abrigos de situar os balneários, os hotéis, o parque e todos os estabelecimentos de recreio destinados a atrair os turistas.

carácteres do sr. Soto Maior.

O benemerito amigo de Chaves, que nunca na campanha esquerdistas se empenhou, porque ao seu alto espírito repugnaria sacrificar os interesses gerais da vila ao interesse pessoal que poderia ter (e que, aliás, é mínimo) na estação da veiga, não pode de modo algum considerar-se hostilizado e contrariado pela campanha dos que pelo outro traçado se empenharam.

Os esquerdistas, fazendo essa malévola insinuação, mostram apenas que, loucos de furia, quereriam ver prejudicar a vila inteira, os seus progressos e o seu engrandecimento,unicamente por que não conseguiram levar por diante a sua doença teta.

Se um dia recuperarem a razão, o que muito desejamos, como esses loucos hão de sentir-se arrependidos e envergonhados da má figura que teem feito!

24 DE DEZEMBRO DE 1915

O FLAVIENSE

A QUESTÃO DO CAMINHO DE FERRO

A ESTÉTICA DOS TRAÇADOS

Os nossos leitores já conhecem aquele *técnico competente e crítico imparcial* que os esquerdistas inventaram, para assimbra da sua *auctoridade* dizerem coisas pitorescas e inexatas nas colunas da *Lucta*, naturalmente a pataco a linha.

Já aqui tivemos ocasião de demonstrar a toda a evidência, com numeros exactos, factos certos, que o ilustre desconhecido nem é técnico, pela ignorância que revela em assunto que para qualquer técnico seria elementar, nem é *crítico*, pela parcialidade com que sistematicamente falsifica a verdade, o que é a negação de todos os processos de critica.

Agora é sobre a estética comparada dos dois traçados que ele bucolicamente discreta, e nós vamos ver que também nesse campo se nos apresenta de uma lamentável infelicidade, exactamente por que continua a deturpar a verdade das coisas, como até aqui tem torcido a verdade dos factos.

Depois de se referir em preferioso estilo às belezas da nossa veiga, com as admiráveis nuances da sua vegetação, inúmeros casas brancas de neve, e minúsculos ribeiros de agua limpida que deslismam como longos fios-de-prata, diz ele:

Faça agora um pequeno esforço de imaginação, percorra a margem esquerda e diga-me se há comparação possível entre uma e outra margem! Enquanto aquela a linha segue uma recta imensa, através o vale fertil, com o seu ponto de paragem admiravelmente situado, de largos horizontes, de ares puros e saudáveis, nesta perde-se em laces forados, por entre densos pinhaes, numa monotonía e tristeza imensa,

Viram? Pois analisemos agora. Pediu o crítico um *pequeno esforço de imaginação!* Deveria pedir um esforço enorme,

não de *imagination*, mas sim de *inventão*, e só assim poderiam ficar certas as extraordinarias afirmações que faz.

Não queremos já falar daqueles *fios de prata* que deslismam na veiga, que bom era, que existissem, mas que infelizmente os cultivadores não encontram quando tem de irrigar as suas culturas, nem dos *inumeros casas brancas de neve*, que desgraçadamente só comunita escassez esmaltam a paisagem.

Mas aqueles *densos pinhaes* da margem direita, por entre os quaes a linha vai e corre na sua monotonía e tristeza intensa, isso é invenção que excede todos os limites toleraveis, pois toda a gente sabe que a linha não atravessa pinhal algum, pela simples e fortissima razão de não possuirmos essa riqueza florestal com que o critico graciosamente nos quiz dotar.

E pelo que respeita aos ares puros e saudáveis que os viajantes gozariam no vale, como quem diz que na margem direita, eles serão *impuros e doentios*, isso é tambem uma descoberta genial do ilustre desconhecido, pois não ha ignorante que não saiba serem, em geral, os ares das montanhas mais puros e mais saudáveis do que os dos vales.

Mas apreciemos, sem parti pris, os dois traçados pelo lado estético, ja que os esquerdistas assim o querem, para que toda a gente veja, que, mesmo sob esse aspecto, é inteiramente justificada a preferencia que foi dada ao da margem direita.

Desde Motife até à altura de Outeiro Jozão, o traçado da margem esquerda era a meia encosta e em curvas e contracurvas, como o é o da margem direita. Ha apenas a diferença de na margem esquerda a encosta

descer abruptamente para trás, numa inclinação tão áspera que, em grande parte, nem cultivada pode ser; ao passo que na margem direita a linha passa mais afastada do rio, por entre terrenos de vinha e outras culturas, mas com suficiente elevação para que estas lhe não fechem o horizonte.

Até Outeiro Jozão, pois, o traçado da margem esquerda não tinha beleza alguma que o recomendasse.

A partir de Outeiro Jozão será, com efeito, agradável ao turista espraiar a vista pela beleza da nossa veiga, que os esquerdistas não admiraram mais do que nós, mesmo sem os *fios de prata* e as *casas brancas de neve* que lá não ha.

Mas digam com imparcialidade: — quem, hoje quer deleitar os olhos com essa beleza, acaso se lembraria de ir percorrer as estradas de Outeiro Jozão ou de Vila Verde?

Não é, pelo contrario, das estradas de S. Lourenço, de Monforte, de Izéi, de Cuiála e de Outeiro Seco que o lindo vale se apresenta á nossa vista em toda a sua extensão e no seu aspecto mais encantador?

Pois o mesmo sucederá com a linha ferrea:

Se ela atravessasse o vale, nessa famosa recta de que os esquerdistas tanto falam, e que não teria beleza alguma, os viajantes não sentiriam essa agradável impressão que encanta os turistes.

Pelo contrario, o traçado da margem direita, muito sobranceiro ao rio, permite a partir da altura de Outeiro Jozão, que o turiste tenha sempre sob a sua vista admirada, estendida como um grande mapa, toda a matizada superficie da veiga, o rio que nela serpenteia e, como fundo imponente, a serra do Brumheiro com as alegres povoações que, no sopé, em longa fila bordam o vale.

E no inverno, não raro o turiste vera ainda um espectáculo mais sur-

preendente: o do nosso Tamaga, habitualmente tão sereno, saltando marulhoso do seu leito, espraiando-se longamente pelo vale, transformando os caminhos em canais e os campos em lagos, cobrindo o local em que se pretendia assentar a estação da margem esquerda e cortando as comunicações desse local com a vila.

E assim o turiste, talvez deslumbrado com esse espetáculo, terá ensejo de avaliar com quanto acerto se procedeu, assentando a linha na margem direita.

1 DE JANEIRO DE 1916

O FLAVIENSE

A QUESTÃO DO CAMINHO DE FERRO

PARA TERMINAR

A questão dos traçados do caminho de ferro está morta. Com as primeiras pás de terra dos trabalhos que vão começar ficará definitivamente enterrada.

Os esquerdistas, pulverizadas como foram todas as suas alegações e plenamente justificada com irrespondíveis argumentos a escolha do traçado da margem direita, sentindo perdição a sua má causa, já não tentam defendê-la, desviando agora a questão para o campo pessoal, em doestos e intrigas que nada provam em seu favor e que não podem exercer influencia alguma na opinião pública ilustrada e honesta.

Não seremos nós que nesse campo os acompanhemos. Os argumentos ad hominem nunca nos mereceram simpatia, pois que tais argumentos são, em geral pouco convincentes.

Temos defendido calorosamente o traçado da margem direita, na melhor boa fé e inteiramente convencidos de que assim defendemos os interesses de Chaves sem causar prejuízos graves às povoações que a circundam.

Mas combatendo os esquerdistas, ou antes os pessimos argumentos que eles apresentaram em favor do seu traçado, nunca, nem de leve, ferimos a nota pessoal, insinuando que eles defendessem, em vez de legítimos interesses da colectividade, conveniências ou interesses de pessoas, que áqueles directa ou indirectamente fossem opositos.

Répugnam-nos absolu-

mente tais processos de combate, tanto mais que nós temos a opinião de que os interesses pessoais não deixam de ser legítimos e respeitáveis quando com os interesses gerais coincidem, e só devem ser combatidos quando com estes abertamente colidam.

Do traçado da margem esquerda resultava infelizmente a morte de Chaves por isolamento. Pelo contrário, o traçado da margem direita, tornando forçada a passagem pela vila para chegar à estação, anima a nossa terra, favorece o comércio e valoriza a propriedade urbana, sem que os povos da margem esquerda sejam de modo algum prejudicados nos seus interesses, mas apenas um tanto lesados nas suas comodidades, sendo aliás esse prejuízo representado sólamente pelo percurso de mais uns centos de metros.

Por isso e por todas as razões de peso já expostas é que não queremos repudiar, nós, defendemos há muitos anos o traçado da margem direita.

Não queremos saber nem nos importa se há qualquer pessoa que com tal traçado lucre.

Se o traçado da margem esquerda fosse mais vantajoso do que o da direita, também alguém com ele lucratá-lo e isso nos seria do mesmo modo indiferente.

Vamos, pois, terminar esta campanha que, depois de vencida, se tornaria impertinente e enfadonha.

Continuem os esquerdistas a debater a questão pessoal se essa ingloriosa tarefa lhes apraz.

Nós não temos procuração para defender as pessoas atacadas, que, de resto, da nossa defesa não cárrecem.

Em nossa deseza não temos, felizmente, necessidade de sair à estacada. Se alguém se lembrasse de dizer que na deseza da margem direita algum interesse pessoal nos moveu, a insidiosa seria tão grosseiramente disparatada, que em vez de indignação só gargalhadas provocaria.

Esse em algum rombo béstunto pudesse germinar o pensamento de que a causa d'outrem servissemos e não sómente a causa geral da nossa terra, também não desceríamos a dar explicações, com que o nosso próprio caráter ostenderíamos. Abandonados de qualquer amparo desde que entrámos na luta pela vida, o que somos ao nosso próprio esforço exclusivamente o devemos. Sentimos legitimo orgulho em fazer esta afirmação sem receio algum de que nos desmintam.

E afastados sistematicamente, desde sempre, de todos os campos partidários, nunca houve, nem há, cacique ou chefe político que pudesse ou possa gabar-se de a sua obediência nos ter ou haver tido.

Com esta independência, resultante da falta absoluta de aspirações a situação diferente da que por nós mesmo conquistámos, a nossa pena humilde nunca suportou qualquer tutela, nem admitiu qualquer direcção. Ou se move livremente, unicamente guiada pelo nosso pensar, ou se conserva silenciosa e inactiva.

Prosigam, pois, os esquerdistas na sua campanha pessoal, que por tal

caminho nunca conseguiram fazer-nos enveredar.

E como sórta d'esse campo de retaliações, que nos enojam, já nada podem dizer, contra o traçado da margem direita, que não tenha tido triunfante resposta, a nossa missão está terminada.

No futuro próximo, quando se acalmarem as paixões que agora rügem, chegará a hora da justiça. E reconhecidos então todos os benefícios que para Chaves resultaram do traçado da margem direita, a opinião pública seriamente sentenciará.

Não receainos que o seu veredictum nos fulmine.

Mas até lá, o que tínhamos que dizer está dito. Só nos resta por isso pôr n'esta questão, que tão longa foi, um definitivo ponto final.

16 DE JANEIRO DE 1916

O FLAVIENSE

30 DE JANEIRO DE 1916

Caminho de ferro

Tendo já sido visado pelo Conselho superior de administração, finançeira do Estado o contrato da empreitada de construção do lanço do caminho de ferro entre Moute & Chaves, foi há dias feita a devida notificação ao empreiteiro, começando desde então a contar-se o prazo de um ano, dentro do qual hão de estar concluídos os trabalhos da mesma empreitada.

Estes trabalhos vão, por isso, começar em breves dias; mas tendo o sra. ministro do Fomento resolvido vir a Chaves para assistir ao inicio das obras e havendo-se constituido uma comissão para festejar condignamente essa inauguração, o empreiteiro, sra. Azevedo, amavelmente se prestou a sómente começar a construção no dia que a comissão lhe indicar, o que depende da data em que o ilustre ministro resolverá vir a Chaves.

E' de crer, porém, que a inauguração dos trabalhos não vai além da próxima semana.

A comissão dos festejos iniciou uma subscrição pública, para que a sua realização represente bem o regosijo da população flaviense pelo grande melhoramento que vai em si iniciar-se, sendo também um testemunho de gratidão aos ilustres estadistas srs. dr. Manuel Monteiro e engenheiro António Maria da Silva, a quem a nossa terra fica devendo tão alto benefício.

A comissão tem encontrado a melhor vontade em todas as pessoas a quem se tem dirigido, constando-nos que a subscrição atinge já uma quantia importante.

Não está ainda organizado o programa dos festeiros, esperando-se, todavia que toda a população a eles se associe, pois que, definitivamente resolvida a contenda que sobre o traçado aí se travou, todos devem estar agora de acordo em celebrar com regosijo o grande melhoramento, que foi a nossa aspiração de longos anos e que enfim vai iniciar os progressos da nossa terra, valorizando-a e engrandecendo-a.

20 DE FEVEREIRO DE 1916

Caminho de ferro

Tem estado em Chaves o distinto engenheiro director da construção do nosso caminho de ferro, sra. Gonçaga Cabral, o qual veio dar instruções ao conductor que ficou acompanhando a construção e que para esse fim estabeleceu a sua residência em Bobeda.

O empreiteiro sra. Azevedo já atacou o trabalho em quatro pontos diferentes do traçado, não tendo, porém, dado grande desenvolvimento às obras por falta de algum material indispensável, que por engano, devendo vir para Vila do Conde, foi parar a Carriças, na linha do Pocinho a Miranda do Douro.

Logo, porém, que esse material chegou a Chaves, os trabalhos entrarão em grande actividade e, com a experiência que o sra. Azevedo possui, é de crer que rapidamente se desenvolvam.

O FLAVIENSE

CHAVES, 5 DE MARÇO DE 1916

Caminho de ferro

Tem continuado com actividade, apesar do mau tempo, os trabalhos de construção do lanço do caminho de ferro da Mogueira-Chaves.

Sobre novos estudos para a localização da estação d'esta vila não temos mais informações.

Ouvimos dizer que provavelmente ela ficará no local que já estava escolhido e que a suspensão dos trabalhos no primeiro quilômetro foi motivada pela necessidade de estudar uma variante do traçado tendente a evitar o grande aterro e a passagem inferior junto ao regato da Ferrugem. Não sabemos, porém, se este boato tem algum fundamento.

A junta de paroquia de Ouralha pediu ao sr. ministro do fomento, por intermédio da Câmara municipal, que o presidente d'aquela povoação, em vez de ser construído na quinta do Vieito, como está projectado, o seja um pouco mais ao sul, na altura do Poldrado, onde dará mais comoda serventia a várias povoações, tanto da margem direita como da margem esquerda do Tamega.

Esta pretensão é bem fundada e como da imundança do apedreiro não resulta prejuízo para ninguém, é de crer que o sr. ministro do fomento se digne atendê-la, como é de justiça.

Já depois de composta esta notícia, fomos informados de que o empreiteiro de lance do caminho de ferro recebeu aviso de que os trabalhos podem continuar seguindo o primitivo traçado, o que, à ser verdade, significa que foi posta de parte a ideia de escolher outro local para a estação ou de fazer qualquer variante ao traçado.

CAMINHO DE FERRO

Na semana passada o empreiteiro das obras do caminho de ferro receberam ordem telegráfica para suspender os trabalhos da construção no troço comprendido entre o local da estação d'esta vila e o ribeiro de Ribeiras.

Mais tarde a suspensão dos trabalhos foi mandada estudar até às proximidades da praia do Agapito.

D'ahi, grande regozijo no campo esquerdistas, onde logo se proclamou que estava dado o primeiro passo para a suspensão total dos trabalhos na margem direita, julgando-se por isso, muito próxima a vitória da sua campanha a favor do traçado da margem esquerda.

Os esquerdistas estão completamente iludidos, ou fingem esperanças que realmente não tem.

Que o caminho de ferro chegará a Chaves pela margem direita é ponto absolutamente decidido e não haverá campanhas que consigam alterar a resolução do ilustre ministro do fomento.

Os trabalhos da construção continuam com toda a actividade e o empreiteiro está na disposição de lhes dar o maior desenvolvimento, aumentando o pessoal operário, assim de que as obras venham a estar concluídas antes do prazo que lhe foi marcado no seu contrato.

A questão, só que nos informaram, versa apenas sobre o local da estação. Os esquerdistas, perdida a esperança de que a estação fosse na vulga, levantaram a campanha da moralidade a respeito do local escolhido para a estação da margem direita, insinuando que a escolha d'esse local foi a causa única da campanha direitista, afim de servir os interesses de um chefe político, proprietário da quinta em que a estação foi projectada.

A insinuação é caluniosa. Ninguém mais do que nós tem defendido o traçado da margem direita e nunca, até hoje, nos manifestamos a favor de qualquer local para a estação, assumindo que julgámos sempre de importância secundária, pois que o verdadeiro interesse da vila consiste em que a estação não seja na vulga, mas sim na margem direita, no ponto em que melhor sejam servidas as conveniências do comércio e a comodidade dos habitantes.

De resto, para se ver que o

traçado da margem direita não se subordinou ao favoritismo político de situar a estação no local escolhido, bastaria dizer que a campanha a favor do traçado adoptado começou há vários anos e que os terrenos expropriados para a estação apenas há um ano estão na posse do seu actual proprietário.

Nesta questão da estação ainda anda muita política partidária e muito ódio pessoal e tudo isso nós sómos absolutamente estranhos.

Sem dúvida há na margem direita muitos locais em que a estação de Chaves possa ser construída, mas o lugar escolhido, enquanto para essa escolha em nada contribuíssemos, parece-nos em condições de bem servir o comércio e o público, uma vez que se construa avenida da ligação ao Terreiro da Cavalaria e a estrada de comunicação com o bairro das Loures, pois que assim ficará em grande proximidade do coração da vila, tanto no que respeita a quartéis e repartições públicas, como ao mercado do Arrabalde e bairro comercial.

Qualquer outro local escolhido poderia melhor satisfazer a condições estéticas, mas não vemos nenhum que mais vantajosamente possa servir a comodidade de tanto para passageiros como para mercadorias. Não há dúvida que na escolha do local para a estação, a consideração da comodidade muito deveria ter influído no espírito dos técnicos que essa escolha fizeram, não podendo nós admitir que, em vez de se guiarem por essa condição de interesse público, obedecessem a indicações de ordem política ou pessoal, o que seria impróprio de pessoas da tal categoria e ilustração.

Mas levantada com evidente insídia a campanha da moralidade a propósito do local escolhido para a estação, o ilustre ministro do fomento quer sem dúvida que novos estudos, restritos a esse único ponto, tirem todo o pretexto para a impetuosa campanha contra o traçado da margem direita, que subsiste, por estar completamente demonstrada a inconveniência do traçado da margem esquerda.

Vão, pois, os técnicos fazer novos estudos da estação, que os habilitem a informar cabalmente o ilustre ministro.

Com tanto que iasc não protele mais uma vez a conclusão do caminho de ferro, o que seria de grave prejuízo para Almeida-Tavares, nada temos a opor à resolução do sr. ministro do fomento.

Não temos simpatias decididas por este ou aquele local da estação, uma vez que ela seja na margem direita e o mais próximo da vila que for possível.

Aguardamos, pois, os novos estudos dos ilustre engenheiros, já predispostos e com eles nos confrontarmos, por termos a certeza de que o seu parecer haverá devidamente fundamentado, não só sob o ponto de vista teórico, mas também tendo em consideração os interesses e a comodidade dos habitantes de Chaves.

O FLAVIENSE

22 DE AGOSTO DE 1916

CHAVES, 18 DE JUNHO DE 1916
19501 7.2012
... 19501 7.2012

Caminho de ferro

Na camara dos deputados o sr. Azevedo Antas, referindo-se à já estafada questão do nosso caminho de ferro e declarando que considera um erro técnico e económico o traçado da margem direita, no lanço de Monte a Chaves, perguntou ao seu ex.º está disposto a manter esse traçado e se, no caso afirmativo, a estação d'esta vila será no local projectado ou em qualquer outro.

O Ilustre ministro respondeu que tanto o traçado pela margem direita como a escolha do local para a estação se devem considerar como factos consumados. E defendendo com variadas argumentações essa resolução definitiva, sua ex.º disse que o aprovava, em vista do estudo que fizera do assunto, não só como ministro, mas também como engenheiro que é.

Não obstante os debates que em contrário se haviam propalado tendenciosamente, já ha muito sabímos que o Ilustre ministro do Fomento, hoje ministro do Trabalho, tinha opinião, como técnico, favorável ao traçado da margem direita.

Foi, porém, agora que pela primeira vez manifestou publicamente o seu autorizado voto sobre esta tão debatida "questão".

Logo que tinhámos o Sumário das Sessões da camara publicaramos na íntegra as notas do discurso do Ilustre ministro, que agora só conhecemos pelas ligeiras referencias que lhe fez um jornal de Lisboa.

Mas o que desde já se fica sabendo é que as questões do traçado pela margem direita e da localização da estação de Chaves estão definitivamente liquidadas, o que, tirando todas as esperanças nos teimosos esquerdistas, naturalmente ha de levar os a pôrem termo á sua enfadiosa campanha. El já não é sem tempo.

Linha ferrea

Fomos procurados por um grupo de proprietários das Casas dos Montes que nos fizera a seguinte reclamação, que por acharmos interessante tendêvel, aqui recomandamos aos senhores vereadores:

"Requerido obstante pelo construtor da linha ferrea o caminho que ligava aquela vila à povoação com a estrada de Braga, foi resolvido abrir uma variante dando desvíoamento desse caminho com o que "sube ao Alto do Poco", e qual vai desembocar em frente do portão da quinta do Dr. Sindufe - Carneiro. Ainda muito bem. Parece porém que esse caminho se quer dar uma largura exigua, absolutamente insuficiente para o transito de veículos terrestres. Além disso, tornando esse caminho, assim, estreito e apertado, é de terrenos ricos e pouco constitutivos que na escuridão possam transformar esse caminho num labirinto.

Impõe-se, portanto, que o caminho se torne por inteira a Camara recomende ao respectivo vereador o estudo da assunção de mansões e não ficarem lesionados os interesses d'aquela importante povoação.

Pretendem os reclamantes que o caminho seja empreditado o que se aproveite a ocasião para mandar reparar o restante caminho, que, por indesculpável inúria, se encontra a um estado lamentável, que muito prejudica os laboriosos habitantes daquela tão desprotegida quanto agradável povoação, que, pelos seus lavados, areias e frescas águas, é procurada na estação calmosa por quem, necessitando dum bom clima para se refrescar, ai vai encontrar alívio, certo nos seus padecimentos.

Fezemo-nos a presente reclamação, chamando a atenção da Camara para que a mesma doutrina seja aplicada a todos os caminhos em iguais circunstâncias.

CAMINHO DE FERRO

Proseguem com muita actividade os trabalhos da abertura do linha ferrea e da construção da estação, estando quasi vencidas as maiores trincheiras e levantados os aterros que foi necessário praticar. A ponte de Curalha tem os seus apoios construídos, sendo portanto uma questão de tempo, mais ou menos curto segundo a facilidade de obter materiais para assentamento, a entrada em Chaves cedesse extraordinariamente da civilização, esta estação, como dissemo-nos, também em andamento. Mas esse andamento começa a aterrarnos porque a opinião pública flaviense apenas se conformou com aquele local de estação sob a pro-

posta da abertura de avenidas que a ligassem ao coração da vila. Essas avenidas deviam já ter começado a ser abertas, porque são obras de vulto e porque algumas delas irão atravessar terrenos do Ministério da Guerra, onde estão cavalariças d'um esquadron de cavalaria, e que dificilmente poderão ser cedidas na ocasião pretendida.

Ora essa questão é capital, sob pena de Chaves possuir uma estação de caminho de ferro de que nada aproveita. As operações de exploração, indemnizações, destruição do existente, abertura de avenidas, etc. levam muito tempo, e a vila não pode estar uma hora depois da chegada do comboio, desligada da estação, que deve ser a sua riqueza.

Colocar a estação no local em que se encontra e não fazer mais nada seria um crime d'uma alta responsabilidade, que definiria os homens que para tal monstruosidade moral e material houvessem concorrido.

30/9/1923

Caminho de ferro

Na semana passada esteve em Chaves o empreiteiro do troço do caminho de ferro Vila Real-Moure a Chaves, que andou percorrendo no terreno o traçado que vai de Arcos a Chaves. Em conversa com vários pessoas mostrou-se satisfeito com a proposta, visto que o pagamento não oferece dificuldade e as obras de arte de pedra compreendidas no seu contracto são de pequena importância e de fácil execução. Essas obras de arte, além de novos aquedutos, são apenas

encontros da ponte das Tábuas em Curalha, de um portão sobre o regato de Ribeiras, uma passagem inferior no caminho das Casas dos Montes e os portões da Barragem de uma passagem superior no caminho para S. Naute.

O contracto marca o prazo de doze meses para a conclusão dos trabalhos e concede um prazo de vinte dias para o seu iniciio. Assim quando o engenheiro, o empreiteiro não se apresentar, dada concessão, tenho de começar os trabalhos dentro de poucos dias.

Somos também informados de que brevemente vai começar o assentamento da via no troço Vila Real-Moure, prolongando depois para o interior o troço Moure-Chaves, medida que se fará fechar definitivamente aí em breve.

Caminho de ferro

Consta que os trabalhos da construção do caminho de ferro serão iniciados antes de fim do mês e que por essa ocasião se realizarão festeiros em Chaves, para o que já está organizada uma comissão dirigente.

Pela direcção dos caminhos de ferro foi aberto concurso para o fornecimento de balastro destinado ao troço Vila Real-Moure.

Aos trabalhos de balastream, que vão em breve começar, seguir-seão logo imediatamente os do assentamento da linha, que depois continuaria no troço Moure-Chaves, é medida que se está fazendo o ruiamento.

E' de esperar, por isso, que dentro de pouco mais de um ano tenhamos o prazer de ouvir em Chaves o silvo de locomotiva, anunciando uma nova era de progresso para a nossa terra.

Caminho de Ferro

Embora com pessoal operário bastante reduzido, vão prosseguindo sem interrupção as obras na estação desta vila.

A obra de pedreiro no edifício de passageiros está já bastante adiantada.

A cocheira de carruagens está concluída no 1.º pavimento, especialmente destinado a esse fim e vai adiantada a construção do 2.º pavimento destinado a alojamento do pessoal.

O calcetamento da Avenida Xavier Teixeira, em ligação com a Avenida do Comércio, deve ficar concluído dentro de poucos dias.

Está já concluída a terraplenagem do largo contíguo à estação (futura praça do general Silveira) donde haverá partir a Avenida da República, estabelecendo a ligação directa, pela rua das Longras, com a parte baixa da vila.

A construção desta avenida ainda, porém, não foi iniciada, ao que nos dizem, por falta de verba para o seu custeio.

Caminho de ferro

Do material ferro-viário recebido ultimamente da Alemanha, por conta das reparações en nature, são destinados ao nosso caminho de ferro 37 vagons e 7 locomotivas.

Este reforço de material permitirá que o nosso amigo sr. engenheiro Manoel Domingues dos Santos, distinto chefe dos serviços do movimento do Minho e Douro, melhore os horários dos comboios para Chaves, como há muito é seu desejo, pois que ele é um dedicado amigo da nossa terra.

x

Termina nesta semana o comboio expresso que funcionou durante o verão. No dia 6 de outubro chega a Chaves o ultimo rápido e no dia 7 é o ultimo dia em que o rápido parte de Chaves.

ERA NOVA

—Cá estamos—marche.

Logo ao sair de Monteiroso vê-se, no pendor da serra da Comba e viradas ao meio dia, prontas a cumprimentar o comboio na sua passagem: Bral, Fiães e Mosteirão.

Desta ultima encurta-se caminho para a estância hidrológica e de altitude de Carvalhelhos, aproveitando a estrada romana Curros—Codeçoso a Carvalhelhos; Cerigo, Torneiro e Antigo, um pouco mais a cima de Bral e Fiães, ficam escondidas nas dobras do terreno.

Todas estas povoações produzem cortiça, milho, mel, centeio, lâ, gado caprino e muita caça. Do lado de cá e perío da linha ficam Adagoi e Vilarinho de S. Bento, com muito milho, batata e castanha.

Já que aqui passamos parece-me que não farei mal em dizer que Vilarinhó foi berço do mais forte soldado português que combateu contra as hostes napoleónicas. Chamava-se Antônio José de Miranda e pertenceu ao glorioso regimento de cavalaria os Dragões de Chaves.

Dépôis seguê-sé á Véluša aldeia de Capeludos, dona das melhores terras de cultivo que ha por estas redondezas e que apesar disso, vive triste, como que saudosa dos faustos dias de épocas longínquas, pois floresceu ali a cidade de Capelo vizinha e irmã da Cauca que, como ela foram anteriores a Cristo.

A Sobradelo e ás terras para cá de Boticas e ainda mesmo a esta, convem-lhes este traçado porque lhes fica perto.

Um pouco para cá de Capeludos, a linha sobe pela margem esquerda do rio Oura, e até Vidago encontra importantes matas de pinheiros e carvalhos, deixando na margem oposta o vinhedo que cobre de verdura pequenos vales, encostas e outeiros, por ai fóra até onde vai chegado à vista. D'esta vila deve seguir pela fertil ribeira de Oura entre Vila Verde e Vila do Conde até Loivos.

Dá-nos aqui a natureza um dos seus mais belos quadros em que sobressaem as cores verde claro, da videira e o cinzento prateado das oliveiras correndo em fachas pelos altos para moldurar na varzea o amarelo descórrido do pendão dos milharais, emprestando-lhe vida e graça o mergulho rude da cegonha e o rodar lento da nora mourisca, que rapazes e raparigas alegremente movimentam.

D'esta estação, quero dizer, de Loivos, alonga-se até ao Seixo para dali voltar e ir subindo a montanha por perío de France, Moreiras, Povoa, Adões e Matusinhos. Aqui recebe os produtos de toda esta parte da Montanha que é muito abundante em azeite, nozes, cercaes, castanha, batata, madeiras e gados. Larga d'aqui para passar pelas alturas de Rio Bom—Valoura para por ai dobrar o lombo da Padrela e entrar na planicie que suavemente o leva a S. João de Curveira para Carracedo e Mirandela.

—Aqui está o que vimos.

Resumindo: O troço Monteiroso—Pedras ao espinhaço da serra da Padrela atravessa uma região pobre e pouco populosa, notando-se que todas as aldeias que serve estão situadas em volta das Pedras e a pequena distância d'esta, pois varia de 2 a 4 quilometros. Pelo outro lado, o troço Monteiroso—Vidago—Loivos ao espinhaço da mesma serra e saindo quasi no mesmo ponto, passa por regiões ricas, muito populosas e quasi todas a grande distância da estação de Vidago.

A diferença, pois, a favor de Vidago—Loivos é incomparavelmente maior, como continuaremos a documentar.

Vidago, 7-11-1928. C.

N. da R.—O traçado ferro-viário a que se refere o nosso solícito correspondente de Vidago diz respeito a duas li-

nhas: Vidago ao Sul e Vidago a Nascente.

Pelo que diz respeito á primeira concordamos com o que ele nos diz. A Comissão de Revisão dos caminhos de ferro a construir faz cessar no Arco de Baulhe a linha férrea do Vale do Tâmega, construída já da Livração a Amarante e Chapa, indicando uma outra linha—a Linha de Basto que viria de Póvoa de Lanhoso a Rôssas e Cabeceiras, entestaria no Arco de Baulhe com a linha do Vale do Tâmega e continuar-se-hia depois para Cavez, Ribeira de Peña, Pensalves e Pedras Salgadas, onde entraria com a linha do Vale do Corgo.

Afigura-se-nos efectivamente que deve manter-se o primitivo projecto do Vale do Tâmega, o único que satisfaz plenamente a velha aspiração de Basto e do Ocidente Transmontano: — Livração, Amarante, Mondim, Arco de Baulhe, Cavez, Ribeira de

Pena, indo entroncar na Linha do Corgo em Vidago ou Vilarinho das Paranheiras.

Até aqui estamos de acordo com o nosso correspondente de Vidago pelas razões que ele invoca e por outras a que nos referiremos noutro número.

Vamos á 2.ª parte. A Comissão de Revisão pensou na construção d'uma linha a que chamou *Transversal de Valpaços* e que iria de Pedras Salgadas a Carrazedo de Montenegro, Valpaços, Rio Torto e Mirandela. O nosso correspondente opina pela variante Vidago—Carrazedo, seguindo depois o trajecto indicado. Achamos, é certo, vantagens nessa variante. Contudo devemos acrescentar que, em nosso entender a Linha Transversal de Valpaços deve ir de Chaves a Mirandela por todo um vasto conjunto de motivos muito plausíveis, que no nosso próximo número exporemos e defenderemos.

Chaves, 11 de Novembro de 1928

ERA NOVA

CAMINHO DE FERRO DO VALE DO TAMEGA A MIRANDELA

Por Vidago—Loivos—Carrazedo ou por Pedras Salgadas—Carrazedo?

Vai ha trinta e tantos anos que o coronel de engenharia doutor António de Moraes Sarmento fez o estudo do traçado da linha do vale do Tamega a Vidago, e, segundo a opinião d'este homem de ciencia, grande sér daria ás regiões barroza e ribeirinha a passagem d'este caminho de ferro por ali, não só porque havia de desenvolver a agricultura e o seu comercio com a facil venda dos seus produtos, como tambem, nos traria riquezas sem conta pelo conhecimento que de perto se tomaria com o recheio que se julga abarrotar o ventre do Brêdo, do Carraco e da Serra da Comba, pois, conforme o testemunho do citado engenheiro ali ha que farte e que ele visse, ardosia, ferro e cal.

Na Seixa, por exemplo, junto á foz do Terva e a montante d'este, existe cal que se supõe em tal quantidade que, por muitos séculos, daria para as necessidades agrícolas e industriais trasmontânea.

Sabe se, isto é, sabemos nós, que pelo inacessível do lugar os seus jazigos só poderão ser explorados quando perto lhe passe a estrada de ferro.

— E haverá além d'isto, da riqueza do solo, da densidade da população e, talvez, do aparecimento de novas indústrias que um conjunto de coisas naturalmente determinariam, outro motivo que justifique a construção rápida d'este caminho de ferro a enestar em Vidago.

Sempre tenho ouvido dizer que esta linha, considerada como defesa militar é muito importante por se aproximar de Chaves praça de guerra fronteiriça. Talvez venha um dia em que tenhamos necessidade de por ela vigiar o caminho que serviu de passagem ao exercito do Marechal Sivult, e que, ainda ha pouco mais de oito anos, oficiais do Estado Maior do exercito espanhol percorreram e no seu relatório o apontaram como bem escolhido pelo general francês.

Pois muito bem. Agora o governo da Ditadura, no louvável empenho de alargar as suas linhas ferreas, procurando atender os povos que desde o domínio português estão esquecidos nas montanhas trasmontanas, determina que a linha do Vale do Tamega se alongue até Mirandela, tendo desvio em Monteiro, na margem esquerda do Tamega por Pedras Salgadas—Carrazedo de Montenegro vár a Mirandela.

Devemos ter em atenção as boas intenções do governo da Ditadura que agora, como de costume, lança a sua consulta ás multidões interessadas, e pelas suas autoridades e pela imprensa que de perto a ouvem e lhe conhecem as necessidades, colhe os elementos de que precisa para a escolha do que julgue melhor e mais útil.

Ajudamol o e vamos também nós dar-lhe notícia do que sabemos e como sabemos.

O metodo mais seguro é uma caminhada pelo provavel traçado Monteiro—Pedras—Carrazedo e depois por Monteiro—Vidago—Loivos—Carrazedo.

Vamos: De Monteiro pelas margens do Avelames até ao Bragado todo o terreno é maninho. O Bragado é uma aldeia importante, e Pençalves que lhe fica perto é também muito produtiva. Daqui ás Pedras todo o chão é bom. Passa-se depois por Eirós, Barbadães, e S.

Martinho, sendo as suas principais colheitas milho branco, é batata. Sobe-se a seguir e a custo á serra da Padrela, d'este lado completamente escalvada, para pelas alturas de Valoura—Rio Bom se galgar o espinhaço da Padrela, entrando

na esplanada que, por S. João de Curveira, nos leva a Carrazedo, etc.

— Está feita a primeira etapa.

Agora retrocedamos para voltarmos de novo a Monteiro e de lá seguirmos por Vidago—Loivos—Carrazedo.

Chaves, 18 de Novembro de 1928

ERA NOVA

Entendemos que uma linha férrea de Mirandela a Valpaços deve prolongar-se para Vilarandelo e Chaves pelas razões seguintes: 1.º) Um dos principais mercados para os produtos de Valpaços (vinho, azeite e frutas) deve ser Barroso, como tem sido, e por isso é necessário favorecer as comunicações de Valpaços com Montalegre; 2.º) O traçado de Valpaços para Chaves, embora impedissem a passagem por Carrazedo que é na verdade um centro agrícola importante, teria a dupla vantagem de passar por Vilarandelo, centro comercial de valor, e de se aproximar de Fornos do Pinhal e Santa Valha, cujas riquezas em vinhos, frutas e azeite são muito dignas de ser atendidas; 3.º) Sendo da maior vantagem que, pela Província fóra, se formem um certo número de centros urbanos de relativa importância, deve realmente desejar-se que d'esta importante vila de Chaves irradiem algumas linhas férreas, exatamente como irradiam todas as estradas do norte d'este distrito.

Em todo o caso se se entender que a Transversal de Valpaços deve forçosamente passar em Carrazedo de Montenegro alvitramos que essa linha desça de esta última povoação a Loivos e d'aqui signa a entroncar na estação de Vidago. Nunca porém deve ir ás Pedras Salgadas!

Chaves, 18 de Novembro de 1928

ERA NOVA

CAMINHOS DE FERRO REGIONAIS

Falámos aqui, ha poucas semanas, das estradas cuja construção se torna mais urgente para desenvolvimento económico d'esta região e para comodidade dos seus habitantes. Da mesma forma vamos hoje falar de caminhos de ferro procurando, num caso e noutro, exprimir o pensar da nossa Câmara e à maneira como ela vai responder aos inquéritos abertos pelo Ministério do Comércio.

A Comissão de Revisão indica no seu plano a construção de quatro linhas férreas interessando o noroeste da nossa Província e sobre elas vamos emitir a nossa despretenciosa opinião, que só não omissimos pela situação oficial que presentemente ocupamos.

Linha do Corgo.—Sob esta rubrica indica a Comissão de Revisão a construção da linha férrea de Chaves á Fronteira, observando que está escolhido o ponto de passagem da fronteira na margem esquerda do Tâmega.

Crêmos que o comercio e o turismo d'esta região muito tem a lucrar com essa construção e por isso já aludimos a ela por diversas vezes. Uma vez que tem de se construir uma ponte sobre o Tâmega, a montante de Chaves, seria d'um grande alcance que se tivesse uma ponte de dois taboleiros, semelhante á do Pocinho. As nossas povoações raianas carecem d'uma ponte que durante o inverno lhes permita a passagem de peões, carros e gados, d'uma para outra margem.

Linha do Câvado.—Seria uma linha que vindo de Espozende, a Barcelos e Braga, viria cortar a região de Barroso e entroncaria na Linha do Corgo, na estação de Curalba, depois de percorrer a Costa de Anelhe. Servindo um grande número de regiões seria efectivamente d'um vasto alcance.

Sobre as duas linhas mencionadas não indicamos nem pedimos qualquer variante.

Linha de Basto ou Linha do Tamega? A mesma Comissão indica a construção d'uma linha—Linha de Basto—que viria das proximidades da Póvoa de Lanhoso a Rôssas, Cabeceiras de Basto, Arco de Baulhe, Cavez, Ribeira de Pena e Pedras Salgadas, onde se terminaria, entroncando na Linha do Corgo.

Partindo do princípio que é preciso pôr em comunicação rápida Chaves e o noroeste da Província com a cidade do Porto, por motivos comerciais, militares e de comodidade, achamos que deve manter-se o primitivo projecto do Vale do Tâmega: Livração, Amarante, Mondim, Arco de Baulhe, Ribeira de Pena, a entroncar numa das duas estações: Vیدago ou Paranheiras.

Só assim nos pôremos em comunicação rápida com o Porto, fugindo á lenta ascenção do Reigaz e aplicando ao triângulo Chaves—Régoa—Livração o elementar teorema geométrico: num triângulo um lado é sempre menor que a soma dos outros dois.

Linha Transversal de Valpaços.—É uma linha que ligaria as linhas do Corgo e de Bragança com o seguinte trajecto: Pedras Salgadas—Carrazedo de Montenegro—Valpaços—Rio Torto—Mirandela. Discordamos inteiramente do ponto escolhido para entroncamento na linha do Corgo. Adotando-se esse projecto passaria esta linha, de Pedras a Carrazedo, por uma região pobre e servindo poucas povoações.

ERA NOVA

O CAMINHO DE FERRO DO VALE DO TAMEGA

Vai encontrar sa com a linha do Corgo em Vidago
ou nas Pedras Salgadas?

Discute-se ainda no seio da comissão técnica chamada para escolher o traçado que hade dar-se á linha do vale do Tamega a seguir de Cavez para cima, se ela deve passar por Vidago ou pelas Pedras, pontos em que juntará o seu movimento á linha do Corgo. De qualquer destes dois lados segue para Mirandela atravessando a Serra da Padrela nas proximidades de Vale do Galo, com passagem por Carrazedo e Valpaços.

Querem uns que se prefiram as Pedras, trazendo essa derivante a necessidade de atravessar o Tamega junto a Cavez para passar sobre Ribeira de Pena, Serra do Alvão ás Pedras, porque encurta e serve melhor aquela região. Opinam outros, talvez com o desejo de mais larga distribuição de regalias aos povos que as não tem, que se siga a orientação da Comissão de 1900 escolhendo a directriz Cavez-Monteiros-Vidago, porque encontram esse estudo já feito e porque entesta nele todo o Sul de Barrozo. Ora, se a promessa de atender as aspirações das multidões não é uma palavra vã, e se o momento de o poder fazer passa sem se reparar nas suas necessidades, parece crime chegar-lhes perto da porta e retroceder para os deixar depois em mais triste abandono. O espirito que se julga dominar os primeiros é a economia pelo encurtamento, mas por este princípio e neste caso não se comprehende bem a utilidade de tais vias de comunicação. E louvável o desejo de encurtamento entre dois pontos principaes quando de permeio não ha povos a servir nem regiões a enriquecer. Mas é da regra desaproveitar numa obra de fomento a economia que veña depois prejudicar essa mesma obra. Se a linha do Vale do Tamega que recebe em Cavez a confluencia das linhas do Ave

e de Basto procura com o dobro do seu valor atravessar ali o rio para servir mal Ribeira de Pena e só á pequena aldeia de Pensalves utilizar com a sua passagem desde esta vila ás Pedras Salgadas parece-nos que a orientação a tomar para o aproveitamento desta directriz não é aceitavel. Se pelo contrário, isto é, se seguirem o outro trajeto Cavez a Vidago, vêmos, que todo o Sul de Barrozo desde Ribeira de Pena a Sobradelo aproveita com a passagem da linha.

Deve notar-se tambem que o centro da mesma região procurará pelo lado mais perto o escadouró que precisa para o excesso da sua produção, o que equivale a dizer que Sul e centro vem comunicar com a mesma via.—E', na verdade, áspera, como dizem, esta parte da província Transmonfâha, mas é também muito populosa e bastante rica. E o facto de ser áspera, que é uma condição má de viver, da-lhes, e por isso mesmo, porque desde sempre sofrem; o direito a serem os primeiros atendidos.

Com eles estão tambem Parada, Monteiros, Vilarinho de S. Bento, Adagoi e Capeludos na margem oposta. E temos que este pequeno percurso andado, com o numero de quinze aldeias e a um, dois e tres quilometros do rio, abundantes em cereaes, castanha, cortiça, mel e gados

não são elementos para desprezar, mas sim factores ou quantidades com que temos a contar para o aumento da riqueza nacional. E a contar ainda com muitos outros que no mesmo caminho o desvio pelas Pedras deixa esquecidos, temos para dizer nesta carta o seu grande valor pela fecundidade do solo e densidade da população.

Um pouco acima de Sobradelo fica a foz do rio Oura, e a linha ferrea continuando a sua marcha margina-o pelo lado esquerdo por entre vinhedos e matas até Vidago.

Destá vila até Vale do Galo, no dorso da Serra da Padrela, a linha atravessa uma das mais belas e ferteis regiões do seu percurso servindo na sua passagem pela pequenissima distancia a que delas passa, Vila Verde, Selháriz, Fornos da Ribeira, Vilas Boas, Seixo, Vila do Conde, Valoura, Loivos, Moreiras, Torre, Adães, Santa Leocadia, Frânc, Matosinhos, Fruatuoso, Cubas e Rio Bom. Deste lado ha, como se observa, uma força poderosa, que é o bem de muitos milhares de pessoas a quem não pode negar-se assistência e que vem eloquente mente dar razão aos membros da comissão técnica que opinam pelo traçado Cavez-Monteiros-Vidago.

Vidago, 10-2-930

C

Chaves, 1 de Junho de 1930

ERA NOVA

Por Vidago

A linha ferrea do Vale do Tamega e as representações das Camaras Municipais de Chaves, Montalegre e Boticas—Sociedade de Defesa e Propaganda de Vidago.

Louva-se o desejo sincero e o sentimento do dever das Camaras Municipais de Chaves, Montalegre e Boticas por se acharem mais uma vez empenhadas em ser úteis á suas regiões. Impele-as o mesmo motivo e harmoniza as igual interesse, que é a aprovação do primitivo traçado da linha ferrea do Vale do Tamega. Assunto de tal ordem e grandeza vem apaixonando as povoações que ocupam o longo percurso de Cavez a Chaves, visto que a todos eles convém a derivante Cavez-Monteiro-Vidago. Devem ser chamados a colaborar em tão magnó assunto todos aqueles que desejam o progresso das suas terras, porque bairrismo e regionalismo é caminho largo para o patriotismo. Modificar a aldeia ou beneficiar a região é trazer riqueza, é dar alento aos fracos, é transformar a quietude em movimento, que são correntes civilizadoras atravessando a na-

ção. E haverá pessoas que assim o não sintam? Se as ha, deixam-se, porque exceções desta natureza não se discutem.

Toda a gente no sublime, dever de amar as suas terras tem o direito de pedir para elas, Chaves, numa petição ao Ex.^{mo} Ministro do Comercio tratando da matéria em questão, lembrar a necessidade de aproximação rapida com o Porto por motivos militares, comerciaes e outros ainda, tratando o assunto com elevação e respeito; Montalegre, representante do extremo norte de Portugal, deixa transparecer um pouco de má-gua pelo abandono a que a tem deitado, e numa fraze simples, clara e eloquente mostra a dor que produz o esquecimento. Tão poucas palavras e que tanto digam só os que sofrem as sabem pronunciar. Na sua representação lê-se esta passagem:... alem de criar nos habitantes, outros costumes de higiene e educação que infelismente não tem, fazendo-lhes conhecer a vida de civilizados a que tem indiscutivel direito. «Mais alem, falando da produgão do sólo barrozo, diz:... que está certo que Sua Ex.a que conhece um pouco da nossa abandonada região e as suas riquezas naturaes, agricolas e pecuarias pois é ela que abastece quasi todo o paiz das

melhores carnes do consumo etc. Boticas mostra a mesma aancia de progredir e intusiasma-a igual desejo de pedir para os seus. Aponta as belezas regionaes, abre o seio das suas montanhas onde ha minorio em jazigos de muito valor e pede por fim que seja aprovado o primitivo projecto da linha ferrea do Vale do Tamega a entroncar em Vidago à linha do Corgo.

SOCIEDADE DE DEFEZA E PROPAGANDA Sabemos que esta prestimosá agremiação se não tem poupadão a trabalhos e sacrificios procurando enriquecer a sua terra com a passagem de mais uma linha ferrea. Cumpre o seu dever e presta assim culto á verdade. Não lhe regatamos louvores.

TURISMO—A Comissão de Iniciativa de Vidago abriu concurso para a arrematação da empreitada parcial da construção da obra de pedreiro da ponte sobre o rio Oura, na Avenida Conde de Caria. Comprehendeu a Comissão que este melhoramento—traço de união entre esta vila e as fontes da Empreza é o de mais urgente necessidade e por ele quere principiar. Os nossos parabens.

Vidago 28 5 1930.

C

CAMINHO DE FERRO DO VALE DO TAMEGA

O decreto referente ao plano geral da rede ferroviária aprovado em Conselho de Ministros, mostra ao País como a Ditadura sabe administrar com inteligência e honestidade. Ligam-se pequenos e isolados troços de linhas ferreas às grandes vias e estas entram, levando tais arterias a vida a todo o corpo da nação.

Nunca é demais louvar tão utilíssima obra, como também é justo falar nos cuidados do Governo porque com justiça procura dar o seu a seu dono. O critério usado de que gastar muito e com saber é administrar honradamente, quadra bem a todas as pessoas de boa intenção.

Alongar vias de comunicação para servir povos e colher depois o fruto em dinheiro e louvores, parece-nos, na ciência de gerir os bens coletivos, boa maneira de fazer economia. O Governo falando dos pareceres a respeito das necessidades da transversal Transmontana que procura a ligação das linhas do Tamega, Corgo, Tua e Sabor com Leixões, diz: «que concordando com a respectiva classificação, reserva, contudo, a aprovação definitiva do itinerário desde Cavez à linha do Corgo e desta a Mirandela até que estudos mais pormenorizados se pronunciem pela formula de melhor conjunção dos interesses económicos e militares com a capacidade financeira do erário».

A directriz a dar de Cavez para cima, indicada pelas Pedras Salgadas ou Vila Pouca, encurta, mas fica inferior em rendimento e utilidade à de Cavez-Monteiro-Vidago. Os interesses económicos ficam prejudicados. E os interesses militares?

Note-se que se essa derivante passar por Monteiro-Vidago a Loivos para Mirandela aproxima-se 15 quilómetros de Chaves-militar e dá-nos, numa época de quebra de harmonia entre os povos, um dos mais abundantes celeiros de Traz-os-Montes.

Requer-se, pelo visto, ponderação demorada que nos trará, como consequência, determinações sensatas. Consintam-nos os homens a nossa ajuda na formação dos seus juízos oferecendo-lhes o confronto entre as directrizes em questão.

Confronto entre os troços Parada de Monteiro-Vidago e Parada de Monteiro-Pedras Salgadas, da Linha do Vale do Tamega.

| | PARADA DE MONTEIROS-VIDAGO | PARADA DE MONTEIROS-PEDRAS |
|--|--|--|
| Freguesias adjacentes | Fiães, Curros, Pinho, Capeludos, Arcosso, Vidago, Oura, Selhariz, Loivos, Vilas Boas, Moreiras e Santa Leocádia | Bragado e Pensalvos |
| População adjacente | 3.900 hab. (censo 1920) | 1.437 habitantes |
| Freguesias tributárias (I) | As adjacentes e Cudeçoso, Vilar do Porro, Eirô, Bessa, Granja, Sapiãos, Andeche, Vilarinho das Paranhelras, Oura, Selhariz, Vilas Unas e Loivns. | As adjacentes e Afonsim, Vila Pouca d'Aguiar, Barnes, Vreia de Barnes e Valoura. |
| População tributária (I) | 11.834 habitantes | 7.514 habitantes |
| Comprimento provável (desde a foz do Aveia-mos) | 15 quilómetros | 10 quilómetros |
| População por km. de via | 262 hab. adj. e 789 hab. tributários | 144 hab. adj. e 731 hab. tributários |
| Encurtamento do percurso entre Chaves e o Porto, Braga, Guimarães etc. | 32 quilómetros (mais dez do que terminando nas Pedras), em relação ao actual, pelo Vale do Corgo | 22 quilómetros, em relação ao actual pelo Vale do Corgo |

Confronto entre os troços Vidago-Vale do Galo e Pedras Salgadas-Vale do Galo, da Linha Transversal de Valpaços (continuação do projectado da Vale do Tamega):

| | VIDAGO-VALE DO GALO | PEDRAS-VALE DO GALO |
|--|--|---|
| Freguesias adjacentes | Arcozelo, Vidago, Oura, Selhariz, Loivos, Vilas Boas Moreiras e Santa Leocádia | Barnes, Vreia de Barnes, Valoura, Padrela e Povoa de Agrações |
| População adjacente | 8.010 habitantes | 4.767 habitantes |
| Freguesias tributárias (I) | As adjacentes e Capeludos, Pinheiros, Andeche, Vilarinho das Paranhelras, S. Pedro de Agostim e Nogueira | As adjacentes e Bragado, Pensalvos, Afonsim, Vila Pouca de Aguiar e Tresmínas |
| População tributária (I) | 11.008 habitantes | 9.320 habitantes |
| Comprimento provável | 18 quilómetros | 16 quilómetros |
| População por quilómetro de via | 312 hab. adjacente e 612 hab. tributário | 290 hab. adjacente e 553 hab. trib. |
| Encurtamento do percurso entre Chaves e Val- | 13 quilómetros, em relação à directriz partindo | |

não se podendo dizer já o inverso das directrizes em relação à primeira. Se considerarmos áreas tributárias mais extensas, maior será a superioridade do traçado Parada de Monteiro-Vidago-Vale do Galo, que, como é fácil de ver, não foi favorecida ao organizar-se este mapa.

CONCLUSÃO: A directriz mais aconselhável, tanto para a linha do Tamega, como para a transversal de Valpaços, e, por conseguinte, para as duas em conjunto, é por Vidago, onde a riqueza agrícola é maior e há três empresas hidromedicinais, com os melhores hotéis da Península. A directriz por Vidago, além de evitar um grande paralelismo com a linha do Vale do Corgo, durante cerca de 15 quilómetros, que terá lugar pela outra directriz, encosta muito a distância entre Chaves e os diversos centros vizinhos e distantes (mais dez quilómetros para o Porto, Braga, Guimarães, etc., e mais treze quilómetros para Valpaços, Mirandela, etc. do que a outra directriz).

Tendo o concelho de Chaves maior densidade de população que os vizinhos, é natural que conviria para este as duas vias (Vale do Tamega e Transversal de Valpaços).

Vidago abril de 1930.

Confronto entre as directrizes Parada de Monteiro-Vidago-Vale do Galo e Parada de Monteiro-Pedras-Vale do Galo.

| | PARADA DE MONTEIROS-VIDAGO - VALE DO GALO | PARADA DE MONTEIROS - PEDRAS - VALE DO GALO |
|--|--|---|
| Freguesias adjacentes | Fiães, Curros, Pinho, Capeludos, Arcosso, Vidago, Oura, Selhariz, Loivos, Vilas Boas, Moreiras e Santa Leocádia | Bragado, Pensalvos, Barnes, Vreia de Barnes, Valoura, Padrela e Povoa de Agrações |
| População adjacente | 7.971 hab. | 6.224 habitantes |
| Freguesias tributárias (I) | As adjacentes e Codeçoso, Vilar do Purro, Eirô, Bessa, Granja, Sapiãos, Andeche, Vilarinho das Paranhelras, S. Pedro de Agostim e Nogueira | As adjacentes e Afonsim, Vila Pouca e Tresmínas |
| População tributária (I) | 15.634 hab. | 9.326 hab. |
| Comprimento provável (desde a foz do Aveiamos) | 33 quilómetros | 26 quilómetros |
| População por km. de via | 242 hab. adj. e 474 hab. trib. | 230 adj. e 339 hab. trib. |

(I) As freguesias da directriz Parada de Monteiro-Pedras-Vale do Galo estão, na maior parte, na zona tributária da outra directriz (as restantes estando bem servidas pela linha do Corgo),

ERA NOVA

7/11/1930

A' Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro

É incontestável que o serviço dos caminhos de ferro tem melhorado e que Chaves tem sido gentilmente servida por esta Companhia quando lhe tem solicitado qualquer benefício.

Por essa mesma razão é que nós hoje ousamos rogar-lhe que, à semelhança do que já foi feito para Vila Real sejam também estabelecidos comboios para as feiras desta cidade que se realizam nos dias 8, 14, 24 e último de cada mês, não sendo Domingo, porque nesse caso serão no dia imediato.

Não ignora a Companhia que sob os pontos de vista comercial e agrícola Chaves não é inferior à capital do Distrito e que por estar perto da região de Barrozo muito rica em gados, as suas feiras têm sempre uma concorrência que bem justificaria esses comboios.

E' por isso que daqui rogamos à Companhia que tão notavelmente melhorou os serviços da Linha do Corgo mais este benefício prestado a Chaves e que nós desde já agradecemos.

O CAMINHO DE FERRO DO VALE DO TAMEGA

Deve entroncar na linha do Corgo nas Pedras ou em Víago?

Supõe-se que por desejo da Comissão Revisora da linha do Tamega, transversal de Trás-os-Montes, para com segurança se poder pronunciar a favor da directriz a adotar de Cavez para cima, se está a proceder ao estudo do traçado Monteiro-Pedras, como se supõe também que a mesma brigada que ali opera vai retificar o primitivo estudo Monteiro-Víago, feito há trinta anos pelo tenente-coronel de engenharia Dr. António de Moraes Sarmento. Linha de tanto valor como se diz que haverá esta, e que vem trazendo, através da região Minhota, maior civilização e mais pujante vida aos povos por onde passa, quando penetrar nas terras asperas de Trás-os-Montes, qual das duas directrizes aproveitará mais aos habitantes das nossas aldeias, Pedras ou Víago?

Vejamos, porque a isso nos anima o sabermos que no Ministério do Comércio são lidas com a mesma atenciosa deferência tanto as indicações dos entendidos como as informações dadas pelas pessoas de condição humilde. O mapa do nosso estudo é a observação no próprio terreno. Vejamos, pois: A linha saindo de Monteiro pelo Ave-lames até às Pedras, encontra em todo este percurso apenas as povoações do Bragado, e Pênsalves, e dá-nos o inconveniente alongamento de treze quilómetros entre as cidades do Porto e Chaves. Pelo lado oposto, isto é, de Monteiro a Víago, serve as aldeias do norte do concelho de Vila Pouca, que são Capeludos, Adagoi e S. Bento na margem esquerda do Tamega, e do outro lado do rio a faixa sul de Barrozo que vai de Monteiro à foz do Oura, beneficiando por aproximação as terras do concelho de Boticas e ainda algumas do de Montalegre, importantes pelos seus jazigos de minério e pelo abastecimento que fazem de gado bovino, lanígero e caprino, para carnes de consumo a uma grande parte do país.

Outro facto que dá razão a esta directriz é o ter sido abandonado o projecto de construção da linha do Cávado, que atravessando Barrozo de Iês a Iês, viria sair em Víago ou Curálha (Tamega). Vê-se que, abandonado o projecto de uma linha e afastada a directriz da outra, nenhuma esperança fica a estes povos de serem servidos por vias aceleradas, visto que na província, dizem, mais nenhuma será construída. Ja as Camaras Municipais de Chaves, Boticas e Montalegre em representações dirigidas ao ilustre titilar da pasta do Comércio, lhe pediam, em benefício dos seus municípios, que fosse adotado, como justo meio termo entre os diversos interesses em concorrência, o primitivo traçado Cavez-Monteiro Víago, lamentando-se as duas últimas do abandono e isolamento em que todos os governos os tem tido.

Alem do que fica dito, que nos parece digno de ser ponderado, aponta-se o prejuízo causado à velha aspiração da comunicação rápida entre Porto e Chaves e ao valor que a linha deixará de ter se a transversal de Valpaços não partir de Vi-

dago por Loivos, Carrazedo a Mirandela, visto que de Víago a Vale do Galo a linha passa pela fértil e populosa Ribeira do Oura beneficiando Vila Verde, Vilas Boas, Valoura, Vila do Conde, Selhariz, Fornos, Loivos, Seixo, France, Moreiras, Fernandinho, S.ta Leocadia, Adães Matosinhos, Pereiro, Fructuoso, Dorna, e Rio Bom. Para se avaliar a riqueza deste sólo, outro argumento indicador do caminho que se deve seguir, damos aqui a nota da produção de uma das nossas aldeias, Loivos, por exemplo, por se encontrar na linha de separação entre a Montanha e a Ribeira.

Loivos colhe, em média: Vinho, 800 pipas (quatro mil hectolitros); Azeite, 20 pipas (dez mil e quinhentos litros); Batata, 200 toneladas (duzentos mil quilogramas); Milho, 60 toneladas (setenta e um mil e novecentos litros); Cebola, 50 toneladas; Frutas, maçã, pera e noz e outras variedades em abundância.

Colhe ainda outros cereais, como trigo e centeio, mas não merece referência por ser pequena a quantidade.

Víago, 27 de Janeiro de 1931

C.

Chaves, 28 de Agosto de 1932

O mistério dos comboios mistério

PARECE à primeira vista que uma das razões que justificaria os *comboios mistério* seria a de uma inteligente propaganda das belezas naturais da nossa terra.

Mas o certo é que os comboios em vez de levarem a todos os recantos de Portugal os viajantes, levam-nos a Vigo para deixarem lá uns ricos cobres e para... vêrem o sorriso simpático do Dr. Afonso Costa, como dizia um reporter duma dessas viagens.

Acontece ainda que, segundo nos consta, há certos figuiões que cá dentro nunca se atreveram a pular—a-pesar-do pio ser absolutamente livre—mas que lá fôra e para se darem ares na frente das lindas raparigas galégas, berram como possessos a sua fúria contra a Ditadura por ela lhes permitir que passem nas ruas sem açamo. Há-os que levam a sua falta de educação cívica ao ponto de não repararem que os próprios estrangeiros os censuram pela sua atitude ignobil.

Mas por que cargas de água, ou antes por que *mistério*, os comboios *mistério* levam os passageiros para Espanha quando há cá... —isa luctuosa para ver?

Chaves, 19 de Novembro de 1933

ERA NOVA

Horario de inverno

Na linha do Vale do Corgo

Descendentes

N.º 28.—Omnibus.—Parte de Vila Real ás 5,40. De Carrazedo ás 6,06. De Alvações ás 6,26. Chega a Regua ás 6,44. Liga para o Porto e Barca d'Alva.

N.º 32.—Mixto, (ou das Ferias).—Parte de Chaves ás 6,55. De Vidago ás 7,48. De Pedras Salgadas ás 8,35. De Vila Pouca, ás 8,59. De Samardan ás 9,36. Chega a Vila Real ás 10,08. (Este comboio só se efectua nos dias 1, 8, 15 e 23 de cada mês. Quando estes dias coincidirem com o domingo, o comboio só se efectua na segunda-feira imediata).

N.º 26.—Correio.—Parte de Chaves ás 10,22. De Vidago ás 11,13. De Pedras Salgadas ás 12. De Vila Pouca ás 12,21. Chega a Vila Real ás 13,30. E parte ás 13,38 para Regua, onde chega ás 14,42. Liga para o Porto e Lisboa.

N.º 30.—Mixto.—Parte de Chaves ás 16. De Vidago ás 17,02. De Pedras Salgadas ás 17,46. De Vila Pouca ás 18,23. Chega a Vila Real ás 19,42. Parte ás 19,57. Chega a Regua ás 21,12. Liga para o Tua.

O Comércio de Chaves

, 14 de Fevereiro de 1946

Quinta-feira, 31 de Janeiro de 1946

CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO TÂMEGA

pelo TENENTE CARLOS PALMEIRA

Não se se os Municípios de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, já apresentaram a quem de direito o pedido para o prosseguimento da linha do Vale do Tâmega.

Se ainda o não fizeram, urge que o façam sem demora na qualidade de representantes dos habitantes destas regiões.

Logo que o assunto foi ventilado na imprensa, o Grémio do Comércio de Chaves, soube corresponder com solicitude ao apelo e numa atitude digna, endereçou a sua opinião ao Governo da Nação, sem que nenhuma outra agremiação secundasse o seu gesto.

Cabe às Câmaras o dever de velar pelos seus municípios, tanto no campo económico, como nos culturais, higiénico, etc.

Limitar-se à simples acção de mandar reparar os «paralelos» das ruas ou a cuidar dos passeios nesta ou naquela artéria, não define suficientemente a sua missão...

O desenvolvimento das comunicações constituirá dos pontos essenciais da civilização.

Ainda há dias um flaviense dizia amargamente para o «Jornal de Notícias» do Porto, que algumas freguesias do concelho de Valpaços não recebiam correio há uma semana, por falta de pneus para as camionetas da carreira.

E' por este sistema de transportes que as Câmaras da região Norte de Trás-os-Montes julgam poder solucionar o problema?

Se assim é, baldada esperança, srs. Presidentes dos Municípios e de Agremiações,

Para muita gente a conclusão da linha de caminho de ferro de Vale do Tâmega é um facto de suma importância, de que as entidades oficiais não podem desinteressar-se, deixando que a ideia permaneça em condensável indiferença.

Caminho de Ferro do Vale do Tâmega

Chaves reúbilou desde que pelo nosso jornal se tornou conhecida a atitude tomada pelo sr. Ministro das Obras Públicas, ordenando o estudo deste traçado, que para a nossa região se torna de vital importância. Bem haja, sr. Ministro, que assim atende os brados sentidos duma zona tão fertil e populosa como a nossa. Esperando, portanto, que V.

Existe dentro do mínimo espaço de tempo, consiga levar a bom termo essa cruzada em que nos vimos empenhando, fazemos votos sinceros para que o seu nome, gravado a letras de ouro nos anais de Chaves, nunca mais se apague também dos corações dos flavienses.

QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1946

Trabalhos da linha do Vale do Tâmega

Pelo Tenente Carlos Palmeira

Há dias os jornais diários publicavam a notícia de que o Sr. Engenheiro Director havia outorgado em nome de Sua Ex.^a o Ministro das Comunicações num contrato para a aquisição de travessas de carvalho, destinadas ao assentamento dos carros no troço compreendido entre Celorico de Basto e o Arco de Baubé, na linha do Vale do Tâmega.

Como se vê começa a despertar de novo o interesse pela conclusão desta encantada via férrea, que agora parece entrar na fase da realidade.

Que certas peias burocráticas não venham entravar a boa vontade daqueles que estão animados em levar para diante tão útil e proveitosa obra de elevado benefício Nacional.

Todos estes trabalhos deviam ser classificados de urgentes para que o seu fim fosse atingido com a maior brevidade possível.

Enquanto se efectua a colocação das travessas no troço Celorico-Arco, não impede que noutra área se proceda a estudos e rompimentos, conjugando-se desta maneira todos os esforços para uma mais rápida realização deste empreendimento.

Cada quilómetro de via posta ao serviço do público, traz-nos a esperança de que não vem longe o dia em que instalados numa elegante

carroagem possamos gozar as delícias da variada e encantadora paisagem das margens do rio Tâmega, desde esta vetusta Flávia até à Lira.

Soube agora, o que me apra feliçamente sinceramente, que a moção sobre a conclusão desta e outras vias, apresentada na reunião conjunta das Câmaras de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena, em Julho passado e já publicada no N.º 647 de «O Comércio de Chaves» de 7 do corrente, é da autoria do delegado daquele último município, Senhor Fernando José da Costa, digno funcionário superior da Alfândega do Porto.

Há muito que este ilustre ribeirapenense se dedica com elevado interesse e entusiasmo ao desenvolvimento das comunicações da província, tendo sobre este assunto apresentado uma tese no último Congresso Trasmontano.

E mais um dedicado defensor a juntar ao número dos que têm procurado engrandecer e estimular a utilidade desta importante linha.

Alinhando com os Doutores José Lino, Henrique António Pereira e outros encorajadores, Fernando José da Costa poderá afirmar um dia com satisfação:

A obra realizou-se e o nosso esforço não foi baladado!...

O Comércio de Chaves

Quinta-feira, 7 de Fevereiro de 1946

Caminhos de Ferro do Vale do Tâmega

Temos aqui falado várias vezes na continuação das obras do C. de F. do Vale do Tâmega. Nessa campanha ingloria, contamos ao nosso lado, os srs. dr. H. A. Pereira e tenente Palmeira, brilhantes colaboradores deste Jornal. Não temos visto meio de ser asténdidos.

Resta-nos só a esperança de apelarmos para a influência e esforço do nosso deputado pelo círculo e nosso amigo, sr. dr. Henrique d'Almada.

Seria de elevado alcance para a vida e prosperidade desta região, se tal conseguisse.

Ele sabe como nós, o grau de valorização e de facilidades, que a linha de Vale do Tâmega acarretaria para a nossa região e concelhos limítrofes.

O Governo devia fazer prosseguir a construção dessa linha, porque o seu futuro tráfego, só lucros drenaria para o Estado.

Chamamos pois, a atenção do Ilustre deputado, para que se interesse a valer por esta regalia de alto valor vital.

QUINTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1946

Construção da linha do Vale do Tâmega

PELO TENENTE CARLOS PALMEIRA

Não largando de mão o assunto da construção da via férrea do Vale de Tâmega, a construção de novas linhas e estradas, melhoramentos de condição essencial à valorização da importante zona que há-de servir, representantes das Câmaras Municipais de Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, acompanhados dos senhores Governadores, Civis de Braga e Vila Real, dirigiram em Julho passado a exposição que segue, a Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações:

1.º—Que seja posta em exploração efectiva a linha do Vale do Tâmega, no troço compreendido entre Celorico de Basto e Arco de Baúlhe, bastando para isso assentar os carris, visto que todos os trabalhos estão concluídos e gasta somas importantes sem proveito para a região, nem para a entidade que dispenderá o numerário em pura perda, pois que, agora não aufera qualquer rendimento.

A conclusão desta obra beneficiaria consideravelmente a região, servindo grande parte dos concelhos de Celorico, Mondim, Cabeceiras e aproximaria a linha férrea do concelho de Ribeira de Pena, demandando a vasta região de Basto, e valorizando os quilómetros já construídos em benefício da linha do Douro.

2.º—Que em idêntica conformidade, se proceda aos necessários estudos para o prosseguimento da mesma linha do Vale do Tâmega, estabelecendo a sua ligação com a linha do Corgo, depois de servir Ribeira de Pena. Completar-se-lá assim a linha do Vale do Tâmega.

3.º—Que semelhantemente se proceda ao complemento das linhas de Basto e Ave, nos troços compreendidos entre o Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Caniços. Estabelecer-se-lá a ligação do Minho central com a região de Basto e ficariam bem servidas as relações do Minho com Trás-os-Montes.

A obra ferroviária ficaria completa com a construção das seguintes estradas:

Lanço de estrada Nacional n.º 311, compreendido entre Ortigueira e o limite do Distrito de Braga e Vila Real, aprovado pelo Conselho Superior das Obras Públicas e o lanço da mesma estrada, compreendido entre Cabeceiras de Basto e Várzea Cova.

Lanço da estrada Nacional N.º 312, no troço compreendido entre Sapêas, Boticas e Ribeira de Pena. Facilitaria a troca de produtos entre as regiões de Barroso e Basto, e permitiria a afluência de passageiros à linha do Vale do Tâmega.

Porque este melhoramento é também de alto interesse para outros Municípios, como Chaves, Boticas e Montalegre, torna-se necessário que estes secundem sem demora esta pretensão,

expondo com clareza as vantagens de tão importante empreendimento.

Não sei o que as repartições técnicas já fizeram, contudo, por cada ano que passa o prejuízo originado pela escassez de transportes reflete-se com acentuada gravidade na vida da população da região, afetando também consequentemente a economia da Nação.

O Grémio do Comércio de Chaves, que foi um dos impulsionadores deste magnífico projecto, deve acompanhar de perto todas as resoluções, insistindo pela sua realização urgente, porque como diz o provérbio:

QUEM NÃO É VISTO,
NÃO É LEMBRADO.

NOTÍCIAS DE CHAVES

Os Caminhos de Ferro da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro

pelo Dr. Manuel Busquets de Aguiar

As deficientes comunicações ferroviárias desta região são originadas por motivos de ordem geográfica que convém fixar. Os principais são: o relevo, que obriga à existência de dispendiosas obras de arte e ao prolongamento do perfil longitudinal da via para vencer diferenças de nível; a fraca densidade populacional, que origina um movimento reduzido de passageiros; o fraco desenvolvimento industrial, que determina um tráfego restrito de mercadorias; o facto de Trás-os-Montes não ser lugar de passagem, ao contrário do Alto-Douro, mas mesmo ali as precárias comunicações ferroviárias com Espanha não são de molde a provocar grande afluência de passageiros ou de mercadorias.

Possui actualmente a província 444 quilómetros de vias férreas, cabendo à via larga (1^o 67), que é a do Douro desde Rede à Barca de Alva, 105 km., pertencendo 359 km à via estreita (1^o), que são: Vale do Corgo, de Régua a Chaves, 98 km.; Vale do Tua, de Tua a Bragança, 155 km.; Vale do Sabor, de Pocinho a Duas Igrejas-Miranda, 106 km. Como se vê pelo número de quilómetros, a via larga ocupa uma proporção reduzida e a via estreita predomina pelas causas que apontei de inicio, bem como por ser menos elevado o custo de construção por quilómetro e as condições de exploração mais económicas.

A linha férrea do Douro começou a construir-se a 8 de Julho de 1873, sendo

aberta à exploração até Régua em 15 de Julho de 1879, e alcançando Barca de Alva em 9 de Dezembro de 1887. A única via larga do Alto-Douro foi extremamente difícil de construir pela natureza geomorfológica da região, obras de arte de excepcional importância e ainda pelas avultadas despesas com expropriações, dado o valor elevado dos terrenos que o caminho de ferro ocupou.

Só depois de quase terminada a construção do caminho de ferro do Douro, é que se podiam começar as obras das outras vias férreas transmontanas. Assim, a linha do Vale do Tua iniciou-se em 1885, abriu-se à exploração até Mirandela em 29 de Setembro de 1887, alcançando Bragança sómente em 31 de Dezembro de 1906. Um pouco antes começou a construção da via férrea do Vale do Corgo, abrindo-se à exploração o troço de Régua a Vila Real em 12 de Maio de 1906, mas só em 21 de Agosto de 1921 atingiu Chaves. O caminho de ferro do Vale do Sabor seria inaugurado no primeiro troço de Pocinho a Carvaios em 17 de Setembro de 1911, alcançando Duas-Igrejas-Miranda a 22 de Maio de 1938. A via férrea do Vale do Corgo é notável por ser aberta na rocha num largo percurso entre Régua e Vila Real, e ainda pelos lacetes para vencer a diferença de nível entre Loivos e Vidego.

Não satisfazem as actuais vias férreas as necessidades da província; todavia, dadas as causas apontadas de inicio

(Continua na 6.ª pg.)

Os Caminhos de Ferro da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro

(Continuação da 5.ª pg.)

e ainda a concorrência da camionagem e do automobilismo, a prudência no desejo de novas linhas deve dominar aspirações prejudiciais. Convém ter presente que os caminhos de ferro são actualmente deficitários em quase todos os países do Mundo, mas estão vencendo galhardamente na luta por meio dum justa coordenação de transportes.

Parece-me que a melhor solução está na construção de linhas de ligação entre as vias férreas existentes, fechando os intervalos por malhas racionais. Assim justifica-se o prolongamento da linha do Vale do Tâmega continuando a do Douro-Litoral para Trás-os-Montes, desde Arco de Baúlhe ao Barroso e daí a Chaves. De Chaves, e de certa forma paralela à fronteira, prolongar-se-ia a linha a Vinhais e a Bragança, afim de por Vimioso e Miranda alcançar o caminho de ferro do Vale do Sabor.

Desta forma se poderá resolver utilmente o problema de construção de novas linhas férreas, enquanto as actuais necessitam de melhoramentos, quer na infra-estrutura, quer no material, e ainda por marchas rápidas de forma a criar tráfego e atrair os usuários ao caminho de ferro, que há-de continuar a ser um dos mais perfeitos e seguros meios de comunicação.

NOTÍCIAS DE CHAVES

Os Caminhos de Ferro

Trasmontanos

I e sereno entre montanhas coroadas de castelos cheios de poesia e história, e o nosso rio estrangulado pelas penedas das margens e debatendo-se entre escarpas alicantiladas não cheias de encantos e poemas de amor mas frêmentes de pontos escachosantes e atroadores, silício dos olhos do viandante e terror dos marinheiros que em cada passo jogam a vida com o futuro dos seus.

Posta definitivamente de lado a ideia da união das linhas férreas ao norte do Douro por aproveitamento da via larga (com colocação de terceiro carril, por ex.) sobreveio a das linhas do vale do Tâmega (hoje já no centro da formosa região de Basto, em Baúlhe) com a da Régua e Chaves, e esta por Vinhais e Bragança, seguindo o prolongamento até à Linha do Sabor em Duas Igrejas.

A construção das grandes barragens no Douro Internacional, a premente necessidade de exploração das pilhas de ferro e outros minérios utilizíssimos à economia nacional no Quadril, sem trânsito caríssimo, deram à ideia do prolongamento uma admirável actualidade.

Lembremo-nos que a Ilha de Vila reduzida do Minho está em Pafe, com possibilidade de ligação não económica mente impossível com a do Vale do Tâmega.

E assim tivermos toda a província de Trás-os-Montes unida com via reduzida já com permutação de vagões e oficinas comuns ao porto de Leixões, isto é ao mundo.

Não basta devanear, idealizar, sonhar, poetizar...

Já lemos na imprensa local, há não muitos anos, a afirmação de que se devia pedir ao Governo a construção de uma linha férrea directíssima (como a dos Alpes...) Chaves-Leixões, que pouco mais teria nessas condições do que 100 K. Já lemos e abismamo-nos com as turbas!

As realidades da carta geográfica revelam que de Amarante a Vila Real a estrada atinge no Alto de Espinho 1.785^m; que Vila Pouca de Aguiar está a 820^m;

(Continua na 3.ª pg.)

Sábado, 11
Maio — 1957

Página 5

11-5-1957

Os Caminhos de Ferro Trasmontanos

(Continuação da 1.ª pg.)

que em Águas Frias e Tronco a altitude é superior a 800^m desce a estrada actual afilivamente para o Rabaçal subindo em seguida galhardamente para a lomba de Europos-Castrellos com a altitude máxima na Portela (900^m) a sprox. 10 K. de Bragança; que da capital do distrito-irmão até Miranda do Douro (à mesma cota de Duas Igrejas) a altitude média está entre 600 a 800 m. com as inevitáveis descidas para os vales do Sabor e de Maças.

Evidentemente que com este itinerário, ou outro parecido, nada era possível ser executado para ligação de todas as vias férreas trasmontanas e restantes situadas ao norte do Douro desaguando no porto de Mar de Leixões.

Mas será a resolução do problema impossível?

Julgamos que não; e em outro artigo diremos o que pensamos.

F. B. T. H.

A geografia física e a política condicionam a maior parte das vezes o traçado das modernas vias de comunicação. A orografia e a hidrografia criam sérios embargos à circulação; as condições financeiras e económicas são no máximo de atender.

O homem, criação de Deus, inventou as pontes para ultrapassar torrentes e furou com túneis as montanhas para encurtar seriamente as distâncias.

Começou há pouco a perfuração do Monte Branco, a mais alta montanha da Europa (4810^m) para ligar por via férrea directíssima as capitais da França e Itália, as duas grandes nações latinas do Velho Mundo.

Já entrou no domínio dos possíveis a construção de pontes pensis com uma longa léguas de comprimento entre pilares, podendo unir-se assim a Sicília à Calábria, atravessar o Bósforo, e evidentíssimamente passar o Tejo em Porto Brandão, ou qualquer outra povoaçao da margem esquerda do Tejo, para a direita (apenas... dois quilómetros).

A engenharia criou o túnel submarino ligando as duas margens do Escalda por ferrovia e rodovia, unindo a Ilha de Mahaten (N. I.) ao continente americano, e praticando a maravilha de unir também as duas maiores ilhas japonesas atravessando o mar em muito mais de uma dezena de quilómetros.

Dou razão a quem entender ser tempo de terminar uma erudição ao alcance de todos...

Vêm estas considerações preliminares a propósito de um interessante artigo publicado no último número deste semanário, intitulado «Os caminhos de ferro da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro».

Ao norte do áspero fosso do Douro, que só na ponte D. Maria Pia no Porto é possível atravessar em caminho de ferro para o resto de Portugal (urgindo a construção da linha Pocinho-Vila Franca das Naves) há os dois sistemas de via larga (1,67) e estreita (1^m) conhecido o primeiro só há poucos anos por Minho e Douro, estando as de segunda categoria divididas em 5 unidades sem ligaçãoumas com as outras (eram 6 antes da fusão do caminho de ferro do Porto à Póvoa e Famalicão com o da Trofa a Pafe) o que origina um tráfego difícil, caro e incômodo, sendo causador da impossibilidade de troca de material rodante entre eles e de se construirem oficinas comuns que tanta economia originariam à exploração.

Pensou-se em tempos na duplicação da Linha do Douro colocando-se um terceiro carril em uma ou nas duas vias; as dificuldades de construção eram quase impediíveis, economicamente falando, tal a estreiteza do vale do caudaloso rio. Que diferença entre o vale do Rheno, com vias quôdruplas (e séxtuplas em alguns percursos) nas duas margens onde o grande rio internacional corre encosta

NOTÍCIAS DE CHAVES

Os Caminhos de Ferro Trasmontanos

CONTINUEMOS as nossas considerações procurando a solução para uma transversal de Trás-os-Montes unindo as quatro linhas paralelas do Tâmega, do Corgo, do Tua e do Sabor, que devem ter o seu terminus no porto de Leixões aproveitando no seu tráfego as linhas de via reduzida do Minho e já existentes.

As condições orográficas e hidrográficas, dissemos já, condicionam as construções ferroviárias, não podendo ser evidentemente esquecidas as económicas e financeiras.

Novos caminhos de ferro de via larga ao norte do Douro não têm justificação possível na região montanhosa: como exceção a marginal até Mosteiro e o prolongamento de Monção e Melgaço, desde que está terminada a construção, tão tardivamente feita aliás, dos ramais de Contumil e Ermezinde a Leixões.

Entremos no assunto:

A linha de Leixões-Porto a Guimarães tem ao Kil. 46 a estação de Caniços, quase sobre o Ave; subindo pelo doce vale valorizaria as fábricas de Riba de Ave, iria às Caldas das Taipas, atingindo tranquilamente a rica e turística região de Basto (por Rossas), serviria Refojos, sede do concelho de Cabeceiras, seguindo finalmente a entroncar com a linha do Vale do Tâmega, na estação do Arco de Baúlhe onde actualmente esta (com 52 Kms.) se encontra. Seriam apenas uns 75 Kms. de construção pouco dispendiosa e de receitas certas.

O prolongamento de ambas teria de ser feito para o Norte ao longo do Tâmega atravessando-o para a margem esquerda (mas antes da confluência do Bessa, para se evitar a duplicação de pontes) de modo a bem servir a ridente vila de Ribeira de Pena (450^m de altitude) serpenteador o vale do Avelames até às Pedras Salgadas com estações em Parada de Monteiros, Pensalves e Bragado.

A continuação ao longo do Tâmega até ao Vídago ocasionaria a reversão do material ferroviário com grave encargo no percurso de 16 Km. para as linhas do Tua e do Sabor.

Estamos já à cota superior a 600^m acima do nível do mar (Leixões). A continuação, porém, da transversal impõe-se, e urge se faça a construção.

A linha férrea saída da estação das Pedras Salgadas encostar-se-ia à Serra da Padrela em subida forçada, e (possivelmente mas não provavelmente) com um lacete semelhante ao descrito sobre Loivos de modo a aproveitar a portela do Vale do Galo; alcançada esta com relativa facilidade, a linha aproximar-se-ia da progressiva povoação de Carrezedo de Montenegro, serviria a vila de Valpaços, descendo facilmente pelo vale do Rio Torto a Mirandela, capital de

II

região muito rica que tudo teria a lucrar com comunicações ferroviárias sem transbordo algum com o porto de mar de Leixões, e a cidade do Porto, empório do norte.

O percurso Pedras-Mirandela é de 67 Kms., sendo o de Cave-Ribeira de Pena apenas de 15 Kms.

Como já vimos uma linha férrea Bra-

gança-Mirandela (por Vimioso), torna-se difícilima, — a palavra impossível não existe hoje para a engenharia — devido às descidas para os vales de Angueiro, do Sabor e do Maçãs.

O que interessa, porém, é a ligação das duas linhas do Tua e do Sabor, e essa faz-se com facilidade pelo planalto sem obstáculos sérios, com um pequeno ramal de 50 Kms. unindo as actuais estações de Macedo de Cavaleiros, à de Mogadouro passando por Chacim.

E deste modo todas as cidades e a maior parte dos concelhos trasmontanos seriam magnificamente servidos por caminho de ferro, o material acudiria onde mais fosse necessário e oficinas comuns de construção e reparação economizariam importantes quantias anuais e para sempre.

«A utilidade económica e social de uma via férrea mede-se, não pelo rendimento líquido que produz, mas pelos serviços prestados, e por estes se devem aquilatar os encargos que a sua construção impõe», assim escreveu o ilustre engenheiro conselheiro Fernando de Sousa.

Tornar-se-ia possível um ramal Valpaços-Vinhais (46 Kms.) irrigando economicamente uma vasta região rica sobretudo em minérios, hoje impossíveis de explorar por dificuldade de transportes fáceis e baratos.

Urge o prolongamento da linha de Bragança ao Quadramil, jazigo quase inexplorável de ferro.

Também se devia fazer o mais breve o prolongamento da linha do Sabor, da estação terminus de Duas Igrejas até à vila de Vimioso, seguindo os vales de S. Pedro da Silvã e do Angueiro, para fácil e económica exploração das magni-

(Continua na 6.ª pág.)

Os Caminhos de Ferro Trasmontanos

(Continuação da 1.ª pág.)

ficas pedreiras dos alabastros de Santo Adrião, num total de 25 Kms. sómente.

Este ramal por maior distância não pode seguir a actual estrada por Genísio e Caçarelhos, o que nos aproximaria de Agra de Freitas onde era morgado e senhor de vastas terras Calisto Eloy de Silos e Benevides de Barbuda.

Na mais elevada colina dos meus domínios liliputeanos, de chapéu de quilométrica aba na mão, em sentido olhando para a Meka trasmontana de Vilarinho da Samardã, com voz tonitroante lanço um grito de alma que ecoará «aquém e além Tâmega por essas Espanhas dentro» de respeitosa e entusiástica homenagem ao gigante autor da «Queda de um anjo», o génio imortal de Camilo Castelo Branco.

F. B. T. H.

Sábado, 18 de Maio de 1957

A Voz de Chaves

Construção da linha

do Vale do Tâmega

Por CARLOS DA COSTA PALMEIRA

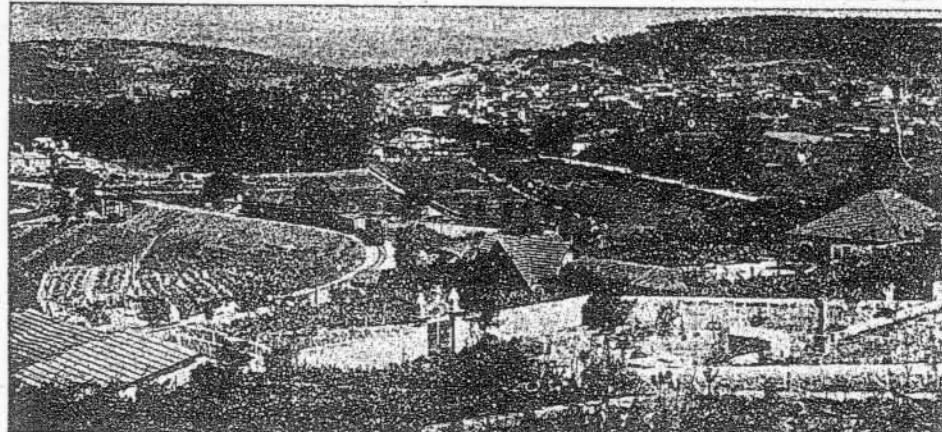
NAO largando de mão o assunto da construção da via férrea do Vale do Tâmega, a construção de novas linhas e estradas, melhoramentos de condição essencial à valorização da importante zona que há-de servir, representantes das Câmaras Municipais de Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, acompanhados dos senhores Governadores Civis de Braga e Vila Real, dirigiram em Julho de 1946 a exposição que segue, a Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações:

«1.º — Que seja posta em exploração efectiva a linha do Vale do Tâmega, no troço compreendido entre Celorico de Basto e Arco de Baúlhe, bastando para isso assentar os carris, visto que todos os trabalhos estão concluidos e gastas somas importantes sem proveito para a região, nem para a entidade que dispenderá o numerário em pura perda, pois que, agora, não aufera quaisquer rendimentos.

A conclusão desta obra beneficiaria consideravelmente a região, servindo grande

parte dos concelhos de Celorico, Mondim, Cabeceiras e aproximaria a linha férrea do concelho de Ribeira de Pena, demandando a vasta região de Basto, e valorizando os

3.º — Que semelhantemente se proceda ao complemento das linhas de Basto e Ave, nos troços compreendidos entre o Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto, Póvoa de



Um trecho da via férrea de Corgo, junto de Vidago, onde se presume o entroncamento com a linha do Vale do Tâmega.

quilómetros já construídos em benefício da linha do Douro.

2.º — Que em idêntica conformidade, se proceda aos necessários estudos para o prosseguimento da mesma linha do Vale do Tâmega, estabelecendo a sua ligação com a linha do Corgo, depois de servir Ribeira de Pena. Completar-se-ia assim a linha do Vale do Tâmega.

Lanhoso e Caniços. Estabelecer-se-ia a ligação do Minho central com a região de Basto e ficariam bem servidas as relações do Minho com Trás-os-Montes..

A obra ferroviária ficaria completa com a construção das seguintes estradas:

Lanço de estrada Nacional N.^o 311, compreendido en-

(Continua na 2.ª página)

A voz de Chaves

Construção da linha do Vale do Tâmega

(Continuação da 1.ª página)

tre Ortigueira e o limite do Distrito de Braga e Vila Real, aprovado pelo Conselho Superior das Obras Públicas e o lanço da mesma estrada, compreendido entre Cabeceiras de Basto e Várzea Cova.

Lanço da Estrada Nacional N.º 312, no troço compreendido entre Sapiãos, Boticas e Ribeira de Pena. Facilitaria a troca de produtos entre as regiões de Barroso e Basto, e permitiria a afluência de passageiros à linha do Vale do Tâmega».

Que se saiba já foi inaugurada a estação do Arco de Baúlhe e o respectivo caminho de ferro e já se iniciou a construção da estrada 312 entre Ribeira de Pena e Sapiãos como começo da ponte sobre o rio Tâmega.

Porque estes melhoramentos são também de alto interesse para outros Municípios, como Chaves, Boticas e Montalegre, bom era que estes secundassem esta pretensão, expôndo com clareza as vantagens de tão importante empreendimento.

Não sei o que as repartições técnicas já fizeram, contudo, por cada ano que passa o prejuízo originado pela escassez de transportes reflete-se com acentuada gravidade na vida da população da região, afectando também, consequentemente, a economia da Nação.

O Grémio do Comércio de Chaves, que foi um dos impulsionadores deste magnífico projecto, deve acompanhar de perto todas as resoluções, insistindo pela sua realização urgente, porque como diz o provérbio: «Quem não é visto, não é lembrado...»

A Voz de Chaves

Exploração da linha do Vale do Corgo

Por CARLOS DA COSTA PALMEIRA

JULGO ter sido aí por fins de 1946 que a Companhia Nacional deixou de explorar a linha do Vale do Corgo, que serve a região da Régua a Chaves.

Embora a perfeição e rapidez dos transportes dê foros de civilização, não foram modelares os serviços prestados por aquela Companhia durante os anos que teve por arrendamento esta via.

Os atrazos diários e por vezes injustificáveis que durante todo o período da guerra atormentaram os passageiros que eram obrigados a servir-se deste sistema de transporte, é causa bastante para definir a falta de interesse manifestado pela empresa arrendatária de então para bem servir o público.

Mas, a guerra acabou e infelizmente os serviços que deviam ser aperfeiçoados, disciplinados e melhorados, continuam quase como dantes.

Havia esperanças que a Companhia Portuguesa, a quem ia ser entregue a administração deste troço ferroviário, resolvesse todos os inconvenientes, mas infelizmente pouco se adiantou.

O problema de momento mais importante nesta linha é a circulação das automotoras.

Todas as vias, larga ou reduzida, estão a utilizar com vantagem este moderno sistema de transporte.

Por que não o faz a linha do Corgo?

Ao menos que se esclareça o público desta falta.

Certo dia vieram mostrar-se todas presenteiras à estação de Chaves, depois sumiram-se como por encanto e ninguém mais as lobrigou nesta desprotegida região.

Não sei se a Companhia Portuguesa está animada e resolvida a remediar estes males.

É o que vamos ver e se assim não torresta-nos apenas a esperança do restabelecimento de uma carreira de camionetas, já advogada com acerto pelo Sr. Presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, para fazer aquilo que os caminhos de ferro não desejam fazer.

A voz de Chaves

O já crónico problema das comunicações entre Régua e Chaves

Este velho e já muito gasto disco com que há bastantes anos, toda a imprensa da província, espalha alto e bom som para se perder na imensidão do vácuo, nada resulta.

Em Lisboa, na sede da C. P. até se riem da ingenuidade dos nossos periódicos.

Que interessa à Companhia exploradora do Vale do Corgo, que os passageiros infelizmente obrigados a viajar nesta linha, não tenham comodidades absolutamente nenhuma, apesar de pagarem por um preço bastante elevado a sua passagem?

Que importa á Companhia, que há cinquenta anos as carruagens tivessem mais conforto, e que num percurso de cem quilómetros se arrastem cinco horas (parece incrível!), ou

seja uma média de vinte quilómetros por hora?

Há meio século, ao menos, ainda as carruagens eram limpas, asseadas por dentro e bem pintadas por fora. Hoje desgraçadamente nem se conhece a cor da tintura, e por dentro nem vale a pena falar, estão mesmo a pedir profilaxia.

Em tudo isto há um anacrónico interesse por esta desgraçada linha, que já nasceu torta, e assim há-de morrer.

Mas a par de todas estas desvantagens que a Companhia oferece ao distrito inteiro, torna-se verdadeiramente lamentável a falta de actualização nos horários de harmonia com o progresso e com a época em que vivemos,

(Continua na 6.ª página)

O já crónico problema das comunicações entre Régua e Chaves

(Continuação da 1.ª página)

Não nos podemos conformar que de Chaves à Régua na era das velocidades, e no século supersónico dos foguetões estratosféricos e dos satélites artificiais, se demore o mesmo tempo que levaram os nossos avós. Isto só no Vale do Corgo!...

Ainda vivemos algum tempo na doce esperança, durante mais de um mês, quando andaram a brincar ás experiências com umas elegantes e modernas automotoras. Mas só no último dia, é que chegaram á conclusão, que a linha tinha de ser rectificada, cortando várias curvas entre Vila Real e Régua, e que essa rectificação custaria alguns milhares de contos.

Duas horas que se encurtasse no percurso, entenderam que não compensava semelhante sacrifício. Os magnos interesses da região, são problemas secundários, que não merecem confronto com as desvantagens que dão advinham para o seu concessionário.

Assim as elegantes automotoras bateram asas, e foram postrar noutra linha tão accidentada como a nossa.

E pronto. Nunca mais se ouviu falar mais nada. O mutismo tem-se conservado, para o mistério se tornar ainda mais intangível.

Mas a voz do povo, é a voz de Deus. Na Assembleia imperiosa das suas opiniões, ele reclama e com justa razão.

Se não querem gastar essa importância na rectificação da tortuosa linha, existe outra solução mais simples ainda, mas mais prática, e que vinha revo-

lucionar por certo este tão transcendentemente problema das comunicações.

Uns modernos auto-carros a circular entre Chaves e Régua traria além do encurtamento de tempo para duas horas de viagem (trez horas de vantagem), a maior facilidade de ligação entre Chaves—Vila Pouca—Vila Real e Régua.

Já que as companhias de caminhos de ferro gosam, e com certa razão, de uma grande protecção do Estado, também é rasoável que se exija delas, o verdadeiro interesse e carinho pelo progresso da região que exploram.

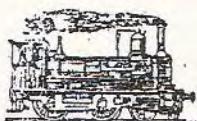
Caso contrário continuamos sempre a teimar num vibrante protesto, contra este estado lamentável de coisas, até que se levante esse véu de indiferença em que se alcandorou.

L. M.

A voz de Chaves

Linha férrea do Vale do Tâmega

Por CARLOS DA COSTA PALMEIRA



Há mais de 10 anos que os jornais diários publicaram a notícia de que o Sr. Engenheiro Director havia outorgado em nome do Senhor Ministro das Comunicações num contrato para a aquisição de travessas de carvalho, destinadas ao assentamento dos carris no troço compreendido entre Celorico de Basto e o Arco de Baúlhe, na linha do Vale do Tâmega.

Em face desta resolução parecia ter entrado na fase da realidade a conclusão desta encantada via férrea.

As travessas foram assentes e todos os trabalhos concluídos até ao Arco de Baúlhe, entrando ao serviço a sua estação ferroviária.

Sem prever o que viria a dar-se, alguém já afirmava por essa ocasião :

— Oxalá que certas peias burocráticas não venham entravar a boa vontade daqueles que estão animados a levar para diante tão útil e proveitosa obra de elevado benefício nacional.

Todos estes trabalhos deviam ser classificados de urgentes para que o seu fim fosse atingido com a maior brevidade possível.

Cada quilómetro de via férrea nesta linha posta ao serviço público, traz-nos a esperança de que não vem longe o dia em que instalados numa elegante e confortável-carriagem possamos gozar as delícias da variada e encantadora paisagem do vale do Tâmega.

Mas já lá vão mais de uma dezena de anos depois da sua inauguração no Arco de Baúlhe e aquilo não se mexe dali.

Por este caminhar nem daqui a 50 anos dará o salto para a província de Trás-os-Montes, embora a estas obras estejam ligadas outras de suma importância.

As Câmaras de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Boticas, Montalegre e Chaves, compete despertar aquilo que parece ter condenavelmente adormecido em prejuízo dos habitantes destas regiões.

A exploração do caminho de ferro nesta zona tem mais alguma coisa do que a necessidade turística.

O encurtamento e benefício das viagens, o aproveitamento dos produtos da fértil região que atravessa e o melhoramento da rede de caminho de ferro deve ser o factor principal do seu traçado.

Isto sem contar com a influência que o seu injustificável abandono pode acarretar ao comércio e indústria do país.

A Voz de Chaves

Linha do Vale do Tâmega

Por CARLOS DA COSTA PALMEIRA

Há 12 anos, aproximadamente, pelo respectivo departamento do Estado foram mandados continuar os trabalhos de campo por uma brigada de engenharia na Linha do Vale do Tâmega.

Isso dava-nos a esperança de que num futuro próximo seria realizada uma obra de grande utilidade para vários concelhos do Norte de Portugal.

O esforço que o Grémio do Comércio de Chaves tem empregado para levar a bom termo este empreendimento, chegando a fazer uma representação às estâncias superiores, é gesto bem digno de admiração e merece todo o carinho dos interessados.

O município de Montalegre, um dos concelhos mais beneficiado na obra a realizar, também

Os estudos e construção na parte que resta das linhas do Ave e de Basto nos troços compreendidos entre o Arco, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Canicos;

Ainda o estudo e construção da estrada nacional n.º 312 — 2.ª entre Sapiões (Boticas) e Ribeira de Pena, de importância capital para as relações económicas entre as importantes regiões de Barroso e Basto».

A passagem do caminho de ferro por certas regiões do Vale do Tâmega, irá resolver vários problemas, salvar muitos produtos que por ali se inutilizam à máquia de transportes e beneficiar imenso uma população onde as comunicações não vão muito além dos rudimentares carros de bois.



Aspecto do rio Tâmega na sua passagem por Ribeira de Pena

já acarinhou e secundou essa representação.

Por essa mesma ocasião a imprensa diária dava a notícia de terem reunido em Mondim de Basto, para tratar deste assunto, representantes da Câmara daquele concelho e das de Ribeira de Pena, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto.

Nessa reunião foi apresentada e aprovada por unanimidade, pelo representante de Ribeira de Pena, a seguinte moção:

* A conclusão urgente da linha férrea do Vale do Tâmega na primeira fase do plano geral ferroviário de 1950, de que falta apenas o assentamento dos carris entre Celorico e Arco de Baúlhe para a exploração efectiva da linha entre a Livraria e o Arco;

O estudo do prosseguimento da mesma linha até ligar com a linha do Corgo, servindo Ribeira de Pena;

Quem por alturas de Ribeira de Pena aprecie as lindíssimas margens do rio Tâmega, com um misto de arvoredo que encanta e seduz, não duvidará que dado o seu excelente clima seco não faltam sítios para óptimas estações de repouso e que os turistas podem aproveitar no seu roteiro a Trás-os-Montes.

O tempo dirá quais os benefícios a colher desta grandiosa obra que tanta morosidade tem originado o seu prosseguimento.

A Voz de Chaves

*Quando recomeçarão os trabalhos
da linha do Vale do Tâmega?*

Por Carlos da Costa Palmeira

Por correspondência de Cabeceiras de Basto, noticiaram os jornais diários que as autoridades locais iam fazer nova representação solicitando a ligação do caminho de ferro desde o Arco de Baulhe até aquela vila.

Cabeceiras de Basto, que está situada um pouco mais para o interior minhoto do que o Arco, está compreendida no plano das derivantes que hão-de entroncar com a linha do Vale do Tâmega.

Porque, certamente, Cabeceiras de Basto, achou demasiada a demora para o prosseguimento dos trabalhos, resolveu lembrar aquilo que já devia estar concluído há muito tempo.

Não se trata sómente do desenvolvimento da rede ferroviária do país, trata-se também da zona que essa encantada via há-de atravessar e da surpreendente beleza de todo o seu percurso.

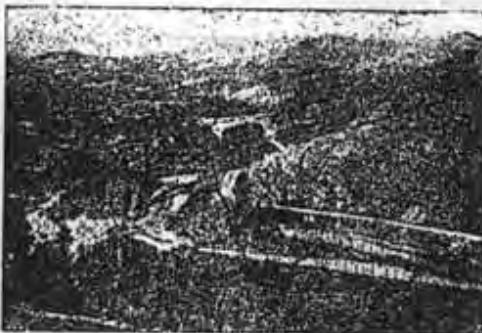
O rio Tâmega, que tem trechos de inconfundível paisagem, margens de sedutor e mágico encantamento e que há-de servir de roteiro em quase todo o seu trajecto, bastaria para abreviar a construção de tão simpática e desejada obra.

As suas açudes, insuas e cachoeiras, com a variada e impressionante vegetação que as rodeia e o Poço da Fraga no termo de Ribeira de Pena, são quadros bem dignos para o pincel de um hábil artista.

Quem passa por alguns sítios, onde o observador inteligente e culto a custo consegue penetrar, fica maravilhado e pergunta como a natureza foi tão pródiga para as terras desta região.

A gente da zona de Trás-os-Montes está ansiosa para que os silvos das locomotivas venham alegrar, dar movimento, vida e animação.

Não esqueçam as Câmaras de Chaves, Boticas, Montalegre e Ribeira de Pena que a



Um aspecto do rio Tâmega na sua passagem por Ribeira de Pena

demora já é grande e que o momento é oportuno para voltar a lembrar o que sem razão parece ter adormecido no Arco de Baulhe.

Estes municípios, que desde o começo têm apoiado esta grande realização, não deixarão de mais uma vez manifestar o máximo interesse pela sua conclusão.

Não sei se o II Plano de Fomento tem alguma verba destinada a este fim, mas, seja como fôr; a construção da via do Vale do Tâmega, carece de urgente aceleração para expansão e desenvolvimento do comércio das terras nun há-de ser.

QUINTA-FEIRA, 21
MAIO - 1959

A Voz de Chaves

Apeadeiro da Fonte Nova

Por Carlos da Costa Palmeira

Os meios de comunicação são criados para proporcionar ao público o máximo de comodidades e regalias.

Viajar hoje de avião, em ca-

da cidade e do lado de Santo Amaro, uma paragem que intitulam de «Apeadeiro da Fonte Nova».

Não passa esta paragem de



CHAVES - Matadouro Municipal vendo-se um troço da via férrea e o comboio prestes a atingir o apeadeiro da Fonte Nova.

minho de ferro ou em carreira de camioneta, não é o mesmo dos tempos em que se utilizavam as históricas diligências do Cosme.

Quem explora no momento actual certas modalidades de transportes, precisa de estar atento a tudo o que possa influenciar no conforto dos passageiros.

Chaves, que é servida pela linha do Corgo, tem na entrada

simples travessia de linha, com um detestável casebre destinado à guarda da mesma, embora ali embarquem e desembarquem algumas pessoas obrigadas a utilizar o comboio e moradoras para aqueles lados.

Também ali não existe venda de bilhetes nem despacho de bagagens, sendo necessário empregar um esforço difícil e peri-

(Continua na página 3)

A voz de Chaves

Página 5

Apeadeiro da *FONTE NOVA*

(Continuação da 1.ª página)

goso para velhos e crianças atingirem as carroagens.

Enfim é um tráfego sem comodidade e segurança e pouco adequado ao meio onde é executado.

Foram abertas para ali estradas-avenidas, as Caldas e algumas pensões estão situadas a dois passos, Casas dos Montes, Santo Amaro e a parte baixa da cidade, tem bastante população que, com vantagem, pode utilizar esse apeadeiro, quando ele satisfizer ao mínimo de condições.

O local presta-se às indispensáveis obras de adaptação sem grandes e valiosas expropriações e estamos certos que a Companhia Portuguesa, exploradora da linha, deve ter vantagem em desviar para ali alguns trabalhos da estação central.

Por qualquer forma uma paragem assim pobrezinha à entrada da cidade não pode continuar, tanto mais que todo o pessoal que presia serviço na Companhia sempre tem caprichado para que os edifícios e propriedades a seu cargo atinjam aquela posição de beleza e arranjo que a sua situação exige.

Aguardemos, pois, que o «Apeadeiro da Fonte Nova», atinja num futuro próximo condições que garantam a sua utilidade a quem dele necessita servir-se.

Quinta-feira, 24 de Novembro de 1960

A voz de Chaves

O caminho de ferro do Vale do Corgo, não satisfaz as exigências modernas de transporte

E' absolutamente lamentável a protecção que tem tido a C. P. nesta linha do Vale do Corgo.

Não são só as desconfortáveis carruagens, inauguradas há mais de 60 anos, nem as poeirantes máquinas cansadas e remendadas muitas vezes, a pedirem misericórdia e reforma, que tornaram esta linha verdadeiramente insuportável.

Este anacrónico brinquedo, que há cinquenta anos dava a espetosa média de 30 quilómetros à hora, passou em 1960, na era atómica, a dar a embrigadadora velocidade de 20 quilómetros à hora neste percurso de 100 quilómetros da Régua a Chaves.

E entendem que está muito bem, os srs. dirigentes da Companhia! Esta linha segundo a opinião deles, não merece uma rectificação, onde se gastariam 4 a 5 mil contos, para poderem circular livremente as automotoras.

Está claro! O progresso e a modernização desta linha, está na razão inversa dos interesses de uma companhia, para quem o público não merece a mínima consideração, e o distrito de Vila Real é relegado para o último lugar no País onde a questão de transportes por caminho de ferro, tem merecido muito mais carinho.

Não há linha nenhuma, estreita ou larga, em Portugal, por onde não circulem já confortáveis automotoras reduzindo assim entre as suas localidades o precioso tempo, que hoje representa muito dinheiro.

Porque razão têm portanto em sujeitar-nos ainda a este confrangedor aíraco, em relação aos outros, em mais de dez anos?

Não acreditamos, que esta

acidentada linha, seja a grande e principal razão para obstar a circulação das automotoras.

As linhas do Tua, Sabor e Vale do Vouga, não são menos acidentadas. E mesmo a nossa, já foi experimentada durante três meses por automotoras modernas e elegantes, tendo-se comprovado a sua plena aprovação pelos horários que a Companhia chegou a publicar. Contudo, na véspera da inauguração, espalharam aos ventos que estas carruagens não podiam circular por deficiências da linha, mas esqueceram-se que toda a gente as viu deslizar mansamente, durante noventa dias de expectativa e ansiedade.

Não está certo! E não está certo porque se a Direcção Geral de Transportes fiscaliza integralmente os serviços das Empresas de camionagem, exigindo conforto, horários sempre certos, e a máxima segurança e protecção ao passageiro, porque razão não hão-de fazer o mesmo às Companhias de Caminhos de Ferro? Estas que não têm fiscalização nenhuma, nem lhes interessa o conforto e a segurança do passageiro, nem tão pouco respeitam os horários estabelecidos.

Ao menos deixem circular livremente pelas estradas as carreiras de camionetas. Talvez assim a C. P. se interessasse mais pela modernização das suas linhas, actualizando tão antiquado material. Quem lucrava mais com isso era sem dúvida o povo, que veria assim melhoradas as suas comunicações, num interesse e bem estar geral.

M.

Notícias de Chaves

A Linha do Corgo

A linha do Corgo é uma das mais gloriosas de Portugal, e afirmamos isto, porque os homens ilustres que a conceberam, tinham mais apego ao progresso da sua querida Região, ao Bem-Comum portanto, de que aos seus próprios interesses; gloriosa ainda, porque os engenheiros que a estudaram e a construiram fizeram com que ela atravessasse todo o distrito vilarealense, por sítios de beleza sem par e que, nos tempos que correm, de activa promoção turística, seriam largamente visitados, por nacionais e estrangeiros, se porventura a linha tivesse a circular trânsito, veículos modernos, cómodos e velozes, asseados e com temperatura agradável.

Por:
António Rodrigues Coutinho

A linha dirige-se de Sul para Norte através dos concelhos de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca e Chaves, os quais muito bem serve, como ainda bem serve também, os concelhos vizinhos da Ribeira da Pena, Valpaços, Botucar e Montalegre e outros mais.

A linha do Corgo foi construída para servir a Região, para servir o País, para servir a grelha, e ela fazia parte do Plano Ferroviário de 15 de Fevereiro de 1900, e deveria ligar no Víago com a do Vale do Tâmega, que por sua vez teria ligado com a de Guimaraes no Arco de Baúlhe. A linha prosseguiria pela margem esquerda do rio Tâmega, atravessava a fronteira, e iria entroncar com a linha espanhola

de Medina, Zamora, Orense e Vigo. O caminho de ferro iria também aproximar os Regimentos de Chaves, de Vila Real e de Lamego, e porque também estava prevista uma linha de igual bitola, da Régua a Vila

coante aos produtos da terra como a batata e os cereais, e por ele transitam os adubos destinados à fertilização do solo. As águas minerais e os minérios da Região, carecem também desta linha para, por

Factor indispensável ao progresso económico e social do Distrito de Vila Real

Francia das Naves (o primeiro troço até Lamego chegou a ser aberto totalmente, e só não foram implantados os carris, que chegaram a estar na Régua para o efeito, porque uma onda de má vontade política a isso obstruiu, e tal facto foi muito nocivo à vetusta cidade de Lamego, que ficou sempre sem caminho de ferro, (uma cidade incompleta...).

O caminho de ferro do Vale do Corgo é sempre indispensável à defesa do País; facilita as relações pessoais da Região; incrementa a lavoura; abre caminhos à indústria; dá es-

petos baixos, serem transportados aos centros consumidores ou transformadores. A própria política administrativa regional não a pode dispensar, dado que a via férrea é o meio de transporte padrão, na deslocação das pessoas e das coisas. Não deve ser caro, e deve ser bom. É esta a sua vocação.

O antigo anel, para que se construisse a linha, tinha inteiro cabimento, e a linha foi construída por etapas, depois de feitos variados inquéritos administrativos locais.

Continua na 3.ª página

Continuação da 1.ª página

Ai por 1905 iniciou-se a construção do primeiro troço, Régua a Vila Real, e na sua construção andou empenhada a pequena locomotiva n.º 301 — a Micas como a denominavam — e que ainda hoje existe arrumada sob um alpendre, na estação de Duas Igrejas, mas que deveria há muito figurar num museu da especificidade, que infelizmente ainda não foi criado. Foi com esta pequena locomotiva que se construiram todas as vias estreitas do Estado, ou seja o Corgo, o Tâmega e o Sabor.

A inauguração do primeiro troço da linha do Corgo, até Vila Real, (foi inaugurado no dia 12 de Maio de 1906) e apesar de «chover a potes», como se lê na imprensa da época, o acontecimento foi saudado com delírio! Era a grande alavanca do progresso que chegava, enfim, à capital de Trás-os-Montes. Outros troços foram inaugurados depois, até Pedras Salgadas, até Vیدago, até Tâmega. Finalmente os comboios chegaram a Chaves em 21 de Julho de 1921.

Estes factos foram sempre aguardados com enorme interesse, e saudados com grande satisfação pública porque, na verdade, só o Caminho de Ferro seria capaz de servir cabalmente, pela rapidez e comodidade quanto a passageiros, e pelos preços moderados e em relação ao valor, das mercadorias transportadas. Em resumo: só o Caminho de Ferro é o que seria capaz de servir bem — e sempre serviu bem no passado, não há dúvida nenhuma. Os comboios eram confortáveis e assustados, e as viagens faziam-se com relativa rapidez, em relação à época, claro.

Mas um dia...

Em 11 de Maio de 1927, por motivos políticos apenas, como se tem provado exuberantemente, os Caminhos de Ferro foram arrendados à C.P., operação que com um Parlamento aberto nunca se faria, porque esta Empresa já nessa época era fortemente deficitária, quando os caminhos de ferro do Estado davam superavit (Vej exertos de artigos do Professor Oliveira Salazar na revista «Vida Mundial» de 31 de Julho deste ano, pág. 19) mas havia compromissos vários, interesses que não os nacionais, má vontade contra a Organização que já vinha de 1898 e que era boa, pois sempre dera óptimos resultados.

Os caminhos de ferro do Estado estavam sujeitos às regras da Contabilidade Pública, e ainda havia, para fiscalizar a arrecadação das receitas e os gastos do dinheiro, o Tribunal de Contas. Este sistema apertado de fiscalização talvez incomodasse aqueles que muito à pressa quizeram que as linhas do Estado passassem à C.P., quando, parece, uma operação inversa é que estaria indicada. Nos Caminhos de Ferro do Estado, havia certa liberdade porque os dirigentes eram poucos mas competentes e devotados à causa pública, mas havia em contrapartida, total Responsabilidade. Todos tinham que dar contas do que faziam — e do que deixavam de fazer.

Mas adiante: A C.P. mostrou logo má vontade contra as vias estreitas e foi por isso que no contrato de Arrendamento, se lhe permitia o subarrendamento de todas ou parte dessas linhas, com o acordo do Governo da Ditadura, claro. E esta operação fez-se pouco depois, dado que, já estava prevista pela C.P., a quem só convinham as linhas grandes colectoras do tráfego Nacional — as de grande rendimento.

Logo no dia 1 de Fevereiro de 1928 a Companhia Nacional toma conta das linhas do Corgo e do Sabor, e a linha do Vale do Tâmega é entregue à Companhia da Norte. Os ossos esburcados eram entregues a estas duas pequenas Empresas, e a parte do leão ficava para a magistral C.P.

No que toca à linha do Corgo porém, a Companhia Nacional esforçou-se sempre por bem servir. Honra lhe seja. Manteve os comboios que havia, e as velocidades eram satisfatórias para a época (3h — 12 Régua a Chaves); ninguém fazia reparos quanto à limpeza das estações e dos comboios, os funcionários da nova Empresa esforçavam-se em cativar o público, tudo corria pelo melhor, não há dúvida. Desta forma corriam as coisas, e assim o público não estranhou a passagem da linha, da Administração do Estado. E a Companhia Nacional tinha uma vida apertada, porque os rendimentos não eram por si fora, e as despesas eram certas. A Companhia Nacional era governada por quem sabia e tinha amor à ferrovia. Pouquissimos eram a mandar — mas sabiam mandar. E havia ordem e disciplina. O lema era para todos o mesmo — *bem servir*, e este princípio era ainda sempre observado, e ai de quem o não observasse...

Vem o dia 1 de Janeiro de 1947. Na C.P. concentra-se toda a rede ferroviária do País excepto a linha do Cais de Sodré e Cascais. A C.P. é obrigada a tomar conta, assim, de todas as vias estreitas de Portugal, precisamente daqueles que nunca pretendeu explorar. Aqui principiou o calvário das — da do Corgo e das restantes.

Como porém era obrigada a mantê-las, abandonou-as à própria sorte, e investindo nelas, apenas, o que era absolutamente indispensável (ilhouve uns fogachos de luz nas antigas linhas do Norte de Portugal quando foram adquiridas algumas automotoras Noah e Allan, e que se deveram à compreensão, tenacidade e grande competência de alguns engenheiros, entre os quais se salienta Lima Rego, grande ferroviário pela inteligência e pela devição à causa, e cujo nome embora pálidamente evocamos aqui, com muita saudade).

O material que já era bastante usado em 1947, foi-se gastando com roteamento constante, e mais do que isto, foi-se deteriorando com a falta de conservação a tempo e horas. Havia então, carruagens e vagões e locomotivas à espera de reparações pouco dispendiosas, mas que se não faziam por falta de cabimento finan-

ceiro disponível, segundo se dizia.

Diminui-se ao número dos comboios, diminui-se a velocidade deles, mas aumentou-se em contrapartida, o lixo nas carroagens e o desprezo pelo público. Nos olhos de toda a gente parecia que a C.P. o que desejava era desacreditar a linha do Corgo. Ninguém com responsabilidade perante a Nação, ou alto poder de mando, a visitava. Estava votada a um total abandono — e o público, claro, começava a abandoná-la também.

Os comboios que antigamente faziam o percurso Kóguac-Chaves em 3h-12, passaram a levar 5 horas com a C.P., e muitíssimas vezes atrasavam ainda, porque tais comboios eram forçados a fazer todo o serviço de mercadorias também, dado que, todos eram mistos, como ainda, aliás, hoje o são. Morosidade, abandono, despreendimento.

O Público criticava. Os jornais protestavam. Os organismos representativos solicitavam. Tudo em vão. A C.P. não melhorava os serviços, porém; preferia que se criassem carreiras de camionagem paralelas à via Ferrea, para que esta se afundasse mais depressa. Melhorar os serviços ferroviários, como lhe competia, isso é que não. A má vontade contra as vias estreitas por parte da C.P., é patente aos olhos de todos.

Com a morte de Mário de Figueiredo, nova administração ocupa a C.P. Acende-se um poucochinho a luz da esperança. Pode ser que, agora... — dizia-se. Confia-se no novo administrador Neto de Carvalho, mas a verdade é que, o tempo passa, e tudo corre na mesma, ou antes pior, porque o número de lugares de dirigentes aumenta consideravelmente de dia para dia. E como todos mandam e não estão preparados para isso, ninguém se entende nesta Companhia; tudo se vai corroendo, e a indisciplina atinge todos os sectores. No curso deste pandemónio, os mais astutos, que não os mais inteligentes nem os mais devotados, espreitam. Procuram firmar lugares que conquistaram por um bambúrrio, ou procuram conseguir outros, ainda mais superiores. E aquele triste sinal do salve-se quem puder... E entretanto a linha do Corgo, e outras, continua entregue à própria sorte.

Nós sabemos que na administração da Companhia e nos seus vários sectores de trabalho há muita gente competente e devotada à causa pública — pessoas capazes, digo bem, de ao Caminho de Ferro darem todo o seu saber, toda a sua inteligência, toda a sua boa vontade — mas que poderão fazer tais pessoas se na C.P. existem grandes toupeiras (esta é a dedução que se tira, daquilo que se vê) que tudo minam, para servir vaidades e prepotências, interesses particulares e não os do Caminho de Ferro, quando estes são os interesses nacionais, são os interesses da Grã?

Os défices aumentam de ano para ano, os empréstimos sucedem-se — e quem tudo afi-

nal tem de pagar, é o Estado, e o Estado somos nós todos, como é sabido.

Na C.P. caminha-se para o caos, assim; ninguém se entende e, como já disse, tudo foge ao controle da disciplina. As organizações, as reorganizações, as estruturações, as modificações, etc., etc., sucedem-se. Para que tudo isto se discuta, em frente de mesas redondas ou mesas rectangulares, criam-se serviços de métodos, de planificação, de avaliação de trabalho, de formação, de prospecção, etc.; mais engenheiros a dirigir tudo isto, e como estes já não chegam para tanta coisa junta, recorre-se ainda aos técnicos estrangeiros, franceses, alemães e agora espanhóis, para ver o que, cá dentro, se pode fazer. E os anos passam céleres, e pouco se vê feito, porque uns fazem e outros desfazem. Entretanto nos outros países, alguns dos quais sofreram os horrores da guerra, os caminhos de ferro são modelares. Veja-se por exemplo a França, a Itália, e até a própria Espanha.

A mola real para que tudo se faça, seja onde for, é o dinheiro. Mas a C.P. pouco se importa em conquistá-lo pelos meios que são devidos, isto é, procurando fazer receitas, pela venda das suas actividades, nos serviços comerciais da Companhia cada vez há mais gente a dar ordens, e contudo não se vai a terreiro procurar vender a produção, talvez por terem pouca e fraca para vendas.

O caso da linha do Corgo ilustra bem isto que aqui se regista.

Temos hoje, felizmente, à frente da governação pública, um esco de homens competentes e esclarecidos, e que pretendem orientar a Nação Portuguesa para o Caminho do Progresso e do convívio fraternal entre os povos. E não hão-de suas Excelências permitir que se feche a nossa gloriosa linha do Corgo, como pretendem muitos dirigentes da C.P., mas antes impõe a actualização da sua exploração, vencendo o atraso em que a deixaram cair, por má vontade, apenas.

A linha do Corgo é fundamental para o progresso económico e social do Distrito de Vila Real; com bons combóios, ela servirá condignamente as actividades da região, desenvolverá a promoção turística, fomentará a actividade industrial, criará melhores perspectivas à agricultura. Os transmontanos do passado criaram esta linha, e os transmontanos actuais querem-na conservar, melhorando sempre, o património que receberam do Passado.

A linha do Corgo é um valor regional muito grande, e foi concebida e construída por laços, por homens que sabiam bem o que eram e são ainda, os Caminhos de Ferro, para o progresso da Nação.

A exploração da linha satisfiz bem até 1947, ano em que a C.P. tomou conta de toda a rede ferroviária portuguesa. Daqui em diante os serviços não se mantiveram sequer, o que já seria retrocedor

considerando os progressos que se iam registando nos transportes, em geral, mas antes os serviços, pioraram cada vez mais. Acabaram, por exemplo, os combóios da noite até Vila Real, e o da madrugada de Vila Real; As marchas tornaram-se mais morosas e deixou de haver combóios desta e daquela categoria, para serem todos mistos. Fizeram-se modificações no material, tornando sofável o que antes era bom.

A eficiência diminuía, à medida que aumentava o lixo nas estações e nas carroagens.

Ora a linha do Corgo para ser bem explorada não precisa de muito, mas apenas de:

1) — Um combóio diário em cada sentido, misto, e que fará todo o serviço de mercadorias na linha. Estes combóios, que gastassem, sim, 5 horas e pouco, e seriam rebocados por locomotivas diesel, cujo combustível é económico e limpo.

2) — Ligações na itégua imediatas, aos combóios ascendentes de passageiros, por automotoras relativamente velozes e confortáveis. Tais veículos e nas estações de pequena importância, só parariam se houvesse passageiros a embarcar ou desembarcar ou outro qualquer serviço a realizar.

3) — Como Vila Pouca de Aguiar é o centro geográfico do Distrito, e o ponto que divide as bacias hidrográficas do Corgo e do Tâmega, daqui partiria uma automotora que levasse os estudantes para Chaves, e uma outra para Vila Real-Régua, para o mesmo fim. Estudar-se-iam os horários na própria região a servir, para a ida e para a volta.

4) — Dotar as agulhas das pequenas estações com um sistema de aferroamento capaz, de forma a que o encarregado não tenha de as guarnecer, desviando-o da estação precisamente no momento em que elas mais preciso é.

5) — Explorar a linha económica e capazmente. A frente dela um só funcionário, competente e esclarecido, com liberdade de acção e responsabilidades plenas, capaz de manter as boas relações entre o público e a Empresa concessionária da ferrovia.

(Comunicação apresentada no I Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real).

Notícias de Chaves

Caminhos de Ferro de via estreita

Bens regionais de valor, desaproveitados pela C. P.

Um destacado batalhador em prol da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro e que pela sua posição, muito pesa na capital e no Distrito de Vila Real, classificou um dia, num jornal de Lisboa, que a linha do Corgo era filha espúria da C. P.. Mas, nem só a linha do Corgo é filha bastarda, para a magestática C. P.. Bastardas são-no todas as restantes de igual bitola, e que por sinal se situam na Região Norte, e totalizam 753 quilómetros. Como se vê, é alguma coisa de importante, e que muito deveria pesar nas atenções de todos os que mandam nos Caminhos de Ferro, pois a via estreita é mais extensa do que a via larga nesta Região, visto que, esta, apenas totaliza 386 quilómetros.

Mas, então, filhas espúrias da C. P. todas as vias estreitas?

Tal e qual. Apenas um exemplo me permite apresentar: Ainda há semanas em Guimarães, assisti à chegada do comboio correio de Fafe. Que vergonha, meu Deus!

A composição era rebocada por uma locomotiva fabricada em 1905, e que por sinal fazia parte de uma série de dez, adquiridas pela Administração dos antigos Caminhos de Ferro do Estado, quando da abertura do primeiro troço da linha do Corgo, até Vila Real. A locomotiva seguia-se-lhe material de várias épocas, de vários tipos, e até de várias cores. Tudo muito sujo, e com uma marcha de cavalo cansado. Passageiros, um só, na 2.ª classe.

Senti-me ofendido, diminuído, abalado com o que presencava. Que pobreza franciscana, tudo aquilo! Que diferença entre este e os antigos comboios do Norte de Portugal, que eram magestosos, asseados, velozes, e que aliciavam assim, os passageiros, a utilizá-los!

Mas o caso da linha de Guimarães ou da do Corgo é igual ao das restantes vias da bitola de um metro. Tudo a cair de podre; não há quem, com poder bastante, venha examinar isto em pormenor, e decida

algo e para imediatamente, no sentido de que o descalabro continue já não temos ferroviários, mas tão-somente empregados que vivem da exploração dum corpo moribundo que são os nossos Caminhos de Ferro! Pois se há tempos, os bastantes funcionários superiores que se dirigiram do Porto a Braga inaugurar a nova variante de acesso à cidade foram de automóvel e não pelo Caminho de Ferro, como estaria aconselhado, e isto até, para ver melhor toda a linha, e consequentemente tudo o que seria necessário nela fazer! Este facto diz tudo e não adianta mais por uma questão de pudor profissional que ainda conservo.

Custa-me ver o descalabro a que chegaram as nossas vias estreitas, por falta de assistência, por falta de carinho, por abandono flagrante.

Se os Caminhos de Ferro não têm a protecção suficiente como têm absoluto direito, se eles são guerreados em cheio

Continua na 9.ª página

Caminhos de Ferro de via e

Continuação da 1.º página

camionagem, porque não terriam eles também, o seu inimigo? E os Caminhos de Ferro tem largas possibilidades para vencer, porque os combóios afinal, sempre têm

de se efectuar. Baixar certos preços, seria a meu ver o melhor remédio. Por exemplo: De Fafe para Guimarães ou para o Porto, quase que não se vendem bilhetes, e por isso, para estes percursos, como para outros que se estudassem, haveria

pregos de combate, de que resultassem receitas embora pequenas, mas que seriam superiores, já que agora se recolhem, que são nulas.

De Chaves, de Víago, de Vila Pouca e de Vila Real para a Régua e para o Porto e vice-

-versa, a mesma coisa de preços baixos se experimentaria. E tudo isto acompanhado da necessária publicidade, nos locais próprios. E melhorar a limpeza às carroagens, claro...

Mas este meu ponto de vista é uma maneira de ver, alicerçada no meu bem querer à ferrovia, pois verificam-se nestas, coisas espantosas, que bradam aos céus.

A C. P. explora uma via na qual só ela pontifica, e considera como concorrente à estrada, que é a outra via onde todos que a utilizam, nos espaços da sua jurisdição, são seus inimigos no negócio de transportar. Mas se a C. P. tem muito quem a guerreie, ela própria também a si se guerreia. Assim, a C. P. vai para a estrada, em viagens turísticas do Porto por exemplo, para a Golegã, Torres Novas, para Viseu, para Vila Real, e até para a Barca de Alva. Mas então, todos estes destinos não têm Caminho de Ferro para os servir, e depois lá, então, utilizar a camionagem para viagens complementares, mais pequenas, de penetração a locais onde não chegam os combóios? Isto é que seria lógico — e mais cômodo até.

A C. P. a fazer concorrência a si própria?! A dizer ao público que a estrada é melhor que o Caminho de Ferro, e para mais quando tal não é verdade! Isto é o descalabro, e desta forma aceita-se a concorrência a quem não sabe defender, sem sequer a honra nem os interesses do seu convento!

O nosso País dispõe de cerca de 3 800 quilómetros de via férrea, o que representa ser uma rede pequena, e de certo, com defeitos graves no seu traçado. A sua extensão é de 40 km por milhar de km² de superfície territorial, quando tais valores são na Suíça e na França 70 km, na Itália 54 e na Alemanha 121. Só a Grécia, na Europa, tem um índice inferior ao nosso pois é de 23. Quanto ao traçado mais importante, quase todo ele nos foi legado pelo século XIX, e os homens que o estudaram, apesar das suas imperfeições, sempre naturais, são criadores de todo o nosso respeito, da nossa mais elevada simpatia. Foram eles, que com golpes de audácia e de boa vontade, sem olharem a sacrifícios materiais ou financeiros, permitiram que Portugal tivesse hoje, uma razoável rede ferroviária, (como apontamento, direi que, de 1910 até 1926 foi a rede aumentada de 428 km, e depois deste ano até agora, com 381 km apenas).

Pois bem, os homens do passado construiram a rede, e os da actualidade pensam em reduzir a que herdaram. Nem ao menos a defendem, imprimindo-lhe os benefícios capazes de a aperfeiçoarem, tornando-a mais utilizável. As linhas da via estreita também são Caminhos de Ferro, e a C. P. tem o dever de as defender, porque o explorá-las convenientemente, é a razão da sua existência.

Melhor material, marchas mais apertadas um pouco (ao menos iguais às que se faziam antigamente), preços mais acessíveis, publicidade que corresponda às realidades, e à frente de cada linha ou grupo de linhas

Companhia Portuguesa das Aguas Salas (Vidago)

(S. A. R. L.)

Relatório e Contas da Gerência de 1970

Senhores Accionistas:

Conforme disposições legais e estatutárias, vimos apresentar à vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1970.

Como podereis verificar por aqueles documentos, o resultado da venda de águas manteve-se sensivelmente o mesmo; no entanto, houve uma acentuada baixa nas despesas, que permitiu que a conta de Lucros e Perdas se apresentasse com um saldo credor de 517 808\$48, para o qual propomos a seguinte aplicação:

| | |
|------------------------------|-------------|
| Conta Nova | 250 000\$00 |
| Fundo de Reserva Legal | 267 808\$48 |

A Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas queremos manifestar o nosso agradecimento pelo auxílio que sempre nos tem prestado, bem como ao digno Conselho Fiscal pela sua valiosa colaboração durante o ano.

Vidago, 1 de Março de 1971.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representações Lancal, S. A. R. L., rep. por:
Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida
(Conde de Caria)

António Maria Viana Carneiro Pacheco
Jodo António Teixeira de Sousa Serôdio
Bernardo Lancastre Mendes de Almeida

INVIMA — Imobiliária Viana Machado, S. A. R. L., rep. por:
Luis de Albuquerque Couto dos Santos

Balanço em 31 de Dezembro de 1970

| ACTIVO | PASSIVO |
|-----------------------------------|----------------|
| Débeitos Diversos | 42 343\$82 |
| Primas Gerais | 7 431\$10 |
| Capital, Incorporado | 1 629 520\$50 |
| Direitos | 1 500 000\$00 |
| Prémios | 1 833 778\$50 |
| Melhoramentos | 4 273 975\$55 |
| Participações Financeiras | 2 561 402\$00 |
| Reservas Estatutárias | 50 000\$00 |
| | 11 998 451\$77 |
| Credores Diversos | 762 449\$86 |
| Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas | 1 454 912\$25 |
| Reintegrações Acumuladas | 2 319 719\$86 |
| Capital | 2 500 000\$00 |
| Reserva Legal | 700 000\$00 |
| Reserva de Reavaliação | 3 693 561\$32 |
| Resultado do Exercício: | |
| Saldo de 1969 | 276 250\$14 |
| Resultado em 1970 | 241 558\$34 |
| Valores em Caução | 517 808\$48 |
| | 50 000\$00 |
| | 11 998 451\$77 |

Vidago, 1 de Março de 1971

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representações Lancal, S. A. R. L., rep. por:
Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida
(Conde de Caria)

António Maria Viana Carneiro Pacheco
Jodo António Teixeira de Sousa Serôdio

INVIMA — Imobiliária Viana Machado, S. A. R. L., rep. por:
Luis de Albuquerque Couto dos Santos

Demonstração da Conta «Resultado do Exercício»

| PROVEITOS | CUSTOS |
|---|---------------|
| Receitas Gerais | 27 636\$40 |
| Vendas de Águas | 3 717 217\$61 |
| Saldo de 1969 | 276 250\$14 |
| | 4 021 104\$15 |
| Custo das Águas | 2 209 013\$83 |
| Despesas dos Balaústrios e Fontes | 5 905\$56 |
| Assistência ao Pessoal | 68 103\$80 |
| Encargos Gerais e Financeiros | 166 694\$76 |
| Promoção de Vendas | 776 538\$50 |
| Contribuições e Impostos | 84 208\$00 |
| Reintegrações do Exercício | 192 836\$22 |
| | 3 503 295\$67 |
| Lucro | 517 808\$48 |

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Apreciados o Relatório da Administração, Balanço e Contas do Exercício de 1970, constatámos que os referidos documentos se achavam na devida conformidade, pelo que é nosso

PARECER

que os mesmos merecem a vossa aprovação.

Agradecemos as amáveis palavras com que fomos distinguidos no Relatório.

Vidago, 8 de Março de 1971.

O CONSELHO FISCAL

António Fontes Veiga de Faria
Carlos de Castilho dos Santos Sáua
Sociedade Comercial C. Santos, Lda, rep. por:

estreita

berdade plena, e que seja o responsável por tudo, quer perante o público, quer perante a própria C. P.

Diz a Companhia no seu último relatório, que «a situação financeira da Empresa agrava-se de modo inquietante», mas não me parece que a mesma Empresa se esforce em melhorar os serviços para conseguir maiores receitas, nem tão pouco reduzir despesas, no concernente a dirigentes, muitos dos quais, por falta de treino profissional, só têm feito asneiras que representam milhares de contos de prejuízo à Nação, como fossem por exemplo a modificação da engatagem do material da via estreita, a instalação do chamado serviço económico em vários troços da linha e que foi um autêntico fracasso; o levantamento de linhas de resguardo e de topo em várias estações, etc., etc., etc. Tudo isto seriam capítulos que desbobinados, dariam lugar a comentários muito azedos e que seriam sempre penosos de fazer...

Sei que o mal já vem de longe de muito longe até, mas na actualidade, ao querer estabelecer uma organização inteiramente nova, deita-se fora tanta coisa que apesar de velha, continua a ser válida, pois foi instituída por quem sabia do ofício e era devotado à profissão.

Se fosse possível levantar-se dos seus túmulos homens como foram Vasconcelos Correia, Ferreira de Mesquita, Lima Rego, Victor Duro Segurira, Vasconcelos Porto, Verissimo de Sá Correia e muitíssimos mais para ver o que por cá se passa nas linhas que muito amaram e muito bem serviram, morreriam novamente, mas de pavor, pelo que enxergavam.

Mas eu continuo a ter fé nos Caminhos de Ferro, apesar de tudo, porque eles são indispensáveis à vida da Nação. Posso dizer deles, até, como muitos dizem da Religião. Se esta, apesar dos maus tratos que muitos padres lhe dão resiste, é porque é necessária. Nos Caminhos de Ferro sucede outro tanto: eles resistirão porque absolutamente necessários, apesar dos maus tratos que sofreu por parte de muitos funcionários de vários níveis profissionais.

A. R. C.

(Do «Notícias do Douro»)

Acudamos à Linha do Vale do Corgo!

Mais uma vez os jornais se fizeram eco da ideia sinistra de fazer cessar os comboios de passageiros na linha férrea da Régua a Chaves.

O aviso tem sido lançado a público por várias vezes, a mordos de quem quer criar opinião pública, para boa recepção das maiores desgraças. Habitados a dolorosos traumatismos, mas confiantes nos nossos direitos, continuamos a clamar: Ainda há-de haver juízes em Berlim!

No último Verão, ficou toda a gente deveras surpreendida quando soube que a Companhia Portuguesa mandou realizar, na sua Linha do Vale do Corgo, seis comboios diários, em cada sentido, em vez dos três comboios, a que as populações regionais estavam tradicionalmente habituadas.

Sucederia assim porque a Companhia Portuguesa desejava servir melhor os seus utentes, facultando-lhes comboios às mais diversas horas, com maior velocidade e material mais confortável?

Ou seria antes uma forma astuciosa de provar que, à sua ânsia de bem servir, só correspondia o aumento dos seus clássicos défices?

Diremos nesta altura aquilo que há semanas aqui dizíamos, quando indagávamos a razão por que a estátua equestre de El-Rei D. João I, de Boa Memória, fora inaugurada em Lisboa... com um piquete de bombeiros «que os anjos nos respondam!...».

A supressão total de comboios em qualquer das nossas linhas ferreas, não vem sómente prejudicar as populações, por agravar as condições de transporte de pessoas e mercadorias. Seria também o sintoma mais alarmante do estado precário da nossa economia e particularmente do estado agónico em que, dia a dia, se vai precipitando a lavoura nacional.

Abolir o serviço de comboios nas nossas linhas periféricas equivale a restringir o movimento de passageiros e mercadorias nas linhas principais, o que se traduziria num aumento do tradicional e histórico défice da C. P.

E tudo isso para quê? Para alargar, intensificar e comprimir o já pletorico movimento das estradas, com o consequente e constante drama do sangue no asfalto, à mistura com muita dor, muita lágrima e muito luto.

E isto ainda não é nada.

Há poucos dias, o Sr. Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, em discurso público, afirmava mui judiciosamente que o movimento rodoviário, já hoje enorme, deveria duplicar em 1975 e triplicar em 1980. E acrescentou que se agravaram os problemas da conservação das estradas, e que, dia a dia, assumem maior relevância os problemas relativos à segurança dos transportes.

Já não há garagens para conter tantos veículos, nem ruas de cidades e vilas, onde possam descansar. Já não cabem nas faixas de rodagem, já

ocupam os passeios, já naufragam os direitos dos pobres peões. É um desafogo, que as autoridades não têm a coragem de coibir.

A tanto nos conduziu a vaidade dos homens e das mulheres, a suposta necessidade de nos mostrarmos mais elevados, a ânsia da gota de azeite que pretende subir pela torcida da candeia para se transformar em luz ou seja a *programação, a infraestrutura, o condicionamento e a reconversão na promoção social...*

Algumas pessoas precisam de carro automóvel para se

Continua na 3.ª página

Acudamos à Linha do Vale do Corgo!

Continuação da 1.ª página

transportarem diariamente, em trajectos que não oferecem transportes em comum. Muito maior todavia é o número de pessoas que possuem carro para mera ostentação, viciando o ar que respiramos, agravando o movimento das ruas, comprometendo a circulação dos peões, sobretudo a das crianças e dos velhos.

Tudo isto veio a propósito da sinistra ideia de a C. P. fazer trancar o movimento de algumas linhas férreas, à frente das quais estaria, ao que parece, a linha férrea do Vale do Corgo.

Mas, tal não poderá acontecer, apesar da criminosa indiferença que, perante tal atentado, têm patenteado os políticos, as câmaras e outros organismos da vitalidade regional.

Ainda há-de haver juízes em Berlim! continuamos a clamar, esperançados sempre nos homens de boa vontade, para que se não escancare um tão vultoso sintoma de retrocesso, de miséria e de vergonha.

Além de tudo o mais, e afora todos os argumentos que temos empregado para anular os funestos desígnios da C. P., de-

vemos ainda lembrar que a paralização de comboios no Vale do Corgo seria o maior ultraje à memória de tantos dos mais ilustres dos nossos antepassados, os quais, durante muitas décadas, puseram os seus maiores esforços, a sua influência, a sua tenacidade a favor da construção duma linha férrea de tão árduo e custoso traçado.

Quarenta e oito anos decorreram, desde 1874 até 1922, para que esta obra se projectasse e executasse, nela se consumindo o estudo, o trabalho, a paciência e a constância dos mais valorosos filhos da região e dos estadistas, que foram gerindo a pasta das Obras Públicas: Dr. Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Engenheiro Pereira dos Santos, António de Azevedo, Teixeira de Sousa, José Maria de Alpoim, Eduardo José Coelho, Eduardo Vilça, Malheiros Reimão, António Granjo. A paralização desta linha férrea é a maior afronta que se pode fazer àquela pleia de homens tão ilustres, que tanto se esforçaram por levar a cabo uma obra de alta envergadura.

Senhor Presidente do Conselho:

Senhor Ministro das Comunicações:

Senhora Imprensa Portuguesa:

Não permitais que se cometa um atentado, tão altamente lesivo dos sagrados direitos de trabalho da mais infeliz das nossas Províncias!

Não consintais que se patenteie, perante nacionais e estrangeiros, um sintoma tão alarmante do estado pré-agórico da nossa economia regional!

Não tolereis que um anátema tão vergonhoso e vexatório caia tão impiedosamente sobre os Caminhos de Ferro Portugueses, criados há 128 anos, e que ao nosso País, durante tanto tempo, vêm prestando os mais assinalados serviços, não sómente no transporte de passageiros, como no trânsito de mercadorias, valorizando a agricultura, o comércio e as indústrias.

Cedo ou tarde, todos têm de prestar contas dos seus actos!

Notícias de Chaves

A Linha do Vale do Corgo

A nossa linha de C. F. que, comunicando com a Régua, pode levar toda a população do distrito de Vila Real ao Porto, a Lisboa, etc., por preço de certo modo aceitável para as frácas disponibilidades de muitos passageiros, encontra-se seriamente ameaçada de desaparecimento, atentos os prejuízos que, no dizer da própria C. P., ela lhe acarreta.

Não sabemos bem como pode manter-se a C. P. com tão apregoadas e dilatadas sobre-cargas, mas sabemos com certeza que para o progresso económico de uma região, hoje muito debilitada, a manutenção dessa via férrea é absolutamente indispensável, sob pena de vermos sotogobrar tudo quanto constituiu título de glória de gerações:

- 1) — A edificação da linha;
- 2) — A satisfação de aspirações de um povo secularmente esquecido;
- 3) — A glória de uma política ou de uma tendência política, que só tinha em vista o progresso nacional;

4) — O desenvolvimento turístico (anira de qualquer apre-goada política turística) de uma região que, especialmente, foi fadada para bem receber e bem tratar.

O que está a passar-se demonstra premeditação num plano de desmembramento em vias de resolver-se. Como? Mentalizando primeiro. Destruindo depois. E como é possível que se cruzem os braços? Porque se supõe que ao Estado

não incumbe arcar com prejuízos quando se trata do interesse nacional e porque se faz admitir que outras soluções serão mais rentáveis, como se criar novas estruturas, adquirir custoso material sujeitar-se a tê-

de que não há mais processos de a fazer sair do marasmo a que a tiverem conduzido:

2) — Os particulares se mostrem incapazes de lhe prestar o apoio de que necessita, fazendo afluir às estações passageiros e mercadorias em quantidade suficiente para tornar a exploração mais rentável, por uma propaganda e uma política de atracção adequadas, entre que devemos mencionar o embelezamento das estações pelos painéis de azulejos e pelos jardins e mais comodidades e regalias.

Sabemos que o caminho de ferro, pelas suas inúmeras insuficiências e demoras, tem afastado os seus mais dedicados utentes e o facto levou a considerar a eliminação de despesas, como única medida salvadora, como se apertar as mãos à cabeça bastasse para salvar do afogamento. Mas sabemos que no combóio actualmente se perdem horas preciosas.

Continua na 3.ª página

A Linha do Vale do Corgo

Continuação da 1.ª página

sas e se realizarem viagens saboronas, porque a velocidade é ronzeira, os horários não servem a ninguém e as comodidades faltam.

Ora, não há dúvida de que quem paga tem direito a benefícios. E quem vem do estrangeiro não está disposto a suportar quanto uma determinada orientação não foi capaz de eliminar.

Mas para Vila Real o caminho de ferro, além de elevado e primário factor de desenvolvimento económico, é extraordinário elemento de desenvolvimento turístico e económico, e como tal merece ser acarinhado, como o foi pelas camadas republicanas que o levaram, em plena apoteose, até Chaves — a grande cidade termal dos Romanos e da actualidade.

* * *

O distrito já está muito pobre, pobríssimo. E mais ficará se, quem puder, não intervier no sentido de pôr termo às ideias que com o selo do interesse nacional, por cópia (como disse o prof. Vitorino Nemésio temos copiado muita coisa má e nem sempre copiamos o que é bom), lançarão no distrito vilarrealense a miséria maior e um maior apego à emigração. Adiantaremos que se o distrito já está muito debilitado, a perder a sua única via férrea ficará mais triste, mais enfraquecido, com uma via, que o honrou e desenvolveu, a apodrecer (como continua a apodrecer a ponte da Régua para Lamego) por falta de entusiasmo dos homens que não foram capazes de erguer mais alto os interesses fundamentais do distrito.

A camionagem e a estrada resolvem tudo? Quem o crê? Ninguém se pode convencer de que as empresas de camiona-

gem irão adquirir o material suficiente para satisfazer as necessidades do distrito, nas épocas de maior movimento (5 ou 6 meses), para estar imobilizado durante o resto do ano.

E o déficit constituirá efectivamente prejuízo se está em jogo a vida dum distrito. Pelo mesmo princípio, teríamos de encarar a sério os orçamentos da Educação e da Defesa, e, na verdade, ninguém pensou nem pode pensar nisso.

Porque, na realidade, o distrito, que inclui todo um conjunto de progressivas terras, como Vila Real, Vila Pouca, Pedras Salgadas, Vila Pouca e Chaves, não pode ficar à mercê de improvisações, que o arruinam. O interesse nacional — que é o do conjunto e não só das regiões próximas de Lisboa — impõe que os estudos sejam simplesmente eliminados e que de cima, lá do alto, alguém aponte o seu veto definitivo ao que não passa ainda de projectos. Estas terras do Norte também são Portugal, e óptimo será que nelas não penetre maior desânimo.

Em prol da Linha do Corgo

A terrível notícia do possível encerramento ao tráfego da linha do Vale do Corgo traz alarmada a população do distrito de Vila Real e, sobretudo, a dos concelhos nortenhos — Chaves, Montalegre e Valpaços. Representará na última análise, um tremendo golpe

Por
João de Monforte

na economia desta parcela quase despresada e heróica do Portugal de todas as eras. Não podemos acreditar que tal aconteça, porque ainda cremos na justiça dos homens. Mas temos a certeza de que se algum dia o comboio deixar de circular, como lagarta enorme a serpentejar pelas encostas das serras, com seu silvo estridente e seu penedo de fumo a dar vida aos campos por onde irrompe, as nossas terras ficarão mais pobres, o nosso distrito tornar-se-á mais triste.

Esteve em Vila Real o Secretário de Estado das Obras Públicas

O sr. Secretário de Estado das Obras Públicas esteve ontem em Vila Real, onde foi recebido pelo Chefe do Distrito, sr. eng. Espírito Santo e pelos presidentes das Câmaras Municipais do Distrito, seguindo-se uma reunião de trabalho com as mesmas entidades para tratar de assuntos ligados ao problema das instalações para o ensino primário.

A reunião, que terminou ao fim da tarde, assistiram diversos técnicos daquela Secretaria de Estado.

E a decantada história dos prejuízos não será absolutamente válida enquanto não se provar com os atrasos não são provocados por excesso, de mercadorias, que continuam a chegar aos seus destinos com demora de oito ou mais dias, a acontecendo mesmo que esta altura da sementeira das batatas os armazéns dos distribuidores de adubos vêem os seus estoques esgotados e não podem acudir às constantes e urgentes solicitações dos seus clientes. Não há pessoal para transbordo? Que se arranje ou que se prepare solução (mecanização ou uniformização de bitolas) para que os graves inconvenientes com que se depara hoje sejam eliminados com rapidez. Ainda estamos a pensar, às vezes com saudade, nas vantagens (embora não esqueçamos os inconvenientes) da existência de várias companhias de caminhos de ferro.

Os de cá do Marão precisam de ser ouvidos antes de qualquer trágica solução. São cidadãos de Portugal, pagam honestamente os seus tributos, lutam pela prosperidade nacional e, por consequência, não podem ficar à mercê de quem, desconhecendo os seus problemas e os seus mais caros títulos de glória, possa resolver do gabinete em fase da expressão frigidíssima dos números.

Estamos certos de que a clareividência do Senhor Professor Doutor Marcelo Caetano não consentirá que se vibre tão rude e profundo golpe na vida económica e espiritual do distrito. Como já se escreveu neste jornal, *ainda há-de existir juizes em Berlim!*

Notícias de Chaves

Sábado, 22 de Abril de 1972

Que sentença esperam as linhas do Corgo e Tua

Uma onda de salutar energia paira em Trás-os-Montes. Estamos certos que foi o I colóquio para o desenvolvimento do distrito de Vila Real que deu

uma machadada mestra no imobilismo paciente das populações, quer elas tomem parte na governação regional, quer sejam simples governados. Este surto de impaciente desejo de progresso, depressa se espalhou por toda a zona mais esquecida das atenções governamentais, lutando-se para um mesmo fim e com um desejo único, em toda a província transmontana.

Diz-se que a nossa província não tem grandes possibilidades de industrialização porque tem uma rede de estradas de montanha que alongam fatalmente as distâncias e dificultam o grande tráfego.

Claro que este argumento desespera o bairrismo destas gentes que tão pacientemente tem esperado a sua hora.

Se há necessidade de fixar as populações e a industrialização é um factor importante para o conseguir, parece que em lugar de apontarmos dificuldades, devemos encontrar soluções. Abram-se boas e largas estradas, corrijam-se os traçados das existentes e tudo poderá modificar-se.

Outro argumento tão escravo, e que só poderemos aceitar por infantilidade de quem o exprime, é de que Trás-os-Montes tem energia eléctrica a preço elevado.

Como o primeiro argumento,

Continua na 3.ª página

Que sentença esperam as linhas do Corgo e Tua

(22-4-1972) Página

Continuação da 1.ª página

este desgusta-nos e revoltá-nos. Se somos a província que produz mais energia, porque é que o Governo não põe cobro a uma situação tão perniciosa quanto escandalosa?

Pois se é necessário nacionalizar as concessões, que se faça. O que não será possível é continuar numa situação injusta que recai sobre esta região e para a qual as populações não contribuiram.

Somos dos mais esquecidos. Pouco ou quase nada temos a não ser promessas quando se aproximam as campanhas eleitorais.

Mas, ainda para cômulo, do pouquissimo que temos, nos pretendem expoliar.

Queremos referir-nos às linhas do caminho de ferro de via reduzida, Corgo, Tua e Sabor.

Realmente, sobre este assunto muito se tem escrito e ainda bem recentemente o Notícias do Douro de 8 de Abril, em artigo de fundo da autoria de A. R. C. aponta as causas técnicas da deficitária exploração. Que culpa terão as populações dos erros cometidos pela empresa exploradora que entregou às leis do abandono as linhas de via tão reduzida quanto a visão das suas mentalidades.

Nós não apoiamos a proteção às grandes empresas como a CP. Esta proteção e no que se refere à empresa em causa só tem redundado em prejuízo, para as populações, pois nem fazem, nem deixam fazer.

Numa altura em que na Assembleia Nacional tanto se discutiu a lei da defesa da concorrência, porque é que ela se não estende a todos os sectores e até em especial aos que são de maior interesse público?

No entanto, precisamente por defendermos a concorrência é que não desejaríamos ver extinguir os caminhos de ferro.

Sabemos como as empresas de camionagem têm lutado para acelerar a decisão que paira na vontade dos dirigentes da C. P.. Para já, a camionagem traz, em muitos casos, a sua vantagem. Mas uma vez extinta a concorrente, manter-se-ão tarifas e outras vantagens?

Quem pode garantir-las?

Somos portanto de opinião que o Estado deveria exigir que a C. P. infligisse às linhas de via reduzida o dinamismo e o cuidado que está pondo nas explorações de via larga.

Não parecerá mal que o Governo interfira na vida da Empresa, não só pelo interesse público dos seus serviços, mas até por ser frequente a colaboração do Estado, com verbas apreciáveis para minorar os prejuízos de exploração.

Estes porém, cheiram-nos a bolo baifento como é do material circulante que há 50 anos circula nas vias reduzidas. A Empresa, em vez de tentar minorar os prejuízos, tomando decisões que conduzam a uma melhoria que atraia o público, aumenta as composições sem que o afluxo de cargas e pas-

sageiros tenha aumentado. Que ilação se poderá tirar de uma decisão destas?

Aumentar as despesas de exploração, sem nenhum aumento de tráfego é nitidamente preparar números que convengam o Governo a aceitar a consumação dos seus desejos.

Parece incrível! Noutro país um caso destes poderia ser considerado um crime de lesa Pátria.

Muito recentemente o Grémio do Comércio de Vila Real, mais uma vez levantou uma campanha em que foram apoiados por todos os congêneres dos dois distritos, Vila Real e Bragança. O Grémio do Comércio de Chaves, expediu em 6 de corrente os seguintes telegramas:

Em 6-4-72

Senhor Presidente do Conselho — Lisboa

Exceléncia

Conscientes graves prejuízos economia transmontana com extinção linhas Corgo e Tua apelamos clarividência V. Ex." no sentido evitar cancelamento enquanto não forem garantidas eficientes comunicações com construção boa rede estradas.

Respeitosos cumprimentos

Direcção G. C. de Chaves

Em 6-4-72

Senhor Ministro Comunicações — Lisboa

Exceléncia

Enquanto mantivermos dificiente rede estradas província transmontana a extinção linhas caminho ferro Corgo e Tua trará consequências desastrosas economia mais abandonada província portuguesa.

Grémio Comércio Chaves consciente desastre apela espírito compreensão sentido não deteriorar ainda mais economia populações tão sacrificadas e sofredoras.

Respeitosos cumprimentos
Direcção G. C. de Chaves

Pois se a empresa insistir no abandono da exploração das linhas de via reduzida, que o Estado pense na nacionalização dos Caminhos de ferro, modernizando-os e verão se eles são ou não rendíveis.

Continuamos certos de que, não obstante os esforços da C. P., os nossos governantes que tanto apoiam a livre concorrência, não deixarão que ela seja anulada por simples decisão dumha empresa que tanto tem sido protegida pelo Estado e que pensem cada vez mais no modo de atenuar as dificuldades do povo transmontano, impondo-se a todas as decisões que possam empobreçê-lo ainda mais.

Que Deus ilumine os nossos governantes, é a prece diária dum povo que está exausto de sofrer e que parece acordar

agora dum longo e letárgico sono.

Os transmontanos, querem finalmente atenuar o desnível que os separa de outras regiões, mas só, serão impotentes e só um grande apoio estadual poderá ajudá-los a sair dum inegável sub-desenvolvimento.

Consentir que cancellem as explorações das vias reduzidas será realmente, pelo menos por agora, transformar-nos em habitantes dumha ilha desértica.

H. C. L.

N. R.:

Já depois de escrito o artigo que acima se publica soube-se pela imprensa diária que a C. P., invocando a falta de rentabilidade, pediu ao Governo a extinção das linhas do Corgo e do Tua.

Lamentando profundamente a indesejável atitude da C. P., resta-nos esperar que o Governo não consinta tamanho crime contra as tão necessitadas populações de Trás-os-Montes.

SEXTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 1978

LINHA DO CORGO

24 de Setembro de 1976

Técnicos dos Caminhos de Ferro visitam Chaves

No dia 17 do corrente pelas 13.30 horas esteve nesta cidade uma equipa de Técnicos dos Caminhos de Ferro.

Esta equipa veio com o propósito de observar o comportamento do material na via tendo em vista a aquisição de novo material circulante.

Esta equipa veio com o propósito da Alsthom, firma francesa construtora de locomotivas.

Esperamos que os seus estudos contribuam para um melhor serviço da C.P. jnto de nós.

Grande reparação, já que as novas que para aqui se destinavam foram para essa linha, segundo informações de um funcionário superior da C.P., dado que as locomotivas estão dentro do prazo de garantia e precisavam de estar mais perto do Porto, para os técnicos estrangeiros que lhe prestam assistência de garantia fazerem a menor despesa possível e mais fácil contacto com esse material.

Para assinalar este melhoramento na viagem inaugural participaram o Director Geral dos Transportes Terrestres, eng. Carmelo Aires com representação do Secretário de Estado, que por motivo de força maior não pode estar presente; o Presidente do Conselho de Gestão da C.P.; eng. Amílcar Mirques; o Governador Civil, dr. António Botelho, os Presidentes das Câmaras Municipais da Régua, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, Comandante do Batalhão de Infantaria de Chaves, Comandantes da G.N.R. e P.S.P. distritais e do Concelho, um grupo de técnicos e funcionários superiores da C.P. e outros convidados.

Nesta cidade decorreu um almoço de convívio oferecido pela C.P. em que usou da palavra em primeiro lugar o presidente da Comissão de Gestão da C.P. que salientou o esforço que a empresa está a desenvolver no sentido de melhorar o equipamento rodante e a qualidade de serviços, tanto de passageiros como de mercadorias. Salientou ainda que dentro de 4 meses serão praticamente eliminadas as máquinas a vapor na linha do Corgo.

O percurso deverá ser feito com dois comboios directos, parando ape-

Continua na 2.ª página.

nos principais troços de 1897 iniciaram-se os estudos para a Linha férrea do Corgo, tendo o 1.º troço de Régua a Vila Real (26 km) sido inaugurado em 12 de Maio de 1906. O 2.º troço Vila Real - Pedras Salgadas foi atingido no ano seguinte, depois em 20 de Março de 1910 atingiu Vidago e só depois quando o Presidente da Missão de Segurança Ilustre conterráneo dr. António Granjo em 29 de Agosto de 1921 é que a linha chega a esta cidade.

São 97 quilómetros de via escura desde Régua a Chaves em que, só agora a C.P., a partir do último domingo, passa em funcionamento as máquinas a diesel; máquinas essas que vieram da linha da Póvoa, depois de terem sofrido uma

Linha do Corgo

Continuação da 1.ª página
nas nas principais estações (Vidago, Pedras Salgadas, Vila Pouca e Vila Real) dando assim uma economia de tempo de 45 minutos, na viagem Chaves - Régua ou vice-versa. Outros comboios (4) servirão todos as estações do percurso.

O presidente do Conselho de Gestão, disse que as atenções da C.P. se viram também para as automotoras, devendo uma entrar em experiência no próximo verão, prevendo-se o seu funcionamento em pleno, em 1979.

Usaram da palavra ainda o Direc-

tor Geral dos Transportes Terrestres e o Governador Civil do Distrito que apelou para que o Governo olhe um pouco mais para esta região.

recordações de infância

A VINDA DO CAMINHO DE FERRO PARA CHAVES

O ramal de caminho de ferro do Vale do Corgo, que liga Chaves à Régua parece estar agonizante, assim como outros de via estreita que ligam com a linha do Douro, sendo a degradação daquelas vias cada vez mais acentuada, concorrendo para isso as empresas de camionagem diária.

É nosso propósito, porém, não comentar o declínio de tão importante e popular meio de transporte; antes recordar o advento e a vinda do comboio para Chaves há cerca de 60 anos.

Durante muitos anos esteve a cidade — aquela tempo ainda vila —, à espera que a via férrea fosse prolongada desde o Vidago até ao seu actual terminus, aqui situado.

Quem tivesse de empreender uma longa viagem por comboio, haveria de ir na mala-posta spanhá-lo no Vidago, visto ser aquela a transporte mais utilizado; só mais tarde apareceu a camioneta do Almada a fazer-lhe concorrência. A mala-posta levava também o correio.

O ponto de partida era do Largo do Arrabalde, junto da casa Montazinho, que servia de escritório empresarial, à esquina da Rua que conduz ao Tabuleiro. Também era nesse local que normalmente comparecia muita gente para assistir à chegada do correio e dos passageiros vindos de longe, por quanto havia muitos flavienses ausentes no Brasil, e lutando em África ou em França. Era tempo de guerra e aguardavam-se notícias e quem delas fosse seu portador.

A chegada da mala-posta era anunciada pelo estridente toque de corneta quando o cocheiro entrava no bairro da Madalena, e pela ponte dentro até chegar ao Arrabalde.

Considerando que todo este sistema era obsoleto, cheio de inconvenientes, utigia traçar o comboio quanto antes para Chaves, cuja construção já vinha prosseguindo, trazendo a linha até Curralhe, onde em 1919 teve lugar a inauguração do serviço de passageiros além da ponte sobre o Tâmega, na margem esquerda, até à conclusão da estação do Tâmega.

Esta estação funcionou como terminal enquanto não se concluiu o troço dalli até Chaves, donde o ramal terminou com a entrada da estação ao serviço passado quase anos após a chegada a Curralhe.

Os últimos 200 metros d'após que Chaves está servida pelo caminho de ferro, tendo nôs assistido como aluno da primeira classe da instrução primária ao acto festivo de inauguração dos trabalhos para a sua construção no lugar onde ficou a estação que se denominava Quinta da Rola, então

propriedade do Sr. Dr. Nicolau Mesquita.

O dia do acto festivo em que foi dado o primeiro golpe de picareta para a abertura da linha foi um acontecimento que alegrou toda a gente da terra, como é fácil de calcular: as crianças das escolas foram conduzidas pelos professores, estando presentes autoridades e as pessoas «grandes» da terra. Houve música e foguetes, como não podia deixar de haver nessa circunstância, só o que mediou um largo espaço de dez anos entre esse acto inaugural da construção e o da entrada da estação de Chaves ao serviço, este em 1923 quando já nos havíamos ausentado definitivamente da vila, que em 1927 recebeu o foral de cidade.

Com a vinda do comboio e o desenvolvimento dos transportes motorizados começou o declínio dos transportes de troço animal: a mala-posta acabou; acabou a diligência do Sr. Santiago para Verin, bem como os transportes do «Cascais» e da Tia Rosaria, do Calvão.

Esta última tinha a sua base de operações no Terreiro de Cavalaria, servindo Boticas e Montalegre, enquanto o primeiro tinha na Travessa do Rio as suas instalações.

Finalmente recordemos que a falta do comboio em Chaves obrigaava muita gente a ir a pé — calcante para o Vidago, sobretudo os militares que antes eram obrigados a seguir «por via ordinária» até alcançarem o transporte por via férrea.

Assim sucedeu quando o Regimento de Infantaria 19 mobilizou dois batalhões para irem participar na 1.ª Grande Guerra, indo um para África em 1915, e outro para França em 1917, os quais foram desde Chaves acompanhados até ao Vidago por largas centenas de familiares e conterrâneos para ali efectuarem as despedidas dos expedicionários gastando toda a noite no percurso em que também participaram apesar da nossa pouca idade.

Formulamos os melhores votos para que o arranjo de comboios entre Chaves — Régua, vice-versa, se mantenha, introduzindo-lhe os melhoramentos de que está tão carecido para bem servir o público que, devido à galopante deterioração, deles anda tão arredio.

JOAQUIM MORAIS



Página 4 — 8-8-1986

COMBOIO CHOCOU COM UM TRACTOR NA LINHA DO CORGO

Um comboio de passageiros, que fazia o percurso Chaves — Vila Real — Régua, na Linha do Corgo, chocou violentamente com um tractor, que atravessava a via férrea, numa passagem, de nível sem guarda, situada na zona de Vilarinho e Vilela do Tâmega.

O condutor do tractor, que trazia consigo um atrelado de areia, do Rio Tâmega, não terá tomado as providências devidas na passagem de nível, pelo que o choque foi inevitável. Felizmente, a composição apanhou em cheio o atrelado, o que valeu para que não tivesse havido danos pessoais. Por outro lado, a velocidade reduzida a que o comboio circulava evitou que tivesse havido descarrilamento, não passando, afinal, o acidente de um valente susto para os passageiros, para além de uma mão cheia de contrariedades.

Com efeito, os passageiros tiveram de esperar, no local, mais de duas horas, por um outro comboio que foi de Vila Real para efectuar o transbordo.

RELEMBRANDO...

Enviada pelo nosso amigo Engº Montalvão Machado, publicamos mais uma alegria sobre a história, que liga a nossa cidade aos caminhos de Ferro, através de uma exposição endereçada há 72 anos, aos responsáveis da capital:

Excelentíssimo Senhor
Ministro do Comércio,

Lisboa:

Os abaixo assinados, por si e pela quasi totalidade dos povos deste concelho de Chaves e com o aplauso dos de Valpassos e Vinalhais, veem muita respeitosamente solicitar a atenção de Vossa Exceléncia para um assunto que reputam de altíssima importância. Se o não fôr, certo não ouviriam vir Importunar Vossa Exceléncia numa ocasião como esta, em que todos os momentos lhe hão-de ser preciosíssimos para o estudo e resolução dos muitos e complexos assuntos que correrão por essa importantíssima pasta.

Trata-se da construção do último troço — compreendido entre Moure e Chaves — do Caminho de Ferro do Vale do Gorgo e já por causa dele, os povos deste concelho se dirigiram por diversas vezes aos poderes públicos.

Sabe Vossa Exceléncia, Senhor Ministro, muito bem que a construção do Caminho de Ferro da Regoa a Chaves — há trinta anos estudado e em exploração até Vila Real desde 1906 — é uma das mais caras e legítimas aspirações deste concelho. Pelo traçado primitivo, a linha segue até ao terminus sempre pela margem esquerda do Tamega, por ser esta a única solução imposta tanto pelo critério dos técnicos como pelos interesses gerais da região, em perfeita harmonia com os do Estado.

Interesses, porém, doutra ordem, e aos quais uma política austera e nobre sem dúvida se teria mantida estranha, determinaram o estudo dum variante pela margem direita nesta última parte. Da sua adopção resultaria o seguinte:

1º - Ficar este troço aumentado de dois quilómetros até à vila e o consequente encarecimento deste precurso;

2º - A construção de duas pontes, uma a juzante de Chaves e outra, quando se prolongasse a linha até à fronteira, a montante, obras que o douto Conselho Superior de Obras Públicas e Minas computou, em 1915, em 28 contos, mas que, pela sua subida fantástica do preço do ferro operada de então para cá, teremos de calcular no dobro pelo menos. Estas e outras obras de arte, assim como inúmeras tincheiras e terraplenos em terreno accidentadíssimo, aumentariam em muitos milhares de escudos o preço da construção;

3º - Ficar a estação terminus da linha na parte mais infeliz da vila, sem a mínima possibilidade de futuro desenvolvimento, tendo em vista se dois cemitérios, o picadeiro de Cavalaria 6 e uma enfermaria de solípedes do mesmo Regimento

Sem dúvida que seria lícito pugnar pela adopção desta variante, embora dispendiosíssima e de difícil execução, se dai resultassem benefícios apreciaveis, de ordem geral, para os povos que esta linha se destina servir. Mas quando se verifica que, das quarenta e quatro freguesias que formam o concelho de Chaves, estão situadas na margem esquerda trinta e uma, com cento e sete povoações, sendo as treze da margem direita as menos produtivas de todo o concelho; quando vemos que das oito estradas que de toda a região concorrem à vila, só duas nela se ingressam pela margem direita; quando, finalmente, repararmos que a variante apenas vai beneficiar as freguesias de Vale de Anta e Outeiro Séco, em detrimento das outras, causa na verdade espanto que haja quem se empenhe em ver adoptado semelhante absurdo!

A memória descritiva desta variante, que tem a data de 25 de Abril de 1910 e apresenta sinais evidentes de obra encomendada (como seja, por exemplo, o desdém com que os autores aludem à densidade superior de população na margem esquerda, factor importantíssimo que muitas vezes decisivo na resolução de questões desta natureza) confessa, não obstante, que, sob alguns aspectos, é superior a este o projecto pela margem esquerda, notando também que uma circunstância a influir na decisão final será o ponto de ligação na fronteira com a linha espanhola que virá de Orense, assunto sobre o qual os dois Governos se não haviam ainda pronunciado.

O Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado nobremente recusou o seu voto a este projecto *encomendado*, largamente fundamentando a sua decisão no ofício com que o remeteu, mais dum ano depois, isto é, em 3 de Junho de 1911, ao Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, possivelmente quando dal foi pedido, fazendo já parte daquele alto corpo consultivo um dos autores do mesmo projecto... Nesse ofício se fala também no ponto de junção das duas linhas e que muito há-de concorrer para a resolução do assunto.

Para escolher esse ponto de junção, o Governo Provisional da República, pelo Ministério do Fomento, à frente do qual então se achava o Sra. Dr. Brito Camacho, nomeou uma comissão de engenheiros que, com os técnicos espanhóis, logo iniciaram os seus trabalhos. Por essa ocasião afirmou aquele ilustre homem público, com a isenção que sempre o distinguiu na gerência da sua pasta, que, no traçado da linha, só atenderia ao voto dos técnicos e interesses do país.

Entretanto, já em Outubro de 1909 os habitantes do concelho de

Chaves, conhecedores da trama da variante, cujos estudos ninguém sabia por que bulus haviam sido ordenadas, numa representação, coberta por mais de duas mil assinaturas, reclamava a adopção do primitivo traçado em nome dos superiores interesses do Estado e do concelho: Anteriormente mesmo a Câmara Municipal havia solicitado a construção da avenida de serviço para a estação, localizada na margem esquerda pelo projecto que toda a gente supunha definitivo.

Em 1913 a Comissão Internacional para a determinação do ponto de ligação na fronteira apresentava o resultado dos seus trabalhos o qual mereceu a aprovação de ambos os Governos. Este facto levou o Conselho da Administração dos Caminhos de Ferro do Estado a ordenar novo estudo, até àquele ponto, de dois traçados — um pela margem direita e outro pela esquerda.

com as comunicações interrompidas.

Com este projecto definitivo se conformou unanimemente o Conselho de Administração, fazendo-o seguir para o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.

Mas não se conformou a pequena minoria flaviense que tercia armas pelo aleijão da variante, e reagiu, oferecendo à política tudo o que em influencia lhe podia dar e... prometendo o resto... uma vez que, em troca, o Estado lhe desse o que já honestamente lhe era vedado dar.

Quando a questão subiu à decisão ministerial, geria a pasta do Fomento o Sra. José Nunes da Ponte e ele decidiu-a por despacho de 17 de Abril de 1915 ordenando a construção do último troço pela margem esquerda.

Quem conhece aquele austero e velho republicano, protótipo da

concelho, estranhas e superiores a facções políticas, dizem porque acham tal determinação ministerial — em que ainda não acreditam — um erro, um crime e talvez ainda pedir isso: uma coisa desonesta, e pedem que o boato seja desmentido.

Mas a coisa era certa: a mons-truositade havia-se consumado!

Tinha-se ido desenterrado a celebre variante de 1910, estudada quando ainda não estava escolhido o ponto de ligação na fronteira, e, por despacho de 10 de Junho de 1915, aprovou-se um Parecer dado quatro anos antes por um Conselho de que fizera parte, como já dissemos, um dos autores da mesma variante, desprezando assim o voto contrário do Conselho de então, que à sociedade mostrara no Parecer sobre o traçado pela margem esquerda os motivos que condamnavam aquela.

Quasi febrilmente, ultimaram-se os processos e, enfim, só podemos acrescentar que, há cerca dum ano, estão os trabalhos paralizados, porque o empreiteiro os abandonou.

Exposta assim, em traços singelos, a questão desde o inicio, resta-nos agora dizer o que queremos e em breves palavras o vamos fazer:

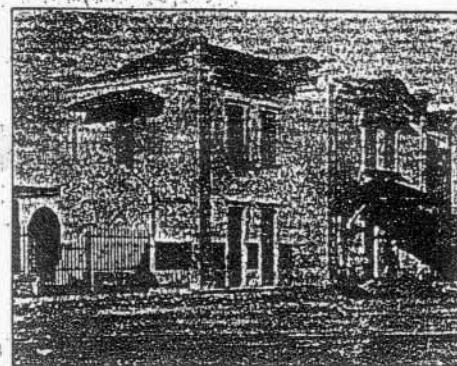
Queremos, e assim o pedimos, que a Justiça e o Direito sejam restabelecidos; queremos ver reparadas as ofensas feitas aos legítimos interesses dos povos e do Estado. É sempre tempo para reparações e, neste caso, é-o sem grandes dificuldades. Queremos que se alguém no futuro procurar ao longo deste tão ansioso melhoramento sinal de compadrio triste, a denegrir o regime, só encontre vestígios apagados e mortos; mas que veja, em abençoada e fecunda actividade, alguma coisa, testemunhando que o triunfo verdadeiro e perdurable coube ao voto esclarecido da ciência incorruptível, sancionado por Estadistas que, antes de tudo, curaram deixar memória honrada de si e das instituições políticas que serviram.

Afirmamos os técnicos que, apesar das somas gastos, o que haveria ainda a disperder até à conclusão daquele monumento da revivescência de antigos processos governativos, seria mais que suficiente para a conclusão da linha pela margem esquerda que, não exigindo pontes nem viadutos nem gênero algum de obras de arte dispendiosas, se levaria a efeito em poucos meses, podendo, talvez, já ser aberta à exploração na próxima época terminal.

Sem dúvida que um acto destes requer energia; mas sabem muito bem os sinátarios que ela não falece em Vossa Exceléncia, que em circunstâncias tão difíceis não hesitou arrostar com as responsabilidades que nesta hora pesam sobre os homens do Governo. E é essa mesmo a nossa melhor garantia.

Por isso os sinátarios, muito confiada e respeitosamente

Pedem a Vossa Exceléncia que, ponderadas as razões exportas, se administrativas do



Daí resultou o projecto com data de 18 de Março de 1915, que a Direcção do Minho e Douro recomendou áquele conselho e que é pela margem esquerda. Na comunicação que o acompanha o ilustre Director do Minho e Douro mostra o nenhum valor dos argumentos produzidos na memoria da variante *encomendada* contra a construção da linha pela margem esquerda e do mesmo passo apresentando os motivos de ordem técnica e regional que impunham a adopção deste traçado.

Como toda a gente sabe, o grande argumento dos direitistas, e o único que, na verdade, se veste dum certa apariência de justiça, é o da submersibilidade, pelo traçado esquerdo, duma parte da linha, na hipótese de cheias fenomenais como as de 1909 que completamente inundaram a linha do Norte nas partes que marginam o Tejo e noutras, que inundaram Paris... etc.

Pois o ilustre relator reduz esse argumento a nada, informando que no seu projecto a cota de nível da linha fica 1m,50 acima da cota atingida por aquela cheia. Quanto à possibilidade de ficarem os habitantes da vila isolados da estação em ocasiões como essa, observa o distinto engenheiro que esse argumento mais depõe ainda contra a estação na margem direita, pois, para o caminho de ferro, muito mal valer que Chaves as numerosas povoações da margem esquerda, as quais, em tal caso, é que ficariam

honestidade intransigente, sabe bem que seria uma impossibilidade absoluta arrancar-lhe um despacho em que a justiça fosse ainda que só de leve besladica.

Mas o movimento de 14 de Maio, privando o Estado dos serviços do velho e honestíssimo político, teve como consequência imediata a suspensão do seu despacho. Praticou esse acto o Sra. Dr. Manoel Monteiro que o movimento revolucionário levou áquele ministerio

Olhado embora com desgosto, porque significava a protelação do assunto, este acto explicava-se pelo desejo honesto que o novo titular assim manifestava de se inteirar da justiça do assédio que logo lhe foi feito. Passado, porém, pouco tempo espalha-se na vila que o Governo havia ordenado o prosseguimento da construção pela margem direita.

Quando os rumores vagos desta monstruosidade aqui chegaram, acentuando-se mais e mais, a impressão de pavor e mágoa não é para se descrever.

Em 24 de Setembro de 1915 sobe ao Ministro de Fomento uma representação dos habitantes do concelho, com mais quatro mil assinaturas e outra em 28 de mês seguinte, subscrita por trinta e uma Juntas de Paróquia das quarenta e quatro que constituem o concelho, mostrando essa impressão. Nelas, com aquela energia que não destrói o respeito devido aos altos Poderes do Estado, os povos e as corporações administrativas do

CARTAS AO DIRECTOR

A Linha-do-Corgo em estado de coma

Sr. Director:

Longe vai já o dia em que, pela primeira vez, tomei o comboio da Linha-do-Corgo.

Não esqueço o medo que me apreia o peito, ao vê-lo a descer, ao a desengozar-se, os precipícios e ravinas que antecedem a liga. Que vertigens, ao ver-me poleirado, no alto dos tabuleiros, Belfel, na junção com o Dourb, e, no topo do abismo, lavadeiras minúsculas muito diligentes!

Lembra-me ainda, das vezes em que as mesmas carruagens, sempre a chocar e sugilhas da lama negra do carvão, traziam, que leva, a passo de bôl velho, iadeiras que levam a Vila Real, via engraçados que desclaram, por sota, a encher a abada, de uvas negras e toca, aí vêm eles em corrida terra, até apanharem os rincelhos negros.

Apeadeiro com alta obrigatoriedade é muito apreciada, era a dos flancos brancos a Vilarinho da Samardã. A malta assada pela caleira e acre do fumo, descia de escâncano e refrescar-se em Nascente Iguassim que jorrava ali perto.

Divisavam-se dali, as flores das flores do Alvão e, ao fundo, a bonita aldeia de Camilo entre quintais verdes e jardins em socalcos.

E vinha-nos logo à mente: — "Eu conheço a Samardã, desde os meus 11 anos..."

Que sabor delicioso é daquela lata! Era, para os meus verdes olhos, autêntico "ex-libris" da obra-prima e desditoso pluri-mito que não eu havia de admirar, se bem que sem muito ler ou poder ler.

E a caranguejola retomava o "tacca-tranca" das suas sacudidas e pinotes, Vale-do-Corgo em baixa.

Foi por aquelas zonas que eu vi pela primeira vez, Capas-Negras ambrões. Eram para mim como zonas exóticas, raros, de muita admiração. — "Casta de felizardos" — meditava com os meus botões.

Altanira e faceirosa, a tal casta de noutras esferas. Não passava só a ninguém. Entrelinha-se, às vezes em comentários do tipo seguinte, quando adregava de a Pisco a cair alta:

— "Olha que bonito, pá!" Eram as cerejeiras e as macieiras em flor, duas vacas, o burro e uma cabra a caminho do lameiro e uma moça lá atrás.

Transpiravam IMPRESSIONISMO os letreados moços.

— "Olha que bonito, pá! Digno do pincel de Malhoa ou de pena de Miguel Torga, não, pá?"

— "De facto, pá! Eu tenho-te lá umas folhas redigidas, pá, e vou publicá-las esta Páscoa, lá no jornal da vila, pá!"

Estas palavras enchiham-me a alma de plenitude e confusão. Sentei-me ali, pigmeu de tanga ao pé de Homeros engrinaldado de louros.

E aquela garnacha a esvoagar e

aquele donaire de gestos e de movimentos...

— "Ah! Este é escritor! Grande sabedoria deve ele já possuir" — dizia eu no meu aniquilamento interior. Parece que sentia terra a engolir a minha pequenez.

Era, outrrossim, a primeira vez que ouvia o nome de Miguel Torga.

— "Que Deus ou que ídolo será esse personagem?"

De Malhoa, niquelos. Para mais, ao escritor, trazia-lhe o nome conotações de realismo verdenço a julgar pelos sorrisos melo-maraus que os ditos esboçavam.

Ao passar pelas povoações de mais nomeada, lá descia um que outro, capa esvoçando, com rasgo e elegância, passinho lépido, malinha preta na mão, ao encontro do papá, muito bem apessado, calva lustrosa ou guedelhas à poeta, ar genteias, perfumadas, veneráveis, mas das mãos, adoráveis príncipes, em Primavera de vestias.

Vinham ali, esperar o mano que segue Leis em Coimbra...

— "Aquila devem ser Doutores ou coisa que o valha" — continuava eu em grande admiração e enlevo. Ah! se há felicidade neste mundo, deve ser aquilo..."

Mais tarde, havia de saber que, destes lindos meninos eram agiotas e vigaristas uns; cretinos e ladrões desaforados outros — tudo casta de "gangueiros" encartados a coberto da Lei. Acertos desses monstros, vilões eu, nos colmillos insaciáveis de rapina, farrapos ainda ensanguentados de pele das vítimas que, sadicamente torturavam e atassavam com a elegância feroz de retórica torrencial e solismos, nas alforjas desses magestosos e vastos templos modernos ostentando "DOMUS JUSTICIAE" do frontespício.

E o "ranca-tranca" retomando a marcha, só a altas horas da noite me permitia entrar no meu eido onde pendia a enxada de roçar mato e limpar os regos ao lameiro e onde, mesmo assim, eu me dava ares de já "não conhecer o engano".

Também aconteceu certo dia em que o comboio fumegava e resfogava, qual condenado da nicotina, sair-lhe à perna, depois da chata e embrenhada volta de Loivos, um moço em bicicleta, a caminho de Vila Pouca.

Corria já a fama dos prémios que o rapaz abarbatava nas corridas dos Santos de Chaves.

Ahi diabo, que momento de entusiasmo louco! Toda a gente à janela de goelas abertas e pulmões ao pé dos dentes: — "Vai, pá! Força! Avança, pá! Dá-lhe mais, pá! Anda lá!"

E o moço, de pedalada firme e lesta, vira-que-vira, torcendo-se na estrada de terra batida e estreitada, dava senhas, a tal incitamento, de querer despiques com o arrastão.

Deu o duelo comentários para o

resto da viagem: "corre mais que um comboio o ladrão do moço Valente dianho, que outra tal..."

Mais tarde, descontinei lá fora as faldas do Alvão, movimento insólito: máquinas pesadas, picaretas, calceteiros... sopro de renovação que se estendia a todo o País.

— "Isto vai dar que ver" — ouvi carta ocasião, ao Síndico Cabane-

bagagens para ao pé de velhas e desconfortáveis carruagens que, lá, adiante, designavam a Linha-do-Corgo.

Fui-me depois, a inculcas.

— "A primeira automotora do Corgo sai às 6 da manhã. Antes não há nada. Carreiras? Oh! Eu quero lá saber disso... Espere, se quiser. Se não quiser, vá a pé..."

Laconismo eloquente e do nosso funcionalismo.

Cá fora, na madrugada suja e orvalhada dormiam Carreiras com destinos vários. Pude pôr-me ao facto de que a primeira Carreira do Corgo era às 10 horas.

O meu cálculo não me parecia desassizado: entre a automotora das 6 e a carreira das 10, medeiam

trreio. Conversas sem mais desesperar sobre o tempo e os estragos da última saraivada de granizo.

Vejo-me, finalmente, nos flancos incendiados e agressivamente penascosos da Samardã. Aperta a canícula. Aqui, além, dois ou três compinchas de fato dominguero: dois dedos de cavaco ao sr. maquinista, antes de subir...

Vai senão quando, vejo, com surpresa desconcertante, além na estrada, muito antes de Vila Pouca, os Autocarros da Régua, em andamento triunfal, a tomarem a dianteira à nossa traquitana. Ora bolas!..

Era meio dia quando o "ranca-tranca" anunciou, muito desafinadamente, a sua chegada ao terminus.

Ao todo, haviam-no utilizado,

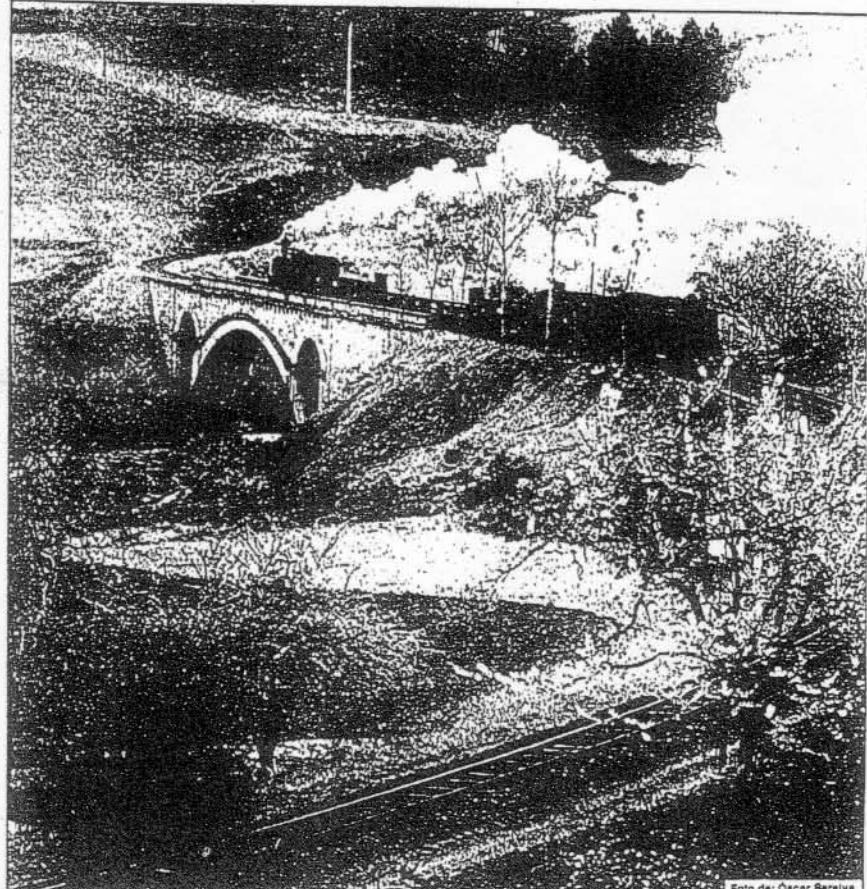


Foto de: Oscar Barreiro

las, moço ainda, e a quem nasceram os dentes na recovagem. A concorrência da Camioneta vai tirar a clientela ao comboio. É só questão de melhores estradas".

Mas onde vai já isto da observação daquele que é hoje o atilado e próspero empresário de viagens rodoviárias que toda a gente conhece?...

Ora aconteceu que, tendo deixado os Alpes na tarde anterior, me vi obrigado a tomar o comboio em Paris, em 31 de Julho de 87, por não haver lugar nas Carreiras de Versalhes.

Às 11 horas da noite do dia 2 de Agosto, descarregava as minhas bagagens em Campanhã.

Réguia, só às 2 da madrugada de 3 — festa na minha parvönha onde, a todo o risco, eu queria petiscar do assado com os meus:

Olho na burra, olho no cigano, arrastei como Deus foi servido, as

4 boas horas. 4 horas em automotora moderna permitiam um avanço não despicante à minha maratona. Optei pela automotora.

Esforzeado e exausto, tentei conciliar um pouco o sono, estirado sobre umas tábuas, — simulacro de banco ao relento.

Badalaram as 6,30 horas e eu apostei, malas encastelhadas nos bancos suíssimos, e ancião por me ver fora daquela piolheira!

Um estremeção de escaquêluerar tudo, chalaças e riscos lá por fora: "Atão, bons-dias!"... "PARTIDA!"...

E afi, desata o mesmo "ranca-tranca", com menos de dúvida de pessoas dentro, Corgo acima, mal acordado, aos salavancos, cheio de bronquite e artrose — os mesmos salavancos, os mesmos emperramentos, a mesma zorra indóspita de outros tempos.

Vila Real: um entregue retornizado de saquitos sebenhos — o Co-

durante o percurso, cerca de meia centena de pessoas.

A estação, deserta moribunda; ervas selvagens brotando de todas as fendas dos cais desbaratados. Nada de táxis, cá fora.

Pra consolo do transeunte ou por desforço, a velha Carreira-Santiago, agora na mão de prospera e dinâmica gerência, plantara-se-lhe ali, mesmo à lanhaga, para asfixiar os últimos arrancos de vida que ainda restam à velha via-férrea do Corgo.

Conclusão: óbito ou estado de coma do este ramal ferroviário?

Se os utentes deste decretipo e desmantelado transporte tivessem saboreado decepções iguais à minha, de certo que não teriam armas, como parece, pela sua continuação, nem tampouco lhe viriam com a retórica de "Transportes de utilidade pública".

Paris, 1-12-1988 P. Morais

RELEMBRANDO...

(Cont. da página 5)

digne deferir, ordenando o que for necessário para que, na construção do ultimo troço do Caminho de Ferro da Regoa a Chaves, compreendido entre Moure e esta vila, se execute o traçado primitivo — que é pela margem esquerda.

Chaves, 30 de Dezembro de 1917.

Seguem as assinaturas de grande número de fiavenses que constituem as forças vivas do concelho, todas devidamente reconhecidas. A falta de espaço apenas nos permite aqui a inserção das seguintes:

António Vicente Ferreira Montalvão, proprietário, general de divisão; António Bernardo Gomes, proprietário, tenente coronel da Administração Militar e Admi-

nistrador do concelho; Frederico Augusto Igrejas, proprietário, advogado e Presidente da Comissão Administrativa; José Gomes da Silva Braga, proprietário Director do Barco de Chaves e Vice-Presidente da Comissão Administrativa; Padre João Pereira do Rio, proprietário e membro da Comissão Administrativa; António Montalvão Machado, engenheiro-agronomo, presidente Sindicato Agrícola e secretário da Comissão Administrativa; Adriano Santos Batista, farmacêutico e membro da Comissão Administrativa; Antônio Júlio Gomes, Dentista e membro da Comissão Administrativa; Abilio Gomes de Moraes Sarmento, proprietário, advogado e notário; Júlio Montalvão Machado, proprietário e advogado; Luiz Alves, proprietário e advogado; António José da Mota Campos Junior, proprietário e tenente coronel médico; Adalberto Teixeira, proprietário e médico; José Teixeira de Sousa, proprietário, engenheiro agrônomo e director da Escola Agrícola Alves Teixeira; Arnaldo Mota Lopureiro, Láz Coelho Fones, Inspetor escolar e Administrador de Valpaços; António Augusto de Sousa Machado, proprietário, tenente coronel da cavalaria; António da Graça Farreira, major de infantaria nº 19; Luiz Barreto Lára, capitão Comandante da Guarda Fiscal; António de Moraes Soares, proprietário, professor; António Teixeira Barrozo, proprietário e negociante; Francisco José Teixeira, proprietário e negociante; José Manuel Tavares, proprietário e negociante; Sebastião Guimarães, proprietário e negociante; Benjamin Eugénio Leite, proprietário e negociante; José Manoel Pimentel, proprietário e negociante; Francisco António Rei, proprietário e negociante; Teófilo José Rodrigues, proprietário e negociante; Manoel Coelho dos Santos, proprietário e negociante; Joaquim Sá Teixeira, proprietário e negociante; Domingos Guimarães Junior, proprietário; Camilo Gonçalves, proprietário da corrida de camiões e negociante; José Manoel de Moraes, negociante; Antônio Pinheiro, proprietário e negociante; Agostinho da Silva, proprietário, negociante e industrial; António Artur d' Oliveira, proprietário e negociante; Germano Afonso, proprietário e negociante; André Carneiro, negociante; João António Rodrigues, proprietário e negociante; José Gonçalves, proprietário e negociante; António Joaquim Gonçalves, proprietário e farmacêutico; José Joaquim de Moraes Sarmento, proprietário e farmacêutico; José Castanho Cintra, proprietário e capitão-Tenente da Administração Naval; José Luiz Ferreira, professor do Liceu; Raul Alves Leite, negociante; Antônio da Costa, negociante; Francisco Carvalho, proprietário empregado público; António Batista, proprietário; Manoel Joaquim Gomes, proprietário e escrivano; Luiz Augusto de Lima Barreto, proprietário escrivão notário e Comandante dos Bombeiros Voluntários; Francisco da Cunha, proprietário do Flavia Hotel; Agostinho José Freire de L. Pizarro, proprietário e veterinário; José Luiz Chaves, proprietário; António José Rodrigues, proprietário e empregado público; Padre José António d'Azevedo; Justino d'Oliveira Guimarães, estudante; António Fernandes, proprietário e negociante; João Lucrecio Guimarães, proprietário; José Tomaz Magalhães, proprietário; António Joaquim dos Santos Magos, proprietário; José Teixeira de Sousa, proprietário e mestre de obras; António José Alves, proprietário; Manoel Guimarães, proprietário; Padre Elias Alves, proprietário; António Salgueiro Duro, proprietário e professor; Francisco Borges d'Ansujo, proprietário; Francisco Eduardo da Costa Rebeiro, proprietário; Luís Augusto Rodrigues, proprietário; Manoel José Gomes da Roza, proprietário; António Rodrigues dos Reis, proprietário e chefe alfanegueiro; Luiz Alves Pires Junior, proprietário e professor; Felipe Gomes de Moraes Sarmento, proprietário; Domingos José dos Santos, proprietário; Guilherme Augusto Lobo, proprietário; António Luiz Gomes de Moraes Sarmento, proprietário; José Tomé Varela, proprietário e professor; Francisco Gomes de Moraes Sarmento, proprietário; António Alves Pereira de Mesquita, proprietário e professor; António Gonçalves da Costa, reformado; Domingos Gomes de Moraes Sarmento, proprietário; Manoel António Rodrigues, proprietário, negociante e industrial; José Rodrigues Anes, proprietário e Juiz da Paz; Arménio Fernandes, industrial; Luiz Alves Ferreira, proprietário e industrial; José Filipe Tavares, proprietário; Domingos dos Santos Moulinho, agente; Pedro Gonçalves da Carvalho, proprietário; Artur José Teixeira, proprietário e negociante; Daniel da Silva Pereira, aspirante dos correios e telegrafos; José Nobre, proprietário e negociante; Padre Silvino Fernandes de Miranda, proprietário; Domingos António Areias, proprietário e empregado público...